ANTONIO LUIGI NEGRO

LINHAS DE MONTAGEM

O Industrialismo Automotivo e a Sindicalização dos Trabalhadores (1945-1978)

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas; sob a orientação do Professor Doutor Michael M. Hall

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 24/09/2001

Banca Examinadora

Prof. Dr. Michael M. Hall (Unicamp)

Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha (Unicamp)

Prof. Marco Aurélio Garcia (Unicamp)

Prof. Dr. Ricardo Antunes (Unicamp)

Prof. Dr. José Ricardo Ramalho (UFRJ)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Suplência

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (Unimep)

Prof. Dr. Leonardo Affonso de Miranda Pereira (Unicamp)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Campinas, 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
Nº CHAMADA:
T/UNICAMP
N312L
V. Ex.
TOMBO BC 466425
PROC. 16-392/01
C D X
PREÇO R$ 11,00
DATA 23/10/01
Nº CPD

CM00160450-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

N312L

Negro, Antonio Luigi
Linhas de montagem : o industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945 – 1978) / Antonio Luigi Negro. - - Campinas, SP : [s. n.], 2001.

Orientador: Michael McDonald Hall.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalhadores da indústria automobilística. 2. Indústria automobilística. 3. Greves e lockouts. 4. Sindicatos metalúrgicos. 5.Industrialização. I. Hall, Michael M. (Michael McDonald, 1941-). II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

Linhas de Montagem investiga e analisa a experiência do povo brasileiro na construção de uma nação industrial. Situando-se entre o pós-guerra e as greves de 1974, estuda o setor automobilístico — suas fábricas na grande São Paulo —, e a interação das estratégias de industriais, políticos e partidos com o movimento operário. Para tal, aborda a relação entre o avanço da manufatura doméstica e a sindicalização operária nas fábricas durante os governos Vargas (1951-54) e Kubitschek (1956-60). Demonstra, assim, que a instalação de um cinturão automobilístico de linhas de montagem assentou-se numa rede de alianças patronal, policial, estatal e diplomática dedicada à neutralização dos esforços dos trabalhadores em instituir um sistema sindical independente da política estatal e dos patrões. Em vista disso, as conquistas sociais dessa época são afirmadas no chão das fábricas, e não benesses de acordos firmados em palácios.

Durante os governos de Quadros (1961) e Goulart (1961-64), a aliança citada se sentiu ameaçada não só por sua incapacidade de constituir um mercado interno como também pela escalada dos movimentos sociais. Tramando contra Jango, aceitou o domínio militar após o golpe que o derrubou. Os novos donos do poder promoveram a "operação limpeza" nos sindicatos e favoreceram oposições moderadas e direitistas ao mesmo tempo em que instruíam novos líderes em cursos de formação. Entre os metalúrgicos do ABC, as noções de "sindicalismo autêntico" — forjadas na oposição à esquerda do pré-64 —, sofreram um processo de mutação que contribuiu para a formação do "novo sindicalismo". Este, para se impor, enfrentou o mais tradicional desafio: *sindicalizar* o operariado nas fábricas diante dos patrões.

ABSTRACT

"Assembly Lines" brings into focus the experience of Brazilians in the building of an industrial nation. Between the end of the Second World War and 1974, it investigates the auto sector, its plants in Great São Paulo, and the interaction of industrialists, state policymakers, and political parties with the working-class movement. For such, it is addressed the forward march of local manufacturing and the unionization in the factories under Vargas (1951-54) and Kubitschek (1956-60) governments. It aims at demonstrating that the installation of an auto assembly lines chain was based on a web between businessmen, the political police, policymakers and diplomacy, all of them devoted to neutralize worker's efforts towards a union system independent from political parties, their bosses and state-sanctioned unions. Because of this the social rights attainments of this era are achievements that were accomplished on the factory level, and not graces from above.

During Quadros (1961) and Goulart (1961-64) administrations, that web felt threatened not only because of its inability in promoting an internal mass consumption market but also because of the rising social movements. Plotting against Jango, it accepted the military rule after the *coup d'État* of 1964. The new administration promoted a MacCarthist pursuit and favored former unionists, moderated and rightists ones. Meanwhile it educated new leadership in training courses. Among the metalworkers of the ABC area the idea of an "authentic unionism", shaped in the opposition to the Left before those political changes, were subject to mutations which contributed to the modeling of the so-called "new unionism". This one, in order to gain respectability, had to face the most traditional challenge: to *unionize* workers at the factories in front of their bosses.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

AGRADECIMENTOS

Era garoto quando uma senhora desenrolou seu estojo com ouro, prata e pedras por cima de uma grande arca que meu próprio pai fizera. Alguém depois me falou que ela sobrevivera a uma perseguição. Não entendi, mas guardei sua memória com respeito. Se estivesse por perto, um amigo da casa, o filatelista Edoardo Eugenio Colombo, sacaria de seu argumento sobre o passado das pessoas reunidas em volta daquela mobília (o dele incluso). Seu Colombo costumava dizer que os soldados nas trincheiras tinham sido os maiores sofredores da Primeira Grande Guerra. Na seqüência, aludia à população civil, de quem viria as maiores perdas quando da Segunda Guerra.

Sem intuir quanto essa e várias outras experiências seriam importantes, eu recebia aulas de história social. Desejo, assim, agradecer todos aqueles que se dispuseram a me ensinar e ajudar; em especial nos arquivos, nas bibliotecas e entrevistas, mas também na Escola da Vida, conversando e estendendo a mão. Por conseguinte, esta tese é dedicada à classe trabalhadora em São Paulo, que — evidentemente — é multiétnica, plural e internacionalista.

Outros agradecimentos devem ser reconfirmados para meu pai, Antonio Wilson Negro, e minha mãe, Maria Thereza Rodrigues Negro. Meu tio e padrinho Cosimo Salvatore Negro foi também da maior importância e influência. Ainda contei com Marcélia de Souza Nogueira, curadora da minha instrução básica com o amor todo digno de seu nome, "Noninha". Incondicionais, o carinho e apoio de minha irmã, Anna Negro, são sempre uma referência de paz e inspiração.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTR
SEÇÃO CIRCULANT

Afortunadíssimo, desejo estender meus reconhecimentos ao professor Michael Hall, que me orientou com a experiência e sabedoria de um honorável mestre, afora seu vivo interesse e apoio, assim como o fraternal tratamento.

O professor Marco Aurélio Garcia, cujos artigos em *Desvios* me atraíram até aqui, atuou decisivamente no delineamento não só desta tese mas também da minha própria concepção do que seja o ofício de historiador.

Quando apresentava apenas idéias, os professores Huw Beynon e John French me encorajaram e ainda me proporcionaram orientação, diálogo e convivência.

Igualmente solícito foi o professor Cláudio Batalha, que me atendeu no momento mais tênue da ida para Barão Geraldo.

John French, outrossim, compartilhou documentos e o próprio ato de pesquisa. Em nossas visitações a São Bernardo e Santo André, ele também me apresentou a uma das mais conceituadas figuras do trabalhismo: o tarimbado e incansável operário e sindicalista Philadelpho Braz.

Cuhmpadre de Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes, tenho a ventura de compartir, ao longo de todos esses anos, um canteiro de obras revestido dos desdobramentos da camaradagem, do aprendizado e da solidariedade. Outro mais, eles leram vários dos capítulos, aperfeiçoando-os com correções e críticas.

Uma dupla de Pereira — Cristiana e Leonardo — leu os capítulos 4 e 6, apresentando questionamentos e comentários centrais. Cris e Leo, além disso, são sinônimo de ótimo convívio, profissional ou amizade.

É uma satisfação obter bolsa da Fapesp. (O CNPq foi importante idem.) Ainda mais, encontrei em várias instituições generosa hospitalidade, como foi o caso do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (Cemi) e do Centro de Estudos de História Social da Cultura (Cecult), ambos da Unicamp; sem falar da biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Afora essas, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) e no Arquivo do Estado de São Paulo (Aesp), continuei sendo bem-vindo mesmo depois de ter "acabado" a pesquisa.

Enfim, a todos, saudações!

Hoje vocês estão com o governo, amanhã vocês serão governo

Getúlio Vargas (1954)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Massa ou classe? ... 1
Perguntas e objetivos ... 5
Industrialização automobilística ... 6
Influências ... 12

PARTE I

Pós-Guerra e Desenvolvimentismo

1

Automóveis 100% Nacionais para Argentina e Brasil. Parceria Desenvolvimentista no Além-Mar

Com duas automobilísticas na bagagem ... 21
Feito abaixo do Equador ... 24
Saudável nacionalismo ... 31
Parceria desenvolvimentista ... 33
Capitalismo *versus* comunismo ... 35
Entre Cuba e o *American way of life* ... 38

2

Zé Brasil Foi Ser Peão. A Operação Mão-de-Obra

"A seca implacável destrói tudo" ... 43
Recrutar e dispor ... 48
Depois da queda: rebocando o argumento ... 52
Peões e baianos ... 56
Industriais pedem passagem ... 59
Operação mão-de-obra ... 64
Pequeno milagre ... 70

3

Triângulo Metalúrgico. Sobre a Concepção e a Prática Sindicais

Ecos da história ... 73
Ditadura e liberdade ... 88
A reação ... 93
Piquete contra piquete I ... 100
Rayon Matarazzo e Rhodia Química ... 103
Cobrasma ... 109
A inteligência empresarial-policial contra os comitês de fábrica ... 112
Cinco anos de *Facão* na General Motors ... 120
De volta ao SMABC ... 135

Correntes sindicais ... 139
Dois PCs (e um terceiro) ... 142

4

A Greve dos 400 Mil. A Questão Social e a Paz Social

História & historiografia ... 153
Os precedentes na Ford e Studebaker ... 156
Os precedentes na Alpargatas ... 162
Preparativos e alinhamentos ... 168
A greve nos seus acontecimentos e significados ... 179
Reações e posicionamentos ... 185
A greve nas automobilísticas ... 188
Falam os grevistas ... 191
Os interesses dos políticos ... 194
A marcha dos piquetes no ABC ... 197
Piquete contra piquete II ... 200
Grevistas em compasso de espera ... 204
Em ritmo de greve ... 207
Infiltrações facciosas ... 213
Fim do relato ... 214
Em busca de uma nova apreciação ... 218
Conjunções entre o arcaico e o moderno ... 230
Outros domínios da política ... 239

PARTE II

Industrialização Acelerada

5

Colmeia Fabril. A Construção do Operário da Indústria Automobilística

A vida ensina, a companhia ampara ... 251
Páginas de história ... 256
Fazer a peça, montar o carro ... 259
Fundido em Taubaté ... 263
Processo de trabalho ... 267
O trabalhador coletivo ... 269
Willyanos e willyanos ... 272
Percorrendo caminhos ... 275
Alinhados para produzir ... 282
1963, o ano em que os trabalhadores foram ouvidos ... 284
A lógica do frio fio do facão ... 286
Falam os trabalhadores ... 290
"Nós trabalhamos no duro" ... 292
Auto-retratos ... 295
Nas distantes origens do "novo sindicalismo" ... 298

6

O ABC Redesenhado. São Bernardo Surge como Sítio Metal-Mecânico

Maquinações golpistas ... 303
O PUI ... 305
Novos sindicatos para o triângulo ... 310
A polêmica do desmembramento de São Bernardo ... 314
Cavando túneis ... 319
Fábricas e bairros ... 328
Primeiros passos ... 334
Sob céu aberto ... 338
Estranhamentos mútuos ... 342

7

Alta Tensão. Representações Rivais

Nascido para lutar ... 349
Mas lutar como? ... 351
Inspecionando linhas: a Mercedes do general do aço ... 357
A exemplo do que ocorre na Siderúrgica Nacional ... 361
A luta pelo abono natalino ... 363
Lembrai-vos de 1957 ... 365
General Motors ... 368
Vemag ... 373
Vemag: entre o velho e o novo ... 376
Dos piquetes de rua aos piquetes internos ... 379
CLT pela base ... 385
A exemplo do que ocorre nas siderúrgicas Kaiser ... 393
A queixa é livre, mas queixar-se nem tanto ... 398
Vemag: entre o CGT e a CUT ... 405

PARTE III

Desenvolvimentismo Autoritário

8

Passageiros da Direita. Sindicatos e Trabalhadores na México com a Presidente Wilson

Do comício da Central às marchas de civis e militares ... 413
O golpe e o fim (ou invenção) do "sindicalismo populista" ... 418
Correntes sindicais ... 425
A longa noite das intervenções ... 425
Caça aos sobreviventes ... 430
De olho no Brasil ... 435
O AI-5 dos trabalhadores ... 438
Getúlio e Castelo ... 444

Retorno das eleições ... 447
Balanço da gestão Sussekind ... 450
Liberais optam pela CLT ... 454
Frustrações e ressentimentos ... 462

9

"Autênticos" em Linhagem. Da Oposição ao Consentimento

Antes e depois do Golpe ... 467
Enquanto isso, nas fábricas ... 471
Discutindo a autenticidade sindical (1965-67) ... 472
Discutindo a Autenticidade Sindical (1967-69) ... 482
Ser autêntico no início dos anos 70 ... 487
Autênticos mutantes ... 491

10

Criar Dois, Três... Inúmeros Vietnãs. O Maio de 68

Qual levante intercontinental? ... 495
O vôo de Passarinho ... 503
Greves às vésperas do grande milagre ... 509
Greve branca, greve dos braços cruzados, tomada da fábrica ... 515
Descrevendo e comparando ... 520
Invisíveis autênticos ... 524
Anúncio de afrouxo, ante-sala do fechamento ... 529
Os significados das greves ... 539

OPINIÃO ... 541

Fontes ... 565
Outras fontes ... 567
Fontes impressas e obras específicas ... 569
Bibliografia ... 573
Siglas ... 585

INTRODUÇÃO

MASSA OU CLASSE?

Tenso e abatido, Samuel Wainer, diretor-proprietário de *Última Hora*, retirou-se para sua sala e determinou que o deixassem em paz. Mais uma vez, acabara de comandar a redação de seu diário nos bastidores de um decisivo episódio da história brasileira, o suicídio de Getúlio Vargas, seu chefe, protetor e amigo. "Só morto sairei do Catete" — era a manchete mandada estampar na véspera, plantando a senha da resistência ao golpe orquestrado pelas Forças Armadas (FFAA) e por políticos da União Democrática Nacional (UDN). Seu autor mudou de idéia quanto a resistir no palácio, mas não deixou de cumprir sua promessa. Wainer, um defensor aguerrido, queria amargar sua perda quando trancou-se no escritório.

Contudo, nesse momento, ele começou

> "a ouvir um rugido, feito de milhares de vozes, que vinha das bandas da Candelária. Olhei pela janela e vi uma multidão de manifestantes descalços, subnutridos, feios. Gritavam *Getúlio!*, e reconheci o mesmo urro medonho, assustador, com o qual me familiarizara durante a campanha eleitoral [para presidente] de 1950".
>
> "De uma sacada do prédio, ainda chorando, pedi à multidão que mantivesse a tranqüilidade. Afirmei que o urro que ali ouvia me recordava a campanha que levara Getúlio de volta ao poder, e que aquele mesmo rugido deveria continuar ecoando, agora para sustentar as bandeiras nacionalistas e populares".

> "A massa continuou sua caminhada, quebrando os símbolos antigetulistas que encontrava pela frente, procurando Lacerda, que teve de se esconder".

Ainda nesse momento, Wainer apercebeu-se de outra coisa. Enquanto o cortejo seguia seu trajeto, ele compreendeu que "a *Última Hora* sobreviveria ao homem que havia inspirado sua criação" e fomento, o próprio Vargas. Arguto, Wainer sabia da importância do velho no retrato. Ao voltar para sua sala, já estava "convencido que teria por missão, a partir dali, defender a memória de Getúlio".[1]

Antes disto, o jornalista talvez já intuísse a necessidade de sobreviver sem seu apoio quando se aproximou do então governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek e de Euvaldo Lodi, líder empresarial que costumava solicitar-lhe "artigos ou reportagens favoráveis aos industriais", mesura depois recompensada com agrados, favores, anúncios, depósitos. De fato, na defesa do varguismo, seu diário nutriu-se de íntimas relações com grandes empresários, que chamou de "nacionalistas", e com o poder executivo federal, nos governos de JK (1956-1961) e João Goulart (1961-1964).[2]

Foi também de Vargas que Wainer recebeu a idéia de abrir uma sucursal de *Última Hora* em São Paulo, reduto refratário ao presidente. Logo depois, Getúlio lhe passaria mais uma de suas senhas, mandando-o procurar um "tubarão" em passagem pelo Rio. Wainer pescou-o no Hotel Excelsior, na Avenida Atlântica, em Copacabana. Não era o "lendário conde Francisco Matarazzo", mas sim Francisco Matarazzo Jr., que concordou em prover-lhe fundos. Antes, porém, foi cobrada a caução: "a postura do jornal em relação a greves". Hábil, o repórter ponderou que "um jornal popular não poderia opor-se a movimentos do gênero", mas ressalvou que "*Última Hora* só apoiaria greves até a porta da fábrica, condenando qualquer violação dessa fronteira". Feliz com o que ouviu, seu interlocutor também usou da sutileza ao alegar, pretextando fragilidade imprópria a um *tubarão*, o temor a "greves que ameaçassem seu patrimônio com quebra-quebras dentro da fábrica".[3]

---

[1] Wainer, Samuel, *Minha Razão de Viver*. Rio de Janeiro, Record, 1988, pp. 203, 206.

[2] Wainer, *Minha Razão*, op. cit., p. 214. Ver também: p. 155.
Deputado federal do PSD mineiro entre 1947 e 1956, Lodi foi assessor de Vargas e presidente da Confederação Nacional das Indústrias (1938-54).

[3] Wainer, *Minha Razão*, op. cit., pp. 159, 160.
Além de lendário, o conde era "símbolo" de adesão ao fascismo no Brasil. Ver: Bertonha, João F., "Comendatori, Cavallieri e Grand'ufficiali a Serviço do Fascio: A Burguesia Industrial Italiana em São Paulo

De suas lembranças sobre as figuras de JK e Goulart, Wainer escreveu: "Juscelino era um homem de mente aberta", mas "não sentia fascínio algum pela massa trabalhadora". Assim, "entregou a seu vice João Goulart todas as peças da máquina burocrática federal que tinham ligação com a área sindical", de que eram destaque tanto o Departamento Nacional do Trabalho (DNT) quanto os programas de pensão, previdência e habitação. "Havia evidentes e enormes afinidades entre Jango e Getúlio", aponta Wainer. No entanto, ao passo que "Vargas sempre demonstrou enorme prazer pelo fato de ser o número um da República", "Jango exibia (...) inapetência para certas exigências do poder". Quer dizer, adorava ser ministro do Trabalho quando era presidente da República, "mostrava-se perfeitamente à vontade quando se reunia, por exemplo, com estivadores; então, podia desabotoar o colarinho, afrouxar o nó da gravata e conversar sem cautelas protocolares".[4]

Símbolo do getulismo, Wainer nutre nítidas predileções na sua autobiografia. Estima Lodi como líder empresarial e desclassifica Salvador Lossaco, sindicalista bancário. Embora este último tenha sido o primeiro a receber a homenagem de Homem do Ano de *Última Hora*, é rememorado como dirigente que "ostentava sólida fama de pelego". Melhor sorte teve o empresário Paulo M. de Carvalho, Homem do Ano de 1958, agraciado com banquete no Pacaembu. Linhas abaixo, junto de Dante Pellacani, Lossaco é novamente distinguido com a comenda de pelego histórico. No final dos anos 50, os dois ouviram de Wainer uma ameaça: seu jornal os denunciaria como "agentes provocadores" se insistissem em organizar uma marcha da fome que inquietava JK. Os sindicalistas recuaram.[5]

Na defesa de suas memórias, a última hora de Wainer foi coerente. Descreveu as negociatas dos presidentes JK e Jango com empreiteiros (de que ele próprio tomou parte) e

---

e o Fascismo". In: *Pós-História*, nº 7, 1999, p. 57. Outro empresário com ligações direitistas era Pignatari, dono da Laminação Nacional de Metais (Santo André).

Em sua pesquisa sobre o trabalhismo em São Paulo, Maria V. Benevides coletou, de uma entrevista, troca similar na barganha entre o próprio Getúlio e a burguesia paulista. "Éramos uma espécie de carne para leão", disse Jorge Duque Estrada a respeito do Partido Trabalhista Brasileiro, (PTB). "Os leões eram os grandes industriais". "Nos confundiam com os *comunistas. Greve, tomar a fábrica etc.* Getúlio tinha que contentar a Igreja, os industriais, os paulistas quatrocentões, a ala rural". *O PTB e o Trabalhismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 22 (grifo meu, g.m.).

[4] Wainer, *Minha Razão*, op. cit., pp. 219, 235.

[5] Wainer, *Minha Razão*, op. cit., pp. 163, 219-221.

Sindicalista bancário, Lossaco foi o primeiro presidente do Pacto de Unidade Intersindical (PUI), de 1953, e do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (Dieese), de 1955. Deputado federal do PTB na legislatura 1959-63, foi cassado em 1964. Ver também: Benevides, *O PTB*, op. cit., pp. 136-141.

manteve a visão tradicionalmente característica sobre o período de ouro do "sistema político populista" (1945-1964).[6] A multidão que acorreu ao enterro de Vargas é descrita como composta de milhares de figuras cujo urro medonho era o grito de uma gente desvalida, caipira e fraca. A única força possível parece vir da relação existente entre um povo desassistido e um presidente benfeitor.

Caído órfão do "pai dos pobres", tal povo não seria esquecido pelos defensores a retórica nacional-trabalhista do segundo governo Vargas, dentre eles a cativante voz de Wainer. Falando de sua amizade com Alzira Vargas (filha de Getúlio), ele ecoou uma das dicotomias mais usadas para a explicação do processo econômico e social em curso no país. "Extraordinária mulher do Brasil moderno", teria exercido sobre o pai decisiva influência em favor de "posições nacionais e populares". Por sua vez, empresários "nacionalistas" complementavam esse quadro de alianças em prol de um país que buscava a saída para emergir do subdesenvolvimento, ou melhor, do atraso rural, a chave, enfim, para a redenção da *escravidão da enxada*.[7]

Uma vez que a experiência popular na formação do Brasil industrial é descrita dentro do fenômeno de uma "massa trabalhadora", o *seu* movimento sindical — se fosse possível falar em um sindicalismo feito pelos próprios trabalhadores para eles próprios — é composto de "pelegos históricos", os quais também não escapam das tramas dos poderosos, suas intrigas, esquemas e negociatas.

O PUI foi sucedâneo à Greve dos 300 Mil, ocorrida em abril de 1953.

[6] Embora "populismo" seja um termo marcado pela manipulação das "massas" por "elites", a abordagem proposta aqui indica a capacidade da classe trabalhadora em intervir no processo político por meio de instituições como sindicatos e partidos. Ver: Fortes, Alexandre et al., *Na Luta por Direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho.* Campinas, Edunicamp, 1999. Ver também: Leite Lopes, José S., *A Tecelagem dos Conflitos de Classe*. São Paulo, Marco Zero, 1988, pp. 205-262. French, John, *O ABC dos Operários*. São Paulo, Hucitec, 1995, p. 267. Do mesmo autor, ver também: *Afogados em Leis*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 52.

Para uma visão contrária ao uso do termo "populismo", ver: Gomes, Ângela de C., *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988. Gomes, Ângela de C., "O Populismo e as Ciências Sociais". In: *Tempo*, nº 2, 1996. Martinho, Francisco, "Populismo Sindical: Um Conceito em Questão". In: Reis, E.; Almeida, M. H. T. de; Fry, P. (orgs.), *Política e Cultura*. São Paulo, Hucitec, 1996. Ferreira, Jorge, *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997. Reis Fº, Daniel A., "A Maldição do Populismo". In: *Linha Direta*, nº 6, 12/9/97. Ferreira, Jorge, "Propaganda Política Estatal: Comparando Ditaduras". In: *Tempo*, nº 9, 2000. Do mesmo autor, ver também *O Populismo*, op. cit.

Realizada no XV Encontro Regional de História da Anpuh (São Paulo, 4 a 8/9/2000), a mesa-redonda "O Conceito de Populismo em Debate" deu continuidade a essa discussão com as exposições de Armando Boito, Jorge Ferreira e Fernando Teixeira da Silva (com comentários de John French).

[7] Wainer, *Minha Razão*, op. cit., p. 127. As expressões em itálico foram extraídas de trechos de citações de fontes feitas a seguir.

PERGUNTAS E OBJETIVOS

Que empresas automobilísticas o industrialismo capitalista do Primeiro Mundo ofereceu aos países pobres? Como essa exportação foi embarcada nos locais de origem e como foi remontada por aqui? Quais ofertas as associações de políticos e empresários, nativos e estrangeiros, dispunham para os pobres dos países pobres? Como surge e se mantém o sindicalismo dentro das fábricas do setor automotriz?

Para responder perguntas assim, esta tese examina e analisa a experiência do povo brasileiro na construção de uma nação industrial. Para tal, busca repensar os grandes temas dos estudos sobre trabalho (política, economia, populismo, esquerda e direita, sindicatos, greves, partidos) numa investigação a respeito dos trabalhadores da indústria automobilística.

Vista de cima, da sacada central de *Última Hora*, na Avenida Presidente Vargas, a manifestação getulista é quase um fantoche manejado por cordas *diretrizes*.[8] Retratadas em lentes jornalísticas providenciadas pelos poderosos, as motivações e atitudes das pessoas que entraram em greves ficam desconhecidas, pois o sacro recinto patronal, o interior das fábricas, permaneceu guarnecido uma vez mais. Ou pior, os participantes das *paredes* (antigo termo usado para nomear as greves) foram pintados como propensos à baderna, ao quebra-quebra.

Tal qual ontem, assim como foi preciso para a classe trabalhadora, ainda carecemos de *sindicalizar* a fábrica para buscar a experiência operária, para enxergarmos trabalhadores e trabalhadoras presentes à sua própria formação numa classe social. Nesse sentido, a proposta é tomar sua perspectiva emprestada — o olhar das classes subalternas — para reconstituir a história em sua complexidade, a participação dos debaixo na disputa pela definição dos rumos do país.

Se fosse possível consultar a lista de nomes dos revoltados com o suicídio do presidente, seguramente seriam encontrados operários e operárias partícipes da Greve dos 300 mil de 1953, que abalou sindicatos, patrões, policiais e o próprio governo Vargas. Adicionalmente, é possível encontrar os grevistas do pós-guerra. Têxteis, químicos, gráficos, metalúrgicos, vidreiros, operários de curtumes, da construção, do mobiliário, das

---

[8] Antes de editar *Última Hora*, Wainer integrou o conselho de *Diretrizes*. Talvez, essa experiência o tenha influenciado com uma característica visão do povo brasileiro, a qual, nas suas várias facções, deplora

indústrias de cerâmica e papel e papelão, entre outros, foram os responsáveis pelo mais forte sopro de vida e renovação que os sindicatos paulistas haviam recebido naqueles anos. Eram populares, podiam ser nacionalistas, trabalhistas ou queremistas — convictos —, e portanto não eram a massa dócil, sem forma nem conteúdo, que recebia do alto, dos grandes líderes, as coordenadas do caminho a seguir, pois eram, igualmente, trabalhadores.

Para resumir, um comentário sobre *Na Luta por Direitos*.[9] Somando-se à historiografia que pensa a experiência da classe trabalhadora afora dos projetos partidários ou dos planos das classes dominantes, o livro visa à uma reavaliação do período 1930-1964 e propõe uma reconstituição mais complexa e alternativa ao que é permitido tanto pelos termos "corporativo" ou "populista" quanto pela resistência em investigar a intervenção estatal além do encarceramento, da deformação e do controle.

Industrialização Automobilística

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), vinculadas a grupos brasileiros ou seguindo estratégias ditadas no Exterior, empresas estadunidenses e européias consolidavam planos industrializantes de forma lenta, paulatina e progressiva, no ABC e na capital paulista. Traçando uma cadeia de linhas de montagem, refletiam o ensaio estratégico de estímulo à implantação gradativa da indústria automobilística no Brasil.

Tal esquema foi desenhado pela Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis no *Plano Nacional de Estímulo à Produção da Indústria de Autopeças e à Implantação Gradativa da Indústria Automobilística* (de outubro de 1952), o qual advogou restrições às importações, protecionismo do mercado interno e um projeto industrializante de três etapas, definindo o desenvolvimento do setor de autopeças como prioritário, o de veículos de cargas e utilitários em seguida e, em terceiro, o dos carros de passeio.[10]

Em São Paulo, Ford Motor Company Exports (FCME) abrira sua oficina na Rua Solon (bairro do Bom Retiro) em 1919. Nos anos 50, passou a operar no Ipiranga com

---

suas carências, entre estas uma suposta incapacidade de auto-organização.

[9] Fortes, *Na Luta*, op. cit.

[10] A subcomissão da indústria automobilística era um ramo da Comissão do Desenvolvimento Industrial, constituída em 1951. "Política de Desenvolvimento da Indústria Automobilística no Brasil". In: *Digesto Econômico*, nº 117, agosto de 1954. Coleção Roberto Simonsen (CRS), Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (BIFCH).

instalações espaçosas, perto da linha férrea. Em São Caetano do Sul, a unidade da General Motors do Brasil (GM) funcionava desde o início dos anos 30, aprontando caminhões, utilitários e ônibus. (A construção da usina de São José dos Campos foi planejada em 1953.) Em 1926, International Harvester iniciou seus acanhados negócios. Já a Distribuidora Studebaker foi organizada em 1945, adicionando à sua linha a montagem de caminhões Scania-Vabis.[11]

Em São Bernardo do Campo, desde 1949, enquanto a Companhia Distribuidora Geral Brasmotor aprontava caminhões e veículos de passageiros sob licença de Chrysler Export Corporation, Willys-Overland do Brasil (WOB) passou a montar Jeeps em 1954, sendo ela a última empresa estadunidense a entrar no Brasil. Por caminhos diferentes, as alemãs Mercedes-Benz e Volkswagen (VW) chegaram na segunda metade dos anos 50.

Não era nada comparável a uma produção fabril plena. Antes, tratava-se de um combinado entre produção nacional de autopeças e componentes (que, no seu pico, nunca chegou a poder fazer um motor) e montagem de veículos importados.

Cerca de uma semana antes do suicídio de Vargas, foi da pauta da intensificação e rápida nacionalização da indústria automobilística brasileira que Henry Kaiser foi tratar com o presidente na tarde de 17 de agosto. No dia 24, ao retornar de Buenos Aires, onde se entendera com Juan Perón (com quem firmara a organização da estatal Industrias Kaiser Argentina), Kaiser viu cancelado seu encontro com a família Aranha, cujo grupo político-empresarial, ao lado dos Quartim Barbosa, representava um poderoso parceiro nativo.[12]

Sem o prometido apoio de Vargas, o dono das marcas Willys-Overland e Kaiser-Frazer não voltou atrás e manteve-se firme no descarte do México, país em similar processo

---

[11] Nos EUA, GM, Ford e Chrysler compunham o mais vigoroso núcleo da indústria automobilística internacional, sendo chamadas de Três Grandes. Ver: Almeida, José, *A Implantação da Indústria Automobilística no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1972. Downes, Richard, "Autos over Rails: How US Business Supplanted the British in Brazil, 1910-1928". In: *Journal of Latin American Studies*, vol. 24, nº 3, 1992. Shapiro, Helen, "A Primeira Migração das Montadoras". In: Arbix, G., Zilbovicius, M. (org.), *De JK a FHC. A Reinvenção dos Carros*. São Paulo, Scritta, 1997.

Por sua vez, Willys-Overland Motors (WOM) era o mais bem-sucedido produtor de Jeeps do mundo, tendo angariado sólida reputação, e algum caixa, com sua produção desde a Segunda Guerra Mundial. Sobre o Jeep, ver: Wells, Albert, *Hail to the Jeep. A Factual and Pictorial History of the Jeep*. Nova Iorque, Harper & Brothers, 1946. Ver também: Denfeld, D.; Fry, M., *Jipe o Indestrutível*. Rio de Janeiro, Renes, 1976.

[12] Foi preciso esperar pela eleição de Kubitschek. Ou antes, pelo contragolpe de Lott, que garantiu sua posse em oposição às manobras golpistas do presidente em exercício Nereu Ramos. "Turbulência política", assim os diplomatas estadunidenses classificavam (e temiam) fatos como esse.

de substituição de importações. Com perspectiva diferente de Henry Ford II, que menosprezava o interesse do Terceiro Mundo na industrialização rápida, o império de Henry Kaiser via nesse impulso um "saudável" nacionalismo. A ponte para seu desembarque foi finalmente disposta no governo JK, que criou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia) e estabeleceu as normas diretoras para a constituição de uma indústria automobilística 100% nacional.[13]

Para Kubitschek, as firmas já encadeadas no cinturão de linhas de montagem teriam de dar grandes saltos adiante ou recuar até a despedida final. Nem todas se submeteram plenamente. As duas mais antigas, Ford e GM, se tiveram seu planejamento redefinido (isto é, acelerado pelas metas do Estado), ainda assim negaram-se a fabricar carros de passeio, preferindo a cautelosa ocupação do nicho dos autos coletivos e de carga, evidentemente imprescindíveis ao desenvolvimento e à integração nacionais.[14]

Não foi uma opção de baixo retorno lucrativo. Citando o descompasso entre a extensão e aparelhamento da rede ferroviária e de cabotagem ante o crescimento do produto interno bruto, um documento da Presidência da República sugere "o uso do transporte por caminhões como alternativa única a recorrer". Em acréscimo, em vista da resignação com a "falência" na expansão dos serviços municipais de transporte coletivo elétrico (bondes e trolebus), a saída era recorrer ao "apelo intenso" do transporte automobilístico, postergando os necessários investimentos no sistema ferroviário, portuário e de transporte coletivo urbano até a consolidação da indústria automobilística, marcada para o término do governo JK.[15]

Tirando vantagem disso, Willys do Brasil logo se pôs a procurar a viabilização de uma completa gama de produtos, pautando, nessa ordem, a produção de jipes, veículos utilitários leves e carros de passeio, o que a fez cumprir um agitado calendário fabril no seu

---

[13] Reunidos por Sidnei Latini, secretário-geral do Geia, há diversos documentos na brochura *Indústria Automobilística Brasil*, disponível na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (BIFCH). Mais documentos podem ser encontrados na Biblioteca do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BBNDES) e no fundo Conselho de Desenvolvimento Industrial, depositado no Arquivo Nacional (AN).

[14] Sobre a relutância e os planos de GM e Ford para o Brasil, ver: Shapiro, Helen, *Engines of Growth*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994, pp. 93-94, 130-133.

[15] "Relatório sobre a Indústria Automobilística". In: Presidência da República. Conselho do Desenvolvimento, *Plano de Desenvolvimento Econômico. Indústrias de Base. Indústria Automobilística. Combustíveis Líquidos*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1958, p. 137. BBNDES.

parque industrial de Taboão da Serra, São Bernardo. Essa sua predisposição, vale notar, lhe valeu a tomada da ponta da industrialização nesse período.

Já o grupo da Brasmotor não só recebeu de Chrysler uma resposta negativa como também teve desligada outra parceria, com Volkswagen, que exigiu o controle total das operações para produzir um Fusca 100% brasileiro. Além das autopeças Gemmer e Doehler (de capital estadunidense), restou-lhe um nicho muito bem explorado, a produção de geladeiras, concorrendo com as Frigidaire da GM, negócios que acarretaram mais expansões fabris em São Bernardo.

Quando se fala de Volkswagen e Mercedes, abordamos um outro pólo de crescimento da indústria automobilística brasileira, os investimentos de uma Alemanha capitalista reerguida após seu colapso na Segundo Guerra Mundial. Dona do segundo carro mais vendido no Brasil, o Fusca, que só recentemente foi superado pelo Gol, a VW também teve de redesenhar seus planos e acabou fechando negócios com o grupo Monteiro-Aranha para a manufatura da Kombi e do Fusca, a qual teria lugar em São Bernardo.[16]

Ainda em 1955 — portanto antes Kubitschek assumir a Presidência —, a Mercedes-Benz do Brasil (MBB), hoje Daimler-Chrysler, tornou pública sua decisão de fabricar caminhões em São Bernardo, empreitada bancada pela ousadia de Alfred Jurzykowski, um milionário polonês radicado no país depois da Segunda Guerra Mundial. Por fim, não se pode esquecer de Vemag, ex-Studebaker, que negociou a licença da também germânica Auto Union para produzir os DKW. (Com o tempo, as duas primeiras se constituíram nos maiores investimentos de suas matrizes fora da Alemanha, e Vemag foi incorporada por Volks.)[17]

Diferenças de tamanho repercutiram na reação das empresas. As mais poderosas aceleraram seus planos corporativos sob pressão governamental; as mais fracas apreciaram a rapidez de JK. Salvo o caso excepcional do VW sedã — o Fusca —, repetidamente confirmado na preferência do consumidor, a preferência de Ford, GM e Mercedes por

---

[16] Sobre a relutância e os planos de VW para o Brasil no governo JK, ver: Shapiro, *Engines of*, op. cit., pp. 78-81, 97-104.

[17] Essas serão as principais empresas estudadas. Ficarão de fora as de capital japonês (Toyota, com fábrica em São Bernardo), francês (Simca, com fábrica em São Bernardo), sueco (Scania-Vabis, com fábrica em São Bernardo) e italiano (FNM, com fábrica no Rio de Janeiro). International Harvester (com fábrica em Santo André), de capital estadunidense, também ficará.

veículos pesados suavizou a dura concorrência do carro de passageiros, nicho cuja competição era desfavorável aos mais fracos.

Quando a assim chamada Greve dos 400 Mil foi deflagrada em outubro de 1957, as unidades fabris estavam em processo de edificação e arrumação, não indo muito adiante do evidente sinal da concentração industrial que reconfiguraria a geografia econômica e política do estado mais rico do país. De todo modo, pelo fato de a mídia, os governos, os empresários, entre outros, estarem interessadíssimos em propagandear uma próspera "Detroit brasileira", os trabalhadores da indústria automobilística, mesmo não respondendo pela ponta de lança militante do movimento sindical, logo ganharam seu lugar no centro das atenções, especialmente porque haviam dado vida a uma *máquina de trabalho* que muitos pintavam como infensa a greves.

Afora outros fatores, em função do porte da concentração fabril, os metalúrgicos do ABC seriam a única categoria de trabalhadores que viria a dispor de poderio igual a de seus pares abrigados no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), em cuja base estavam a Ford, a Vemag, a Cobrasma e a Ford Osasco. Vale também notar que o operariado da indústria automobilística do ABC acabou compartimentado em três sindicatos de metalúrgicos a partir do fim dos anos 50, o de Santo André, o de São Caetano e o de São Bernardo e Diadema.

Desses três, o grêmio abecedense que conseguiu se equiparar (em peso e importância) ao paulistano foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SMSBD), mas isso, contando desde 1957, lhe tomaria no mínimo 11 anos.[18] Nesse sentido, na Greve dos 400 Mil, os trabalhadores de uma indústria em vias de sua radical reestruturação sequer haviam começado a sua arregimentação sindical. (Com seu crescimento numérico, tal fato seria percebido como uma carência durante a radicalização política dos anos 60.) Desconsiderados esses e outros pormenores, os episódios da Greve

---

[18] "Nossa entidade (...) abarca 1,300 empresas que se dedicam à produção de bens amplamente diversificados: automóveis, tratores, caminhões, autopeças, máquinas, eletrodomésticos, produtos e componentes eletrônicos, fundição, siderurgia, refrigeração, etc. A área é normalmente apontada como sendo a de mais alta densidade industrial em toda a América do Sul, tendo atingido essa posição como resultado do acelerado crescimento vivido desde a década de 50, quando aqui veio se instalar a fatia mais gorda da indústria automobilística (...), carro-chefe da economia nacional". Vannucchi, Paulo, *História da Greve de 89*. São Bernardo, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, 1989, p. 25. Esse registro é datado. Foi escrito em 1989. Desde 1968, a categoria metal-mecânica de São Bernardo e Diadema rivalizava em importância com a paulistana.

dos 400 Mil foram elaborados de modo a atestar não só o caráter *imaturo* do proletariado paulista mas também a *debilidade* de sua organização sindical fabril, motivos de sua sujeição à manipulação populista.

Ao longo do texto, seremos reapresentados a essa massa operária manipulada por militantes profissionais, as correias de transmissão de estratégias desenhadas no alto comando dos acontecimentos. Por causa disto, o sindicalismo brasileiro seria de cúpula, mal representaria suas bases e essas, impotentes, não se comportariam como uma classe verdadeira, tal como "acontecia" alhures, na Europa e nos EUA. No local de trabalho, o desajuste com a condição operária; uns teriam problemas com a disciplina fabril; outros fariam de tudo para virar seus próprios patrões.

Evitando esse caminho com vistas a uma visão mais complexa e alternativa, é mesmo assim preciso transcorrer os condicionantes estruturais tantas vezes pressupostos e sublinhados, o "arcaísmo" da origem interiorana, a mobilidade social, a "modernização" ou as "transições" pelo alto.

Seriam esses condicionantes imunes às pressões dos debaixo? Freqüentemente usada na resposta a essa pergunta, nos depararemos com a minimização da capacidade de transformação das classes subalternas.[19] Aqui, a réplica — encontrada na investigação da história social dos trabalhadores — é outra.

Convidados pelas fontes a percorrer desde a Casa Branca e os colóquios de políticos e empresários, nos seus palácios, hotéis e escritórios, para chegar até os mais informais círculos das "rodinhas" dos operários (assim como aos restritos recintos das células militantes), passando por greves, discussões, assembléias e pelas linhas de montagem do fordismo, veremos que os despossuídos ingressaram com projetos próprios nas relações mais microscópicas e capilares da industrialização, precisamente as que estavam ao alcance de suas mãos (às quais era exigido o pendor para o trabalho duro). Nesse sentido, em boa medida, apresentaram-se *prontos* e *prontamente*.

Buscando safar-se dos males de um país subdesenvolvido, lutaram por seu lugar, conquistando-o, defendendo-o, perdendo-o ou expandindo-o. Defrontaram-se com estranhamentos no seio do operariado; enfrentaram sua nova lida, o trabalho industrial, seus

---

[19] Para o prosseguimento desse debate, ver: Fortes, A., Negro, A., Fontes, P., "Peculiaridades de E. P. Thompson". In: Thompson, E. P., *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Col. Textos Didáticos,

feitores e patrões, os políticos e os governos, as seguranças privadas e a polícia. Em acréscimo, tiveram de *sindicalizar as fábricas.*

INFLUÊNCIAS

Em maio de 1960, um comunicado transmite observações policiais da comemoração do Primeiro de Maio no SMSP ao conhecimento do Serviço Secreto (SS).[20] Iniciada às 10h30, a reunião no salão de assembléias aglutinou umas 120 pessoas e teve os trabalhos presididos por Floriano Dezen, dirigente da Federação dos Químicos de São Paulo. Entre os oradores, em nome dos sindicalistas, o bancário Pedro Iovine externou seu temor com a "marcha para o desenvolvimento". A seu ver, a "automatização" era preocupante, podendo implicar "o perigo do desemprego em massa". Ilustrando seu argumento, citou a adoção de um "cérebro eletrônico" por parte de um banco.[21]

Quando pediu a palavra, o veterano Edgar Leuenroth "fez longa explanação sobre o Dia do Trabalho, relembrando os mártires de Chicago". Depois de eleger a data como ocasião para "rememorar o passado" e "traçar planos para novas conquistas", distribuiu aos presentes o *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário* (de 1920). Adicionalmente,

> "solicitou que todos aqueles que tivessem coisas antigas referentes aos trabalhadores as deveriam enviar para a Caixa Postal 2162, pois que, tendo um arquivo com os mais antigos documentos e jornais referentes a sindicatos, dentre em breve, fará doação de tal material para que os interessados tenham oportunidade de conhecer as lutas passadas".

Quem dos presentes terá respondido ao chamado desse ideólogo, animador e arquivista do movimento operário brasileiro? Claro, o investigador policial não remeteu nada, pois estava ali para colher seu exemplar, depois pregando em seu relatório. Hoje, porém, o projeto de Leuenroth é uma realidade e leva o seu nome, nutrindo-se inclusive de acervos montados pela repressão política (fundo Brasil Nunca Mais). A polícia política, em

---

nº 10, vol. 2. Campinas, Ifch-Unicamp, 1998, pp. 43-45.

[20] O Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) foi criado em 1924 e desativado em 1983, tendo vários nomes. Adoto o termo usado para fins arquivísticos. Pimenta, João P. G., "Os arquivos do Deops-SP". In: *Revista de História*, nº 132, 1995, p. 150.

[21] Comunicado, 2/5/60. Arquivo do Estado de São Paulo (Aesp), setor Deops, 50-B-58, fls. 1211. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

paralelo, dona de orçamento, infra-estrutura e pessoal, dedicou-se a guardar papéis referentes aos movimentos sociais, alguns deles usados nessa tese.

Outro convite de Leuenroth — conhecer as lutas passadas — é também seguido aqui. Quando ele e Azis Simão se encontraram em 1967 para comemorar os 50 anos da greve geral em São Paulo de 1917,[22] gente como o bancário Iovine não só continuava sendo espionada como também, a exemplo do sucedido com o mesmo Iovine, podia ter caído nas mãos da polícia, sempre ávida por informações, nem que para isso fosse preciso prender e arrebentar.

Em 1967, festejar greves e o Dia do Trabalho não era coisa para as massas. Não exatamente por falta de apreço, mas por causa da agressiva contrariedade das classes dirigentes com qualquer atividade que desconhecesse o que elas prescreviam como certo. Em 1964, vale lembrar, o presidente Goulart fora derrubado por causa da aversão dos donos do poder aos movimentos grevistas.

Para professores como Azis Simão, e também para seus alunos (entre estes, Eder Sader), era preciso explicar o Golpe de 64, especialmente o lugar do sindicalismo e da classe trabalhadora. Na realidade, a sociologia uspiana já pesquisava o tema do trabalho desde o início dos anos 50, quando Simão se pôs a investigar o voto operário em São Paulo.[23]

Desde a insurgência grevista do pós-guerra, a classe trabalhadora não podia mais ser ignorada. O ditador Getúlio Vargas, receoso da ação dos comunistas, vislumbrou sua importância e apresentou-lhe o Partido Trabalho Brasileiro (PTB). Com a intensificação industrializante e o crescimento do fenômeno sindical, o operariado engrandecia e chamava atenção.

No governo Kubitschek, enquanto o desenvolvimento nacional pegava carona com a indústria de autos, a curiosidade acadêmica era estimulada pela elástica expansão do setor. O fluxo de migrantes para dentro das fábricas chamava a atenção para importante questão: como se comportariam na empresa, nos sindicatos e na política? Com o Golpe de 64, o

---

[22] Simão, Azis, "Intelectual e Militante". Entrevista a José A. Rodrigues e Vera R. da Costa. In: *Ciência Hoje*, nº 53, 1989, p. 68, 71, 72.

[23] Simão, Azis, "O Voto Operário em São Paulo". In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, 1955. Apoio-me, em acréscimo, no meu comparecimento ao Simpósio Azis Simão: Classe Operária Passado e Presente. São Paulo, 10 a 13 de agosto de 1987.

desmoronamento dos sindicatos e o projeto de desenvolvimento dos militares, o tempo verbal dessa pergunta mudou e a dúvida era saber o motivo de os trabalhadores não terem saído em defesa de um governo trabalhista.

As buscas das respostas às perguntas feitas entre os anos 50 e 60 se encontram, de um lado, no debate em periódicos (*Revista Brasiliense*, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, *Sociologia*) e, de outro, na publicação, em livros, dos resultados das pesquisas de Juarez B. Lopes, *Sociedade Industrial no Brasil* (1964), Luiz Pereira, *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* (1965), Azis Simão, *Sindicato e Estado* (1966), Leôncio M. Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil* (1966) e José A. Rodrigues, *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil* (1968). Paralelamente, vale notar que outros estudiosos desse tema (dentre estes alguns vinculados ao PCB) também se interessaram pelo debate, a exemplo de Moisés Vinhas e Marco Antônio Coelho.

Numa enquete sociológica, o contato com os trabalhadores da indústria automobilística foi afinal realizado em 1963 (precisamente, na Willys São Bernardo). Porém, a análise dos dados — feita em *Industrialização e Atitudes Operárias* — só veio à tona em 1970. Reforçando um ceticismo quanto à capacidade de intervenção autônoma do operariado brasileiro, o livro complementou o livro de Cardoso sobre o empresariado brasileiro, consolidando planos da sociologia uspiana coordenados por Florestan Fernandes.[24]

As teses defendidas em *Industrialização e Atitudes Operárias* têm sido centrais na produção de conhecimento sobre o tema do trabalho no Brasil. Na passagem de uma economia agrária e exportadora para uma outra, urbana e industrial, a população dos sertões — paulistas, mineiros, nordestino, goianos — acorria dócil e interesseiro. Neste entendimento, o significado do emprego numa automobilística é a própria "realização das ambições que animam o proletariado", provocando a "conjunção", "combinação", "interação" e "adequação" entre capital e trabalho. Como conseqüência, de um lado, para os trabalhadores da indústria automobilística, a representação sindical seria uma instituição praticamente "desnecessária". De outro, quaisquer que fossem "as conseqüências a longo

---

[24] Nessa época, Florestan Fernandes dirigia o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Seu orientando, Fernando Henrique Cardoso estudou o empresariado. Ver: *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo, Difel, 1964. De Cardoso, ver também: "Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento social". In: *Revista Brasiliense*,

prazo da contínua penetração do capital estrangeiro na economia nacional", seus efeitos não seriam "sentidos negativamente pelos grupos empregados em tais empresas".[25]

Outra conclusão versa sobre a adesão dessa "nova classe operária" a tudo que estivesse acima dela:

> "a atitude ante a empresa expressa a [atitude] que os operários mantêm com relação à sociedade global ou ao mundo urbano industrial. Não esperam partilhar em nenhum grau de responsabilidade pelas grandes decisões concernentes ao desenvolvimento econômico, à democratização da vida política, à orientação do sindicato".[26]

Concorde com a idéia de o nacional-desenvolvimentismo ser, na ótica das famílias operárias, um fenômeno vindo de cima, o juízo de Luiz Pereira desdobra-se em considerações distintas. Pesquisando o tema no calor da hora, para ele, esse "operariado em formação", em "contínua reconstituição", exercia pressões a partir "'de baixo'", esforços detidamente analisados nos capítulos 2, 4 e 5.[27]

Nos anos 70, a unidade São Bernardo da Ford (a mesma que antes pertencera à Willys), voltou a abrigar uma pesquisa sociológica, de John Humphrey. Ao buscar dissociar as paralisações registradas em 1973 e 1974 das teses da formação de um "sindicalismo de negócios", Humphrey identificou no chão da fábrica um terreno chave para a compreensão dos acontecimentos. Decidido a ir à fábrica e "examinar lá a situação", o pesquisador refletia os tempos vigentes. Com o fechamento dos espaços institucionais pela ditadura militar, a fábrica era palco de "padrões aparentemente novos da conduta operária e da ação sindical".[28]

---

nº 42, 1962. Entre outros pesquisadores, estavam Otávio Ianni e Luiz Pereira.

[25] Rodrigues, Leôncio M., *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo, Brasiliense, 1970, pp. 117, 95.

[26] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 52.

Por induzir a um entendimento centrado na novidade do perfil social dos trabalhadores empregado nas fábricas "modernas", o termo "nova classe operária" deve ser usado com cautela. Se a industrialização automobilística não foi feita com a proletarização de um operariado de ofício, apoiando-se, ao contrário, na integração imediata de trabalhadores migrantes ou desqualificados, disso resulta que não devemos ficar lamentando a inexistência de um poderoso sindicalismo de ofício a moldar a emergência sindical desse "novo" contingente proletário, nem daí concluir a satisfação da nova classe operária com a industrialização.

[27] Pereira, Luiz, *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel, 1965, pp. 186, 192, 193 (grifo do autor, g.a.).

[28] Humphrey, John, *Fazendo o Milagre: Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira*. Petrópolis, Vozes\Cebrap, 1982, pp. 12, 13, 15.

Os que se dispuseram a conhecer a classe trabalhadora, quando foram avistá-la nas usinas, não tiveram como desconsiderar as relações de força com os patrões. Como resultado, respectivamente, Rodrigues e Humphrey falaram em "estrutura de dominação" e "sistema específico de uso e controle da mão-de-obra".[29] Desde 12 maio de 1978, essa ida ao operariado foi amplamente impulsionada pela disseminação das greves e mobilizações lançadas pela paralisação dos trabalhadores da Saab-Scania (antiga Scania-Vabis), que reintroduziram um sindicalismo de ideologia anticapitalista no sistema político brasileiro.

Desse modo, outras abordagens adentraram o campo dos estudos do trabalho, incluindo-se aí um encontro entre a história social e a antropologia e, de novo, a sociologia. As restrições de espaço permitem citar apenas o crescente interesse pela investigação e análise das relações cotidianas entre capital e trabalho no interior de sistemas particulares de contratação e usufruto de mão-de-obra. Às teses de Rosilene Alvim e de José S. Leite Lopes sobre trabalhadores da indústria têxtil em Paulista (Pe), seguiram-se as de Elina Pessanha, acerca dos operários navais de Niterói, e de Regina Morel, sobre os metalúrgicos de Volta Redonda.[30]

Somente para citar uma das realizações desta safra, o relato e a análise de *A Tecelagem dos Conflitos de Classe* conseguiram superar a clássica divisão entre "classe em si" e "classe para si". No momento de buscar emprego na fábrica, já se observa uma

---

[29] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 118. Humphrey, *Fazendo o*, op. cit., p. 104.

Os relatórios sobre as experiências de "integração na produção" de militantes de grupos de esquerda também ressaltam a relevância das relações entre capital e trabalho, concretizadas na busca do emprego e na produção das fábricas, como meio de conhecer o operariado. Tais relatos encontram-se no fundo Coleções Particulares: Daniel A. Reis Fº, Jair F. de Sá e Jean M. Van der Weid (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Aperj).

[30] Alvim, Rosilene, *Constituição da Família e Trabalho Industrial. Um Estudo sobre Trabalhadores Têxteis numa Fábrica com Vila Operária*. Rio, tese de doutorado apresentada ao PPGAS/MN-UFRJ, 1985. Leite Lopes, José S., *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'*. Rio, tese de doutorado apresentada ao PPGAS/MN-UFRJ, 1986. Pessanha, Elina, *Vida Operária e Política. Os Trabalhadores da Construção Naval de Niterói*. São Paulo, tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP, 1986. Morel, Regina, *A Ferro e Fogo. Construção e Crise da Família Siderúrgica — O Caso de Volta Redonda (1941-1968)*. São Paulo, tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP, 1989. Ver também: Canosa, Lourdes, *No Calor do Fogo. A Trajetória de uma Usina Siderúrgica Paulista*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado apresentada ao Ifcs-UFRJ, 1991. Silva, Fernando T. da, *A Carga e a Culpa. Os Operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade, 1937-1968*. São Paulo, Hucitec, 1995.

Infelizmente, não foi possível incluir — a contento — a discussão de obras cuja circulação aconteceu no acabamento desta tese. Ver: Jordan, Thomas, *Contesting the Terms of Incorporation. Labor and the Sate in Rio de Janeiro; 1930-1964*. Urbana, tese de doutorado apresentada à University of Illinois at Urbana-Champaign, 2000. Ramalho, José R.; Santana, Marco A. (org.), *Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro. A Trajetória dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, DP&A/Faperj, 2001. Ferreira, Jorge (org.). *O Populismo e sua História. Debate e Crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

comunidade operária com formas de organização e comunicação estruturadas e permanentes, algo muito diferente de um grupo de pessoas que só tem sentido quando reunido e disposto na fábrica para servir ao capital. Além disto, neste espaço fabril e durante o processo produtivo — lugares e tempos de dominação da força de trabalho —, os operários interpretam-nos de modo a instituírem práticas coletivas de sociabilidade, solidariedade e resistência. Em contrapartida, nota-se que "a presença da dominação e sua interiorização permanecem" mesmo quando "prevalece a explicitação dos conflitos de classe".[31]

Deste modo, outro caminho não se toma aqui; aquele que nos leva, dentro do mesmo universo de pesquisa, do "bem-estar" dos anos 60 ao "mal-estar" dos 70.[32] Pois esses dois pólos opostos se encaixam quando se concebe a classe trabalhadora a partir de uma trajetória evolutiva, egressa de uma posição submissa ao capital para outra, "para si contra o capital".

Estendendo o alcance dos estudos históricos e sociológicos, José Ricardo Ramalho, em sua pesquisa na Fábrica Nacional de Motores (FNM), levou essa problemática até os trabalhadores da indústria automobilística. Interessante resultado, demonstrou a existência de gerações bem distintas no coração da chamada "nova classe operária". Em aberto, deixou claro que esse grupo apresentava uma história a ser conhecida fora do Rio de Janeiro.[33]

Em seu livro sobre o apoio operário, em Turim, ao antifascismo e a candidaturas de esquerda, Maurizio Gribaudi[34] relata uma experiência em si mesma interessante, mas também decisiva para a continuação dos estudos supracitados. Na ocasião, ele reparou que seu manuseio do conceito de cultura significava "pensar que um conjunto de normas, modelos e imagens do mundo" eram "referenciais ativos e sem ambigüidade na orientação dos comportamentos de um grupo". Isto o induzia "a orientar-se em direção aos aspectos comuns e mais facilmente evidentes do comportamento social, expurgando toda vez os

---

[31] Leite Lopes, *A Tecelagem*, op. cit., p. 23. Ver também: Leite Lopes, José S., "A Formação de uma Cultura Operária". In: *Tempo e Presença*, nº 220, 1987. Leite Lopes, José S., "História e Antropologia". In: *Revista do Departamento de História*, nº 11, Belo Horizonte, 1992.

[32] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit. Humphrey, *Fazendo o*, op. cit.

[33] Ramalho, José R., *Estado-Patrão e Luta Operária*. Rio, Paz e Terra, 1989.

[34] Gribaudi, Maurizio, *Mondo Operaio e Mito Operaio*. Turim, Einaudi, 1987, p. XIII.

elementos de diferença, as dissonâncias". A recepção a *Mondo Operaio e Mito Operaio* talvez se explique pelo fato de seu autor ter se dado conta do problema e ter chegado a um resultado de pesquisa original. O mito operário, o da classe consciente e atuante porque concentrada em grandes estabelecimentos industriais, cedeu espaço ao mundo operário, as vizinhanças, o dia-a-dia, as redes de sociabilidade e solidariedade; mundo construído com dissonâncias e afinações. Para Gribaudi, é esse o lugar onde o antifascismo e a esquerda se constituíram.

Visando à uma abordagem microhistórica e social, escrevendo a história por intermédio do mapa do cinturão de linhas de montagem automobilísticas em São Paulo, é esse o objetivo dessa tese.

PARTE I

PÓS-GUERRA E DESENVOLVIMENTISMO

1

Automóveis 100% Nacionais para Argentina e Brasil

Parceria Desenvolvimentista no Além-Mar

Com Duas Automobilísticas na Bagagem

Industrias Kaiser Argentina (IKA) e Willys-Overland do Brasil (WOB) são duas empresas automobilísticas resultantes da viagem de Kaiser à América Latina em agosto de 1954.[35] Filho de imigrantes alemães, o empresário em giro encarnava como ninguém a trajetória do *self-made-man*, tendo acumulado fortuna e popularidade no setor da construção de rodovias e de navios nos anos 30 e 40. "Nenhum industrial desde Henry Ford conquistou tanto em tão pouco tempo quanto Henry Kaiser", constatou *Fortune*. Cotado

---

[35] Tanto sua chegada nos anos 50 quanto sua retirada em meados dos 60 contribuem para a compreensão da história de outras nações que também passaram pela política de substituição de importações, como México, Índia e África do Sul. Ver: Mericle, K., Kronish, R., *The Political Economy of the Latin American Motor Vehicle Industry*. Cambridge, The MIT Press, 1984. Bennett, Douglas; Sharpe, Kenneth, *Transnational Corporations versus the State. The Political Economy of the Mexican Auto Industry*. Princeton, Princeton University Press, 1985. Jenkins, Rhys, *Transnational Corporations and the Latin American Automobile Industry*. Londres, MacMillan, 1987. Seidman, Gay, *Manufacturing Militance: Worker's Movements in Brazil and South Africa, 1970-1985*. Berkeley, University of California Press, 1994. Brennan,

para concorrer nas eleições presidenciais de 1940 como vice de Roosevelt, "tornou-se um herói nacional, o que o país há muito não via desde Henry Ford".[36]

A comparação entre um e outro não era gratuita. Na expressão de Langworth, Kaiser foi responsável, junto de Joseph Frazer, pela "última investida sobre Detroit", a capital mundial da indústria automobilística, cidadela das Três Grandes, GM, Ford e Chrysler. Fascinados com o brilho da fabricação de carros, organizaram a Kaiser-Frazer Corporation, instalando sua fábrica nos arredores da cidade, em Willow Run. Rapidamente, entretanto, dissipava-se a bolha de mercado que os animou, e a crônica falta de vultosos recursos tornava inviável sua presença no ramo fabril de veículos de passageiros. Mesmo assim, sinalizando as duas outras fusões que estavam por vir, Kaiser, em 1953, incorporou Willys-Overland Motors e sua lucrativa linha de veículos utilitários, baseada no Jeep.[37]

A aquisição de Willys Motors foi algo mais de uma operação financeira, possibilitando a mescla de práticas empresariais numa síntese de perfil desenvolvimentista. Se Willys se destacava pela amplitude de suas operações no além-mar por causa do sucesso de seu Jeep, Kaiser já ensaiara a iniciativa de captar recursos para a manufatura no mercado aberto de ações, mobilizando o cidadão comum como futuro consumidor de seus produtos.

"A liberdade de produzir encerra todas as outras liberdades", sintetizou H. Kaiser em seu discurso no 47º Encontro Anual da Associação Nacional de Industriais, acontecido em dezembro de 1942, dois anos e meio antes do segundo conflito mundial acabar. Tal liberdade, afiançou, "é a única esperança segura para o mundo do pós-guerra". Ainda mais,

---

James, *The Labor Wars in Córdoba*. Cambridge, Harvard University Press, 1994.

[36] *Fortune*, julho de 1951.

Ver também: Adams, Stephen, *Mr. Kaiser Goes to Washington*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1997.

[37] Langworth, Richard, *Last Onslaught on Detroit*. Nova Iorque, Automobile Quarterly Publications, 1975.

No pós-guerra, as Três Grandes se interessariam pelo reerguimento europeu e consolidariam sua preponderância ante as Independentes Líderes (nome dado a Studebaker Corporation, Hudson Motor Car Company, Nash Kelvinator Corporation, Packard Motor Car Company, empresas que haviam sobrevivido à concorrência, à depressão dos anos 30 e que ainda operavam com relativo sucesso), Nash e Hudson fundaram American Motors Corporation em maio de 1954. Em junho, seria a vez da fusão de Studebaker e Packard, abrindo a Studebaker-Packard Corporation. A grande diferença foi o rumo tomado. Em 1953, é difícil supor que Kaiser estivesse interessado apenas no mercado norte-americano. Por sua vez, American Motors e Studebaker-Packard continuaram atuantes nos EEUU até o seu fechamento, cerca de 20 anos depois.

"no tempo devido", deveria ser estendida — "através de nossas habilidades, nossos produtos, nossas finanças" — "aos quatro cantos da Terra".[38]

Apesar disso, a América Latina teria de aguardar antes de ser incluída na agenda da "nova ordem mundial". A guerra só terminaria em 1945 e o grande vencedor (os EUA) se decidiria primeiro pelo reerguimento da Europa ocidental. Os laços de obstrução do desenvolvimento industrial nos países pobres não relaxariam rapidamente, e o continente seria "olvidado" pela política externa do governo dos EUA.[39]

Vivenciando a ascensão de sua popularidade política, o próprio Kaiser tinha em mente duas etapas distintas. Ainda era hora de "arrumar a própria casa" e desenvolver e reforçar a vasta economia do país que estava para emergir como grande líder mundial. Exortando seus pares a construir 9 milhões de habitações, a responder à demanda por autos ("uma civilização como a nossa é completamente dependente de transporte", resumiu), a construir um audacioso e vasto sistema de auto-estradas e a fornecer tratamentos de saúde, o orador definiu o "desafio e responsabilidade" do momento: dar ao povo estadunidense

> "uma oportunidade imediata de *ir trabalhar*, primeiro em casa; então, assim que as necessidades se esclareçam, os frutos do seu trabalho podem ir para o Estrangeiro para ampliar as oportunidades daqueles por cuja liberdade eles agora lutam".[40]

Nitidamente, a pré-condição estabelecida para a expansão internacional do pós-guerra é o próprio programa de desenvolvimento a ser perseguido pelo grupo Kaiser. Possível parceiro de chapa com Roosevelt, a plataforma que vislumbrava para seu país era composta de itens constantes no raio de atuação de suas empresas: transporte, estradas, saúde e habitação. Para alcançá-la, na frente dos povos por cuja "liberdade" lutava, vinham a vitalidade e a enorme potencialidade de crescimento do próprio Estados Unidos.

De novo, foi preciso aguardar. Kaiser-Frazer ainda teria de ser criada em 1946. Mesmo depois dos rápidos prejuízos que ocasionou, a resistência de Henry Kaiser em ampliar seus negócios para o além-mar ainda teria de ser vencida. A combinação mau

---

[38] Kaiser, Henry J., *Management Looks at the Post-War World*. Nova Iorque, Newcomen Society, 1943. The Bancroft Library (TBL), University of California, Berkeley (UCB).

[39] "Para as nações que se associaram à Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948 com a esperança de ingressar numa nova era das relações interamericanas, a grande questão, no final dos anos 40 e dos 50, (...) era: por quê não existe um Plano Marshall para a América Latina?". Cobbs, Elizabeth, *The Rich Neighbor Policy*. New Haven, Yale University Press, 1992, p. 12.

negócio e discussões com interlocutores de confiança o fez mudar de idéia. "Pense nisso, Henry", aconselhou deLesseps Morrison, prefeito de Nova Orleans. São "200 milhões de pessoas na América Latina sem uma indústria automobilística sequer", completou. Comitiva formada, partiram para conhecer a América Latina em agosto de 1954, viajando para México, Venezuela, Colômbia, Brasil e Argentina.[41]

Feito abaixo do Equador

"Os Kaiser nunca batem em retirada", costumavam repetir orgulhosos Henry e seu filho, Edgar. De fato, percorrido o continente, não abandonaram seus meios de produção no território perdido, evitando vendê-los a preço desvalorizado. "Problemas", outra máxima de H. Kaiser, "são apenas oportunidades em trajes de trabalho". Reelaborando as experiências de Kaiser-Frazer e Willys-Overland, promoveram um recuo organizado em direção ao Brasil e Argentina, expandindo a linha de frente da produção industrial automobilística.[42]

Amplamente cobertas pela imprensa, as atividades dos viajantes incluíram contatos com políticos, diplomatas, financistas, empresários e militares, fossem eles nativos ou estrangeiros (principalmente os estadunidenses). Todas elas visavam a investigar as possibilidades, os problemas, os desafios, as perspectivas e as questões específicas que cada país visitado apresentava.

No Brasil, Henry Kaiser seria brindado, em 16 de agosto, com um banquete por Oswaldo Aranha, ministro do Exterior de Vargas. Iguarias e exclamações foram saboreadas nessa noite de "encontro de dois gigantes". Para espanto geral dos convivas, Kaiser foi além da proposta de uma indústria automobilística para o Brasil, defendendo uma indústria de autos brasileira para a América do Norte. Aranha e o embaixador Kemper fizeram chover interjeições de boas vindas. "Surpreendente!" e "grande!" foram algumas de suas interjeições.[43]

---

[40] Kaiser, Henry J., *Management Looks*, op. cit.

[41] O diálogo entre Morrison e Kaiser está transcrito no livro *The Kaiser Story*. Oakland, Kaiser Industries Corporation, 1968, p. 47.

[42] *Fortune*, julho de 1951. A segunda máxima também é encontrável no diálogo entre o senador Ferguson e o visionário Tucker no filme *Tucker, a Man and his Dream*. Tucker quis entrar no mercado automobilístico, mas também não teve sucesso.

[43] Através da distribuidora Willys Gastal, os Aranha já figuravam na organização da Willys-

"'*Oh, yes*'"! — exultou Aranha, expressando sua concordância com o argumento sobre o desenvolvimento econômico advindo com as exportações da fábrica ainda inexistente. "Nós iremos proteger o mercado brasileiro", garantiu o ministro. Com ares de estadista, cativante, confiante, Aranha sinalizou que Kaiser deveria se avistar com o presidente Vargas. "Precisamos de *know-how*, experiência e coragem no Brasil", acrescentou, discorrendo, em seguida, sobre os investimentos de General Motors na sua unidade montadora de importados em São Caetano. Sabiamente, preferiu criticar o filho, Oswaldo Gudole Aranha, cujos negócios com a Willys do Brasil eram idênticos aos de GM. (Ou seja, ambos importavam carros desmontados dos EUA para aprontá-los em fábricas no ABC.) Gudole Aranha, seu pai apontou, estava "fazendo dinheiro contra os interesses do Brasil". Numa referência à riqueza brasileira por excelência, ele sintetizou dizendo: "não podemos viver só de café".[44] Ao finalizar as conversações, Aranha "foi exuberante" ao descreveu para os homenageados "os recursos intocados e as necessidades e oportunidades em quase toda área relevante no Brasil".[45]

Oh, yeah!, pensaram os comensais *yankees* em uníssono. *Eldorado* podia ser redivivo. Ao seduzir-se com a idéia de uma "Brazilian Motors Corporation", Kaiser possivelmente se recolheu ao seu aposento ansioso por seu próximo encontro, com Vargas, figura arredondada e de baixa estatura como ele mesmo, um gigante teuto-americano, era. Onze anos depois de um Jeep transportar um amistoso colóquio presidencial entre Getúlio Vargas e Franklin Delano Roosevelt, em Natal (RN), o dono da linha de montagem desse indestrutível utilitário — ele que fora íntimo parceiro do líder do New Deal — portaria

---

Overland do Brasil desde 1952, quando se posicionaram no apoio à política de Vargas para a indústria automobilística, uma estratégia que tinha muitos adversários entre políticos, economistas e empresários.

[44] Casualmente profético, Aranha não estava se referindo ao sucessor de Vargas, Café Filho, que aplicou uma política antiindustrialista em nome da arrumação das contas internas.

Ex-membro do tenentismo, o ministro reconhecia ser a hora de enfim promover a industrialização nacional, para atingir as decantadas condições de "independência", "potência" e "desenvolvimento". Ver: Araújo, Angela, *A Construção do Consentimento. Corporativismo e Trabalhadores nos Anos 30*. São Paulo, Scritta, 1998, pp. 49-63.

[45] Osvaldo Gudole Aranha serviu na Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália. Nessa campanha, o Jeep transportou generais e soldados brasileiros, conquistando-os. Os primeiros queriam aparelhar as FFAA e industrializar o país, projetando uma nação de acordo com a doutrina de segurança nacional. Os segundos caíam seduzidos pelas possibilidades que um carro versátil e resistente oferecia às suas várias necessidades de locomoção e carregamento. Brasil e EUA tinham um bom motivo para costurar suas relações. O general Clark e seu subalterno Vernon Walters sabiam disso e também disso era cônscia a elite de comando da FEB, ou o oficialato emergente. Gudole Aranha sonhou em levá-lo. Os "pracinhas" eram um tremendo contigente para o estreitamento dessas relações e bons testemunhos dos métodos estadunidenses,

audaciosas idéias para o nosso desenvolvimento industrial. Bons salários, preços baixos, expansão econômica, abundância. Essas seriam as deixas de sua fala. O empreendimento, como assinalou Cobbs, representaria um decidido influxo de afluência capitalista a complementar a política de boas vizinhanças do governo Roosevelt. Com o tempo, os laços de dependência do modelo brasileiro de desenvolvimento acarretariam multinacionais (e não uma Brazilian Motors Corporation, preços altos, salários flutuantes e progresso desigual).[46]

Na manhã do dia de seu colóquio com Vargas, Kaiser se avistou com aproximadamente 200 empresários da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Fato corriqueiro, conquistou as palmas da audiência que, ansiosamente, vibrou com suas colocações para a industrialização do Brasil. Não era para menos. Quem senão ele poderia, com tanta autoridade, poder e experiência, falar de aço, alumínio, cimento, estradas, estaleiros e lucros, muitos lucros? Cativante, o visitante externou sua "firme confiança" numa indústria automobilística nacional e foi ovacionado quando declarou que o "Brasil se apresenta como uma das maiores oportunidades que eu vi em minha vida". "Entre os eloqüentes tributos a Mr. Kaiser", anotou-se o de Euvaldo Lodi, presidente da CNI, que chamou-o ao compromisso: "aqui está o Brasil. Nós acreditamos que o senhor o cumprirá".[47]

"O povo quer saber o segredo de Climério", estampou *Última Hora* na manchete de primeira página do dia 18 de agosto de 1954. Pairando esse clima, Vargas concedeu "audiência especial" a Kaiser. Num salão do Palácio do Catete, o presidente acomodou-se à cabeceira da mesa e tentou ignorar a caçada ao matador do major Vaz — uma indiferença, a propósito, impossível de manter pois, nessa jornada, Gregório Fortunato, o chefe de sua Guarda Pessoal, foi detido e levado para a Base Aérea do Galeão. A principal pergunta do presidente foi quanto aos planos do empresário, querendo saber se Kaiser iria montar ou

---

um mercado potencial promissor. Kaiser veio para reaquecer os planos.

[46] Cobbs, *The Rich*, op. cit., p. 239-240.

O passeio de Vargas e Roosevelt na base área estadunidense em Natal (Paranamirim Field) foi retratado por Raymond Neilson no quadro *Segunda Visita de Roosevelt ao Brasil.* Está impresso na capa e no encarte de ilustrações do livro de Tota, Antonio, *O Imperialismo Sedutor. A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra.* São Paulo, Cia. das Letras, 2000. Ver também: Danese, Sérgio, *Diplomacia Presidencial.* Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.

[47] Relatório, de 16 de agosto de 1954, de Kaiser e Elliott para E. Kaiser e Trefethen. Pasta 1, caixa 139. Henry Kaiser Papers (HKP), BANC MSS 83/42 c, TBL, UCB.

produzir autos. O visitante, tecendo comentários favoráveis ao país, falou dos planos de aproveitar de modo "integral" a mão-de-obra brasileira e sacou sua pretensão de manufatura plena e de exportação para os EEUU. "'Quantos veículos o senhor poderia exportar'"?, prosseguiu Getúlio em sua curiosidade. "Mr. Kaiser rapidamente calculou 50 mil carros por ano a US$ 2 mil cada um". "Tremendamente interessado", o presidente estimulou-o ao prometer-lhe "todo o apoio de seu governo", nesse instante em profunda crise. "Nós temos o *know-how*, nós temos o ferramental, e, se nos estabelecermos aqui, gostaríamos que os brasileiros possuíssem a maioria das ações da companhia", assegurou-lhe Kaiser. Num impulso insensível, o embaixador Kemper

> "interrompeu o colóquio ao levantar-se prematuramente, exatamente quando o presidente dava baforadas de satisfação com seu charuto e parecia querer conversar longamente com mr. Kaiser sobre a industrialização do Brasil".[48]

Como reza a superstição do calendário político brasileiro, agosto não costuma ser um mês de boas novas. Em seu romance policial, Rubem Fonseca assim retratou o encontro:

> "o prefeito de Nova Orleães, deLesseps S. Morrison, recebido em audiência pelo presidente Vargas, disse que o Rio de Janeiro continuava sendo, apesar de certo pessimismo que encontrou entre alguns cariocas, uma das mais agradáveis e seguramente a mais bela cidade do mundo. Morrison, que visitava o Rio pela terceira vez, acompanhava Henry Kaiser, considerado um dos reis da indústria automobilística americana. Kaiser assegurou, na audiência com o presidente da República, estar sua empresa em condições de transportar para o Brasil uma fábrica com capacidade de produção anual de 50 mil automóveis destinados ao mercado interno e à exportação.
> Estavam também presentes à audiência o ministro Oswaldo Aranha, o embaixador americano James Kemper e o senhor Herbert Moses.
> Quando os americanos saíram da entrevista, Kaiser comentou no carro que os levou do Palácio do Catete para o hotel Copacabana Palace, que pelas fotos de Vargas que vira nos Estados Unidos, sempre sorridente com um charuto na mão, imaginava que ele fosse uma pessoa alegre e bonachona; surpreendera-se com o aspecto melancólico e sorumbático do

---

[48] As citações do banquete e do encontro no Catete foram retiradas do Relatório de Kaiser e Elliott para E. Kaiser e Trefethen, 16/8/54. Pasta 1, caixa 139, HKP, BANC MSS 83/42 c, TBL, UCB. Ver também: coluna "O Dia do Presidente", *Última Hora* (RJ), 18/8/54. *The Kaiser*, op. cit., p. 47.

No Arquivo Nacional (AN), fundo Agência Nacional, EH/COC-P/03075, estão guardados três negativos da audiência de Vargas a Kaiser.

presidente".[49]

Com efeito, esse terá sido um encontro de imagens invertidas. Kaiser era um eclipsado César dos automóveis e Vargas era uma sombra pálida seu material diplomático, ele que fora ditador todo-poderoso e popular presidente. De todo modo, ante os primeiros acenos de diálogo oficial, o visitante, ao querer assumir a ponta da industrialização substituidora de importações, possuía condições excepcionais para responder com pronta disponibilidade, acelerando o estreitamento das relações entre Brasil e EEUU. Quem não estava preparado era o Brasil. Vargas encontrava-se acossado no Catete; estava cercado pelo que chamou de "mar de lama". Esgueirava para fora de seu palácio e via o país fracionado entre as declinantes imagens de "pai dos pobres" e "mãe dos ricos". Já não tinha forças para liderar um processo que encontrava oposição entre economistas, políticos e empresários adeptos do "monetarismo".[50]

Embora tenha se revelado frutífero desde logo, o encontro com Perón foi atribulado. O livro autobiográfico do grupo Kaiser afirma que foi em Buenos Aires onde a "recepção" foi mais "simpática" e o "entusiasmo", "contagiante". Porém, no decorrer do colóquio presidencial, Kaiser intuiu a escalação de uma propina nas negociações e enfureceu-se. Ao interromper bruscamente os entendimentos, encerrou-os ali mesmo, cancelando qualquer encaminhamento já decidido. Na volta ao hotel, uma mensagem assegurava que as negociações correriam como expresso pelo empresário, que então as reabriu. Com participação acionária estatal, estava para nascer Industrias Kaiser Argentina (IKA).[51]

No vôo de retorno, uma escala no Rio fez a comitiva sobrevoar uma capital federal em polvorosa. Vargas suicidara-se horas antes, e o Palácio do Catete estava cercado pela multidão. Em carta escrita depois desse episódio, Gudole Aranha esclareceria Kaiser que,

---

[49] Fonseca, Rubem, *Agosto*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 274.

A despeito do clima melancólico, contrastante com o registro anterior, a versão de Fonseca ecoa fonte fidedigna, qual seja, Gattás, Ramiz, *A Indústria Automobilística e a Segunda Revolução Industrial no Brasil*. São Paulo, Prelo, 1981, p. 226.

[50] Leopoldi, Maria A. P., "O Difícil Caminho do Meio", In: Gomes, Ângela de C. (org.), *Vargas e a Crise dos Anos 50*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, p. 171-172.

[51] *The Kaiser*, op. cit., pp. 47-48.

Quando o acordo foi assinado em 1955, a revista *Visión* exultou. Na manchete, fez publicar o anúncio de uma "nova era na América Latina: produção em massa". *Visión*, 4/3/55. Pasta 10, caixa 4. Edgar Kaiser Papers (EKP). BANC MSS 85/61 c, TBL, UCB.

embora tivesse tentado, tinha sido "impossível" ir encontrá-lo no aeroporto do Galeão por causa da "morte de nosso presidente na manhã desse dia",

> "dia que se seguiu a uma noite horrível e extenuante, e que terminou tão tragicamente, sendo vivido em cada minuto por meu pai, e por mim mesmo, ao lado do presidente até o momento em que ele eludiu a todos nós para cometer o trágico ato que pôs fim à sua vida".[52]

Entre os grupos empresariais brasileiros com que Kaiser entrou em contato, os Aranha figuraram destacadamente. Enquanto o ministro de Estado cuidou da promoção política e dos canais palacianos, seus dois filhos, Euclides e Oswaldo, recepcionaram o visitante e discutiram seus negócios em comum, a importadora de jipes Willys-Overland do Brasil, composta por 11 firmas distribuidoras de produtos Willys Motors em 1952 (nesse ano, note-se Willys não era de Kaiser).[53]

Em sua viagem, Henry Kaiser precisava de uma resposta conclusiva à pergunta vital: haveria fornecimento de aço suficiente para a produção nas fábricas? No Brasil, portanto, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi incluída no seu roteiro.[54] No trajeto do Rio para Volta Redonda, Gudole Aranha e Kaiser falaram pela primeira vez de uma fábrica, o que envolveria o fim da montagem e o início da manufatura. Entre as visões de uma fábrica de utilitários e a plena industrialização automobilística, os interesses estadunidenses e nacionais delinearam suas propostas. "Nosso grupo é forte", disse o brasileiro, assegurando ter meios para conseguir financiamentos. Depois, deixou claro duas coisas. Não pretendia ser acionista majoritário e preferia começar com os jipes — "são o veículo nacional", definiu — para só depois passar aos autos de passeio.[55]

---

[52] Carta de Oswaldo Gudole Aranha para Henry Kaiser, 30 de agosto de 1954. Pasta 8, caixa 138, HKP, BANC MSS 83/42 c, TBL, UCB.
Sobre o desgaste das imagens de Vargas e as alterações provocadas por seu suicídio, ver: Ferreira, Jorge, "O Carnaval da Tristeza", Ferreira, Jorge, "O Carnaval da Tristeza". In: Gomes, Ângela de C. (org.), *Vargas e a Crise dos Anos 50*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, pp. 64-72.

[53] A oficina de montagem acabara de instalar-se em São Bernardo e utilizava uma certa percentagem de autopeças fabricadas no Brasil.

[54] A CSN resultou de negociações entre Brasil e EUA e determinou a entrada do primeiro ao lado dos Aliados na Segunda Guerra. O mesmo vale para a FNM.

[55] Memo de conversa entre Kaiser e Gudole Aranha (de Robert Elliott, secretário de Kaiser), 18 de agosto de 1954. Pasta 1, caixa 139, HKP, BANC MSS 83/42 c, TBL, UCB. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.
O telegrama de Kaiser para Trefethen, de 23 de agosto de 1954, reporta sua visita à oficina de montagem em São Bernardo, onde 35% do peso do Jipe já eram brasileiros, percentual que estava em curso

Defendendo sua proposta de produzir a baixo custo para reexportação para os EEUU, o visitante sublinhou seu desejo de instalar uma "completa indústria manufatureira de autos", seduzindo seu interlocutor com a idéia de que isso "iria construir um país". Gudole Aranha voltou a citar as condições de viabilidade do Jipe, cujos 90% do seu peso já podiam, a seu ver, ser fabricados aqui. Em seguida, afirmou que a oficina de montagem de São Bernardo já se pagava sozinha, afora gerar "bons dividendos".

O entusiasmo do construtor de navios com um plano de industrialização acelerada no Brasil, espelhava o reverso de suas debilidades. Sua insistente disposição em se instalar aqui traduzia a ociosidade de Toledo (Ohio), onde se localizava a unidade fabril da Willys americana. Em compensação, essa sua prontidão lhe possibilitaria assumir a dianteira do setor, garantir sua operacionalidade durante um bom tempo (principalmente se a concorrência das outras marcas não se mostrasse agressiva) e postergar a necessidade de investir recursos na renovação de sua linha de produtos, que, salvo o Aero Willys, datava dos anos 40 — um dinheiro que seu grupo talvez possuísse, embora não fosse sabido se seria invertido em uma aposta já considerada "espinhosa".[56]

Assim, WOB e IKA não representariam expansão, isto é, adição de novos mercados aos preexistentes, mas sim o encontro de um lugar onde fosse possível retomar a produção sem a asfixiante presença das Três Grandes, retirada posteriormente provada rentável. Ao mesmo tempo, Brasil e Argentina ansiavam pela industrialização. Era uma relação de troca: os estadunidenses, de olho na demanda reprimida acumulada no mercado brasileiro, entrariam com máquinas, quadros gerenciais e técnicos e *know-how*. Já o Brasil responderia com entusiasmo, estímulos e com um mercado protegido. Evidentemente, ambos lucrariam.

Naqueles dividendos aludidos por Gudole Aranha não se deve enxergar apenas o lucro líquido do capital, pois WOB era uma ponta de lança da família Aranha na arena da política nacional. Era uma íntima associação entre negócios e poder. No final dos anos 50, quando Kaiser sistematizou suas notas sobre o desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil e identificou três etapas na evolução de WOB, ele iluminou os termos dessa associação. Entre 1945 e 1953, contabilizou a importação de 26 mil Jeeps;

---

de elevação. A meta de 100% *made in Brazil* é considerada viável e perfeitamente possível. Pasta 1, caixa 139, HKP, BANC MSS 83/42 c, TBL, UCB.

[56] Kaiser declarou à imprensa em 1951 que Kaiser-Frazer, era "a aposta mais espinhosa que nós jamais tentamos". *Fortune*, julho de 1951.

entre 1953 e 1956, a empresa, com o início da montagem em São Bernardo em 1954, aprontou 10 mil Jeeps trazidos (completa ou parcialmente) desmontados dos EEUU; desde 1956, finalmente, "viemos a ser a primeira companhia norte-americana a aceitar o desafio proposto pelo governo brasileiro de participar plenamente, e de bom coração, no desenvolvimento industrial de produtos automotivos". Ressaltou, ainda mais, que 50% do peso do Jipe já eram brasileiros e que "estamos agora engajados na instalação de uma fábrica no Brasil para a produção de motores a gasolina, a primeira do gênero no país".

> "Nos comprometemos com o governo brasileiro a alcançar resolutamente percentagens cada vez maiores de conteúdo nacional brasileiro, e vamos manter nossa palavra".
> "Acreditamos que esse tipo de desenvolvimento no Brasil ilustra como é possível, no mundo dos negócios (...), estender cooperação no tangível simbolismo da política do 'bom parceiro – bom vizinho'".

Finalmente, manifestou seu "orgulho", e o "privilégio", de ter os Jipes produzidos com conteúdo nacional em uma companhia possuída por brasileiros, que chegaram a ter 51% de suas ações. Prevendo uma população de 100 milhões de pessoas para o país em 1970, anteviu que "nossas atividades crescerão com o Brasil no Brasil".[57]

Saudável Nacionalismo

Em meados dos anos 50, Argentina e Brasil mostravam igual determinação em produzir bens de consumo 100% nacionais, a mesma determinação que J. C. Delaplain, vice-presidente de Willys-Overland Exports Corporation (WOEC), enxergava em países africanos e asiáticos.[58]

"A Índia está forjando seu próprio caminho rumo à revolução industrial, e essa fábrica é um marco importante ao longo do trajeto", apontou para o Oriente Médio. Referindo-se à fábrica de jipes de Bombaim, explicou que gente local gerenciava a

---

[57] "Henry J. Kaiser notes on Development of Automotive Industry in Brazil", s.d. (possivelmente 1958 ou 1959). Pasta 1, caixa 139, HKP, BANC MSS 83/42 c, TBL, UCB.

[58] Havia uma diferença básica entre Kaiser-Frazer e Willys Motors. A primeira produzia automóveis de passageiros para o mercado norte-americano (EUA e Canadá). A segunda, por sua vez, fez do Jeep seu cavalo de batalha, dele extraindo toda uma linha de autos utilitários leves para fins civis e militares. Pelo fato de seus produtos serem uma "mão na roda" tanto para necessidades de desenvolvimento econômico em áreas dotadas de pouca infra-estrutura industrial quanto para fins militares, WOEC atuava em várias partes do planeta aplicando uma "receita" de associação com capital nacional. Certamente, a experiência relatada por Delaplain teve início antes da fusão das duas firmas.

empresa, ou possuía ações suas. O aço era feito lá e o Jeep era usado para os planos locais de "abertura de fronteiras" do imenso território indiano.

Abertura de fronteiras, era disso que se tratava. Para Delaplain, com o pós-guerra, a emergência de "compreensíveis aspirações nacionais" em países africanos e asiáticos os tornava ansiosos por consumir bens industrializados, mas seu preço era muito elevado para a importação numa larga escala. A seu ver, o nacionalismo desses países não era um problema, mas um "saudável parceiro". Desejavam a industrialização, e isso era natural, já que estavam convencidos de que

> "irão em frente, estão determinados a adquirir progresso em termos razoáveis com seus parceiros estrangeiros. Têm fé que a indústria os vai libertar da pobreza e mazelas internas".[59]

Ao passo que Delaplain viajara diversas vezes para a África e o Oriente, Hickman Price angariava bons resultados na Europa e na América Latina. Desse modo, WOEC já tinha relações com a família Aranha, cujo interesse nesse negócio começou quando Gudole Aranha voltou da Itália, onde viu o Jeep em plena forma, vindo a apreciar a ampla versatilidade desse veículo utilitário.[60]

Enquanto muitos brasileiros (e também soldados de outros países da África e do Oriente) viam uma contradição entre lutar na frente antinazista e não se opor a um regime político antidemocrático em solo nacional, Gudole Aranha se inquietava com a busca de uma maneira que viabilizasse levar o Jeep para o Brasil. (Depois, o desafio seria fazer do Jeep um Jipe.) Novamente, isso não quer dizer que os Aranha só pensavam em dinheiro. Eles sabiam que negócios não prosperam sem política, representando, no Brasil, o parceiro que Delaplain mencionava.

Não era esse o ponto de vista de Henry Ford II, o neto forte do velho Ford. Em 1961, ele repôs a tese antiindustrialista ministrada a Meira em 1953 e externou assim seu

---

[59] Delaplain, J. C., "Joint Ventures Overseas". Discurso, XLIII Encontro Anual do National Industrial Conference Board, Nova Iorque, 21 de maio de 1959. Pasta 2, caixa 250, EKP, BANC MSS 85/61 c, TBL, UCB.

[60] Langworth, *The Last*, op. cit., p. 228. Mason, David, *Salerno, A Invasão da Itália*. Rio de Janeiro, Renes, 1977.

Hickman Price foi o primeiro diretor-geral de WOB, sendo sucedido por William Max Pearce.

ponto de vista: "gostemos ou não, África, Ásia, América Latina estão todas se voltando para a era industrial".[61]

> "Não é de bom tom dizer-lhes que isso não soa bem, que não deviam tentar fazer tanto tão rápido, que deveriam relaxar e comprar da gente muito mais barato do que podem fazê-lo. Simplesmente não concordam; estão profundamente atados à industrialização rápida. Se quisermos compartilhar desses mercados, ricos e vastos como seguramente serão algum dia (...), teremos de ir para lá com nosso capital, ferramentas, *know-how* e ajudá-los a conseguir o que querem".[62]

PARCERIA DESENVOLVIMENTISTA

A união dos interesses entre parceiros locais e empresa multinacional personificava processos em curso no panorama mundial do após-guerra. Se, pelo fato de não ser um império como Inglaterra, França, ou Bélgica (destroçados pela guerra), a emersão dos EEUU não encontrava maiores resistências no nacionalismo visto como saudável, a vontade da América Latina de industrializar-se não esbarrava em incômodos laços coloniais. Nesse sentido, para não mencionar o sudeste asiático, a situação da Índia e África do Sul era muito mais complicada que a de México, Brasil e Argentina. Ao mesmo tempo, a superpotência podia agir localmente pensando globalmente, em si. Na América Central (Guatemala, Honduras e Costa Rica), United Fruit. Na América do Sul, o projeto fordista de Kaiser.[63]

---

[61] Henry Ford II sucedeu Edsel Ford no comando da empresa. Na realidade, ele substituiu mesmo foi Harry Bennett, o dileto capanga de seu avô a quem, de fato, cabia o controle das fábricas em Dearborn. Bennett, além de *gangster*, era o chefe do corpo de segurança privado da Ford.

Lúcio Meira visitou a Ford em fevereiro de 1953, quando era membro da subcomissão da indústria automobilística, com a missão de negociar planos industrializantes para o Brasil com a mais antiga firma estabelecida aqui. Não teve sucesso. Talvez por isso também viajou à Alemanha. A sabatina acerca do real significado da manufatura automobilística tem sua documentação depositada no Ford Industrial Archives (FIA), Brazil, São Paulo, Ford Motor do Brasil. Local Manufacturing. Automotive Industries. Report to Brazilian Automotive Sub-Committee, AR-75-63-430: 28.

[62] Discurso. transcrito em Wilkins, M.; Hill, E., *American Business Abroad*. Detroit, Wayne State University Press, 1964, p. 414.

[63] A situação de outros impérios, como Alemanha, destruída, e Itália, destruída e subdesenvolvida, era incomparavelmente pior, o que não impediu os alemães (VW, Daimler-Benz), nem os italianos (Fiat), de expandirem-se depois. Note-se, ainda, que o fato dos EEUU não terem colônias não evitou acerbas guerras imperialistas, como a da Coréia e do Vietnã.

Ver: *Labor Relations of American Business in Developing Countries*, National Archives and Records Administration II (Nara II), General Records of the Department of State (GRDS), Record Group (RG) 174, Office of the Secretary of Labor, Records of Secretary of Labor A. J. Goldberg, 1961-62. Country

O suicídio de Vargas e o curto-circuito das primeiras negociações com Perón realimentaram as dúvidas de empresários, investidores, políticos, militares e diplomatas estrangeiros. Seria a América Latina confiável para o industrialismo capitalista? Carismático, mas também seduzido pela recepção oferecida nos lugares por onde passava, pesando seus próprios problemas, Henry Kaiser acreditou que sim, que o desenvolvimento econômico industrial poderia vencer tanto a instabilidade política e econômica quanto as mazelas do subdesenvolvimento.

Assim, quando retornou ao Brasil, em outubro de 1954, Kaiser avistou-se com um novo presidente, Café Filho. Após o encontro, numa entrevista na ABI declarou que

> "continuava estudando o projeto de uma grande fábrica, no Brasil, para produzir 50 mil veículos ao ano e que havia concluído, com o governo argentino, acordo para a instalação de uma empresa mista (...) para a produção de carros".[64]

Apesar das reticências do sucessor de Vargas, a alta direção da Willys, "que supunha realizar em cinco anos 50% do veículo", mudaria de idéia, pois, visitando o Brasil,

> "e suas indústrias de peças e acessórios, (...) chegou à conclusão de que é possível alcançar o veículo com 90% de peças nacionais em dois anos apenas".

A "receita" sintetizada — depois mantida pelo sucessor de Kaiser, o filho dileto Edgar — apregoava a promoção conjunta dos interesses comuns ao capital estadunidense e ao capital nacional local. Tal como no caso de Kaiser-Frazer, os recursos financeiros levantados poderiam vir não só dos bancos e de grupos empresarias privados, mas também da poupança do cidadão comum (um consumidor em potencial), através da venda de ações no mercado aberto, operação habilmente explorada com fins políticos e propagandísticos.[65] A experiência internacional de WOEC e de Kaiser-Frazer seria reutilizada na identificação

---

Programs, Box 58. Ver também: Hobsbawm, Eric, *A Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 337-362.

[64] Gattás, *A Indústria*, op. cit., p. 226, 198. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

Tal qual Lúcio Meira, Gattás integrou a Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis e a direção do Sindicato da Indústria de Peças para Automóveis e Similares. Seu livro visa a recuperar a memória de uma indústria que teria rompido, conforme se lê na sua contracapa, com "tabus seculares" pelos quais um "país subdesenvolvido" devia "permanecer subdesenvolvido".

[65] A campanha promocional de venda de ações contou com a participação do deputado federal do PSD Cunha Bueno (congressista em 1950 e em 1958). Depois, em 1964, o deputado foi um dos articuladores da conspiração civil anti-Jango. Carneiro, Glauco, *Cunha Bueno*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1982.

dos grupos "parceiros", tanto para os investimentos quanto para a administração empresarial. Além disso, tais grupos seriam responsáveis pelos contatos no meio da política, uma forma de se haver com a instabilidade latino-americana.

No caso brasileiro, enquanto os Aranha e os Quartim Barbosa (estes, entre outras ocupações, eram donos do Banco Comércio e Indústria) desempenharam tal papel, no caso argentino, as ligações com a política foram revestidas de outro modo, pois parte de sua composição acionária de IKA era detida pelo próprio Estado. Quando Kaiser conheceu o Brasil, os grupos nacionais privados já associados a empresas automobilísticas anteviam no estrangulamento da balança comercial e nos planos esboçados por Vargas a expansão dos negócios com a passagem da montagem para a manufatura. Antiindustrialista até no nome, depois do governo Café Filho, tais grupos estreitaram suas relações com as empresas fabricantes de autos e passaram, eles também, a operar com a produção, como foi o caso de Jurzykowski (MBB), do grupo Monteiro-Aranha (VW) e dos associados da Vemag e, nos anos 60, da Scania-Vabis. Ford e GM seguiram impávidas.[66]

"É política tradicional da Willys [Motors] encorajar vigorosamente a industrialização de seus produtos no exterior". Foi essa a decisão aplicada aqui desde antes de JK. De modo calculado, a Willys do Brasil alardeava seu empenho "na realização de um vasto programa de desenvolvimento, cuja importância supera todas as suas iniciativas anteriores", visando à total nacionalização do produto, àquela altura (1956) já 50% brasileiro. Seu "ponto fundamental" era a certeza do êxito das empresas industriais no Brasil estar "estreitamente ligado à possibilidade de superar a dependência da importação". Com JK no poder, o monetarismo estava em recuo ao passo que jorravam "medidas que possibilitam a execução do programa da WOB". Finalmente, no início de 1957, o primeiro Jipe fabricado no Brasil recebeu os últimos apertos na linha de montagem.[67]

CAPITALISMO *VERSUS* COMUNISMO

O alastramento do grupo Kaiser na América Latina não significou apenas fazer negócios com governos ou grupos empresariais locais. Implicou, adicionalmente, aplicar

---

[66] Sobre a WOB entre o suicídio de Vargas e a posse de JK, ver: Cobbs, *The Rich*, op. cit., pp. 216-219.

[67] "Willys-Overland do Brasil SA. Indústria e Comércio", s.d., provavelmente 1956. Pasta 27, caixa

dos grupos "parceiros", tanto para os investimentos quanto para a administração empresarial. Além disso, tais grupos seriam responsáveis pelos contatos no meio da política, uma forma de se haver com a instabilidade latino-americana.

No caso brasileiro, enquanto os Aranha e os Quartim Barbosa (estes, entre outras ocupações, eram donos do Banco Comércio e Indústria) desempenharam tal papel, no caso argentino, as ligações com a política foram revestidas de outro modo, pois parte de sua composição acionária de IKA era detida pelo próprio Estado. Quando Kaiser conheceu o Brasil, os grupos nacionais privados já associados a empresas automobilísticas anteviam no estrangulamento da balança comercial e nos planos esboçados por Vargas a expansão dos negócios com a passagem da montagem para a manufatura. Antiindustrialista até no nome, depois do governo Café Filho, tais grupos estreitaram suas relações com as empresas fabricantes de autos e passaram, eles também, a operar com a produção, como foi o caso de Jurzykowski (MBB), do grupo Monteiro-Aranha (VW) e dos associados da Vemag e, nos anos 60, da Scania-Vabis. Ford e GM seguiram impávidas.[66]

"É política tradicional da Willys [Motors] encorajar vigorosamente a industrialização de seus produtos no exterior". Foi essa a decisão aplicada aqui desde antes de JK. De modo calculado, a Willys do Brasil alardeava seu empenho "na realização de um vasto programa de desenvolvimento, cuja importância supera todas as suas iniciativas anteriores", visando à total nacionalização do produto, àquela altura (1956) já 50% brasileiro. Seu "ponto fundamental" era a certeza do êxito das empresas industriais no Brasil estar "estreitamente ligado à possibilidade de superar a dependência da importação". Com JK no poder, o monetarismo estava em recuo ao passo que jorravam "medidas que possibilitam a execução do programa da WOB". Finalmente, no início de 1957, o primeiro Jipe fabricado no Brasil recebeu os últimos apertos na linha de montagem.[67]

CAPITALISMO *VERSUS* COMUNISMO

O alastramento do grupo Kaiser na América Latina não significou apenas fazer negócios com governos ou grupos empresariais locais. Implicou, adicionalmente, aplicar

---

[66] Sobre a WOB entre o suicídio de Vargas e a posse de JK, ver: Cobbs, *The Rich*, op. cit., pp. 216-219.

[67] "Willys-Overland do Brasil SA. Indústria e Comércio", s.d., provavelmente 1956. Pasta 27, caixa

aqui sua filosofia de capitalismo de bem-estar. "As operações de Willys no além-mar ilustram a 'fórmula' Kaiser", reportou *The Blade*, jornal de Ohio.[68] Registrando o "triunfo industrial" de IKA e WOB com a marca do centésimo milésimo veículo manufaturado, o jornal indicou o coração da notícia ao publicar que ambas "representam algo de novo nos empreendimentos dos EEUU no Exterior".

Tal êxito e novidade possuíam conexão com a via de expansão além-fronteiras do grupo Kaiser, que, entre as outras multinacionais norte-americanas, seria o mais entusiasticamente bem recepcionado por seus anfitriões. Parte de uma estratégia internacional envolvendo cimento, aço, química e alumínio, o negócio de autos chegou a 26 países estrangeiros.

"A empreitada Kaiser", destacou *The Blade*, "fez um ótimo trabalho pela reputação dos métodos americanos"^. Adicionalmente, aproveitou a oportunidade para reproduzir a opinião de um "importante jornal":

> "à parte nosso programa de segurança mútua, que provê assistência militar direta como meio de conter o comunismo internacional, o tipo de ajuda fornecido por Kaiser Industrie representa a mais valiosa contribuição que os Estados Unidos podem fazer por seus amigos do além-mar".

The Blade entrevistou também o vice-presidente geral do grupo Kaiser, Steve Girard, que recordou a viagem de 1954. Segundo ele, Kaiser vislumbrou o potencial de mercados nacionais com "população crescente" e ouviu os seus respectivos governos a "pedir ajuda", mas não a ajuda do "colonialismo do velho dólar". Resultado: a "primeira parceria de Kaiser com uma nação estrangeira" foi a construção das Industrias Kaiser Argentina, em Córdoba, 1955, criando empregos, gerando dividendos para seus acionistas e provocando uma expansão industrial sem precedentes na cidade.[69]

137, EKP, BANC MSS 85/61 c, TBL, UCB.

[68] *The Blade*, 12/3/61. Pasta 11, caixa 248, EKP, BANC MSS 85/61 c, TBL, UCB. As citações dos seis parágrafos seguintes foram retiradas desta fonte.

A unidade Toledo pertencente à Willys Motors ficava no estado de Ohio. Quando Willow Run foi vendida para GM, apenas Toledo seguiu produzindo veículos nos EEUU.

Ora concorrente, ora dissentindo das políticas estatais, a providência de assistência pela iniciativa privada a seus empregados servia como exemplo tanto da função social da empresa particular quanto de abundância capitalista. Sobre a origem do capitalismo de bem-estar nos EUA, ver: Brandes, Stuart, *American Welfare Capitalism, 1880-1940*. Chicago, University of Chicago Press, 1970.

[69] A industrialização da Índia volta novamente à fala dos executivos Kaiser quando Girard complementou seus comentários sobre IKA e WOB mencionando a construção de uma fábrica química

A "propriedade local de ações (...) cria um sentimento de participação na indústria", declarou Girard. Ao mesmo tempo, o repórter registrava seu olhar orgulhoso diante do mapa-múndi afixado em seu escritório. Fitando áreas intactas, apontou para África, Oriente Médio, Extremo Oriente e Paquistão. "Nós apenas arranhamos a superfície", cobiçou.

Uma ambição que se auto-imaginava "responsável":

> "há uma responsabilidade sobre o país [os EUA] e seus líderes industriais (...), investir mais em maquinaria, equipamento e *know-how*, ajudar essas áreas em desenvolvimento a incrementar seu padrão de vida, sua estrutura salarial e seu poder de compra. Ocorre que, simplesmente, cremos que nossa fórmula é a melhor".[70]

Confiante, Girard arrolou os ingredientes da receita. Em primeiro lugar, a liderança empresarial da "filosofia de H. Kaiser", assim descrita: "quando vamos para uma nação em construção temos de oferecer um serviço que seja tão lucrativo quanto necessário". Acrescente-se a isso a relação de "parceria", que implicou no seguinte desejo: "que a maioria das ações fique em mãos de grupos ou acionistas". Claro que, depois, "iremos administrar o negócio", "mas só enquanto houver concordância de nossos parceiros". Em terceiro lugar, "nós encorajamos nossos parceiros do além-mar a trabalhar com o fito de tornar doméstica toda a operação, tão logo isso é possível, de modo que as fábricas fiquem auto-suficientes, resultando no efeito cascata na indústria de fornecedores". Por fim, quanto mais rápida fosse a nacionalização total da força de trabalho "mais a apreciamos".

A fórmula revelada por Girard não passaria despercebida fora do mundo dos negócios das grandes multinacionais. Em carta redigida para Edgar Kaiser com o fito de reclamar dos inúmeros defeitos no carro que tinha comprado, o líder religioso Bertram Johansson anexou duas matérias jornalísticas de sua autoria. Numa comentou o "desafio latino-americano" enfrentado pela viagem de fevereiro de 1960 do presidente Eisenhower. Ele fez notar a "ascensão das emoções anticapitalistas" no continente, em particular no que tocava ao "problema" de como o capitalismo estadunidense deveria ser apropriadamente implantado fora de seus domínios territoriais. Associada à "exploração", a "imagem distorcida" dessa infiltração nas Américas seria revertida por poucas exceções,

---

seguindo a mesma fórmula. Novamente, ocorreria um efeito industrial multiplicador. *The Blade* comentou: "em um país com uma base comparativamente fraca, isso é importante".

[70] É claro que há um tom autopromocional na fala de Girard. De todo modo, no setor auto, WOB e IKA realmente foram firmas pioneiras e determinadas.

nomeadamente United Fruit Company, W. R. Grace & Co. e Kaiser Industries Corporation.[71]

O religioso escreveu que IKA "alimentavam um mercado vasto e faminto". "Três anos atrás, esse terreno era puro pampa", citou as palavras de James McCloud, vice-presidente da empresa. A matéria relata, ademais, que a empresa "perseguiu conscientemente a prática de se identificar como argentina".[72]

Na outra matéria, de 5 de agosto de 1959, seu autor igualmente abordou a viagem de Kaiser em 1954. Para ele, os persuasivos esforços de deLesseps Morrison e do empresário Mario Bermudez nutriam-se do fato de ambos estarem convencidos da necessidade da "estabilidade econômica latino-americana" como fator de "segurança" dos EEUU, crença que ecoou na preocupação de Kaiser com a crescente influência de forças de esquerda na Guatemala.[73]

ENTRE CUBA E O *AMERICAN WAY OF LIFE*

> "A Cuba de Fidel Castro está se esforçando para persuadir os sem-nada latino-americanos que a única maneira de melhorar sua terra é chutar para longe os 'imperialistas ianques'".
> "Que respostas a democracia apresenta a um continente onde mais da metade das 198 milhões de pessoas é subnutrida (...)?".[74]

Para *Time*, autora dessa pergunta, uma das melhores respostas era encontrada em São Paulo, que anotava um crescimento econômico acelerado com a instalação de empresas como Krupp (alemã), WOB e General Electric (GE), entre outras. Assistido por firmas européias e estadunidenses, o país vicejaria em otimismo. "Em quatro anos, construímos

---

[71] A meu ver, United Fruit Company não é o melhor exemplo para isso. Sua atuação na América Central levantou inúmeros sentimentos de repúdio ante os EUA. Ver: Cobbs, *The Rich*, op. cit., p. 229. Gleijeses, Piero, *Shattered Hope. The Guatemalan Revolution and the United States, 1944-1954*. Princeton, Princeton University Press, 1991, p. 429.

[72] Carta de Johansson para E. Kaiser, 21 de agosto de 1966. Pasta 5, caixa 153, EKP, BANC MSS 85/61 c, TBL, UCB.

[73] Sobre o envolvimento de empresários e políticos estadunidenses na Guatemala nessa época, ver: Gleijeses, *Shattered Hope*, op. cit.

[74] *Time*, 20/1/61. Pasta 13, caixa 248, EKP, BANC MSS 85/61 c, TBL, UCB. As citações dos dois próximos parágrafos foram retiradas desta fonte.

uma indústria que outros países levaram 50 para ter", comparou William Max Pearce, diretor-geral de Willys do Brasil.[75]

"Os milhares de famintos-de-trabalho que acorrem do interior para São Paulo" haviam encontrado a terra das oportunidades. O "exemplo típico", *Time* individuou, era o do migrante João Avelino Pires e família. Pires deixou para trás uma "cidade da selva" e se empregara, fazia cinco anos, na WOB. Em contraste com sua situação anterior, quando "ganhava com muito suor apenas o suficiente para se manter vivo", sua família então morava numa casa com as conveniências da vida moderna e uma Rural Willys na garagem. O "resultado" era "crença verdadeira no capitalismo". Mesmo que o seu padrão de vida não fosse luxuoso, a família operária podia poupar, abrir seu próprio negócio e "expandir com direção à fortuna", a matéria delirou. "Aqui", gabou-se o governador de São Paulo Carvalho Pinto, "estamos construindo uma vida melhor bem mais rápido do que qualquer outro país sob ditadura comunista".

Num jogo político de cifras mais sutis, Kubitschek, no seu livro *A Marcha do Amanhecer*, também rejeitou o *colonialismo do velho dólar*. "Necessitamos de cooperação", admitiu. "Mas queremos colaboração e não favores", condicionou. Para JK, "o problema da paz social do Brasil é problema de desenvolvimento". De algum modo, isso também se referia à oposição ao comunismo. Ao mencionar um discurso do então senador John Kennedy (Porto Rico, 1958), ele apoiou a tese segundo a qual, deixada à sua própria sorte, a América Latina seria uma ameaça para a "segurança" de seu poderoso vizinho ao norte do Equador.[76]

"Se nosso sistema de empresa privada não contribui para ir ao encontro das demandas das pessoas nas terras estrangeiras, essas pessoas irão procurar por assistência em outro lugar". Essa era a certeza dos Kaiser — autodefinidos como "o parceiro universal". "A parte estrangeira dos nossos negócios é importante para o papel da América

---

[75] Em substituição a Hickman Price, Pearce foi o segundo diretor geral de Willys no Brasil, tendo vivido seu período de formação, ascensão, crise e fusão com a Ford. Foi seu principal executivo.

[76] Kubitschek, Juscelino, *A Marcha do Amanhecer*. São Paulo, Bestseller, 1962, p. 184.
Por causa dessa associação entre América Latina e "segurança" dos EUA, o estudo da história social do México, um país subdesenvolvido com fronteiras com um país de Primeiro Mundo, reveste-se de modo especial. Devido a essa peculiaridade da geopolítica, a Alemanha propunha fornecer "assistência" ao México durante a I Guerra Mundial. A oferta possibilitaria ao México atacar os EUA para reaver terras perdidas. Ver: Katz, Friedrich, *The Secret War in Mexico*. Chicago, Chicago University Press, 1983, pp. 328 e ss.

na paz mundial".[77] Essa era a visão de si mesmos. Por isso, num misto de astúcia e necessidade, Kaiser decidiu transferir a linha de montagem de Willow Run para Córdoba, e a de Toledo para São Bernardo. Encadeadas, compunham um cinturão industrial capitalista de bem-estar e desenhavam uma fronteira da Guerra Fria responsável por um cerco ao "comunismo" bem longe do território estadunidense. Não era uma atitude isolada, já que os Kaiser participavam de grupos empresarias com interesses na América Latina. De todo modo, era por isso que Edgar viajava em média 400 mil quilômetros cada ano por todo o mundo. Para não perder o controle de suas empresas. Para não perder suas empresas.

Não era para menos. No ano seguinte àquela matéria de 1961, *Time* já não vicejava em otimismo. Comparada também com outra reportagem, de 1959, seus jornalistas registraram algo distinto da curva de ascensão e apogeu — não necessariamente uma queda, mas o seu risco. "Em um país sacudido por crescentes mágoas nacionalistas", a maior empresa de autos da América Latina não se escudava apenas no seu tamanho para precaver-se da política nacionalizante do governo Goulart. Três anos depois de ter sido elogiada por sua destreza em combinar "habilidades e capital externo com capital e conhecimento dos mercados locais por parte de cidadãos locais", em 1962, Willys do Brasil podia expandir-se sem ser molestada por "atormentadores de gringos". Nesse meio tempo, filiais de multinacionais eram "tomadas por temores de expropriação". No caso da WOB, Jango, segundo um concorrente *yankee* invejoso, "não se arriscaria a atacar". "Ele teria 48 mil pessoas iradas com que se haver", exatamente os acionistas brasileiros donos de 51% da empresa. Confiante, Edgar Kaiser falava em por WOB e IKA para competirem por outros mercados além do argentino e brasileiro.[78]

O traçado da "via willyana" não era bem assim. Ela não venceria o desafio de manter-se no pico conquistado, ingressando na fase de vacas magras. Também não estava imune ao nacionalismo e se opunha à lei de remessa de lucros. Embora 51% de suas ações fossem possuídos por brasileiros, era controlada pelo grupo Kaiser. Por fim, no quesito competitividade, carecia de ser uma multinacional plena, isto é, ressentia-se de uma matriz interessada em permanecer e prosperar no dispendioso setor automotivo, pois o setor estava praticamente desmontado nos EUA. No Brasil, com carros acumulados nos estoques e

---

[77] *The Kaiser*, op. cit., pp. 60, 63.

[78] *Time*, 14/12/59, 20/1/61, 28/9/62.

temendo o nacionalismo crescente, para reforçar sua ascendência sobre os subordinados no chão da fábrica, para não perder o controle da empresa que dirigia, William Max Pearce criou a Comissão de Relações no Trabalho em janeiro de 1963, medida analisada no capítulo 7, "Alta Tensão".

2

Zé Brasil Foi Ser Peão

A Operação Mão-de-Obra

"A Seca Implacável Destrói Tudo"[79]

"Zé Brasil era um pobre coitado", definiu Monteiro Lobato. Ele

> "nasceu e sempre viveu em casebres de sapé e barro, desses de chão batido e sem mobília nenhuma — só a mesa encardida, o banco duro, o mocho de três pernas, uns caixões, as cuias...".

Sua vida era das mais simples e severas. Costumava "levantar de madrugada, tomar um cafezinho ralo ('escolha' com rapadura), com farinha de milho (quando tinha) e ir para a roça pegar no cabo da enxada".

O almoço "ele o comia lá mesmo"; chegava trazido

> "pela mulher; arroz com feijão e farinha de mandioca, às vezes um torresmo ou um pedacinho de carne seca para enfeitar. Depois, cabo da enxada outra vez, até a hora do café do meio-dia. E novamente a enxada, quando não a foice ou o machado".

---

[79] *Vida na General Motors do Brasil* (*Vida na GMB*), nº 11, 1950. Biblioteca Nacional (BN) (Periódicos), 2-468, 2, 1.

Se "a luta com a terra sempre foi brava" — cheia de privações, precisão e exploração —, o homem que pelejava era, no entanto, menosprezado pela sociedade. "Era só crítica" o que ele ouvia. "Vadio, indolente, sem ambição, imprestável... não havia o que não dissessem de Zé Brasil". Ao mesmo tempo,

> "ninguém punha atenção nas doenças que derreavam aquele pobre — opilação, sezões, quanta verminose há, malária. E cadê doutor? Cadê remédio? Cadê jeito? O jeito era sempre o mesmo: sofrer sem um gemido e ir trabalhando doente mesmo, até não agüentar mais e cair como cavalo que afrouxa".

Curvado, combalido, seu fim seria "morrer na velha esteira" — e por "feliz" devia dar-se caso houvesse "alguma rede em que o corpo vá para o cemitério". Senão, ia "amarrado com cipó".[80]

Zé Brasil foi uma personagem imaginada no após-guerra para agitar a mensagem da reforma agrária sob a mítica liderança de Luiz Carlos Prestes. Para Pedro Lima, ela significou uma "evolução" política na escrita de Lobato. Pois, num segundo momento do livreto, quando se insurge contra o latifúndio, o eco do "apático" caipira Jeca Tatu — "símbolo do atraso" — ficaria para trás. Além disso, a apologia de Henry Ford, feita nos anos 20 pelo próprio Lobato, era igualmente abandonada.[81]

Apologia por apologia, Henry Ford estava para Jeca Tatu assim como Prestes estaria para Zé Brasil. Em boa medida, seja pelo labor fabril, seja pela onisciência da vanguarda política-partidária, ambos os líderes salvam as duas personagens do abandono e da

---

[80] Monteiro Lobato. *Zé Brasil*. Rio de Janeiro, Vitória, 1947. Aesp, setor Deops, prontuário 6575. Agradeço a Ana Paula Palamartchuk a apresentação a essa fonte.

Segundo a estudiosa Maria do Socorro Rangel, a precariedade material dos sepultamentos dos foreiros e seus familiares nas usinas de açúcar na Galiléia (Pe) foi usada recorrentemente como imagem para representar a desassistência a que estava submetida a população agrícola. Por um lado, era invocada para cobrar o costume do dono de engenho de ajudar seus empregados em horas de "precisão". Por outro, foi sublinhada pela historiografia especializada como o mote de práticas de auxílio mútuo que vieram a embasar o surgimento das Ligas Camponesas.

[81] Lima, Pedro M., "Marxism-Leninism and its Influence on Cultural Life in Brazil". In: *Word Marxist Review*, vol.5, nº 10, 1962, p. 22. Working Class Movement Library (Manchester).

Nos anos 20, Lobato traduziu dois livros de Henry Ford, *Minha Vida e Minha Obra* e *Hoje e Amanhã*, além de escrever sobre o próprio, enaltecendo-o pela sua antevisão da era industrial moderna. Tais traduções, e suas edições, estão depositadas na BN (Obras Gerais, OG). Particularmente, ver: Ford, Henry, *Os Princípios da Prosperidade*. Rio de Janeiro, Editora Brand, 1954. BN (OG), II-404, 5, 14. No prefácio, a cargo do tradutor, lê-se que Ford é o "portador da Boa Nova": o trabalho como "bem supremo" na "supressão da miséria humana".

fraqueza. Vale notar que Tatu e Brasil são uma invenção de uma obra literária, não possuindo uma correspondência absoluta com uma região ou um fato histórico concretos. Porém, para seu criador — e para seus comentaristas —, constituem representantes típicos da população rural brasileira, mesmo que esta seja historicamente multidimensional bem como espalhada por um território amplo e diferenciado.[82]

No entanto, isso não significa resolver o problema da diversidade dos grupos migrantes, pois uma categoria inadequada pode ganhar vida própria e prejudicar a compreensão. (Simultaneamente, como veremos, essa visão desfocada tem seu lugar porque foi usada na relação entre patrões e trabalhadores da industrialização automobilística, uma representação que foi atribuída aos migrantes e por eles reapropriada.)[83] Olhada de longe, vista de cima, a população rural, até então maior que a urbana, era abrigada sob a representação de uma massa excluída dos benefícios que a sociedade conseguia obter. (Vale lembrar que não fora contemplada nem pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943.) Elidida em sua diversidade, o passo seguinte costumava inseri-la em um projeto nacional.

Outro autor que aponta para a influência estadunidense sobre Lobato, citando a importância dada à indústria desse país, é Tota, *O Imperialismo*, op. cit., p. 13. Ver também: Downes, "Autos over", op. cit., p. 581.

[82] Aparentemente, o próprio Prestes se baseou em *Zé Brasil* para escrever um documento sobre a "organização das massas camponesas". Ver: Prestes, L. C., Manuscrito (anexo a *Zé Brasil*), s.d. Aesp, fundo Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (Asmob), 005.01.03, rolo 24.

Para Marisa Lajolo, *Zé Brasil* "representa uma autocrítica ao jovem Lobato". Nessa versão de 1947 — a última —, "Jeca [Tatu] se metamorfoseia em Zé Brasil, camponês sem terra e cuja única esperança reside no Cavaleiro da Esperança". *Monteiro Lobato*. Coleção Encanto Radical. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 74, 76.

Diversamente, na visão de outros autores, Zé Brasil é "sujeito de sua própria história". (Porém, estes elidem a importância dada por Lobato à vanguarda encarnada em Prestes.) De novo, Jeca Tatu — "'uma velha praga'" — dá lugar ao sem terra. "Nas diversas cruzadas e causas públicas em que se engajaria ao longo da vida, Monteiro Lobato sonhava transformar o Brasil em uma nação próspera cujo povo pudesse desfrutar os benefícios gerados pelo progresso e desenvolvimento". Ver: Azevedo, Carmem, Camargos, Márcia, Sacchetta, Vladimir, *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. São Paulo, Editora Senac, 1998, pp. 347, 205.

[83] Richard Hoggart buscou demonstrar como uma cultura de classe pode fazer a sua leitura da ideologia dominante, se aproveitando das divisões da estrutura social. Referindo-se às modificações provocadas na cultura operária pela cultura de massa, ele alertou para os "perigos (...) [da] atitude romântica" que podiam levar à exaltação de "qualidades admiráveis da antiga cultura da classe proletária, assumindo o ponto de vista que esta cultura está presentemente em declínio, surgindo assim uma tendência para exagerar o contraste entre o que foi essa cultura e o que ela é atualmente" (p. 16). Mesmo ciente de que "essa tradição tende a tornar-se gradualmente mais fraca" (p. 33), ele vê na cultura operária a capacidade de repor a tradição ao incorporar modificações. No seu juízo, "as classes proletárias possuem um elevado grau e faculdade natural de resistir à mudança, adaptando ou assimilando, nas novidades, aquilo que lhes interessa e desprezando todo o resto" (p. 40). Ver: *As Utilizações da Cultura*. Lisboa, Presença, 1973.

Circulando entre a intelectualidade, o empresariado, a direita e a esquerda, a imagem de uma gente desvalida, dócil e sem instrução — a base de um Estado que sonhava ser líder continental — consistia em um problema para a apreciação dos interessados no "progresso". Portanto, como seu sobrenome indica, falar de Zé Brasil era pensar o próprio país. Contudo, enquanto Lobato vislumbrou a reforma agrária, apresentaram-se propostas distintas.[84]

Se a apologia de Ford e do fordismo por Lobato foi superada por ele próprio, ela viria a renascer na fala dos que viam na indústria automobilística a possibilidade de conjugar expansão econômica e inclusão social. Aliás, seus argumentos podiam se aproveitar das idéias do autor de *Mister Slang e o Brasil*. "Depois que Henry Ford demonstrou como se aproveitam até cegos e aleijados, ninguém tem o direito de alegar o não presta. Tudo presta", sentenciou ele. "A questão está em proporcionar-se-lhes condições para prestar. O mesmo cego que aqui não presta para coisa nenhuma em Detroit produz igual a um homem perfeito", ganhando bem para isso. "O brasileiro precisa de condições para prestar", clamou Lobato. Esse brasileiro encontraria apenas uma condição — com efeito, a grande condição do século 20 —, a linha de produção, a quem teria de servir. "Não há trabalho mais nobre ou menos nobre. Há trabalho, apenas. Varrer ou desenhar fábricas, tudo é trabalho". Como o salário é "magnífico", "ninguém se recusa ou escapa de dar realmente oito horas de esforço".[85]

---

[84] Como observou Ângela de Castro Gomes, o processo de valorização e "reabilitação" do trabalhador nacional esbarrou na "não-aplicação da legislação social ao campo", inobservância tida como responsável pelo êxodo rural. "Ignorado e desamparado", estava, segundo ela, "à margem das preocupações dos dirigentes do país". Ver: "A Construção do Homem Novo: O Trabalhador Brasileiro". In: Oliveira, L., Velloso, M., Gomes, A. (org.), *Estado Novo. Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 163. (Esse artigo foi revisto e ampliado para livro organizado por Dulce Pandolfi, *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.)

[85] Os trechos de *Mister Slang e o Brasil* foram transcritos em Azevedo et al., *Monteiro Lobato*, op. cit., pp. 208-210. Podem ser conferidos às páginas 69 e ss. da edição *Mr. Slang e o Brasil*. Obras Completas, vol. 8. São Paulo, Brasiliense, 1946. BN (OG), III-72, 5, 23.

Era difícil manter-se relevante para a linha de montagem. Embora Ford esse pudesse ser comparado a Deus pelos seus próprios empregados, entrar na Ford não era chegar ao paraíso. Imediatamente, os trabalhadores puseram-se a falar mal da linha, da fábrica, das esteiras, da velocidade, da produção, de Ford. Ver: "On the Line", episódio da série de TV People's Century (BBC). Ver também: Gartman, David, *Auto Slavery*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1986, pp. 147 e ss. Hamper, Ben, *Rivethead. Tales from the Assembly Line*. Nova Iorque, Warner Books, 1986. Hodgson, Godfrey, *People's Century. From the Dawn of the Century to the Start of the Cold War*. Londres, BBC Books, 1995, pp. 102-113.

Para o caso brasileiro, ver: Sampaio, Antônio Possidônio, *A Capital do Automóvel na Voz dos Operários*. São Paulo, Edições Populares, 1979. Jatobá, Roniwalter, *Crônicas da Vida Operária*. São Paulo, Global, 1988. Rodrigues, Iram, *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*. São Paulo, Cortez/Fase,

Seletivamente, os apologistas da industrialização ignorariam Fordlândia, o seringal de Ford às margens do rio Tapajós (Pará), desativado em 1946. Os observadores contemporâneos louvaram sua instalação. "O caboclo amazonense", ironizou Viana Moog, "que nunca dantes conhecera mais do que o seu mocambo de um só quarto, dispunha agora de uma casa, até com três quartos e água encanada". Assim, em contraste com as agitações operárias em prol do reconhecimento do United Auto Workers (UAW), na Fordlândia, o caboclo era uma "doçura". "Que gente simples, reconhecida, humilde e amável! E que histórias prodigiosas sabia contar sobre os mistérios da floresta, a cobra-grande, o boto, o jabuti, o uirapuru". Até que um dia essa gente mansa e humilde revoltou-se, forçando os estadunidenses e seus próceres a refugiarem-se nos cargueiros no porto. Promovendo um quebra-quebra, os ânimos da multidão foram serenados. "Numa noite, os dirigentes da Ford Motor Company aprenderam mais sociologia do que em anos de universidade". Eles se deram conta da mansidão poder ser apenas aparente, ou sujeita a mutações. No entanto, estranhavam o motivo do levante, não conseguiam entender o porquê de os caboclos detestarem "as casas teladas onde moravam e a maneira puritana de viver que lhes queriam impor".[86]

Para Viana Moog, a caboclada não agüentava mais ser servida com enlatados. Queria comer carne seca. Essa insatisfação irritava o patrão supremo. Já o descontentamento dos coronéis com a resolução de Ford de pagar salários a empregados em plena selva era motivo de diversão. Esse desconforto dos poderosos era uma adulação ao seu ego; ele gostava de provocar inveja e ressentimentos entre seus "pares", ainda mais quando, na sua cabeça de empreendedor, representavam o alegado arcaísmo latino-americano.[87] Agora, a recusa dos que deviam ser salvos pelo seu pretenso processo civilizador em aderir ao *American way of life* era tão intragável quanto espinafre em lata. Presas das suas próprias ideologias, as classes dominantes achavam que estavam

---

1990, pp. 26-32. *Memória do Trabalho: Depoimentos sobre Profissões em Extinção.* São Paulo, Confederação Nacional dos Metalúrgicos, 1999. Abramo, Laís, *O Resgate da Dignidade. Greve Metalúrgica e Subjetividade Operária.* Campinas, Edunicamp, 2000, pp. 77-80, 87-123.

[86] Viana Moog, Clodomir, *Bandeirantes e Pioneiros.* Editora Globo, Porto Alegre, 1957, p. 24 e ss. Sobre Fordlândia, ver: Costa, Francisco de Assis, *Grande Capital e Agricultura na Amazônia: A Experiência Ford no Tapajós.* Belém, Editora da Universidade Federal do Pará, 1993.

[87] Huw Beynon captou com acuidade esse traço da personalidade de Ford. Com pressuposições normativas acerca do homem comum e da vida regrada, o industrial "acreditava que as pessoas deviam imitá-lo e livrar-se da rotina enfadonha" de seu dia-a-dia medíocre. Ver: *Trabalhando para Ford.* Rio de Janeiro,

promovendo o bem e se emocionavam com sua própria auto-imagem de magnanimidade. Reconfortavam-se tanto que, em alguma medida, apesar dos aparelhos de repressão e espionagem, deixavam as classes subalternas entregues à sua própria sorte, ao seu arbítrio. Baseadas nas suas tradições, estas podiam apropriar-se desses processos vindos do alto, um deles a industrialização automobilística e a operação mão-de-obra.

RECRUTAR E DISPOR

"Salvaram-se as Metas, inclusive a meta nº 27", esse foi o saldo do debate sobre reforma cambial promovido pelo recém-empossado presidente Juscelino Kubitschek. Ao relatar um dos encontros de JK com autoridades monetárias, o empresário do ramo de autopeças nacionais Ramiz Gattás registrou que o presidente presenciara uma dramática explanação sobre a iminência da aceleração inflacionária. Elegante, o presidente ouviu-a com atenção. Mineiro, disse ter concordado, mas, por ter uma plataforma eleitoral para zelar, fez uma ressalva: "'o país não pode parar. Já parou demais'". Voltando-se para um dos técnicos presentes, ele também foi dramático: "'o Brasil está em guerra, está sendo invadido pela miséria, pela fome, pela doença, pelo analfabetismo, todos filhos do subdesenvolvimento'". Firme nas suas idéias e decidido a tomar riscos, deu ouvidos aos "monetaristas", mas deu poderes aos "desenvolvimentistas".[88]

Quando *Última Hora* precipitou a notícia da vitória na "batalha do automóvel nacional", a nova era um sinal a mais de sua intimidade com os desejos dos palácios presidenciais. A meta 27, a menina dos olhos do Plano de Metas de JK, ainda não estava garantida. Programada para ser o "carro-chefe" da expansão industrial acelerada — a alavanca da conversão de um "país eminentemente agrícola" em país industrial —, também era o mote de um belo horizonte ao eleitorado. No final de 1957, quando cresceram as pressões do setor financeiro do governo em favor da estabilização monetária, Geraldo Banas reagiu com preconceito e soberba:

> "num momento em que até o último zulu da África percebeu que a industrialização é a chave do progresso de sua tribo de sua própria

---

Paz & Terra, 1995, p. 45.

[88] Gattás, *A Indústria*, op. cit., p. 193. Ao contrário dos "desenvolvimentistas", os "monetaristas" advogavam a adoção de um plano de estabilização monetária, vendo na política de industrialização uma séria ameaça inflacionária. Para um ponto de vista "monetarista", ver: Campos, Roberto, *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994.

> emancipação social, não podemos advogar uma interrupção do processo".[89]

Se São Bernardo se tornaria o reduto fabril das firmas automobilísticas (chegando a ser chamado de "Detroit brasileira"), na personagem do sertanejo-migrante-operário, vicejaria a imagem de um país — a um só tempo — economicamente forte e socialmente viável. Sem sua participação "na formação das grandes empresas", não seria alcançada a "independência econômica", foi o que condicionou o deputado federal do Partido Social Democrático (PSD), Antônio Cunha Bueno, em seu discurso de inauguração da fábrica de motores da Willys-Overland do Brasil — de cuja diretoria ele também era membro. Tal participação, afora "o suor e a fé do trabalhador nacional", se daria, ainda mais, com a abertura do capital de Willys a acionistas no mercado e com a determinação dos "empreendedores paulistas". Nesse aceno ao eleitorado, o operário, o acionista (sendo que o operário podia ser um acionista, sendo que o acionista podia ser um consumidor) e o empreendedor eram os atores escalados na "luta" pelo "Brasil de amanhã".[90]

Ao lado do deputado, estava o presidente. Kubitschek principiou realçando o ritmo da indústria automobilística àquele momento, nas suas palavras "um dos fenômenos mais impressionantes da vida moderna do Brasil". As automotrizes jogavam

> "nas ruas das cidades e nos caminhos do interior os carros e os caminhões que são os agentes do progresso, da ação civilizadora e da unidade nacional".[91]

Dada sua disponibilidade e firmeza em providenciar a aceleração do Plano de Metas, no caso de WOB, o seu "poderio criador de riqueza" era dos mais altos e por isso embalava o país "na estrada (...) da maioridade industrial". Após saudar os "bons amigos" capitalistas estadunidenses, os seus parceiros brasileiros e a federação paulista, o presidente dirigiu sua palavra ao povo de São Bernardo. "Falei no aperfeiçoamento do operário como um dos elementos de progresso da indústria nacional". A simples abertura de um setor tão

---

[89] *Última Hora* (SP), 24/7/57. *Desenvolvimento e Conjuntura*, janeiro de 1957. *Diário de São Paulo*, 21/12/57. Citados em Gattás, *A Indústria*, op. cit., pp. 252, 247, 254.

[90] Discurso, 7/3/58. Aesp, Arquivo Cunha Bueno, AP 123, pasta WOB, documento 39.

[91] Kubitschek, Juscelino. *Discursos, 1958*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1959, pp. 150, 153, 155, 156. BN (OG), II-228, 4, 15. As citações dos próximos dois parágrafos foram retiradas desta fonte.

vital da economia mundial já era muita coisa para o operário braçal, JK sabia disso. Mas ele quis ir além ao anunciar a iniciativa de construir uma Escola Técnica no município.

> "Aqui viveis, trabalhadores de São Bernardo, num dos mais formidáveis parques industriais de nosso país; aqui tendes firmemente plantadas na terra as vossas raízes familiares; aqui vos dedicais ao trabalho num *ritmo* que *enobrece* e com um *rendimento* que causa *admiração*. Meu governo vem agora ao encontro de vossa dedicação e vosso empenho em servir ao Brasil, cogitando ativamente de preparar o futuro de vossos filhos e vossos netos".

Dos mais experimentados dirigentes, o comandante da Marinha Lúcio Meira, quando presidia o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), complementou exortações assim ao prever "a verdadeira emancipação econômica com a instalação de indústrias", acrescentando que elas permitiriam "libertar o homem brasileiro da escravidão da enxada". Anteriormente, dada a inflação persistente, Meira defendera: "desenvolvimento apesar da inflação"; "desenvolvimento a todo custo". Passadas as inaugurações das primeiras fábricas, JK reforçou o bordão ao inseri-lo em mensagem ao Congresso: ele teve o prazer de participar aos deputados e senadores que o país estava na marcha de sua emancipação.[92]

Ilustrando essa aura de progresso e paz sociais, a construção das fábricas em áreas descampadas visou o saque de outro elemento da representação do "nordestino" usado na composição da figura do migrante-operário. Após visitar a fábrica da Willys do Brasil, o jornalista Ofir Pinheiro escreveu:

> "ali (...) o sertanejo foi encontrar de novo a sua terra e, com o rosto ainda crestado pelo sol impiedoso do Nordeste, adere à máquina, integra-se nela e dela vê orgulhoso brotar o fruto que seus braços produziram".[93]

Estamos diante de uma imagem recorrente. No setor automobilístico, ela vinha sendo esboçada desde 1950. Numa de suas revistas, *Vida na General Motors do Brasil*, uma crônica versou sobre "o nordestino". Forte e determinado, "o cearense não cede; é

---

[92] As declarações de Meira estão em Gattás, *A Indústria*, op. cit., pp. 315, 319. Kubitschek, Juscelino, "Em Marcha para a Emancipação Econômica". Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1959. BN (OG), II-176, 4, 11, nº 1.

Para Cobbs, Meira "foi um discípulo de primeira hora de Roberto Simonsen, o líder empresarial que primeiro articulou o pensamento da escola desenvolvimentista, opondo-se àqueles economistas brasileiros, como Eugênio Gudin, que sustentavam a validade de uma divisão internacional do trabalho". *The Rich*, op. cit., p. 202.

vital da economia mundial já era muita coisa para o operário braçal, JK sabia disso. Mas ele quis ir além ao anunciar a iniciativa de construir uma Escola Técnica no município.

> "Aqui viveis, trabalhadores de São Bernardo, num dos mais formidáveis parques industriais de nosso país; aqui tendes firmemente plantadas na terra as vossas raízes familiares; aqui vos dedicais ao trabalho num *ritmo* que *enobrece* e com um *rendimento* que causa *admiração*. Meu governo vem agora ao encontro de vossa dedicação e vosso empenho em servir ao Brasil, cogitando ativamente de preparar o futuro de vossos filhos e vossos netos".

Dos mais experimentados dirigentes, o comandante da Marinha Lúcio Meira, quando presidia o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), complementou exortações assim ao prever "a verdadeira emancipação econômica com a instalação de indústrias", acrescentando que elas permitiriam "libertar o homem brasileiro da escravidão da enxada". Anteriormente, dada a inflação persistente, Meira defendera: "desenvolvimento apesar da inflação"; "desenvolvimento a todo custo". Passadas as inaugurações das primeiras fábricas, JK reforçou o bordão ao inseri-lo em mensagem ao Congresso: ele teve o prazer de participar aos deputados e senadores que o país estava na marcha de sua emancipação.[92]

Ilustrando essa aura de progresso e paz sociais, a construção das fábricas em áreas descampadas visou o saque de outro elemento da representação do "nordestino" usado na composição da figura do migrante-operário. Após visitar a fábrica da Willys do Brasil, o jornalista Ofir Pinheiro escreveu:

> "ali (...) o sertanejo foi encontrar de novo a sua terra e, com o rosto ainda crestado pelo sol impiedoso do Nordeste, adere à máquina, integra-se nela e dela vê orgulhoso brotar o fruto que seus braços produziram".[93]

Estamos diante de uma imagem recorrente. No setor automobilístico, ela vinha sendo esboçada desde 1950. Numa de suas revistas, *Vida na General Motors do Brasil*, uma crônica versou sobre "o nordestino". Forte e determinado, "o cearense não cede; é

---

[92] As declarações de Meira estão em Gattás, *A Indústria*, op. cit., pp. 315, 319. Kubitschek, Juscelino, "Em Marcha para a Emancipação Econômica". Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1959. BN (OG), II-176, 4, 11, nº 1.

Para Cobbs, Meira "foi um discípulo de primeira hora de Roberto Simonsen, o líder empresarial que primeiro articulou o pensamento da escola desenvolvimentista, opondo-se àqueles economistas brasileiros, como Eugênio Gudin, que sustentavam a validade de uma divisão internacional do trabalho". *The Rich*, op. cit., p. 202.

valente e não se dá por vencido", "está arraigado ao solo, não o pode abandonar". Paciente, o sol podia arder até submetê-lo. Assim, quando a fome se tornava "desesperadora", ele "emigra (...) para lugares distantes".[94]

Devido à sua alta incidência, o migrante-operário apareceu freqüentemente nas reportagens sobre os primeiros estágios da indústria automobilística 100% nacional. Acima, o texto de Ofir Pinheiro repercute a origem rural do proletariado, projetando-a sobre este de modo similar ao jeito visto até aqui. Entretanto, por cima das debilidades e adversidades, o registro agora é outro. Num lugar "onde se temperam homens", "o" sertanejo retirante volta a se encontrar com sua suposta "terra", a fábrica. Com vigor e raça, livre da enxada, integra-se à máquina sem problemas porque tem a pele "crestada" e, orgulhoso, seus braços colhem novos frutos.

Flávio Limoncic desenvolveu raciocínio convergente ao examinar a promoção do "nordestino" à condição de operário fabril. Ele apontou para o gesto de extensão dos aspectos de ordenação, planejamento, entrosamento e harmonia presentes no processo produtivo até as relações entre capital e trabalho. Tais traços, apurou, foram realçados no primeiro número de *Quatro Rodas* numa matéria sobre o *nascimento* de um Volkswagen. Feitores e sindicalistas ignorados, sublinha-se a sintonia entre um "punhado de técnicos" e "milhares de operários". Na verdade, essa sintonia é um gancho para outra reportagem sobre benefícios dados pela indústria automobilística, a qual, significativamente, focaliza Willys-Overland.[95]

Dentro do seu gênero, a fábrica de motores a gasolina de Willys era a grande pioneira. Vinda da Divisão de Fundição em Taubaté — onde principiava "a palpitar o coração brasileiro" — a matéria-prima beneficiada era incorporada às linhas de montagem, explica a revista escrita para os empregados. Nela trabalhava Edevaldo, que sentia "saudades do seu Norte", mas que também se sentia "útil". Esse "brasileiro, da Bahia" fora arregimentado por uma grande vaga estrutural da história. "A vontade de fazer o Brasil uma nação maior, respeitada e influente no concerto das demais nações", explicaram, fizera dele

---

[93] *O Jornal do Rio de Janeiro*, 4/2/60.

[94] *Vida na GMB*, nº 11, fonte já citada, BN.

[95] *Quatro Rodas*, nºs 1, 12, 1960, 1961. Citados em Limoncic, Flávio, *A Civilização do Automóvel*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado apresentada ao Ifcs-UFRJ, 1997, pp. 185, 186.

"um soldado do progresso empenhado na batalha da Produção". "Ele será o vencedor", prometeram-lhe. Estava "em direção ao progresso".[96]

Assim embalados, um sorridente JK tinha louros para colher na sua investida contra o subdesenvolvimento, Willys era um vitorioso teatro de operações, o migrante podia ser um soldador de um contingente de elevado moral, Pinheiro informou aos brasileiros os bons resultados obtidos nas campanhas. Lá fora, revistas internacionais posicionavam gente como o baiano Edevaldo no centro das fronteiras abertas pelo avanço capitalista industrial em um longínquo continente sul-americano. Cá no Brasil, a pintura muralista de Clóvis Graciano exibe, na entrada principal da fábrica, a linha dos carros Willys.[97]

Depois da Queda: Rebocando o Argumento

A migração é tema também de *Viramundo*, documentário que reuniu Geraldo Sarno, Thomaz Farkas e Vladimir Herzog, a música de Gilberto Gil e a assistência sociológica de Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Juarez Brandão Lopes e Otávio Ianni. Impressionantes imagens da chegada do trem do Norte em São Paulo abrem a fita: perplexas com a urbe e as câmaras, famílias desembarcam com seus pertences e proles nas plataformas. Ao sondar seu rumo no mercado de trabalho, *Viramundo* se auto-apresenta e renova a oposição entre campo e cidade. Em média, calcula que 30% dos migrantes iam para a indústria da construção civil. "São estes", explica ao espectador, "que, partindo das

---

[96] *Noticiário Willys*, nºs 4, 5, 1959.

[97] *Life*, 2/11/59, *Time*, 20/1/61. *Noticiário Willys*, nº 6, 1959.

Em 1957, Clóvis Graciano já assinara 40 painéis na cidade de São Paulo. Dentre estes, um no Teatro João Caetano e outro, com Di Cavalcanti, no Aeroporto de Congonhas (Pavilhão das Autoridades). Uma autobiografia conta que, no pós-guerra, Graciano doou uma gravura para a sede do PCB de Belo Horizonte. *OESP*, 17/10/57. Coelho, Marco A. Tavares, *Herança de um Sonho*. Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 76. Ver também: Lourenço, Maria, *Operários da Modernidade*. São Paulo, Edusp, Hucitec, 1995, pp. 271 e ss.

Nos anos 30, o pintor muralista mexicano Diego Rivera não só retratou Edsel Ford (filho de Henry Ford) como reproduziu a manufatura dos autos Ford nos painéis das alas norte e sul do Instituto de Artes de Detroit. *Diego Rivera, a Retrospective*. Detroit, Founder's Society Detroit Institute of Arts, 1986, pp. 84, 85, 286, 288.

Outro intelectual que uniu estética moderna ao crescimento industrial foi Vilanova Artigas, arquiteto de sindicatos e de suas colônias de férias. Em 1963, projetou a sede (jamais construída) do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Quando, no início dos anos 70, o "autêntico" Paulo Vidal reuniu as condições para finalmente construir uma sede, ele, orgulhoso de erguer sua própria casa, descartou o plano de Artigas. Ferraz, Marcelo (coord.), *Vilanova Artigas*. São Paulo, Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, Fundação Vilanova Artigas, 1997, p. 210. Entrevista de Paulo Vidal ao autor, São Paulo, 1º/7/92.

zonas agrárias mais atrasadas do país, põem-se em contato com as formas sociais e urbanas mais avançadas e racionais do Brasil".[98]

Embora dê voz aos migrantes por meio de longos depoimentos, *Viramundo* aproxima-se dos estereótipos existentes sobre o migrante-operário. De um lado, por vir das áreas rurais, é um "excluído". De outro, por achar emprego em São Paulo, pode vir a ser um "integrado". Não era para menos. Sob o toldo dos caminhões "paus-de-arara", ou no interior dos vagões, passageiras e passageiros podiam ser encarados não só de longe ou de cima, mas também de fora. Nesse sentido, mesmo havendo diferentes identidades, não deixavam de ser vistos indistintamente pelos outros e eram colocados no meio da oposição campo-atraso *versus* cidade-modernidade.[99]

Esse símbolo do operário de origem rural evadido do "atraso" e arregimentado pela fábrica "moderna" — porque privada e multinacional — não era uma exclusividade dos intelectuais nem se o utilizava isoladamente. Procópio Camargo, a propósito, não era apenas um professor universitário quando participou em *Viramundo*. Ex-assessor de uma usina têxtil em São José dos Campos, fora contratado pela Willys do Brasil para assessorar a constituição do primeiro comitê operário oficialmente reconhecido numa fábrica automobilística, a Comissão de Relações no Trabalho (CRT), implantada em janeiro de 1963 (da qual foi coordenador). Também em 1963, nesta mesma unidade São Bernardo da WOB, Procópio auxiliou Leôncio M. Rodrigues em sua monografia acerca dos trabalhadores da indústria automobilística.[100]

Ambos os professores alimentaram e moldaram a circulação de idéias muito características. Para Rodrigues, os rurais eram "espoliados desde sempre". Segundo Giancarlo Petrini, Procópio via o desenvolvimento como "necessário e urgente". Apesar de racional e modernizador, o progresso da indústria encontrava resistências — inclusive entre os setores pobres, que pareciam "preferir, até mesmo contra seus próprios interesses,

---

[98] *Viramundo*, direção de Geraldo Sarno. Brasil, 1965.

[99] Sobre as críticas à direção de *Viramundo*, errático entre "dar voz ao povo" e "falar pelo povo", ver: Ridenti, Marcelo, *Em Busca do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000, p. 100.

[100] Nesse ano de 1963, Procópio Camargo integrou a banca examinadora da tese de livre-docência de Fernando H. Cardoso. Para a consecução de sua pesquisa, Cardoso contara com a ajuda de L. M. Rodrigues. "Pasmem: Procópio foi, profissionalmente, diretor de Relações industriais", escreveu Cardoso. Neste posto, ele "começava a desvendar (...) as artimanhas da formação da sociedade industrial". "Procópio. Um Depoimento". In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 17, 1987, p. 26-27.

formas de organização e comportamentos herdados da tradição" (vistos por Procópio como "ineficientes e disfuncionais").[101]

Diria Lúcio Meira: espoliados desde sempre, sim, e pela enxada — de quem a industrialização liberaria. Uma soltura marcada pela continuidade de formas arcaicas do campo sobre a cidade, o mandonismo do cabresto coronelístico, prática muito conveniente aos donos do poder. De acordo com o secretário-executivo Lisboa, imediato do diretor-geral da Willys, Max Pearce, era isso o que acontecia:

> "olha, é aquela história do professor Leôncio Rodrigues, que descobriu na pesquisa que fez, essa era a época do pessoal vindo interior, para quem o feitor substituía o chefe da fazenda e que, quando você passava a cavalo, tirava o chapéu e falava [com sotaque do interior paulista] 'tarde'. Era uma certa subserviência que havia".[102]

Seria melhor pensar na dominação das oligarquias para entender a causa da seca ter se transformado em cenário de destruição — roça e animais a esturricarem — tão tradicionalmente brasileiro. Pensando nisso, no final dos anos 60, Otávio Ianni escreveu: "em última instância, o governante reproduz a imagem do fazendeiro, em dimensões nacionais". Em 1970, um estudioso pecebista, Moisés Vinhas, conduziria o dono da fazenda — não importava se era usineiro, cafeicultor ou barão do cacau — de volta para a indústria: "a maioria das empresas é quase a continuação do estilo latifundiário, com o 'coronel' ou 'capitão de indústria'", produzindo relações capital-trabalho "da mesma forma que nas fazendas".[103]

---

[101] Rodrigues, Leôncio M., "Classe Operária e Sindicalismo no Brasil". In: Rodrigues, L. M. (org.), *Sindicalismo e Sociedade*. São Paulo, Difel, 1968, p. 349. Petrini, Giancarlo, *Religião e Modernidade Através da Obra de Cândido Procópio Ferreira de Camargo*. São Paulo, tese de doutorado apresentada à sociologia da PUC, 1992, pp. 22, 24.

A pesquisa de Rodrigues na Willys saiu em *Industrialização e Atitudes Operárias*, um livro central para a compreensão da industrialização e do trabalho no Brasil. A meu ver, o raciocínio de José S. Leite Lopes sobre o trabalho de Juarez Brandão Lopes pode ser estendido a essa obra. "O simples fato da pesquisa (...) ter sido feita numa empresa metalúrgica em São Paulo, no coração industrial do Brasil" aumenta a "propensão à transformação de um estudo monográfico em teoria geral". Ver: "Sobre o Trabalhador na Grande Indústria na Pequena Cidade". In: *Cultura e Identidade Operária*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987, p. 149.

[102] Entrevista de Rubem Lisboa ao autor, São Paulo, 20 de maio de 1994.

[103] Ianni, Otávio, *A Formação do Estado Populista na América Latina*. São Paulo, Ática, 1989, p. 41. Citado em Petrini, *Religião e*, op. cit., p. 68. Vinhas, Moisés, *Estudos sobre o Proletariado Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, p. 186.

Esse raciocínio, na verdade, teve dupla função e acabou sendo aplicado a períodos muito diferentes: o pré e o pós-64. Em 1970, quando os resultados da pesquisa na Willys em 1963 saíram em *Industrialização e Atitudes Operárias* — sendo logo incorporados à circulação das idéias sobre o despreparo e a fragilidade da "nova classe operária" para a luta de classes (demonstrando sua incapacidade em juntar-se ao movimento pelas Reformas de Base) —, o livro tanto impulsionou o debate quanto dele se beneficiou.

A onda a carregá-lo não era um modismo da intelectualidade, correspondendo a uma angústia com o Golpe de 64. Na época do lançamento de *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, em 1966, Leôncio M. Rodrigues, assim como Juarez B. Lopes e Luiz Pereira, debatiam suas hipóteses de pesquisa com um dirigente do PCB paulista, autor do artigo "Causas da Derrocada de Primeiro de Abril", publicado na *Revista Civilização Brasileira*. Este, novamente, afirmou a tese do entorpecimento da classe operária por meio da expansão industrial. Sob o domínio do empresariado, a "nova classe operária" mal aderia às greves do governo Jango, que só mobilizavam os trabalhadores do setor estatal. Assim, no trabalho e na política, o operariado precisava, no melhor das hipóteses, de tutela. Na pior, do cabresto.[104]

Esse debate, como disse Jacob Gorender, conformou as "idéias que fizeram a cabeça da esquerda" nos anos 60 e 70, cujo

> "ceticismo com relação à classe operária tomou forma na produção sociológica que apontou no operariado paulista (...) uma categoria social de gente satisfeita e conservadora".[105]

Igualmente interessadas em levantar as ocorrências do movimento operário nas fábricas, investigações consulares e policiais trazem maior complexidade ao mapa do movimento operário. Além das firmas de capital brasileiro — preservadas da luta de classes pelo PCB apenas em teoria —, se dirigirmos nossa curiosidade para Fichet, Pirelli, General Electric, General Motors, Studebaker e Ford, as conclusões são bem diversas.

---

[104] Coelho, *Herança de*, op. cit., pp. 301, 310.

Além dos livros de Rodrigues e Lopes (já citados), ver também: Pereira, *Trabalho e*, op. cit. Posteriormente, Rodrigues editaria *Sindicalismo e Sociedade*. São Paulo, Difel, 1968. Ver também: Vinhas, *Estudos sobre*, op. cit., p. 186.

Eder Sader entraria nesse debate com uma resenha arrasadora de Rodrigues. Ver: "Conflito Industrial e Luta de Classes". In: *Teoria e Prática*, nº 2, 1967.

[105] Gorender, Jacob, *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 1987, p. 77.

Reconhecendo no capítulo 6 que o SMSBD era um grêmio desfavorecido para o enfrentamento de seus desafios, a explicação de sua debilidade — baixo índice associativo, invisibilidade de delegados e comitês nas fábricas, desdém patronal, aversão operária à militância de esquerda — não pode ser dada apenas com a origem rural do proletariado.

É líquido e certo que a organização operária nas usinas realmente existente não pode ser alçada ao mesmo patamar da ousada promessa da Liga de Resistência entre os Trabalhadores em Veículos em São Paulo (ver "Triângulo Metalúrgico"). Nem tampouco à imagem da supremacia do sindicalismo europeu. No entanto, se o foco da análise incorporar experiências e processos correntes em indústrias multinacionais, privadas e modernas do eixo Osasco, Guarulhos, São Paulo, ABC, Baixada Santista, veremos que a "nova classe operária" conseguiu enfrentar seus patrões no chão da fábrica mesmo antes do Golpe de 64. Na Willys, onde isso não passou tanto dos intentos quanto dos esboços, um dos fatores explicativos passam, necessariamente, pela Comissão de Relações no Trabalho, a primeira comissão de fábrica oficial da indústria automobilística brasileira. Outro fator é aliança empresarial-policial, a qual veremos em ação nos capítulos seguintes.

Peões e Baianos

Ingresso na grande empresa industrial fabril, privada e multinacional, o migrante, fosse mineiro, do interior paulista ou do Nordeste, entraria em contato com as teses do seu atraso e despreparo, apresentadas e atribuídas *in loco* pelos representantes da "companhia". Entre os 2,008 empregados de WOB em junho de 1958, apenas uma "parte" "dispunha de alguma experiência industrial", estima seu *Anuário de Progresso*. A maioria "não possuía qualquer especialização". Além de figurarem entre "os mais bem remunerados do país", ainda eram contemplados com a providência de "maior segurança e benefícios sociais do que os estabelecidos por lei". Nada era feito sem razão de ser: o pacote de benefícios tinha por fim atrair e estabilizar ex-rurais junto da linha de montagem. Nada era feito sem méritos: "o período normal de aprendizagem foi (...) acelerado graças à inteligência e adaptabilidade" dos operários. Donos de "admirável" capacidade, esses manejavam máquinas e equipamentos "cuja existência há um ano desconheciam". Ao possibilitarem a

---

Ainda hoje, essa idéia faz a cabeça de muita gente, como o ex-deputado Márcio M. Alves, autor de *68 Mudou o Mundo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993, especialmente as pp. 77-78.

aceleração de sua aprendizagem, eles viabilizaram a aceleração que Willys, em particular, pretendia imprimir à queima de etapas.[106]

No exercício fiscal anterior, entre os 582 empregados dessa "fervilhante colmeia de trabalho", era comum a figura do operário de construção aliciado da edificação dos galpões. Além da linha de montagem, ele passou a conhecer o obscuro lado financeiro do capitalismo. "É digno de nota", seu *Anuário de Progresso* destaca, "que 84% dos que trabalham em São Bernardo do Campo são mais do que empregados — são sócios, possuindo ações da nossa companhia", recebidas como simbólicos presentes de casamento.[107]

No segundo governo Vargas, a preocupação com a seca e o flagelado já constava na pauta das publicações das firmas automobilísticas, inclusive daquelas fornecidas gratuitamente aos empregados. Quando essas firmas partiram para a produção doméstica plena, sua fala sublinhou o mote de apresentar a fábrica como o local onde esse grupo podia ser incluído na construção de uma nação — finalmente com direitos, e com mais direitos que os previstos pela CLT (era o que alardeavam).

O recrutamento automático do "peão de obra" dos andaimes e canteiros para a linha de montagem o reimplantava numa relação simbólica de poder em cujos contornos é possível enxergar a expectativa de sua deferência, o medo de sua rebeldia e o preconceito da sua impossibilidade de fazer história. "Irá o Brasil para o comunismo?", questionaram-se os diplomatas do trono imperial inglês em 1968. Tangida pelo menosprezo, a resposta do embaixador foi dada com outra pergunta.

> "O camponês pobre, ignorante e sem voz, a passar fome — deploravelmente — no árido sertão, arando uma vida miserável na savana ressecada, devendo sua alma ao armazém; qual interesse pode ele ter no 'comunismo' a não ser que seja algo para comer?".[108]

---

[106] WOB, *Anuário de Progresso, 1956-58*, p. 23. Arquivo particular de Euclides Aranha. Também disponível na BN (Periódicos), 4-447, 3, 6.

[107] WOB, *Anuário de Progresso*, p. 7, fonte já citada.

A Willys não descobriu a roda sozinha. No final dos anos 40, a GE ofereceu aos trabalhadores da construção de sua fábrica em Santo André a oportunidade de um novo serviço, abrindo vagas para o início da produção. Ver: Geiger, Theodore, *US Business Performance Abroad. The Case Study of General Electric Company in Brazil*. Washington, National Planning Association, 1961, p. 85. Doe Library, University of California (Berkeley).

[108] Russell, Sir J., *Communism and Brazil*, 21/5/68. Foreign Commonwealth Office 7 286. Public Record Office (PRO).

Não, o Brasil não aderiria ao comunismo. Mas em 1968, já de posse de sua nova (e maior) unidade fabril, a Ford se viu em greve, uma greve de ex-willyanos, os mesmos que, em 1963, tinham recebido, das mãos de Max Pearce, Lisboa e Procópio, a *sua* CRT. Organizados num grupo de fábrica, paralisaram a produção e reivindicaram aumento salarial. Ganharam, em 1970, o direito a negociações permanentes entre seus diretores sindicais de base e a Gerência de Relações Trabalhistas.[109]

Este setor dispunha de um homem ilustrado, Roberto de Mello e Souza, que acreditava nos "baianos", nomeação para a mão-de-obra de origem rural e nordestina. No seu ponto de vista, os baianos gostavam tanto de trabalhar em "boas empresas" (as firmas com "instrumental de administração e serviços de pessoal" adequados) que foi preciso revogar a Lei da Estabilidade no emprego ("aproveitando o regime de exceção de depois de 1964"). Senão nunca pediriam a conta: o baiano "só sai mandado embora". "O trabalhador brasileiro", para Mello e Souza, "é fundamentalmente bom e amigável". "É basicamente um *homem cordialíssimo*".[110]

"A turma vestia a camisa mesmo" — era uma "negócio espantoso" —; os operários sentiam "tanto orgulho da empresa que o sujeito ia à feira com a chapinha brilhando no peito", recordou-se outro gerente. "Ele ", isto é, o diretor Max Pearce, "queria que o operário tivesse voz" (por intermédio da CRT) "porque o operário fazia o que a empresa queria", explicou o secretário-executivo Lisboa.[111]

Os temores do comprometimento dos trabalhadores rurais com movimentos de transformação social também podem ser encontrados em outro momento. Para Welch, o medo insuflado a partir de uma expropriação de uma usina de açúcar em 1959 possuía íntima correspondência com a Revolução Cubana e a insurreição antiimperialista vietnamita, fatos que enfatizaram a crescente presença dos rurais na cena política. Welch, Cliff, *The Seed Was Planted. The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1984.* Pennsylvania, Pennsylvania University Press, 1999, p. 4. Ver também: Pereira, Anthony, *The End of the Peasantry. The Rural Labor Movement in Northeast Brazil (1961-1984).* Pittsburgh, Pittsburgh University Press, 1996. Medeiros, Leonilde, "Luta por Terra e Organização dos Trabalhadores Rurais: A Esquerda no Campo nos Anos 50/60". In: Moraes, João Q., Del Roio, Marcos (org.), *História do Marxismo no Brasil.* Campinas, Edunicamp, 2000. Rangel, Maria do Socorro, *Medo da Morte; Esperança de Vida. A História das Ligas Camponesas na Paraíba.* Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 2000, p. 106 e ss.

[109] Ofícios, 4/3/70, 9/3/70. Pasta campanhas salariais, 70/71, Arquivo da Secretaria Geral, SMABC.

[110] Mello e Souza, Roberto, *Administração Integrada.* São Paulo, Duas Cidades, 1983, p. 184. Curiosamente, o autor lança mão da tese do brasileiro cordial para rebater Juarez Brandão Lopes, que afirmara ser a origem rural a causa de rotatividade espontânea.

[111] Entrevista de Antônio Tavares ao autor, Campo Limpo Paulista, 6/6/94. Entrevista de Rubem Lisboa ao autor, São Paulo, 20/5/94.

A chapa de metal servia para identificar o empregado na hora de chegar para o serviço.

Com vários tons, quando a voz dos operários afinou-se em coro, sua vontade levou a CRT a pique. Para isso acontecer, foi preciso contradizer os próprios sindicalistas. Entre os mais representativos, Philadelpho Braz, nos convida a "admitir que as lutas do operariado brasileiro, principalmente em São Paulo, eram decorrentes (...) dos imigrantes italianos e outros, até português". Porém,

> "o trabalhador campesino, vindo do campo para a cidade, na maioria era pessoa simples, submissa. Assim sendo, da mesma forma que o trabalhador do campo se dedicava ao latifundiário, o fazia na empresa".[112]

Difíceis de explicar com esse raciocínio, ao lado de "italianos" anarquistas (outra personagem fictícia), figuram as trajetórias do próprio Braz e de Miguel Guillen, ambos de origem rural e, desde logo, ativistas sindicais. Mas isso é matéria para os capítulos "Triângulo Metalúrgico" e "ABC Redesenhado".

INDUSTRIAIS PEDEM PASSAGEM

Nos anos 50, acreditando na dócil cordialidade do trabalhador simples e humilde, um homem fácil de tratar e enquadrar, não era bem com a rebeldia que os dirigentes da industrialização automobilística brasileira se preocupavam. Iria o trabalhador brasileiro servir à produção? Era essa a pergunta principal.

A matéria, enfim, tratava de capitalismo. Na véspera de sua entrevista com Vargas, quando Henry Kaiser foi ter com George Washburne, este diretor do banco Interamericana de Financiamentos e Investimentos (em cujos acionistas figuravam The Chase Bank, The Rockefeller International Basic Economy Cooperation e 20 grandes bancos nacionais) despediu-se dizendo recear se dormiria bem naquela noite tal era o teor "revolucionário" das idéias apresentadas. Basicamente, Kaiser expôs sua delirante proposta de manufatura em larga escala para o mercado interno e para os EEUU. Washburne não deixou de apontar para as "incertezas" da política brasileira, para a necessidade de apoio governamental e para a inconveniência do recurso ao financiamento público (venda de ações). Sugeriu que o grupo não entrasse com dinheiro algum, mas exclusivamente com equipamento e *know-*

---

[112] Valim, Ana, *50 Anos de Luta*. Santo André, Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, 1983, p. 41.

how, deixando o financiamento da operação a cargo de "ricas famílias brasileiras de industriais e financistas".[113]

Na continuação, mencionando os "custos baixos da mão-de-obra" e a disponibilidade de matéria prima, Washburne perguntou quanto Kaiser pretendia produzir anualmente. Esse cogitou 100 mil (depois, diante de Vargas, falaria em 50 mil.) "Os salários são baixos", corrigiu-se o primeiro, "mas a mão-de-obra não é barata, dado que não tem treinamento e não é produtiva". Kaiser então argumentou que "treinamento efetivo", como o aplicado em seus estaleiros durante a guerra, poderia tornar a mão-de-obra brasileira eficiente, produtiva e barata. "O povo é hábil, como se pode ver quanto os brasileiros são bons quando treinados para a manutenção de aeronaves", admitiu Washburne, "mas *know-how* gerencial é essencial", apontando para sua carência no caso da FNM. Impressionado, mas realista, Washburne também mediu a aposta de Kaiser com seu insucesso nos EUA: "é muito mais do que se você estivesse abrindo uma empresa de autos em Detroit".

Durante a solenidade de inauguração da Mercedes, em 28 de setembro de 1956, foi por causa do tema da habilidade do operário nacional que o operário Sebastião Hilário dos Santos veio destacado para mostrar quanto outros brasileiros iguais a ele podiam ser bons. Sob a sombra de autoridades como os presidentes da República e da Mercedes, dos Santos seguiu um protocolo que nem de longe vislumbrou controlar. Todavia, nos dá o tom de uma época ao expressar a ótica de quem via no emprego na grande fábrica a grande oportunidade de ter uma profissão (embora aos olhos da empresa, e de certos observadores, essa profissão não passasse de uma tarefa simples e desqualificada). Foi seguindo esse caminho que os trabalhadores foram adestrados no processo produtivo e foi também por ele que passaram a se ver como metalúrgicos.

"Esta fábrica significa para nós uma escola de trabalho e a oportunidade de elevar nosso nível profissional", dos Santos principiou. "Muito se tem falado", destacou em seguida,

> "sobre a capacidade do operário brasileiro e sua facilidade de adaptação aos mais diversos campos da indústria. Nesta fábrica, estamos esforçando-nos para não desmentir esse conceito e corresponder a

---

[113] Memo de conversa de Kaiser com Washburne, 16/8/54. Pasta 1, caixa 139, HKP, BANC MSS 83/42 c, TBL, UCB. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

confiança que a Mercedes-Benz deposita em nós".[114]

Como veremos em "Colmeia Fabril", compartilhada pelos operários no interior das fábricas, essa experiência serviu para reverter a disparidade da balança das forças. Para tal, os trabalhadores contaram com recursos encontrados na ideologia dominante. O reconhecimento de sua importância pelos "capitães de indústria" foi um deles: a confiança depositada lhes rendeu rendimentos. Octogenário, William Max Pearce, o principal dirigente executivo de Willys do Brasil, não teve problemas de memória para recordar-se disso. "Eles eram desejosos de cooperar", assim falou de seus subalternos no chão da fábrica.[115]

Em março de 1956, na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, depois de constituir o Geia e o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), JK endereçou mensagem expondo seus planos. Sua decisão, ele anunciou, "em pugnar pela implantação da indústria automobilística a curto prazo" era "firme e definitiva".[116] Para assegurar seu alcance, o Geia acertou com as firmas proponentes as contrapartidas devidas em troca dos estímulos oferecidos: elas tinham de cumprir uma agenda de progressiva nacionalização no fabrico dos carros e de metas de produção.

"Uma contrapartida das vantagens planejadas para os fabricantes de veículos deve naturalmente ser estabelecida", advoga o relatório do grupo de trabalho que propôs a JK a criação do Geia,

> "exigindo-se-lhes então o cumprimento de um programa de produção em que o contingente de peças nacionais seja progressivamente crescente, com rapidez apenas limitada pelas necessidades físicas de tempo para a instalação dos estabelecimentos fabris".
>
> "Para essa rapidez, muito desejável, contribuirá poderosamente a estruturação horizontal da indústria".[117]

A observância dessa agenda foi registrada por um empresariado zeloso. "Além dos grandes riscos próprios a investimentos de porte", calculou a Associação Nacional de

---

[114] *Folha da Manhã*, 29/9/56. Citado em Gattás, *A Indústria*, op. cit., p. 244.

[115] Entrevista de William Max Pearce ao autor, Orinda, 25/10/97.

[116] Gattás, *A Indústria*, op. cit., p. 189.

[117] CDI, *Relatório do Grupo de Trabalho sobre Indústria Automobilística*. Rio de Janeiro, 1956, pp. 26, 27. BBNDES.

Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), "o programa de industrialização de veículos"

> "obedeceu a compromissos necessários, muito rígidos, de cumprimento em curto tempo de etapas certas de produção e nacionalização, responsabilizando-se direta ou indiretamente os fabricantes montadores, quer pelo sucesso da indústria auxiliar, quer, inclusive, pelo suprimento adequado de matérias primas, formação e adestramento de mão-de-obra qualificada".[118]

Somado à demanda reprimida — uma bolha de consumo acumulada com seu não-atendimento pelas importações, responsável pela ávida compra dos veículos dispostos nas lojas —, o cronograma da implantação definitiva e irreversível da empresa automotriz 100% nacional no Brasil era uma meta a ser cumprida por todos, imprimindo um ritmo febril a este processo, suscitando, desde logo, um ritmo intenso de trabalho dentro das fábricas, tema do capítulo 5.

Por ser a mais apressada entre os que tinham pressa, por ter desenvoltura administrativa local e liberdade de transferir seu parque industrial para o Brasil, a Willys capitaneou esse período de vacas gordas, assumindo a liderança do setor. Assim como a Volkswagen encarnou esse papel nos anos 70, a Willys constitui cenário fundamental para o entendimento da relação entre a industrialização automobilística acelerada e a sindicalização operária nas fábricas.[119] Sua pressa em se estabelecer com manufatura plena desde 1954 a individuou frente às outras, um fato cujo reflexo foi imediato para os trabalhadores dentro das fábricas. Provavelmente, a socialização operária à linha de montagem teria de ser mais rápida do que nas outras haja vista ser marcada pela peculiaridade duma firma que, enquanto líder, carecia de acumular o máximo de forças para lidar com a concorrência das Três Grandes e da Volkswagen, a qual, mais cedo ou mais tarde, viria.

Se em algum lugar se pode falar em queima de 50 anos em 5, esse lugar é a fábrica de autos. Era lá, no sorvedouro da linha de montagem, onde toda nossa falta de experiência

---

[118] Anfavea, *Indústria Automobilística Brasileira. Sua Contribuição para o Desenvolvimento Nacional*. São Paulo, 1961, p. 88.

[119] Após o Golpe de 64, seguindo um planejamento gradual e seguro, dona do modelo de carro de passageiros realmente acessível, a VW cresceu e cresceu, assumindo uma liderança sólida e inconteste. Em 1974, tinha 38,979 mil empregados. Volkswagen do Brasil, *Anuário Estatístico da Indústria Automobilística*, 1976, p. 93.

em produzir veículos necessitava ser revertida. Para tanto, as unidades foram construídas rapidamente. No seu conjunto, as fábricas de motores, de eixo e transmissões, estamparias, fundições, ferramentarias e oficinas — muitas delas inauguradas com pompa e circunstância pela presença sorridente de um presidente elegante — se encarregaram de produzir um acréscimo médio anual de 32,13 mil veículos, aumentando seu plantel de funcionários de 9,773 (1957) para 48,523 mil empregados (1962).[120]

A narração de Ramiz Gattás (um dirigente industrial do setor brasileiro de autopeças), ao buscar rememorar o clima épico de pioneirismo e entusiasmo, recorre ao clima das grandes campanhas. À parte seu estilo bacharelesco, podemos entrever o mundo os trabalhadores encontraram. "Fizeram-se terraplanagens, fundações, estruturas, imensos prédios e ampliações", chegaram equipamentos, ferramentais e máquinas. Tudo inédito — nunca "haviam cruzado o Equador" —, era "uma total mobilização de guerra" para

> "vencer barreiras e produzir veículos (...) de acordo com as metas e os seus prazos; ganhar a guerra contra todas as adversidades e, nesse momento, contra o mais implacável dos adversários: o tempo!".[121]

Sucedeu-se quase o "indescritível", compondo-se "um cenário de músculos dominando o aço das fornalhas e de cérebros domando as máquinas". Defronte à exiguidade do tempo, era preciso multiplicá-lo: "dois, três turnos de trabalho. Os dias emendavam-se com as noites numa movimentação frenética de homens e materiais", verificando-se dentro das fábricas o

> "crepitar das fornalhas, vertendo o incandescente metal; o martelar das forjas, esmagando o aço rubro; o trepidar dos compressores, alimentando o resfolegar das máquinas; o troar das prensas, amassando as chapas; os silvos das máquinas, rasgando os metais".

O tom heróico da versão de Gattás nos deixa pensar que a fábrica moderna era um espaço onde o trabalhador — geralmente concebido como um soldado às ordens do capitão de indústria — contaria pouco quando cotejado à grandiosidade do momento ou, em outras palavras, quando um mercado intacto, protegido e ansioso por consumir, tinha declarada aberta a temporada de caça. "Em meio aos alaridos, às clarinadas do 'avançar'", uma "guerra diferente"

---

[120] Anfavea, *Anuário Estatístico, 1957-1991*. São Paulo, 1992, p. 49.

[121] Gattás, *A Indústria*, op. cit., pp. 240-242.

> "precisava ser ganha a qualquer custo. (...) Não havia como recuar. A sorte estava lançada".
>
> "Os sacrifícios não importavam. Atingir o alvo, a META, nas condições (...) estabelecidas (...) era o que contava".

Movida pelos postos rasos dessa companhia, surgiu "enorme, coleante, fantástica", a linha de montagem a qual, "caminhando sobre trilhos, efetuava a junção desses materiais [autopeças, insumos, equipamentos] para lançar em série (...) o veículo automotor". Obedecendo a um "ritual frenético, sempre em crescendo, conjugando e multiplicando esforços", "como por encanto", "foram surgindo das linhas de fabricação, a princípio lentos, depois numa torrente, os caminhões, os automóveis".

Operação Mão-de-Obra

Nos entendimentos entre Estado e empresários a respeito da chegada das automobilísticas, um item — a "Operação Mão-de-Obra", expressão do secretário-geral do Geia Sidney Latini — define "o problema do treinamento da mão-de-obra, (...) o problema mais importante a ser enfrentado pela indústria automobilística". Não por acaso, as "obrigações e riscos dos fabricantes", tópico constante no rol das responsabilidades patronais preparado pela Anfavea, foram pautados com a "necessidade de formação de sua própria mão-de-obra em vista da elevada especialização do processo industrial da fabricação de veículos".[122]

Aqui a Anfavea fala dessa necessidade de preparar o trabalhador para um processo produtivo altamente especializado. Acima, falou em adestramento da mão-de-obra qualificada. Quis dizer coisas diferentes. No lugar de ser deslocada pelo afluxo de trabalhadores desqualificados, sendo, ao contrário, logo constatada sua carência, a pequena quantidade de mão-de-obra qualificada seria importada, formada no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) ou educada no local de trabalho, abrindo-se vagas com salários comparativamente altos (e com certa garantia de estabilidade dada sua oferta reduzida). Ao mesmo tempo, a presença abundante de mão-de-obra desqualificada (composta de migrantes) constituía o contingente de onde foi recrutada a esmagadora

---

[122] Latini, Sidney, *Indústria Automobilística: Uma Revolução Vitoriosa.* Rio de Janeiro, Serviço de Documentação, 1959, p. 49. Anfavea, *Indústria Automobilística Brasileira. Sua Contribuição para o*

maioria da força de trabalho, a quem foi entregue a tarefa "especializada", um termo para designar a atividade do trabalho parcelado e repetitivo.

O decreto que criou o Geia recomenda aos órgãos competentes a criação de facilidades para entrada no país de técnicos e operários qualificados pois, quando cotejado com os fatores de produção providos pelo Estado — estradas, portos e energia —, "o problema da mão-de-obra qualificada (...) ofereceria (...) motivo para maiores preocupações". Sua solução, ponderou-se, devia ser deslocada "do seu aspecto quantitativo para o qualitativo" posto o fato da produção automobilística impor a "automatização intensiva das operações industriais" — a dita especialização. Com sua adoção, se resolveria inclusive as "objeções dos que vêem inconvenientes na absorção do homem do campo pelas atividades industriais". [123]

Esses inconvenientes seriam contornados porque "o operador de máquinas automatizadas não necessita de um preparo mais especializado e profundo". Curiosamente, reconheceu-se que o maquinário, sob o manejo de um operador, era "sujeito a mais intensivas intervenções pessoais em seus movimentos de operação propriamente ditos". Diferentemente, para a conservação e reparo das máquinas, a existência de ajustadores — "em número certamente reduzido (...) com qualificações bastante mais elevadas" — era inevitável.[124] Junto com estes, mecânicos, eletricistas, ferramenteiros, modeladores e ferramenteiros comporiam um grupo reduzido, para quem não havia, nem haveria durante muitos anos, disponibilidade no mercado.

Diante do problema de sua formação e oferta, o Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP), a quem o Geia estava vinculado, considerou que

> "as necessidades de mobilização da mão-de-obra qualificada (...) deveriam ser providenciadas pelos próprios empresários, a quem a autoridade administrativa governamental dá total liberdade de ação".[125]

Desenvolvimento Nacional. São Paulo, 1961, p. 19.

[123] MVOP, *Aspectos Econômicos da Fabricação de Automóveis no Brasil*. Um plano em marcha, nº 9. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação, 1957, pp. 30-32.

[124] MVOP, *Aspectos Econômicos*, fonte já citada. Latini, Sidney, *Indústria Automobilística*. Conferência Ministrada na X Semana de Estudos dos Problemas Mínero-Metalúrgicos do Brasil. São Paulo, 6 a 7/5/1958. Rio de Janeiro, Geia, p. 48.

[125] "Relatório sobre a Indústria Automobilística". In: CDI, *Plano de Desenvolvimento Econômico. Indústrias de Base. Indústria Automobilística e Combustíveis Líquidos*, vol. I. Rio de Janeiro, 1958, p. 150. BBNDES.

Diversa das especificações dos decretos a respeito das diretrizes do fabrico de caminhões, jipes, utilitários e automóveis, e contrastando com a detalhada discussão sobre preço, importação, proteção do mercado, política cambial, necessidade de capitais e divisas, entre outros tópicos, a cessão de liberdade de ação irrestrita ao empresariado no tocante à formação da mão-de-obra qualificada (a que oferecia maiores preocupações) desligava o Estado da outra banda, o grupo dos desqualificados. Como resultado, a matéria foi entregue ao arbítrio patronal. Como veremos, para não mencionar os feitores e capatazes, os serviços sociais dos industriais não eram programas educativos somente para o processo produtivo fabril posto serem anti-sindicais também.

Mesmo numa conferência onde se ensaiou algum intervencionismo, a ambigüidade predomina, oscilando entre isenção e a ordenação do recrutamento da força de trabalho. Obviamente, sem defender a intromissão estatal na vida particular das empresas, Latini, numa conferência ao Clube Militar em 1958, apresentou idéias para atender as "necessidades de mão-de-obra de um programa que se está executando em ritmo tão acelerado quanto o da indústria automobilística". Para ele, era hora de advogar "cuidados especiais" a fim de evitar a "elevação desordenada dos níveis de salários" provocada pela extraordinária demanda de pessoal por parte das firmas do setor, na época conhecidas por seu "elevado padrão de salários". Em função disso, seria conveniente o Geia estar a cargo de "planejar a mobilização e o treinamento da mão-de-obra" a fim de contornar o provável "êxodo" para dentro das usinas de autos.[126]

A primeira agência para a qual o secretário do Geia dirigiu sua atenção foi o Senai, havia anos atuante na preparação da mão-de-obra para a indústria automobilística através da rede de escolas.[127] Em seguida, repetiu a tranqüilização costumeira: o ensino industrial era importante mas a grande vantagem advinha mesmo do modo como o processo produtivo era organizado. Do total de pessoal a ser empregado com o tempo estimava-se que

> "a grande maioria será constituída de mão-de-obra de pouca especialização, levando em conta que as máquinas usadas nesse setor (...)

---

[126] Latini, *Indústria Automobilística: Uma Revolução*, fonte já citada. pp. 49-52. As citações dos próximos três parágrafos foram retiradas desta fonte.

[127] Sobre a relação entre Senai e indústria automobilística, cf. *O Giz e a Graxa*. São Paulo, Senai, 1992, pp. 33-42, 140-142.

> são semi-automáticas ou automáticas, requerendo apenas qualidades psicológicas do seu operariado e não qualificação tecnológica".

Para aliviar essa demanda, Latini anunciou a disposição do Geia de encetar "um vasto programa de mobilização no nordeste onde, como é notório, há grandes reservas de mão-de-obra não totalmente utilizadas". Ele então inteirou a audiência da futura instalação de um "centro piloto" no Ceará, onde se treinaria 200 trabalhadores em cursos intensivos de dez semanas. Esses 200 receberiam "noções de disciplina, higiene, convivência no trabalho e noções básicas de mecânica", seriam em seguida levados para São Paulo, "colocados nas diversas empresas" e hospedados "em alojamentos provisórios". Para funções semiqualificadas, a preparação seria feita em serviço, "pois se trata de um adestramento metódico de curta duração realizado geralmente na própria linha de produção da empresa". Quando anunciou o fechamento de um acordo entre Geia e Senai, Latini previu assistência nas fábricas e nas escolas do Senai para funções qualificadas. De qualquer maneira, o treinamento em serviço não era para ser substituído. O Senai devia mesmo era devotar-se à formação regular de menores nos cursos de aprendizagem.[128]

A retirada do Estado dessa causa atesta sua tranqüilização, reconhecendo a competência empresarial em atrair (com ou sem disciplina), formar e reter seu próprio plantel. O papel do governo JK foi mais o de fornecer as condições de instalação para as empresas. Ao fomentar seu ajustamento com o setor de autopeças brasileiro, buscou acomodá-las para não atrapalhar o cumprimento dos prazos e metas, deixando-as à vontade para administrar seus recursos humanos.[129]

Isso se percebe em um relatório datado em 1958. Para contornar dificuldades, simplesmente passou-se a solução de diversos problemas aos empresários. "Tal orientação

---

[128] Curiosamente, e não necessariamente na mesma ordem, seriam exatamente esses os passos dos trabalhadores. Os nordestinos migrariam para São Paulo, adquiririam hospedagem nos albergues e pensões do ABC, arrumariam colocação nos diversos empregos oferecidos, receberiam noções básicas de sociabilidade e de trabalho nas empresas e se adestrariam rapidamente para o trabalho no momento de sua integração na produção. A diferença foi que, além dos serviços oferecidos pelas empresas, eles recorreram às suas próprias forças, perfazendo uma comunidade operária.

O centro de treinamento teria lugar num desativado quartel do Exército, um projeto capaz de cativar apoio entre os militares para "disciplinar as correntes migratórias". O plano, afinal, "não se verificou". Além do mais, com o tempo, "o problema foi se tornando menos crítico". Entrevista de Sidney Latini ao autor, Rio de Janeiro, 20/10/94.

[129] Segundo Wilkins & Hill: "as realizações iniciais se devem aos decretos governamentais, mas sua direção foi inteiramente moldada pela empresa privada". No que tange à força de trabalho, os resultados foram alcançados mediante decisões locais. Ver: *American Business*, op. cit., p. 418.

parece recomendável", o autor assevera, "porque decorrente da própria inexperiência nacional" — orientação bem acolhida nos meios patronais. Como salientam os autores de *American Business Abroad*, nas nações onde a Ford opera, seus executivos

> "iniciaram homens de muitas nacionalidades nos princípios da fabricação de automóveis. Os fundadores da produção em massa vigente na indústria automotiva européia — William Morris, Herbert Austin, Percival Perry, Andrè Citroën e Louis Renault —, todos aprenderam lições diretamente de Henry Ford. Os estrategistas dos governos no Brasil, Argentina, México, etc., foram capazes de adaptar as experiências dos atuais dirigentes Ford".[130]

A anulação da competência governamental em tratar de uma matéria apreçada como "o problema de maior transcendência para o desenvolvimento econômico do Brasil" ilustra quanto a administração JK, após convencer as firmas de entrar no país, adotou uma postura de não-intervenção. Como veremos no capítulo seguinte, com a soma da exclusão do sindicato do local de trabalho, a mão-de-obra na fábrica foi instalada em um terreno fechado, regido pelo arbítrio patronal.[131]

Válido para o ano fiscal 1957-58, o relatório da WOB aos acionistas nos deixa ver que os aumentos de capital social, a progressividade da manufatura e a expansão industrial do parque metalúrgico instalariam a capacidade industrial necessária à produção anual de 60 mil veículos bem antes da data prevista, marcada para junho de 1961. Com um ritmo assim, a produção assumia ares de imponderável. De regresso do Salão do Automóvel de 1961, um repórter impressionado com a cronometria e a regularidade, aspectos caros tanto ao fordismo quanto aos alemães, escreveu:

> "a Volkswagen organizou um bonito *stand* com dados sobre sua produção, funcionamento da fábrica (...). A produção é marcada por um

---

[130] "Relatório sobre a Indústria Automobilística", In: *Plano de Desenvolvimento Econômico*, 1958, fonte já citada, pp. 150, 152. BBNDES. Wilkins & Hill, *American Business*, op. cit., p. 428.

[131] Latini, *Indústria Automobilística*, 1959, fonte já citada, p. 49. Sobre os determinantes da vinda das empresas, ver: Shapiro, "A Primeira", op. cit., pp. 65 e ss.

"A face pública do consumo de automóveis", escreveu John Humphrey, se acompanhava de "uma esfera produtiva privada e inacessível". "Todo mundo" sabia que os trabalhadores do setor percebiam salários mais altos que a média. Paralelamente, desconhecia-se o que se passava dentro das fábricas. *Fazendo o*, op. cit., p. 13.

José Carlos Brito mostrou como o convívio de uma face pública e outra privada repercute junto do operário recém-contratado: "as fábricas procuram (...) mostrar uma imagem bonita por fora". Após a admissão, "logo (...) vem a realidade", descrita nos termos do despotismo fabril. Ver: Brito, José C., *A Tomada da Ford. O Nascimento de um Sindicato Livre*. Petrópolis, Vozes, 1983, pp. 27, 28.

> relógio que faz soar um gongo a cada cinco minutos, avisando que um novo Volkswagen deixou a linha de montagem em São Bernardo do Campo".[132]

Com o alcance das metas, vieram os elogios ao operário brasileiro, particularmente o de origem nordestina, que surpreendia "a quantos iniciam suas atividades no Brasil, muitas vezes com sérias preocupações a esse respeito". Para vencer reticências, o operariado mostrava-se "inteligente e entusiasta, ansioso para aprender o *know-how*". Três anos depois, refletindo um otimismo posteriormente frustrado, a Anfavea confiava no operário nordestino como "solução" para o problema de uma nova e ampla frente de trabalho. Assim, propugnou

> "um programa de recrutamento de mão-de-obra no nordeste do país, onde há grandes reservas de elementos em condições de se adaptarem, após algum treinamento, aos misteres da indústria (...), como vêm demonstrando as estatísticas, as quais registram um índice de 80% de aproveitamento dos candidatos a emprego dessa procedência".[133]

Esses louvores não eram uma deferência desinteressada dos doutores, senhores e capitães da indústria para com o humilde, cordato, simples e laborioso operário nacional. Eixo da campanha contra o subdesenvolvimento, o cinturão automobilístico da Grande São Paulo dava saltos de progressos, e era o trabalhador — especialmente por estar na lida diária das fundições, forjarias, soldas e tratamento térmico — quem estava na frente da queima de etapas. O reconhecimento de sua versatilidade, vontade de aprender, disponibilidade, dedicação e responsabilidade (atributos necessários a uma mão-de-obra de escolaridade precária) delimitavam um campo de qualidades de onde não deveria sair. Essa era a conduta esperada depois de sua admissão numa automobilística — um recrutamento, na verdade, exigente de um avanço permanente sobre o mais temido dos inimigos, não o tempo em abstrato, mas sim o fim do governo JK, prazo final para a consolidação irreversível da manufatura automobilística doméstica.

Para não serem dispensados, foi seguindo esse caminho que os trabalhadores conseguiram se manter no emprego, carecendo de serenidade para suportar o trabalho

---

[132] *O Jornal do Rio de Janeiro*, 4/2/1960.

[133] Latini, *Indústria Automobilística*, 1959, fonte já citada, p. 49. Anfavea, *Indústria Automobilística Brasileira. Sua Contribuição para o Desenvolvimento Nacional*. São Paulo, 1961, p. 88. Anfavea, *Indústria Automobilística Brasileira*. São Paulo, 1963, p. 37.

intenso, as conseqüências físicas e nervosas, as ameaças de cortes de pessoal, o tratamento das chefias — serenidade essa inclusa naquelas qualidades psicológicas imprescindíveis à sua readaptação ao trabalho, à sua adaptação ao trabalho fordista. Foi também seguindo esse caminho que passaram a impregnar o cumprimento da tarefa desqualificada com um sentimento de auto-estima, dignificando-a, mas isso é o tema do capítulo 5, "Colmeia Fabril".

PEQUENO MILAGRE

Se as firmas pequenas dispunham de um tempo limitado pela concretização da concorrência das grandes — uma ameaça imprevisível até meados dos anos 60 —, todas elas tinham em comum o exíguo espaço de tempo para cumprir a agenda do Geia. Nesse sentido, antes do "milagre econômico" (1968-1974), um outro foi operado para queimar as etapas do crescimento industrial.

Considerando a possível escolha de um candidato oposicionista nas eleições presidenciais de 1960, o próprio Kubitschek tinha pressa. Logo, a indústria automobilística precisava ser 100% nacional antes do término do seu governo, pois isto a tornaria irreversivelmente brasileira e abriria o caminho para o carro-chefe de seu retorno a Brasília.

Por causa de insinuações ainda mais apressadas de Tancredo Neves (PSD-MG), o mesmo JK teve de se dirigir à imprensa para declarar sua intolerância com "qualquer tentativa de modificar a Constituição para possibilitar a reeleição do presidente da República". A essa altura, julho de 1957, o governador Jânio Quadros já despontava como rival de respeito.[134] Temendo Quadros ou não, o presidente prezou suas garantias à estabilidade, deixando a matéria da sua reeleição para a corrida presidencial de 1965.

A operação era por demais complexa para abrir a chance de confirmar os preconceitos dos estadunidenses quanto a *caudillos* e República de Bananas. Tancredo foi longe demais com seu desejo de continuísmo. JK repôs nos trilhos os planos dos donos do

---

[134] Nara II, State Department Records on Microfilm, RG 59, M-1511, rolo 5, 732.00(W)/3-857. Deputado estadual do Partido Democrata Cristão, (PDC), Jânio foi, pela primeira vez, eleito prefeito de São Paulo em 1953. Segundo Benevides, esta vitória teve "impacto formidável" sobre o PTB paulista, constituindo um "divisor de águas" na política do estado, já que era o primeiro político local com condições de fazer frente a Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP). Ao galvanizar uma força política alternativa às chapas presidenciais da dobradinha PSD-PTB, Jânio, outrossim, influenciaria a própria política nacional. Ver: *O PTB*, op. cit., pp. 52, 58.

poder. Tinha elegância suficiente para não desagradar seus aliados. Durante a viagem de Kaiser à América Latina em 1954, uma matéria sobre exportação de "capital e *know-how* americanos a outras nações" divulga a opinião de um proeminente executivo a favor de "'acelerar esse processo — no nosso próprio interesse". Um outro juízo foi somado: "'nosso objetivo não é operar a partir diretamente da razão lucrativa, mas trabalhar também pelo desenvolvimento econômico e progresso'". Controlada a instabilidade, a "alma" dos homens seria libertada dos flagelos da "fome e da dissidência". Falando de programas habitacionais, de siderurgia, de estaleiros, das indústrias química e automobilística, da abertura de estradas e de planos de saúde, Henry Kaiser — em pessoa — era um Plano Marshall para os latinos. E ele tinha suas condições: não alterar o jogo político enquanto não estivesse plenamente pronto para jogar. O homem que fazia chover não gostava de turbulências. Em um memorando que ditou num vôo de Guaiaquil para Lima, Kaiser antecipou a palavra-chave: "todos sabem que será um milagre se tivermos êxito em estabelecer três indústrias automobilísticas na América do Sul".[135]

O milagreiro Kaiser havia de obrar na casa de Kubitschek. Entre 1957 e 1962, milhares de autos foram invertidos no mercado configurando o tempo das vacas gordas, ou do "pequeno milagre". A esta proeza aludiu José Mindlin em 1968, quando tomou posse do Sindicato Nacional da Indústria de Peças para Automóveis e Similares (Sindipeças). Ele assinalou o "verdadeiro milagre" do fabrico do veículo 100% nacional em prazo "incrivelmente curto".[136]

De fato, ao serem capazes, em 1959, de ir além do triplo do seu volume original de produção (30,542 mil veículos em 1957) e do sêxtuplo, em 1962 (com referência à mesma

---

[135] *Automobile Facts*, s.d. (provavelmente 1954, ou 1955), p. 8. Pasta 12, caixa 138, HKP, BANC MSS 83/42 c, TBL, UCB. Memo de Kaiser para E. Kaiser e Trefethen, 12/8/54. Pasta 12, caixa 138, HKP, BANC MSS 83/42 c, TBL, UCB.

Sublinhando a rapidez da Ford do Brasil em construir um parque altamente integrado sobre uma infra-estrutura débil, Wilkins e Hill também falam em "milagre industrial". Ver: *American Business*, op. cit., p. 417.

No México, em meados dos anos 50, a expressão foi usada pela imprensa estadunidense, embora as montadoras fossem "pequenas e rudimentares". No fim dos 60 porém, a Cidade do México já era uma capital automobilística latino-americana. Bachelor, Steven, "Subterranean Shop-Floor Blues: Autoworkers and Working-Class Politics during the 'Mexican Miracle'". Comunicação apresentada no seminário History of Industrial Relations in Twentieth-Century Latin America, Harvard University, 5 de novembro de 1999, p. 1.

[136] Gattás, *A Indústria*, op. cit., p. 435.

Em visita à Willys, o secretário da Agricultura de São Paulo também usou do termo "milagre" para falar de "realização industrial" e de "confiança no futuro do Brasil". *Diário da Noite*, 18/12/59.

base de 1957), as empresas deram saltos notáveis, como o de 1960 (quase 37 mil unidades a mais que 1959) e de 1962 (45 mil unidades a mais que 1961). Novos aumentos assim só viriam a acontecer sob circunstâncias especiais, em 1966, ou no primeiro balanço anual do "grande milagre". Em 1968, se era de 4,55 o índice de produção por empregado, em 1962, esse índice era de 4,54. Ademais, o pico da fase 1957-1962 é ligeiramente inferior ao patamar inicial da fase 1968-1974 (sendo progressivamente superado).[137]

Na ditadura e na democracia, para obrarem seus prodígios, os industriais estrangeiros não tiveram dificuldades em reproduzir o despotismo fabril. Tal qual Henry Ford, eles apreciavam os limites que Weinstein apontou para seus colegas brasileiros: hierarquia, autoridade técnica e estrita vigilância do local de trabalho (para não falar do gosto pelo monopólio de instituições formativas, como o Serviço Social da Indústria e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).[138] Além, como veremos, da costura da aliança empresarial-policial, deixar a aprendizagem e a formação do operariado à sua mercê — na verdade, o único feito da operação mão-de-obra — foi fundamental para a proximidade existente entre os dois milagres delimitados aqui.

---

[137] Automobile Manufactures Association, *1966 World Motor Vehicle Data*, 1967, p. 77. *Boletim do Dieese*, dezembro de 1986, p. 3. Devido à redução de impostos e a financiamento da Caixa Econômica Federal, ocorreu, em 1966, um incremento de mais 39 mil unidades, crescimento estabilizado no ano seguinte.

[138] Weinstein, Barbara, *(Re)formação da Classe Trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo, Cortez/USF, 2000, p. 361.

3

Triângulo Metalúrgico

Sobre a Concepção e a Prática Sindicais

Ecos da História

Indiciado por causa da eclosão de greves na capital, o italiano Giulio Sorelli, secretário-geral da Federação Operária de São Paulo (Fosp), compareceu na polícia em 1907. Diante das autoridades, ele primeiro tentou rebater a insinuação da existência de elos orgânicos entre a entidade que dirigia e a doutrina do anarquismo. Depois, admitiu que costumava instruir ativistas e trabalhadores de diversas categorias a se baterem pelo "fim principal" da federação — "defender os direitos do operariado". Quando os trabalhadores entravam em greve, continuou, eles apareciam para "discutirem e resolverem assuntos que interessassem", citando como exemplo os das fábricas de carros e carroças, então em processo de mobilização.[139]

---

[139] Termo de declarações, 10/4/1907. AN, Série Interior, Estrangeiros: Expulsão. Código A5, Seção SDJ, IJJ 7 179, processo de expulsão de Oreste Ristori, Leopoldo Cerchiari e Júlio Sorelli. Inquérito de Ristori e outros, fls. 19-22.

Vinte dias depois, ao apresentar-se, o napolitano Francesco Annunciato não contrariou o depoimento de Sorelli e ainda ratificou a existência na capital paulista de "uma associação que se interessa pelos operários em geral e se denomina Federação Operária". Na sua sede, costumavam se encontrar — "sempre que havia necessidade" — as categorias dos carpinteiros, pedreiros, chapeleiros, metalúrgicos e gráficos, entre outras. Àquele momento, disse, o interesse maior era pela jornada de oito horas, explicando que, para sua obtenção, "os operários de cada oficina elegem uma comissão e esta, com outras, deliberam na sede da federação". Como prova da fidelidade às suas resoluções, Annunciato apontou para as paradas no Moinho Matarazzo e dos trabalhadores das oficinas de carros e carroças.[140]

Preparadas para a expulsão desses imigrantes, nas peças anexadas aos depoimentos encontra-se um ofício da Liga de Resistência entre os Trabalhadores em Veículos em São Paulo (amalgamação filiada à Fosp). "Em nome de todos os seus associados operários de todas as fábricas de carros desta cidade", tal liga comunicou à firma Camps & Irmão "que os mesmos operários, incluídos os trabalhadores da sua oficina, querendo usufruir de um direito já reconhecido entre outras classes operárias e mesmo entre os trabalhadores em veículos das outras nações, estão dispostos a não trabalhar mais de 8 horas por dia". Adicionalmente, reivindicou-se o fim do "trabalho por pessoa". Antes de qualquer resultado, ainda foi dito que a greve só seria suspensa mediante o pagamento de 50% dos dias parados. Aparentemente, a resposta recebida pelos remetentes também foi ajuntada ao processo. Numa folha timbrada Camps & Irmão, há uma lista de nomes e endereços de empregados e uma alusão a uma fonte de "boas informações", sugerindo que os patrões identificaram os mais ativos e os entregaram à polícia.[141]

Como será debatido no capítulo seguinte, é problemático esperar dos trabalhadores no setor automobilístico do após-guerra um comportamento similar àquele — apenas audaciosamente — prometido no ofício Liga de Resistência entre os Trabalhadores em Veículos. Não há uma linha ininterrupta de continuidade entre essa liga e os sindicatos de metalúrgicos. A cortá-la, entre outros rupturas, a linha de montagem: o milhar (ou milhares)

---

[140] Termo de declarações, 30/4/1907. Ofício, 24/3/1907. AN, processo de expulsão de Oreste Ristori, Leopoldo Cerchiari e Júlio Sorelli, fonte já citada, fls. 11, 33-35.

[141] Ofício, 24/3/1907. AN, processo de expulsão de Oreste Ristori, Leopoldo Cerchiari e Júlio Sorelli, fonte já citada, fls. 11.

de operários do fordismo não podem ser equiparados às dezenas mais dezenas do processo produtivo de 1907.[142]

Ao mesmo tempo, é meu propósito demonstrar que, entre 1930 e 1964, as correntes políticas dispostas a agremiar os trabalhadores da indústria metalúrgica do ABC não dispunham de tempo, opções nem forças para refundar o sindicalismo a toda hora. Portanto, sem estrondosa originalidade, buscaram (e conseguiram) formar delegações e comissões dentro das fábricas. Grande parte das vezes, embora tais experiências não fossem adiante do estado provisório, informal ou clandestino, isto não impediu sua recorrente explicitação como valor, demanda ou hábito, verificando-se o seu reclame tanto no dia-a-dia quanto nas greves, campanhas salariais e eleitorais, nos congressos, nas negociações.[143]

Depois do Sindicato dos Marceneiros de São Bernardo (fundado em 17 de janeiro de 1933), o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santo André, São Caetano, São Bernardo, Ribeirão Pires e Mauá (SMABC) foi o segundo grêmio do Triângulo reconhecido conforme o decreto 19.770, de março de 1931. Recebida a carta do reconhecimento ministerial em setembro de 1933, teve pela frente a sindicalização dos trabalhadores da GE, Fichet, Pirelli, Companhia Nacional de Artigos de Cobre (Conac), Lidgerwood, Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e Laminação Nacional de Metais (LNM), todas em Santo André (várias delas no distrito de Utinga). Respectivamente, as três primeiras sobressaíam como símbolos dos investimentos estadunidense, francês e italiano na industrialização brasileira. Entre as de capital nacional,

---

[142] A revolucionária introdução da linha de montagem por Henry Ford na sua fábrica de Highland Park (Grande Detroit, EUA) só aconteceu seis anos depois, em 1913. Para se ter uma idéia do estágio da industrialização automobilística antes da chegada da Ford Motor Company em 1919 (a primeira linha de montagem do Brasil), ver: Lloyd, Reginald, *Impressões do Brasil no Século Vinte. Sua História, seu Povo, Comércio, Indústrias e Recursos*. Londres, Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913, pp. 590, 600, 602, 692. Biblioteca do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Referências).

Nessa fase, firmas como Werner, Hilpert & Cia., Garage Fiat, Cia. de Automóveis Reunidas e Antunes dos Santos & Cia., esmeravam-se, nas suas garagens e oficinas (de carpintaria, pintura e maquinário), em conservar, reparar e "reconstruir" componentes e autos vindos da Europa, que vendiam e alugavam. Salvo rodas e motores, a Garage Fiat se dizia em condições de construir veículos nos seus próprios estabelecimentos, sitos na Rua das Laranjeiras (RJ). Recebendo assistência de Turim, seus empregados eram artesãos de ofício. Claro, os grandes ramos industriais fabris no Brasil nesse momento eram o têxtil e o ferroviário, e isso no país inteiro (via negócios com a Inglaterra). Lloyd, *Impressões do*, op. cit., pp. 202-269, 382-430.

[143] Jordan chega à mesma conclusão para o caso dos trabalhadores cariocas têxteis e metalúrgicos. *Contesting the*, op. cit., pp. 259-260.

o SMABC sempre teria litígio com as usinas fornecedoras das FFAA, LNM, CBC, Indústria Nacional de Armas.

Um outro foco de atuação ficava na industrial São Caetano, sede da GM, Mineração Geral do Brasil (MGB) e da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM). Até o início dos 50, isto é, antes da construção das unidades de Brasmotor, Mercantil Suíssa, Varam Motores e Willys, São Bernardo não possuía importância alguma (muito menos Diadema). Nos anos 30 e 40, o destaque ia para as fábricas de móveis e usinas de tecelagem.[144]

Entre meados dos anos 30 e o final dos 50, o SMABC foi o único existente. Entre 1954 e 1958, com a autonomização do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano (SMSC), sofreu seu primeiro desmembramento. Na seqüência, desdobrou-se pela segunda vez, dando origem ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SMSBD), organizado entre 1959 e 1961.[145]

Para operários como Armando Mazzo, a criação do SMABC correspondia a "novos" tempos. Ele e seus camaradas de Partido Comunista Brasileiro (PCB) — Rolando Fratti, Marcos Andreotti, entre outros — esperavam que o reconhecimento legal da vida associativa garantisse a organização sindical. Finalmente, eles imaginaram com alívio, não seria mais preciso "se reunir no meio do mato", pois a lei lhes contemplava com esse direito (um direito, aliás, restrito às cidades). Ao mesmo tempo — voltando-se retrospectivamente para essa época —, Mazzo ressalvou que "como era enquadramento sindical, e o nome diz muito bem, estava atrelado ao Ministério do Trabalho. Então o

---

[144] Com o passar do tempo, a lista de fábricas acima anotaria perdas e ganhos. No caso de São Bernardo, a Willys — "que hoje é a Ford, (...) aquele monstro que está lá" — não existe mais. Igualmente, após várias reestruturações, a Ford não é mais o monstro do final dos anos 70. Entrevista de Philadelpho Braz ao Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) (PMO-Cedi), s.d.

[145] Para padronizar a nomenclatura, os nomes dos sindicatos são grafados segundo os termos mais comuns. No início, o SMABC se chamou Sindicato dos Operários Metalúrgicos e Similares de Santo André. São Caetano e São Bernardo foram incorporadas oficialmente à sua base territorial em 1950 e 1953, respectivamente. Ver: entrevista de Philadelpho Braz a *Atualidades Sindicais*, nº 10, 1957. CRS, BIFCH.

O SMSBD, hoje, não existe mais. Foi refundado numa ação conjunta com o SMSA dando origem ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Porém, ainda existem o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano.

Sindicato deixa de ser livre para ser tutelado". "Para ser arrochado", emendou com amargura.[146]

Não nos deixemos deslizar junto com a reelaboração da memória de velhos militantes comunistas cujos depoimentos foram recolhidos para um livro comemorativo da emergência de um *novo sujeito político*.[147] Suas entrevistas, por um lado, não têm como negar a devastadora derrota sofrida com o Golpe de 64, relendo o passado a partir desse episódio crucial. Por outro lado, precisam demonstrar que também eles eram capazes fazer alguma coisa digna de registro. Por isso, não trazem tanto a experiência vivida no momento histórico a que se remetem.

De todo modo, não é que houvesse conforto na hora de optar entre aderir e recusar. O arrocho referido por Mazzo recairia sobre ambas as escolhas, pois a iniciativa de enquadramento estatal dos sindicatos operada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) comportava caráter inovador e ambicioso para um país fracionado por distâncias continentais e disparidades regionais. Concentrando o poder com a racionalização da máquina administrativa e burocrática, além do aparato repressivo, o governo Vargas empreendeu um movimento centralizador para instaurar o sindicato único oficial, acabando com o costume preexistente de criar sindicatos livremente (sem pedir licença ao Estado). Além do mais, a manutenção de uma estratégia de recusa podia levar a um profundo desgaste junto das bases, muito diversas da desfocada idéia de uma classe adepta de ideologias revolucionárias.

Não é, também, que houvesse capitulação na hora de organizar um grêmio com o aval do MTIC. Desde meados dos anos 80, várias pesquisas têm demonstrado que os sindicatos oficializados antes da escalada repressiva de 1935-1939 não eram tão diferentes assim daqueles dos anos 20, tendo conseguido preservar projetos políticos próprios, além de ação autônoma. Muitos deles, ao invés de serem criados pela outorga da lei, simplesmente precediam-na, sendo, então, reorganizados.[148]

---

[146] Oliva, Aloizio Mercadante (coord.), *Imagens da Luta*. São Bernardo, SMSBD, 1987, p. 58.

[147] No populismo, segundo *Imagens da Luta* (p. 79), a classe operária "perdeu sua capacidade de organização e intervenção política autônoma" por causa, em parte, das orientações pecebistas de conciliação e contenção das lutas sociais.

[148] Batalha, Cláudio, *Le Syndicalisme «Amarelo» à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris, tese de doutorado apresentada à Universidade de Paris I, 1986. Stotz, Eduardo, *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio de Janeiro na Construção do Sindicato Corporativista*. Niterói, dissertação de mestrado

Ademais, os comunistas não estavam encantados e não ignoravam que a intransigência patronal não seria eliminada por obra de palavras nem que a repressão empresarial-policial cederia lugar a plenas garantias de funcionamento e respeito. Se o mapa do movimento sindical brasileiro estava sendo redesenhado em base a uma arquitetura projetada por bacharéis, técnicos, intelectuais e políticos, esses não estavam se apossando de um território despovoado ou mesmo desprotegido.[149] Sinal da diferenciação dos interesses na legalização dos grêmios, a própria tentativa de fazer reconhecer a União Operária de São Bernardo do Campo (fundada em 1918 e reorganizada em 1928) como Sindicato de Ofícios Vários foi frustrada por parecer do MTIC, que a indeferiu mostrando sua contrariedade com a coexistência de várias categorias numa mesma entidade.[150]

Em 1934, quando trocou correspondência com diversos outros grêmios metalúrgicos discutindo a criação de um órgão em nível nacional para aposentados e pensionistas da categoria, o SMABC recebeu vários ofícios. Em um deles, da União dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio de Janeiro (UTM), podemos encontrar um preceito da concepção sindical que animava essa geração de ativistas. Naqueles anos, a UTM vinha sendo

> "organizada na base de comitês de fábricas e oficinas e por esse motivo ela realiza diariamente reuniões desses órgãos de base, interessando todos os trabalhadores sobre qualquer reivindicação e conquistas".[151]

---

apresentada ao Ichf-UFF, 1986. Gomes, *A Invenção*, op. cit. French, John, "The Origin of Corporatist Intervention in Brazilian Industrial Relations, 1930-34: A Critique of the Literature". In: *Luso-Brazilian Review*, vol. 28, nº 2, 1991. Araújo, *A Construção*, op. cit. Fortes, Alexandre, "Revendo a Legalização dos Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)". In: Fortes, *Na Luta*, op. cit., p. 39. Jordan, *Contesting the*, op. cit., p. 56.

[149] Com efeito, para Vargas, é possível que a ideologia da outorga da legislação trabalhista, a propaganda e a máquina assistencial e clientelista do MTIC tenham angariado "mais apoio do que sua política para os sindicatos", diretamente expostos à disputa com as esquerdas. Ver: Hall, Michael, "Corporatism, Fascism, and the Origins of Brazilian Labor Law". Comunicação apresentada na III Brasa Conference, 7 a 10 de setembro de 1996, King's College, Cambridge, p. 13.

[150] Valim, *50 Anos*, op. cit., p. 33.

[151] Ofício, 10/8/34. Dossiê de correspondência (não dispõe de referência). Biblioteca Marcos Andreotti, Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. (Após os choques em torno da recente fusão dos sindicatos de metalúrgicos do ABC, esse acervo tem sido maltratado, hoje encontrando-se disperso.)

Em boa medida, a pesquisa de Stotz atestou o ofício da UTM, tendo apurado a existência tanto de conselhos sindicais nas empresas quanto do Conselho Orientador de Delegados Sindicais. *A União*, op. cit., pp. 184, 247-255.

Sobre uma vasta base industrial, fragmentada e dispersa (semelhante à do SMSP), o grêmio metalúrgico da Guanabara teve mais sucesso que o SMABC na sindicalização das fábricas, estabelecendo um sistema de conselhos reconhecido pelos patrões. Ver: Stuart, Lisa, *A Atuação dos Conselhos Sindicais na*

Décadas depois, reunidos em conclave, os novos sindicalistas do ABC não acolheriam esse informe da UTM. "A CUT (Central Única dos Trabalhadores) rompe com todas as formas de conciliação de classes que estiveram presentes nos momentos mais importantes da história deste século", ufanaram-se eles. Para esses, entre 1930 e 1964, "o movimento operário e sindical não rompeu com o atrelamento ao Estado nem com sua omissão frente às questões que envolviam a luta pelo poder". Mesmo sem mencioná-las, duas siglas foram alvo dessas declarações, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), bem como outras intersindicais, e o PCB. Condenados como responsáveis pela burocratização, "reboquismo", "verticalismo", "vanguardismo", "colaboracionismo" e centralização do movimento sindical por causa de seu tipo de organização partidária e de suas alianças, os comunistas foram acusados de negligenciarem o associativismo dentro das fábricas, um descuido que teria deixado a classe operária das indústrias privadas, multinacionais e modernas a mercê do populismo e dos patrões.[152]

Muito ao contrário, para organizar, representar e conseguir liderar a classe trabalhadora, é meu parecer que os comunistas não ignoraram a sindicalização fabril, isto é, ressentiam-se da conquista do direito, ou do costume, de atuarem dentro das usinas. Para tal, lançaram mão de métodos compartilhados por outras correntes adversárias, pois esses meios pertenciam ao bê-a-bá do saber fazer sindical. Atravessando rupturas, com vistas a reivindicações e conquistas, o SMABC pôs em prática a idéia da pré-condição de ter os trabalhadores organizados diante dos patrões, no seu próprio local de trabalho, como forma de interessá-los na sua mobilização ampla e irrestrita. Para que isso acontecesse, foi preciso reinventar tradições.

Para o sindicalista Philadelpho Braz, esse processo acontecia inclusive com um acento vindo do pré-30. "Uma coisa que se notava", ele reparou, era o fato de, na Fichet, ter "muitos estrangeiros: (...) europeus, espanhóis, tchecos, italianos, franceses". Num primeiro

---

Indústria Metalúrgica do Rio de Janeiro de 1953 a 1964. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado apresentada ao Ifcs-UFRJ, 1992. Ver também: Santana, Marco Aurélio, *Partido e militância sindical: atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947- 1964)*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado apresentada ao Ifcs-UFRJ, 1992.

[152] "Tese 10. Pela CUT Classista, de Massa, Democrática, de Luta e pela Base". In: *Boletim Nacional da CUT*, nº 20, edição especial, 1987, p. 53. "Resoluções do 3º Congresso Estadual da CUT". São Paulo, 1987, p. 4. A citação destas fontes tem sua justificativa no fato de terem sido preparadas por dirigentes metalúrgicos de São Bernardo em associação com o coordenador do livro *Imagens da Luta*, Aloizio Mercadante Oliva, que também é autor de uma dissertação de mestrado sobre o SMSBD. Além disso, a tese 10 guiou os trabalhos desse 3º congresso nacional.

momento, nos anos 40, Braz se deu conta que "a chefia era toda francesa e belga, obviamente, e os capatazes da oficina, brasileiros, logicamente para apertar a gente". Prosseguindo com suas observações, recordou-se:

> "vim notar tempo depois — pois eu não sabia o que era o anarquismo — que havia resquícios de anarquismo naquelas pessoas mais antigas, porque eu lembro que toda reivindicação dentro da fábrica era levada por comissões. Hoje, se fala muito em comissão de fábrica. Naquela época já existia, mas ela era formada ali espontânea entre as pessoas da seção para levar o problema à diretoria da fábrica e discutir".
>
> "O sindicato, ele tinha assim uma atuação muito pequena, na época, ainda. Porque às vezes o problema era resolvido entre os diretores e os próprios empregados, os diretores da fábrica, os donos da fábrica e os próprios empregados. Uma homologação, um acordo mais amplo, talvez tivesse a necessidade de ser conduzido pelo sindicato".[153]

Mais uma vez, não nos deixemos deslizar junto com a reelaboração da memória de um dirigente sindical.[154] No SMABC, costume de fechar acordos diversos em adição aos acordos coletivos anuais (geralmente concernentes a salários) não era uma manobra oposicionista de famigerados e desconhecidos "anarquistas", os quais, se existiram, não aparecem nas fontes (a não ser como uma velha guarda anticapitalista que transmitiu princípios aos jovens). Na verdade, a prática referida por Braz caía muito bem nas mãos dos dirigentes eleitos com o apoio do PCB. O mesmo costume, tampouco, era evidência de uma organização fabril autonomista, desinteressada de freqüentar os sindicatos existentes.[155]

---

[153] Entrevista de Philadelpho Braz, São Paulo, 16/10/96. Projeto História das Profissões em Extinção. Realização: Confederação Nacional dos Metalúrgicos e Museu da Pessoa.

[154] Por ter passado pelas "provas" da mortalidade infantil e da desassistência, Braz se vê como "uma daquelas pessoas selecionadas para viver". Nascido em Sales de Oliveira (SP), em 1926, é filho de pai baiano e mãe descendente de italianos. Chegou em Santo André no inícios dos anos 40 e se empregou na Fichet. Mesmo não sendo pecebista, foi infiltrado pela oposição na diretoria do SMABC em 1952, sendo reeleito várias vezes devido à sua representatividade e capacidade. Cassado em 1964, não abandonou a política e o movimento sindical. Hoje, é um batalhador da preservação da memória histórica do ABC.

[155] Apesar do divórcio — muitas vezes litigioso — da direção nacional do PCB com o movimento operário, é difícil concordar com a tese de Wolfe de que os "trabalhadores freqüentemente se organizavam em comissões de fábrica e evitavam participar em sindicatos formais". Também sugerindo alheamento e desconhecimento, o esvaziamento da agremiação sindical não era fruto de uma resistência operária ensimesmada na ação direta, já que as associações de base se orientavam pela utilização dos espaços abertos por suas manobras (paralelas, divergentes ou concorrentes) com vistas à reapropriação do sindicato. Conseqüentemente, não há dificuldade em assentir que, entre os metalúrgicos de São Paulo, a tentativa "de tomar o controle do sindicato revela seu desejo de institucionalizar seu irrestrito movimento operário apoiado em comissões de fábrica". Identicamente, o ativismo operário nas fábricas preferia as lutas "'sindicais'" às "'partidárias'", o que forçava o PCB a admitir publicamente a inoperância de suas diretrizes. Por fim, é

Ao contrário, as "células" ou "bases" pecebistas foram fundamentais naquelas conjunturas autoritárias em que o ativismo refluiu para práticas subterrâneas de resistência anticapitalista e de oposição às intervenções nomeadas pelo MTIC. Ainda foram fundamentais para, no momento de retomada, servirem como suporte para a tirada de greves e comissões. Entre o pré e o pós-30, não é verificável, portanto, o paralelismo entre uma continuidade de um pretenso associativismo de base — o qual teria permanecido antiinstitucional (autonomista) — e uma descontinuidade no nível da organização sindical, a qual teria perdido a independência, inteiramente.[156]

O fato de a CLT ser um caderno de leis — leis freqüentemente ignoradas pelos patrões — com um sem-número de especificações sobre as condições de trabalho no chão da fábrica não alterou o sem-número de queixas de operários submetidos a um regime de despotismo fabril, o qual agravara-se com a Lei do Esforço de Guerra. Avessos ao que consideravam uma intervenção estatal indevida, os empresários resistiram a esses detalhamentos. No ABC, parte deles vislumbrou na exploração da sua oferta de capitalismo de bem-estar uma alternativa à outorga dos direitos trabalhistas de Vargas.[157]

Porém, nem com esta opção o patronato ensaiou o abandono do despotismo fabril ou cogitou "outorgar" uma representação de base para a negociação direta das queixas trabalhistas (a não ser que as firmas quisessem ter seus próprios canais alternativos à Justiça do Trabalho, como seria o caso de Willys, com a Comissão de Relações no Trabalho, em 1963). Some-se a isto o fato de o quinto título da CLT (acerca da estrutura sindical) não dispor uma vírgula sobre o direito à representação sindical no local de trabalho. Como

---

sugestiva a insinuação de Joel Wolfe acerca das opções operárias longe dos sindicatos e partidos (sendo necessário ir conhecê-las fora das fábricas). Wolfe, Joel, *Working Women, Working Men. São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955*. Durham, Duke University Press, 1993, pp. 5, 136, 137.

[156] Evidentemente, como afirma Maria C. Paoli, "essa é uma história que não pode ser reduzida a uma história institucional". No entanto, o quanto o associativismo de base de um movimento operário autopropulsionado conseguia seguir "seu próprio movimento" sem se relacionar com o associativismo de base dos sindicatos e dos partidos, mantendo uma efervescência de espontaneidade, isso ainda não foi demonstrado a contento. "Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros". In: Leite Lopes, J. S. (org.), *Cultura & Identidade Operária*. São Paulo, Marco Zero, 1987, pp. 93-95.

[157] Citando a Cerâmica São Caetano, Rhodia e Pirelli, para French, "a resposta mais importante dos empregadores" "para apaziguar seus operários sem reconhecer seus sindicatos" "foi a adoção das técnicas modernas de administração de pessoal que predominavam nos países industriais desenvolvidos, o 'capitalismo de bem-estar'". Ver: *O ABC*, op. cit., pp. 70, 71.

Com o avanço da industrialização, esse núcleo foi acrescido da General Electric e as automobilísticas, que apoiaram decisivamente essa política. Para o caso da GE nos EUA, ver: Montgomery, David, *The Fall of the House of Labor*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987, pp. 438-457.

resultado, nas fábricas, o velho hábito da sindicalização operária sem pedir licença ao Estado e aos patrões não foi tocado, isto é, não foi regulado nem restringido. Portanto, não foi garantido nem proibido.[158]

Tudo somado, se, localmente, os patrões não tolerassem o funcionamento das comissões — e, como classe, jamais as aceitaram —, essa organização se daria ali, na fábrica, sendo mutuamente questionada, face a face e palmo a palmo. Desse modo, os trabalhadores continuaram a selecionar seus representantes e a envolver-se com suas delegações, comitivas, células e comissões para procurar o sindicato, um chefe ou a gerência. Com muita dificuldade, foi possível, aqui e ali, transformar esses canais em organismos mais estáveis, obtendo-se algum reconhecimento, eventualmente oficial.[159]

Se olharmos a fábrica como um mapa, apenas em alguns lugares os trabalhadores podiam fincar seus marcos. Nas cercanias, as ruas, praças e botequins. Dentro, as voláteis rodinhas, os banheiros, os cantos dos tabagistas, os pontos de conversa e escape da vigilância. (Mais os refeitórios, se existissem.) Para o patronato, um comitê representava a conquista de uma base dentro dos seus domínios mais caros. Se fosse visto como um degrau de uma escalada maior, frustravam seu ascenso, impedindo o redesenho dessas fronteiras.[160]

Aquelas correntes a apostarem na organização da classe trabalhadora o futuro e a eficácia de seus projetos políticos nada tinham a fazer a não ser procurar uma saída para a

---

[158] Ao contrário do caso estadunidense e inglês, no Brasil do pós-45, os trabalhadores da indústria automobilística possuíam direito à sindicalização. No entanto, tal como nos casos citados, eles não dispunham do direito de "sindicalizar" o chão da fábrica.

Ver: "Corporatism, Fascism", op. cit., pp. 2, 5, 14. Ver também: Beynon, *Trabalhando para*, op. cit., p. 66 e ss. Se o primeiro aponta para a "efetiva exclusão dos sindicatos do local de trabalho" ao frisar as similitudes nos efeitos da legislação laboral nos EUA e Brasil, o segundo compara: "a Ford na Inglaterra era tão deliberadamente anti-sindicato quanto a dos Estados Unidos".

[159] A CLT regulamenta apenas o funcionamento de delegacias, concebendo-as como subsedes para grêmios com ampla base territorial. Dispõe, ainda, que o delegado seria indicado pelo diretório em exercício. Delegados nas fábricas (e aí escolhidos) não constam, mas apareceram no estatuto do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Após o retorno de uma chapa com esquerdistas e nacionalistas à direção em 1956, a nova gestão procedeu à sua nomeação por empresas, obtendo êxito na Nitro Química. Ver: *Consolidação das Leis do Trabalho*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 194?, pp. 112-113. Fontes, Paulo, *Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: A Fábrica e as Lutas Operárias nos Anos 50*. São Paulo, Annablume, 1997, pp. 145, 146, 171-173.

[160] Uma rica amostra da sindicalização fabril no Rio de Janeiro pode ser encontrada nas cartas enviadas à coluna "Dentro das Fábricas", publicada por *Imprensa Popular*. Nelas, trabalhadores e trabalhadoras falam das suas usinas (em 1953). Ver: "Dentro das Fábricas", Aperj, Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), D 1793, caixa 706.

sindicalização fabril. Até 1964, na oposição ou na situação, hegemonizadas pelo ativismo pecebista, as forças esquerdistas na base social do SMABC encaminharam sua resposta para pendência da sindicalização no chão da fábrica, com suas idas e vindas. Por meio de células (grupos de fábrica clandestinos) ou de comissários (apontados pela direção e referendados em assembléias), o movimento sindical formou delegações e comissões, procurando interessar o operariado com assuntos que lhe diziam todo o respeito.

Ademais — não necessariamente na contramão, mas sem dúvida no meio do caminho —, era comum o fato de os dirigentes serem procurados na sede do sindicato por grupos tirados nas fábricas com o encargo de resolver os que tais correntes insolúveis nestas fábricas. Com um pouco mais de urgência, também foram procurados por gerentes interessados em entender descontentamentos ou paralisações, para o que, nessas horas, consideravam vital o concurso dos sindicalistas.

O fato do visitação operária acorrer ao SMABC voluntariamente, isto é, sem atender a uma convocatória específica, não significa dizer que não pairasse no ar uma exortação difusa, um costume de assembléias e encontros por empresa. Igualmente, isso não representa dizer que a base fosse ao sindicato pensando em "embriões" de comitês de fábrica mais estáveis, amplos e representativos. A iniciativa podia ser efêmera e destinada a esgotar-se em si mesma. Não se tratava, portanto, de uma visita de uma base operária auto-ativada a um sindicato burocratizado e sem representatividade. Os dirigentes bem podiam ser persuasivos ao falarem de reivindicações e conquistas, ao defenderem o respeito aos direitos da classe trabalhadora, buscando serem aceitos como seus representantes e defensores, o que era fundamental para o recolhimento de seu cacife na hora de barganhar com os patrões.[161]

---

[161] Às vezes, o que, para a polícia, é um comitê de fábrica pode ser, antes, um ajuntamento ativista partidário, uma "base", não necessariamente uma "célula". Nem sempre é possível discernir se se trata de uma comissão ampla e representativa, uma simples delegação, um grupo ligado a um delegado sindical ou a uma corrente política, uma comissão de salários, uma comissão de empregados estáveis ou, ainda, um comitê de greve. Deve-se, portanto, apreçar tanto a informalidade quanto a voluntariedade, assim como o menosprezo, dos trabalhadores em se agruparem, discernindo a variedade das experiências.

A questão associativa nem sempre estava, como afirma French (*O ABC*, op. cit., p. 312), em mãos de "'vanguardas ativistas'", pois podia ser expressão da auto-organização da maioria sem discurso político-partidária articulada. No fim da Segunda Guerra, a disseminação da agremiação de base não era reflexo único da presença de militantes dispostos nas usinas para organizarem os trabalhadores. A distância entre a estrutura dirigente do PCB e a o chão da fábrica muitas vezes se expressou no agrupamento voluntário dos próprios trabalhadores (e isso, é claro, não os impedia de ter simpatia, não necessariamente eleitoral, pelo PCB). Hélio da Costa, a propósito, chama a atenção para as relações interpessoais de confiabilidade e liderança, oriundas

"Quando o Partido se tornou legal, foi criada uma célula na sua fábrica?", perguntaram a Hércules Corrêa. "Não", ele respondeu, "ela foi simplesmente reconhecida". Quer dizer, em um rito de passagem, a *base* foi feita *célula*:

> "tinha um comitê central instalado aqui na Glória e ali foi prestada uma homenagem a nós, de exemplo de como é que se trabalhava... O Prestes fez uma conferência. No início animou muito o pessoal... Aí produzimos um desenho na fábrica, que era uma gravata toda vermelha com foices e martelos brancos e uma outra toda branca com foices e martelos vermelhos. Foram vendidas milhares dessas gravatas no comício do campo do Vasco para gerar finanças para o Partido. Um dinheirão que a nossa célula fez. Havia muita criatividade, muito entusiasmo".[162]

Para adeptos de uma organização militante seleta e coesa, as bases não deviam ser ampliadas, preferindo que se comportassem como células de ativistas escolhidos a dedo, uma precaução para garantir a execução de ordens vindas de cima. Para adeptos mais fervorosos de causas revolucionárias, a organização no local de trabalho era a ante-sala dos sovietes. Antes destes acontecerem, preferiam ver as células funcionando como azeitadas correias de transmissão da vanguarda "Política" da classe. Outros sindicalistas, por sua vez, podiam temer a organização operária fabril, nela vendo uma ameaça à autoridade de seu poder executivo.[163]

Cioso no zelo do seu papel, o SMABC não era contrário aos acordos encaminhados e fechados diretamente no espaço fabril, mas não deixava de preservar sua representação nos procedimentos, invariavelmente recrutando as energias das mobilizações fabris para o seu

---

da vivência cotidiana, como eixo da constituição das comissões. Ver: *Em Busca da Memória*. São Paulo, Scritta, 1995, p. 12.

[162] *A Contradita. Polícia Política e Comunismo no Brasil 1945-1964. Entrevistas com Cecil Borer, Hércules Corrêa dos Reis, José de Moraes e Nilson Venâncio*. Rio de Janeiro, Aperj, no prelo, p. 81. O comício citado é o primeiro ato público do PCB "após a anistia aos presos políticos do Estado Novo, que contou com a presença do líder do partido, Luiz Carlos Prestes. Realizado a 22 de maio de 1945 no Estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, o comício foi assistido por 50 mil pessoas. No discurso, Prestes declarava o apoio dos comunistas à política de 'União Nacional' em torno do governo Vargas na luta contra o nazi-fascismo, sustentando ainda a posição do Partido como 'esteio máximo da ordem e da legalidade'". Idem.

[163] Analisando as comissões dos metalúrgicos em São Paulo em fins dos anos 70, Eder Sader e Vera Telles distinguem seus significados para a oposição sindical, a quem "as comissões já apareciam como instrumentos permanentes de organização e como expressão concreta da autonomia da classe", e para os grevistas, a muitos dos quais as mesmas comissões "tiveram um sentido apenas imediato, como mecanismo de negociação". "E se no calor das greves", eles acrescentam, "o patronato até estimulou a formação de comissões para que existissem interlocutores legitimados, passado o susto, a primeira preocupação foi descabeçar o movimento". Ver: "Entre a Fábrica e o Sindicato: Os Desafios da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo". In: *Desvios*, nº 1, 1982. p. 34.

próprio fortalecimento. Incentivando a auto-organização, os dirigentes e os ativistas chamavam a categoria para a participação, incitavam-na a juntar-se em comissões para discutir seus problemas e anseios, levando essas comissões, inclusive, a mesas redondas com a presença dos patrões. Atendendo à exortação da luta por direitos, sempre que fosse necessário ou possível, uma parte expressiva da categoria também deu sua resposta, e não é possível saber se todos estavam com suas subscrições em dia, ou mesmo se eram associados, ou ainda quanto suas respostas agradavam aos dirigentes.[164]

Com efeito, o chamamento de Getúlio Vargas à participação popular no trabalhismo tanto fugiu do seu planejamento, pois os trabalhadores não renunciaram à ação direta, à greve ou à auto-organização, quanto escapou do PCB, que pretendia imprimir seus próprios rumos a tal chamado. De um lado, os trabalhadores não deixaram de ser fiéis ao trabalhismo proposto pelo "pai dos pobres". De outro, desconheceram a defesa pecebista de união nacional pró-Vargas quando esta condenava suas lutas salariais e por democracia social.

Para aquelas correntes cujo eixo-mestre de sustentação repousava nos dividendos do imposto e unicidade sindicais, as fábricas podiam ser consideradas em menor monta, talvez ignoradas ou esquecidas. (Como o Estado garante o monopólio da representação — e, automaticamente, o usufruto do imposto —, era quase impossível para um outro grêmio concorrer em paralelo.) Todavia, é equivocado pressupor que apenas os comunistas angariavam apoio nas bases.[165] Afora isso, as esquerdas não saíram incólumes da experiência de povoamento da estrutura sindical oficial, contraindo cumplicidade com a unicidade, o imposto e a máquina do MTIC, já que montaram suas redes assistenciais. "Quem não tem padrinho morre pagão": tanto a base precisava de favores quanto a direção precisava de sua "combatividade".

Aliás, o *olheiro* e professor Robert Alexander estava interessado em mapear lideranças alternativas às esquerdas bem como era desejoso de moldar seu futuro. Em 1956, ele registra o recuo dos "pelegos" e lamenta o tempo "tardio" da "conversão" dos que ainda

---

[164] Essa receita, é verdade, nem sempre funcionou. Ver "O ABC Redesenhado".

[165] Acerca do PTB e o sindicalismo, ver: Loyola, Maria A., *Os Sindicatos e o PTB*. Petrópolis, Vozes, 1980. Benevides, *O PTB*, op. cit. Delgado, Lucília de A. Neves, *PTB: Do Getulismo ao Trabalhismo*. São Paulo, Marco Zero, 1989. Silva, *A Carga*, op. cit., pp. 141 e ss. D'Araújo, Maria C., *Sindicatos, Carisma e Poder*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

estavam no poder. Dentre estes, citou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Deocleciano Cavalcanti, o qual, só depois de ser insistentemente "martelado", tanto pela Organização Regional Interamericana do Trabalho (Orit) quanto pelo adido trabalhista estadunidense, estava, aos olhos de Alexander, "aprendendo (...) um pouco do que o sindicalismo realmente tratava".[166]

Esse era o "dilema" com que "nós" (Alexander, Orit, adidos, cônsules, o Department of State dos EUA) nos defrontamos, escreveu o professor. Libertar o sistema sindical brasileiro do corporativismo estatal significava favorecer "beneficiários imediatos", as oposições, infestadas com gente da base social da aliança nacional-reformista. "Não temos outra alternativa", adverte ele. Como o processo já estava no seu curso, os EUA, deveriam intervir para poder influir, pautando sua aproximação com os cursos de treinamento do Serviço Social da Indústria (Sesi), pois este também pretendia ensinar os ativistas a serem "reais líderes sindicais, mas anticomunistas". Todavia, arriscava-se a formar apenas "líderes sindicais pró-patronais".

Atuar junto de líderes genuínos, em adição à conversão de "*labor stooges*" ("pelego" em inglês). Essa foi a conclusão de Alexander na seqüência de seu encontro com Barros Leal, presidente do Sindicato dos Têxteis de Recife (Pe). Leal lhe dera mostras de ser um "janguista", um homem que via no vice-presidente a herança do trabalhismo de Vargas, alguém cuja visão política contribuiria para a constituição de um grupo de centro-esquerda no interior do PTB. "Gostaria de ver", Alexander expressa seu desejo, "as organizações sindicais dos EUA, e também Salert [primeiro secretário da Embaixada], entrando em contato com Barros Leal". Extensivamente, ele defendia a intervenção estadunidense junto de sindicalistas dignos do seu cargo e — o que era vital — insatisfeitos

---

[166] "Report by Professor Robert Alexander", 13/5/56. Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4309, 832.062/5-2856. As citações dos dois parágrafos seguintes foram retiradas desta fonte.

Robert Alexander foi professor em Rutgers University, mas também endereçava seus relatórios a Jay Lovestone, secretário da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), estando engajado nas formulações dessa confederação para a América Latina através da Orit.

No seu segundo governo, Vargas patrocinou a aprovação de uma lei no Congresso permitindo às entidades sindicais o estabelecimento de vínculos com o Exterior. Em seguida, as confederações nacionais dos trabalhadores na indústria, no comércio e no transporte terrestre se filiaram à CIOSL, contraindo relações com sua representante continental, a Orit.

(A CIOSL havia sido criada em 1949, quando, num lance da Guerra Fria, a maioria dos sindicatos americanos e da Europa Ocidental e rompeu com a Federação Sindical Mundial.)

em aliarem-se aos comunistas. Podiam até ser "de esquerda", mas essa posição era reversível após "insistente pregação", ou com uma boa temporada nos EUA.

Esse grupo de centro-esquerda, aos olhos do professor, tinha o que os "pelegos" não dispunham: experiência de negociação e confrontação com os patrões. Como veremos nos capítulos seguintes, para equacionar o dilema de Alexander, o bloco aliancista entre o governo dos EUA, empresas estadunidenses, Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (Ciosl), Orit com o Sesi, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a Fiesp e os serviços policiais de inteligência e sabotagem (depois acrescidos do Movimento Sindical Democrático e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) iria introduzir um novo termo, a acusação de falta de "autenticidade" no sindicalismo das esquerdas, denunciando-o pela sua politização e por não representar a — inexistente — figura do "trabalhador comum", conseqüentemente propondo uma corrente sindical "autêntica".[167]

Uma segunda diferença fundamental entre as correntes estava entre viver dos vencimentos tanto do clientelismo quanto do assistencialismo, bem como do colaboracionismo com os governos, o MTIC, a polícia e os patrões, e, periodicamente, viver jogado na clandestinidade. Era como se as esquerdas estivessem acostumadas a se intrometerem em campeonatos bolados sem seu concurso, acostumadas a campos esburacados, sob marcação constantemente desleal. Boa parte de seus adversários, em contrapartida, precisava de paramentas, do beneplácito do juiz, da promoção dos patrocinadores. Dominada por Andreotti, Braz, Cataruzzi, Fratti, Guillen, Lindolfo e Mazzo, era preciso uma certa malandragem para se haver com a aliança empresarial-policial.[168]

Ainda mais, Alexander é autor de *Labor Relations in Argentina, Brazil and Chile*. Nova Iorque, McGraw Hill, 1962. Ver também: *A Organização do Trabalho na América Latina.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 95.

[167] Novamente, o recurso a um preceito do fazer sindical — a defesa de um movimento acima dos interesses partidários — não é exclusividade dessa ou aquela corrente. No entanto, como veremos, tanto os patrocinadores quanto os adeptos do "sindicalismo autêntico" acrescentavam a esse preceito uma crítica ao sindicalismo nacional-reformista, seguindo o discurso de um movimento feito "pelo alto", sem a participação do trabalhador.

[168] Essa astúcia pode ser melhor analisada nos episódios relatados por Armando Mazzo na fábrica, no MTIC, diante do Vargas do Estado Novo, na polícia, com Ademar e Jango. Ver: *Memórias de um Militante Político e Sindical no ABC.* São Bernardo, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1991, pp. 44, 79, 90, 110, 111, 137. Obviamente, há evidências de ingenuidade e idiotice também.

A escalada repressiva patrocinada por Vargas desde 1935 acirrou-se em 1937 com a decretação do Estado Novo. Nesse ano, "Getúlio deu o golpe", recordou-se Miguel Guillen, e "pôs para correr toda aquela liderança".[169] O jovem SMABC não sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, mas o conjunto de detenções, perseguições, demissões e prisões avariou-o gravemente. Até outubro de 1938, quando Augusto Savietto foi aclamado presidente em assembléia, o SMABC permaneceu sob estrito acompanhamento policial.

Vigente o autoritarismo, o sindicalismo refluiu e só recuperou seu dinamismo nos anos 40, quando a difusão das posições dos comunistas de lutar contra a influência do nazi-fascismo no país, contra o ditador Francisco Franco na Espanha e contra a neutralidade do Brasil na Segunda Guerra Mundial garantiu-lhes um lugar de destaque na resistência democrática, relevo depois reforçado nas campanhas por anistia e pela constituinte com Getúlio, o "queremismo". No nível do local, expulsos dos sindicatos, os comunistas concentraram suas forças restantes na organização da classe trabalhadora dentro das fábricas e nos seus locais de moradia, mobilizando homens e mulheres.

Como veremos adiante, isso originou uma tensão entre o partido da "Grande Política" — tanto o partido da ordem, defensor de governos e da burguesia nacional, quanto o fora da ordem, clandestino e radicalizado — com o partido em contato com as classes subalternas, seus destinatários. O PCB crescia nas bases, mas se arriscaria a perdê-las.

A criação da Cooperativa de Trabalhadores Sindicalizados em 1942, cuja Presidência foi entregue a Rolando Fratti, veio a repor o costume de instituir órgãos intersindicais horizontais (agremiação proibida por lei). Ainda nesse ano, o SMABC se bateria pela constituição de duas novas organizações, sendo uma a sua subsede de São Caetano e a outra a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo (FMSP), cujo primeiro secretário era Guillen.[170]

---

[169] Miguel Guillen chegou do interior de São Paulo, Jaú, onde trabalhava na roça. Foi também carroceiro e balanceiro (carregava sacos de café na cabeça). Apesar disso, julgou trazer apenas um "pouco de experiência", tendo sido na indústria o lugar onde se abriu para o mundo. "Foi lá na Pirelli que eu comecei a vida", demarcou. Contratado em 1936, ouvia a "turma" dizer: "'o sindicato é fraquinho'". "Imagine, o número da minha matrícula era 13, e os treze sócios do sindicato eram da Pirelli". Valim, *50 Anos*, op. cit., pp. 37, 38.

[170] Mazzo, *Memórias de*, op. cit., p. 94. Medici, Ademir, *Migração e Urbanização*. São Paulo, Hucitec, 1993, p. 111.

No ano seguinte, dois episódios mostram o duplo jogo dos atores da política brasileira. Quando Vargas visitou o ABC em 1943, o pai dos pobres precaveu-se como ditador. Segundo Braz, "todo o pessoal foi recolhido". "A polícia política tinha permissão dos empregadores para 'limpar a área'". Hospedado pelo interventor Ademar de Barros na casa de Roberto Simonsen, o presidente viera participar da inauguração da Cerâmica São Caetano, a primeira usina de refratários do país, de propriedade do mesmo Simonsen, em conjunto com Armando de Arruda Pereira. Interessado em quebrar o gelo dos paulistas, uma ameaça ao seu poder, "o Getúlio pegou uma dessas telhas, (...). Ficou em pé em cima da telha. E a telha não quebrou, mesmo parecendo um tablete de chocolate".[171] Sorridentes com o malabarismo de Vargas, empresários e trabalhadores se irmanaram no entusiasmo com o desenvolvimento nacional.

Já nas comemorações do Primeiro de Maio de 1943, quando foi promulgada a CLT, "nós participamos da concentração do Pacaembu", lembrou-se Guillen. Por causa disso, durante a cerimônia, o chefe do Estado Novo teve de haver-se com "uma porção de cartazes que os trabalhadores portavam reivindicando liberdade sindical, aumento de salários, eleição direta para presidente da República, anistia aos presos políticos, especialmente a Luiz Carlos Prestes". "Ele naturalmente queria aplauso e tinha", reconheceu Fratti. Ao mesmo tempo, observou, no meio da "enxurrada de gente", vinha "gente de esquerda" e "a gente aproveitava isso". Ainda no fim desse ano, os trabalhadores da Pirelli abriram um precedente histórico ao conquistarem o abono de Natal, o atual 13º salário. Com isso, "a coisa estourou" e, "aproveitando o embalo na Pirelli, os trabalhadores passaram a reivindicar o abono de Natal", direito consagrado em lei apenas em 1962.[172]

A criação da FMSP não correspondeu apenas a um anseio do movimento sindical, mas também ao projeto de *inventar* o trabalhismo. Gomes, *A Invenção*, op. cit., pp. 267 e ss.

[171] Medici, *Migração e*, op. cit., p. 389.

Junto com Euvaldo Lodi, Roberto Mange, Morvan Figueiredo, Rafael Noschese e Mariano Ferraz, Armando de Arruda Pereira integrava o "círculo de Simonsen", sendo todos ativos dirigentes da Fiesp. Ver uma foto desse círculo em Weinstein, *(Re)formação da*, op. cit., p. 188.

[172] Valim, *50 Anos*, op. cit., p. 41-44. Entrevista de Rolando Fratti ao PMO-Cedi, s.d.

Há outro registro de Guillen sobre esse Primeiro de Maio de 1943. "O Getúlio engoliu tudo que fosse reivindicação". Ele "engoliu o problema das liberdades sindicais, engoliu a decretação da guerra contra o nazi-fascismo e engoliu também o pedido de (...) anistia, inclusive o de Luiz Carlos Prestes, que era o que fedia mais para eles". "E ele disse: 'atenderei o que vocês estão pedindo'. Aí a coisa começou a andar". *DGABC*, 7/10/79. (Agradeço a Ademir Medici o envio dessa fonte.)

Tal como Palmiro Togliatti propôs aos comunistas italianos sob o regime fascista de Mussolini, os sindicatos, mesmo sendo atrelados ao Estado, eram as únicas entidades reconhecidas com base em algum princípio classista.[173] No Brasil, antes da criação do PTB e da legalização do PCB, ambas datadas em 1945, os militantes pecebistas e sua base social mais ampla não descartavam as novas instituições trabalhistas. Aliás, os mecanismos de representação e negociação indiretos não eram unanimemente malvistos pelas as correntes existentes. Os comunistas eram adeptos da unidade sindical e não desgostavam da idéia de tê-la consagrada em lei, assim como apreciavam a idéia de uma estrutura sindical vertical. A Justiça do Trabalho não era, necessariamente, um mau negócio; o direito à sindicalização era um direito importante, tal qual tantos outros; era possível acrescentar greves, intersindicais, células e comitês ao sindicalismo que Vargas buscava regular. Isso, a propósito, já ficara comprovado entre 1930 e 1935, quando as iniciativas governamentais não conseguiram eliminar a confrontação e a negociação diretas entre capital e trabalho, o que, como decorrência, não exilou o movimento operário do seu território, o local de trabalho. Com efeito, somente a ditadura do Estado Novo ganhou a queda de braço com a classe trabalhadora.[174]

No fim desse regime, enquanto Vargas e sua equipe inventavam o trabalhismo, os trabalhadores resistiam tanto ao despotismo fabril quanto se ressentiam do clima de falta de liberdades democráticas, vibrando, por outro lado, com o avanço dos Aliados sobre o nazi-fascismo. Em janeiro de 1945, irromperia uma paralisação na General Motors. Aparentemente, era um movimento sem ligação com o sindicato. Chamados ao telefone para comparecerem na usina, os sindicalistas reagiram com surpresa e perplexidade. Para Mazzo, à época procurador do SMABC, a situação era "deveras embaraçosa" por causa da Lei do Esforço de Guerra, que proibia greves. "Como sair dessa?", perguntou-se.[175]

No itinerário do coletivo tomado, as proporções que essa parada podia tomar se fizeram sentir quando Mazzo e Euclides Savietto foram interceptados por soldados

---

[173] Hall, "Corporatism, Fascism", op. cit., p. 13.

[174] Fortes, Alexandre; Negro, Antonio, "Historiografía, Trabajo e Ciudadanía en Brasil". In: *Entrepasados*, nº 15. Buenos Aires, 1998, p. 80.

[175] "O cargo de procurador" era "invenção dos comunistas de Santo André", sendo idealizado para não tirar os diretores do convívio com os trabalhadores nas fábricas. Mazzo ficava no sindicato enquanto os dirigentes permaneciam nas usinas. Ver: Mazzo, *Memórias de*, op. cit., pp. 81-83. As citações dos sete parágrafos seguintes foram retiradas desta fonte.

armados, que os fizeram subir em um jipe até a firma em greve. "Chegamos. No pátio, reunidos, estavam todos os operários em greve. Nos inteiramos do acontecimento". A maior pressão pela volta ao trabalho partia não só do advogado da firma, mas do tenente do Exército responsável pelo esforço de guerra. Por isso mesmo, quando o militar foi aparteado por Savietto na sua falação aos grevistas, o episódio começou a ser resolvido. Instado a referir-se ao Exército brasileiro como "glorioso", o ímpeto do tenente arrefeceu-se. Inversamente, agraciado pela "salva de palmas dos grevistas", que exultaram com o aparte, Savietto "subiu em uma bancada e proferiu veemente discurso". Condenando o nazi-fascismo, enalteceu a gloriosa Força Expedicionária Brasileira (FEB), exaltou os pracinhas na Itália e previu o fim da guerra com mais referências elogiosas, dessa feita para o Exército Vermelho, por estar "'levando de roldão os exércitos alemães'".

"Até o tenente bateu palmas"..., orgulhou-se Mazzo em suas *Memórias*.

Com presença de espírito, Savietto vislumbrou uma proposta conciliatória que, além do mais, alfinetava a GM e observava o esforço de guerra. Ele apresentou um acordo em que não só a empresa cedia ante as reivindicações dos seus empregados (e destinava parte de seu lucro para a FEB) como também os grevistas suspendiam o movimento e dariam uma hora diária de seus ordenados aos pracinhas. Quando terminou, o silêncio era total. Tocou então a vez de Mazzo de conduzir a cena. Esse pediu a palavra, subiu na bancada, endossou a oferta posta na mesa e colocou-a em regime de votação, sendo aprovada por aclamação. Na seqüência, os dois sindicalistas, uma comissão dos operários da GM — escolhida na hora entre os grevistas —, o diretor, o advogado da empresa e o tenente foram ao escritório sacramentar o acordo. Resultado: "o número de sindicalizados aumentou. Nosso prestígio também".

Em outro importante reduto, a Mineração Geral do Brasil, também podemos assistir ao modo como os comunistas representaram sua atuação nos locais de trabalho. Novamente, uma chamada telefônica levou Mazzo ao meio dos operários. Na companhia de Catarino, ele rumou para São Caetano. Ao chegarem, ambos perceberam a apreensão dos executivos nos primeiros momentos das conversações. A firma, deduziram, temia a efervescência do descontentamento. Preocupava-lhe, mais ainda, a irrupção de uma paralisação, o que provocaria atraso na entrega dos pedidos, comprometendo-a diante dos clientes, favorecendo a concorrência. Os dois sindicalistas solicitaram permissão para uma visita *in loco* ao chão da fábrica e logo constataram insalubridade e periculosidade.

Prosseguindo em suas solicitações, requisitaram o direito de falar com os trabalhadores. Aquiescidos, os convidaram a comparecerem ao sindicato.

Na mesma noite, foi alta a freqüência na subsede de São Caetano. Porém, o presidente Euclides Savietto, João Fuchs (diretor da subsede), o advogado Lázaro Maria da Silva, Guillen, Catarino e Mazzo consideraram-na insuficiente e concitaram os presentes a virem a uma nova reunião. Na manhã do domingo seguinte, os trabalhadores da MGB realizaram outra assembléia, mas o resultado foi igualmente desaprovado. Os presentes concluíram ser preciso um contrato contemplando as questões específicas de todas as seções da usina. Portanto, sucessivamente, marcaram mais inúmeros encontros para as noites de sábados e domingos. Evidentemente, ao fim dessa experiência havia ocorrido uma aproximação entre dirigentes, ativistas e trabalhadores. Os líderes não faziam mais convites, eram os trabalhadores que compareciam no seu sindicato.

Quando se deram por prontos, marcaram uma assembléia dentro da fábrica. Frente à frente, executivos e seus advogados sentaram-se à mesma mesa com um operário da "comissão sindical da empresa", Fuchs, dr. Lázaro e Savietto, acomodando-se nos caixotes e tábuas arrumados de improviso.[176] O último abriu a reunião e passou a palavra ao seu advogado, que convidou o procurador Mazzo para ler a minuta do contrato. "Um operário pediu que a leitura fosse feita item por item e posta em aprovação". Onde houvesse discordância, continuou, ficaria para um debate no final. O encaminhamento foi acolhido. O mesmo Mazzo, tempos depois, exulta com o resultado das negociações. "Finalmente", ele escreveu, "o primeiro contrato coletivo de trabalho foi aprovado sem a tutela do Estado, isto é, do governo e seus ministérios e sem a presença da *odiosa polícia política*" (grifo meu, g.m.).

As partes sacramentaram o acordo firmando suas assinaturas. O clima era de satisfação. O advogado da MGB deitou fala elogiosa ao "senhor Armando Mazzo", enaltecendo seu empenho em obter a "harmonia entre empregados e empregadores", "exemplo para a paz social no Brasil". Uma explanação decerto destinada à administração da firma, enquanto o dr. Lázaro explicava a necessidade de homologar a tratativa na justiça, Mazzo confabulou com Savietto, Fuchs e Catarino. Ao cabo, pediu a palavra e, dirigindo-se

---

[176] Há registros de comissões, sindical ou de salários, na LNM, Pirelli, Firestone, Rhodia, Fichet e na Cerâmica São Caetano. Ver: French, *O ABC*, op. cit., pp. 90, 153, 157, 164, 217. Ver também: Mazzo,

à audiência, invocou: "Diretores da Mineração!", "Companheiros operários!". Prosseguindo, alegou que a paz social jazia adiante daquele episódio, aludindo ao socialismo quando exortou os trabalhadores a conquistarem "tudo o que existia na face da terra". "Fui muito aplaudido", registrou. Porém, o advogado da empresa deve ter tido a gana de retirar seus elogios. Além disso, quem sabe o que passou pela cabeça dos executivos? Sentiram saudades dos *queridos* préstimos da polícia?

Ademais desses dois episódios, baseada na resistência ao esforço de guerra e estimulada pelo sucesso dos Aliados na Segunda Guerra, a disseminação de mobilizações e greves fabris varreu, com um sopro de renovação, o sindicalismo paulista de ponta a ponta. A intensa associação operária nas fábricas abalou a recém-instalada CLT, os patrões e muitas diretorias sindicais patrocinadas com a invenção do trabalhismo.

Diferentemente dos anos 70, o PCB não era, no pós-guerra, o Partidão derrotado e destroçado por um golpe de Estado, pela repressão, assim como desgastado por cismas e críticas. Em 1945, ao contrário, ele eletrizava a simpatia vinda dos movimentos sociais e suas lutas. No entanto, o afã de sua liderança de alinhavar uma frente ampla, buscando a receptividade de uma força centrista, aponta para a relação partido-sindicato. Os militantes pecebistas nem sempre escapariam ilesos como sucedido na GM, onde conseguiram dar respostas às insatisfações, constituíram uma comissão e evitaram o trasbordamento das queixas em greves de confrontação. Afinal de contas, eram "ventos libertários", sintetizou Braz, filiado ao SMABC "naquela euforia de liberdade que existia (...) com a derrota do nazi-fascismo".[177]

Nem todos se sentiam assim.

A Reação

Após o fim da ditadura Vargas, as esperanças e lutas dos trabalhadores viriam a sofrer novo impacto com a chegada do general Dutra à Presidência da República em 1946.

Memórias de, op. cit., pp. 71 (LNM) e 84, 86, 104 (célula e comissão na Pirelli).

[177] Valim, *50 Anos*, op. cit., p. 41.

Sobre as greves do pós-guerra, ver: Maranhão, Ricardo, *Sindicatos e Democratização*. São Paulo, Brasiliense, 1979. Alem, Silvio. *Os Trabalhadores e a 'Redemocratização' (Estudo sobre o Estado, Partidos e a Participação dos Trabalhadores Assalariados Urbanos na Conjuntura da Guerra e Pós-Guerra Imediato)*. Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 1981. French, *O ABC*, op. cit., Wolfe, *Working Women*, op. cit. Costa, *Em Busca*, op. cit.

Colhidos por causa de uma "greve branca" ocorrida em fevereiro na CBMM, três depoimentos nos permitem enxergar de perto aspectos importantes da luta de classes nesse momento. O engenheiro russo Jules Zaminhovski argumentou que "a nomeação ou eleição de uma comissão de operários" para representar o SMABC provocara "contínuas restrições" à produção. Além disso, prestigiada e reconhecida pelo sindicato, a comissão reforçou a liderança de João Fuchs. De sua parte, o encarregado José Alvares descreveu como a seção que chefiava, a expedição, foi atingida por uma parede. Iriam ouvir "barulho" caso não aderissem, escutaram de um grevista. Disposto a resistir, Alvares então "ordenou a seus operários que se recolhessem" para um lugar a salvo, visando despistar e manter o serviço. Nesse momento, ele se deu conta das passeatas a percorrerem a fábrica e a imporem a greve. Pior, ele também ficou sabendo da presença de um grupo de operários vindo da Companhia Mecânica e Importadora (laminadora de ferros para construção), com Fuchs à sua testa, para fazer piquete na portaria da CBMM. De fato, mais duas fábricas haviam sido paralisadas.[178]

O depoimento do porteiro Toledo acrescenta dados ao do engenheiro. Ele fez saber de sua ida à assembléia dos trabalhadores da CBMM com o fito de saber o que andavam fazendo, acabando por presenciar a escolha do dito comitê dentro do SMABC. Quanto à greve, ele declarou que o reforço dos operários paulistanos era por causa da fraqueza da iniciativa dentro da sua firma. Ocorre que, ao aludiu ao rumor da greve, o depoente fez referência à confirmação categórica dos boatos por um operário ao chefe dos escritórios, "pois a comissão", de acordo com o mesmo operário, "já tinha ido (...) a fim de se entender com os operários da Companhia Mecânica". Em acréscimo, o porteiro contou que um dos grevistas concitou seus colegas a aderirem com a alegação de que, "se a sua força não bastasse, havia o pessoal do Brás, que ali estava para isso". Nuançando sua tese de o movimento ser fraco dentro da CBMM — algo bem diferente da tática de somar-se a outros paredistas —, é a duração da paralisação, de cerca de um mês (segundo o primeiro depoente), ou de cerca de duas semanas, segundo outra fonte.

Não muito longe dali, no início desse mesmo ano de 1946, depois de aludir à calmaria das férias de verão, o diretor da Cerâmica São Caetano e líder da Federação das

---

[178] Depoimentos, 11 e 16/7/46. Aesp, setor Deops, 50-A-256, fls.2-11. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte. Ver também: French, *O ABC*, op. cit., pp. 162, 175.

Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Armando de Arruda Pereira reclamou: "apenas os rumores de greve não cessam". Ele então advogou uma postura mais decidida — "precisamos agora agir com certa firmeza" — e elucidou sua exortação relatando um episódio de que fora protagonista.[179]

"Ontem", 21 de janeiro, "quando cheguei na fábrica", Pereira principiou, "o Nelson me avisou que a oficina estava para parar". "Imediatamente, fui para lá". A situação encontrada, ele informou a Simonsen, se devia à suspensão de "um cidadão que não queria trabalhar, e que estava convidando os demais para pararem. Logo que entrei, uns quatro vieram ter comigo". O empresário de pronto perguntou-lhes se queriam conversar "sobre serviço ou sobre assunto de interesse deles". Responderam-lhe os quatro ser de sua vontade falar do "colega suspenso". Com transparência e objetividade, Pereira discorreu sobre o tema da compra e venda da força de trabalho, retrucando: "do momento que o apito tocava para dar início ao serviço, trocávamos serviço por dinheiro. Que eles estavam ganhando para trabalhar e não para tratar de outro assunto". Prosseguindo, sentenciou: "na hora de serviço só há duas qualidades de trabalhadores na fábrica: os que estão trabalhando ou os que estão em greve". Se os quatro recaíssem na segunda *qualidade*, havia como "fazer com que saíssem da fábrica". O grupo recuou, mas avisou de seu retorno na hora do almoço.

A carta mantém seu tom triunfalista. Quando os mesmos quatro reapareceram, o capitão de indústria "logo" indagou a um deles "se era irmão, cunhado, compadre ou parente" do homem punido. Ante a negativa, Pereira manteve-se incisivo: "'ora, se vocês não são nem parentes nem advogados dele, em que posição é que vêm falar por um cidadão maior de 21?'". A terceira interrogação insinuou enveredá-los na política: "'vocês são chefes de alguma agremiação?'". Diante de nova negativa, Pereira recusou-se a conversar com os quatro e reproduziu uma máxima empresarial: "nada tenho a falar com vocês, porque a disciplina da fábrica só compete à administração".

Quanto ao abaixo-assinado por aumento de salário, os tais quatro ainda ouviram uma negativa. "Quem estivesse satisfeito, trabalhasse". Quem não estivesse, devia proceder "como gente" e tomar a única atitude cabível na ótica de um patrão: "pedir a conta e ir trabalhar noutro lugar". Mesmo ante um enérgico Pereira, o pessoal dos ladrilhos não

---

[179] Carta, 22/1/46. PMO-Cedi. As citações dos próximos nove parágrafos foram retiradas desta fonte.

esmoreceu, forçando a diminuição de cerca de mil peças por prensista. Segunda-feira, 28, aconteceria uma nova "conversa", mas Pereira nutria a expectativa de ter a seu favor os efeitos da *dura conversa* com os quatro operários da oficina.

Dureza não era propriamente uma horrível novidade para os trabalhadores da Cerâmica. "Hoje temos centro de treinamento", comparou o supervisor Diamantino, mas "na época não". "Na época, colocávamos o empregado novo ao lado de um antigo e pronto. Era um trabalho duro: caixas de ladrilhos com 37 quilos eram transportadas pelos operários, na cabeça. Eram feitas pilhas de quatro, cinco metros. Uma dificuldade". Quando entrou na fábrica em 1942, o montador de sílica Indelicato reparou que "via-se muito o vigor físico do homem. Para ser admitido, era preciso que tivesse força. Porque tudo era feito mais ou menos manualmente". No enfrentamento das suas condições de trabalho, os operários da Cerâmica se valiam da sua força, da sua tarimba; sabiam malear o esforço sem serem moleirões. Ao enrijecer, Pereira não encontrou moleza.[180]

Continuando, a correspondência volta no tempo uns 15 dias e passa a falar das ocorrências que haviam inspirado Pereira a atuar com tanta firmeza, relatando, inicialmente, uma reunião da Fiesp no dia 8 de janeiro de 1946. A grande assistência deixou repleto o salão de assembléias. Os industriais debateram as atitudes dos operários em várias fábricas e resolveram, por unanimidade, "fazer 'Resistência'", isto é, "no caso de os operários se retirarem do serviço", deveriam os patrões trancar suas fábricas, procedendo tal como um certo Severino Vieira, em Sorocaba. Antes de encerrarem a reunião, os presentes ainda ouviram a intervenção de Pereira, que os exortou a não mais "consentir que fossem feitas leis que nos dizem respeito sem sermos ouvidos". "Os comunistas tinham organização, união e disciplina", alertou-os. A "classe" deles tinha de se unir também. Despertos, os industriais combinaram a confecção de uma "lista de indesejáveis", ou seja, um rol dos operários "postos para fora por [serem] fomentadores de barulho e mazorca".

"Tudo isso ficou combinado. Mas... dias depois,"... Dias depois aconteceram as "cousas" que motivaram Pereira a ser implacável na Cerâmica, a querer fazer da Cerâmica um exemplo para sua classe, honrando sua sociedade com Simonsen. Primeiro, muitos dos industriais que na Fiesp a "falaram grosso cederam", dando aumentos. Irritado, mas não isolado, Pereira, Antônio Devisate (futuro presidente da Fiesp) e um certo Mariano se

---

[180] Medici, *Migração e*, op. cit., p. 380.

encontraram, na quarta, 9, com Macedo Soares, interventor em São Paulo (PSD). Após os cumprimentos, a comitiva louvou "a ação que tinha sido desenvolvida pela polícia", fazendo o visitado falar ao telefone para convocar um tal de dr. Pedro, cuja presença provocou uma segunda louvação dos industriais. Após, eles se debruçaram sobre as medidas de deportação de estrangeiros envolvidos em greves.

Posto a par da decisão da Fiesp de resistir, Macedo Soares aconselhou os empresários a não darem caráter de locaute às suas represálias contra os trabalhadores. Ao seguir o sutil protocolo das tramas palacianas, sugeriu — "somente" — o cumprimento da lei. Mostrando familiaridade com "esse assunto", identificou na lei antigreve o vetor da repressão. Elucidando seu ponto de vista, disse:

> "quando a polícia prendia um operário e mandava tomar nota dele como sendo grevista, eles se opunham, dizendo que não o eram, e assim o delegado aproveitava para dizer: 'ou você é grevista, ou é trabalhador. Se não é grevista, entre na fábrica e vá trabalhar".

Para esses homens, os capitães das indústrias não deviam fechar suas usinas por causa de sua repulsa ante a visão de seus empregados a largarem o serviço. Deviam ser rijos, isto é, instá-los a voltarem a produzir. Caso não fossem atendidos, deviam empurrá-los até a rua. Aí, mediante uma providencial chamada telefônica, a polícia iria cortar-lhes as asas com sua inquirição. Se fossem indesejáveis grevistas, se haveriam com cassetetes, sabres, animais, desemprego, cadeia. Se fossem "trabalhadores", teriam de voltar atrás, aquiescentes aos pitos e apitos.

"Afinal fui introduzido na sala do Dutra", Pereira escreve um resmungo irritado. Ele apresentou ao general, presidente eleito pelo PSD, os assuntos de sua visita. As greves vieram em primeiro lugar, fazendo sentir o clamor patronal por uma "ação enérgica para tranqüilidade dos industriais". Entre as medidas de força, citou a deportação dos estrangeiros e, "muito principalmente", acrescentou o pedido de não acontecerem mais recepções oficiais às delegações do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Essas missões, explicou, voltavam para São Paulo cheias de "gás", sendo preciso dar um basta a esse estímulo. O presidente quis saber aonde isso acontecia. Na carta, Pereira disse ter falado apenas de repartições e figuras de destaque. Em março, Dutra definiu a posição de seu governo a respeito das greves em curso ao baixar o decreto-lei 9070, o qual, segundo

Harding, "efetivamente dispensou os empregadores de terem de se haver com as greves e, ironicamente, voltou a fazer do problema operário uma 'matéria para a polícia'".[181]

Nessa trama, o comportamento patronal na CBMM fora abominável e deveria ser banido. Seus administradores desconsideraram os avisos dos espias sobre uma nova paralisação, guarneceram a portaria apenas com zeladores, não ligaram para a polícia e aceitaram a presença de um líder sindical dentro da usina enquanto o piquete forçava a sua entrada diante de um punhado de porteiros e vigias. Isso tudo, depois de falar grosso em assembléia, era *afinar*. Na visão de Pereira e Devisate, Macedo Soares e Dutra, carecia convocar o piquete da polícia para a contraposição do piquete grevista, impondo o retrocesso da onda de paralisação.

Seria um exagero afirmar que os episódios relatados aqui são "a" vertente da gênese do confronto entre os piquetes policial e grevista. Eles, isto sim, comprovam que a medida de evacuar as fábricas para pôr os trabalhadores em greve nas ruas foi uma resolução ratificada tanto no recinto de debates da Fiesp quanto nos gabinetes da administração estadual paulista. Em segundo lugar, fica evidente que só um piquete do lado de fora da fábrica poderia fazer frente tanto à triagem policial entre "grevistas" e "trabalhadores" quanto aos ataques das tropas de choque. Em acréscimo, deixam ver a trama e os meandros da perseguição aos estrangeiros, os quais, salvo usuais italianos, portugueses e espanhóis, ainda podiam ser de etnias germânicas e do Leste Europeu.

Logo após o Primeiro de Maio de 1947, o PCB teve seu registro revogado, o SMABC sofreu intervenção ministerial — o interventor nomeado, Tércio Alves, era chefe da segurança da LNM — e a cooperativa foi "tomada pela Polícia Militar e o Dops" e "saqueada completamente". A diretoria do SMABC foi destituída e seus dirigentes, presos. Conforme apurou John French, o decreto 23046, que revogou os mandatos dos comunistas nos postos de direção sindical, foi um golpe certeiro também sobre os organismos de base. Um relatório trabalhista do adido diplomático estadunidense assinala que "a supressão das 'unidades de representação das bases, tais como os comitês de fábrica'", era um dos cinco "objetivos prioritários" do MTIC. Meses depois, em janeiro de 1948, o prefeito eleito de

---

[181] Harding, Timothy, *The Political History of Organized Labor in Brazil*. Stanford, tese de doutorado submetida à Stanford University, 1976, p. 191.

Santo André Armando Mazzo e sua bancada de vereadores (integrada, entre outros, por Guillen e Andreotti) foram cassados antes de tomarem posse.[182]

Novamente expulsos dos diretórios, os militantes refluíram e procuraram abrigo na clandestinidade de suas células, as quais serviriam como núcleos de oposição (embora não pudessem funcionar como as comissões sindicais referidas anteriormente). No entanto, não se negaram a participar da montagem de comitês de greve ou de comissões de salário, sempre tirados nas fábricas. Por isso, aprontaram folhetos para largá-los nas usinas ou nos seus portões. *O Martelete* (LNM), *O Boticão* e *O Cabo* (Pirelli), *Biriba Rhodiano* (Rhodia), *A Trama* (Santo André Têxtil), *O Martelo* (Mercantil Suíssa), *O Busca-Pé*, *O Fio* (Rayon Matarazzo) e *O Facão* (GM) são os exemplares dessa safra e refletem a reclusão do ativismo nas fábricas.

Evidentemente, embora isso demonstre uma faculdade de preservar sua inserção no meio operário, a militância não caminhava no mesmo terreno demarcado pelo fim da Segunda Guerra e a legalidade do PCB, alterado tanto no Brasil quanto no mundo. Destacado para observar "qualquer indício de organização de movimento de paralisação" na CBMM, um investigador da Ordem Social apurou, em 1948, que os operários tencionavam tirar uma comissão a fim de reclamarem por salários.

Ao apontar para seus superiores a disposição dos trabalhadores de procurarem o SMABC (agora muito diferente do sindicato do pós-guerra) para este mediar os entendimentos, esse relatou sua conversa com um porteiro, um engenheiro, um advogado e um encarregado do Departamento de Pessoal e, afinal, garantiu: "não promoverão greve alguma". Não exatamente por serem incapazes de afirmar-se no chão da fábrica, mas mais pelo fato de ainda se ressentirem da *faxina* de fevereiro de 1946, quando sua parada foi acompanhada de cerca de cem demissões. Desses dispensados, exultou a aliança empresarial-policial, "alguns (...) até hoje não conseguiram arranjar outra colocação". Entre os ameaçados de receberem a mesma punição dois anos depois estavam um português, um espanhol e quatro brasileiros, todos acusados de "comunistas".[183]

---

[182] Entrevista de Rolando Fratti ao PMO-Cedi, s.d. Relatório trabalhista, 1º/7/47. Nara II, GRDS, RG 84. Sem código. Citado em French, *O ABC*, op. cit., p. 329.

[183] Observação, 23/1/48. Aesp, setor Deops, 50-A-256, fls. 15.

Frustrado e banido, o PCB abandonou a idéia da unidade antifascista e tomou seu lugar na Guerra Fria, substituindo a linha de Paz e Tranqüilidade (ou "apertem os cintos" — exortação descartada pelos trabalhadores) em favor da eleição das greves como a "principal arma do proletariado". Uma segunda diretiva, muito mais difícil de levar a esse proletariado, foi a de criar sindicatos paralelos aos realmente existentes.[184]

"Pensem o que essa posição significou para os sindicalistas iguais a mim", homens cujas vidas passaram-se no movimento sindical realmente existente. "Agüentar essa parada (...) foi dose", desabafou Mazzo em suas memórias. No entanto, esse pedido de consideração não foi levantado com a veemência necessária e os resultados foram sensíveis. Como resultado, a "orientação descabida" do sindicalismo paralelo não acabou com os "'pelegos'", foi agravada pela "subserviência dos quadros operários" diante de dirigentes dos altos escalões e piorou a situação dos que, anteriormente, haviam evitado a eclosão de paralisações ou frustrado as iniciativas vindas das bases.[185]

No caso das greves, a estratégia de embate frontal com toda a carga revela a dupla experiência do PCB, um partido tensionado entre ser um canal para a expressão do operariado e ser um dedo em riste a negar, ou a ditar, paralisações. Desde 1935, se suas células e bases foram imprescindíveis à contraposição e à autonomia, as iniciativas de paralisações tiradas *de fora para dentro das usinas* (ou seja, do partido para a classe) conduziram reservas organizativas e pessoais à sua quase completa exaustão, frustração e ruína. Para um alto comando aferrado à luta incondicional, essas reservas sequer podiam propor sua recuada até uma posição, onde, reordenadas, pudessem oferecer alguma resistência.

---

[184] Grabois, Maurício, "Informe Sindical e de Massas", 1949. Citado em: Maranhão, *Sindicatos e*, op. cit., p. 108. Sobre a linha do PCB com relação às greves do pós-guerra, ver: Costa, *Em Busca*, op. cit., pp. 70 e ss. Wolfe, *Working Women*, op. cit., p. 135. Sobre a linha sindical vermelha do PCB, ver: Costa, *Em Busca*, op. cit., pp. 123-162.

De acordo com Rolando Fratti, foram os operários quem "batizou" a linha do PC com o nome de "apertar os cintos". Carta, 16/4/90. Medici, Ademir, *Nove de Novembro de 1947: A Vitória dos Candidatos de Prestes*. Santo André, Fundo de Cultura de Santo André, 1999, p. 136.

[185] Mazzo, *Memórias de*, op. cit., pp. 135, 136.

Moisés Vinhas também relata episódio em que os sindicalistas recuam diante da direção, criticando, a posteriori, a contenção das lutas fabris em nome da defesa de direitos "políticos". Ver: *O Partidão*. São Paulo, Hucitec, 1982, p. 91, 92.

Constatando o caráter sectário do comparecimento nos grêmios proclamados *livres*, a militância nos movimentos sociais continuou a freqüentar os sindicatos rejeitados por um irado Comitê Central. "É natural que um dos primeiros elementos contraditórios com essa linha esquerdista apareça no nível do trabalho sindical", argumenta Moisés Vinhas. "É lá que as insatisfações primeiro se acumulam, a aplicação da linha esbarra em vários obstáculos. A própria experiência dos militantes acaba indicando a inviabilidade da tática de confronto, de recusa às alianças, de ruptura com a estrutura sindical".[186] Como veremos no item sobre sua presença na GM, sem pregar o paralelismo, ela exortou ao boicote do imposto sindical, chamado de serventia para minar a representatividade do substituto do interventor, Rafael Martins da Silva. Essa bandeira, aliás, era baixada quando a linha partidária era a de colonização da estrutura agremiativa disponível.

Segregados pela política do MTIC e pela aliança empresarial-policial, os sindicalistas metalúrgicos do ABC se mantiveram retraídos nas células e conseguiram tanto envolver os trabalhadores na luta sindical anticapitalista quanto sobreviver a Dutra e ao seu arriscado plano de "sindicalismo vermelho" (1949-1952), fatos subjacentes à — sabotada — vitória da lista oposicionista em 1954.

Como não pregavam o colaboracionismo nem tampouco continham a luta operária, o chamamento partidário à greve podia ser aplicado sem maiores problemas, ou melhor, podia ser encaminhado diante de outros problemas. O fato de não se esquivar da confrontação de classes originadas nas tensões do chão das fábricas privadas também fez com que o movimento operário se chocasse com a determinação dos industriais de garantir a harmonia e a colaboração das classes por meio do recurso à força e à Força Pública (FP). Na fase anterior, se os proprietários das usinas se voltaram para o piquete policial como meio de reagir ao inesperado renascimento das greves brancas, a partir da ofensiva de Dutra, isto é, de maio de 1947 em diante, a aliança empresarial-policial apresentaria o desejo da previsão e da antecipação.

Naquelas fábricas onde as radicalizações da direita e da esquerda haviam retirado a militância operária do contato aberto e direto com o dia-a-dia operário, a repressão visou à desmontagem e supressão de forças numericamente desfavorecidas ou em movimento de retirada. Em outras, significativamente, a aliança empresarial-policial ainda teve de correr

---

[186] Vinhas, *O Partidão*, op. cit., p. 130.

atrás dos prejuízos causados pela permanência de greves brancas, assim denotando a preocupação de averiguar a existência de células e grupos de fábrica bem como as articulações destes organismos com reforços reunidos do lado de fora, na rua. Nesse ponto, também transparece a meta de desligar uma coisa da outra, a fábrica da rua, facilitando a neutralização desejada.

Reflexo dessa política, durante a véspera do Primeiro de Maio de 1949, o patrulhamento em São Caetano foi feito com "piquete de cavalaria", guardas noturnos e com uma perua "gentilmente cedida pela fábrica de elevadores Atlas".[187] Além de evidenciar a proximidade das relações entre os capitalistas e os delegados de polícia, habitualmente conectados por telefone, essa fonte explicita importante aspecto da luta de classes do período: o piquete, não de grevistas, mas da repressão.

A palavra piquete, a propósito, não significa apenas o ajuntamento de grevistas disposto em frente duma fábrica ou um cordão em marcha nos bairros proletários. Noutro dicionário, piquete significa o destacamento de soldados para a guarda avançada de postos indefesos. Piquete contra piquete — eis aí um aspecto menosprezado nas apreciações das greves entre o final dos anos 40 e os meados dos 60, subestimação cujo apogeu culminou na Greve dos 400 Mil de 1957 (analisada no capítulo a seguir). A aliança empresarial-policial, diga-se logo, e os piquetes de cavalaria não são uma invenção do pós-30, mas, ainda assim, sua descrição e análise nos mostram faces desconhecidas, como a criatividade, a união e diferença operárias no local de trabalho, bem como seus antagonistas, possibilitando um entendimento diferente do fenômeno do populismo ou da autoridade patronal. Como estamos vendo, nem só de palanques, favores, tapinhas nas costas viviam esses dois últimos. Era preciso delatores, agentes secretos, capatazes e vigias.

Obedecendo a fins políticos, as reflexões dos observadores dos anos 50 e 60 enfatizam mais os canos, paus e pedras brandidos pelos piqueteiros (havia alguns revólveres também) e menos os cassetetes e sabres, as pistolas e submetralhadoras, os cães, cavalos e viaturas nas mãos dos soldados. Sobre os primeiros lançam a pecha da violência, argumentando que seguiam ordens de cima — das cúpulas políticas e sindicais —, que não eram representativos da boa índole do operário nacional. Ao investirem contra o patrimônio da propriedade privada, argumentam, os piqueteiros queriam impor o subseqüente

---

[187] Relatório, 1º/5/49. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 144.

desligamento das máquinas, tornando inútil a presença dos trabalhadores, o que levava à negligência da persuasão, do convencimento.

Quanto aos segundos, salvo as reportagens de jornais cujas redações abriam espaço às informações trazidas pelas visitações dos trabalhadores, tanto quanto os documentos confidenciais, sua presença é quase um dado natural de uma sociedade tradicionalmente arcaica e senhorial, nunca é uma decisão política. Na realidade, ao longo desse item, tanto quanto nos capítulos seguintes, observaremos que os piqueteiros podiam ofender e agredir seus pares — e por em ameaça as propriedades dos industriais —, mas também ficará claro que paus e pedras se destinavam às investidas das forças repressivas, especializadas em perseguir ("dissolver" e "neutralizar") piquetes, rodinhas, passeatas e aglomerações. Lance a lance, é o que enxergaremos agora.

Rayon Matarazzo e Rhodia Química

Em 1949, após patrulharem as ruas no encalço dos *partisans* do Dia Internacional do Trabalho, as delegacias policiais do ABC mantiveram sua rotineira parceria com as delegacias especializadas da ordem política e social, recebendo o polígrafo "Orientação para a Autoridade de Serviço em São Caetano". Neste, o Departamento de Ordem Política e Social (Deops) informava à Delegacia de Polícia de São Caetano (DPSC) acerca da pretensão dos comunistas de paralisar a Rayon Matarazzo, no dia 20 de julho. Esperava-se que 15 ativistas aparecessem no portão da fábrica às 5h45 da manhã pretextando pedir emprego. Após mobilizarem um grupo, deveriam partir para o concitamento à greve. "Se bem sucedidos", previa-se, "formarão grupos maiores, já com os grevistas da Rayon, e tentarão forçar a paralisação das demais fábricas de São Caetano". Foi dado o alerta de que vários estariam armados.[188]

A "orientação" antigreve compunha-se do deslocamento — sem "alarde" — de "grupos de choque" para Santo André e São Caetano. Às 4h00 da madrugada, tais grupos deveriam estar espalhados pelas fábricas, de onde, na tocaia, aguardariam para "entrar em ação" prontamente. Outro elemento eram os investigadores. Identicamente ansiosos pela hora H, esses deveriam flagrar portes de armas e, conseqüentemente, proceder às detenções.

---

[188] "Orientação para a Autoridade de Serviço em São Caetano", 19/7/49. Relatório, 21/7/49. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 165, 167. As citações dos próximos dois parágrafos foram retiradas desta fonte.

Detalhe revelador, essa prescrição expõe uma tarefa do serviço policial, a de flagrar e recolher *elementos*, o que nos ajuda a entender o lugar das acusações de violência dos piquetes, um elemento discursivo complementar à premeditação empresarial-policial de incriminá-los como desordeiros.

Quando percebessem quem era os ditos 15 na fila de desempregados, os agentes deveriam capturá-los "imediatamente" e despachá-los, também "imediatamente", para o Deops. Uma outra determinação — "identificar os componentes do 'Comitê de Greve' da fábrica Rayon a fim de serem detidos posteriormente (não dentro do estabelecimento, para evitar revolta)" — aponta para o dado do elo entre o piquete e organização operária fabril. Além disso, a preocupação em quebrar a soma do comitê e seus seguidores com o piquete visava a evitar que os grevistas saíssem marchando sobre os outros estabelecimentos. Se superassem esses obstáculos, os trabalhadores da Rayon Matarazzo se encontrariam então com o choque, ou melhor, com o piquete policial, a espreitar sua chegada.

Posteriormente, o relatório do delegado fez saber que não ocorreu a tal infiltração dos 15. Para não perder a viagem, ele informou ter procedido à cobertura da distribuição da gazeta *O Orientado* e ter mantido "contato e ligação direta com a direção, vigilância e operários" da Rayon. Confirmou, ainda mais, o atraso de 11 meses no pagamento de aumento salarial de 40%.

A estratégia do texto do *Orientador* pretende elucidar o modo pelo qual "é feita uma greve numa fábrica". Na verdade, essa gazeta visa a enquadrar qualquer iniciativa de paralisação como uma greve tirada "no gancho" ou "no apito", um tipo de parede mais determinado pela linha do sindicalismo vermelho do que pela dinâmica do movimento operário. Segundo *O Orientador*, os trabalhadores nunca sabem que sua fábrica está em greve nem qual o motivo. Pior: não sabem quem está em greve; não sabem que estão em greve. Chegam ao trabalho, constatam a agitação e se atemorizam com um "camarada" que diz para não entrar pois "todos estavam em greve". "Nenhum dos operários sabe como se verificou a greve". "Mas é fácil saber que foram os comunistas". Estes largam um volante dias antes e, na data marcada, chegam mais cedo e "ficam aguardando os operários para dizer-lhes que a fábrica está em greve". "Basta (...) isso para que corra a notícia entre todos os demais". A parede acontece, "mas não foram os operários que a quiseram". Uma

paralisação traz vantagens? Nenhuma, pergunta e responde o boletim apócrifo. "Os comunistas, com a greve, obrigam a polícia a intervir".[189]

O episódio da Rayon apresenta traços de exterioridade quando aos ativistas é imputada uma conclamação grevista na fila de desempregados. No preconceituoso discurso empresarial-policial, estamos na ante-sala da execração dos piquetes como esquadrões de arruaceiros e mortos de fome. Por outro lado, é claro que demover uma turma de sua necessidade de pegar no serviço para cruzar os braços diante da polícia era uma *parada dura*. Ao mesmo tempo, o temor à *revolta* operária caso o comitê de greve fosse preso dentro da fábrica denota tanto o peso da representatividade do peso da militância nos cálculos dos policiais quanto a possibilidade dos trabalhadores estarem inteirados dos acontecimentos.

Era bem esse o caso dos empregados da Companhia Química Rhodia Brasileira. Esta firma, em 21 de março de 1949, comunicou o Sindicato dos Químicos do ABC a sua negativa do *insistente* pedido de receber uma comissão de empregados. "Cumpre-nos informar", explicam-se o diretor gerente e um procurador, "que a Consolidação das Leis do Trabalho, pelo parágrafo terceiro de seu artigo 522, proíbe a constituição de comissões de salários (...) pois somente os diretores dos sindicatos e, em particular, o presidente é que têm poderes legais de representação". Por isso, alegando seu fiel zelo da lei, "esta gerência não pode receber a comissão".[190]

A comissão de salários fora incumbida por assembléias dos trabalhadores da Rhodia de representar homens e mulheres, operários e mensalistas, diante da diretoria da empresa. Em um encontro preparatório, datado de 8 de abril, "por insistência de um membro da comissão de salários", os presentes acataram a conclamação em favor de um encontro mais amplo e representativo antes de deliberar sobre uma paralisação.[191]

Encarregado de escrever o edital de convocação da nova reunião, marcada para o dia 18, o pecebista Rolando Fratti destacou a necessidade de encimá-lo com o nome do sindicato para envolvê-lo na iniciativa. Depois, quando prestava assistência a um integrante da comissão da Rhodia, ele advogou a escolha de uma comissão de greve composta de 60

---

[189] *O Orientador*, nº 1, s.d. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 167.

[190] Ofício, 21/3/49. Aesp, setor Deops, 50-A-217, fls. 26.

[191] Relatório, 12/4/1949. Aesp, setor Deops, 50-A-217, fls. 27.

membros. Dividida em comandos de dez, esta comissão formaria um piquete. Suas táticas, segundo um espião policial, seriam as seguintes: "permanecer nos caminhos costumeiros" para fazer os operários voltarem às suas casas e enviarem grupos à assembléia, notificando os colegas do turno noturno da resolução de suspender a produção. Para evitar prisões, ninguém deveria ficar em rodinhas nos portões e imediações da usina. A fim de preservar o plano de "qualquer insucesso", a comissão de salários, composta de quatro membros, receberia apoio da célula.[192]

Desconsiderando a exortação do sindicalismo paralelo, Fratti instruiu ainda que "o termo 'tomada' do sindicato" não era adequado para se usar na assembléia, "visto o mesmo pertencer aos operários".[193] Para tranqüilizar, garantiu ao seu contato na comissão que a Rhodia contaria com a solidariedade dos demais estabelecimentos. O relatório do policial gravou ainda as conversações de Carmem Savietto com a dita comissão de salários. Para Carmem, as operárias da Rhodia estavam "muito defensivas". Ou melhor: não eram contempladas pela militância dos homens. Em vista disso, iria conversar com Bruna Mazzo Fernandes a fim de conseguir um "elemento feminino de confiança" e assim estender a mobilização às mulheres. "IMPORTANTE:", alarmou-se o investigador, "haja ou não a realização da assembléia no sindicato, os operários irão à greve, pois não se poderá dominar a massa operária já bastante doutrinada para o fim colimado".

Na data da assembléia, ninguém chegou perto do sindicato, quanto mais tomá-lo. *O Estado* e o *Diário de São Paulo* deram pequenas notas noticiando sua vedação à participação da "comissão de operários" da Rhodia por determinação do Departamento Estadual do Trabalho, mando secundado pelo Deops. Preocupada com a insatisfação operária na Rhodia, a polícia ainda tomou medidas para impedir sua "degeneração" em greve. Além de ser fornecedora das FFAA, o episódio na Rhodia era vigiado de perto porque o ativismo de base desejava "agitar a classe, rotulando essa pretensão de 'reivindicação de direitos'".[194]

---

[192] Relatório, 16/4/1949. Aesp, setor Deops, 50-A-217, fls. 25. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

[193] French registra que o Sindicato dos Químicos do ABC já fora "tomado" pelos operários após uma greve na Rhodia sem seu apoio. *O ABC*, op. cit., p. 310, n. 21.

[194] *Diário de São Paulo*, *OESP*, 19/4/49. Aesp, setor Deops, 50-A-217, fls. 29, 28.

Na jornada seguinte, o presidente do Sindicato dos Químicos do ABC Luiz Carmignole promoveu um encontro, dessa vez para explicar à base o motivo da intervenção policial. Para um investigador, por causa de distintivos com o busto de Vargas espetados na lapela de seus paletós, os 15 presentes pertenciam a "ala queremista". Em suas explanações, Carmignole atacou diretamente os ativistas da Rhodia chamando-os de agitadores. Um membro da comissão de salários altercou-lhe a fala ponderando que uma reunião esvaziada como aquela não traria benefícios para a classe, debilitando "o movimento". Pouco afeito ao debate, o presidente "apontou aos presentes um investigador que ase achava no recinto com o fito de demonstrar que a reunião era legal e contava com a assistência de um policial". Os trabalhadores preferiram aguardar a resposta das autoridades.[195]

Espreitados passo a passo, Fratti e seus camaradas na Rhodia — Puerta, Rinaldini, Vieira e Voltolim — decidiram editar o *Biriba Rhodiano* e inspiraram-se em um folhetim carioca distribuído na indústria Hime. Apontando falhas nas condições de trabalho, saído no início de maio, o *Biriba* chama Carmignole de "pelego" e "traidor", acusando-o de estar "mancomunado" com autoridades policiais e trabalhistas. Por causa de seu não-comparecimento à fábrica, repreende o gozo das "delícias do imposto sindical".[196]

Depois de flagrar Puerta em posse de panfletos, além de incomodada com o segundo número do *Biriba*, Rhodia foi além da sua proibição de ter negado ao mesmo Puerta o ato de conversar com seus colegas. Um relatório nos deixa saber que pretendia interrogar, em contato com a polícia, alguns empregados e esclarecer a origem e a distribuição do material apreendido. Comportando-se como um delegado, Alcebíades Massaine, inspetor geral da Rhodia, estava a cargo do "expurgo" dos ativistas e pretendia convocar

> "um dos elementos integrantes da célula e, debaixo até de violências, de portas fechadas obrigá-lo a confessar suas atividades, a procedências dos boletins e outros assuntos que interessam exclusivamente a esse departamento e não à indústria".[197]

---

[195] Relatório, 21/4/49. Aesp, setor Deops, 50-A-217, fls. 28.

[196] Aesp, setor Deops, 50-A-217, fls. 30, 31, 32.

Mesmo depois da instituição do imposto em 1939, seu desconto não era necessariamente feito em folha, sendo um risco tanto a sua cobrança quanto o seu pagamento. Assim, apesar de ser uma taxa cobrada de todos — dos não-associados inclusive —, o seu recebimento ainda podia revestir-se de um compromisso político.

[197] Ofício, 18/4/49. Relatório, 25/5/49. Aesp, setor Deops, 50-A-217, fls. 33, 34.

Massaine, contudo, contracenaria com Lourenço Rondinelle, funcionário dos "mais simpáticos aos trabalhadores", escalado para oferecer "como de costume" uma "determinada importância" aos interrogados a título de indenização de sua demissão. "Geralmente", anotou o delegado, "a companhia sempre teve em mira ficar livre dos elementos agitadores não se opondo a qualquer indenização", mas o duro do Massaine vinha criando problemas ao pechinchar valores.

Frustrada pela polícia, uma tentativa de paralisação da Rhodia em 21 de dezembro do mesmo ano repõe com crueza os elementos da trama grevista do movimento operário. Apenas Ângelo Pinheiro apareceu para "por em prática a palavra de ordem 'Greve'", sendo capturado e conduzido à delegacia local. "Encarregado da ação da fábrica", Rinaldini tentou liderar a suspensão das atividades. Identicamente "detido", foi "responsabilizado pelo que pudesse acontecer". Assim intimado, o ativista retornou à produção. "Sabemos", diz a polícia, "que os proprietários estão providenciando (...) o abono de Natal, independente de qualquer representação dos seus operários". Essa representação, apesar dos contragolpes, da vigilância e da espionagem, resistia e contou com a participação de outros dois voluntários, que distribuíram dois volantes. Um era assinado pela "comissão pró-abono", outro, pela "comissão provisória".[198]

No início do ano seguinte, ao chegar na delegacia o aviso de um novo plano de parada na Rhodia, o cerco repressivo — e o discursivo — parecem fechar-se com a ênfase em informações "estritamente reservadas". Registrada a usual técnica de somar grevistas de uma fábrica a grevistas de outra fábrica, o segredo eram os coquetéis molotov em poder dos comunistas ("a fim de lançarem na fábrica").[199] Sem nomes de membros de comissões para listar ou conversações entre dirigentes e ativistas nem relações entre ativistas e o chão da fábrica para revelar, a polícia, tal como antecipado na fraqueza da mobilização anterior, já não tinha muito a fazer. No lugar de um comunicado, um bilhete. No lugar do temor à mobilização, o alarma da violência (como que a predispor-se para a violência).

A missão estava cumprida.

---

[198] Comunicado, 22/12/49, panfletos. Aesp, setor Deops, 50-A-217, fls. 41, 40.
Nesse ano, a presença de pecebistas organizados em células na CBC atraiu, identicamente, a atenção policial. Ver: Relatórios, 28/8/49, 29/8/49. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 507, 509.

[199] Bilhete, 12/1/50. Aesp, setor Deops, 50-A-217, fls. 42.

COBRASMA

No final de 1950, um movimento em prol do abono de Natal na Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários (Cobrasma), em Osasco, nos fornece a oportunidade de rever elementos similares num arranjo ligeiramente distinto. Depois de ficar sabendo que uma greve branca havia se atritado com a FP, a reportagem da *Folha da Tarde* foi ao local apurar a matéria em contato com os operários, as autoridades e os gerentes. "Querem abono de Natal", essa foi sua conclusão.[200]

Ao chegar às vizinhanças das usinas Cobrasma, o repórter encontrou um "ajuntamento de operários" a reclamar "contra o espancamento de que tinham sido vítimas vários companheiros" deles. A greve começara no sábado, quando o trabalho foi suspenso, e a direção da firma, notificada da reivindicação. Esta entendeu que "não tinha fundamento a pretensão". Temendo a reação dos grevistas à sua negativa, os executivos recorreram diretamente às garantias do Exército invocando o estatuto de "patrimônio nacional". Sem se importarem com o que sucederia fora da fábrica, os executivos lavaram as mãos.

Dois dias depois do Natal, 27, os trabalhadores se reapresentaram e depararam com um destacamento guarnecendo a Cobrasma. Ao assumirem seus postos, souberam da recusa e mantiveram a paralisação. "'Trabalhe ou retire-se'", essa era a outra novidade do dia. Ao saírem, se viram em meio aos soldados do II Exército e a policiais da Força Pública ou do Deops. Sobreveio o atrito. Contudo, a *Folha da Tarde* não o dá em detalhes. Na sede da companhia, o repórter ouviu o outro lado, contado pelo delegado e pelo advogado da empresa. O segundo desqualificou a parede como "descabida". Complementando, o primeiro esperava que os trabalhadores se declarassem errados e voltassem a trabalhar, devolvendo a normalidade a uma usina cuja produção era considerada "essencial".

"Os grevistas repeliram os tiras a pedradas", noticiou *Notícias de Hoje*. Quais os motivos para reagirem desse modo? Falta de organização de base? Sindicalismo de cúpula? Usando uma fonte secreta da polícia, a resposta pode ser dada com outros elementos. Um investigador relatou a seus superiores que

> "durante o dia e a noite percorri as ruas de Osasco e tive ocasião de verificar agrupamentos de operários, não só da Cobrasma como de outras indústrias, que discutiam os fatos e mostravam-se descontentes, assim

---

[200] *Folha da Tarde*, 28/12/50. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 552. As citações dos próximos dois parágrafos foram retiradas desta fonte.

como faziam críticas acerbas à polícia".[201]

Ele lastimou-se não ter identificado notórios militantes pecebistas, sinal de que a greve havia sido planejada e tirada dentro das dependências fabris. Sem um décimo terceiro salário, depois de terem suas ceias à mesa do Natal, os grevistas voltaram unidos e determinados a não descruzar os braços, dirigindo-se aos seus postos. Quando foram repelidos, podiam apresentar vários motivos para estar ofendidos e queixosos: eram operários que sofriam com os revezes das agressões policiais, as recusas patronais e a ostentação repressiva dos caminhões tipo espinha de peixe. Como a greve era um delito — e não um direito constitucional —, a rua bem podia ser vista como a ante-sala da prisão ou da demissão, ou de punições menos duras. "Em meio da confusão reinante", atesta a fonte, "por pouco não se verificou um atrito".

No mesmo dia que a Cobrasma voltava a produzir, 29, um piquete de 40 operários, reunido pelo abono natalino na Sofunge (Lapa), não conseguia reter seus pares no comparecimento ao serviço. O doutor delegado e demais policiais "garantiram a entrada". Nesse meio tempo, a produção em Osasco fluía em meio à salvaguarda das armas, um meio para aplacar qualquer tentativa de represália contra a prisão de 15 grevistas.[202]

Comparadas entre si, as experiências da Rayon Matarazzo e da Rhodia confirmam a tese da exposição, pelo PCB, do ativismo operário de base a choques frontais com a repressão. Sinal discrepante, a Rayon era um estabelecimento nacional — a quem, em tese, o partido oferecia juras de salvaguardas. Outra dissonância: os trabalhadores da Rhodia deram mostras de abraçar firmemente a idéia de uma comissão de salários representativa de sua diversidade, com horistas e mensalistas, homens e mulheres. Não eram manipulados por uma célula tipo correia de transmissão. Caso o fossem não lhes seria possível buscarem a união, tirar comissões, dissentir dos sindicatos, negociar diretamente com as administrações, editar greves e chocar-se com a repressão. Já haviam dado provas de quererem isso tudo quando o PCB mal pronunciava a palavra greve.

Isto porque, quando uma organização se propunha a *dirigir* as lutas sociais, não era apenas com uma estratégia e uma pauta de reivindicações que se imprimia um norte a essas

---

[201] *Notícias de Hoje*, 28/12/50. Relatório, 2/1/51. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 555, 562. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

[202] Comunicado, 29/12/50. *Notícias de Hoje*, 3/1/51. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 556.

lutas, mas também com sua própria dinâmica e com outras motivações, comumente não-declaradas. Ir, de modo "político", isto é, partidário, ao encontro dos trabalhadores no seu fazer-se como classe era ir disputar, na frente de massas, os rumos de sua formação com diversas outras redes de relações interpessoais. Tal frente de massas, legal ou não, era muito diferente dos encontros seletos dos comitês centrais.

Os trabalhadores, eles próprios, se interessavam na objetivação de outros conflitos e de outras questões além das "políticas", e não necessariamente "econômicos", termos substitutos à classificação de "agitação" e "justo". Na antiga Guanabara, os favelados integravam a classe operária, disso sabia muito bem Moisés Vinhas.[203] Muitas vezes, não exatamente a gosto deste autor, eles conduziam a uma polarização "de massas populares num lado único, ou simétrico, frente às classes dominantes", absorvendo o proletariado e camadas pauperizadas das classes médias, formando um "contingente popular". No Recife, Vinhas acrescentou, os subempregados e os marginalizados também imprimiam seu caráter "individualista, instável e explosivo". Dilatando as fronteiras da classe, formavam "aglomerados de 'mocambos'" com pressões que davam "lugar à luta de classes". Evidentemente, cabe à historiografia social desfazer-se — e ir além — dos estranhamentos de Vinhas.

Quem eram os 15 ativistas aguardados na fila dos desempregados? Quem eram os trabalhadores dispostos a assumir publicamente o encargo de constituir uma comitê? Quem eram, além desses, os 15 queremistas, as mulheres na defensiva? Em alguma extensão, os primeiros concordaram com as instruções do PCB de promover mobilizações grevistas mesmo tendo perdas progressivas a cada lance, particularmente na Rhodia, onde talvez ficaram de coquetéis na mão. Apesar de ambos, ainda precisamos conhecer melhor sua história.

Confirmando a tese da queima de recursos pela linha do sindicalismo vermelho, enquanto o associativismo fabril na Rayon e na Rhodia parecia neutralizado em 1949, os trabalhadores da Cobrasma, diversamente, se mobilizaram em dezembro de 1950, quando não devia mais haver forças para queimar, ainda mais numa empresa nacional. Eles estavam bem preparados e decididos, enfrentaram a repressão, sabiam o que fazer e o que queriam, tinham autocontrole, desligaram as máquinas e mantiveram-se unidos. Pista das

---

[203] Vinhas, *Estudos sobre*, op. cit., pp. 191, 198.

mais valiosas, os trabalhadores em Osasco nos fazem atentar para um território onde "o Partido", quando chega, chega enfraquecido de seu stalinismo, e se vê diante do desafio de ser um partido dos trabalhadores, com respostas e respeito à política operária e aos seus anseios por justiça em torno de direitos como um décimo terceiro salário, tratamento condigno, independência para discordar e agir.

Para concluir, nos três episódios recontados aqui, o preço da segurança, ou da cooperação forçada entre as classes, foi a espionagem da classe trabalhadora, no melhor estilo da Guerra Fria. Complementando as cargas das forças de choque, a aliança empresarial-policial preferia a inteligência da assim chamada comunidade de informações, promovendo a ruína silenciosa de seus alvos.[204] Sintetizando, antes e depois do MTIC cassar os sindicalistas em 1947, a aliança empresarial-policial se esmerava em caçar o ativismo operário de base.

A Inteligência Empresarial-Policial contra os Comitês de Fábrica

No começo de 1950, temendo manifestações oposicionistas durante uma visita de Dutra a São Paulo, investigadores aprontaram uma lista de líderes de células fabris do ABC, evidenciando a existência de grupos ativistas em firmas privadas, multinacionais e pertencentes a diferentes ramos industriais. Citaram-se General Motors, Companhia Mecânica e Importadora, Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM), Elevadores Atlas, Louças Adelina e Cerâmica São Caetano. Informações anteriores do Serviço Secreto, sobre células funcionando "mais ou menos bem", apontaram para os bairros, destacando as células da Vila Gerti, Monte Alegre e Vila Ressaca. Em agosto, ao transmitir mensagem a propósito de uma preparação de movimento paredista, surgiram novos estabelecimentos, despontando Rhodia, Firestone, Pirelli, Laminação Nacional de Metais e Brasmotor (esta em São Bernardo).[205]

---

[204] Entre os anos 50 e 70, para gerir sua maior fábrica durante o "milagre" italiano do pós-guerra, a Fiat de Turim, no melhor estilo empresarial-policial, alimentou um arquivo com informações acerca de seus empregados. Ver: Serra, Bianca, *Le Schedature Fiat*. Turim, Rosenberg & Sellier, 1984.

No Brasil dos anos 70, a Volkswagen se notabilizaria por isso também.

[205] Comunicados e relatórios de serviço, várias datas. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 228, 218, 252, 259, 270, 275, 281, 283. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

Mantendo-se a par dos acontecimentos para estar à sua frente, a aliança empresarial-policial carecia de montar uma rede de informações que se justapusesse à própria estrutura do movimento operário. Por isso, existiam "informantes" (delatores) ou "infiltrados" (investigadores secretos) dentro da Rayon, GM, Cerâmica São Caetano, MGB, Atlas, Laminação São Francisco, Texaco, Louças Cláudia, e Cerâmica Tupã. Na realidade, a classe trabalhadora era uma praça onde se teciam as mais diversas malhas (concorrentes e conflitantes) de relações interpessoais. Além do interesse das firmas na sua notoriedade como promotoras de bem-estar social (em que as automobilísticas, novamente, seriam um *carro chefe*), religiões, associações, empresários, partidos e políticos jogavam suas redes.

"Eram uma rede estabelecida", afirmou Corrêa a respeito dos cobradores da contribuição sindical do grêmio têxtil carioca. Esses, no fim do Estado Novo, eram a "única ligação possível entre as diversas fábricas". Mas eram muito mais. Garantindo o funcionamento e a reeleição do presidente,

> "através deles, os operários recebiam a única versão da qual tomavam conhecimento sobre questões de salários e demais condições de trabalho. O presidente do sindicato os usava até mesmo para falar mal dos militantes do PCB, e para aconselhar os operários a se afastarem deles".[206]

Ao infiltrar Corrêa nessa rede, o desejo do partido comunista era apropriar-se de suas relações interpessoais. Vivaz e operoso, Corrêa tinha lá a sua vontade própria. Além dos 10% que lhe cabiam, doados a contragosto para a célula que o designara a tarefa, a função de cobrador foi sua "grande escola sindical". No emprego, aprendia os "segredos do tear", simultaneamente transplantados à sua dupla atuação sindical, pela qual também aprendeu a "articular o movimento em diversos locais, ao mesmo tempo", percorrendo as usinas, conversando "com todo mundo, com operários com as mais diferentes idéias na cabeça". "Mais por emoção do que por consciência", Corrêa, sem planejar, associava seu destino ao futuro do sindicalismo brasileiro.

Nesse mesmo ano de 1949, a presença de pecebistas em células na Companhia Brasileira de Cartuchos atraía a atenção policial com um pouco mais de detalhe. Relatórios, 28/8/49, 29/8/49. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 507, 509.

"Vila Gerti é um bairro povoado quase que exclusivamente por operários e é exatamente onde o abandono dos poderes públicos foi ao auge". *Folha do Povo*, 28/10/52. In: Medici, *Migração e*, op. cit., p. 476.

[206] Corrêa, Hércules, *Memórias de um Stalinista*. Rio de Janeiro, Opera Nostra, 1994, p. 50, 51. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

Nesse mister de tecer redes e mercadejar, a polícia, além de dispor de homens bem treinados e experimentados, era um negociante capaz de barganhar valores e coibir trocas. Ela podia oferecer o favor de sua proteção, privatizando um serviço público. Ademais, podia *esquentar* a documentação de seus informantes, emitindo carteiras de identidade especiais, legalizar portes de armas, ou fornecer passes para não-pagamento de tarifas nos coletivos, funcionando ainda como despachante e provedor de jeitinhos. Tudo em troca de informações.

Agora, quando a polícia tratava de infiltrar um agente seu numa usina, os métodos mudavam e se apropriavam do bê-a-bá do ativismo de base. Em 25 de maio de 1949, a pedido da direção de uma têxtil (com 760 funcionários), um investigador foi plantado na oficina elétrica. Nessa seção, assim como na adjacente, era grande a freqüência dos operários, "uns com pretextos plausíveis e outros a título de fumar e conversar". O mestre da elétrica, por sinal, era "hábil prosador". Depois de um dia e meio nesse lugar, o agente OH-12 pediu para circular, visto seu interesse em espreitar outros setores. Pretendendo se fazer passar por um operário de manutenção — "sempre com peças e ferramentas na mão" —, passou horas "criando e solidificando amizades". Às vezes, "sob olhares desconfiados", foi obrigado a gastar "longos minutos de justificativas" para explicar a sua presença e vencer reservas. Enquanto isso, OH-12 reconhecia em José Marinho, da caldeira, um homem muito "visitado" pelos mesmos motivos dos assíduos freqüentadores da oficina elétrica.[207]

Ademais das justificações, o investigador quis representar o tipo de "elemento revoltado e conhecedor dos problemas do proletariado". Nesse papel, gravou ter ouvido duas vezes as palavras "burguês e progressista", para ele marcas indeléveis da doutrina comunista sobre seus adeptos. Notou, ainda mais, que "progressista" fora um elogio feito ao filho do patrão, por causa do "campo de futebol e outras obras". Atento à "opinião geral" dos operários, OH-12 ficou também sabendo que Keller Fº era "enérgico em demasia". Buscando saber mais sobre isso, contaram-lhe do caso em que "agrediu e feriu um menino, ficando o mesmo a sangrar". Além disso, corpulento e poderoso, Keller Fº havia chamado subalternos para a briga várias vezes. Quanto ao pai, Carlos Keller, "todos" o tinham como

---

[207] "Relatório para Inquérito e Investigação Realizado na Fábrica Dona Isabel", 1949. Aperj, fundo DPS, "Comitê Municipal de Petrópolis", D 601, fls. 26. As citações dos próximos dois parágrafos foram

"enérgico, perspicaz e ativo". Falava-se, até, que podia virar um "homem invisível". Inesperadamente, ele surgia "por trás com seu chapéu puxado sob os óculos e mãos enlaçadas nas costas" e, para piorar, não tinha hora para aparecer na usina, espreitando os hábitos de todos os empregados.

Sorrateiro, ainda assim recorreu aos préstimos policiais. "Sr. diretor", escreveu-lhe OH-12, "a 'sabotagem branca' não-organizada existe em sua fábrica". Para muitos operários antigos, o trabalho era uma purgativa "colher de xarope". O motivo averiguado eram os baixos salários. Prosseguindo na exposição dos resultados, OH-12 falou do reinante desinteresse em recorrer aos macetes na hora de produzir. Os trabalhadores preferiam chamar a manutenção ou mesmo forçar a quebra das máquinas a tocar o serviço com seus jeitinhos. Quanto à sua organização, ele reparou nas divisões. Relatando uma conversa, mencionou as "ursadas" de alguns na difícil hora de barganhar aumentos, quando os acovardados recuavam e "escondiam-se atrás das máquinas".[208]

Tal como no caso de muitos ativistas, as atribuições de manutenção e reparo do investigador permitiram-lhe ir e vir pela fábrica sem empecilhos à movimentação. Nos percursos, ambos se aproveitam para traçar suas áreas, mapear lideranças, conhecer os *bambas*, os *praças*, *come-e-dorme* e *ursos*, colhendo informações, fazendo amizades, ainda ficando a par dos macetes para azeitar ou prejudicar a produção. Conversando, inteiram-se das opiniões sobre o serviço e os patrões, seus choques e diferenças.

Apesar disso, não é possível saber se os elogios feitos a alguém como Keller Fº eram uma deferência ou uma manipulação do informante sobre o informando. Já esmerar-se em amostrar-se *revoltado* — sem uma boa razão ou com apenas algumas horas de prosa com colegas — não progredia numa fábrica onde a autoridade era dividida pelo *invisível* proprietário e por seu filho covarde. Para a busca do movimento operário, é preciso levar em conta que os trabalhadores não se desligam de suas experiências quando integram a

---

retiradas desta fonte. Agradeço a informação de sua existência a Paulo Roberto de Araújo.

[208] Sobre a classe trabalhadora na indústria têxtil, ver: Lopes, Juarez B., *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difel, 1967. Pereira, Vera, *O Coração da Fábrica*. Rio de Janeiro, Campus, 1979. Leite Lopes, *A Tecelagem*, op. cit. Melo, Maria C. P. de, *Bater dos Panos. Um Estudo das Relações de Trabalho na Indústria Têxtil do Maranhão (1940-1960)*. São Luís, SIOGE, 1990. Alvim, Rosilene, *A Sedução da Cidade. Os Operários-Camponeses e a Fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro, Graphia, 1997. Verona, Antônio, *"O Mundo É Nossa Pátria" (a Trajetória dos Imigrantes Operários Têxteis de Schio que Fizeram de São Paulo e do Bairro do Brás sua Temporária Morada, de 1891 a 1895)*. São Paulo, tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP, 1999.

base social de um partido de esquerda e que as cifras da militância podem ser irreconhecíveis. Quando a polícia estourou o Comitê Municipal do PCB de Magé na Vila Inhamorim (RJ) no final dos anos 40, ela mapeou três células fabris. Se alguns de seus membros foram classificados como "ativo", "orientador", "agitador", "propagandista", outros foram descridos como "manhoso" dono de "truques e disfarces", "maneiroso", "destemido". Provavelmente, um bom quadro executivo melhor seria se fosse *esperto* e *valente*.[209]

Outra vez por causa do Primeiro de Maio, o de 1951, podemos refinar o entendimento de como funcionava essa contra-inteligência empresarial-policial. A notificação de uma panfletagem na GM em lembrança do Dia do Trabalho — que também foi acompanhada do aviso sobre a realização de "comícios relâmpagos" contra o imposto sindical nos portões da Rayon, CBC, LNM, GM, CBMM e Cerâmica São Caetano — foi dada por um delator a um investigador. Enquanto o primeiro trazia a novidade de dentro das células que freqüentava como pecebista, o segundo a transmitia aos seus superiores, participando que as "referidas firmas já foram avisadas e se comunicarão com a Delegacia local ou com esta Especializada".[210]

Com piquetes de choque ou com a espionagem, o enraizamento do ativismo político radical no terreno existente entre o sindicato e os portões e o chão das fábricas era uma prática sob intenso freio adversário. Uma das armas eram os cortes. No início de agosto, na seqüência de uma visita de um empresário de São Caetano à DPSC, o delegado oficiou o Deops participando suas queixas. Os trabalhadores estavam envolvidos em

> "distribuição interna de boletins (...), revolta de operários contra patrões, tentativa de greve, instigação de alguns operários sobre outros com o fito de promover animosidades contra a direção da indústria, enfim, uma apreciável quantidade de ações de praxe de elementos comunistas".[211]

Dois funcionários foram acusados de serem "comunistas declarados". Manoel C. Gonçalves, que fazia parte de "célula do extinto PCB", já fora despedido quando o relatório

---

[209] Listas de nomes, s.d. Aperj, fundo DPS, "Comitê Municipal de Magé", D 596, fls. 2-5.

[210] Relatório, 16/3/51. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 278.

[211] Relatório, 10/8/51. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 304. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

foi escrito. Faltava Temístocles Teles, que a polícia e a empresa esperavam pegar em flagrante para "segregá-lo das hostes operárias".

Outras lamúrias patronais foram choramingadas quando os operários da Cerâmica São Caetano — "antes pontuais e cordatos" — passaram a queixar-se coletivamente de seus ordenados. Revelando sua intolerância ao ver os empregados sindicalizarem-se em meio ao maquinário, a firma se sentia traída, o suficiente para suspender suas decantadas responsabilidades de companhia provedora de bem-estar capitalista. Quer dizer, essa crença no mito do brasileiro simples e cordial desfazia-se quando o operário passava a lutar por seus direitos. Alegando não poder atender a todos, a Cerâmica reajustou só os vencimentos das três seções mobilizadas por meio de abaixo-assinados. Com isso, queria desfazer a ameaça de movimento grevista marcado para o 12 de fevereiro de 1951. Adicionalmente, em retaliação, prometia demitir "todos que pretendem, por qualquer forma, lançar a confusão entre os operários, mesmo tendo estabilidade, ou longos anos de casa". Por estar na cabeça da lista, João Bispo já estava na rua.[212]

Seria preciso cortar a cabeça de outros mais:

> "o sistema de entendimentos entre os elementos da fábrica e o respectivo sindicato é feito por intermédio de delegados de cada uma das seções, sendo que os diretores não atendem as comissões dos seus empregados, entendem-se diretamente com o Sindicato da classe".

Para o desmonte desse sistema de *entendimentos*, era montar uma lista com os nomes e números de chapa para cada delegado. Acreditava-se que militantes operários promoviam reuniões à noite. Depois desses fatos, "manifestou-se (...) o desejo de greve". Se a diretoria da Cerâmica supunha "haver conjurado o movimento" com suas promessas, um agente policial aconselhou seu superior que "seria interessante, salvo melhor juízo de V. S., uma infiltração na Cerâmica a fim de levantar os elementos que agem internamente". "Dita infiltração seria muito bem recebida pela direção da firma", afiançou.

Bem recebida e bem agradecida. O mesmo Armando de Arruda Pereira de 1946 remeteria correspondência para o diretor geral do Deops e para o delegado chefe do SS a fim de agradecer os préstimos recebidos durante a greve nas "nossas fábricas". "A pronta intervenção de V. S.", reconheceu, "fornecendo-nos informações (...) sobre a eclosão e

---

[212] Relatório, 26/1/52. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 331. As citações dos próximos dois parágrafos foram retiradas desta fonte.

evolução dos acontecimentos, muito nos facilitou". Ao defender a proposta de suspensão da luta, o representante da federação paulista dos trabalhadores nas indústrias de cerâmica foi outro aliado dos patrões. Aníbal da Silva, que, em 1962, ingressaria na MBB, era da comissão de salários e teve sua proposta derrotada por tal dirigente.[213]

As diferenças e os atritos no interior da classe operária — tanto políticos quanto culturais — têm sido importantes para determinar o sucesso das greves. Apesar de diferentes nos sobrenomes por apenas uma letra, Martins e Martin contrastam fortemente. José A. Martins era "operário" (significa dizer que não era qualificado), migrante (viera da Bahia) e recém-contratado pela Cerâmica São Caetano. Diante da polícia, ele negou saber qual era o percentual reivindicado e quem organizava o movimento, afirmando não ser eleitor nem político. Era "apenas alfabetizado". Porém, admitiu que "não foi trabalhar por entender que deveria manter-se ao lado da maioria em greve", sendo isso a única coisa que reconheceu. Em total contraste, Riccieri de Martin podia ter futuro profissional (era ajudante de mecânico), nascera em São Caetano (com origem italiana) e possuía 15 anos de casa. Para sair-se bem, declarou achar "'uma pouca vergonha'" a aglomeração de trabalhadores defronte à fábrica. Possivelmente achasse mesmo: pois foi detido quando impelia seus colegas a entrarem ou a voltarem para casa, uma típica atitude empresarial-policial usada para esvaziar piquetes.[214]

Tese — ainda — comum sobre o movimento operário, seria de se esperar que Martins e Martin trocassem de lugar. O migrante seria fiel como um cão e o "italiano", um "rebelde".[215] O propósito aqui é bem outro, dado o interesse em conhecer melhor o sindicalismo dos operários fabris não-qualificados, a grande maioria da força de trabalho na indústria automobilística. A identidade de gente como o baiano Martins não ignorava, nem se encantava, com o trabalho, a fábrica, o sindicato. Se vindo do campo, alguém como ele

---

[213] Ofícios, 3/2/53. Relatório, 25/1/53. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 378-380-A, 383, 386.

[214] Termos de declaração, 21/1/53, 22/1/53. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 383, 386.

[215] Para uma crítica à imagem do italiano anarquista, ver: Hall, Michael, "Trabalhadores Imigrantes". In: *Trabalhadores*, nº 3, 1989, p. 11. Ver também: Hall, Michael; Pinheiro, Paulo S., "Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle". In: Prado, A., *Libertários & Militantes*. Coleção Remate de males, nº 5. Campinas, Unicamp, 1985.

podia ser desprovido de uma cultura fabril, mas não necessariamente de uma cultura de ofício, ou de práticas de socorro mútuo.[216]

Para grevistas como Martins, era importante não ser *amigo urso*, sendo então impelido a suspender as atividades. Diferente de Martin, ele sentia uma outra vergonha. Tratava-se, pois, de uma questão moral e de companheirismo com colegas que arriscavam seus empregos em prol de reivindicações amplas e gerais. Aqueles que ficavam do outro lado, ou, como Martin, que agiam como se pertencessem ao outro piquete, pagariam na volta ao trabalho o custo de suas escolhas. Nesse sentido, as lutas do período 1945-1964, bem como as conquistas sociais, são afirmadas e defendidas no chão das fábricas, e não reajustes salariais inflacionários concedidos por políticos instalados no governo.

Na Greve dos 300 Mil, em 1953, o diretor da Cerâmica São Caetano Francisco Lotufo ligou para o Deops a fim de fazê-lo saber da provável parada da fábrica no dia seguinte, dia de pagamento, repassando notícias colhidas na assembléia dos empregados da Cerâmica na sede de seu grêmio, o Sindicato dos Trabalhadores na Construção e Mobiliário do ABC. Igual atitude teve George Boehringer, diretor-presidente da Cia. Acumuladores Prest-O-Lite, que compareceu no Deops para notificar que Aníbal da Silva e um parceiro haviam aparecido no portão da usina com o intuito de convencer seus colegas a entrarem em greve. Ante o resultado positivo, os dois prometeram trazer o piquete no dia seguinte, 13 de abril. Logo depois, Boehringer foi à polícia pedir providências. Se não o tivesse feito, o acordo dos ativistas com os trabalhadores, para cujo êxito a passagem do piquete era vital, teria sido levado a efeito.[217]

---

[216] "Meu pai arranjou trabalho para mim na fazenda onde ele era colono". "Comecei imediatamente e aprendi o ofício dando duro no batente"". "Mais tarde, além de boiadeiro, tornei-me carreteiro". Corrêa, *Memórias de*, op. cit., pp. 42-43. Para uma análise antropológica da cultura de ofício entre operários do açúcar, ver: Leite Lopes, José S., *O Vapor do Diabo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, especialmente o capítulo 1.

A cultura fabril exprime "desde a reação e a resposta ao despotismo da hierarquia da administração fabril até a reinterpretação e reambientação criativas das duras condições de trabalho na fábrica" (p. 81). Essa "subparte de uma 'cultura operária'" (p. 83) pode mesmo tomar o vulto de "uma 'segunda natureza' da própria fábrica" (p. 84) e está associada a uma "concepção de trabalho" que inclui tanto a construção da suportabilidade das condições de trabalho quanto padrões de sociabilidade entre pares submetidos à mesma administração (p. 83). Assim, cultura fabril expressa valores e práticas presentes tanto na delimitação de um espaço dos operários no processo de trabalho e no espaço fabril quanto nas suas concepções de honra e identidade, mesclando-se interiorização e releitura, legitimação e recusa. Ver: Leite Lopes, *A Tecelagem*, op. cit.

[217] Bilhete, 12/4/53. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 391. Termo de declarações, 1º/4/53. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 981.

Polícia ciente, policiais eficientes: os piquetes foram debelados. (Vale lembrar que o SMABC estava nas mãos da direita em 1953.) Em conseqüência, segundo um investigador, os dirigentes comunistas deliberaram reforçá-los com "pedaços de ferro, paus, pedras", determinando que a Rayon Matarazzo seria "atacada" às 5h00 do dia 14. Enquanto isso, reforços operários da capital deveriam se dirigir para a Fichet e Pirelli. Numa demonstração de elo orgânico entre o ativismo de ideologia anticapitalista, os piqueteiros e as comissões nas fábricas, a polícia achava que "os empregados da Cia. Otis de Santo André entrarão em greve amanhã cedo". Mesmo tendo o SMABC de tudo feito "para evitar que tal acontecesse".[218]

Se olharmos para o movimento operário no fim da Segunda Guerra e em 1953, veremos que várias formas de organização de base estão no apoio e na ponta de lança de marcantes mobilizações, acontecidas em simultâneo aos fortes apelos trabalhistas do presidente Getúlio Vargas (ainda que, em ambos os momentos, muitos sindicatos tenham feito de tudo para evitar o seu acontecimento, ou até mesmo o PCB, no caso do pós-guerra). Um de seus desdobramentos mais temidos era a aparição de rachaduras estruturais no edifício erguido para o abrigo do corporativismo estatal. Não por acaso, além das convicções próprias aos movimentos sociais, a tradição do fenômeno da auto-organização era um fato sempre negado. Assim, nas fábricas, a mira das investidas repressivas se fixava na instituição da representação sindical de base. É o que veremos agora dentro da General Motors de São Caetano, a maior automobilística do Brasil nesse período.

Cinco Anos de *Facão* na General Motors

Em janeiro de 1949, a suspeita de serem distribuidores de *A Luta* levou José Kopenec (funileiro vienense), Vassilic Selesnovas (carpinteiro lituano) e Joakimas Azimovas (serralheiro russo) a prestarem declarações à polícia. Questionados sobre a difusão de "jornais comunistas" dentro da GM em São Caetano, os três negaram entregar o boletim exibido durante os interrogatórios. O austríaco recorreu à figura do bom trabalhador e alegou que na empresa gozava de "muito bom nome", pois era "exato que sempre foi operário disciplinado, assíduo e bastante dedicado ao serviço", assim como à família. O segundo, Selesnovas, declarou que nada tinha a dizer sobre o jornal, pois era

---

[218] Comunicado, 14/4/53. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 393.

analfabeto. O serralheiro afirmou ser "contra o regime de Stalin", motivo de sua imigração para a Lituânia e, na seqüência, para o Brasil, tendo ido primeiro trabalhar em Cafelândia.[219]

"Leia e passe adiante", instruiria *O Facão* quatro meses depois. No Primeiro de Maio de 1949, ele nascia para "orientar" os operários e desmascarar os "imperialistas". Seu nome provinha do "ambiente de insegurança e incertezas" criado pelos cortes periódicos. Combatente, surgira para o confronto: ironiza a conduta de chefes, critica a revista da empresa — *Vida na General Motors do Brasil* —, reclama da comida servida no restaurante, propugna a criação de uma "comissão interna" para a defesa dos direitos dos trabalhadores, desrespeitados depois da cassação do PCB, e menciona diálogo de um "representante" seu com diretor da companhia. Nessa conversa, a respeito da jornada de trabalho, o diretor teria reconhecido que a produção de seis dias estava sendo obtida com apenas cinco. Quem escapara ao "facão" das demissões estava trabalhando mais e ganhando o mesmo salário.[220]

Desassossegada, a General Motors estreitou suas relações com a delegacia local, a DPSC, e o Deops, lotado na capital. Assim, sempre que os trabalhadores se uniram para organizar-se em células ou comitês — às vezes porque era preciso melhorar o fornecimento de água — haveriam de lidar com as figuras dos "infiltrados" e "informantes".

Em setembro de 1949, após o implante de um "elemento reservado" pelo Deops, ao dar ciência aos seus superiores do seu mister, o primeiro informe visou a mostrar a confiança granjeada entre os colegas, carregando-o de frutos vermelhos. Havia uma célula pecebista estruturada dentro da GM denominada Quintino Bocaiúva. O seu tesoureiro, procedendo às tarefas de atrair novos membros e de arrecadar fundos, sondara o investigador quanto à sua disponibilidade de arrumar um quarto para reuniões dos "camaradas"; "se isso viesse a ser preciso". Relatando o episódio, esse agente escreveu: "depois de observar o perigo que isso poderia acarretar e mostrar-me meio receoso,

---

[219] Comunicado, 12/1/49. Termos de Declarações, 13, 14, 17/1/49. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 35, 63-65. O serralheiro russo, possivelmente, foi encaminhado para Cafelândia pela Hospedaria dos Imigrantes. Segundo Medici, o interior era o primeiro destino dos imigrantes não-qualificados. *Migração e*, op. cit., p. 92.

Ainda não é possível constatar a existência de continuidade entre a parada de janeiro de 1945 na GM , outra paralisação em janeiro de 1946 e a distribuição de *A Luta*. Sobre a paralisação de 1946 na GM — semelhante a episódio de parada na Ford (já citado) em 1945 —, ver: Wolfe, *Working Women*, op. cit., pp. 133, 136.

[220] *O Facão*, nº 1, 1º-15/7/49. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 37.

concordei". Prosseguindo com a representação do seu papel, pediu a guarda de "muita precaução". Ele também informou que havia sido contatado duas semanas antes pelo empregado de chapa número 2095 por causa de uma campanha em prol da "imprensa livre", tendo-lhe sido prometido um livro, *O Cavaleiro da Esperança*. Ainda mais, o irmão de 2095, cuja chapa era a 1944, também o abordara passando-lhe um abaixo-assinado em favor da demissão de um enfermeiro.[221]

Quando veio a público, o terceiro número do *Facão* repreendeu a GM por restringir a freqüência dos operários no General Motors Esporte Clube, voltou a falar mal da comida do refeitório, bem como das instalações higiênicas, e reclamou da falta de água. Mordaz, denunciou o chefe do Departamento de Pessoal, surpreendido mantendo relações sexuais no restaurante. Era o fim de 1949 e, apesar do reacionarismo do governo Dutra, os comunistas estavam firmes na automobilística da Avenida Goiás, a quem desafiavam com uma plataforma de luta frontal e incansável. "Na General Motors funcionam várias células comunistas, aparentemente independentes umas das outras", averiguou o reservado policial. Uma delas era a "Brasileira", mas havia duas outras para os "russos", que se agruparam segundo a data de chegada no país. Nas seções onde havia tais células, apesar das proibições do Regulamento Interno, os trabalhadores podiam fumar e conversar.[222]

A possibilidade do espraiamento das células levou à elaboração de listagens por parte tanto da polícia quanto do serviço de pessoal da GM, objetivando mapeá-las. Depois de conhecidas, o acompanhamento dos seus passos foi submetido à escolha do momento conveniente para o duelo. Em fevereiro de 1950, o tom de um comunicado ainda era o da espera já que, ao avisar sobre uma panfletagem contra o imposto sindical, alertou para a existência de um bom número de simpatizantes do PCB, certificando que estavam "debaixo de observação". Diferentemente, em maio, uma outra entrega de volantes — desta feita contra o aumento das mensalidades do clube e das refeições e, ainda, contra a assiduidade e o policiamento interno — teve sua previsão acompanhada da notícia da possibilidade da *volta* do *Facão*.[223]

---

[221] Informação reservada, 22/9/49. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 38.

[222] *O Facão*, nº 3, 1949. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 39. Informação reservada, 27/12/49. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 41.

[223] "Elementos Comunistas da General Motors do Brasil", 1950. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 42, 43-A. Aí constam os nomes de Antônio Godói Duarte, Antônio Segato, Vitório Gava, dos irmãos

Entretanto, a aliança empresarial-policial nem sempre dispunha da faca e do queijo nas mãos. Quando a presença de Antônio Godói Duarte (a quem era imputada a autoria de inscrições de protesto nos sanitários) passou a ser intolerável, a polícia lamentou ser "difícil" flagrá-lo em ação *dentro* da fábrica. "Sua residência igualmente foi visitada diversas vezes, nada ali se encontrando de interesse para a Ordem Social". Todavia,

> "visto tratar-se de elemento agitador dos operários da empresa, esta vai dispensá-lo na próxima semana, o que também ocorrerá com outros elementos do PCB que ali trabalham, num total de 40".[224]

Na rua, ao denunciar o "perigo constante a que se acham expostos os operários", Godói Duarte ainda continuou "a promover grande agitação", destacando-se nos reclames contra a morte de Afonso Almedina, vitimado na fábrica "quando numa vala procedia a reparos numa instalação elétrica (aspiração de gás para limpeza de peças)". A subseqüente morte de outro operário na Swift (matadouro em Utinga) levou ao disparo do mesmo alarma, dado o "exemplo" da GM. No final de abril, Godói Duarte, José B. de Oliveira e Marcílio de Oliveira foram detidos e encarcerados durante seis dias no Deops. Posto em liberdade, o primeiro — "suspeitando que foi a Superintendência da GM que o mandara prender" — preparou um manifesto contra a produção armamentista e seu serviço de vigilância interno, denunciando-a, ainda mais, como "centro de espionagem ianque".[225]

Depois da Segunda Guerra, a intensificação do envolvimento dos EUA com as disputas geopolíticas da Guerra Fria (particularmente as do sudeste asiático) repercutiu diretamente sobre a GM do Brasil. Com a Guerra da Coréia, o executivo Lee MacHale chamou vários operários à sua sala inquirindo-os se eram esquerdistas. Assustados, estes recorreram ao Deops para tirar atestados de *bons* antecedentes ideológicos para esquivar-se de demissões. A explicação dessa corrida à polícia foi muito bem dada pelo investigador de

---

Tessarim, P. Corraini, entre outros. De 24 trabalhadores identificados com o comunismo, havia 15 brasileiros (sendo oito *oriundi*, isto é, descendentes de imigrantes italianos), quatro russos, dois espanhóis, dois lituanos e um polonês. Entre os mais "perigosos", Antônio Godói Duarte.

Comunicado, 27/2/50. Comunicado, 22/5/50. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 43, 46.

[224] Relatório, 29/5/50. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 246-A.

[225] Comunicado, 14/4/50. Relatório, 18/4/50. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 233-B, 241. Sem referência, 29/5/50. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 47.

plantão: "o sr. MacHale está verificando (...) quais os inimigos que os EEUU têm na firma e que são, como é óbvio, os comunistas".[226]

A seu gosto, MacHale repetia o acontecido com imigrantes italianos e germânicos entre 1942 e 1945, quando, ao seguir determinação do Department of State (Ministério dos Negócios Estrangeiros) dos EEUU, as empresas de nacionalidade estadunidense deveriam identificar "súditos do Eixo" em seus quadros de pessoal a fim de precaver-se contra sabotagens. Adicionalmente, MacHale reproduzia localmente a amarga *perda* da China para o bloco socialista, uma baixa que os EEUU não estavam dispostos a ver repetida. Portanto, não era uma atitude pessoal ou isolada. Quando anotou a progressiva conversão da produção de GM para apetrechos bélicos devido ao conflito coreano, a polícia estimou haver mil funcionários estrangeiros contratados "sob o rótulo 'operários especializados'". Destes, "quase todos (...) são 'deslocados de guerra'". (Por sinal, estes dois pontos, a conversão armamentista e o desrespeito da lei dos 2/3, foram registrados com veemência pelo *Facão*.) A conversão da produção, prossegue a polícia, estava sendo feito sob orientação de "técnicos ianques". Quarenta e cinco seções da fábrica eram chefiadas por ex-oficiais militares das forças armadas dos EUA. Designado pela GM Overseas Division, MacHale fora diretor de produção na Índia, onde colaborou com planos militares desenvolvidos em Burma. "O PCB atiça os operários da GM para a luta antiimperialista bem como atiça o proletariado a lutar contra a Light", chamada de *polvo canadense*. Essa era a razão para MacHale e a polícia moverem-lhe combate. Seu antiimperialismo o tornava adversário local da doutrina estadunidense de segurança nacional, válida para o mundo inteiro.[227]

Com choques propiciados pela radicalização pecebista após a proscrição partidária, a confrontação era díspar. É verdade que a GM teve de aturar tanto a veiculação de *O Sol*, boletim tirado em substituição ao *Facão*, quanto a emergência de João José da Silva, surgido após as dispensas acima citadas. Para isso, possuía as prestimosas contribuições da

---

[226] Comunicado, 7/8/50. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 48.

[227] Relatório, 3/6/50. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 52.
Em paralelo, criminosos de guerra nazistas procuravam um abrigo imune a processos e investigadores judeus. Um ou outro germânico com ligações com o nazismo encontraria posto na indústria automobilística brasileira. Franz Stangl foi um deles, mas havia outros provavelmente, especialmente os especializados em engenharia de motores.

polícia. Os louros da desarticulação de uma parada contra o não-pagamento de aumento para todos os empregados, represália aguardada para 5 de agosto de 1950, foram requisitados por Osvaldo Varela, o investigador do Deops infiltrado na GM. No início desse ano, na véspera da visita de Ademar de Barros e do embaixador dos EUA à fábrica, esse investigador capturara Simão Laurente, tido como "principal culpado" pela circulação do *Facão*. Porém, em fevereiro de 1951, voltaram os rumores sobre a impressão do "tal folhetim". Empenhado em "atrapalhar os vermelhos", o agente contava com um informante. O delator era "conhecido deste Dops como 'Serafim'", codinome do pecebista Ernesto Corraini, de cujas mãos partia a entrega de "boletins ao investigador Osvaldo Varela".[228]

Ao mesmo tempo em que eram sufocados os intentos dos operários em obter melhores condições de trabalho não se promoviam mudanças para o controle das insatisfações. Reprovado pelo *Facão*, o despotismo fabril era, ao mesmo tempo, uma peça fundamental e um limite da dominação capitalista. Assim, aos descontentamentos emendavam-se ressentimentos. Desejosos de ordenados melhores, vários funileiros tomaram coragem e partiram ao encontro de seu chefe para pedir uma intercessão junto da companhia. Frustrada sua solicitação, programaram uma parede. O investigador logo conseguiu individuar os nomes dos de líderes. Um deles, José Garcia, foi taxado de "mau elemento", um desobediente "admirado por seus colegas" por causa de "seu hábito de valentia e desordem". Quanto aos demais, Varela lastimou-se que só levantara o número de suas chapas, pois sua fonte, a Seção de Pessoal, encontrava-se assoberbada com a folha de pagamentos.[229]

Uma semana depois, o delegado do Deops foi informado da data marcada. Em 6 de março de 1951, a parada teria início após a entrega dos envelopes de pagamento, especificamente na funilaria dos ônibus, onde a mobilização era maior. Eficiente, ou

---

[228] Comunicado, 7/8/50. Tópico de relatório, 27/7/50. Investigação, nº 41, 20/2/51. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 48, 54. Corraini, Ernesto, folha corrida, 1954. Aesp, setor Deops, 30-B-7, fls. 33.

Em 1949, Laurente já fora mapeado como membro de célula na GM. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 344.

[229] Investigação, nº 58, 28/2/51. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 55.

É impossível saber, nesta fonte, qual significado os operários davam àquilo que a polícia taxava como "valentia e desordem". Decerto, não era o mesmo sentido do policial. Possivelmente, expressava uma identidade própria aos trabalhadores ante a vigilância de seus chefes e dos vigias, uma autoridade cujo desafio

melhor, passada a ocupação da Seção de Pessoal, Varela entregou uma lista com 26 nomes e endereços dos funileiros envolvidos na mobilização. Precavida,

> "em caso de greve branca, a Diretoria da companhia solicitará a este Departamento [Deops] providência para evacuação da fábrica, com a imediata resolução — demitir os cabeças do movimento".[230]

Na hora H, os funileiros compareceram, trazendo o seguinte mosquito:

> TRABALHADORES
> — LEIAM E PASSEM ADIANTE —
> NÃO TENHAS MEDO DE REIVINDICAR AUMENTO DE SALÁRIO; NÃO É CRIME.
>
> CRIME É DEIXARES TEUS FILHOS PASSAREM FOME, ENQUANTO OS PATRÕES FICAM CADA DIA MAIS RICOS À CUSTA DO TEU TRABALHO.

Garcia, Periu, Rodrigues, Francisco e Costa (sendo os três últimos feitores) soltaram os volantes e recuaram em seguida ao se dar conta de não estarem despistando a polícia e a vigilância interna. Quando comentou os alertas de seus informantes sobre a iminência de paralisação na GM e nas IRFM, um investigador do Deops aludia a esses funileiros ao garantir que, com "o trabalho por nós efetuado", o "movimento foi abortado". Pior para o dito movimento. No momento em que os ativistas se puseram a discutir "o fracasso por não haver greve" na GM, mal sabiam das delações de Corraini.[231]

Enraivecida, GM passou à caça às bruxas. Preparado pela Personnel Records Administration (Administração dos Registros de Pessoal), um novo rol com 26 nomes de empregados — com grifos de lápis vermelho para suas "atividades vermelhas" —, foi anexado à documentação disposta pelo investigador do Deops. Entre esses 26, lêem-se os nomes de André Toth (parente de Pavel Toth, ativista sindical na VW no final dos anos 50), dos irmãos Tessarim e de João José da Silva. Além dos brasileiros (havendo, dentre estes, um punhado de *oriundi,* termo usado para designar descendentes de italianos), havia espanhóis, russos, romenos, iugoslavos, poloneses e lituanos.[232]

---

requeria ousadia e desforra. Muitas vezes, esse tipo de atitude é imputada a trabalhadores jovens e solteiros ou desqualificados.

[230] Investigação, nº 61, 5/3/51. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 58.

[231] Ofício, s.d. (seguramente março de 1951). Relatório, 16/3/51. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 259, 278. Investigação, nº 73, 7/3/51. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 62.

[232] "General Motors do Brasil SA", 6/3/51. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 62.

O macarthismo de General Motors contra seus empregados adquire compleição em outra listagem cedida à polícia. Além dos números de chapa e nomes, o documento traz comentários sobre 25 trabalhadores. Acerca de José Higino de Oliveira, que "entrou nesta companhia em 25 de julho de 1947", é declarado que possuía uma carteira "com o dístico da FOICE E O MARTELO". "Naturalmente", promete-se, "será apreendida". Os imigrantes podiam se sentir seguros quando conversavam usando suas línguas natais, mas a GM estava atenta às suas "interessantes palestras", traduzindo os elogios feitos à União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS) e as esperanças de um mundo melhor com o "progresso" do socialismo no mundo. Os ditos mais conjunturais, como a reprovação da Guerra da Coréia e a vibração com as baixas estadunidenses, também não passavam despercebidos. Falar em prol da paz e censurar a intervenção estadunidense na Ásia soavam como profissões de fé pelo comunismo, como foi o caso de Antônio Correia da Silva — "um sujeito de aspecto inofensivo" que, perante olhos inquisitoriais, era acusado de "perigoso comunista". Revelação também jogada sobre Marcílio de Oliveira, o qual, embora "simples e humilde", era "ativo na propaganda do partido". Um músico romeno, igualmente, não era um "simples músico", mas, de novo, um "perigoso comunista". Do espanhol Manoel Aguillar, aguardava-se uma atitude de desforra. Ele teria prenunciado que "'a hora da vingança chegará para todos'", estando a aguardá-la vivamente pois "'aquele tarado [o *generalíssimo* Francisco Franco] há de morrer'".[233]

João José Bravo Ribeiro "tremeu com medo" quando sentiu que a companhia o vigiava após ter se aproximado de ativistas. Foi demovido desse estreitamento pois fizeram-no temer as paredes e seus ouvidos. Quando interpelado por Alfredo Laschi, que lhe perguntou "'e aí Bery [seu apelido], quando é que Luiz Carlos Prestes vai mandar no Brasil?'", Bravo Ribeiro repeliu-o com advertências. "'Não brinque mais dessa maneira pois a vigilância anda muito severa'". A espia de GM não observou apenas sua insegurança quanto a "'um traidor entre nós'"; adicionalmente, deliciou-se com o "tom de medo" de suas palavras. O fato é que Ribeiro passou a pautar-se pelo recado da empresa e começou "a evitar os companheiros a fim de que não fosse culpado de algo que pudesse lhe causar

---

Essa "salada eslava" explica porque Konstantiovovas distribuía o *Pravda* "nos refeitórios da própria fábrica". Investigação, nº 68, 5/3/51. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 59.

[233] "General Motors do Brasil", s.d. (provavelmente março de 1951). Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 67.

sérios aborrecimentos"; algo como uma detenção, uma dispensa, uma descompostura, uma entrevista com MacHale, uma advertência da chefia. Transtornos esses a pairar sobre a cabeça de Zefinas Selesnovas, irmão de Vassilic (o depoente suspeito de entregar *A Luta*), o qual era tido como "fervoroso adepto do comunismo". "Candidatos de Prestes", defensores do abono de Natal, militantes ligados a Godói Duarte, trabalhadores simples e humildes, todos eram objeto de vigilância, investigação, paranóia e desejo.[234]

"Depois de uma longa ausência, volta novamente [*O Facão*] a ocupar seu lugar de luta dentro da empresa". Na sua nova fase, datada de agosto de 1951, assim reapresentou-se o número de lançamento do "jornal dos operários" da GM. Afiada, a gazeta reafirmou seu mote: denunciar as arbitrariedades dos "gringos" e bater-se pelas reivindicações dos trabalhadores em prol de "mais liberdade dentro da fábrica". Ao retomar as reivindicações por melhores condições de trabalho, *O Facão* voltou a berrar por "Água! Água!". "Pegar um espião e dar-lhe uma surra é um bom início", desabafou na continuação, mas os redatores ponderaram que o melhor era isolá-lo das rodinhas. (Seria melhor procurá-los nas células.) Implacáveis "amigos" de Varela (certamente Serafim-Corraini era um deles), participaram de sua distribuição. Esperava-se que Gava, Manoel Costa e Sebastião de Almeida viessem a passá-los a seus colegas na manhã de 29 de agosto.[235]

O Facão realmente entrava numa nova fase quando ligou a luta salarial à volta ao SMABC. Abandonando em definitivo a linha de paralelismo sindical, o folheto aposta na ampla participação operária como meio de reviver do sindicato de 1945. Ao mencionar o acordo fechado na greve de dezembro de 1951, censurou os aumentos desiguais fixados pela firma e agitou uma palavra de ordem universal: "quatro mil operários da GMB reivindicam salário igual para trabalho igual". Esses deviam então "exigir" uma assembléia, apesar dos "pelegos". Nem tudo foi novidade, pois o problema do fornecimento de água continuava. Tendo chegado as primeiras queixas enviadas pelos trabalhadores, o boletim divulgou os maus tratos de José Vieira, vulgo "Zé Caninha", aos trabalhadores. Esse teria gritado com sete trabalhadores na fila do bebedouro porque estavam perdendo tempo. Irritado com o fato de Vieira querer "ganhar para os patrões até os segundos que os

---

[234] "General Motors do Brasil", Aesp, fonte já citada.

[235] Investigação, nº 274, 28/8/51. *O Facão*, nº 1, agosto de 1951 (nova fase). Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 69.

operários gastam para tomar água", *O Facão* ironiza: "será que está pensando que todo mundo é 'Zé Caninha', que não precisa de água?".[236]

Reanimado, *O Facão* era um vetor da luta operária no local de trabalho. Às 20h30 do dia 2 julho de 1952, o plantão do Deops recebeu "comunicação do dr. delegado de São Caetano de que alguns indivíduos, no interior da GM, estavam distribuindo boletins e incitando os operários a entrarem em greve". Para o local, seguiram o delegado e dois soldados.[237] Com efeito, a ameaça que os metalúrgicos pecebistas de São Caetano representavam não era controlada facilmente. Adversários de um diretório anticomunista e colaboracionista, o sinal de sua rearticulação era evidente. Enquanto que os folhetos de fábrica eram uma amostra das atividades das células, a mobilização nas ruas deveria prover a soma de que a oposição carecia para fortalecer-se.

Como era de se esperar, a GM amolou o facão. Um investigador incumbido de aprontar relatório, após "prolongado contato com o chefe de Pessoal daquela Indústria e outros elementos de informações", explicou aos seus superiores que um estrangulamento no fluxo da importação de autopeças provocara uma queda de 130 veículos na montagem diária de 150 Chevrolet. Por isso, alegando circunstâncias alheias à sua vontade, a empresa requisitaria permissão ao MTIC para demitir e reduzir a jornada com redução salarial. O ministério aprovou 80% do pedido e permitiu a diminuição da jornada, fixada para os sábados. Desculpando-se pelos prejuízos que as medidas provocariam aos operários, a polícia edulcorou a notícia. Dos 37 "comunistas fichados no Dops", apenas uma "quantidade mínima" viria cortada.[238]

Em resposta, um grupo de ativistas se reuniu e decidiu distribuir um boletim nas imediações da fábrica deplorando as medidas, exigindo o pagamento dos dias do Carnaval anterior e dos sábados suspensos. Estudou, adicionalmente, a recolocação de militantes na GM para a recomposição das forças. Por fim, deliberou agitações em torno do processo trabalhista de 21 empregados insatisfeitos com o não-pagamento dos dias

---

[236] *O Facão*, nº 3, abril de 1952 (nova fase). Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 70.

[237] Nota de plantão policial, 2/7/52. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 71.

[238] Comunicado, 31/8/53. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 76.

supramencionados. Desses queixosos, "só" 18 "ainda" eram empregados.[239]

Como *só* 18, se 18 são maioria esmagadora em um universo de 21? O agente policial pode ter errado na ponderação das quantidades, mas prognosticou a sorte dos trabalhadores em contato com os sindicatos para defenderem-se. Podiam ser postos na rua com demissões, ou pelas guardas em caso de greve branca, assim como ficar marcados:

> "conforme informação de 31/8/53, a General Motors (acordo com o Ministério do Trabalho) dispensou 40% de seus operários, entre os quais João Sanches, secretário da célula que age naquela indústria".[240]

Apesar do acordo com o MTIC, a militância ainda teve energia para sacar mais um *Facão*. No seu quinto número, ele protesta: "quando os gringos querem arrancar a produção, nos obrigam a trabalhar dez e 12 horas por dia e mesmo aos domingos o dia todo". Com os falatórios a respeito de um "fracasso total da produção", vieram as demissões, a redução da jornada para "apenas cinco dias da semana" e uma "diminuição brutal" nos vencimentos. Bem-informados, os redatores denunciaram Varela como homem da Ordem Política e Social a soldo de GM. Esquivo, Corraini não foi descoberto. As revistas em que os operários os "apalpados" e "humilhados" foram novamente repudiadas, mas, em acréscimo, *O Facão* responsabiliza a chefia pelas afanações, alegando ser impossível para os trabalhadores darem sumiço nas peças enquanto seus superiores trafegavam com seus autos sem serem inspecionados.[241]

A resolução de pressionar o andamento do processo trabalhista citado acima foi entregue a Carlos Simoni que, dentro da fábrica, estimulava a mobilização por uma assembléia no SMABC. Pelo que consta, os dirigentes do SMABC pretendiam tirar uma comissão entre os queixosos. Por sua vez, no seu Aviso aos Operários, a empresa deixou expresso só admitir a ausência de 14 empregados, que representariam outros 174, quando de nova sessão na Junta de Conciliação. Qualquer um fora dos 14 nomeados, advertiu, estava se expondo à punição por indisciplina. Com isso, talvez visassem a esvaziar a campanha da oposição, pois a polícia temia a promoção de passeatas à DRT. Ao contrário

---

[239] Comunicado, 31/8/53, Aesp, fonte já citada.

[240] Aesp, setor Deops, 50-B-270, fls. 57.
Como veremos, João Sanches se empregaria na Willys anos depois.

[241] *O Facão*, nº 5, julho-agosto 1952 (nova fase). Aesp, setor Deops, 30-B-7, fls. 25.

do SMABC, o PCB procurava mobilizar os trabalhadores nas fábricas. Nas fábricas. Não só na GM, mas também na Rayon Matarazzo, cuja célula, em expansão, prometia uma greve pelo abono de Natal de 1953.[242]

Uma "união de aço" — era o que o sexto *Facão* afirmava ser necessário para o ganho da causa. Entre as notícias dadas, o retorno de Adalberto Bogsan dos EEUU foi mal-vindo pois chegara dispensando na fábrica nova, de geladeiras Frigidaire, e aumentando o ritmo da produção, que já era intenso. Quando o delegado de Polícia de São Caetano enviou ao Deops um exemplar apreendido, o folheto recebeu comentários diferentes do habitual desdém. Um policial oficiou: "pelas notícias nele insertas, depreende-se que os seus autores estão muito a par de cousas internas da aludida firma". Em paralelo, alguém recolheu outro exemplar. Cinco militantes o entregaram nos portões da empresa, mas apenas João Sanches foi identificado. Ao fazê-lo, "davam vivas ao PCB". O policial acreditava que o boletim era rodado na casa de "Silva", "tido como mau", e que "sempre" consigo portava uma "automática". Oposto de Simoni, considerado "retraído" por temer a perda de seus 14 anos de emprego na GM, aonde era encarregado, "Silva" era foragido da polícia desde que ateara fogo em uma cadeia. No final, o investigador destacou que dispunha de um "infiltrado", deixando ao arbítrio de seus superiores a determinação do momento para um pedido de busca e apreensão.[243]

Sem dúvida, enquanto não se livrasse de Serafim-Corraini, o PCB permaneceria exposto em uma de suas mais importantes e valorosas bases operárias. Pelas células da GM passavam ligações com outros núcleos do ativismo operário anticapitalista do ABC, elos divulgados no próprio *Facão*, havendo menções à Rayon Matarazzo, IRFM e Louças Adelina. Evidentemente, sua presença na GM estava estruturalmente comprometida. Quando uma célula se reuniu no dia 22 de novembro de 1953, os presentes montaram uma pauta com os comunicados de Prestes, os informes sindicais e as tarefas, entregando-se ao debate do segundo ponto. Quanto às obrigações, eles decidiram difundir um panfleto em homenagem à Revolução de Outubro de duas maneiras. A primeira ficou a cargo de... Serafim-Corraini, que deveria largar 50 volantes nos armários de colegas próximos aos

---

[242] Comunicado, 22/10/53. "Aviso aos Operários", 27/10/53. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 77, 78.

[243] *O Facão*, nº 6, novembro de 1953 (nova fase). Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 80. Ofício, 16/11/53. Comunicado, 16/11/53. Comunicado, 18/11/53. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 80, 81, 83.

membros da célula. A segunda, de maior envergadura, deveria contar com a presença do temido "Silva" e de Sanches. Em acréscimo, Gava fez seus camaradas saberem que estava organizando uma turma na ferramentaria com o objetivo de diminuir a produção. Com isso, ele esperava conquistar aumento salarial — um claro precedente para a obtenção do abono natalino — ou a demissão de um engenheiro, porque este exigia "o máximo" dos trabalhadores.[244]

Além desse acompanhamento capilar, o Deops poderia ser municiado com dados da movimentação dos dirigentes pecebistas. Bastava que Corraini aplicasse o seu codinome *policial* ao pé da letra e, assim, subisse na hierarquia *partidária*, tornando-se um *anjo seráfico*, da primeira grandeza. Degrau acima, no dia primeiro de 1954, o espia foi abordado por Ament, que lhe deu a coordenada de aguardar um automóvel às 22h20 na Rua Silva Bueno, 1209. Ele deveria levar pertences como "pijama, pasta de dentes e uma escova". "'Agachem bem'", foi outra coordenada ouvida. Sob vigilância de um camarada que Serafim — "nosso reservado" — não conseguiu identificar, o Dodge arrancou. Sem ter conseguido anotar a placa, Corraini reconheceu um outro passageiro, "Josson", nome de guerra de um operário da Ford. O trajeto, apesar da atenção prestada, também não foi descoberto. Dezoito comunistas estavam reunidos num salão cujas janelas estavam cingidas por pano azul escuro. Além de GM e Ford, havia ativistas da Pirelli e da Rayon. Um dos professores do curso foi Diógenes Arruda Câmara, que, sob a presença de Prestes, dissertou sobre o programa do partido. Depois de ter se servido da última refeição na noite de domingo, preparada por duas companheiras (uma delas esposa de Ament), Serafim-Corraini continuou buscando um modo de identificar a localização do lugar onde estava instalado. Soube apenas informar que o curso continuaria a ser dado nos finais de semana e que, no domingo seguinte, estaria distribuindo o *Notícias de Hoje* com Bruna Mazzo e Vitório Gava pelos bairros de Santo André.[245]

Segundo uma fonte aparecida recentemente — um livro autobiográfico —, Prestes não comparecia a esses cursos de formação por causa do seu esquema de segurança pessoal. Descontada a eventual autopromoção do informante acima, os outros dados conferem com o relato de *Herança de um Sonho*. Depois de passar num curso Stalin, Marco

---

[244] Comunicado, 25/11/53. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 85.

[245] Comunicado, 5/1/54. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 86.

Antônio Tavares Coelho foi designado pelo PCB para dar aula para operários, o que fez inicialmente no Rio. "Os alunos", ele relata, "eram levados sexta-feira à noite e o curso se encerrava no domingo. Eram operários e operárias que haviam se destacado em movimentos grevistas". Transferido para São Paulo em setembro de 1953, o alunado era o mesmo, mas o clima era de raro entusiasmo. Depois da onda paredista do primeiro semestre, o professor dava aulas para militantes agrupados por Antônio Chamorro (dirigente têxtil) e Eugênio Chemp (dirigente metalúrgico), sendo vários deles oriundos de 20 células em grandes empresas.[246]

Em fevereiro de 1954, Serafim-Corraini estava encarregado da secretaria política de uma célula na GM. Numa reunião descrita por ele, os nomes entregues à polícia são todos novos. Repetido, só o de Gava. Apesar dos duros golpes da aliança empresarial-policial, o ativismo de base apresentava notável capacidade de resistir na GM, mostrando disposição para formar uma comissão que se entendesse com a administração sobre um reajuste nos vencimentos. Em paralelo, a célula da Rayon Matarazzo crescia e contava com "90 elementos". Reunida no dia 5 de março de 1954, estava se preparando para uma jornada de concentrações operárias do ABC, programada para o dia 17 seguinte. Primeiro, pretendia-se paralisar a Rayon Matarazzo, de onde sairia um piquete para interromper o trabalho na GM. Os comunistas também decidiram fazer um apanhado das "irregularidades" na fábrica da GM para levá-las à redação de *Notícias de Hoje*, a quem pediriam o envio de fotógrafos para o local.[247]

Era demais. Avessa à sua inclusão em pauta de jornal comunista, assim como farta com mais um aviso de paralisação, a GM resolveu liquidar os sobreviventes à repressão de

---

[246] Coelho, *Herança de*, pp. 145-149. Identicamente, a autobiografia de Hércules Corrêa desautoriza a inclusão de Prestes como professor dos cursos Stalin, discriminando os nomes de Jacob Gorender, Mário Alves, Carlos Marighella e Diógenes Arruda. Entre os alunos "sindicaleiros", Rolando Fratti. Ver: *Memórias de*, op. cit., pp. 7-8.

Soldador e filiado ao SMSP em maio de 1951, Eugênio Chemp nasceu em Kiev (Ucrânia) e chegou ao Brasil aos sete anos em 1923. Na polícia, esclareceu que "requereu e obteve a naturalização justamente quando era futebolista, no Rio de Janeiro, no Botafogo de Regatas Futebol Clube", afirmando dispor, nos "seus guardados em casa", de documento comprobatório com a firma de Getúlio Vargas, datado em 1942. Após informar sua condição de ex-combatente constitucionalista em 1932, quando serviu o 3º Batalhão de Justiça, Chemp defendeu a exploração do petróleo pelo Estado para que o ouro negro não fosse "entregue a trustes estrangeiros". Ver: Termo de Declarações, 25/7/49. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 112.

Antônio Chamorro, líder sindical têxtil, era pecebista e foi dirigente de relevo da Greve dos 300 Mil (1953).

[247] Comunicado, 8/2/54. Comunicado, 10/3/54. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 87, 88.

Dutra, ao seu anticomunismo e à radicalização pecebista do período 1949-1952. Esse assalto foi indiscretamente registrado por um orgulhoso Deops. Em 1955, ao reunir informações sobre o Triângulo, um policial agrupou as indústrias com células fabris "mais ativas e crescentes". Se a GM não figurava mais, reapareceram as IRFM, a Rayon Matarazzo, a Cerâmica São Caetano e — "muito especialmente" — a Atlas, "onde se reintegraram os mais renhidos militantes comunistas depois do serviço de neutralização que levamos a efeito na General Motors, por solicitação daquela Diretoria, no ano próximo passado". Um dos dispensados foi Manoel Costa, que antes distribuíra *O Facão*.[248]

Leia e passe adiante, com essa frase, que podia ter sido retirada do *Facão*, os revolucionários de uma esquerda perseguida, particularmente os da AP (Ação Popular), instruíam os leitores dos boletins e mosquitos largados nas fábricas do ABC em fins dos anos 60. Entrelaçadas na agitação de resistência e mobilização dessa data, as experiências das organizações leninistas no meio operário são consideradas como decisivas para a ruptura do "novo sindicalismo" com o movimento operário do pré-64. Como prova, são fornecidas as evidências das paralisações, choques, protestos, comitês e boletins. Sem ter se recuperado completamente do declínio provocado pela repressão e pela radicalização advindas com o governo Dutra, o PCB perdeu representatividade nas empresas, mas não deixou de resistir e de voltar a crescer dentro delas, promovendo paralisações, choques, protestos, comitês e boletins. Enquanto a historiografia inspirada em Weffort negava esses fatos, a polícia vinha alimentando seu arquivo.[249]

---

[248] Relatório, nº 565, 25/8/55. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 1239.

[249] Uma fonte muito usada para demonstrar a germinação do associativismo de base no meio operário do ABC é *Uma Experiência junto ao Proletariado*, de Paulo Torres (pseudônimo de Cido Faria). Chile, mimeografado, 1972.

Para as idéias de Weffort sobre o movimento operário e o populismo, ver: Weffort, Francisco, *Participação e Conflito Industrial: Osasco e Contagem, 1968*. Col. Cadernos Cebrap, nº 5, 1972. Weffort, Francisco, "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil". In: *Estudos Cebrap*, nº 4, 1973. "Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões para a História do Período 1945-1964". In. *Revista de Cultura Contemporânea*, nºs 1 e 2, 1978, 1979; *Revista de Cultura e Política*, nº 1, 1979. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

A historiografia que adota essa abordagem será debatida no capítulo "A Greve dos 400 Mil".

DE VOLTA AO SMABC

Tomada em 1952, a decisão pecebista de retornar à disputa da estrutura sindical oficial não foi seguida de êxitos fáceis.[250] Nesse ano, no caso do SMABC, a oposição apenas conseguiu abrir espaço para Philadelpho Braz e Cassiano Medeiros na diretoria eleita nesse ano. Como missão, ambos deviam preparar o terreno para a volta dos cassados de 1947, tarefa na contramão dos planos de continuísmo do ex-presidente da junta governativa (o substituto do interventor), Rafael Martins da Silva, agora eleito presidente.[251]

De fato, não seria nada fácil, pois o movimento sindical padecia da "síndrome da ditadura":

> "tudo tinha que se pedir de chapéu na mão, com requerimento, aquele formalismo que o Ministério do Trabalho impunha. Existia uma luta sindical, mas era inibida, porque os sindicatos continuavam sob o tacão daqueles que foram colocados por Eurico Dutra. No seguimento de seu governo, Getúlio Vargas não fez nada, ele deixou o que o outro fez, todos os interventores e juntas governativas nomeadas (...) mesmo porque ele tinha interesse em controlar os sindicatos através do Ministério do Trabalho".[252]

Nas eleições de 1954, a esquerda se reaglutinou numa chapa de oposição e venceu. Venceu mas não levou. De acordo com Braz, depois de receber um telegrama de Martins da Silva, Napoleão de Alencastro Guimarães, ministro do Trabalho de Café Filho, "decidiu anular as eleições e mandou que fossem realizadas outras, sem data marcada". No poder, Martins da Silva destilou seus incômodos nos editais mais corriqueiros, como as convocatórias para assembléias gerais. No edital de 13 de julho de 1955, ele chama a oposição de "comunistas boateiros" e de "destruidores do Sindicato". Em seguida, quis estigmatizá-los, afirmando que "nem pertencem ao quadro de associados". Por fim, ameaçou-os com punições "de acordo com os estatutos em vigor".[253]

---

[250] Sobre a política sindical do PCB, ver: Buonicore, Augusto, *Os Comunistas e a Estrutura Sindical Corporativa (1948-1952)*. Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 1996.

[251] Militante sindical desde 1947 pelo menos, quando era da Firestone, Cassiano Medeiros integrou, em 1953, uma célula na Pirelli. Participou da Greve dos 400 Mil em 1957. Depois, é possível que tenha se empregado na Vemag e, em seguida, na Mercedes (em 1959). Aesp, setor Deops, fichas remissivas.

[252] Entrevista de Philadelpho Braz ao PMO-Cedi, 23/8/85.

[253] Valim, *50 Anos*, op. cit., p. 51. Oliva, *Imagens da*, op. cit., p. 85.

Para seu agrado, entre ele e o MTIC estava Carlos Bueno, funcionário de carreira da DRT. Segundo suas próprias declarações ao assessor trabalhista do consulado estadunidense em São Paulo, Bueno "ativamente buscou controlar e restringir as atividades" dos sindicatos integrantes do Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Para tal, lançou mão de "meios públicos e secretos", como a infiltração de informantes e agitadores nos encontros. Na direção do DNT, Gilberto Crockatt de Sá[254] secundava o ministro Alencastro Guimarães recomendando a anulação de duas eleições no Rio, entre bancários e ferroviários, para impedir a posse (ou seja, a volta) de comunistas a direções sindicais. Na Câmara dos Deputados, em 2 de setembro de 1955, o ministro defendeu suas idéias e atacou o PCB. Aparteado pelo deputado Frota Moreira (PTB), que aludiu a reacionários e fascistas, o orador retrucou fazendo ver que estava do lado da lei.[255]

Nessa época, a estrutura do MTIC representava uma máquina política decisiva para a governabilidade do país. Os observadores estadunidenses, a propósito, eram muito atentos ao seu poderio, haja vista responder pela supervisão de programas de habitação popular, controle de preços, distribuição de cestas básicas, empresas de seguridade privadas, previdência social e de planejamento do bem-estar social. Já o DNT era responsável pelas divisões de Fiscalização, de Higiene e Segurança do Trabalho, de Organização e Assistência Sindical. Havia, ainda mais, toda a rede das delegacias regionais nos estados. Nos cálculos feitos, quando as forças de renovação do sindicalismo começassem a ampliar sua influência sob e sobre o MTIC, a balança de forças oscilaria perigosamente, especialmente se o ex-ministro Goulart estivesse no poder. Quando Bueno saiu da DRT para o DNT, ele especulou com o adido trabalhista Salert que os generais do Exército, bem como outros oficiais, "nunca" deixariam Jango tomar posse como vice-presidente de Kubitschek.

---

[254] Crockatt de Sá era procurador da Justiça do Trabalho e foi nomeado por Jango (quando ministro do Trabalho) para o DNT, sendo mantido na gestão de Café Filho. Posteriormente, seria o assessor trabalhista do presidente Jango. Nas suas memórias, Mazzo reservou-lhe ácidos comentários. "'Ele era nada mais nada menos do que fiscal (dedo-duro) dos sindicatos, para que estes não se colocassem, nem por palavras, contra o Estado Novo". "'Cachorrada, seus filhos da puta,'" teria xingado Crockatt ao final de um ato do PCB de Santo André em 1945. "'Vocês me enganaram. Passaram (...) por getulistas e não passam de sórdidos comunistas'". *Memórias de*, op. cit., p. 104.

[255] "The Communist Labor Unity Pact in the São Paulo Area". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4309, 832.062/1-357. "Quarterly Labor Review - Fourth Quarter". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.06/1-555. "Labor Minister Presents his Program to Federal Congress". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.06/9-2155.

Se eles o haviam afastado do MTIC em 1953, não permitiriam sua volta aos superiores escalões do poder executivo.[256]

Para a realização de um escrutínio limpo entre os metalúrgicos do ABC, foi preciso esperar pela indicação de Nelson Omegna (o "companheiro de Campinas") para o MTIC, que apoiou propostas levadas à sua apreciação por uma delegação encarregada de avistá-lo no Rio de Janeiro. "Fomos muito bem tratados", sublinhou Braz. Quando chegaram as "ordens" determinando nova edição dos pleitos, realizados em 1956, voltaram aqueles que haviam sido mantidos à parte.[257] Encabeçada por Henrique Lopes (da Pirelli, indicado para o comando por não ser comunista), essa chapa apresentava pecebistas em postos chave, como Serafim-Corraini, Lindolfo, contando ainda com o mesmo Braz, que não era de partido algum.

Para este, se o novo presidente eleito, Juscelino Kubitschek, era um "conservador", também era "a única alternativa política" daquele momento. Com um sinal trocado quanto à orientação política, JK talvez pensasse quase o mesmo. Ambos vislumbravam ganhos se mantivessem uma convivência diferente da política de repressão do general Dutra ou de controle e espionagem de Café Filho. Por causa de alianças também com deputados na Câmara Federal (como Almino Afonso), "a vida dos sindicatos melhorou". Melhorou, mas não resolveu, pois a Presidência "não mandava muito aqui em São Paulo. Aqui, no ninho dos capitalistas, quem mandava muito era a direita, a reação". Em compensação, o Catete representava seu papel de fazer "vista grossa". "Contanto que apoiasse o governo, não tinha problema". Ao mesmo tempo,

> "em outras atividades, se você fosse parar uma fábrica, você entrava no cacete. Eles já pensavam em intervir no sindicato porque aqui mandavam eles, não importa quem fosse o presidente da República, a orientação saía

---

[256] "Table of Organization, Brazilian MTIC". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.06/1-1255. "Conversation with Carlos Bueno, new Director General, National Department of Labor". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.06/8-2555.

[257] Ex-advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, Omegna pertenceu à UDN antes de entrar no PTB, sendo ministro do Trabalho entre novembro de 1955 e janeiro de 1956, época em que também era deputado federal. Talvez, não fosse tão "companheiro" assim. Um assistente especial seu era o ex-coronel Pio dos Santos, promovido a general de brigada para servir de elo entre o Ministério do Trabalho e as FFAA. Com o encargo de trabalhar "em cooperação com grupos sindicais e empresariais", executou programas "contra a incursão comunista dentro do movimento sindical". Ver: "Visit with General Rafael Pio dos Santos, Special Assistant to the Labor Minister". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.06/12-655.

> da Fiesp. A Fiesp era aí no Viaduto Dona Paulina, na época do senhor Antônio Devisate, o sapateiro de Franca. E esse dr. Gabriel Saad era o mentor político, político e policial. Então nós tomamos posse mas você percebia que tinha uma marcação cerrada em cima da gente".[258]

De todo modo, Braz, Lindolfo, Corraini, Cataruzzi e outros, podiam finalmente atuar com alguma desenvoltura a partir da máquina sindical. Por causa disso, o Deops deu continuidade à cobertura aos patrões. Adicionalmente, retomou o policiamento do sindicato. Se o anticomunista Martins da Silva não estava mais no seu comando, havia, à testa de sua Tesouraria um *bom* elemento comunista, Ernesto Corraini. Em sua folha corrida de 1956, montada exatamente a pedido da Delegacia de Política de Santo André (DPSA), que queria saber quem era o recém-eleito, o Deops citou relatório de 5 de abril de 1951 onde se lê que o novo tesoureiro "já por diversas vezes prestou úteis informações a este Departamento".[259]

Em boa medida, o grupo assombrado por Serafim deu continuidade ao trabalho que desenvolvera na oposição. "Eram sempre lutas por fábrica", localizou Braz. "Quando se levantava alguma reivindicação, se procurava aqueles que detinham alguma liderança e se formava uma comissão para levar à frente", o que significa dizer, no seu modo de ver, que "a comissão de fábrica sempre existiu", embora "clandestina", no máximo tolerada. "Essas comissões surgidas nas reivindicações não eram fixas" porque não tinha como, visto que "o empregador não queria saber disso". Antes de entenderem-se com seus funcionários, as empresas queriam "produção, produção e produção".[260]

Entre outras reivindicações, a nova diretoria passou a defender a conquista do salário família, o abono de Natal e um reajuste salarial válido para todos os metalúrgicos do Triângulo do ABC. A razão de ser dessa última reivindicação, Braz explica, era porque "cada fábrica fazia como queria", não havendo, pois, contratação coletiva de salários.[261]

---

[258] Entrevista de Philadelpho Braz, 16/10/96, Confederação Nacional dos Metalúrgicos e Museu da Pessoa, fonte já citada.

[259] Folha corrida, 1954. Aesp, setor Deops, 30-B-7, fls. 33.
Após o Golpe de 64, Corraini continuou prestando serviços à reação, sendo designado interventor no Sindicato dos Químicos de Jundiaí.

[260] Entrevista de Philadelpho Braz ao PMO-Cedi, 23/8/85.

[261] Valim, *50 Anos*, op. cit., p. 52.

Embora os acordos fossem em separado — e apesar de os entendimentos trabalhistas nas fábricas poderem acontecer sem interferência permanente da direção —, a maioria dos dirigentes não prezava o isolamento, preferindo estreitar as relações do SMABC tanto com o chão das fábricas quanto com o PUI.

Correntes Sindicais

A vitória da frente de centro-esquerda no SMABC foi somar-se ao SMSP na briga pela FMSP, cuja direção no biênio 1957-59 ficou nas mãos. Muitas vezes reclamada pela base pecebista, esta coalizão capitaneou o bloco das esquerdas no movimento operário brasileiro com uma plataforma nacional-reformista. Gravitando em seu entorno com órbitas flutuantes de acordo com a conjuntura política, a Frente Nacional do Trabalho (FNT), de orientação cristã sem ser anticomunista, os "renovadores" (dentre estes, a mesma FNT), os trotskistas e os socialistas complementavam o dito bloco.[262]

Iguais defensores de um projeto de desenvolvimento socioeconômico centrado na máquina estatal, outros sindicalistas do PTB se valiam de posições diferentes. Se os "radicais" se voltavam para o PCB, os "ministerialistas" fechavam com dirigentes que iriam formar, em maio de 1961, o Movimento Sindical Democrático (MSD). O PCB, este também, comportava divisões e "rachas". A luta interna entre a ala "baratista" (isto é, leal a Agildo Barata) e a ala do "partido" (isto é, os prestistas) expeliu a primeira, a qual foi juntar-se, em 1959, ao Movimento de Renovação Sindical (MRS).[263]

Reunindo dissidentes do PC, "independentes" e cristãos antagônicos aos Círculos Operários (estes últimos de orientação anticomunista), devido à sua linha programática — oposição à manipulação, desejo de separar o movimento operário do Ministério do Trabalho, horror da corrupção e dos "pelegos amarelos" (os "ministerialistas" ou os

---

[262] Sobre a FNT, ver: Jesus, Mário Carvalho de (org.), *Cimento Perus. Quarenta Anos de Ação Sindical Transformam Velha Fábrica em Centro Cultural Municipal.* Coleção Cadernos para Mudar, nº 2. São Paulo, JMJ, 1992.

[263] Costa, Sérgio Amad, *Estado e Controle Sindical no Brasil.* São Paulo, T. A. Queiroz, 1986, pp. 107-118. Mattos, Marcelo Badaró, *Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de Janeiro (1955-1988).* Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998, p. 124.

Para Benevides, o ministro do Trabalho Segadas Viana preferia os "ministerialistas", a quem estimulava e promovia. Teria sido, a propósito, o primeiro petebista a denunciar a ameaça da "República Sindicalista". Não por acaso, foi alvo de uma moção de repúdio do SMSP, que o criticou por ser "conivente com o falso trabalhismo". *O PTB*, op. cit., p. 107.

"democratas") e dos "pelegos vermelhos" (PTB-PCB), simultânea desconfiança do socialismo real e dos EEUU, recusa do imposto sindical, exortação à participação dos trabalhadores na base e defesa de uma central sindical única —, o apelo do MRS alimentou esperanças de uma terceira via.[264]

Harding foi perspicaz em registrar a crítica do MRS aos comunistas. No seu plano de buscar a hegemonia do movimento sindical — empunhando a bandeira da unidade —, os pecebistas, após o término do mandato de chapas de composição, ampliavam sua influência excluindo "de uma posição de liderança qualquer um que fosse independente e militante". Em seu lugar, "toleravam indivíduos ineficientes e corruptos, mas que aceitavam sua linha".[265] Porém, ainda resta explicar a presença, entre os renovadores, de Geraldo Santana de Oliveira, presidente do Sindicato dos Borracheiros de São Paulo, São Caetano e Santo André.

Segundo um relatório policial, quando os comunistas preconizaram o desmembramento do supracitado sindicato dos borracheiros, estimulando a criação de uma associação profissional para o ABC, eles exploravam descontentamentos existentes na base com a alegação de que os borracheiros do Triângulo estavam muito isolados. Dentro da Pirelli e da Firestone, "a propaganda" era "feita por encarregados das seções, empregados estabilizados". Com os préstimos de seu preposto local, quando Santana de Oliveira tomou conhecimento do movimento e prometeu "combatê-lo" em conversa com o adido trabalhista estadunidense Fishburn, este último saiu com a impressão de que os métodos do autoproclamado "combatente anticomunista" eram "praticamente arbitrários", sugerindo uma desafinação com o programa do MRS. Provavelmente, Santana de Oliveira apenas necessitava do abrigo de uma corrente para defender-se e atacar seus adversários. (Outro aspecto da pouco conhecida trajetória do "apolítico" MRS foi sua ligação com Jânio Quadros, alinhamento responsável por seu declínio e dissolução.)[266]

---

[264] Harding, *The Political*, op. cit., p. 339-342.

Um apaixonado artigo sobre o MRS foi escrito para refutar "acusações" aos renovadores. Entre elas, a de ter sido financiado pelo Ibad e de ser fruto dos planos brasileiros da Orit ou, ainda, a de ser apoiado pelo *Estadão*. Ver: Faria, Paulo de T. B. de, "Considerações sobre o Movimento Renovador Sindical". In: *História: Questões & Debates*, nº 3, 1981. Entre os críticos contemporâneos do MRS, ver: Costa Neto, Carlos Renato, "O Que É o Movimento de Renovação Sindical". In: *Revista Brasiliense*, nº 32, 1960, 59-87.

[265] Harding, *The Political*, op. cit., p. 342.

[266] Relatório, 20/11/56. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 519. "Free Labor *versus* Controlled".

Embora momentânea, a supracitada chegada dos comunistas ao comando da FMSP era sinal de que as esquerdas podiam colonizar a estrutura sindical oficial. Esta ameaça reuniu o "circulismo" (nome dado ao movimento dos círculos operários católicos) e os dirigentes anticomunistas de federações e confederações na corrente dos "democráticos", da qual proveio o MSD. Favoráveis à livre iniciativa, os "democráticos" eram representados pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Antônio Magaldi e foram apoiados pela Ciosl — via Orit, que administrava o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil) — e pelos EUA, seja por meio das relações internacionais da central sindical American Federation of Labor–Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO), seja por meio do programa Point IV (programa do governo dos EUA para países subdesenvolvidos).[267]

Segundo Dreifuss, o MSD era controlado pelo complexo Ipes-Ibad (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e operava como "'mascote político'" de Ademar de Barros (PSP) e Herbert Levi (UDN). Também proporcionava apoio a Lacerda entre o operariado da Guanabara, de quem, aliás, recebera sustentação para abrir uma representação no estado. O favorecimento estadunidense que o MSD recebia provinha tanto da Orit (representante da Ciosl na América Latina) e do Iadesil (associado à Central Intelligence Agency, CIA, e à Agency for International Development, AID).[268]

Surgido durante a Greve dos 300 Mil em 1953, o PUI reativou a aliança entre nacionalistas do PTB e militantes de base do PCB assim como abrigou lideranças sindicais janistas e ademaristas, as quais, em certa medida, não diferiam muito do PTB. Não repudiavam o varguismo, também iam ao encontro do "povão" (tanto nos bairros operários quanto na longínqua periferia), não discriminavam os migrantes nordestinos, apoiavam o trabalhismo sindical exaltando a outorga da legislação trabalhista e faziam acordos com os comunistas. Além desses competidores, o PTB não era dono também da ideologia

---

Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4310, 832.062/3-758. Harding, *The Political*, op. cit., p. 507.

[267] Harding, *The Political*, op. cit., p. 501 e ss.

Para um período anterior, ver: Welch, Cliff, *United States Labor Policy and the Politics of 'Ordem e Progresso' in Brazil, 1945-1950*. Maryland, dissertação de mestrado apresentada à University of Maryland, 1987.

[268] Dreifuss, René, *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981, pp. 311-319.

trabalhista, havendo pequenas agremiações à parte.[269] Fracionado pelo facciosismo interno, o PUI foi dissolvido em 1959, dando lugar ao Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST).

Em poucas palavras, o sindicalismo dessas forças expresso por intermédio do PUI reconhecia tanto a dignidade do trabalhador brasileiro quanto seu direito à inclusão no sistema político como um cidadão vinculado a uma classe social. Não era uma intersindical que manipulava os migrantes por causa de sua — suposta — incapacidade de reconhecimento como classe operária. Se assim fosse, não haveria trabalhismo. Vargas não deu a cidadania aos trabalhadores. Vargas reconheceu a cidadania dos trabalhadores, regulando-a. Agradecidos, os agraciados não renunciaram ao conflito.

Segundo a comprovação de Jordan, quando o ministro do Trabalho João Goulart levantou a idéia de legalizar os comitês de fábrica existentes, em outubro de 1953, um memorando da Dops reprovou-o com veemência. De um lado, polícia antevia uma desfavorável alteração nas forças da Ordem Social, permitindo o crescimento do poder operário nas usinas. De outro, aludiu ao precedente para a "sovietização" do país,[270] embora, na verdade, a preocupação mais disseminada e urgente fosse com o que depois se chamou de República Sindical ou Quarto Poder.

No início dos anos 60, a aliança nacional-reformista do PTB e do PCB se cristalizaria no CGT, que esteve longe de ser um boneco nas mãos de Jango. Este, não por acaso, instruiu seu assessor trabalhista Crockatt de Sá a fomentar a União Sindical dos Trabalhadores (UST), pensada como rival do CGT e como espaço político aos trabalhistas insatisfeitos com o crescimento do PCB nos sindicatos e na estrutura confederativa. Contando com janistas e petebistas fiéis a Jango, um dos dirigentes da UST era Domingos Alvares, que derrotara a aliança PTB-PCB nas eleições de 1959 da FMSP.

Dois PCs (e um Terceiro)

Encontradas em pesquisas precedentes, as ambigüidades, contradições e oscilações do PCB ante o ativismo operário de base não seriam resolvidas com a Greve dos 300 Mil, mesmo tendo esta reaproximado o partido e as comissões de fábrica. Tais tensões — a razão

---

[269] Cardoso, Fernando H., "Populismo: Uma Crise no Estado". In: *Cadernos de Debate*, nº 1. São Paulo, Brasiliense, 1976, p. 37. Benevides, *O PTB*, op. cit., pp. 18, 58, 59, 62-64.

[270] *Contesting the*, op. cit., p. 261.

de se falar em dois PCs —, se prolongaram num desquite ziguezagueante; na verdade, uma separação coabitada na relação entre os movimentos e o partido.[271]

Enquanto os anos entre 1944 e 1947 forneceram a rara oportunidade de massificação do PCB, sua liderança nacional se pautou pela costura de uma conciliação institucional, buscando, em nome de um frente antifascista, a receptividade de uma força de centro. Na euforia de liberdade do pós-guerra, e em resposta aos acenos trabalhistas de Vargas, os movimentos sociais se batiam por direitos e reivindicações continuamente desrespeitados ou desdenhados pelas classes dominantes. Se essa disseminação de experiências de mobilização era cativada pela referência do PCB como a grande agremiação popular e antifascista, suas demandas também foram vistas pela direção comunista como interesses corporativos radicalizados, expressos, ainda mais, em iniciativas irrefletidas.

Essa duplicidade originou-se na fricção entre o apego do núcleo dirigente à sua auto-imagem de único ator capaz de entender e modificar o capitalismo e a proposição de o PCB ser expressão — institucional e social — das diferenças e conflitos vividos pelas classes subalternas, freqüentemente travados em torno de questões as mais básicas. Por um lado, tal duplicidade opunha pecebistas da linha oficial e pecebistas integrados aos movimentos verificados na incontrolável frente legal, ou "de massas". Para ambos, de qualquer modo, a luta de classes educava o operariado na sua arregimentação como classe.

Para os primeiros, o partido devia encarrilhar o processo real na bitola do projeto "Político". Devido à suas convicções ou às suas posições (podiam estar à frente de um sindicato cuja base tinha anseios próprios, podiam estar imersos na base com anseios diferentes da direção), para os segundos, o movimento de massas era o principal fator de mudança, dado ser o grande manancial de recursos humanos e organizativos. Com mais autenticidade, eram confiantes na independência das iniciativas vindas de baixo, observando sua irredutibilidade à máquina partidária. Contraditoriamente, esta última

---

[271] Garcia, Marco A., "Notas sobre o PCB nos Anos 40". Campinas, manuscrito, 1987. Paoli, Maria C., *Labour, Law, and the State in Brazil: 1930-1950.* Londres, tese de doutorado apresentada ao Birbeck College (Universidade de Londres), 1988, pp. 375, 397, 407. Costa, *Em Busca*, op. cit., pp. 43, 56, 82. Silva, *A Carga*, op. cit., pp. 109-113. Ver também: Harding, *The Political*, op. cit., pp. 364, 369. Para apreciações distintas, ver: French, *O ABC*, op. cit., pp. 152, 153. Wolfe, *Working Women*, op. cit., pp. 5, 135, 189.

Embora a Greve dos 300 Mil tenha representado um "triunfo" do ativismo operário de base, ela não instituiu um sistema de democracia sindical com a intensidade dimensionada por Wolfe. Sem dúvida, os trabalhadores estavam forjando ferramentas para suas lutas, mas não assumiram uma posição de progressivas distância e descrença da Justiça do Trabalho, do Estado e dos políticos. Ver: *Working Women*, op. cit., pp. 187 e ss.

geralmente fez do Estado o norte de sua atuação, seja para ocupá-lo, seja para tomá-lo, elegendo-o como provedor e cenário das mudanças.

Não é possível fazer desse contraste um antagonismo entre um PC das bases (democrático) e um PC da cúpula (maquiavélico). Tanto havia dirigentes com trânsito e representatividade nas bases quanto havia gente na base ambicionando uma carreira até a cúpula. Em certos momentos, verdade, os arranjos a que se chegava podiam opor a organização ao movimento, ou um partido de quadros a um partido de massas. Porém, em outros momentos, as diferenças são medidas entre o poder da máquina partidária e da máquina sindical — e nada mais.

Em 1944, por ser um desconhecido, um migrante capixaba foi ordenado, pela célula a que pertencia, a se infiltrar no sindicato dos têxteis. Nesse instante, o jovem e novato faxineiro da usina Vitória Régia ouviu a cifra que balizaria sua trajetória nos 20 anos seguintes. "Você deve ser um militante do Partido no sindicato e não um representante do sindicato no Partido! Entendeu?". Hércules Corrêa acredita que sim, que entendeu; e crê ter sido "atropelado" nessa bifurcação, quando Jango foi derrubado do poder, junto com o abate do CGT (do qual era dirigente).[272]

Ele próprio cai em contradição na sua autobiografia. "O partido mandou, a gente obedece e pronto", escreveu ao relatar uma "demonstração pública de hostilidade": a imposição do funeral de Stalin aos usuários da estação férrea de Triagem (Rio de Janeiro). O obediente militante estava em meio a um "bando de doidos", armados e mal-encarados, velando um imenso retrato do camarada ido. Três anos antes, sempre armado, tocara a vez de o partido parar a Odeon, contrariando seus empregados, os quais mal sabiam por quê deviam cruzar os braços. Ai deles:

> "tínhamos fé inabalável nessa compreensão do exercício da greve. E coitado de quem não tivesse. Coitado de quem não estivesse informado do verdadeiro significado de uma greve de fábrica ou discordando que sua luta por aumento salarial tivesse objetivos mais profundos".

Em outra passagem, o autor-personagem resiste aos desmandos e procura influir no rumo da política pecebista. "Tudo maluquice", indigna-se — criticando o tratamento dos

---

[272] Corrêa, *Memórias de*, op. cit., pp. 8, 50, 51, 59, 61, 62. As citações dos próximos três parágrafos foram retiradas desta fonte.

comitês centrais à militância. Identificando-se como um sindicalista *de* esquerda, e não *da* esquerda, Corrêa argumenta:

> "nós que trabalhávamos nos sindicatos, no dia-a-dia e na prática, estávamos cada vez mais distantes do pensamento da direção. E aqui é preciso deixar uma coisa bem clara – o PCB não era, nunca foi, apenas sua direção. Era o militante humilde que, além da carga às vezes desumana de trabalho, e dos encargos familiares, ainda arranjava tempo para cumprir tarefas partidárias".

Evidenciando lances da luta interna, ao relembrar seu Curso Stalin (1953), Corrêa escreveu que Diógenes Arruda se referia aos sindicalistas com o "apelido pejorativo" de "sindicaleiros". Na raiz das diferenças, explica, estava a Resolução Sindical de 1952. "Nada mais do que o reconhecimento de uma situação de fato", foi deliberado o reatamento das alianças entre pecebistas e petebistas nos sindicatos e nas empresas — admissão essa causadora de "arrepios em sectários como o Arruda". Para Corrêa, era preciso, primeiro, desconfiar do modo como o PCB movia oposição a "sindicalistas independentes" (relacionando-os à polícia e aos patrões) e identificar suas posições, chegando, enfim, a hora de fazer política.

Hoje, rompido há anos com o PCB, Corrêa não deixa de se lembrar dessas disputas:

> "quando chega (...) 1946, o Partido defende a política de apertar o cinto. Foi quando todos nós operários nos revoltamos contra aquela política e eu assumi dentro do Partido uma tendência a ser muito de oposição. Fui de tudo um pouco. Todos os 'ismos' dentro do Partido me deram. Eu reagia, porque entrei no Partido por causa da política que ele tinha. Eu não entrei porque tinha estatuto, porque tinha marxismo, porque tinha Lenin... Eu não queria saber disso".[273]

Entre personificar a referência da defesa do trabalhador e se credenciar como vanguarda política — bem como diante do contínuo pendor das classes dominantes para a instrumentação do operariado —, um tripartido PCB consistiu na principal força de transformação do movimento sindical durante os anos 1945-1964, seja dentro da aliança PTB-PCB, seja à esquerda, no meio das organizações anticapitalistas.

---

[273] *A Contradita*, op. cit., p. 81.

Robert Alexander situa o ascenso a essa posição no acordo selado entre Prestes e Vargas, em 1945.[274] Apesar da ditadura estadonovista, Prestes desde logo pronunciou-se favorável à Constituinte com Getúlio, recebendo o PC "completa liberdade" da parte do governo federal. Na sociedade, os comunistas tiveram de sustentar essa posição "a despeito de servirem como centro de aglutinação para a maioria dos trabalhadores anti-Vargas".

Tal contradição, vale frisar, se reproduziria nos desdobramentos subseqüentes. Depois da derrubada de Getúlio militar, John French reparou que "os comunistas não se sentiam bem com os discursos de improviso de oradores anônimos que culpavam pela má situação a expulsão de Getúlio Vargas (...) do palácio presidencial". Para o PCB, os trabalhadores deviam atender à convocação da ordem e tranqüilidade.[275]

De fato, as exortações de Vargas aos trabalhadores do Brasil provocavam "novas formas de reconhecimento" (a altivez do trabalhador braçal), "novas expectativas" (o cumprimento de seus direitos)[276] assim como reformatavam os sindicatos (reconhecendo-os) e inspiraram uma ideologia anti-revolução (o trabalhismo). Imediatamente, o que os trabalhadores fizeram com essa outorga foi voltar-se contra seus patrões, propiciando a massificação de uma proposta de organização partidária classista. Se o PCB largou na frente, Vargas criou o PTB para não perder a tutela de sua herança.

No difícil papel de encarnar o partido condutor do proletariado e, outrossim, de ser o partido dos cintos apertados, a base social pecebista se envolveu com a eufórica febre associativa do pós-guerra e, assim, angariou boa parte da experiência necessária à sua constituição como a nova geração sindical que iria chegar ao comando dos grêmios laborais nos anos 50.

Colega de classe de Corrêa no curso Stalin, o comerciário Moisés Vinhas "não abaixava a cabeça diante de figurões da direção" e se deu a pachorra de descobrir e espalhar que os artigos de Arruda na revista *Problemas* eram "mera tradução (...) de um soviético chamado Silvalotov". Por anos, decerto, Arruda figurou na mira de Vinhas. Para este, o número dois do PCB encarnava um estilo de direção que reunia "leitura 'catastrofista,

---

[274] Alexander, *A Organização do Trabalho na América Latina.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 91.

[275] French, *O ABC*, op. cit., p. 165.

[276] Hall, Michael, resenha de *Father of the Poor? Vargas and his Era*, de Robert Levine. In: *International Review of Social History*, vol. 44, parte 3, 1999.

apocalíptica, da realidade, esquerdismo delirante, estreiteza política e megalomania partidária". Assim conduzido, o partido de massas da legalidade (1945-47) aferrou-se a querer ser "um grande partido para um grande líder" (Prestes), fazendo da clandestinidade tanto um meio de vida quanto uma barreira para o contato com a sociedade, mantendo-se militarizado, funcionando com "práticas 'mandonistas'" e "'servilismo'".[277]

O acerto de contas de Corrêa com sua trajetória stalinista não nos deve levar a pensar apenas em partido *versus* sindicato, pois outros militantes recolhiam seu cacife nas bases, apostando em serem sindicalistas diante do partido. Se não fosse assim, em 1945 e 1946, as comissões não teriam se imposto ao PCB, à aliança empresarial-policial, aos sindicatos e aos governos. E não teriam impulsionado tantas e tantas greves. Na seqüência, os trabalhadores não teriam descartado a conclamação de abandono dos sindicatos nem teriam permanecido (em menor quantidade, decerto) ao lado de um partido autodestrutivo, enredando-se em comissões e greves.

Apenas pensando na sua sobrevivência, ou mesmo defendendo convicções filosóficas divergentes, ou ainda com o objetivo de mover a luta interna, nem sempre a militância era a correia de transmissão do partido até a classe. Pois esta correia podia arrebentar-se com o desgaste de ter de transformar simples paralisações em confrontos abertos com o poder instituído, tarefas do período 1947-1952.[278]

Uma maneira de recrutar líderes de massa para a política do partido era profissionalizá-los, tornando-os "assistentes" ou dirigentes partidários junto dos movimentos sociais. Nem sempre isso funcionou, especialmente se assistentes ou dirigentes preservassem sua própria rede interpessoal ou não se desligassem de cargos representativos. Por outro lado, muitos ativistas mergulharam na carreira clandestina, perdendo contato com experiências anteriores.

Armando Mazzo figurava no fogo cruzado entre os compromissos assumidos com a direção pecebista e os compromissos com a sindicalização fabril, cujos elos iam dos "sindicaleiros" aos trabalhadores. Na opinião de um certo "A.", Mazzo era "o elemento usado (...) para manter entendimento político em nome do (P) com autoridades e políticos

---

[277] Vinhas, *O Partidão*, op. cit., p. 134. Corrêa, *Memórias de*, op. cit., pp. 2, 8.

[278] Hércules Corrêa descreve as dificuldades da campanha eleitoral antigetulista de 1950, do encerramento da greve dos têxteis de 1952 e da regularização da aliança PCB-PTB como um duplo desencontro entre a militância e a direção e entre a militância e as bases. *Memórias de*, op. cit., pp. 69-73.

de outros partidos". (Depois, como veremos, foi designado para assistir o SMABC nos preparativos da campanha salarial dos trabalhadores paulistas de 1957). Junto com seus camaradas, sua tarefa era levar a "orientação" da Federação Sindical Mundial (FSM) aos sindicatos e às Organizações de Base (OBs), sendo encarregados de editar a *Gazeta Sindical*.[279]

Terminada essa gazeta, o "Escritório" onde era preparada, por ser uma repartição legal, permaneceu ativo, formando e projetando lideranças. Esse birô, que na verdade era a Fração Estadual Sindical do partido, estava igualmente encarregado da transmissão das diretivas "políticas" e "econômicas" para as frações inferiores. Os dirigentes desses escalões deviam, então, repassar as diretivas para as OBs, que procurariam influenciar as assembléias. Na rua Capitão Salomão, acolhendo todo tipo de encontro, o escritório, além do mais, servia para receber militantes do interior e para servir de sede às discussões sobre chapas e eleições sindicais.

A sede da *Gazeta* era, pois, a primeira instância pública a transpirar as diretrizes definidas — em tese... — no segredo da clandestinidade. "A atividade do (P)", prossegue "A.",

> "se desenvolvia em duas frentes: a legal e a ilegal. A legal era desenvolvida nos sindicatos, associações, congressos, através de elementos eleitos deputados e vereadores, em todo local onde se pudesse abrir uma sede, ali estaria o trabalho legal".
>
> "O trabalho ilegal era exercido pelos elementos de direção, assistentes e funcionários do (P). Esses tinham a incumbência de planificar em seus respectivos organismos as tarefas aprovadas pelo Comitê Central e controlar a sua aplicação pelos órgãos inferiores".

Esses comissários "viviam a maioria com nomes ilegais, anos e mais anos numa vida completamente clandestina". "Também vivi assim", admite o ex-dirigente "A.". "Não se podia ir a um cinema, a um jogo de futebol ou dar um passeio, visitar um parente ou enviar carta pelo correio". Uma vida dessas era considerada "'falta de vigilância' e 'ilusão de classe'". O militante vinha classificado como

> "'aventureiro' e considerado incapaz para o 'trabalho ilegal', pois

---

[279] "Informação sobre a *Gazeta Sindical* (nome de todos os elementos que dirigem o escritório)". Aesp, setor Deops. 30-B-232, fls. 2424. As citações dos próximos cinco parágrafos foram retiradas desta fonte.

> poderia trazer consigo 'rabo' (polícia) e assim permitir ao 'inimigo de classe' golpear o (P), ou descobrir um 'aparelho', casa usada para reuniões".

Por causa dessas razões de segurança, a trajetória dos "'desligados da produção' era vasculhada e controlada pelas direções do (P), o passado de cada um também era esmiuçado pelo (P)". Mas não só pelo partido. O que esse informante não explicita é sua dupla cumplicidade com a investigação da vida das pessoas metidas com o PCB, fornecendo seus nomes e dados, e tecendo comentários pessoais. Ao responder esse questionário da polícia, "A." foi identicamente útil na tradução de termos da militância, deixando de usar *camarada* ou *companheiro* para adotar *elemento*. Ex-dirigente, ele foi fiel à linha de pensar o sindicalismo de cima para baixo, sugerindo a coexistência pacífica entre as frentes legal e ilegal, entre a direção partidária clandestina e os pecebistas lotados na direção dos movimentos sociais, como se, adicionalmente, a história dos movimentos sociais estivesse encerrada no PCB, sem discrepâncias e disputas. Por fim, "A." desenha a face desconhecida de um *terceiro* PCB, o dos delatores e infiltrados, muito útil aos donos do poder, possibilitando uma releitura mais complexa da relação entre industrialização, partidos, políticos, sindicatos e operariado no período 1945-1968.

Antagonista de "A.", o marceneiro carioca Roberto Morena se valia da "abertura para o mundo" — necessária à frente sindical — para ser o "inspirador de militantes sindicais (...) no enfrentamento dos equívocos da direção", defendendo uma relação estável com o PTB, estreitamento este que, no raciocínio dos sindicaleiros, valeria ao PCB a legalização de seu registro.

Por sua vez, o gráfico paulistano Dante Pellacani não conseguiu manter suas posições dentro do partido e tomou o caminho da defecção. Sem a vitória da sua candidatura ao parlamento — trunfo a que Morena chegara —, Pellacani preferiu sair, decisão que lhe trouxe de novo as boas graças do PCB. Por causa de seu prestígio no sindicalismo paulista, ele seria cortejado pelo partido comunista quando este definitivamente se postou ao lado do PTB.[280]

No SMABC, Philadelpho Braz, ao conservar sua representatividade no meio operário em contraposição aos pecebistas, apoderou-se da figura de dirigente sindical

---

[280] Corrêa, *Memórias de*, op. cit., pp. 76-78.

reservado ante o engajamento partidário, permanecendo "independente", trajetória que lhe rendeu as boas graças do "novo sindicalismo" nos anos 70.

Assessorada pelo terceiro PC, a aliança empresarial-policial erodiu amplamente o extraordinário crescimento, em nível nacional, do partido comunista no imediato pós-guerra, um apogeu jamais igualado. Enquanto o stalinismo exigia da militância a tripla máxima fascista da fé, da obediência e do combate — *Credere, Obbedire, Combattere* —, a espionagem executava seu serviço de inteligência: individuar o ponto fraco e a hora H de seus golpes.

Apesar disso, no SMABC, os sindicalistas reabriram o caminho de volta sem descuidar dos eixos pelos quais o movimento operário dos anos 50 viria a crescer e aparecer. Na oposição, bem como na situação, eram estimuladores, defensores e representantes dos operários nas suas queixas específicas e pequenas, aplicando a orientação de tirar comissões para negociar diretamente com as firmas. Não deixavam, em acréscimo, de acionar a Justiça do Trabalho nem de unir-se a intersindicais.

Quanto à negociação coletiva, esta constituiria a grande prova por que passaria a chapa do biênio 1956-1958, objetivando-se em outubro de 1957 no decorrer da Greve dos 400 Mil. A ela é creditada a obtenção do primeiro dissídio coletivo entre os metalúrgicos do ABC. "Deflagrada em São Paulo, veio para cá como um vendaval".[281]

Uma outra prova — o povoamento da estrutura sindical, combinando organizações legais e ilegais (tanto na base quanto na cúpula) — se estendeu nos desmembramentos de São Caetano e de São Bernardo, sucedidos no governo JK (1956-61). Se o primeiro não foi traumático, o segundo foi polêmico. Entre outras razões, o fato de ter retirado a representação dos trabalhadores das automobilísticas da alçada do SMABC, e de tê-la colocado nas mãos de um grupo novato, egresso de uma base na Mercedes, repercutiu nas forças do sindicalismo metalúrgico paulista, tema do capítulo "O ABC Redesenhado".

Dos comunistas e seus aliados viriam as mais importantes respostas à ambigüidade central do sindicalismo brasileiro. Em 1965, este ainda permanecia "dentro dos moldes que lhe foram feitos pelo Estado Novo", escreveu um interessadíssimo professor. No entanto, ponderou, "nas maiores cidades industriais (...) os sindicatos, numa certa medida, têm

rompido os padrões estabelecidos".[282] Negociação direta, acordos coletivos, recurso a greves e comissões, proposta de contratação intersindical coletiva, etc., tudo isso estava presente na concepção e prática sindicais da aliança PTB-PCB e, para este último, eram ingredientes vitais à sua idéia de revolução.

---

[281] Valim, *50 Anos*, op. cit., p. 52.

[282] Alexander, *A Organização*, op. cit., p. 99.

4

A Greve dos 400 Mil

A Questão Social e a Paz Social

História & Historiografia

Ocorrida entre 15 e 25 de outubro de 1957, a Greve dos 400 Mil é um dos mais importantes movimentos paredistas da história do Brasil. Ela culminou o processo tanto de retomada do fenômeno da greve (no fim da Segunda Guerra) quanto de sua massificação, conseguida com a Greve dos 300 Mil de 1953. Tirada no segundo semestre de 1963, a Greve dos 700 Mil não apresentou a mesma relação de intensidade entre número de pessoas mobilizadas, alcance territorial e duração. Nesse sentido, a Greve dos 400 Mil foi a mais exitosa jornada de lutas com ares de greve geral entre 1945 e 1964.[283] Ao lado disso, ergue-

---

[283] Sobre a Greve dos 300 Mil, ver: Barreira, Irlys, *Autonomia da Classe Operária? A Greve de 1953 em São Paulo.* Brasília, dissertação de mestrado apresentada na UnB, 1977. Moisés, José A., *Greve de Massa e Crise Política.* São Paulo, Polis, 1978. Wolfe, *Working Women*, op. cit. Costa, *Em Busca*, op. cit.

Sobre 1957, ver: Munhoz, Fábio. "Sindicatos e Democracia Populista e a Greve de 57". In: *Cadernos Cedec*, nº 2, 1978. Leite, Márcia de P., "Sindicatos e Partidos. A Greve de 57 em São Paulo". In: *El Sindicalismo Latinoamericano en los Años Ochenta.* Santiago, Clacso, 1986. Fontes, Paulo, "'Centenas de Estopins Acesos ao mesmo Tempo': A Greve dos 400 mil, Piquetes e a Organização dos Trabalhadores em São Paulo (1957)". In: Fortes, *Na Luta*, op. cit.

se sua importância historiográfica, pois foi objeto de dois clássicos estudos da sociologia do trabalho uspiana, *Sociedade Industrial no Brasil*, de Juarez Brandão Lopes e *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, de Leôncio Martins Rodrigues.[284]

A propósito de greves em São Paulo entre 1955 e 1961, pesquisa de Rodrigues nutriu-se das 265 respostas preparadas em réplica a 300 questionários remetidos para firmas industriais da grande área metropolitana paulista. Entretanto, Rodrigues frisa um dado de uma delas para elucidar os posicionamentos manifestos defronte aos piquetes, tanto o operário quanto o patronal. Ao escrever que "uma empresa automobilística" — Willys-Overland do Brasil —, "temendo que seus operários fossem envolvidos no movimento, preferiu conceder férias coletivas", ele discorre sobre a conjuntura, e, prosseguindo, sobre todo um período.[285]

Vale notar que Rodrigues publicou suas "considerações preliminares" um ano antes do livro citado, ambos subseqüentes à derrubada de Jango. No artigo, ele esboçou sua teoria sobre o movimento operário brasileiro dessa época. "A causa de quase todas as greves", identificou, "deve ser procurada fora da fábrica". Servindo-se, basicamente, das informações prestadas pelas empresas, concluiu que, nas usinas, os operários não atuavam "como grupo de pressão". Uma razão para isso era a inexistência de organizações sindicais nos locais de trabalho visto que os sindicatos brasileiros — "criados de fora e de cima do movimento da classe por decisão governamental" — não deitavam "raízes" nas massas. Ecoando a pesquisa de Lopes, Rodrigues acrescentou que a "autoridade dos delegados sindicais" parecia "fraca". Além disso, os sindicatos apoiavam-se em solo pobre: a composição nacional da classe, especialmente em função de sua origem rural.[286]

Sobre 1963, ver: Leite, Márcia de P.; Sólis, Sidney. "O Último Vendaval: A Greve dos 700 Mil". In: *Cara a Cara*, nº 2, 1978. Erickson, Kenneth, *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979. Delgado, Lucília de A. Neves, *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-1964*. Petrópolis, Vozes, 1986.

[284] Ver: Lopes, Juarez Rubens Brandão, "O Ajustamento do Trabalhador à Indústria: Mobilidade Social e Motivação". In: *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel, 1964. Rodrigues, L. M., "Greves Operárias em São Paulo". In: *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966. Como veremos, a ciência política uspiana também se interessou pela Greve dos 400 Mil.

[285] Rodrigues, "Greves Operárias", op. cit., pp. 58, 75.

[286] Rodrigues, Leôncio M., "Considerações Preliminares sobre Greves Operárias em São Paulo". In: *Sociologia*, nº 3, 1965, pp. 209, 213-215. Até que Rodrigues sistematizasse os dados de suas enquetes, Lopes foi uma fonte recorrente haja vista suas pesquisas datarem de 1957 e 1958.

Com um quadro como esse, é claro que "a simples ordem de paralisação do serviço emanada das assembléias sindicais não basta para assegurar a ocorrência de greves". Para a observância desse comando, o "instrumento decisivo" era o piquete, expediente crucial na compensação da falta de "abandono espontâneo do trabalho". Sem o piquete, garantiu Rodrigues, "a maioria dos operários (...) não abandonaria o serviço". Nesse ponto, seu raciocínio quase coincide com o patronal, para quem os trabalhadores nunca entravam em greve voluntariamente, fazendo-o apenas sob a pressão — quase um cabresto — da "'gente do sindicato'". Ao tomarem conhecimento da marcha dos piqueteiros (depreciados como arruaceiros, desocupados) as empresas "paralisavam o trabalho e liberavam seus empregados *antes que estes tivessem oportunidade de se manifestarem* e antes que o piquete chegasse" (g.m.). Desse modo, pouca importância possuía a política empresarial de recursos humanos na configuração dos conflitos. Nesse sentido, a experiência operária fabril mal influenciava a motivação de um grevista cuja sensibilidade circunscrevia-se a um índice de majoração no ordenado. Disso resultava que "a maior ou menor incidência de greve numa fábrica depende mais da área ecológica em que está situada do que de suas condições internas".[287] Se estivesse no caminho das manifestações paredistas, cerraria suas portas. Se estivesse longe, funcionaria normalmente.

No ano seguinte, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil* generalizou: "o proletariado brasileiro é desprovido de consciência de classe e de espírito sindical". Ao passo que a liderança se entretinha com a Grande Política, a massa não ia além dos salários. Assim como os operários não aderiam às greves motivados por sua experiência no chão da fábrica, as lideranças mal se importavam com essa vivência. Afastados, o resultado seria frustrante: "o sindicalismo brasileiro é um sindicalismo que vive fora das empresas". Nutrido das benesses do corporativismo e dos acordos com políticos, esse precisava chegar à "massa" e suplantar a "persistência de hábitos e formas de pensar tradicionais". Aí, claro, seria preciso fazer política *pelo alto*. Logo, além da intimidação dos piquetes, era vital o concurso de políticos, militares e personalidades para desafiar a supremacia empresarial.[288]

---

[287] Rodrigues, "Considerações Preliminares", op. cit., p. 215-218. Nos anos 80, de volta à Ford São Bernardo (ex-Willys) e Ipiranga, Rodrigues voltou a explicar as diferenças de política sindical com o argumento da concentração industrial. Ver: "Trabalhadores de uma Indústria Automobilística: Perfil Social e Participação Sindical". In: *Partidos & Sindicatos*. São Paulo, Ática, 1990, pp. 145-148.

[288] Rodrigues, "Greves Operárias", op. cit., pp. 55, 56, 72, 73.

Cúpula contra cúpula, era a *supressão da vontade* operária. No ar, uma cáustica seqüência: patrões liberam seus empregados enquanto o piquete não vem; trabalhadores sem consciência de classe vão para a casa e, matreiros, aguardam passar a raiva das minorias radicais. Em seguida, voltam ao trabalho. Sem menções diretas à Greve dos 400 Mil, Rodrigues apóia-se em ocorrências suas — como a pesquisa de campo de Lopes na Metal Leve, a paralisação de uma firma multinacional por um piquete chefiado pelo vice-governador paulista, a falta de proteção policial e a folga na Willys — para falar dos anos entre 1955 e 1961. "Em muitos casos", ampliou, "a 'greve', numa fábrica, efetua-se não porque os operários abandonam o trabalho mas porque a empresa os dispensa". Recusando o termo *sindicalismo burocrático de massas* (de Azis Simão), calculou então que o movimento sindical brasileiro podia ser burocrático, mas não de massas.[289]

Diversificado no tempo e no lugar, despontou na pesquisa um movimento operário distinto do cartografado por essa literatura. Evitada a oportunidade de se manifestarem porque dispensados antes da passagem do piquete e desconhecidas suas motivações dado o tratamento dispensado às fontes, mal podemos distinguir uma saída para essa ruína da vontade operária. Ao reexaminar a Greve dos 400 Mil, *Linhas de Montagem* propõe não apenas uma visão mais complexa sobre o lugar ocupado pelos piquetes e pela organização sindical nas fábricas como também um novo entendimento sobre a situação do movimento operário na indústria automobilística no exato ponto de transição entre a manufatura complementar de autos importados e o pleno fabrico de veículos 100% nacionais.[290]

Os Precedentes na Ford e Studebaker

No Brasil desde 1927, o lituano Jurgis Ceglys era carpinteiro na Ford Motor Company havia dois anos e meio. Em um interrogatório em 1947, ele admitiu ser

---

[289] Rodrigues, "Greves Operárias", op. cit., pp. 73, 75, 76, 95. Ver também: Simão, Azis, *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus, 1966, pp. 228, 229.

[290] A Greve dos 400 Mil oferece diversas possibilidades de abordagem. Apropriadamente, a atual agenda da história social está norteada pelo objetivo de integrar na sua análise as diferenças sociais, como as distinções étnicas e de gênero (aqui problematizadas apenas tangencialmente). Outras questões, como a relação entre as empresas, os grevistas e suas comunidades, são também relevantes.

Como ainda resta um debate a ser feito com a sociologia e a ciência política — e mesmo com a discussão contemporânea sobre o significado histórico do movimento sindical sob o populismo —, as expansões citadas não devem levar à crença do esgotamento das áreas preexistentes. Com vistas a uma análise

simpatizante do PCB, reconhecendo tanto contribuir com donativos quanto comparecer a atos da agremiação. Depois, garantiu: "mesmo sendo casado com mulher brasileira, já não mais queria se meter em política". A razão de a polícia tê-lo intimado a depor foi o seu comparecimento, em 1946, a um encontro de empregados da Ford cujo fito era estruturar uma "comissão sindical na citada companhia", objetivo que, segundo a fonte, "de fato foi realizado".[291]

Perguntado sobre como era o ambiente na Ford, Ceglys respondeu que ela possuía uma parte de baixo, chamada de "Bandeirantes" por ele e seus colegas, e uma outra, a "fábrica". Na primeira, afirmou, reinava a calma. Mas na segunda não. Lá, onde o movimento era muito maior, corriam dois abaixo-assinados, um contra a cassação dos mandatos de parlamentares do PCB e outro, redigido em inglês, tinha por destinatário a matriz de Dearborn (grande Detroit, Michigan). Requisitavam os assinantes o abono de Natal. O carpinteiro relatou que alguns se recusavam a assinar a lista (colhida nas idas aos sanitários) porque desconfiavam de um texto cujo idioma não podiam entender.

"Durante os trabalhos na companhia", Ceglys declarou, grassava "grande disciplina", sendo as rodinhas de palestras proibidas. Perguntado sobre a reação dos trabalhadores caso não recebessem o abono pleiteado, ele alegou que "o operariado da Ford não faz muita questão dessas coisas, pois ganha bem, não se comparando a outras empresas". Nada mais lhe sendo perguntado, o depoente voltou para sua casa. Duas folhas adiante, sua foto foi pregada num dossiê sobre a Ford no Brasil.

Se isso fosse possível, não é nada fácil chegar perto da verdadeira opinião dos operários por meio da fonte policial. Por que se arriscaram a mandar um abaixo-assinado para os EUA se não fariam nada diante de uma possível negativa? Qual a razão de se posicionarem contra a proscrição do PCB? A polícia estava de olho em Ceglys mas deixou-o ir embora depois de uma evasiva pouco convincente. Já ganhava bem o operariado da Ford, saiu-se com essa. Igualmente, não é fácil chegar à verdadeira intenção dos policiais. Quando fizeram a intimação, o governo Dutra estava empenhado em extinguir o movimento operário emergido com as greves do pós-guerra e não é possível saber o motivo

---

mais complexa, explora-se aqui as diferentes disposições dos trabalhadores quanto a aderir à paralisação. Evidentemente, uma análise *alternativa* requer a consideração dos tópicos insinuados acima.

[291] Termo de declarações, 11/12/47. Aesp, setor Deops, 50-A-258, fls. 1. As citações dos próximos dois parágrafos foram retiradas desta fonte.

de terem arquivado apenas o depoimento de Ceglys. Afinal de contas, a preocupação era com um grupo de comissários na Ford, a primeira firma automobilística a se instalar no Brasil, em 1919, no bairro do Bom Retiro, Rua Solon, nº 809, São Paulo.

A intolerância com as tradicionais rodinhas dos trabalhadores bem podia ser indício de alguma prática despótica da gerência, sendo insinuada nas suspeitas de um questionário da polícia política, enviado e respondido em agosto de 1944. Neste, a Ford negou a ocorrência de greves ou sabotagens bem como a existência de "elementos agitadores", "confabulações entre operários" e de "pessoas estranhas (...) nas imediações procurando entrar em contato com operários ou com eles confabulando".[292] A livre troca de idéias era um assunto arriscado nessa usina de 398 empregados e 85 sindicalizados. Na ótica repressiva, conversar e agrupar-se eram a ante-sala da deflagração das "greves brancas", paralisações tiradas internamente, e sem anúncio público, por uma gente que muita intrigava os defensores da ordem burguesa.

Havia razões para esse cuidado. Conforme averiguou Joel Wolfe, em outubro de 1945, os trabalhadores da Ford, da Companhia de Parafusos e da Metalúrgica Santa Rosa, em conjunto com empregados de outras metal-mecânicas, nomearam colegas com estabilidade no emprego para representá-los em suas solicitações por melhores salários. Nesse meio tempo, sabotagens e freadas na produção respaldavam o poder de barganha dos comissários. Como eram raros os bandejões dentro das usinas, os trabalhadores interessados nas mobilizações comentavam-nas durante a pausa das refeições. Expressando uma expectativa coletiva, o metalúrgico Edson Borges fundamentou-as assim:

> "nós lutamos na Segunda Guerra, os brasileiros morreram pela guerra, trabalhamos como escravos para a guerra. Bom, agora que tínhamos democracia, nos organizamos e queríamos o nosso".[293]

Na continuação do interesse empresarial-policial por italianos, alemães, austríacos, húngaros e romenos — os assim chamados "súditos do Eixo" —, desconhecidos grupos étnicos vindos da Europa Oriental igualmente despertaram a atenção das autoridades. Ceglys, como vimos, era lituano. A ele outros se somariam. Ao mesmo tempo, ainda importava o peso que trabalhadores como Aleghieri, Gutiérrez, Hedrich e Alves possuíam

---

[292] Questionário da Deops, nº 261, agosto de 1944. Aesp, setor Deops, prontuário 44343.

[293] Wolfe, *Working Women*, op. cit., pp. 133, 134.

entre os metalúrgicos de São Paulo. Em novembro de 1946, de intensa agitação grevista, eles figuraram na lista dos 18 empregados da Ford integrantes da dita comissão sindical. Que tipo de atuação desenvolveram? Uma militância dupla, de um lado sindical, de outro partidária.[294]

Nas subseqüentes circunstâncias de repressão impostas pela ofensiva autoritária do governo do presidente Dutra, sua representatividade não pode ser verificada por meio dos mesmos dados hoje usados para o estudo das comissões de fábrica na indústria automobilística (eleições, acordos e reconhecimento estatutário, diretamente celebrados entre capital e trabalho). Porém, os 21% de trabalhadores associados na Ford não são um número baixo. Ao lado disso, importa esmiuçar quanto os comitês conseguiam realmente afetar as políticas trabalhistas das empresas e, em acréscimo, o tanto de gente — e por quanto tempo — conseguiam arregimentar. Para um policial, "elementos" dessa sorte podiam não ter uma ação "ostensiva" mas realçavam-na por ser "sistemática e ininterrupta", mostrando, ainda, uma conduta em "acordo com as necessidades". A 25 de outubro de 1951, por volta das 15h00, os empregados da seção de carpintaria e mecânica da Ford suspenderam suas atividades por apenas dez minutos. Tão pouco tempo de parada faz supor que tenham aberto mão de seus propósitos devido às suas próprias debilidades. Em contraste, vale acerca de outros fatores: talvez fosse uma demonstração de sua disposição de parar enquanto alguns delegados negociavam nos escritórios ou talvez tenham recuado ante intimidações e ameaças de supervisores. Também podem ter sido presa dos serviços de espionagem e neutralização da aliança empresarial-policial. Talvez — e isso é menos provável — tenham divulgado suas reivindicações com rapidez e daí atendido a um pedido de retorno ao trabalho para a abertura de conversações. Em qualquer caso, agiram segundo as circunstâncias.[295]

De fato, esse sindicalismo era feito de necessidades, e necessidades. As tentativas de equacionar carências por meio da ação da militância e da luta operária mais ampla possível esbarravam na vigência da falta de liberdade e na hegemonia cultural burguesa. Liberdade para demitir. Essa é uma das características básicas do funcionamento da indústria

---

[294] Ofício, 16/4/42. Aesp, setor Deops, prontuário 44343. Relação, novembro de 1946. Relatório, 11/4/49. Aesp, setor Deops, 50-A-258, fls. 2, 5.

[295] Relatório, 25/10/51. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 632.

automobilística até pelo menos meados dos anos 80, quando a força das greves e dos sindicatos veio a impor-lhe algum limite.[296]

Foi com dispensas, ou com redução de jornada e cortes salariais, que a Ford e a General Motors responderam às suas dificuldades de aquisição de dólares em 1949. Tais disposições, iriam, "sem dúvida alguma", levar o "descontentamento à classe trabalhadora", alertou um policial. Foi com dispensas que a Ford respondeu à distribuição do volante "União em Defesa dos Interesses de Todos os Colegas da Ford", datado de 1952. O investigador destacado para "averiguar a autoria e razão da distribuição de folhetos" no *interior* da fábrica inteirou-se da anterior concessão de dois aumentos. Apenas repetindo o que ouvira dos gerentes, ele justificou sua decisões com empatia. "Uma vez que qualquer outro aumento seria impossível", justificou, "procurando evitar distúrbios internos", a empresa dispensou vários operários, mas o fez "prontamente" e "de acordo com a lei". Difícil saber se a legalidade foi observada mesmo, mas, certamente, o mais importante foi chamar a polícia e proceder a demissões de modo a evitar surpresas ou vacilações.[297]

Aludindo à carestia e ao aumento de 100% nas tarifas dos coletivos, tal panfleto — com argumento dirigido ao operário masculino adulto — conclama: "precisamos nos UNIR TODOS como um só homem". Além de reivindicar mais remuneração, demanda melhor serviço no restaurante do Sesi, liberdade para fumar, mudança no horário de trabalho, assistência médica, abolição da "humilhante" revista nos portões, término das "perseguições dos encarregados", fornecimento gratuito de macacões, melhorias no vestiário e abono de Natal. Para sua conquista, o volante vê a necessidade de "nos organizarmos dentro da própria empresa, formando comissões de reivindicações e conselhos sindicais". Define, ainda mais, o objetivo da apresentação de candidatos — escolhidos "entre nós" — para as eleições sindicais.

---

[296] Caso raro, a prerrogativa gerencial do corte sumário foi levemente arranhada em 1942 por uma decisão judicial relativa à GM. Ver: French, *O ABC*, op. cit., p. 292.

Quando a Máquinas Agrícolas Romi, outra firma automotriz, dispensou 72 empregados, o Comitê de Zona do PCB de Piracicaba lançou um manifesto de protesto e deu mostras de estar a par do que acontecia dentro da fábrica, localizada na Rodovia do Açúcar. Depois de denunciar subterfúgios nos cálculos dos salários, atacou com minúcias os "métodos de exploração" usados no processo produtivo. *Notícias de Hoje*, 4/6/54. AEL, MR 204.

[297] Comunicado, 3/5/49. Aesp, setor Deops, 50-A-258, fls. 6. Relato de investigações, 16/9/52. Aesp, setor Deops, 50-Z-0, fls. 8210.

Refletindo a determinação dos comunistas de voltar a disputar os sindicatos existentes, o sindicalismo metalúrgico na capital paulista conseguiu aplicar as diretivas de retirar o sindicato da órbita colaboracionista e de apontar comissões e delegados. Apesar disso, em outra automobilística, os resultados não foram muito diferentes dos verificados na Ford, onde os ensaios de organização de base estavam sendo detectados e neutralizados no nascedouro.

Sita no Ipiranga, a Companhia Studebaker do Brasil abrigou uma greve entre 23 de dezembro de 1946 e 2 de janeiro de 1947, acionada em prol do abono de Natal e contra o afastamento de Luís Varela. Meses depois, o pintor Benjamim Barreiro acrescentou o partido e o sindicato quando

> "promoveu na manhã do dia 9 de junho [de 1947] um protesto pelo não-fechamento do PCB. Concitou também seus colegas a paralisarem os serviços como medida de protesto contra a intervenção que tem se verificado em vários sindicatos da classe".[298]

Apesar da escalada repressiva, o Deops voltaria a atentar para uma "agitação" na Studebaker. Sabendo da convocação de uma assembléia no cine dom Pedro I, um policial julgava "conveniente" sabotá-la, confiando na colaboração do gerente da sala, a quem pediria negar seu aluguel. Os interessados, porém, conseguiram fazer valer seu direito de reunião e deliberaram constituir duas comissões com o fito de atuar junto com seus companheiros da Ford e General Motors na mobilização de uma greve. "Seria conveniente", repetiu-se o policial, controlar a entrada e a saída das "duas cidades industriais a fim de anular o trabalho dos instigadores" (vigilância a recair sobre as estações férreas). De posse de dados fornecidos pela firma, na lista de indesejáveis figuravam o lituano Paulo Tamaliune, Celso Gomes Dias, eletricista que dividia morada com Leonel dos Santos, e Enedino Martins, que recebia instruções de Mazzo, todos acusados de serem comunistas. Aos olhos da polícia, eles encabeçavam um movimento "absurdo", pois os

---

[298] Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 188, 202. Aesp, Setor Deops, 50-A-259, fls. 1.

O lituano Boleslaw Svolkin, tinha o cargo de encarregado na fábrica e de secretário de um comitê do PCB paulistano. A propósito, os registros de ocorrência de lutas operárias nas fábricas deixam ver que nem todos os trabalhadores promovidos a postos de chefia direta sobre os operários eram envolvidos pela ideologia anticomunista.

salários era "magníficos". A "detenção em suas residências", previu-se, "fará abortar o movimento".[299]

Os Precedentes na Alpargatas

Exaltado pela polícia, o serviço social da The São Paulo Alpargatas (firma têxtil de capital inglês) seria uma das razões do suposto insucesso dos sindicalistas em firmarem-se no recinto fabril. Aberto em 1946 a pretexto de registrar um intento de greve pelo abono de Natal, o dossiê da Alpargatas comprova a soma da polícia política com a direção da empresa até 1957, para prever ou debelar qualquer tentativa de dissensão por parte dos trabalhadores. Infiltrando "reservados", vigiando panfletagens, trocando fichas de empregados por registros de antecedentes político-ideológicos, a aliança empresarial-policial esmerou-se em erguer obstáculos à realização de mobilizações fabris.

Apesar disso, aqui e ali, é possível ver que a mão-de-obra da Alpargatas dispunha-se a unificar-se em prol de direitos iguais para todos. Na manhã de 11 de abril de 1949, vários torneiros (entre estes, o futuro dirigente comunista Ângelo Arroio) saíram de sua sessão concitando seus colegas a entrarem em greve. Quando uma equipe de um delegado com seus investigadores chegou ao local, somente um punhado de operários mantinha uma única seção a funcionar. A parede vingara. Realizadas 17 detenções, foi suspensa dois dias depois. Interrogado, o lituano e mecânico ajustador Stasys Felipavicius declarou ter entrado em greve porque "acompanhou seus companheiros" mesmo sabendo que estava no grupo já beneficiado com aumento de salário. Afirmou saber também que tinha sido a "gerência da firma quem determinou, isto é, quem solicitou a sua detenção à Polícia".[300]

De acordo com as diligências, no percurso do grupo, "os chefes do movimento já tinham os seus agentes de confiança". Espalhados pela usina em número de dez, sete eram

---

[299] Bilhete, 9/1/48. Nota, 12/1/48. Bilhete, 6/2/48. Relatório, janeiro de 1948. Aesp, setor Deops, 50-A-259, fls. 2, 3, 4, 5.

[300] Ângelo Arroio, folha corrida. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1650. É possível que Felipavicius, Arroio e demais integrassem a Seção da Comissão Têxtil da Mooca.

As citações deste parágrafo, assim como dos próximos quatro, foram retiradas das seguintes fontes: Comunicado, 11/4/49. Termo de Declarações, 18/4/49. Relatório, 22/9/49. Relatório, 26/11/49. Termo de Declarações, 18/4/53. Relatório, 7/8/57. *Notícias de Hoje*, 2/7/57. Aesp, setor Deops, 50-A-264, fls. 12, 14, 19, 27, 47, 52. A referência à Delegacia de São Caetano vem de um relatório datado em 12/4/49. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 132.

mulheres operárias. Mandada vir desde o início, uma força policial chocou-se contra o piquete formado do lado de fora para impedir a volta ao serviço dos que almoçavam. Dos 15 piqueteiros identificados, 14 eram homens. Mas Maria del Carmem Moreno teve "papel destacado" ao interpelar os opositores da parede, chamando-os de "'carneiros'". Além da volante paulistana, os grevistas tiveram de lutar contra a Delegacia de São Caetano. Naquele mesmo dia 11, os policiais que pela manhã fizeram a ronda do pagamento da Rayon foram dar cobertura aos apelos da Alpargatas durante a tarde. "Pessoalmente dirigi o policiamento", informou o delegado, "e com prazer comunico-lhe que nada de anormal se verificou".

Para conter a sindicalização operária dentro da fábrica, plantou-se um infiltrado em setembro. "Pelo fato de não terem mandado meus vencimentos na seção onde todos recebem", ele explicou, "tive oportunidade de protestar veementemente, no que fui apoiado por diversos colegas". Sua ousadia e determinação, bem como a justeza de sua contrariedade, especulou, eram as razões para começar a ser aceito no seu estranho meio. Antes, o espia era tratado com "muita discrição" ou era alvo de uma "dura" campanha de desconfiança e provações. Depois do incidente — explorado com contundência proposital —, até a admiração ele informou estar provocando entre seus *impares*.

O fiandeiro Delfino Jacob era alguém que a piqueteira Maria Moreno chamaria de *carneiro dedo-duro*. Quando da Greve dos 300 Mil, ele contava com oito anos de casa e mantinha relações de amizade com os membros da "'comissão'" da Alpargatas. Porém, Jacob não só se mostrou resoluto a trabalhar como entregou à polícia o nome de sete colegas seus, todos do dito comitê.

Em julho de 1957, 22 operários dessa firma acharam que o tiro apontado contra a testa de um chefe por Rafael Ramos não era impedimento para mostrar solidariedade ao autor do disparo — mesmo após a morte do atingido. "Tomado de ódio" por ter sido demitido, Ramos queria receber suas contas urgentemente e acabou tirando a vida da vítima. Para a polícia, o que os sindicalistas têxteis estavam fazendo era tirar proveito da situação para novamente buscar penetrar o recinto fabril. Dessa vez, em contraste com a exaltação anterior, ela própria registrou que os trabalhadores tinham muitas queixas para extravasar quando listou o rol de "miséria, péssimos salários, péssimos tratamentos

dispensados e intensa exploração". Em compensação, o Deops expôs seu próprio currículo com satisfação e confiança. Os comunistas, assegurou,

> "mais de uma vez têm lamentado não poderem se organizar naquela indústria com seus comitês de empresa (...) devido à grande vigilância da ordem política e social, nela mantida pela sua direção".

Por um lado, o autor da fonte se vangloria de seu feito e com isso aumenta a grandeza de sua presa (como fazem as mentiras de pescador). Dado o desconto, ainda resta a presa, resultado da experiência operária em formar comitês. Por outro lado, novamente, a fonte policial desliza num lapso esclarecedor. Vimos Felipavicius afirmar que Alpargatas *determinara* sua captura. O escrivão registrou-lhe a fala, mas corrigiu-se logo em seguida ao datilografar que a firma *solicitara* sua detenção à polícia. Na passagem citada imediatamente acima, mal podemos discernir a distinção entre uma coisa e outra. Os comitês eram frustrados porque a ordem política e social era grande. E era mesmo. Essa era mantida pela "direção", não a policial, mas pela direção da Alpargatas.

Vale igualmente notar a complementaridade existente entre as ações da militância dentro e fora do local de trabalho. Em ambos os lugares, os grevistas se viram face a face com a repressão. Enquanto os torneiros davam a partida e iam percorrendo as sessões em busca de adesão, no lado de fora, o piquete seria montado para impedir o refluxo com a volta do almoço. De fora para dentro, a polícia veio na contramão para desmontar esse esquema. Depois, o reforço proveniente de São Caetano trouxe um delegado para *dirigir* a volta dos operários ao trabalho.

Atentando para outros aspectos, vemos que a rivalidade da sindicalização do local de trabalho podia reelaborar um rito de iniciação típico da cultura fabril. "A gente entra dentro da fábrica com todo aquele barulhão, a gente fica zonzo, fica fora de si". Depois, "vai se adaptando e vai gostando porque você procura... você vai fazendo amizade. Alguns são malandros, procuram fazer piada com você, outros, te aplicar alguma. Me mandavam fazer alguma coisa errada para depois dar risada". Ninguém parece ter pregado uma peça no espião da Alpargatas. Para ser aceito entre seus *ímpares*, este teve de indignar-se contra a companhia e reclamar os seus direitos. Ou antes, teve de ser tratado como os demais, tendo seus direitos desrespeitados. Aí sim, virou um igual.[301]

---

[301] Entrevista de Philadelpho Braz, 16/10/96, Confederação Nacional dos Metalúrgicos e Museu da

Analisados no capítulo anterior, nos cinco anos em que os trabalhadores tiraram *O Facão*, a GM — tal como a Alpargatas — abrigou um sem-número de confrontos, com suas dúplices ofensivas, represálias, tocaias, infiltrações, revezes, baixas e perdas. Entre 1949 e 1954, para seu pesar, gente como os irmãos Tessarim, os irmãos Gava, os irmãos Lindolfo, os Toth, Godói Duarte, João Sanches, João José da Silva, só para citar alguns, haviam mergulhado numa atividade também de infiltração, mas não de espionagem. A sorte da GM foi dispor de um *par*, o anjo pecebista Serafim-Corraini, parceiro do agente Varela.

Embora não fosse imune à insinuação do ativismo operário anticapitalista, a fábrica da GM de São Caetano, tal como Alpargatas, era uma cidadela zelosamente defendida. Acumuladas as forças para enfrentar os patrões, o movimento dos trabalhadores percebeu que as guardas das guaritas e muros não serviam apenas para vigiar suas imediações. Ao cruzar os portões, foi recepcionado com contragolpes de adversários ávidos pela notoriedade da precaução e antevisão. Descobertos os envolvidos, quando estes não conseguiram despistar e recuar, tendo de fugir em debandada, uns caíram no olho da rua, outros evadiram-se.

No caso da GM, quando chegou a greve de 1957 — somada à transferência da militância de base para a administração do SMABC —, as forças dos trabalhadores estavam exauridas, seja pelo seu próprio esgotamento, seja pelos golpes repressivos. (Anos depois, em 1961, ao som do apito do proceder aos trabalhos, os trabalhadores da GM estavam reorganizados e entraram em greve, mas isso é matéria para o capítulo 7.)[302]

Por mais breve que fosse, quando ousava expor-se, a luta dos trabalhadores podia mostrar o seu poder. "A maior satisfação é que no fim do mês você recebia um envelope, tinha alguma coisa dentro, coisa que a gente nunca tinha visto. Era uma forma que você notava que você estava tendo um ascensão social". Essa era uma reação comum entre os

---

Pessoa, fonte já citada.

Para outra descrição de infiltração de agente policial numa fábrica, a metalúrgica Elevadores Atlas, ver: Relatório, 24/4/61. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1264. O investigador logo foi para o banheiro para inteirar-se dos comentários dos trabalhadores acerca do serviço, da empresa e do que planejavam fazer. Numa conjuntura diferente, para outro relato de infiltração no meio operário, dessa vez de um religioso, ver: Hernandez, Ignácio, *Memória Operária (Cidade Industrial: Contagem, BH, 1968/1978)*. Belo Horizonte, Vega, 1979.

[302] Bilhete, 24/10/61. Aesp, Setor Deops, 50-A-247, fls. 108.

operários ao receberem sua paga. Outro impulso, como se viu, era marcar a hora para uma parada.[303]

Episódio adicional de mescla da cultura fabril com a luta reivindicativa aconteceu na CBMM em junho de 1944, quando uma seção de 60 operários diminui a produção em tal monta que a gerência se dispôs a ouvir seus integrantes. Estes replicaram que só aceitariam conversar em grupo, sem delegações. Satisfeita sua condição, explicaram "'que não podiam produzir porque estavam mal alimentados'", necessitando de aumento para poderem comer melhor. Aconselhados a irem procurar o SMABC, eles alegaram que este, tal como o governo, pouco fazia pelos trabalhadores. Quando a produção foi *amarrada* na Goodyear com igual pretexto, os patrões e a polícia suspeitaram da presença de ativistas de base.[304]

Podiam, outrossim, considerar a convicção dos operários sobre seu trabalho. Hoje, explica Jayme Bento, "é esteira. O pessoal tem aquelas bandejas para pôr refeição, então é tudo separado, arroz, feijão, mistura, sobremesa". "Naquele tempo", na Firestone, "eram aqueles pratos fundos".

> "O pessoal que trabalhava bastante queria comer bastante. E podia repetir. O pessoal, se quisesse fazer duas, três vezes a refeição, fazia. Então, a alimentação era boa, tinha café com leite, café com leite na parte da manhã, na parte da tarde. (...) O principal é o povo alimentar-se. Para dar produção tem que estar bem alimentado porque se não tiver bem alimentado ele não tem força para produzir".[305]

É possível extrair mais desdobramentos dos episódios abordados até aqui. Sem esmiuçar o tema, foi visto o caráter inter-racial, plurinacional e multiétnico do movimento operário. Na medida em que as iniciativas de união operária foram contidas ou corroídas, essas diferenças iam sendo inscritas em registros diversos, encontrando outros espaços. Como sintetiza uma ofensa de um patrão à presença militante de Braz, este era um "tijolo mal queimado", isto é, um filho de europeus (italianos) com nordestinos (baianos). Em boa medida, o operariado também era sensível a essa demarcação de diferenças. Como veremos

---

[303] Entrevista de Philadelpho Braz, 16/10/96, Confederação Nacional dos Metalúrgicos e Museu da Pessoa, fonte já citada.

[304] "Atividades Comunistas em São Paulo", 8/6/44. Aesp, setor Deops, 50-A-256, fls. 1.

[305] Entrevista de Jayme Bento, São Paulo, 8/10/96. Projeto História das Profissões em Extinção. Realização: Confederação Nacional dos Metalúrgicos e Museu da Pessoa.

adiante, o crescente influxo de milhares de migrantes rurais trouxe gente secular do Nordeste, e isso viria a constituir uma incógnita para essa militância do pós-guerra.

Costurando tais diferenças, inclusive as de gênero, o sentimento de ver-se implicado com colegas que se arriscavam a lutar por direitos universais era um dos mais básicos fatores de coesionamento das lutas. Para alguém cujo convívio com "centenas de comunistas" foi uma marca, o fato de as pessoas se envolverem com as campanhas do PCB se devia mais a "razões éticas" do que a uma identidade com o marxismo-leninismo. Na opinião de um ex-dirigente, isso é evidência de que o partido não era estranho aos de baixo. Para ele,

> "a maioria daqueles que haviam aderido ao partido apenas desejava uma sociedade menos injusta, mais igualitária; outros ingressaram (...) por não aceitar a falta de liberdades no Brasil; outros, pela admiração a Luiz Carlos Prestes e à União Soviética, outros mais, em virtude de sua identificação com as lutas operárias".[306]

Outro aspecto saliente foi a similitude do comportamento dos executivos das firmas multinacionais com os assim chamados "capitães de indústria" brasileiros. Lee MacHale, na GM, e Armando de Arruda Pereira, na Cerâmica, eram adversários da organização sindical nas fábricas independentemente da nacionalidade e do estado tecnológico do capital que representavam e defendiam. Por isso, suas firmas tinham a mesma familiaridade com as delegacias policiais. Em acréscimo, eram ambas dependentes do despotismo fabril para tirar a produção. Ao mesmo tempo, é claro que havia uma divisão do trabalho. Pereira era líder empresarial da Fiesp, MacHale era um alto funcionário da divisão além-mar da GM. Assim, ao primeiro cabia imiscuir-se de corpo e alma na política nacional enquanto que o segundo podia ater-se a uma atividade que um experimentado militar estadunidense sempre fez mundo afora, qual seja, "missões silenciosas".[307] Portanto, é preciso relativizar o contraste feito entre capitalistas brasileiros arcaicos e empresários estadunidenses modernos, oposição muitas vezes produzida para celebrar a auto-imagem do imperialismo.

Além disso, é preciso cautela com outra imagem bipolar, do paternalismo brasileiro e da racionalidade da organização empresarial estrangeira. "Porque a indústria é o seguinte:

---

[306] Coelho, *Herança de*, op. cit., p. 58.

[307] Poliglota e culto, o perito da inteligência militar estadunidense Vernon Walters conheceu de perto o alto oficialato da FEB na Itália, tecendo amizade Castelo Branco. Foi adido militar no Brasil em 1964. É autor de *Silent Missions*. Nova Iorque, Doubleday, 1978.

eu trabalhei com os alemães, com os americanos, com português, com italiano", relatou José Costa. "E o americano, ele é muito descartável. Está dando produção, tudo bem. Parou, descarta. Ele não quer nem saber. Já o alemão é meio paternalista. Eles seguram as pontas". Esse contraste entre a gestão americana e alemã surgiu outras vezes. Numa delas, em entrevista com Antônio Vitório Mauro, este disse ter começado a beber no trabalho (guardando a garrafa em local maroto) depois de ingressar na Volks em plena arrancada do grande milagre. Sinal do jeitinho brasileiro? Sim, mas não só. O consumo do álcool era tolerado para que os trabalhadores dessem a produção exigida. No seu afã de aprontar o Fusca que o Brasil pedia e comprava, a Volks era "paternalista". Permitia esse tipo de licenciosidade e era, ademais, menos rigorosa com a parte financeira do que a Ford, notória pelo estrito controle efetuado pela matriz. Em compensação, a Ford foi mais permeável à representação sindical fabril.[308]

Preparativos e Alinhamentos

Quando *Notícias de Hoje* enviou uma equipe a São Caetano em atendimento ao chamado de um grupo trabalhadores da Mineração Geral do Brasil (MGB), a matéria pautada iria cumprir a função daqueles boletins de fábrica mimeografados, retratando as condições em que viviam os operários. Estes, noticiou o jornal, estavam labutando sob intenso ritmo de exigência e produção. Os correspondentes recolheram os queixumes com a água e a comida, os maus tratos dos chefes, a falta de assistência médica, a insalubridade, o atraso nos pagamentos, as suspensões injustas, a falta de fornecimento do macacão. Por meio de artimanha conhecida — "dispensam o pessoal de trabalho braçal prestes a completar três meses de 'experiência'. Em seu lugar, colocam outros que, também, logo depois são despedidos" —, os ordenados também foram alvo de queixa. Esse quadro, na verdade, era o saldo de dois fatores já mencionados.[309] Um carreava o atraso das relações entre capital e trabalho, retardamento resultante da opção pela *neutralização* repressiva de

---

[308] Entrevista de José Duda Costa, São Paulo, 16/10/96. Projeto História das Profissões em Extinção. Realização: Confederação Nacional dos Metalúrgicos e Museu da Pessoa. Entrevista de Antônio Vitório Mauro ao autor, São Bernardo, 25/2/93.

Mesmo entre firmas estadunidenses, reaparece a oposição entre "paternalismo" e "organização racional". Uma ocasião propícia para tal foi a fusão da Willys com a Ford. Sem maiores restrições, administrada localmente por Max Pearce, a Willys foi classificada pela Ford como "paternalista".

[309] Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 599. *Notícias de Hoje*, 1º/6/57.

experiências de concertação, que aconteceram, inclusive, na própria MGB. O outro denotava quanto boa parte do empresariado não se preocupava nem a com CLT nem com a sua própria providência de bem-estar aos empregados. (Aquelas empresas, como as automobilísticas, que prometiam fornecer direitos adicionais à própria CLT mereciam um melhor apreço por parte da mão-de-obra.)

Em acréscimo, grassava a carestia e foi contra a alta dos preços que, logo em janeiro, sindicalistas de diversas categorias de São Paulo lançaram a campanha anual do PUI no Teatro Colombo.[310] Figurante ma abertura dos trabalhos, o delegado regional do Trabalho Paulo Marzagão foi ovacionado por cerca dos 200 presentes. (No dia anterior, ele já havia participado de uma cerimônia de entrega das credenciais de delegado sindical a ativistas de base no Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil.) No seu discurso, Marzagão anunciou a vigência de "novos tempos", pois, em vez de o governo infiltrar policiais, estava ali em busca de contatos diretos com os trabalhadores. A diferença, isto não foi dito, era a seguinte: se a DRT era uma representação estadual de um órgão federal, o Deops era uma agência subordinada ao governo de São Paulo. De todo modo, era novo o fato de a DRT esquivar-se de ladear o Deops. O maior número de delegados presentes no teatro provinha dos metalúrgicos e dos têxteis. Do ABC, chegaram delegações dos Têxteis de São Bernardo, Construção e Mobiliário de São Bernardo, Têxteis de São Caetano, Metalúrgicos do ABC e dos Químicos de Santo André.[311]

Durante a sessão, uma operária fez uso da palavra para protestar contra a ausência de sequer uma menção sobre as mulheres trabalhadoras apesar de sua alta incidência na categoria têxtil. Maleável, a mesa diretora providenciou a aclamação de uma moção em defesa do trabalho do menor e da mulher mas a mesma deve ter sido esquecida com a mesma rapidez de sua aprovação. Pois este acatamento, note-se, não eliminou a tensão

---

[310] A sala Colombo era um cineteatro localizado no Brás, onde também ficava o Oberdan. No final dos anos 30, o bairro era o "segundo território cinematográfico da cidade". Designado pela Cia. Matarazzo para averiguar a baixa freqüência dos cines, Máximo Barro, após as diligências habituais, examinou a lista das fitas exibidas e apontou para a incompreensão dos programadores como causa dos problemas. Era preciso "entender" o bairro, explicou. "Habitado por muitos simpatizantes da Revolução Russa de 1917 e, portanto, fãs do cinema russo", era preciso passar filmes com que se identificavam. "Feita a experiência, o cinema encheu de novo". Simões, Inimá, *Salas de Cinema em São Paulo.* São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1990, p. 45.

[311] Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4309, 832.062/2-157. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

Sobre o lugar da DRT na política paulista, ver Benevides, *O PTB*, op. cit., p. 104.

existente em um movimento operário construído com desigualdades de oportunidades na sua representação e com o chamado da luta irrestrita por direitos universais. Em atitudes contrastantes com o ato de furar uma greve — notícia, como veremos, difundida pela grande imprensa —, as mulheres operárias se valeram da exortação sindical ampla para modificar a união de todos *como um só homem* (conforme propunha o panfleto distribuído na Ford em 1952) e alargaram a cena do Teatro Colombo.[312]

No mês seguinte, o encontro do PUI acabou transformando-se em ato contra a alta do custo de vida. O representante de Marzagão declarou seu apoio publicamente e anunciou o plano de JK de fornecer alimentos aos necessitados. "Não há dúvida alguma sobre a gravidade do problema da situação econômica", comentou o cônsul Butrick. Entretanto, para o secretário estadual do Trabalho, Indústria e Comércio tudo se resolveria com o crescimento econômico em curso. "O editorial de *O Estado* segue esse argumento tão razoável", emendou o cônsul. De sua parte, os sindicalistas anticomunistas menosprezavam as atividades do PUI e também não conferiam importância ao comportamento do titular da DRT. Haja vista a cotação de Marzagão à candidatura à Prefeitura nas eleições do ano seguinte, seria tudo demagogia populista.[313]

Ao contrário, aludindo a *Notícias de Hoje*, o cônsul Butrick se alarmou com a notícia da existência de 200 comitês de fábricas entre os metalúrgicos de São Paulo, "estupidamente reconhecidos pela DRT". Dilatando seu aviso, ele informou: "um contato reporta que, na verdade, existem 350 comitês desse tipo". Na opinião da sua fonte, "algumas fábricas dispõem de dois [comitês], um com as credenciais da DRT e outro, sem elas, a funcionar clandestinamente", bem podendo ser "células". Além disso, o cônsul reparou, o sindicato mantinha uma escola de formação política para "homens e mulheres".[314]

Entre outras coisas, a capacitação da militância era importante para aprimorá-la no enfrentamento da autoridade de supervisores e feitores sobre os operários. Com a industrialização acelerada, o crescimento das fábricas trouxe técnicos europeus e

---

[312] Essa tensão foi pertinentemente apontada por Wolfe, que mostrou o descompasso entre a participação e liderança das trabalhadoras têxteis no ativismo sindical de base com a sua baixa incidência na composição dos grupos dirigentes. Ver: *Working Women*, op. cit., pp. 172, 173, 176.

[313] Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.01/2-2057.

[314] Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4309, 832.062/3-157.

estadunidenses para a chefia de inúmeras seções. Com passagens por países desenvolvidos e subdesenvolvidos, esses tinham instrução especializada e experiência internacional. Delegados com uma fatia expressiva do poder empresarial, sair-se bem com eles constituía um teste decisivo para os ativistas do chão de fábrica.

A irritação do talentoso Butrick com Marzagão não tem o mesmo teor de sua queixa anticomunista com a tolerância do governo Kubitschek. Mencionado anteriormente, o decreto-lei 23046 (de 1947) objetivou solapar a crescente organização de base do movimento operário do pós-guerra, fornecendo um providencial remendo da Presidência da República para a salvaguarda da observância estatal de "manter o sindicato fora dos muros das fábricas", disposição visível desde o início do processo de implantação da legislação trabalhista.[315]

No ensaio de liberalização de JK, reconhecer a figura do delegado sindical significava cursar rotas sujeitas a turbulências. Do ponto de vista do movimento operário, escalar o delegado regional do Trabalho para o credenciamento de novos ativistas avançava na conquista de um direito, ou na consolidação de um costume, que os patrões, conjuntamente, rechaçavam e temiam. Numa fronteira tão nevrálgica e movimentada como a grande São Paulo, as repercussões das insinuantes alterações que isso traria seriam imediatas Brasil afora até porque — característica da época — na falta de uma grande liderança sindical para todo o país, havia líderes regionais estabelecidos e conectados pelas intersindicais.

Atento a tudo isso, na comemoração do Primeiro de Maio, JK definiu por onde passaria o equilíbrio da balança de forças. Quando prometeu que sua administração não iria "consentir que, por mais que vos paguem, vos reduzam à maior pobreza", ele sugeriu um freio às pressões por reajuste salarial, insinuando serem inócuas, mas admitiu, *mea culpa*, que o proletário já estava vivendo na pobreza. Presente ao estádio do Vasco da Gama (RJ), o presidente alegou que conspirar contra o desenvolvimento do país só iria prejudicar o operariado e os pobres e invocou "'nosso grande amigo, o presidente Getúlio Vargas, vítima de brutal rancor'". Com recados para a esquerda e a direita, ele frisou que sua política de tolerância e conciliação não podia ser confundida com fraqueza.[316]

---

[315] French, *O ABC*, op. cit., pp. 89, 294 (n. 92).

[316] Kubitschek, Juscelino. *Discursos*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1958, p. 102. BN (OG),

Quando *Notícias de Hoje* estampou a foto José de Araújo Plácido, vice-presidente do SMSP, fazendo campanha nos portões de Atlas e de Produtos Elétricos Brasileiros, estava em curso o esforço de ampliação da organização dos operários em grupos de base como, aliás, acontecia entre os vidreiros e os trabalhadores da construção civil. "Em ambas as indústrias", afirmou o jornal, "a reportagem pôde observar a firme determinação dos operários em deflagrar a greve, de acordo com a orientação do seu Sindicato". Plácido debateu com eles as atividades dos piquetes e das "comissões sindicais de empresas". Ao final, convidou as comissões a comparecerem a uma reunião conjunta de comissões na sede do grêmio. Tal como vários outros, *Notícias de Hoje* não era um jornal qualquer. Veiculava em grandes letras a palavra de ordem da organização dos "trabalhadores nos locais de trabalho para fazer frente à intransigência patronal". Noticiava e propugnava a tão negada existência de "comissões sindicais de base". Na verdade, dava a notícia ao mesmo tempo que se batia por ela.[317]

Os metalúrgicos de São Paulo, o fortim sindical do movimento operário paulistano, apareceram muitas vezes nas páginas desse jornal. João Zinovijas tinha 22 anos de experiência como operário fabril quando foi entrevistado por sua reportagem. Começara a trabalhar desde os 13 seguindo o exemplo de seu pai. Sócio do SMSP desde 1936, era um dos "muitos" delegados sindicais de empresa da categoria, atuando na Artefatos de Metais para Construções. Perguntado sobre os três fatos mais marcantes de sua vida de associado, ele apontou para a campanha salarial de 1939, quando "era difícil e perigoso lutar por aumento de salários" e para a invasão do SMSP pela polícia em 1942. O terceiro acontecimento era "a grande greve dos trabalhadores paulistanos de 1953".[318]

Já entre os metalúrgicos do ABC, os preparativos para uma campanha conjunta com a capital tiveram de ser reforçados por volta de julho, quando a direção do PCB-SP externou sua preocupação com a situação de "fraqueza" do partido no Triângulo e designou organizadores experimentados — Antônio Chamorro (têxtil) e Eugênio Chemp

---

II-246, 7, 32. Ver também: Nara II, State Department Records on Microfilm, RG 59, M-1511, rolo 5, 732.00(W)/5-357.

[317] *Notícias de Hoje*, 8/10/57, 28/9/57. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1030, 996.

[318] *Notícias de Hoje* 3/9/57. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 991.

(metalúrgico) — para manterem contato direto com um representante de Santo André, Armando Mazzo, outro tarimbado líder operário.[319]

Apesar de debilitada pela luta interna entre Prestes e Agildo Barata e de ter acabado de se instalar na diretoria do SMABC, trabalhistas e pecebistas executaram as diretrizes paulistanas com alguma eficiência. Eles se bateram pela dinamização do PUI local e, no SMABC, conclamaram à escolha de delegados sindicais e à formação de comitês nas fábricas em reuniões convocadas por empresa. Nisso, depararam com outros obstáculos. Em primeiro lugar, outra luta interna. Enquanto os primeiros queriam somar-se à campanha de São Paulo, a ala do presidente Lopes buscava acordos em separado com Pirelli e Isam, esvaziando as mobilizações. Em segundo lugar, na Tesouraria, estava a dupla figura de Serafim-Corraini.[320]

A 9 de agosto, reunidos na redação local de *Notícias de Hoje*, Mazzo repassou à assistência as instruções de como mobilizar os trabalhadores. Ele primeiro transmitiu a diretiva de divulgar amplamente o fosso entre os grandes lucros dos capitalistas com a depressão salarial. Na parte das tarefas, orientou os presentes a tirar comissões nas empresas, a incentivar os trabalhadores à sindicalização e à regularização de seus títulos eleitorais bem como a "promover agitações nas empresas, nas horas das refeições ou de aglomeração, pregando insistentemente a exigência de um aumento salarial na base dos 45%". Um dos comparecentes foi destacado para assistir as reuniões dos "representantes" da Fábrica de Vidro Mauá, Firestone, GE, LNM, Alumínio do Brasil, Mineração Geral do Brasil, entre outras. Outro para Rhodia, Fiação e Tecelagem, Valisère, Mercantil Suíssa e Brasmotor (estas duas metalúrgicas de São Bernardo). Outro foi destinado para Firestone, International Harvester, Pirelli, Fichet, GE e Jutifício Maria Luísa; outro para Mercantil Suíssa, Pirelli, LNM, Fichet e Atlantis. Por fim, mais um para Refinaria Capuava, CBC, Cofap e Cia. Superfosfato.[321]

---

[319] Relatório, 29/7/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 1971.

[320] Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 1967, 2033, 2075, 2082.
Embora, como veremos, Corraini viesse a chefiar piquetes, ele era ousado o bastante para contrariar as diretrizes do PCB. Em outra folha corrida, Serafim novamente granjeia elogios das autoridades por ter fechado acordos em separado. Folha Corrida, 3/12/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-694, fls. 414.

[321] Comunicado, 14/8/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 1988.

Quatro dias depois, a militância se reviu na casa de Graciano Fernandes. Semelhante a uma ata sindical, o comunicado policial deve ter se nutrido das notas de Serafim-Corraini. J. Amâncio, da Pirelli, participou os presentes da tendência de aceite da oferta de 8%, pois a base não cria nas "'possibilidades de conquistar os 45%'". Olindo Bonfim dos Santos, de São Bernardo, trouxe um informe mais alvissareiro: "'nunca trabalhei em firma que tivesse bons companheiros como temos na Mercantil Suíssa, pois faz poucos dias que saímos de uma greve e já estamos preparados para outra'". R. Mariano, da Atlantis do Brasil, disse que estava constantemente "'abrindo processos contra a firma para obter alguns benefícios'", reprovando acidamente as atitudes do chefe de pessoal. Segundo A. Rabelo, da comissão de salários da Fichet, "'para sair um aumento'", era preciso "'ameaçar o diretor de diminuição da produção'". J. J. de Souza retratou um clima adverso na LNM: "'quando os operários movimentam-se para a conquista de aumento de salários, os chefes já começam a mandar embora e aumentam ainda mais as perseguições'". Na Laminação, denunciado recorrentemente, o corpo de guarda armado privado era a explicação para a aterrorização dos trabalhadores. José Improta findou a sessão concluindo não haver outra saída a não ser "'formar 'comissões de empresas' e ir aos sindicatos. Sindicalizar a maioria dos trabalhadores. Incentivá-los a aprontarem seus títulos de eleitores para que o Partido tenha grandes resultados nas eleições de 1958".[322]

Transparentemente acessíveis à polícia, tais registros permitem ver os muitos elementos em jogo nessa campanha estadual. Se a tendência do grande reduto do SMABC, a Pirelli, era o aceite de 8% (dada a descrença na conquista de coisa melhor e a influência do presidente), o delegado a Mercantil Suíssa, usina de menor relevo, chegou com outro informe, sobre a prontidão para a greve. As falas seguintes mostram o quão importante era a atuação desses comissários na hora de abrir processos e obter benefícios, tanto quanto na hora de ameaçar a produção para *sair* aumento, assim como nos choques com as arbitrariedades e exigências das chefias e com a vigilância interna. Num quadro desses, a exortação à constituição de comitês não era uma palavra de ordem no vazio, pois, além de virem na campanha do PUI uma oportunidade para suplantar os 8% conseguidos pelo grupo de Lopes, seus adversários estavam de olho nos ganhos eleitorais de 1958.

---

[322] Comunicado, 20/8/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 1987.

Significativamente, a 2 de outubro, um comunicado ao Serviço Secreto avisou que se punha "em prática (...) uma das medidas primordiais", "a organização de delegações de empresas", algumas delas "quase completas". Essa escolha, foi explicado, "nada mais é que uma reestruturação com novas modalidades e reforços do chamado comitê de empresa", fato acontecido na Isam, Elevadores Otis, Pirelli, Fichet, STIC, Lidgerwood, Aços Villares, Companhia Industrial de Material Automobilístico (Cima), General Electric e Cofap. O informe alerta em seguida que "outros mais ainda deverão integrar outras delegações", o que aconteceria em assembléias específicas da Pierre Saby, LNM e Alumínio Brasil.[323]

Três dias depois, 47 ativistas (apontados em assembléias por empresa) receberiam suas credenciais de delegados do sindicato. Apesar disso, Antônio Cândido Lindolfo, responsável por São Caetano (não parecia haver um dirigente especialmente destacado para cobrir São Bernardo), se irritou com o atraso das negociações, culpou a executiva do SMABC e alertou que não conseguiriam somar esforços. Em outra sessão, quando fez um balanço dos preparativos, o PUI-ABC considerou que apenas os metalúrgicos estavam realmente integrados com o PUI paulistano. Àquele momento, pensavam que os químicos não iriam aderir, estimativa depois desmentidas pelos fatos.[324]

Enquanto isso, na capital, aumentava em 7% o número de delegados sindicais, *Notícias de Hoje* alardeou satisfeito. Reflexo da distribuição de 5 mil questionários, esse aumento guardava relação com uma das perguntas postas aos trabalhadores — "Você acha justo que tenha um delegado de empresa junto ao sindicato?". Muitos aplicaram suas respostas na prática pois havia delegados em usinas bastante conhecidas como Arno, Metalúrgica Matarazzo, Mecânica Matarazzo, Filizola, Metalúrgica Paulista, entre outras citadas, menos notórias.[325]

"As investigações levadas a efeito no meio metalúrgico tiveram o seguinte resultado", apresentou-se, em 9 de outubro, um detetive da Ordem Social. Notificando a "grande atividade" ebuliente após assembléia no Cine Oberdan no dia 6, ele explicou que a base do SMSP era mobilizada por "delegados de fábricas", sendo que estes últimos

---

[323] Comunicado, 2/10/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2081.

[324] Comunicados, 11/10/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2084, 2085.

[325] *Notícias de Hoje*, 6/6/57, 10/10/57. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 961, 1031.

recebiam informes e diretrizes nas reuniões com a "comissão de salários" e com a executiva da entidade. "Como é sabido", fez notar,

> "cada fábrica mais importante tem (no mínimo) um delegado do sindicato, e este é o elemento de ligação. Em fábricas maiores chega a ter um delegado para cada seção. Estes homens, industriados e treinados por dirigentes sindicais, indicam os elementos de maior confiança, isto é, mais revoltados e propensos à atividade comunista e com eles formam as comissões de salários nas fábricas".[326]

"Encarregadas de angariar simpatias (...) para o movimento grevista que se aproxima", as comissões e os delegados pontilhariam o traçado por onde passariam os esquadrões grevistas. Sobre estes, o investigador apurou que eles ainda não haviam sido formados — "pelo menos publicamente" —, estando marcada para o dia 13 a escolha de seus líderes. Sentindo ser a hora de fazer um "esclarecimento", ele elucidou a montagem dos piquetes ao descrever a recorrência de um *hábito* muito comum: "quando o sindicato está reunido em assembléia geral" e tem aprovada uma proposta de deflagração de greve,

> "surge sempre uma proposta para formação de 'piquetes', que depois recebem ordens diretamente da comissão executiva da greve, em sala fechada. Para a eleição, geralmente, os nomes dos membros dos 'piquetes' são anunciados pelos prenomes e eleitos rapidamente por aclamação".

Também na sede do SMSP, em uma sala de acesso restrito, estava concentrada a executiva do PUI, que, durante duas horas, recebeu dirigentes de cerca de 12 sindicatos aderentes à campanha. "Como essas reuniões são sempre realizadas secretamente, nada transpirou", lamentou o policial, que não dispunha de um espia como Corraini, outro motivo para nada ter transpirado. "Finalizando", alertou, "somos de opinião que é bem possível a greve" e previu: "se uma fábrica entrar em greve, esta será bem sucedida", pois bastaria "um pequeno número se pronunciar" para que, "como um rastilho de pólvora, o movimento se alastre".

O modo pelo qual o dito costume do movimento operário foi compilado pelo policial o expõe em sua ambigüidade. Os piquetes eram um recurso usual e mais bem-sucedidos seriam quanto mais fossem antecedidos por iniciativas, nas fábricas e bairros, que levassem os trabalhadores a reorganizarem-se em comissões e associações ou a

---

[326] Relatório, 9/10/57. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1013. As citações dos dois próximos

reanimar aquelas resistentes à repressão e aos seus problemas internos. Se fossem apenas uma palavra de ordem, menos seriam o decidido reforço numérico da organização operária local, neles recaindo todo o poder de fogo da parede. Esta, por sua vez, por mexer com uma matéria arriscada como a pólvora, poderia desdobrar-se em explosões. Por isso, uma vez invocados, os piquetes eram aprontados sigilosamente, um mecanismo de defesa contra infiltrações.

Prevista porque previsível, a greve foi desencadeada, mas o relatório acima merece mais um acréscimo. Conversando com um empregado da Decca como se fosse um colega, um investigador colheu a informação segundo a qual, por ser a dita firma muito grande, contava "com elementos sempre dispostos a trabalhar". Por isso, na convicção do seu interlocutor, o piquete devia aparecer e "ali agir com energia".[327] Eis aí o ponto nodal por onde o combustível do movimento podia queimar como predisposto nas assembléias ou como material explosivo.

Uma minoria conseguia parar a maioria em caso, como já foi visto, de ambas estarem previamente ensaiadas para a *representação* do chamado à greve pela militância. Uma minoria conseguia parar uma maioria caso a segunda desejasse a chegada da primeira (sem, no entanto, admiti-lo) para então cruzar os braços, tocando a sua vez de *representar*, isto é, tocando-lhe o papel de obedecer ao comando da militância. Uma minoria conseguiria parar uma "maioria" quando chegasse a uma fábrica e esta estivesse fracionada e, por meio da persuasão ou do constrangimento, os sempre dispostos a trabalhar se vissem em minoria ou temerosos de se indispor com seus pares dispostos a lutar. Para isto acontecer, seria preciso equacionar a tensão entre o risco contraído pelos que lutavam por direitos para todos e a natureza da pressão a que a luta recorria quando alertava para as conseqüências que os fura-greves sofreriam caso mantivessem posições opostas àquelas tiradas "pela categoria". Uma minoria conseguiria parar uma maioria quando conseguisse *irromper* as linhas de defesa da produção industrial, liberando os trabalhadores de represálias. Ficaria trabalhando uma resoluta minoria. Uma "minoria" imporia sua vontade quando formasse uma coluna muito resoluta na frente de uma usina. Se houvesse mais piqueteiros que gente para trabalhar, a "minoria" venceria. Se fosse apenas preciso que alguém se arriscasse no

---

parágrafos foram retiradas desta fonte.

[327] Relatório, 9/10/57. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1014.

piquete para dar o exemplo, a maioria se somaria a minoria. Por fim, paus e pedras, somados a agressões e intimidações, também podiam fazer a ocasião e, aí, de fato, uma minoria se sobreporia à maioria.

Nessa multiplicidade de situações, o piquete podia fazer dois movimentos básicos. Um era o de postar-se na frente dos portões ou nas imediações para medir forças com a repressão e com os fura-greves, atitude geralmente verificada na entrada, nas trocas de turno e nos retornos das refeições, muitas vezes feitas na rua. O outro movimento era chegar depois da entrada para o serviço e buscar tirar para fora os que estivessem dentro. Nesse momento, pelo fato de não haver não-grevistas nas ruas, os piqueteiros realmente visavam à fábrica como alvo prioritário. Isto porque, de um lado, não lhes era permitido entrar (a não ser, raramente, em comissões) para conclamar ao cruzamento dos braços. De outro lado, caso não tivessem acesso mesmo aos trabalhadores na produção, só a pressão sobre a usina iria interromper a pressão de guardas, chefes e administradores sobre os operários dispostos a aderir. Portanto, fora zombarias dos mais exaltados, os trabalhadores liberados não eram usualmente tratados com agressividade. Sabia-se que nem todos os que estavam trabalhando eram fura-greves ou "paus mandados" assumidos. Não era, enfim, um sindicalismo que prescindisse da persuasão para construir hegemonia.

Uma ação enérgica, essa foi a tônica da Greve dos 400 Mil. Na citada assembléia do Cine Oberdan, o líder Chemp misturou planejamento e estratégia política numa oração inflamada. Ele recomendou que a ação dos piqueteiros recaísse sobre pontos estratégicos do parque industrial cuja paralisia levasse outras fábricas de roldão, contornando a necessidade de envolver diretamente os empregados destas últimas em confrontações abertas com seus patrões. Com isso, os dirigentes planejavam somar mais gente aos piquetes que, em si mesmos, já eram uma soma ao trabalho sindical nas usinas. Nesse sentido, orientou os presentes a obedecerem a um "'zoneamento por grupos industriais'". Além disso, instruiu-os a usar a tática da persuasão para conseguir a adesão do turno que estivesse a trabalhar. Acaso isso não desse certo, deveriam "arrancar à força de dentro da indústria ao patrão". Chemp prosseguiu falando que uma campanha salarial conjunta da classe operária teria "impacto (...) maior" e assim conseguiria impedir os patrões de articular "tramas capazes de neutralizar a ação da greve". Encerrando, dirigiu-se aos políticos de olho nas eleições seguintes:

> "se os candidatos (...) quiserem o nosso apoio, terão que se curvar agora apoiando-nos neste movimento. Do contrário, só irão encontrar os votos de que necessitam nos PULEIROS e CHIQUEIROS!".

Por isso,

> "foi acatada com real agrado a atitude do governador do estado mandando a assistência social do palácio dar ajuda às famílias dos grevistas sapateiros, o que é uma garantia para as famílias de (...) futuros grevistas de outras categorias".[328]

Mesmo hábil e perspicaz, Chemp aproximou-se do aceite da violência quando admitiu ser preciso arrancar o trabalhador à força ao patrão de dentro da indústria. Na verdade, se o trabalhador fosse um "caranguejo" assumido, o piquete não teria peias de arrancá-lo pela força da indústria do patrão. Se o trabalhador estivesse hesitante entre se juntar a seus colegas e calar-se diante de seus superiores, o piquete não teria peias de arrancá-lo do patrão à força. Operário algum desconhecia o hábito patronal de impor sua vontade à sua mão-de-obra, independentemente do que esta última pensasse ou dissesse. Arrancar a produção, baixos salários, demissões, fornecer carta branca a feitores, mandar a guarda privada vigiar e intimidar, chamar a polícia, assédio sexual, burlar ou desrespeitar as leis trabalhistas, relaxar com as instalações higiênicas (tanto sanitários quanto chuveiros), insalubridade, descuidar da segurança do processo produtivo mas investir em segurança privada, aplicar multas e advertências. O repertório era, enfim, bem diversificado. Por causa disso, o piquete também era uma resposta ao despotismo fabril.

A Greve nos seus Acontecimentos e Significados

Congregando categorias cujos sindicatos pertenciam ao PUI, a Aliança Intersindical por Aumento de Salários e Contra a Carestia compôs-se com a Federação dos Têxteis de São Paulo, o Sindicato dos Mestres e Contramestres, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Curtume e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Papelão (todos da cidade de São Paulo), assim como pelo fiel da balança, o SMSP. Essas categorias marcaram uma greve pleiteando 45% de aumento salarial. Como precedente, podia-se olhar para a greve dos sapateiros, que levantou a demanda dos 45% e aceitou 25%.

---

[328] Relatório, 7/10/57. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1018.

Um detalhe discrepante da Greve dos 400 Mil foi a ordem do governador Jânio Quadros, que estava de olho nas eleições seguintes, de retirar o Deops e a Força Pública das ruas (medida revertida na passagem da terceira para a quarta jornada). Na data da deflagração, zero hora de 15 de outubro, a edição carioca de *Última Hora* noticiou com ironia que os repórteres da sucursal paulistana encontraram os agentes do Deops "apáticos, indiferentes e quase absolutamente alheios" a um dos "movimentos grevistas de maiores proporções já verificados em São Paulo". "Convém sublinhar", lembrou o redator, "que em outros casos de greve a polícia sempre saiu à rua ostentando um aparato bélico que impressionava". Não se viam transitando os "costumeiros" carros-tanques e os caminhões das tropas de choque. Em compensação, logo apareceram os piquetes, que, no Ipiranga, impediram "de forma rigorosa" as trocas de turno, causa das "primeiras escaramuças".[329]

A cobertura da reportagem do *Estado de S.Paulo* foi muito mais fundo na descrição dessas escaramuças e pôs em relevo o desespero patronal em armas. Amedrontados por não terem a tão habitual assistência de outras armas, o lado empresarial foi responsável pelas ocorrências chamadas de "alguns incidentes apenas" (de que resultaram três operários feridos a bala, aparentemente sem gravidade). Os três atingidos foram alvejados por vigias das metalúrgicas Columbia e Metalarte quando participavam dos piquetes. Na Alpargatas Roda, os piqueteiros foram ameaçados por guardas que sacaram suas armas, sem efetuar disparos. Na Olivetti, contaram-se seis estampidos, que não acertaram ninguém. Na Metalúrgica Speel, diante das manifestações, "pessoas que se encontravam no interior da fábrica, presumivelmente diretores ou prepostos" atiraram para cima, quebrando vidraças cujos estilhaços feriram dois piqueteiros.[330]

Em contraste, o juízo desse mesmo diário sobre o comportamento dos piquetes estimou que sua intervenção "não foi acompanhada de violência". Nas primeiras horas, eles "dirigiram-se aos portões das fábricas conclamando seus companheiros, que naquela hora estavam trabalhando, a suspender suas atividades", sendo "prontamente atendidos" ou recebidos com "recusa". Depois, por ocasião da troca de turno — "com calma e sem violência" —, foram conseguindo "êxito na maioria das indústrias e, quando percebiam que seu intento não vingaria, retiravam-se calmamente". Em várias firmas, receando a multidão,

---

[329] *Última Hora* (RJ), 15/10/57. *Última Hora* (SP), 16/10/57.

[330] *OESP*, 16/10/57. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

seus diretores saíram à rua "e conclamavam seus empregados a que fossem trabalhar ou então se retirassem (...) a fim de que não houvesse tumulto". No entender da matéria, ter de tomar essa decisão na frente dos patrões constrangeu muitos trabalhadores propensos a aderir à greve, impelindo-os a entrarem. Analogamente, a reportagem do *Correio da Manhã*, depois de inspecionar o Brás, Belém e Tatuapé, notou que "os metalúrgicos se dividiram nas suas decisões". "Parte entrou em greve e outra compareceu normalmente". Já os trabalhadores do setor do papel e papelão aderiram maciçamente.[331] No cômputo geral, as categorias reunidas na Aliança Intersindical cruzaram os braços. Era um fato notável: acrescido de 100 mil trabalhadores, 1953 voltara às ruas.

Além das diferentes posições — relutantes, hesitantes, resolutos —, a greve também se mostrou em suas ambigüidades. Na Celosul, ao passo que os paredistas observaram a praxe de "alimentar os fornos" a fim de não avariá-los — permitindo que 150 empregados não abandonassem o serviço —, na Monark, os piqueteiros apedrejaram vidraças e se desentenderam com os comparecentes ao serviço. Na Fábrica de Papel Simão, inferiorizados numericamente, dois policiais da Guarda Civil "chegaram mesmo a trocar idéias acerca do movimento com elementos dos piquetes", colóquio que aliviou as tensões imanentes à exposição de um piquete a outro.[332]

Outro que ambíguo, o *Correio da Manhã* foi contraditório. (É também verdade que o *Estadão* mudaria de tom depois.) Na principal manchete de sua primeira página, o jornal decretou o "fracasso" do movimento desde o início, imputando-o às operárias têxteis.[333] No noticiário, o testemunho da reportagem de rua trouxe uma notícia muito diferente,

---

[331] *Correio da Manhã*, 16/10/57.

[332] *OESP*, 16/10/57.

[333] Embora *Última Hora*, *Estadão* e *Correio da Manhã* sejam unânimes em veicular que as mulheres operárias apresentavam a resolução de não aderir, elas não se pautaram por ser fura-greves contumazes. Tal como os homens, as mulheres apresentaram-se diversas, com grande realce para as trabalhadoras têxteis, que aderiram em peso, repetindo feitos da Greve dos 300 Mil. No dia 18 de março de 1953, grupos de trabalhadores passaram nas imediações das fábricas do Belemzinho e da Mooca convocando seus colegas para uma passeata. A polícia política estava presente e acusou os "agitadores" de recorrem à "coação", atestando que "predominou o elemento feminino". Resumo dos Boletins Diários, 4/4/53. Aperj, Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro (PPRJ), setor estados, pasta 22-XXII, fls. 3425-27.

Ver também: Moisés, *Greve de*, op. cit., pp. 114, 116, 120. Wolfe, *Working Women*, op. cit., p. 172. Costa, *Em Busca*, op. cit., pp. 180 e ss. French, John; Cluff, Mary, "Women and Working-Class Mobilization in Postwar São Paulo". In: French, John; James, Daniel (org.), *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers*. Duke, Duke University Press, 1997. Wolfe, Joel, "There Should Be Dignity. São Paulo's Women Textile Workers and Strike of 300,000". In: Brown, Jonathan (org.), *Workers' Control in Latin America*. Chapel Hill, The North Carolina University Press, 1997.

realçando a autonomia operária. Os piquetes — "sem cometer violências" — frustraram o ingresso dos trabalhadores. Em alguns casos, até o reverteram, conseguindo "fazer voltar para a rua dezenas de operários que já haviam marcado o ponto". Outra "observação importante", os repórteres acrescentaram, "diz respeito à ausência dos policiais", concorrendo "em muito para que não houvesse conflitos". Livres da repressão, não passou despercebido o autocontrole e a sobriedade dos grevistas: "como se tratava de decisões tomadas pelos próprios trabalhadores, eles mesmos procuraram resolvê-las sempre com o propósito de evitar atritos".[334]

"'Estavam todos nas redondezas'", esclareceu um informante de Juarez B. Lopes. "'Quando chegou a hora'", prosseguiu

> "'mandaram tocar a sirena. Houve aquele movimento entre os operários, aquele zunzum, mas ninguém queria ser o primeiro a entrar. Ninguém entrou. Havia um pequeno grupo de 'piquetes' na esquina. Estavam observando uma pequena fábrica perto da nossa, onde estavam trabalhando. Não houve nenhuma demonstração, intimidação, nada".[335]

Com tiragens matutina e vespertina, a *Última Hora* paulistana fez a cobertura de longe a mais simpática e popular. Desde logo essa sucursal de Wainer deu voz aos trabalhadores, diferenciando-se de seus concorrentes. "Falam os grevistas". Com essa chamada, a redação buscou levantar seus perfis e motivações. Para tal, um repórter entrevistou Domingos Gonçalves, que comparou: "'na Santos-Jundiaí sempre viajo como 'sardinha em lata', mas hoje o trem veio quase vazio'". Como caracterizar o comportamento do operário que, como Gonçalves, rumou para as usinas? Resumidamente, aquele que não ficou em casa

> "comparecia perto das fábricas, formava rodinhas nas esquinas ou nos bares apenas por curiosidade, ou para aderir aos piquetes, ou para que os empregadores vissem que deu 'o ar da graça, mas os sindicatos mandaram parar e paramos'. Outros aderem ao movimento por medo de uma ação mais violenta dos piquetes".[336]

Entre esses últimos certamente estava um metalúrgico, pai de família e descrente da união de sua categoria. "'Tenho três bocas para alimentar em casa. A greve não vai

---

[334] *Correio da Manhã*, 16/10/57.

[335] Lopes, "O Ajustamento", op. cit., p. 62.

[336] *Última Hora* (SP), 15/10/57.

resolver'", declarou incrédulo. Livres do serviço, outros aproveitaram para ir ao Parque São Jorge assistir ao jogo entre Corinthians e XV de Piracicaba, enchendo o estádio em pleno dia útil.[337]

Na manhã da segunda jornada, terça-feira, 16, a chamada de *Última Hora* buscou um quê de licença poética: "fala o silêncio das fábricas". A grande notícia da noite anterior acontecera na usina têxtil São Paulo Alpargatas, sita à Rua Almeida Lima, paralisada por obra dos piqueteiros. A propósito dela, Bernardo Fernandes, dono de um botequim freqüentado pelos operários, observou: "depois de sete anos que estou estabelecido aqui é a primeira vez que vejo a fábrica parar". Na seqüência, ele aproveitou a deixa para lamentar-se do movimento, não o grevista, mas o da clientela — os "marmiteiros" — que não aparecera com seus pedidos habituais.[338]

"'Eu quis me vingar de 1953'", admitiu Adamastor Bueno, que apanhou "'para danar'" quando, defronte à Alpargatas, concitou seus colegas a cruzarem os braços na Greve dos 300 Mil. Lembrando-se das dentadas e latidos dos cães policiais, Bueno indicou que outros companheiros seus também haviam vivido o grande movimento grevista anterior. "'Sem que ninguém soubesse, ontem à noite, reunimos grande número de trabalhadores, constituímos um 'piquete-monstro', umas 400 pessoas, e paralisamos a turma da noite'". Alarmada com a notícia de sua movimentação, a administração não quis opor-se e baixou "ordens" a seus funcionários de não entrarem quando se aproximavam dos portões, mandando-os dispersar. Esse primeiro esforço, apesar disso, seria insuficiente. Pois os patrões, como classe, viram que ceder desse jeito era uma confissão de suas fraquezas. Assim, Alpargatas voltaria a funcionar e voltaria a parar.[339] Essa foi uma característica de toda a Greve dos 400 Mil: uma disputa lance a lance.

Por que uns não apagaram os fornos e outros apedrejaram a Monark? Para uma negociação acontecer, são vitais a busca de entendimento com vistas a um fato novo ou pelo menos a manutenção de um canal aberto de diálogo. Na Celosul, quando os fornos ficaram funcionando, pelo menos o diálogo não foi suspenso. Altamente prejudicial para a produção, o resfriamento era um fator de pressão na mão dos grevistas, mas deixá-lo

---

[337] *Última Hora* (SP), 15-16/10/57.

[338] *Última Hora* (SP), 16/10/57. As citações do parágrafo seguinte foram retiradas desta fonte.

[339] Para um relato da ação dos piqueteiros na Greve dos 300 Mil na Alpargatas, ver: Costa, *Em*

acontecer podia suscitar danos tão graves que esse recurso era usado mais como ameaça do que como resolução. (Na Cerâmica São Caetano, por razões ainda não apuradas, os fornos não seriam conservados apropriadamente.)

Na firma de bicicletas, ambos os lados contribuíram pouco. Segundo *Última Hora*, ignorando o SMSP, a Monark prometeu dar 25% a mais nos salários de seus empregados caso mantivessem a produção.[340] Entre *pegar ou largar*, o comparecimento foi satisfatório. Igual ao dos sapateiros, os 25% eram um índice bastante razoável, sobretudo quando confrontados com a intransigência que caracterizou os negociadores patronais nas mesas-redondas.

O piquete não aprovou esse trato em separado e tomou uma atitude enérgica. Com isso, queria tanto impor a greve geral como um fato inconteste quanto forçar o reconhecimento da Aliança Intersindical como o interlocutor do patronato nas negociações.

Sem prescindir dos canais oferecidos pela DRT, a aliança não aceitava acordos por empresa porque só admitia estabelecer contratos por indústria. Mesmo internamente heterogêneo — mas prevendo o fortalecimento do bloco laboral —, o patronato se pautou pela inflexibilidade, oferecendo contrapropostas "inadequadas" ou "insatisfatórias", recusando-se a comparecer às mesas-redondas e rejeitando os ofícios dos sindicatos com alegações presunçosas quanto à impropriedade do seu linguajar.[341]

Visto o reconhecimento da legalidade grevista pelo delegado regional do Trabalho Pimenta de Moura, a aliança intersindical até pôde enfrentar essa situação. Porém, nas primeiras 72 horas, pagou um preço por não haver acordos firma por firma. Fato corriqueiro nas campanhas salariais dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema nos anos 80,[342] é difícil saber quanto isso poderia ter contribuído para fixar um índice geral de reajuste dada a própria indisposição dos executivos em conciliar com os sindicatos envolvidos (a antecipação salarial "voluntária", tal como as folgas coletivas, era um artifício de esvaziamento da mobilização).

Busca, op. cit., p. 185.

[340] *Última Hora* (RJ), 16/10/57.

[341] "The São Paulo Strike of October 15-25, 1957". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4310, 832.062/12-1057.

[342] Baseio-me aqui em pesquisa de minha autoria, realizada no Cedi, "História das Táticas de Greve dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (1977-1990)".

Sem ultrapassar a casa dos 30%, empresas mais fortes (dentre estas as automobilísticas) aceitavam majorar vencimentos e isso custou à parede amargos desencontros com operários dispostos a trabalhar. Diante disso, a direção da greve se viu forçada a enfatizar a decretação do desligamento geral das máquinas para impor-se aos patrões, posicionando-se de frente para a abertura das hostilidades.

Reações e Posicionamentos

Ainda no primeiro dia de greve, uma outra notícia trouxe à tona mais um litígio, desta feita travado no pano de fundo dos conflitos: a medição de forças entre janistas e janguistas, que era entremeada pelo ademarismo. Em São Paulo, isso podia moldar a margem de votos decisiva para a vitória de cargos executivos, desde a Prefeitura até a Presidência. Quando *Última Hora* avisou do estado demissionário do delegado regional do Trabalho Pimenta de Moura, sua substituição podia abalar a máquina do pouco prestigiado PTB local. Além disso, o jornal chamou a atenção para os "interesses políticos" de Jânio, insinuando estar o governador de olho nos votos dos assim chamados "marmiteiros", termo aristocrático usado para deplorar a presença crescente do operariado no jogo eleitoral.[343]

No lado empresarial, embora orquestrados pelo tom antigreve, os registros também deixam ver nuanças. Várias comunicações feitas por industriais com a Fiesp enfatizaram a manutenção da normalidade produtiva, alegando que os trabalhadores compareciam como de hábito e só paravam depois da chegada dos piqueteiros. Onde houve resistências, acrescentaram, os piquetes revelaram-se em sua virulência, amedrontando a todos. Entre os industriais têxteis, a reclamação era por policiamento ostensivo. "'Graças à absoluta falta de policiamento, a greve assumiu proporções alarmantes'", apavorou-se Nei Moreira, presidente do Sindicato das Empresas de Fiação e Tecelagem de São Paulo, um dos maiores responsáveis pela intransigência patronal durante as negociações. As mensagens encontradas na Fiesp sobre choques vinham de várias unidades fabris. Muitas delas foram originados pela ojeriza dos industriais de verem seus empregados reunidos nos seus sindicatos. Carlos Rossi, presidente do sindicato patronal dos curtumes, declarou desconhecer qualquer distúrbio. Apesar disso, lastimou o fraco compromisso dos aparelhos policiais com o seu tradicional papel de "dissolver" piquetes, nada comentando sobre a

captura de Remígio Perotti, presidente do sindicato operário dos curtumes, detido durante quatro horas, tempo suficiente para alijá-lo do comando num momento vital. Mesmo assim, de acordo com Rossi, a parede atingiu 75% da categoria. O presidente da Fiesp Antônio Devisate afirmou o fracasso do movimento ao argumentar que os estabelecimentos só eram paralisados "pelas violências dos piquetes, e não por vontade dos operários". Também ecoou os reclames do empresariado têxtil, exigindo garantias policiais.[344]

Publicado pela imprensa, no rol das empresas que ligaram para a Fiesp, as causas variaram desde as investidas dos piquetes (depredações e incêndios), a falta de policiamento, a simples *presença* do piquete até a "paralisação" (total ou parcial). Comunicada pela própria firma à Fiesp, esta última causa — "paralisação" — é uma classificação diferente de outras como "impedimento" ou "ameaça", sugerindo suspensão das atividades por parte dos próprios trabalhadores. Contando com reforços da capital, o Triângulo do ABC registrou parada nas têxteis. A tecelagem Nice foi uma das firmas que sofreu paralisia, tendo remetido, por causa disso, uma lista de nomes para a polícia política com os fins da sua averiguação arquivística.[345]

Outra alegação reveladora da predisposição dos trabalhadores de entrarem na greve era a suspensão da produção por causa da *presença* dos piquetes paredistas. Sem os piquetes das milícias da FP, os patrões não resistiam porque caíram abatidos em seu moral. Perplexos, aturdidos, estavam fora de combate. Pior: as colunas grevistas egressas das assembléias sindicais eram capazes de angariar apoio e aliados sem maiores obstáculos. Por isso, os patrões sabiam que o movimento forçaria a paralisação nas usinas dispostas a resistir (pois, para isso acontecer, era preciso convocar, ou pressionar, a mão-de-obra de obra a comparecer). Para tal, acendido o rastilho das fábricas paralisadas, verdadeiros esquadrões — o "piquete-monstro" — foram arrumados com centenas de integrantes para agir onde fosse necessário. Evidentemente, tais agrupamentos se compunham com aqueles trabalhadores já decididos a não produzir. Sabendo que a campanha contava com a simpatia de muitos dos presentes ao serviço (de cuja escolha a greve e a produção careciam), os

---

[343] *Última Hora* (RJ), 15/10/57.

[344] *OESP*, 16/10/57.

[345] *OESP*, 16/10/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 301, 313-A.
O rol das firmas atingidas foi reproduzido no *Boletim Informativo*, nº 421, 1957, p. 186. CRS, BIFCH.

industriais cederam rapidamente e fracassaram no seu intento de impedir a aproximação dos resolutos com os tendentes à adesão.

Sem abrirem mão de sua tese — segundo a qual os trabalhadores, como classe, compareciam habitualmente para só aderirem depois de pressionados —, os industriais criticavam a falta de policiamento e asseguravam que, se voltasse o par FP e Deops, todos retornariam ao trabalho. (Um raciocínio depois desmentido na prática.) Com isso, tentaram explorar seu recuo fácil e errático como uma manobra de complacência para com os radicais, dando-lhes o que pediam para, em seguida, tomar de volta. Nesse segundo movimento, a diferença foi o ânimo da campanha grevista, obstinada em não arredar pé de suas posições, coisa que os patrões fizeram.

A predisposição patronal de não resistir também se apoiava no seu receoso parecer sobre outra predisposição, aquela manifesta entre os empregados. Como veremos, o gerente da Leon Feffer mandou calar as máquinas logo após assistir a um simples — e angustiado — grito de "'pára!'" de um dirigente sindical para um operário numa janela. Numa fábrica de 500 trabalhadores visitada por um piquete pequenino, isso significava que alguém lá dentro dispunha-se a cruzar os braços, razão pela qual o gerente não defendeu suas posições.

Abalados com a extraordinária alienação policial, vários sindicatos patronais reunir-se-iam no dia seguinte, 16, para apreciar os fatos e, eventualmente, declarar a suspensão de suas atividades. Enquanto isso, a assembléia da Aliança Intersindical resolvia que a greve continuaria por tempo indeterminado. Nessa mesma sessão foi decidido ainda que os piquetes, geralmente compostos por cerca de 300 pessoas, deveriam se pautar pela "máxima cautela", evitando desentendimentos com o fraco policiamento existente, guardas privadas e os não-grevistas. Segundo o QG da parede, o êxito foi "total" em Santo André. Entretanto, o *Estadão* difundiu que, no setor têxtil, a paralisação atingira apenas 10% dos trabalhadores de Santo André, sendo mais bem-sucedida em São Caetano, onde 80% dos operários das usinas de fiação e tecelagem haviam sido paradas. Em estado de alerta, os metalúrgicos do ABC aguardavam o resultado da rodada de negociações do dia 17.[346]

Enquanto a aliança empresarial-policial não era restabelecida, *Última Hora* aproveitou a oportunidade para centrar seu fogo sobre Jânio, responsabilizando-o pelo crescimento das tensões. Próxima dos seus competidores, *UH* foi condescendente.

---

[346] *OESP*, 16/10/57.

Espremidos entre a escalada das paralisações e a despreocupação policial, os proprietários das fábricas foram retratados como desprotegidos e isolados. Diante da "marcha" dos piquetes sobre suas usinas, eles, em pânico, "chegaram a empunhar armas", refletindo o "estado de espírito" da classe.[347]

A Greve nas Automobilísticas

Sucedida a 16 de outubro, a segunda jornada da Greve dos 400 Mil foi tomada pelas ocorrências que vitimaram as dependências da Ford e Vemag, ambas no Ipiranga (à margem da linha ferroviária para o ABC). Eram a nova de que o *Estadão* carecia para estreitar seu cerco. Com críticas às depredações e com alusões à falta de representatividade da Aliança Intersindical, o editorial do dia seguinte retomou a versão da Fiesp e associou a "relutância da grande maioria" ao seu fervor pela preservação do "bem-estar" de empresas cuja "prosperidade" estava em xeque.[348]

No noticiário, acha-se o líder da minoria na Câmara dos Deputados, Herbert Levi (UDN-SP). Este deitou sua fala em sessão do dia 16 propagandeando que a greve não tinha o apoio do operariado porque este não havia sequer sido consultado. Nos seus errôneos cálculos, 99% dos trabalhadores haviam se apresentado ao serviço. Apontando para Ford e Vemag, só depois da passagem — violenta — dos piquetes, é que aconteceu a paralisação. Ao argumentar que havia um conluio entre sindicalistas e políticos para a efetivação de "planos sinistros" de subversão, Levi bateu em tecla característica da direita, aproveitando a ocasião para espezinhar Jânio quando se mostrou desgostoso com o fato de o governador transportar-se com "comunistas no seu automóvel". Depois, acrescentou que o setor têxtil tinha interesse na parada produtiva para desafogar seus estoques.[349]

No *Correio da Manhã*, as especulações de Levi vão além "do que alcança a vista". À par sua censura ao patronato têxtil, ele suspeitou da omissão dos governos estadual e federal. Sugerindo o caráter inconfesso de seus objetivos, disse que "existiam rumores de

---

[347] *Última Hora* (RJ), 16/10/57.

[348] *OESP*, 17/10/57. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

[349] "O deputado Herbert Levi (UDN), banqueiro de São Paulo, acusou os fabricantes de têxteis e os outros de parcialmente culpados pela greve; disse que os fabricantes estavam com excesso de estoque e que por isso não se interessaram em chegar prontamente a um acordo". Ver: Young, Jordan, *Brasil 1954/1964*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1974, p. 55. Por causa disso, o presidente da Fiesp enviou-lhe um telegrama

que uma série de movimentos de agitação (...) teria por objetivo final a adoção de medidas de exceção e intervenções, desejadas por certas facções, inclusive do Exército".[350]

Há uma implícita complementaridade entre a fala do diário dos Mesquita com a do deputado udenista. Se o primeiro difunde o compromisso dos operários com o ritmo de prosperidade de suas empresas — uma alusão sub-reptícia aos trabalhadores da indústria automobilística (cujos investimentos mal começavam a ser vertidos no país) —, o segundo dirigiu-se negativamente ao empresariado do setor têxtil, cobrando-lhe o preço de seu papel no emperramento das conversações.

Cotejemos a fala do *Estadão* com mais uma, de *Última Hora*. Usado em outras ocasiões, o ato de repelir pessoas com jatos d'água é inserido no texto de modo a alterar o conteúdo da reportagem. Apoiado em informações prestadas por diretores das empresas, o *Estadão* descreveu uma dúzia de incidentes. Na Vemag, em versão não confirmada oficialmente, as exigências de cerca de mil piqueteiros se fizeram acompanhar de ameaças de incêndio, chantagens inflamadas pelo aparecimento de um caminhão a transportar homens armados com paus e protegidos por sacos de areia. Um portão foi arrombado e as dependências, invadidas, verificando-se um quebra-quebra. "Funcionários da empresa tentaram repelir os invasores com mangueiras e extintores", reportou o jornal. Na Ford, de acordo com *Última Hora*, quando chegaram os piqueteiros, a fábrica montava seus caminhões rotineiramente. "Vendo que a firma achava-se prevenida para um possível revide", resolveram "penetrar-lhe o interior e determinar a paralisação total dos trabalhos". "Assim fizeram e ninguém fez uso de suas armas". Porém, uma vez lá dentro, foram atacados com jatos de água pela guarda da empresa, causando outro quebra-quebra.[351]

Um relatório enviado à matriz da Ford em Dearborn pela sucursal paulistana fornece a versão da administração local prestada à matriz.[352] Depois de dois reajustes salariais concedidos pela gerência de Relações Industriais (RI) — um de 10% em fevereiro e outro de 12% em 9 de outubro, necessitando apenas de 1,46% a mais para chegar aos razoáveis 25% —, toda a força de trabalho se manteve alheia ao chamado à greve. No dia 16, a montagem

---

de réplica. Ver: *Boletim Informativo*, nº 421, 1957, p. 190. CRS, BIFCH.

[350] *Correio da Manhã*, 17/10/57.

[351] *OESP*, 17/10/57. *Última Hora* (SP), 17/10/57.

[352] Managers Monthly Letters, 31/10/57. Brazil, São Paulo, Ford Motor do Brasil, 1957. Organization & Management. AR-75-63-430: 33, FIA.

foi suspensa por um grupo ambulante de piqueteiros que, reunido diante do portão principal, "demandou o fechamento da fábrica e a retirada dos trabalhadores". Logo depois do envio dessa mensagem, "os piquetes começaram a jogar pedras nas vidraças" do prédio administrativo, chegando a ferir seus funcionários. Depois do ordeiro abandono do serviço por parte dos operários, o piquete foi-se embora. Com serviço extra agendado, as linhas voltaram a mover-se na segunda, 21.

Detalhes importantes — mas não dirimidos a contento —, precisamos saber de quem partiu a ordem ou o ato (e o seu motivo) de jogar pedras depois de o piquete ter se aproximado da fábrica. Primeiro, o relatório, a não ser para jactar-se, não reportaria um eventual ataque de jatos d'água das mangueiras antiincêndio. Segundo, se a parlamentação ocorreu da forma como narrada, sem incidentes, por que atacar a empresa antes da chegada da resposta? Para demonstrar força e constranger? Ou porque o piquete era um agrupamento heterogêneo, internamente conflitado, sendo formado pelos mais diversos tipos de pessoas, dos provocadores aos sindicalistas?

Dispomos, porém de duas certezas. Uma: o relato não vincula a liderança do piquete à iniciativa de agredir, e sim aos "piquetes", isto é, às turmas que iam se formando no portão. Além disso, omite o fato de a fábrica não contar com o protecionismo policial, desfavorecimento causador de inúmeros choques na hora da aproximação dos manifestantes grevistas. Outra certeza era o fato de os operários, na Ford, terem mantido a normalidade do serviço por já possuírem um salário reajustado em bases aceitáveis, efetivamente um furo na estratégia da Aliança Intersindical de responder por pretensos 400 mil paredistas. Concluindo, se o cordão dos piqueteiros reunia uma respeitável aglomeração, se era o móvel da unidade grevista, por isto mesmo era alvo da rivalidade dos atores interessados em influenciar o ânimo da multidão, atraindo a mira da polícia, dos políticos e dos empresários. Difícil apurar, mas, possivelmente, enquanto os "chefes de piquete" manejavam os recursos do constrangimento e da intimidação, os bate-paus denunciados pela vizinha Vemag podiam ter aparecido para excitar o quebra-quebra.

Por sua vez, o *Correio da Manhã* expôs sua tese sobre o caráter essencialmente intimidador da — "cuidadosamente preparada" — forma de agir dos piquetes. Antes de aparecerem, os operários presentes ao serviço eram "visitados por uma comissão de elementos de sua própria categoria" que os exortava à adesão. Nesse contato, "aparentemente amistoso", a comissão fazia sentir de maneira "velada", que a presença

posterior dos piquetes poderia "redundar em violência", deixando ao arbítrio dos que quisessem produzir a probabilidade de sofrer as "conseqüências" de suas decisões.[353] Como se isso fosse possível de acontecer com tanta civilidade e liberdade: uma comissão apontada no piquete entra na fábrica, conversa com os trabalhadores, faz ameaças e não sofre oposição alguma.

Ainda nessa segunda jornada grevista, como os piquetes eram vários e volumosos, os paredistas conseguiram alcançar a distante Mercedes-Benz, em São Bernardo, que se declarou impedida de operar, dando folga a seus empregados até a segunda-feira, 21. A Willys cessou a produção igual, alegando falta de garantias. Mais resistente, GM só aceitaria fechar no dia seguinte, 17. Detalhe importante, conquanto pouco conhecido, os trabalhadores de Ford e GM não quiseram entrar em greve porque já haviam percebido majorações.[354]

Falam os Grevistas

Sem espionagens, mas sem dispensar suas fontes, *Última Hora* prosseguiu na escuta dos trabalhadores e lhes deu uma saída ao bloqueio antigreve da grande imprensa. Em uma matéria acerca de três grevistas "calouros", o gráfico José Campos quis afastar as acusações de gangsterismo sindical e definiu: "'não é como no filme *Sindicato de Ladrões*'". Continuando, explicou-se: "'achei que devia entrar na greve para acompanhar meus companheiros. Não fica bem companheiro de serviço, vendo seus colegas se sacrificarem, deixar de cooperar'". O jovem metalúrgico Guedes de Souza, de apenas 14 anos, também

---

[353] *Correio da Manhã*, 17/10/57.

Segundo Beynon, nos anos 50, "a idéia do 'agitador' arraigara-se na consciência do público" bretão, crente na "irracionalidade e estupidez do operariado". Continuando, "o mesmo ocorreu na década de 60". "Os operários da indústria automobilística eram retratados como pessoas dóceis ou intimidadas perante os bombásticos líderes". Ver: *Trabalhando para*, op. cit., p. 22.

Para o caso argentino, depois da queda Perón em 1955, Daniel James também escreve que uma "imagem geral propagada pela mídia" de "violência e fraude" da burocracia sindical sobre os trabalhadores fundamentava uma crença geral na subserviência do operariado ante as autoridades políticas, empresariais e sindicais. *Resistance and Integration. Peronism and the Argentine Working Class, 1946-1976.* Cambridge, Cambridge University Press, 1988, p. 250.

[354] "The São Paulo Strike of October 15-25, 1957". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4310, 832.062/12-1057.

possuía um ponto de vista similar: "'a greve não assusta como eu pensava. É um dia bem diferente na vida da gente. Parei porque achei que devia acompanhar meus colegas'".[355]

Colhidas com empatia, nessas duas exposições de motivos, os grevistas não exibiram razões sindicais (reivindicações ou o acatamento do comando dos líderes) nem motivações subjacentes, como a de poder dar o troco ao despotismo fabril ou à exploração da sua força de trabalho. O que os empurrou a aderir? Entre a incerteza e a insegurança, vale notar a sensibilidade ao chamado da luta por direitos universais (no caso 45% de reajuste), a sensibilidade ante a necessidade de estarem unidos na hora do enfrentamento com chefes e patrões. Ou antes, o sentir-se implicado com seus pares, seguramente por causa de suas relações de camaradagem.

Logo, havia uma regulação entre juntar-se ou ficar de fora. Esta, ao mesmo tempo que demonstrava a solidariedade tecida na cultura fabril, realimentava os choques culturais existentes. Quando o gráfico e o metalúrgico entrevistados sugerem que novos significados surgiram com a experiência da greve, despontam tanto a relação entre sua oposição aos fura-greves e as objeções vindas desses mesmos fura-greves quanto a tensão entre voltarem ao trabalho e permanecerem parados. Atentadas por Lopes no sua pesquisa de campo na Metal Leve, essas tensões foram equacionadas pela disposição dos paredistas de agir como uma "unidade", reelaborando sua indefinição inicial.[356]

O terceiro entrevistado, Silvestre Bozzo, embora fosse presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Papelão, era igualmente um calouro no mistério de entrar em greve. Na noite de segunda-feira, 14, comandava um piquete de apenas oito homens e o conduziu para a Indústria de Papel Leon Feffer. "'Pensei que fosse me desmoralizar'", confessou. Na frente da fábrica,

---

[355] *Última Hora* (SP), 16/10/57. Curiosamente, tanto nessa fonte, quanto numa próxima (em que os grevistas são referidos como "'cachorrada'"), há uma coincidência — nada casual — entre os textos de *Última Hora* e *Notícias de Hoje*. Há ainda uma terceira coincidência, a preocupação com a juventude dos grevistas, especialmente por serem também recém-chegados do Nordeste. Para o cotejo dessas fontes, ver: Fontes, "Centenas de", op. cit., p. 168, notas 64, 93.

Sindicato de Ladrões (*On the Waterfront*, 1954) faz parte da filmografia de Elia Kazan e conta a história do envolvimento do sindicalismo portuário estadunidense com o crime organizado e a corrupção. Ver: Schvarzman, Sheila, *Como o Cinema Escreve a História: Elia Kazan e a América*. Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 1994, pp. 174 e ss.

[356] Lopes, "O Ajustamento", op. cit., p. 65.

A propósito da relação entre grevistas e não-grevistas na Nitro Química, ver: Fontes, *Trabalhadores e*, op. cit., pp. 162, 174.

> "'a primeira pessoa com que falei foi o gerente. Quis entrar e ele falou que não poderia violar a propriedade privada. Falou que permitiria o fechamento da fábrica às 6 da manhã. Era meia-noite. Nisso, apareceu um operário na janela e gritei: 'pára. Diga prá turma parar'. Imediatamente, o gerente chamou o encarregado e disse para ele parar as máquinas gradativamente. A fábrica tem 500 homens. O gerente permitiu que eu entrasse junto com ele (...). Falei com os trabalhadores. Esperei que todos saíssem e o piquete foi reforçado com mais de cem operários, metade dos quais dispensei para que garantissem a continuação da paralisação da empresa [no dia seguinte]'".

Na têxtil Mariangela, as tecelãs presentes, após parlamentarem com uma comissão de suas colegas em greve, aceitaram largar o serviço caso não fossem admoestadas na saída. Em instantes as máquinas foram desligadas e o seu silêncio realçou o entusiasmo no lado de fora. Nem paus, nem pedras. Os piqueteiros sabiam negociar com os comparecentes uma saída honrosa para eles, ou elas. De sua parte, os patrões reservavam punições para os grevistas, mas estes, ou estas, também sabiam o que fazer. Uma usina têxtil próxima à estação Ermelindo Matarazzo "conseguiu afastar a investida dos piquetes utilizando-se de mangueiras". Nas suas cercanias, os grevistas se reagruparam em número superior a mil e "montaram guarda ao redor de vastas instalações de uma fábrica de *rayon* (...), que já sentia os efeitos da ausência de 80% dos seus empregados", estrangulando-a até o seu abafamento. Observados por Lopes, os funcionários da Metal Leve se comportaram com autovigilância, calma e união. Nesse segundo dia de greve, bem como nos seguintes, "um número menor de operários ia até lá na hora da entrada e, depois de certificar-se de que ninguém entrara, retirava-se pouco a pouco".[357]

Se a onda das paralisações ressoou como maremoto na Vemag e Ford, em frente à Têxtil Gabriel Calfat, a autoria das agressões partiu de mãos e idéias pagas e instruídas pelos patrões. Depois da concordância do proprietário, uma comissão de grevistas foi destacada do piquete para entrar e conversar. Mesmo assim, João de Oliveira, sentindo uma fisgada na barriga, caiu baleado e, subitamente, a aglomeração em volta se desfez apavorada. Na seqüência, Oliveira foi resgatado pelos seus companheiros, que se arrastaram ao seu encontro. Autor dos disparos, o zelador Lindolfo preferiu a porta dos fundos para sair de cena. Nos bastidores, embora temesse a raiva da multidão, a qual

---

[357] *Última Hora* (SP), 16/10/57. *Correio da Manhã*, 17/10/57. *OESP*, 17/10/57. Lopes, "O

"reclamava sua pessoa" no proscênio, "não escondeu à reportagem sua revolta pelos grevistas".[358]

Os Interesses dos Políticos

Sendo muito difícil apurar uma só origem para as agressões nas automobilísticas do Ipiranga, o fato é que as imagens das danificações às vistosas fábricas do "Brasil moderno" foram adotadas por jornais e revistas da grande imprensa como mote de suas objeções ao crescente poderio sindical da classe trabalhadora,[359] fenômeno demonstrado por uma paralisação de massas no âmago do Brasil industrial. Apesar da dificuldade, vale inventariar as origens. Seguramente, podemos encontrar nos janistas, ademaristas, petebistas e pecebistas anseios de dividendos eleitorais para 1958, razão para a cumplicidade com a radicalização crescente. A muitos interessava que o caldo fosse entornado. Depois, um aguardente a mais aqui, um extremismo ali, o anúncio da proibição da repressão policial por parte de Jânio (previamente veiculado nos encontros), as sensações de impunidade daí decorrentes, os paus e pedras, a necessidade de parar fábricas importantes (premência agravada por derrotas anteriores para a repressão), entre outras variáveis, permitiram, ou levaram, os grevistas e ativistas a irem além dos limites.

É impossível imputar à Aliança Intersindical uma premeditação criminosa (a necessária solução da sua falta de representatividade nas bases) e, ao mesmo tempo, ignorar conscientemente o peso do papel jogado pelas guardas privadas, os infiltrados policiais, os infiltrados pelos patrões, os infiltrados pelos políticos. Voltando àquela figura da classe trabalhadora como uma praça onde muitos comerciantes mercadejavam, esta não era monopólio dessa intersindical ou desse partido, nela estendendo-se ramificações as mais diversas. Em que pesem as orientações quanto à prontidão para o confronto, não foi apurado, com base nos vários flagrantes de delitos, esquema algum de emprego de homens

---

Ajustamento", op. cit., p. 62. op. cit.

[358] *Última Hora* (SP), 17/10/57.

[359] Não por acaso, há uma foto do quebra-quebra na Ford no volume 4 da enciclopédia *Nosso Século*. (São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 212.) A polícia guardou muitas das fotoreportagens no dossiê 43-Z-0 (Aesp). Adicionalmente, podem-se encontrar várias imagens no arquivo do *Correio da Manhã*. Ver: AN, fundo Correio da Manhã. Menos divulgada, a violência policial na dissolução de piquetes pode ser apreçada em *Arquivo em Imagens*. Série Última Hora, nº 1. São Paulo, Aesp, 1997, p. 107. Ver também: Moisés, *Greve de*, op. cit., pp. 113-115, 117-120.

armados e embarcados em veículos pesados como a grande tática paredista. Outrossim, pode-se perguntar pela rede de informantes e colaboradores do Deops (muitos deles operários e sindicalistas). Afinal, se este departamento estava impedido de agir, isso não recaía em cima desta rede, podendo agir para a sabotagem da greve.

No final da parede, um comunicado levou dados do "militante comunista" Augusto R. da Silva ao conhecimento do Deops. Vendedor ambulante, da Silva era um ex-vereador do PCB e foi designado pelo Comitê Regional Piratininga "para comandar 'piquetes' de greve no setor metalúrgico de São Paulo". "Infiltrado" no SMSP mesmo sem pertencer à categoria, a polícia achava que ele vinha "cumprindo a contento o trabalho de agitação e orientação". No dia 19, ganhara a incumbência de chefiar um piquete de 30 homens cujo destino era Utinga, distrito industrial de Santo André coligado com a ferrovia. Sua meta era "paralisar (...) as indústrias que estivessem em atividade". Da sua "palestra com outros companheiros de tarefas", o espião policial não registrou incitação à violência, mas sim uma preleção revolucionária marxista-leninista.[360]

Depois de Levi ter assoprado suas especulações, os rumores quanto a planos escusos cresceram e variaram. Após muitos debates no Salão Roberto Simonsen, a Fiesp concluiu que não havia condições para manter a normalidade das operações fabris, lançando um apelo de socorro ao II Exército. Os presentes foram então informados dos entendimentos mantidos com autoridades ministeriais, estaduais e federais para reprimirem a greve e ouviram, ainda mais, "que o sr. João Goulart, vice-presidente da República, de há muito prepara o movimento que ora eclodiu".[361]

Descontada a repugnância da direita paulista para com João Goulart — bem como sua suposta onipotência na regência de greves —, não é aconselhável descartar também seu interesse no descontrole da campanha grevista, propiciando a repressão policial e assim destruindo os planos janistas de conquistar a simpatia de 400 mil eleitores. Com a presumível volta da FP e do Deops, os grevistas teriam choques para recordar depois (como faziam com a Greve dos 300 Mil). E Jânio não seria lembrado apenas como o bom homem que ajudou a greve.

---

[360] Ver: Relatório, 21/10/57. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1028.

[361] *OESP*, 17/10/57. Pronunciamentos e notícias referentes à Fiesp nesse episódio foram republicados no *Boletim Informativo*, nº 421, 1957, p. 186. CRS, BIFCH.

Quando *Última Hora* divulgou o rompimento dos industriais com o governador Quadros, ela ressaltou a maturidade do operariado e a capacidade de liderança dos sindicatos. Depois, hostilizou os "elementos marginais" que procuravam "extrair do monumental movimento dividendos políticos". O primeiro deles foi Jânio Quadros, acusado de precisar apoiar a greve para recuperar-se de um pretenso prestígio combalido, sendo censurado em suas atitudes — "omite-se, marca e desmarca encontros com os donos de empresas" — enquanto manteve a ordem de alheamento policial diante das refregas. O segundo elemento era a Fiesp, cuja intransigência foi responsabilizada por forçar a deflagração e a continuidade da parede. Ao apelarem ao II Exército queriam os empresários "afogar em sangue as justas e pacíficas reivindicações", incompatibilizando os militares (nomeadamente o marechal Lott, ministro da Guerra) com o operariado. Com isso, projetavam intrigar São Paulo e o poder central, invocando o fantasma da secessão, o "ambiente de 1932".[362]

"Embora sua exatidão não possa ser estabelecida em caráter satisfatório", ressalvou o adido trabalhista Fishburn, uma "tese plausível", apresentada por uma "fonte confiável", ajudou-o a entender as disputas em jogo. Jânio encontrara-se com líderes sindicais antes da data aprazada "e concordou em permitir uma greve de três dias". Entretanto, esse acordo foi detectado por Jango, que o considerou "tão favorável a Quadros" que, vendo-se ameaçados, seus aliados em São Paulo "combinaram a violência com o fito de desacreditar Quadros e a greve". Quanto aos comunistas, eles seriam contrários às agressões "porque a tendência seria imputá-las a eles próprios e isso prejudicaria os seus objetivos".[363] Quem, apesar dos ataques sofridos, acabaria contornando a situação seria o próprio governador. A UDN, a Fiesp, *Última Hora*, *Estadão*, *Correio da Manhã*, Ademar de Barros, Jango, todos, como veremos, procuraram tirar proveito de sua decisão. Sobre uns recai a suspeita das infiltrações, de outros vieram críticas virulentas. Jânio, de qualquer maneira, viria ser eleito presidente em 1960. No entanto, dada a legislação eleitoral, e pela

---

[362] *Última Hora* (RJ), 17/10/57.

[363] "Labor Report". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.06/3-1058.

Conforme Edson Nunes, competia ao governador requisitar tropas do Exército. Se quisesse, Kubitschek até poderia oferecê-las, mas a aprovação era de estrita competência estadual. Ver: *A Revolta das Barcas. Populismo, Violência e Conflito Político.* Rio de Janeiro, Garamond, 2000, p. 90.

vontade do eleitorado, que mudou o partido no poder (saiu o PSD e entrou a UDN), a dupla "Jan-Jan" foi consagrada pelas urnas, mantendo Jango — o herdeiro do trabalhismo de Vargas — na Vice-Presidência da República.

A Marcha dos Piquetes no ABC

Considerando os alinhamentos e os boatos, suas próprias informações e o perigo do descontrole associado a uma intervenção militar, a Aliança Intersindical divulgou um manifesto denunciando a infiltração de agitadores com o intuito de indispor exército e polícia contra os trabalhadores e exortou os grevistas a seguirem o comando apenas dos "chefes de piquetes" credenciados. De uma segunda medida — a designação de reforços para o ABC —, esperava que soprassem ventos mais amenos. A aliança prometia incluir a Aços Villares, a Mineração Geral do Brasil e a Rayon Matarazzo na fila das paralisações do dia seguinte, 17.

Segundo a correspondência local do *Estadão*, num texto que possivelmente não foi filtrado pela redação paulistana (encarregada de afinar o noticiário com o editorial), a chegada dos reforços paulistanos contribuiu para a paralisação da indústria têxtil em Santo André. Em conseqüência, na noite do dia 16, os tecelões deliberaram paralisar as unidades vizinhas de São Bernardo. (Os metalúrgicos ainda deveriam esperar pelo dia 18.) Os piquetes, de acordo o correspondente local, tinham agido dentro dos limites. "Salienta-se que, apesar de toda a convulsão em que vive a classe trabalhadora de Santo André, nada de anormal vem se registrando, pois o movimento é pacífico". Evidentemente, o texto não fora enquadrado nas linhas dos redatores.[364]

Ainda nessa jornada — a propósito, véspera da cessação das atividades entre os metalúrgicos do ABC —, agrupados na sucursal do jornal *Notícias de Hoje*, dirigentes zonais do PCB escalaram delegados de comitês e secretários de células para comandarem os piquetes na Rhodia, GE, Otis, CBC, Atlantis, Fichet e Refinaria de Petróleo União. Como nutriam a expectativa de um resultado positivo (precisamente porque confiavam na mobilização de base), deveriam os piqueteiros — "com maior número de operários na rua" — tocar a vez de paralisar a Refinaria Capuava. Adicionalmente, recomendaram levar

---

[364] *OESP*, 17/10/57.

"pedaços de pau" e "pedras" contra qualquer reação "por parte de patrões" ou de "operários contrários".[365]

Reunidos no mesmo horário dos tecelões, ativistas da Rhodia se encontraram no Salão de Festas do SMABC para resolver sua inclusão no movimento. Recebendo a assistência de Joaquim Martes, as confabulações parecem ter apresentado um deslizamento discursivo, menos hierárquico e mais sindical. Ao sindicalista José Improta, Martes deu as seguintes instruções, trazidas de um encontro na sucursal do *Notícias de Hoje* (provavelmente o acima). Primeiro, disse ele,

> "'faça parar o trabalho na Rhodia, em seguida, paralisem a Fichet e convidem os trabalhadores desta para parar a General Electric; prossigam a tarefa estendendo a paralisação às demais indústrias, mas sempre convidando os trabalhadores a acompanhar o piquete de greve para engrossá-lo e demonstrar unidade'".[366]

No dia seguinte, 17, enquanto, na capital, a Greve dos 400 Mil amanhecia em sua terceira jornada, às 4h20 despontava o primeiro dia da greve dos metalúrgicos (àquela época estimados em 30 mil) e químicos do ABC. Os primeiros, como se vê, não aguardaram a demorada regulamentação do dissídio da categoria e, mãos à obra, deram vida aos piquetes *antes* de qualquer posicionamento oficial. Contribuíram para isso não só a sua espontaneidade mas também a mobilização intersindical do PCB.

Embora recebessem a aprovação do uso da violência contra "operários contrários", os piqueteiros sabiam discernir os fura-greves contumazes dos não-grevistas hesitantes. Antes, distinguiam entre apedrejar as fábricas, *marretar* a polícia e hostilizar fura-greves. Sobre os não-grevistas, não se abateram com agressões. Na madrugada, uma turma pôs-se em movimento para impedir a troca de turno na Rhodia e nas metalúrgicas Fichet, GE e Otis, logrando suas pretensões sem grandes problemas. Defronte à Otis, a coluna já contava com 1,5 mil homens, sendo então desmembrada em duas. Uma metade foi parar fábricas químicas e a outra se dirigiu para a Firestone, da categoria dos borracheiros. Aí, com novas adesões, o piquete voltou a ter cerca de 1,2 mil pessoas, tomando o rumo da automobilística International Harvester e Fambra, ambas paralisadas "sem incidentes", após o que foi a vez

---

[365] Comunicado, 17/10/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2091.

[366] Comunicado, 18/10/57. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 1880.

de Pirelli, Isam e Cofap (onde o número de aderentes foi pequeno). Além dessas, Prest-O-Lite e GM, finalmente, também pararam.[367]

Uma segunda fonte policial dá pistas dos passos de mais um piquete, saído de Santo André para São Caetano no fim da manhã. Este primeiro passou pela Fichet, GE e Otis e — "sempre se engrossando com novas adesões" — revestiu-se de uma "atuação ameaçadora", espectro responsável pelo fechamento de outras firmas. Sem "agir com depredações" (porque assim estavam instruídos por Zamignani e Corraini), o único caso de choque registrado verificou-se na Lidgerwood, onde os piqueteiros, na sua maioria de têxteis, "'marretaram'" um guarda por este ter reagido à sua passagem. No mais, ao fim do dia, o correr do anúncio da ordem de Jânio à polícia para que "reprimisse todo o exagero dos piquetes" serenou os ânimos dos mais exaltados e mitigou a agitação de provocadores e extremistas. Nota de insucesso, "apenas na Laminação Pignatari (...) grevistas ainda tentaram obrigar a sua paralisação no que foram impedidos, à mão armada, por *piquetes* da Força Pública" (g.m.). Por volta das 17h00, um segundo piquete saiu da Vila Prudente com cerca de 500 pessoas. "Com paus e pedras", seus membros "passaram o resto da tarde forçando o fechamento do comércio em geral e das indústrias", extrapolando os planos dos dirigentes. No seu encalço, o investigador presumiu ser "integrado na maioria por nortistas". Migrantes, e com "grande alarido", eles fecharam a Rayon Matarazzo.[368]

Nesse primeiro dia de paralisação dos metalúrgicos e químicos do ABC, o êxito nas firmas citadas foi geral. Nas outras, um informe da polícia política comunica que "nada de anormal" foi registrado nas ações dos marceneiros, trabalhadores da construção civil,

---

[367] Comunicado, 18/10/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2112.

[368] Informe reservado, 18/10/57. Aesp, setor Deops, 30-B-7, fls. 79.

Extrapolaram e surpreenderam. No entanto, isso não significou uma ruptura entre autonomia da classe e controle da condução sindical. Munhoz elide completamente a questão das infiltrações para ressaltar a auto-organização "sem o concurso das entidades". Ver: "Sindicatos e", op. cit., pp. 26, 27.

Em geral, os estudos referendados nas proposições de Weffort abordaram os movimentos grevistas conjunturalmente para discutir a linha do PCB, contendo-os em um debate sobre a *direção* a ser dada à *espontaneidade* operária de criar comissões de fábrica. Ao desaprovarem os pecebistas por sua decisão de povoar a estrutura sindical oficial sem adotar uma irrestrita bandeira de autonomia, ou por se aliarem a petebistas, apontam para as resoluções de outras correntes contra o imposto sindical e a manipulação. Aqui, diversamente, a constatação dos problemas na prática sindical dos comunistas não induz a identificar na plataforma oficial das outras correntes a força motriz da transformação do sindicalismo.

têxteis. Entre os não-aderentes, as moveleiras são-bernardenses. "Praticamente paralisada toda a indústria do ABC", esse foi o saldo do dia 17 de acordo com o *Estadão*.[369]

PIQUETE CONTRA PIQUETE II

A tarefa hercúlea dos grevistas não foi interromper a produção em companhias modernas, grandes e privadas; fossem multinacionais ou não, fossem antigas ou novéis. Também não foi devida à sua alardeada incapacidade de se mobilizarem a partir do chão da fábrica na sua relação direta com seus patrões. Cortada a eletricidade da cerca que o Estado fornecia — gratuitamente — à empresa privada para esta isolar-se dos sindicatos e, assim, relacionar-se diretamente com sua força de trabalho, a luta de classes era outra. Onde isso não aconteceu — na Indústria Nacional de Armas (INA), na CBC, na Companhia Nacional de Forjagem de Aço Brasileira (Confab),[370] na LNM e na refinaria Capuava — se atou o nó górdio das confrontações entre os piquetes de greve e das forças da ordem, inicialmente montados pelo II Exército, que não se esquivou de guardar as fábricas de cuja munição e armamento dependia.

A maior dificuldade estava na aliança empresarial-policial e não na crônica incapacidade operária de *sindicalizar* o chão da fábrica. Como vimos, havia experiências de associação de base na CBC e na LNM, mas ir de encontro ao II Exército na primeira e ao corpo armado dos Pignatari na segunda não era algo que se resolvesse apenas com o desejo da vontade.

Antes de mais nada, um primeiro obstáculo era a própria recusa do presidente do SMABC, que insistia em dizer que não era a hora correta para uma greve (os metalúrgicos do Triângulo estavam em campanha fora da data base legal). Na assembléia do dia 18, as 1,8 mil pessoas que se ajeitavam nas ruas adjacentes "lotadas" pensaram diferente.[371]

Sem mencionar seus providenciais telefonemas à polícia e sem esquecer o argumento antigreve característico — Jânio "retirou as tropas policiais das ruas e deixou as

---

[369] Comunicado, 18/10/57, Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2090. *OESP*, 18/10/57.

[370] Em momentos sem contenciosos, Confab, na voz de seus empregados, era "Com Orgulho Nós Fabricamos Armas Brasileiras". Medici, *Migração e*, op. cit., p. 530.

[371] Informação Reservada, 18/10/57. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 1885.

empresas à mercê das turmas que se formavam em pontos da Grande São Paulo" —, Lotufo, diretor da Cerâmica, lembrou-se ainda que

> "nós tivemos notícia de que uma multidão de 5 ou 10 mil pessoas se dirigia para a fábrica. O que fizemos: dispensamos os operários. E, quando a multidão chegou, já não havia mais ninguém trabalhando, a não ser os operadores de forno que mantinham os fornos ativados. Isso era uma norma, nesses momentos de greve. Os grevistas toleravam (...), para que nem a firma nem eles próprios fossem prejudicados. Mas, em 1957, esta norma foi desrespeitada. Os grevistas invadiram a Cerâmica e pararam os fornos. A greve era geral, pelo abono de Natal. E a Cerâmica já dava abono. A greve durou 48 horas".[372]

Mesmo a parede não sendo por abono, o incidente aconteceu e foi usado pela grande imprensa para pregar o convite da ação policial. Permitido o seu retorno às ruas, a FP desembarcou pesadamente armada na passagem do dia 17 para o 18. Com sua chegada, os soldados se iam enquanto os milicianos montavam acampamento dentro das fábricas. Fora, a cavalaria impedia a formação de rodinhas ou aglomerações. Sua meta era reverter o amplo apoio que a campanha encontrara entre o operariado fabril do Triângulo, especialmente em São Caetano. Para tal, cobraria olho por olho, dente por dente. "'Se o piquete vier, pode *queimar fogo* sem dó'" (g.m.), teria autorizado um oficial na porta da firma cujos fornos haviam sido *apagados*. Na capital, a situação não era muito diferente. Defronte à Arno, um outro oficial teria afirmado que não permitiria a aproximação dos piquetes junto dos trabalhadores que se apresentassem ao serviço mesmo se agissem "pacificamente". Em frente à Ramenzoni, outra declaração de guerra de oficial da FP: "'comigo aqui grevista não tem vez. Não permito aglomerações e as poucas que chegaram perto dispersei energicamente para demonstrar que estava aqui para fazer valer realmente a nossa força'".[373]

Com notícias assim, além de denunciar a violência repressiva, é claro que *Última Hora* também visava a atacar o governador. Enquanto difundiu a perspectiva de uma greve geral em todo o estado (apesar das infiltrações sofridas), anunciou: "Jânio faz de São Paulo

---

Nos dossiês do Deops, constam vários registros do "ponto de honra" que a paralisação de LNM significava, a dita "operação Laminação". Os grevistas não tiveram êxito. Para uma análise das lutas nessas e outras fábricas no início dos anos 30, ver: Mazzo, *Memórias de*, op. cit., pp. 72, 81-83, 86-87.

[372] Entrevista de Francisco Lotufo. In: Medici, *Migração e*, op. cit., p. 380.

[373] *Última Hora* (SP), 17-18/10/57.

uma praça de guerra". Na matéria, ironizou sua "histriônica" "reviravolta" quando prometeu vigilância policial "violenta e implacável". "Os senhores me traíram, supunha-os meus amigos", queixou-se Quadros aos sindicalistas, os quais replicaram ter compromissos apenas com os trabalhadores. Pacificador, o ministro do Trabalho Parsifal Barroso declarou que as medidas de Jânio haviam desanuviado a ameaça de intervenção federal em São Paulo.[374]

Com a presença ostensiva das forças policiais nas ruas, os infiltrados e os exaltados viram seu poder de persuasão decrescer. Ao mesmo tempo, os piquetes intensificaram o autocontrole para não entrar em choques com a soldadesca. Reunida na noite de quinta-feira, 17, a Aliança Intersindical discutiu a necessidade de reforçar sua liderança sobre o movimento por causa de "grupos alheios aos sindicatos" a agirem "livremente na cidade fechando fábricas de setores que não estão em greve". Denunciando a presença de "interesses estranhos", um orador afirmou que "as provocações poderiam partir de elementos industriados pelo sr. Jango Goulart". Ao final, resolveu a Aliança "organizar piquetes de pressão" contra infiltrações.[375]

De fato, na sexta, 18, quando um agente do Deops se imiscuiu em um grupo de têxteis de São Paulo, as suas observações ficaram marcadas pela preocupação dos grevistas em mostrar a justeza de sua campanha nas visita feitas às redações de *Última Hora* e *A Gazeta*. Na primeira, um têxtil usou da palavra para expressar sua certeza de que "os distúrbios e depredações estão sendo causados por elementos pagos pelas próprias indústrias para assim (...) forçarem o governo [a] colocar os policiais contra os operários". Depois, na sede do Clube dos Motoristas Profissionais, "falando aos companheiros", um de seus membros "reafirmou estar compenetrado da lisura do movimento grevista".[376]

Ainda nesse dia, em mais uma entrevista de patrões com sindicalistas na Justiça do Trabalho "notou o observador" do Deops que os 250 manifestantes acomodados na entrada

---

[374] *Última Hora* (RJ), 18/10/57.

[375] *OESP*, 18/10/57.

Já citado, conforme o relato do piquete saído da Vila Prudente no dia 17, este passava pelas ruas forçando o fechamento do comércio, que nada tinha a ver com a luta pelos 45%. Quanto mais se disseminaram, tanto mais os piquetes agiram com licensiodade. Possivelmente, a Aliança Intersindical não se importaria muito com isso não fossem as depredações, o vandalismo e os delitos cometidos pelos aproveitadores, habilmente explorados na grande imprensa, mas isso não significa que tenha então abafado a espontaneidade operária.

do prédio portavam faixas e cartazes com vários dizeres. Um deles rebatia as acusações sofridas: "nós não agredimos, fomos agredidos". Significativamente, em outro relatório policial, foram anotadas as denúncias de agressão e pressões policiais contra os grevistas. Delas inteirada, uma delegação de três deputados, entre estes Franco Montoro, saiu incontinenti para avistar-se com o secretário da Segurança Pública. Na seqüência, reunidos em assembléia, os metalúrgicos da capital reclamaram das infiltrações nos piquetes e decidiram reduzir o número de seus integrantes, devendo os mesmos serem credenciados pelo sindicato.[377]

O retorno do policiamento não foi o grande solvente de paz que os empresários, os partidos antigreve e a grande imprensa tanto propalaram. Quando 10 mil soldados da Força Pública foram dispostos nas ruas, essa corporação policial militar, pela primeira vez em 22 anos, gozou de total autonomia de comando para reprimir grevistas. Num acordo palaciano que os beneficiou enormemente, coronéis e tenentes-coronéis não precisavam mais se submeter às ordens da Polícia Civil, abrindo a possibilidade para desmandos, acobertamentos e impunidades. Imediatamente, piquetes de cavalarianos foram designados para atuar no ABC.[378]

Por causa da apreensão dos industriais com a adesão dos metalúrgicos do ABC o *Correio da Manhã* mobilizou repórteres locais para ir o Triângulo a fim de levantar "o que de verdade existia". Em São Bernardo, eles apuraram que "todo o parque industrial era guardado pelos soldados da FP, fortemente armados", mas apenas deram o exemplo do funcionamento de Brasmotor. Em Santo André, o comparecimento era maior que as ausências. Em São Caetano, soldados do exército e da FP eram os responsáveis pela retração do movimento. Diante disso, concluíram:

> "no ABC, os piquetes tentaram por todos os meios impedir que os trabalhadores comparecessem às fábricas. Como nos demais lugares, a chegada da polícia acabou com a pressão desses grupos".[379]

---

[376] Boletim, 18/10/57. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 1871.

[377] Relatório, 21/10/57. Relatório, 21/10/57. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1025, 1026.

[378] *OESP*, 19/10/57.

[379] *Correio da Manhã*, 19/10/57.

Resultado ansiosamente aguardado, desfeita a força dos piquetes e "cessados os abusos" (somente os cometidos em nome da greve), confiantes industriais reabriram suas portas na capital. No entanto,

> "os policiais que montaram guarda às fábricas desde zero hora de ontem [18, sexta] e [que] observaram o comportamento dos trabalhadores são unânimes em declarar que reduzido número compareceu (...). A maior parte dos empregados que se dirigiu às indústrias, porém, não entrou em serviço. Os piquetes de greve praticamente não agiram no dia de ontem".[380]

Diversamente, tanto a *Última Hora* quanto o *Estadão* reportaram uma situação diferente. Na briga pela Cerâmica São Caetano, o movimento operário levava a melhor apesar da pressão empresarial-policial. Na verdade, o Triângulo aderira plenamente. Enquanto aguardavam o pronunciamento da Justiça do Trabalho sobre seu pedido de dissídio, os metalúrgicos do ABC não iam trabalhar. "Sabe-se que 90% das indústrias (...) se encontram paralisadas em conseqüência dos piquetes" — os quais, vale notar, não se exibiam mais com a desenvoltura inicial.[381] Evidentemente, o sindicalismo do PUI efetivou uma grande paralisação com outros recursos além do grande medo que os esquadrões de grevistas levavam às administrações das usinas.

Grevistas em Compasso de Espera

"Minutos antes da hora de início do trabalho", marcou Lopes em seus apontamentos, podia-se ver os operários da Metal Leve "aglomerados nas esquinas". Eles

> "conversavam em pequenos grupos, sem grande barulho, parados, observando os portões de entrada. Um soldado da Força Pública passou entre eles afirmando a um e a outro que poderiam entrar, que 'teriam proteção'. Afastou-se e todos continuaram a esperar, olhando na direção da fábrica. Tocou a sirena. À porta estavam dois milicianos (...) e dois ou três guardas da Companhia. Como os operários não entrassem, fecharam o portão e deixaram apenas uma porta aberta. Lentamente, foram-se desfazendo nas imediações da fábrica os pequenos grupos de trabalhadores. As últimas aglomerações foram dispersadas por alguns

---

[380] *OESP*, 19/10/57.

[381] *Última Hora* (SP), 19/10/57. *OESP*, 19/10/57.

cavalarianos".[382]

Depois disso, nas conversas, disseram a Lopes que apenas três haviam furado a greve. As opiniões sobre eles diferiram. Vários se mostraram críticos. Enquanto um os chamou de "'fresquinhos'", outro alegou serem "'os novos de casa'"; tinham medo de perder o emprego. Um terceiro foi certeiro: "'não podem nos prejudicar... três não tocam uma linha!'". Outros se viam como "'coitados'" e apenas estavam do lado da maioria. Observador, Lopes notou que os grevistas não incluíam os mestres (todos estrangeiros) no cômputo dos fura-greves.[383]

Lopes logo constatou a possibilidade da volta ao trabalho, pois os operários haviam perdido o desconto dos vales e ainda bancariam o desconto do domingo remunerado caso se mantivessem de braços cruzados. "'Saí de casa'", admitiu um deles, "'pensando que hoje entrariam, mas eu disse à minha mulher, se (os outros) não entrarem, eu também não entro!'". Já um profissional, ao desaprovar a atitude tomada, desafiou: "'quero ver depois muita gente, sem dinheiro, arrependida!'". Se este último previa o arrependimento, havia também aqueles que sabiam se manter em greve sem arrumar problemas para si próprios. "'Então, como vai isso?'", perguntou um mestre numa rodinha. Justificando sua permanência no lado de fora, um respondente replicou "'os guardas disseram que garantiam a entrada, mas quem garante a saída?'". Esse pretexto de "evitar 'encrenca'" era, no entender de Lopes, "uma desculpa" para participar do movimento. Nem mesmo era uma questão do primeiro passo rumo a fábrica cujo risco ninguém desejava assumir. Pois a greve foi furada nessa volta do policiamento. Entre os que entraram, ressalvaram os entrevistados, não havia ninguém da "turma", mas mestres, puxa-sacos ou novatos, não da fundição e das linhas de montagem, do trabalho duro.

---

[382] Lopes, "O Ajustamento", op. cit., pp. 63-65. As informações dos dois próximos parágrafos foram retiradas desta fonte.

[383] Tal cálculo tem uma explicação. Com base em cerca de 400 entrevistas (feitas em 1958) acerca das "experiências vividas" de trabalhadores em usinas têxteis, moveleiras e mecânicas de São Paulo, o sociólogo Luiz Pereira escreveu: "num primeiro momento o operário se autodefine pela sua condição no interior do processo produtivo estrito, onde o outro é a figura do 'patrão'". Expressa-se assim "como o pólo dominado nas relações sociais de produção vividas nos locais de trabalho, apreendidas por ele como relações entre 'empregado e patrão'", independentemente da maneira mais ou menos favorável com que "avalia a conduta do 'seu patrão' para com ele *ou a de quem faz as vezes deste (mestre, etc.)*" (g.m.). Este último, aliás, era um "'delegado' do 'patrão'". Ver: *Trabalho e*, op. cit., pp. 25, 26, 143.

Saldo geral, "poucos operários voltaram a algumas fábricas", registrou o *Estadão* — para seu próprio desconsolo. Imagem da força da paralisação, mesmo com o retorno da FP, estampou-se foto de cartaz no portão da (agora guarnecida) Ford com os seguintes dizeres: "a fábrica permanecerá fechada até segunda ordem". Perdida a aposta da volta imediata ao trabalho, era patente que só a ostentação dos piquetes policiais não era suficiente. Era preciso dissolver a união paredista e tocar os trabalhadores aos pitos e apitos de volta para as fábricas. Casualmente, um outro instantâneo talvez contivesse a chave oculta das próximas rodadas. Quando colheu a presença de três cavalarianos dispersando rodinhas defronte a uma fábrica de linhas de costura, o repórter fotográfico eventualmente captou a dita chave. De uma usina dessas, a Linhas para Coser — que bem podia ser a do retrato —, procederiam, segundo *Última Hora*, três moças operárias dispostas a interromper o apronto dos carretéis, mesmo que, por causa da repressão, tivessem de convidar políticos para se protegerem.[384]

A Greve dos 400 Mil adentrava uma fase nova por duas razões. Em primeiro lugar, o calendário. Como o sábado era um dia de muito menor atividade, não se esperavam feitos extraordinários. Pelo contrário, o fim de semana podia servir para a desmobilização e provocar retorno ao trabalho na segunda-feira, dando início ao seu encerramento. Em segundo lugar, depois de revogada a desenvoltura dos piquetes, os patrões sabiam que reabrir as fábricas não era suficiente para chamar ninguém de volta. Mais serviços a polícia teria de mostrar. Com ataques aos grevistas, a campanha ficaria reduzida à pequena base do *sindicalismo politizado de minorias militantes*. Era essa a aposta dos empresários, era essa a voz da grande imprensa.

Para o *Correio*, a FP afiançava o direito de ir vir dos operariado. Por isto, noticiou o fim da (por ele decretada) natimorta greve para quarta-feira, 23. Segunda, 21, seria o dia "D", projetou. Daria o "retrato real" das forças em confronto. No seu ávido raciocínio, se os esquadrões grevistas voltassem às ruas, inevitavelmente buscariam "novos conflitos" no que seriam inapelavelmente derrotados pelos piquetes de choque. "Virtualmente terminado" na segunda, a edição de terça-feira, 22, novamente antecipou o encerramento, marcando-o para a noite.[385]

---

[384] *OESP*, 19/10/57.

[385] *Correio da Manhã*, 20/10/57, 22/10/57.

Além disso, fábricas como Vemag, Ford, Willys e Mercedes haviam prometido voltar a funcionar na segunda. Dos males o menor, poderiam alegar tanto a direção quanto a base do movimento paredista. Se tais unidades totalizavam cerca de 2 mil operários (uma quantidade relevante), apesar de sua expansão, elas não eram as grandes usinas. Em seu posto, sozinha, a têxtil Alpargatas, que era também o grande fortim patronal antigreve, dava emprego a 4 mil pessoas, e estava funcionando. Ante o prolongamento dos impasses nas negociações, os paredistas, para afastar as críticas e sustar qualquer declínio, precisavam, por um lado, dar mostras de sua disciplina e sobriedade e, por outro, de um fato maior que a repressão.

Em Ritmo de Greve

No domingo, 20, os trabalhadores da Rhodiaceta (química de Santo André) se avistaram e recusaram a proposta de 15% de reajuste, preferindo aguardar o julgamento do dissídio. Com a palavra, Maria Gomes exortou seus companheiros a se manterem unidos. Prosseguindo, afirmou que, "'como mulher'", conhecia "'de perto as necessidades prementes de uma dona de casa, que não tem o que comer ou pôr na panela para seus filhos'" e que estava arrecadando fundos. Por fim, "concitou as esposas dos grevistas a não ficarem em casa". Os presentes marcaram de se reencontrar às 5h30 do dia seguinte na sede do Sindicato dos Têxteis a fim de formar um piquete.[386]

"As baionetas de Jânio contra a onda de reivindicações operárias", deu *Última Hora* na sua manchete, prosseguindo em suas reservas ao governador. "Fora! Aqui, não!", gritou um sargento a um grupo de sete operárias diante de uma fábrica paralisada. Não era o pior tratamento. Segundo uma comissão de apoio em visita à redação de *UH*, no sábado, 19, os grevistas que tentaram parar a São Paulo Alpargatas haviam sido agredidos. Ao chegarem, conversaram com chefes e conseguiram permissão para entrar e falar com o pessoal nas oficinas. Foi quando passou um caminhão da FP com um oficial de comando, coronel Nabor, o qual, vendo a aglomeração nos portões, ordenou a dispersão. Alertado por um sargento que as coisas iam se resolvendo "mansamente", ele teria dito: "'não temos nada com isso. Pau nessa cachorrada'". Seguiu-se então uma investida de perseguições e espancamentos. Nas batidas, Edil Penna de Oliveira foi detido acusado de tentativa de

depredação da mesma Alpargatas. Com ele foi encontrada uma credencial de "chefe de piquete", assinada pelo sindicalista têxtil Dante Pellacani, secretário-geral da Aliança Intersindical. O Deops informou ao *Estado* que Edil não possuía profissão definida, "sendo um vadio e agitador conhecido, já fichado como comunista".[387]

O sítio repressivo preparava-se para atacar mais e mais: esquálidos Oliveiras não seriam motivo para a polícia deixar de bater, prender e acusar arbitrariamente. O seu interesse era repelir os grevistas, afastá-los do contato com os presentes ao serviço e efetuar flagrantes de piqueteiros como baderneiros. "Cavalariano em ação", explica a legenda de uma foto publicada no *Estadão*. Nela, dois soldados admoestam um trabalhador de bicicleta. Se, para o *Correio*, a FP era uma garantia aos operários contra pressões, para *Notícias de Hoje*, a coação policial era vital para o afã de precipitar um clima de esvaziamento.[388] Em paralelo, nas ruas, as notícias aconteciam. Se a FP protegia os que achavam que a greve nunca ia resolver nada, ela ainda cumpria sua função de classe quando invocava a hierarquia e a disciplina fabris com oficiais ordenando de modo marcial a abertura dos portões ao som das sirenes fabris. Em contrapartida, os piquetes dos grevistas também ofereciam motivos e garantias de paralisação aos grevistas e não-grevistas, servindo como afirmação de suas vontades.

O problema dos choques e das infiltrações foi abordado por Chemp em assembléia específica dos metalúrgicos da capital. Ele aconselhou a audiência a ter cuidado com os pelotões de choque e, por isso, passou novas instruções. Dali em diante, os grevistas deveriam aguardar nas imediações das indústrias (uma atitude vigiada e coibida pela polícia) e não mais se amalgamar numa multidão barulhenta. Eles também deviam destacar três representantes para irem dialogar com a polícia e os patrões, pedir a entrada nas usinas ainda ativas — diversas operavam "clandestinamente"", informou — e daí convidar os trabalhadores à paralisação. (Essa era outra diretriz de difícil aplicação.) Em seguida, os presentes rumaram para o Estádio Distrital da Mooca, onde teria lugar uma assembléia geral que, transformando-se em demonstração de unidade, força e ordem, salvou sua campanha das infiltrações antigreve. Antes de saírem, chamando um coronel da Força

---

[386] Comunicado, 21/10/57. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 1883.

[387] *Última Hora* (RJ), 19/10/57. *Última Hora* (SP), 21/10/57. *OESP*, 22/10/57.

[388] *OESP*, 22/10/57. *Correio da Manhã*, 20/10/57. *Notícias de Hoje*, 21/10/57.

Pública de "animal irracional", Chemp condenou com veemência as cargas de cavalaria e os espancamentos sucedidos na Alpargatas. Findando os trabalhos, determinou que os ativistas ausentes passassem "em local apropriado" (o qual não foi revelado) para receber suas coordenadas a salvo dos "reacionários".[389]

Talvez por causa dos desafios colocados, programou-se para esse sétimo dia de greve uma assembléia de massas, a qual recebeu cerca de 10 mil pessoas. Por sua vez, os têxteis de Santo André se mantiveram firmes e reafirmaram o desejo de receber os 45%, recusando contrapropostas. Na assembléia realizada no SMABC a 22 de outubro, cerca de mil pessoas ouviram o presidente Henrique Lopes se dizer ciente da presença de policiais para, em seguida, convidá-los a deixar o recinto. "Nós os trabalhadores", justificou, "estamos aptos a reivindicar os nossos direitos". Entusiasmados, os presentes ovacionaram-no e ficaram ainda mais satisfeitos com o informe acerca da instauração do dissídio, medida aguardada com ansiedade (pois era vista como necessária ao embasamento legal de sua paralisação de solidariedade à capital).[390]

Apesar dessas demonstrações, o movimento grevista estava cindido. Como retratou a edição paulistana de *Última Hora*, eram duas tecelagens, eram dois contrastes. Na Mariangela, adesão total, 3 mil parados. Na Alpargatas, 50% haviam aparecido para o serviço. Apenas dois ativistas tentaram demovê-los de ceder às pressões, mas, sem o respaldo necessário, fracassaram. Um deles era dirigente dos têxteis e foi entrevistado. Com a palavra, Ismael Fernandes: "essa fábrica é dura. Nunca pára mesmo. Em sete anos o sindicato só conseguiu pará-la uma vez, nesta greve".[391]

Na Metal Leve, essa terça-feira, 22, foi marcada por uma significativa seqüência de vai-e-vem. Após a entrada de um número expressivo de operários, o delegado sindical e um dirigente do SMSP apareceram e conversaram com a administração. De início, eles recorreram ao caminho mais fácil, pedindo para a gerência fechar a fábrica pois assim estariam desobrigados de convocar um piquete do sindicato. Com a polícia nas ruas,

---

[389] Relatório, 21/10/57. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1027.

[390] *OESP*, 22/10/57. Comunicado, 23/10/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2113.

[391] *Última Hora* (SP), 22/10/57.

ouviram uma negativa, mas conseguiram a permissão para transitarem nas suas dependências e falar aos operários. O delegado os convenceu a abandonar o serviço.[392]

A Alpargatas também precisava ser convencida da efetividade da greve, pensou uma grande parte dos grevistas. Para o colunista Itaboraí Feitosa Martins, foi o "maior piquete já organizado pelos operários brasileiros". Na versão de seu jornal, essa passeata resultou do pedido de três tecelãs ao deputado Frota Moreira (PTB) para ajudá-las a paralisar a Companhia Brasileira de Linhas para Coser, a qual, no dia anterior, fora cenário de investida da cavalaria contra as grevistas. As tecelãs Elisa e Damares foram agredidas duas vezes, na rua e na Delegacia. Quando suas três colegas estenderam seus apelos ao general Porfírio da Paz, a notícia do aceite correu "celeremente" entre os milhares de presentes à assembléia geral desse dia 22. Estes pressentiram a rara oportunidade de revidar as agressões sofridas escudados por um militar (e vice-governador de estado) como abre-alas de seu desfile de massas. Na saída, impuseram a Alpargatas no lugar de Linhas para Coser.[393]

Estimando em 15 mil integrantes (portanto com 5 mil pessoas a mais do que na assembléia do dia anterior),[394] o *piquete-monstro* era encabeçado por um carro onde iam Porfírio da Paz e os dirigentes Dante Pellacani e José de Araújo Plácido, os quais, com muito custo, se mantiveram à frente dos acontecimentos. "Devemos assinalar", esclareceu a edição paulistana de *Última Hora*, "que os grevistas de São Paulo têm 'um quê' com essa empresa, que nunca paralisa durante as campanhas". Nas suas imediações, os manifestantes pararam para ouvir as recomendações de calma e prudência de Pellacani. "Daqui a pouco", ele advertiu, "poderá nascer o conflito que porá por terra o nosso grande movimento e o próprio sindicalismo". Ao chegarem, Porfírio foi ter com os gerentes na companhia do deputado petebista Frota Moreira e dos líderes operários. Nos entendimentos havidos, "mostraram a gravidade da situação" e solicitaram que a própria firma suspendesse os trabalhos para não se expor a riscos desnecessários. Afinal de contas, para cada pessoa trabalhando na fábrica, havia cerca de 4 piqueteiros do lado de fora.

---

[392] Lopes, "O Ajustamento", op. cit., p. 64.

[393] *Última Hora* (SP), 22/10/57, 23/10/57.
O general Porfírio da Paz era vice-governador e trabalhista.

[394] Esses dados foram retirados de *Última Hora*. *Correio da Manhã* e *Estadão* dão, respectivamente, 1,2 mil e 2 mil pessoas.

Liberadas, as primeiras tecelãs a largarem as máquinas saíam em comoção, aturdidas com as pressões para irem trabalhar e com o medo das represálias caso fossem tomadas como reles fura-greves. Foram recepcionadas ambiguamente, com urros de vitórias e piadinhas. Com o passar do tempo, já sabendo que não seriam hostilizadas, as últimas levas chegavam à rua com outros ares. Até a chegada do piquete, 1,2 mil trabalhadores tocavam a produção quando, normalmente, seriam preciso 4,5 mil. Com mão firme, Pellacani invocou sua liderança e ordenou que todos ali, a contragosto ou não, se ativessem apenas à Alpargatas, dispersando a multidão.[395] Muitos, evidentemente, foram comemorar aquela vitória em barulhentas rodinhas no botequim do seu Fernandes, que se recuperou um pouco do fraco movimento que a greve lhe trouxera.

Todos do lado dos operários apresentavam motivos para o regozijo. A recusa das contrapropostas patronais se fez acompanhar da volta dos piquetes, ao mesmo tempo disciplinada e amedrontadora. Segundo o *Estado*, 70% dos trabalhadores continuavam longe da produção. O "piquete-monstro" da Alpargatas pusera o vice-governador como "piqueteiro-mor", declarado "um simples soldado" da greve. Cambiante, o governador Quadros determinou ser papel da polícia oferecer-lhes garantias.

A assistência dos generais Porfírio da Paz e Gentil Falcão, assim como a de deputados e vereadores, era um instrumento para mitigar as animosidades do Deops, dos pelotões da FP e das guardas e chefias das firmas. Outrossim, a figura dos militares de alta patente servia para atestar que o piquete não era um cordão de arruaceiros, reforçando sua imagem de organização e obediência aos "chefes" sindicais. Eram os padrinhos dos grevistas, os piqueteiros-mores, mas também eram vistos como mascotes. Adicionalmente, no Senado, o discurso de Lino de Matos (Partido Social Progressista, PSP) reproduziu o eixo da campanha ao afirmar que os salários haviam subido 1020% entre 1947 e 1957 enquanto a carestia crescera 3000% em igual período. O senador então exortou os empresários a fazer um "exame de consciência" haja vista seu gozo de um "longo período de prosperidade à custa do labor operário", recriminando sua inflexibilidade nos

---

[395] *Última Hora* (SP), 22/10/57, 23/10/57. *Última Hora* (RJ), 23/10/57. *Correio da Manhã*, 23/10/57.

O *Correio* do dia 23 preferiu divulgar o fracasso dos entendimentos entre capital e trabalho na sua primeira página e deixou a notícia do piquete-monstro para a décima. No entanto, como veremos, deu o furo do "Relatório Hall", apurando que a deputada Ivete Vargas testemunhara o contato entre o general Hall e o ministro Barroso.

entendimentos. Tal como *Notícias de Hoje*, ele usou dados empresariais para contrastar sua lucratividade com os parcos vencimentos percebidos pelos funcionários. Além do mais, à zero hora do dia seguinte, 23, os metalúrgicos do ABC acreditavam que, finalmente, iriam declarar-se em greve em caráter oficial. Outrossim, os empregados da Nitro Química em São Miguel ("a CSN do setor químico") também cruzariam os braços. Ao mesmo tempo, muitos já estavam de olho no possível fim da parede já que, na sexta-feira, 25, novas assembléias avaliariam o resultado do julgamento do TRT.[396]

Apesar do fim próximo, os jornais publicaram matérias de alto relevo para o entendimento da Greve dos 400 Mil, ainda longe de esgotar todo o seu arco de significados e desdobramentos. O *Estadão* estampou uma foto de deputados que buscavam visitar a fábrica de vidros Wheaton do Brasil. Adotando o discurso policial, sem dar seus nomes, nem seus partidos, o diário os identifica por meio da pecha — nada jornalística — de "conhecidos agitadores". Estes, em sua defesa, queriam conversar com os trabalhadores porque haviam recebido denúncias de coações. Um representante da empresa declarou ao repórter que "os operários da firma têm liberdade de sair e entrar na fábrica" mas que "alguns preferem ali permanecer as 24 horas do dia".[397]

Enquanto a Wheaton retinha seus empregados, na noite da quarta, 23, o comandante da FP coronel Guedes expôs à direção do SMABC os objetivos do policiamento nas indústrias do Triângulo. Ele garantiu que visava à vigilância pacífica mas fez sentir que dispunha de outras inclinações. Primeiro, recomendou que os operários não tentassem "intervir" na CBC, LNM, INA e Confab, firmas fornecedoras das FFAA. Notícia dada pela imprensa, em meio aos seus pares, ou melhor, ante os seus subalternos, ele depois armou seus espíritos dizendo ter sido notificado das "instruções" dos sindicalistas para "provocar os policiais". Embora os representantes do SMABC estivessem portando braçadeiras brancas

---

[396] *OESP*, 23/10/57. *Correio da Manhã*, 23/10/57. *Notícias de Hoje*, 7/7/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 1988.

Os deputados mais destacados foram Farabulini Jr., Frota Moreira (PTB) e Rocha Mendes Fº (PTB). Da vereança, vieram Louzada e Matilde Carvalho. As autoridades especializadas da Ordem Política e Social chamavam os generais Gentil Falcão e Porfírio da Paz de "*clowns*" (bobos da corte). Enquanto os parlamentares auxiliavam e orientavam os grevistas, os generais eram bem mais teatrais. Ver: "Observações e Estudos Realizados em torno da Greve de Outubro", 11/11/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2153.

Fontes pondera que "ao mesmo tempo em que procuravam tirar vantagens (...), os políticos também eram 'usados' pelos trabalhadores". Ver: "Centenas de", op. cit., pp. 160, 177.

[397] *OESP*, 24/10/57.

com carimbos do sindicato para evitar a infiltrações, o coronel se encarregou de marcá-las como alvos da repressão.[398]

INFILTRAÇÕES FACCIOSAS

Na capital, o deputado Levi afirmava ter em suas mãos um relatório policial-militar, já do conhecimento de Jânio e Parsifal Barroso, cuja conclusão atestava ter sido a greve "articulada por elementos colocados na alta administração do país". Distintamente de Levi, um fervoroso adepto da cantilena anti-sindical, a redação do *Estado* dessa vez não difundiu a tese da manipulação e preferiu dizer que o relatório insinuava a "participação na preparação do movimento de próceres do PTB paulista", uma versão ligeiramente distinta. Elaborado pelos serviços de inteligência da Secretaria de Segurança do governo estadual e do II Exército (comandado por Hesckett Hall), vazara do relatório, por outra fonte, a especulação que "deixaria em dificuldades a direção do PTB paulista".[399] Provavelmente, essa é a fonte aludida pelo adido estadunidense. Na sua correspondência, foi possível ver melhor qual seria o papel dos janguistas: sabotagem com fins de desestabilização do governo Jânio.

No seu editorial do dia 24, *Última Hora* contra-atacou o Relatório Hall carregando a denúncia do "sonho de todas horas" da UDN, a "subversão". Teria pretendido, na pessoa de Jânio, "desencadear um movimento operário destinado a criar dificuldades ao governo federal", procurando incompatibilizar o II Exército com o ministro Lott e com o grande nome do varguismo, o vice-presidente Goulart.[400]

"Onde andaria o prefeito de São Paulo?", indagou o enviado especial do *Correio da Manhã*. A resposta ele foi encontrar entre as "acusações dos industriais". Para alguns destes, Ademar de Barros (PSP) também estaria interessado no "choque entre operários e policiais". "Elementos ademaristas estariam sendo infiltrados nos 'piquetes de greve' com ordens de forçarem a polícia a entrar em choque com os trabalhadores". Suspeitas idênticas

---

[398] *OESP*, 24/10/57.

[399] *OESP*, 24/10/57.

[400] *Última Hora* (RJ), 24/10/57.

foram levantadas pelo deputado Farabulini Jr., que denunciou a Prefeitura como mandante dos arruaceiros saídos da Comissão Municipal de Abastecimento Especial.[401]

Por que Jango, Jânio e Ademar teriam tanto interesse na Greve dos 400 Mil? Manobrando infiltrados ou não, se importavam com ela por estar a meio caminho entre as eleições municipais e as eleições estaduais seguintes. Segundo Benevides, o pleito municipal, que acabara de eleger Ademar, encontrara "o PTB onde sempre esteve: dividido entre Jânio e Ademar e ainda com tentações udenistas". Para o governo do estado a ser escolhido em 1958, tanto Jânio quanto Ademar queriam um homem de confiança. Isolando Jânio, PTB e PSP fecharam um acordo, mas ele, filiado ao PTB, faria o sucessor, Carvalho Pinto.[402]

Fim do Relato

As edições que cobriram a última jornada de greve registraram o clima festivo do seu encerramento. As assembléias aprovaram o veredito do TRT (muito semelhante ao conquistado pelos sapateiros) e, por volta do meio-dia, partiu do Sindicato dos Gráficos uma parada com 5 mil trabalhadores depois transformada em ato público. Por sinal, o nível de paralisação ainda se mantinha na casa dos 80%, tanto na capital quanto no ABC, patamar de difícil sustentação pois, enquanto várias firmas se serviam "da proteção policial", Alumínio do Brasil transportava seus empregados em caminhões.[403]

A reportagem do *Estadão* ainda coletou um "fato curioso" que, em sua singularidade e estranheza, é de alta expressividade. Na Forbril, o piquete conseguiu avistar-se com uma "comissão de operários da própria firma" e quis saber qual era a inclinação dos não-grevistas. Como os entendimentos não se aproximaram de um consenso, "os chefes de piquete sugeriram aos dirigentes da firma a realização de uma votação secreta". Realizado o escrutínio, a maioria escolheu sim e a produção foi encerrada. Talvez

---

[401] *Correio da Manhã*, 23-24/10/57. *OESP*, 19/10/57.

Segundo Fontes, a greve era, para Ademar de Barros, uma ocasião para ampliar sua popularidade, fazer o seu sucessor e pavimentar sua seus planos para a Presidência da República. Ver: *Trabalhadores e*, op. cit., p. 152. Por isso, depois de derrotar o candidato de Jânio nas eleições municipais em que foi vitorioso, Ademar era mais um interessado em desestabilizar a parede o governo Quadros. Por isso, teria feito esse jogo ambíguo, apoiando-a publicamente mas também, eventualmente, estimulando choques.

[402] Benevides, *O PTB*, op. cit., p. 63, 65.

[403] *OESP*, 25/10/57.

essa matéria só passou pela chefia da redação porque seu traço de *curiosidade* denunciava a própria crença do diário no caráter antidemocrático dos piquetes. O que *O Estado* realmente estimava era o sistema de controle do Departamento de Planejamento da Secretaria de Segurança Pública, que, com dados precisos, orquestrou a ação policial. Uma foto do mapa da grande São Paulo com vários pinos coloridos pregados referentes a fábricas e piquetes era uma vedete da inteligência policial.[404] Era, ao mesmo tempo, um retrato da industrialização em curso.

Já na primeira página da edição carioca de *Última Hora* veio estampada uma foto de um casal de grevistas dançando de rostos colados, em meio a uma assembléia. Se possuíam motivos para comemorações e encontros, seus patrões recorreriam imediatamente da decisão do TRT, demitiriam ou entrariam em locaute.[405] Perto dali, no ABC, a luta continuava. Se os trabalhadores da Pirelli haviam aceito o reajuste de 10%, nas Indústrias Villares recusara-se 20% em favor do aguardo do veredito do tribunal. Nesse meio tempo, os piquetes exibiram-se nas ruas para reforçar a parede. GM, por exemplo, voltara a funcionar.[406]

No sábado, 26, avaliando a greve com o secretariado do Comitê de Zona (CZ) do PCB de Santo André, Benedito Lúcio dos Santos criticou as assembléias intersindicais pois causavam mal-entendidos entre os trabalhadores devido aos problemas específicos das categorias. "Nos trabalhadores", explicou-se, "só existe um órgão que não é diferente, o estômago". Outro problema, acrescentou, era "a existência de duas células numa só empresa", caso da Refinaria de Petróleo União e da Rhodia. Ainda assim, os grevistas "praticamente fecharam todas as indústrias que ainda funcionavam". Nisto receberam a ajuda do general reformado Gentil Falcão, que "representava o papel de 'quebra-galho' dos grevistas frente ao policiamento dos milicianos". Quando os praças e graduados investiam sobre os piquetes, o general se identificava, forçava-os à "posição desagradável" de bater continência "sob os sorrisos maliciosos" dos piqueteiros. Houve episódio em que o general

---

[404] *OESP*, 25/10/57.

[405] *Última Hora* (RJ), 26/10/57.

[406] *OESP*, 20/10/57. *Última Hora* (SP), 25/10/57.

exibiu "a própria arma" e disse que "todos ali eram homens pacíficos e que o único grevista armado era ele (o general!)".[407]

Dois dias após, o CZ, ao considerar a "resistência exercida pelos próprios trabalhadores", se decidiu pela defesa do fim da parede. Essa *resistência* era tão maior quanto pior fosse o enfrentamento da aliança empresarial-policial. O documento "Ação dos Piquetes" demonstra exatamente isso. À frente de um piquete disposto entre o Morro Vermelho e a Cofap, na estrada de Mauá, Mazzo e o deputado Rocha Mendes tentaram render os trabalhadores de Isam e Cofap. Contudo, "não foram bem-sucedidos em virtude da ação dos militares da Força Pública, que não permitiram agrupamentos nas proximidades das fábricas". "Necessitando o gerente de Pessoal da Isam ausentar-se", os piqueteiros "solicitaram a um diretor da Isam licença para ficar nas proximidades". O atendimento desse pedido — "essa inexperiência" — custou o faturamento e a rodada da segunda-feira.[408]

Ainda nessa jornada, uma tumultuada assembléia noturna do SMABC suspendeu a greve. O moral era elevado. Dirigentes sindicais de São Paulo, como Chamorro, e o deputado Rocha Mendes foram repelidos ao defenderem essa proposta. Só se deram ouvidos ao advogado Rio Branco Paranhos. Para "malear" a têmpera da audiência, o bacharel fez o elogio à sua "coragem" e "desprendimento" da solidariedade à capital. Depois, esclareceu que o pedido de dissídio havia sido engavetado e que seria preciso aguardar vários dias até o julgamento, sugerindo a conveniência de retirar a pressão enquanto estivesse em alta. Por fim, fez reservas ao acordo fechado pelo SMABC com a Fiesp. Os presentes enfim acataram o encaminhamento da direção. Para Itaboraí F. Martins, os metalúrgicos não queriam voltar "de cabeça baixa" e deixaram sua diretoria "tonta". Entre a confusão e as vaias, a execução do Hino Nacional surgiu para aplacar os mais exaltados.[409]

Além da inexperiência dos dirigentes, que se confundiram na hora de encaminhar as negociações e o dissídio, a diversidade política do diretório acrescentara posturas

---

[407] Comunicado, 28/10/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2126. Informe reservado, 30/10/57. Aesp, setor Deops, 30-B-7, fls. 82.

[408] Comunicado, 29/10/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2122. "Ação dos Piquetes em 28/10/57". Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2145.

[409] Comunicado, 29/10/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2131. *Última Hora* (SP), 30/10/57.

discrepantes, como o aceite dos 10% na Pirelli. Não sem razão, a categoria percebeu a má condução de seus interesses. Se a relativa competência da direção em preparar-se para uma campanha fora da data base (escolha de delegados, estruturação do PUI, etc.) foi avariada pelo seu inábil manejo dos meandros institucionais, a disposição para a luta da categoria entrou em cena em seu socorro, contrabalançando os estragos.

Essa categoria, a propósito, não era um ente abstrato. Nas fábricas, havia delegados, células, comitês de greve, comissões de salários. Organizados os piquetes, os metalúrgicos aderiram em *solidariedade* à capital *antes* mesmo de um pronunciamento oficial de seu órgão representativo. Por um lado detidos na linha de frente das fornecedoras das FFAA, por outro saídos às ruas em meio a mobilização das tropas policiais militares, conseguiram alinhavar piquetes e comissões (diferentemente da capital, que teve mais de 48 horas sem as moléstias dos piquetes da FP). O pesado reforço ostensivo dos pelotões de choque os fez sumir das ruas, mas, inesperadamente, não reapareceram dando a produção como cordeirinhos, com destaque para São Caetano e Santo André, onde o movimento operário atuava de modo a *sindicalizar* fábricas de diferentes ramos, como por exemplo Rhodia, Cerâmica São Caetano, Têxtil Santo André, Fichet, Firestone, General Electric. Depois, ante a morosidade dos resultados do processo na DRT, reafirmavam o estado de greve nas assembléias e só acataram a proposta de seu encerramento após veemente contrariedade.

Finalmente, um aumento de 22% saiu em 7 de novembro ao celebrar-se o acordo dos metalúrgicos do interior. Apesar da inépcia dos dirigentes, a Greve dos 400 Mil resultou em avanço para a negociação no setor metal-mecânico do ABC, pois foi o primeiro acordo coletivo firmado pelo SMABC, redefinindo o lugar da prática anterior de negociações em separado, empresa por empresa.

Apesar disso tudo, na mesma edição em que *Última Hora* noticiou o fim da parede na capital, foi veiculada a reportagem sobre o 15.000º Jeep Willys, fotografado ao sair pronto e acabado das mãos dos trabalhadores. Sorridentes e embarcados no utilitário, estavam o chefe da linha de montagem, um supervisor e o gerente do setor de compras.[410] A satisfação tinha lá suas razões. Willys-Overland do Brasil não só se antecipara aos prazos fixados pelo Geia como também produzia um carro com conteúdo brasileiro superior ao

---

[410] *Última Hora* (SP), 25/10/57.

exigido. Com tantas marcas para comemorar, marcou a greve dos metalúrgicos do ABC — e a própria Greve dos 400 Mil — com a folga dada aos seus funcionários, os "willyanos".

Para entendermos a razão de um registro marginal se sobrepor a aspectos muito mais centrais, uma grande diferença a ser considerada é o fato de a primeira e a segunda gerações de estudos sobre a Greve dos 400 Mil terem publicado seus resultados de pesquisa após o Golpe de 64. Isto é, vieram a público nos marcadas pela leitura da derrota sofrida. Nesse sentido, enquanto a memória histórica das personagens de 1957 apontava para o pós-guerra e para a Greve dos 300 Mil (despontando a disposição dos operários em formar comissões de fábrica),[411] a memória dos pesquisadores abordava 1957 de olho nas polêmicas do pós-1964. Conseqüentemente, como ícone identificador, o piquete está para o "velho sindicalismo" assim como, para o "novo sindicalismo", estão as comissões de fábrica de Osasco (ver "Opinião").

Em Busca de uma Nova Apreciação

Em 1970, quando divulgou os resultados de sua enquete entre os trabalhadores da Willys São Bernardo, Rodrigues, de fato, discorreu sobre a "nova classe operária" surgida com a queima de etapas nacional-desenvolvimentista. Então, aludindo à supremacia empresarial no único ponto de atrito capaz de levar o operariado brasileiro a greves de caráter geral, *Industrialização e Atitudes Operárias* detectou apenas duas ocorrências de paralisação na Willys, a Greve dos 400 Mil e uma parada dos ferramenteiros. O que antes fora um hábil recuo tático (a dispensa dos funcionários antes da passagem do piquete tolhia o objetivo dos grevistas de angariar reforços) vira hábito: "costuma a empresa (...), quando da ocorrência de greves (...), conceder férias", método sem dúvida estranho haja vista Willys não ter sido alvo de outra mobilização desse tipo (ao menos segundo Rodrigues).[412]

Redigido após o retorno ao trabalho, o documento "Discussão a Ser Dirigida a Todo o P." também sugere a "fraqueza da organização nas empresas" durante a Greve dos 400 Mil. Apesar do tom autocrítico (reclama que só a partir dos preparativos se verificou o

---

[411] Na sua coluna, I. F. Martins também estabelece ligações entre 1953 e 1957. Para ele, a primeira foi marcada por "arruaças" ao passo que a segunda, mais bem organizada, neutralizou a infiltração dos desordeiros. Distintamente, *Notícias de Hoje* também quis recordar 1953 a seus leitores. Ver: *Última Hora* (SP), 26/10/57. *Notícias de Hoje*, 21/10/57.

[412] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., pp. 103, 63.

cuidado em "formar as comissões de empresas e em criar os delegados sindicais de fábrica" — os quais eram "poucos"), seu autor não duvida que o SMABC, por obra de sua nova diretoria, conseguira trespassar as fábricas novamente. Não se esquece, ainda mais, da "experiência positiva" do pós-guerra relembrando os conselhos da Pirelli, Lidgerwood, Fichet, GE, Aços Villares e outras. Por fim, não deixa passar despercebido outro esmero, o "empenho" da burguesia em erradicar essas comissões de suas indústrias.[413]

Zelo esse não despercebido de Rodrigues. Um diretor de uma empresa têxtil lhe disse, sem rodeios, que as relações com seus empregadores andavam "'ótimas'". "'Os comunistas'", explicou, "'foram mandados embora'". Ante um dado desses, é o caso de indagar pelas outras causas da raridade das greves fabris; até porque Rodrigues era convicto da virulenta reação patronal à sindicalização operária. (A respeito da constituição de um sindicato entre um grupo de têxteis, ele escreveu que seu aparecimento foi "encarado pelas empresas como a quebra de uma relação de lealdade e respeito para com os patrões".)[414]

Porém, nas suas pertinentes considerações sobre o piquete grevista (um meio de coerção contra patrões e fura-greves, um reforço da coesão e identidade grupais, um biombo para grevistas), nem Rodrigues nem Lopes admitem a existência do recurso ao piquete de choque entre as represálias patronais. Assim, ignoram tanto seus corpos de segurança internos quanto seu apelo às forças repressivas para expulsarem os grevistas de dentro das suas fábricas e para os dispersar (no segundo desafio do enfrentamento de rua).

Ambos argumentam que o piquete revelava a fragilidade da organização sindical de base, mas jamais contrapõem a rejeição da burguesia em negociar a formação de comissões (o patronato sabia que as comissões, se somadas ao SMSP ou ao SMABC, eram o caminho da disseminação da sindicalização fabril). Assim, Lopes e Rodrigues subestimam o alcance das experiências existentes e, portanto, não reconhecem a complementaridade das ruas com

---

[413] "Discussão a Ser Dirigida a Todo o P.". Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2164.

Observe-se que sua posse se deu em 30 de junho de 1956, quando enfim saiu da oposição e se deparou com o real estado das finanças, serviços e representatividade de um grêmio antes colaboracionista e anticomunista. Ver: entrevista de Braz a *Atualidades Sindicais*, fonte já citada.

[414] Rodrigues, "Considerações Preliminares", op. cit., p. 213. Rodrigues, Leôncio, Orelha de *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difel, 1967. (Esta orelha apresenta idéias que, lamentavelmente, não receberam desdobramentos por parte de seu autor.)

O raciocínio "sem comunistas, boas relações" torna-se ainda mais interessante se não o perdermos de vista quando virmos os empresários estadunidenses a afirmarem, invariavelmente, que suas relações com os trabalhadores são ótimas. Em geral, suas políticas de recursos humanos, bem como a suposta ausência de "comunistas" (isto é, dissidentes) dentro das fábricas, são os motivos para tal juízo.

UNICAMP BIBLIOTECA CENTRAL

as fábricas. Na sua versão, os operários entram em greve ligados por uma identidade coletiva inconsistente e receosos das sanções prometidas por seus pares radicais. (Na continuação, note-se, Lopes agrega nuanças.)

Por isso, a aliança empresarial-policial mal aparece, sendo entregue com um papel de somenos importância. Na Metal Leve, a FP não foi violenta e a administração, ilustrada. Apenas o sindicato foi constrangedor. É claro que a disposição de Lopes em investigar as atitudes e os discursos dos trabalhadores fora dos piquetes é fundamental, mas isso não pode descurar o fato de os piquetes poderem constituir-se num canal de expressão de massas, das bases.

Como veremos, aquilo que aparece tacitamente nas fontes de Lopes (o silencioso consenso que o incomodou) aparece afirmado em outros registros. E surge por meio da disputa não só com a aliança empresarial-policial mas também dentro do próprio operariado.

Circulando entre mãos e vozes as mais variadas, as teses do "sindicalismo populista" ganharam vida própria.[415] Servindo para diversos fins, repetiu-se enfaticamente que os piquetes eram a prova da falta de representatividade dos grêmios, de sua artificial radicalidade, de sua falta de autenticidade. Eram relevantes apenas porque eram a correia de transmissão de cúpulas tão desapegadas do chão da fábrica quanto locupletadas na máquina estatal, consistindo em uma injeção de orientações "políticas" espúrias no meio operário.

Nesse sentido, a Greve dos 400 Mil tem sido abordada para demonstrar quanto o movimento operário era manipulado pela aliança PTB-PCB. Não fosse essa intromissão, haveria paz social, a meta de JK para a classe trabalhadora, a qual deveria interessar-se na prosperidade de seus patrões.

---

[415] O termo "sindicalismo populista" tem servido mais para homogeneizar as diferenças e as rivalidades entre correntes trabalhistas, "renovadoras", pecebistas, trotskistas e socialistas, circulistas, "democráticas" e "ministerialistas", pouco contribuindo para o seu entendimento. Ver, a propósito, Badaró, *Novos e*, op. cit., p. 56.

Como observou Elina Pessanha, há de se romper com a "rígida classificação do movimento sindical do pré-64 como altamente politizado, distante das bases" em troca do conhecimento da "lógica associativa que se impunha, com todas as limitações corporativas". Ver: Pessanha, Elina, "De Operários Navais a Metalúrgicos. Experiência de Classe e Identidade Política entre Trabalhadores da Indústria Naval do Rio de Janeiro". In: Abreu, Alice; Pessanha, Elina (orgs.), *O Trabalhador Carioca*. Rio de Janeiro, JC Editora, 1994, p. 31.

Recomecemos pelo recurso ao auxílio de generais e parlamentares. Não era isto um apelo a uma autoridade externa por parte de um grupo sem autoconfiança e sem capacidade associativa. Para um dirigente dos trabalhadores da construção civil de São Caetano, o pedreiro cearense Pedro Daniel de Souza, deputados sindicalistas como Rocha Mendes na verdade vinham "prestigiar a gente" e deviam compor uma comissão de frente de tipo abre-alas, usada pelos piqueteiros para a aproximação dos seus alvos. Estrategicamente, eram elos de uma rede interclassista nacional-reformista. "Aliás", recordou-se de Souza,

> "é bom lembrar que tem muitas pessoas que pensam que o 13º salário saiu porque o Jango era bonzinho. Eu acho que o Jango foi um dos presidentes que fez menos repressão contra a classe trabalhadora. Mas esse direitos, a obtenção do 13º, foi uma vitória da luta da classe operária".[416]

"Na questão de política ideológica eu não coloco a mão, pois cada tem a sua tendência", eximiu-se o sindicalista ferroviário Antonio Petransan (natural de Paranapiacaba). Sem se arrepender "de nada" do pré-64, ele porém declarou:

> "nós os trabalhadores já entendíamos que as dificuldades que a gente passava eram por causa desses grupos de imperialistas internacionais: terras nas mãos de poucos e a remessa de lucros para fora.
>
> Lutávamos pela encampação de empresas como a Light, a Telefônica, refinarias de petróleo. Lutávamos pela formação da Petrobrás, achávamos certo dizer 'o petróleo é nosso'. Achávamos que aquilo era nosso e nós, como brasileiros, devíamos defender tudo aquilo. Tínhamos consciência de que, como trabalhadores, não deveríamos só trabalhar. Não éramos marginais da sociedade, tínhamos o direito de opinar".[417]

"O problema não é bem como Vossa Excelência o coloca, de o Congresso defender os trabalhadores e o povo", discordou o deputado Lossaco (ex-presidente do PUI). "O que os trabalhadores e o povo querem é participar da vida econômica, política e administrativa da nação".[418]

Nem marginais nem pelegos do populismo: o fenômeno da aliança entre trabalhistas, nacionalistas e pecebistas constituiu um espaço público com base nessa

---

Ver também: Frederico, Celso, *A Esquerda e o Movimento Operário, 1964/1984*. São Paulo, Novos Rumos, 1987, p. 19. "Trinta Anos de Luta Sindical". In: *Escrita Ensaio*, nº 6, 1980, p. 29.

[416] *DGABC*, 30/9/79.

[417] *DGABC*, 30/9/79.

sensação de pertencimento a um projeto nacional. Tal sentimento partia de uma identidade de "povo" ou "trabalhador" que, como veremos no item seguinte, não eram excludentes entre si nem deletérios à manifestação da cidadania. Não evidenciavam, outrossim, uma consciência de classe completamente submetida à dominação estatal, populista ou burguesa. Precisamente por isso, essa aliança nacional-reformista não saía da mira dos ataques da aliança empresarial-policial.

Como observaram dois estudiosos do movimento operário em São Paulo nesse período, a ocupação da "institucionalidade" sindical fez com que a garantia legal e o reconhecimento público dos direitos exigissem algo além de "trabalhadores dóceis ou gratos", implicando a existência de trabalhadores com "senso de independência política" e com "o domínio de importantes fatias da esfera pública".[419]

Assim industriados por dirigentes sindicais e partidários, os piquetes não eram brigadas instrumentadas pelo facciosismo ávido pelos votos dos "marmiteiros". Entre os pecebistas, "renovadores", petebistas, nacionalistas, etc., havia sindicalistas suficientemente perspicazes em diferenciar o colaboracionismo nacionalista da demarcação de uma linha de defesa para a preservação dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, na cabeça de muitos manifestantes da multidão, não havia contradição entre permutar favores e conquistar direitos por meio da greve (como sucedido na sua relação com os generais nacionalistas e nos acordos com Jânio). Sindicalistas e trabalhadores sabiam representar tanto o ato de pedir e receber quanto o de encenar sua agressividade.

Se os quinhões dessa sociedade eram desiguais — e de fato o eram (pois as frações das classes dominantes adeptas do projeto nacional-reformista estatal dispunham de mais poder) —, era preciso conviver com a licenciosidade da classe trabalhadora. Na linhagem à qual a Greve dos 400 Mil pertencia, desde o pós-guerra, o operariado dera mostras de sua ativação para a luta. Renovara o sindicalismo nos anos 40, enfrentando a ditadura de Vargas, a reação empresarial-policial e a repressão de Dutra. Em 1953, a Greve dos 300 Mil mostrou às classes dominantes que era capaz de reeditar o temido par comissões de fábrica e sindicatos. Devido a isso, o MTIC fez o que pôde para manter o afastamento das

---

[418] Discurso na Câmara dos Deputados, 7/4/60. Citado em Benevides, *O PTB*, op. cit., p. 136.

[419] Silva, Fernando T. da; Costa, Hélio da, "Trabalhadores Urbanos e Populismo: Um Balanço dos Estudos Recentes". In: Ferreira, Jorge (org.). *O Populismo e sua História. Debate e Crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

esquerdas. Com a parede de 1957, sem deixar de cobiçar um canal para amealhar os votos dos trabalhadores, a direita não se esqueceria da importância de não descurar da aliança empresarial-policial. (Nas campanhas seguintes, Deops e FP se notabilizariam por instantâneos esquemas de repressão.)

Por causa da expectativa de paralisações voluntárias, a autodisciplina e a clarividência dos paredistas, que foram detectadas pelas equipes de rua do *Estado* e do *Correio*, se desenrolaram ao lado das habituais desavenças com fura-greves. Diversamente, nas segunda e terceira jornadas, a soma da necessidade de consolidar o êxito da deflagração com a inexistência de policiamento, mais os agravos tanto das agressões das guardas privadas quanto das provocações dos agitadores, propiciaram uma escalada de confrontos abertos e diretos, progressão também influenciada pelas antecipações salariais concedidas em separado, causa da subtração de fábricas importantes.

Mesmo assim, as infiltrações e as tensões compartiram espaço com o discernimento que os piqueteiros sabiam fazer. Onde encontraram espaço, as comissões destacadas para os entendimentos entravam nas fábricas e conseguiam adesões, ou abriam uma brecha para saídas honrosas. Saber controlar a força dos piqueteiros em marcha era uma qualidade dos chamados "chefes de piquete". Ao encontrarem uma firma operando, era vital conferir um duplo sentido de rendição ao ato de cercá-la e subjugá-la. Por um lado, o antagonismo patronal devia render-se. Por outro, os trabalhadores deviam ser rendidos. Isto porque, antes de mais nada, o piquete receberia adesões. Em segundo lugar, ao conseguirem antecipar a liberação de seus funcionários, os patrões evitavam o acirramento dos ânimos e se aproveitavam disso para cantar vitória, já que haviam impedido uma tomada de posição por parte de seus empregados. Assim, o piquete precisava aparecer e quebrar esta encenação de controle patronal da vontade operária.

Uma evidência do apoio recebido nestas ocasiões pode ser encontrada no relato policial "Observações e Estudos Realizados em torno da Greve de Outubro". Considerando o pronunciamento da DRT pela legalidade, seu autor lamenta que "não poderia a polícia agir, de *motu proprio*", para "*cercear o direito de greve*" (g.m.). Ele assinala, em seguida, que os piqueteiros chegaram ao "extremo" de praticar depredações e de hostilizar seus pares. Reconhece, apesar disso, que os piquetes não eram o meio pelo qual uma minoria impunha sua vontade visto o fato de serem compostos "de tantos elementos quanto fossem necessários". Relata, em acréscimo, o bom desempenho das passeatas encarregadas de

angariar solidariedade junto da população nas ruas do centro da cidade. Assim constituídos, eram "dezenas e dezenas de piquetes naturais", conforme explicou um ativista da categoria dos vidreiros.[420]

Entre as hostilizações dos piqueteiros contra seus pares, na verdade um episódio de demonstração de força, vejamos as lembranças "de uma experiência de greve" de um "moleque" cuja irmã trabalhava numa fábrica de juta.

> "Um dia, tinha umas 2 mil pessoas fazendo piquete nessa fábrica. O pessoal saía em passeata e ia parando as fábricas. Como os donos não queriam a paralisação, o pessoal então derrubou o muro da fábrica. Era um muro alto. Todo mundo pôs a mão no muro e começou a empurrar, empurrar, empurrar... Foi empurrando... e caiu uma parte grande do muro. Diante disso, liberaram os funcionários. Aí, o pessoal fez um corredor polonês, e neguinho que tava furando a greve dentro da fábrica ia tomando tapa na cabeça, na bunda... eles ficaram ali, azucrinando. (...) Minha irmã passou pelo corredor, mas não se machucou (...). Eu tinha ido buscá-la, não queria que ela furasse a greve, tinha medo da confusão".[421]

Entre as não mencionadas hostilizações patronais — na verdade um choque de forças e vontades — vejamos outro episódio testemunhado pela mesma fonte. Na Vila Carioca, onde ficava a Vemag, "o pessoal vinha numa passeata e tentou parar a fábrica, que era pequena". Ao subirem as escadas de acesso,

> "o dono da fábrica atirou. Atirou e o tiro pegou na bexiga de um companheiro que estava na frente. O pessoal ficou invocado e jogou pela janela o dono da fábrica; ele caiu do segundo andar. O cidadão caiu no chão e lá embaixo o pessoal chutou ele".
>
> "Eu fiquei assustado, achava que era muita violência por causa de uma greve mas, ao mesmo tempo, a gente tinha sido vítima de um tiro. Então eu achava que o pessoal estava fazendo justiça".[422]

Contrastante com esses narrações, o autor de "Observações e Estudos", que visava a defender o governador Quadros, enxerga na eclosão dos conflitos a desonestidade da liderança:

---

[420] "Observações e Estudos Realizados em torno da Greve de Outubro", 11/11/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2153. Entrevista com chefe de piquete do Sindicato dos Vidreiros de São Paulo, outubro de 1958. Fundo Fábio Munhoz (FFM), Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

[421] Paraná, Denise, *O Filho do Brasil. De Luiz Inácio a Lula*. São Paulo, Xamã, 1996, p. 79.

> "antes do início da parede, alguns dirigentes do movimento grevista se entenderam com o senhor governador do estado e assumiram o compromisso formal e legítimo de que nenhuma violência seira permitida por eles, líderes dos trabalhadores. Mas esse compromisso, levado a sério pelo governo, não teve lastro de hombridade a garanti-lo. Vendo rompida pelos próprios trabalhadores a 'palavra' empenhada, determinou o governo do estado passasse a policia a policiar as ações dos grevistas".[423]

Notemos o deslizamento argumentativo na denúncia da baixeza moral dos dirigentes.[424] Foram os *próprios trabalhadores* quem rompeu a palavra empenhada pelas lideranças. Portanto, a par as infiltrações, os piquetes colidiram com seus oponentes mais tradicionais: os fura-greves, os patrões — seus prepostos, assim como seus corpos de guardas — e os piquetes policiais de choque.

Amparado nas alianças que fizera, o movimento operário pôde se defrontar diretamente com os capitalistas que o nacional-desenvolvimentismo desejava preservar e impulsionar. Nessa campanha, foi extraordinário o cancelamento da prestatividade repressiva da polícia, demonstrando tanto a dependência empresarial para com a força na obtenção da harmonia entre as classes quanto a importância da polícia para a balança das forças.

Jânio também extraiu conclusões da greve. O seu jogo de vai-e-vem — sem perder a ternura das classes dominantes jamais — lhe subtraíra a autoridade. Fora longe demais. Metidas as focinheiras no Deops e na FP, a imprensa, o Exército, o empresariado e o governo federal questionaram seu ato e quase rifaram sua carreira. Desastrosamente, desistira de seu poder de repressão — e isto era imperdoável. Ao ordenar a volta do policiamento, voltou a falar na defesa da ordem, ao censurar as agressões aos paredistas, buscou salvar-se como "amigo" dos trabalhadores espancados nas ruas. Provisoriamente, os truques haviam perdido a capacidade de piscar para a esquerda e converter para a direita.

---

[422] Paraná, *O Filho*, op. cit., p. 80.

[423] "Observações e Estudos", Aesp, fonte já citada.

[424] Outro episódio no qual Jânio deplorou o comportamento (independente e classista) dos trabalhadores foi a greve de solidariedade dos doqueiros aos estivadores no Porto de Santos. Num de seus "bilhetinhos", ele escreveu, em tom azedo, que "supunha esses trabalhadores meus amigos". Como se vê, os trabalhadores também podiam chocar-se com aqueles que antes "amigos" de suas greves. Silva, *A Carga*, op. cit., p. 173.

No tocante à indústria automobilística, foram o desarme da aliança empresarial-policial e as marchas dos piquetes a razão de as firmas terem dispensado seus empregados. Willys temeu a greve porque sua direção estadunidense e brasileira, bem como seus prepostos, era refratária ao sindicalismo do PUI. No entanto, isso não quer dizer que os patrões tenham ficado tão acuados e isolados quanto afirmaram nem que estavam sempre dizendo toda a verdade quando declaravam que seus empregados aguardavam por piquetes de minorias militantes (na verdade, compostos com centenas, ou milhares, de trabalhadores) e que os grevistas priorizassem os danos às empresas no lugar de buscar a adesão dos seus pares.

A suspensão patronal voluntária da produção refletiu tanto sua contrariedade em ver seus funcionários envolvidos com seus iguais — pois o PUI desejava exatamente isso: ser uma intersindical — quanto uma escapatória antigreve. Este segundo traço, sem dúvida uma artimanha, não era, portanto, apenas um dispositivo antigreve nem "o" costume, pois o costume era a aliança empresarial-policial. Mesmo assim, infiltrou-se na memória da Greve dos 400 Mil como demonstração de engenhosidade da empresa moderna, que deu o silêncio das máquinas a radicais e arruaceiros em troca dos corações e mentes dos seus cordatos "colaboradores".

Diferentemente, quando os trabalhadores se viram confortáveis para exercer seu livre arbítrio, ou se chocaram com a autoridade patronal, repudiaram o despotismo fabril. Mais ainda, em meio a uma greve de massas, ampliaram sua identidade grupal e emprestaram seus próprios significados às suas ações. Não eram tão servos assim do Brasil "tradicional".

Além da folga na Willys, outros acontecimentos precisam ser considerados, como o malogro da "operação Laminação" (um ataque incapaz de parar a despótica e policialesca LNM) ou o acordo diversionista na Pirelli (fechado pelo presidente do SMABC para alienar um reduto costumeiro) e a queda de braço perdida tanto para as fornecedoras das FFAA quanto para as refinarias de petróleo privadas (que os comunistas preferiam ver nacionalizadas). Tudo isso no Triângulo abecedense.

Olhando bem para as brigas vencidas e perdidas, tanto quanto as abortadas, podemos compreender melhor o conjunto da campanha. Nenhuma automobilística foi escalada no rol das "questões de honra" da greve no ABC. Para isso acontecer, era preciso ter restado um saldo mínimo após as *neutralizações* acionadas pela aliança empresarial-

policial, seja para alguém persistir no local, seja para alguém programar um retorno. Eventualmente, no que dependesse da vontade de alguns, parar a GM até poderia ser uma questão de honra, mas à maioria certamente parecia impossível a frenagem das ininterruptas e crescentes linhas de caminhões e geladeiras.

"Não encontrei diferenças fundamentais", relata Mello e Souza a respeito de seu novo ambiente de trabalho, a Ford Ipiranga em 1957. O gerente geral

> "era decididamente paternalista bem como os brasileiros seus gerentes de estafe e de operações. Até um ano antes da minha entrada, o gerente de Relações Industriais, americano, era homem de finanças e a supervisão de linha (...) exercia uma administração autocrática e também paternalista, às vezes ameaçando o desforço físico ou mesmo aplicando-o".[425]

Máximo exemplo de automobilística, a Ford não era o oásis de paz social exposto na mídia. Mello e Souza nos abre uma janela para vermos um certo despreparo na lida com os empregados. Abaixo da direção, ele aponta tanto para a inadequação do perfil do responsável pela gerência dos recursos humanos (o pessoal das finanças era adepto do facão puro e simples) quanto para o arbítrio ilimitado dos feitores, propensos à desforra da violência. Termo impróprio ou não, tal *paternalismo* era fonte de tensões. Essa "má orientação dos patrões", Mello e Souza cita Simonsen, contribuía para que "os trabalhadores se organizassem em feição de classe".[426]

Onde o despotismo fabril era a diferença a ser tirada, maior era a dificuldade de cessar a produção. Os trabalhadores eram pressionados a comparecerem. Suas comissões e células eram perseguidas no nascedouro. A ostentação da FP, das FFAA ou do Deops era mais intensa. Quanto mais fossem visadas pela parede, mais eram guarnecidas pelos piquetes repressivos. Na Cerâmica São Caetano, o piquete chegou, entrou e obstruiu a operação dos fornos — talvez um esperado acerto de contas com Armando de Arruda Pereira (resultado de sua disposição de *segregar* o ativismo sindical das *hostes operárias*).

---

[425] Mello e Souza, *Administração Integrada*, op. cit., p. 114.

[426] Mello e Souza, *Administração Integrada*, op. cit., p. 116.
Recorrentes nas entrevistas de gerentes de RH na Ford, suas reservas ao *controller* (o responsável das operações segundo o "livro" — *by the book*), evidenciam o quanto o facão podia ser oneroso à administração, haja vista fomentar tensões, insatisfações e ressentimentos. Entrevistas ao autor de Edmir Garcez, 25/5/92; Diogo Clemente, 24/7/92; Mello e Souza, 11/11/92; Osmar Valentim e Ademar Feiteiro, 17/2/93.

Seja como foi, depois dos jatos de mangueira e tiros à bala, a soma da violência policial e militar ao despotismo fabril forneceu aos grevistas um motivo específico para a confrontação. Na Alpargatas se lutava contra a administração e contra a praxe de determinar, isto é, solicitar o aos bons préstimos da polícia.

Enfim, obedecendo a critérios do zoneamento geopolítico, o SMABC tinha empresas mais estratégicas para paralisar do que a Willys ou a Mercedes. Se sua base territorial abrangia o mais importante subúrbio industrial do estado, o incipiente parque fabril willyano ficava nos arrabaldes de São Bernardo, distando de Santo André e São Caetano, o centro do Triângulo. Se Mercedes foi avizinhada pelo percurso do piquete (situa-se perto da Via Anchieta), Willys nem foi admoestada. Assim como a greve não careceu de achegar-se dela para atingi-la, quando a produção voltou, o fato não ecoou como uma baixa irreparável. Nesse ano, a mais entusiasta automobilística da aliança proposta por JK, Willys do Brasil, não empregava *nem* um milhar de operários metalúrgicos, número pequeno dado o crescimento prometido. Engrenagem fundamental na sua política de recursos humanos, o *Noticiário Willys* só seria acionado em 1959 (vide "Colmeia Fabril"). Quer dizer, o próprio problema da mão-de-obra ainda não estava configurado. Paradoxalmente, o gigante era uma *fabriqueta* em construção.[427]

Nesse instante, as novas instalações dos futuros autos 100% nacionais de São Bernardo eram bem diferentes de outras usinas industriais onde o movimento operário dispunha de células, bases, comitês ou delegados, caso, só para citar um exemplo, de General Electric. Apesar dos esforços, o SMABC mal conseguia representar os trabalhadores do recém-nascido parque automobilístico de São Bernardo. Mesmo aí havia outras usinas onde gozava de maior representatividade, sobretudo Mercantil Suíssa e, em menor escala, Brasmotor. Sinal da ascendência de Santo André foi o fato dos trabalhadores de International Harvester terem abandonado o serviço e engrossado o piquete. Apesar de

---

[427] Em outubro de 1957, WOB devia ter cerca de 600 funcionários ao todo. A primeira fábrica do parque industrial willyano, a de motores, começou a ser construída em janeiro de 1957, sendo que o primeiro motor a gasolina fabricado no Brasil só foi aí aprontado em janeiro de 1958, sendo nacional em de mais 60% do seu peso. Em meados de 1957, deu-se a primeira expansão industrial para recepcionar a montagem da Rural. A linha de montagem foi ampliada, instalou-se uma pequena estamparia, cujas prensas foram compradas ou manufaturadas na ferramentaria da própria fábrica. Em dezembro desse ano, Willys comprou as Indústrias Reunidas de Ferro e Aço, uma usina carioca de locomotivas diesel. Essa aquisição deu origem à fábrica de eixos e transmissões e ainda foi utilizada na ferramentaria e para prensas. WOB, "General Information", 1966. Pasta 4, caixa 250, EKP, BANC MSS 85/61 c, TBL, UCB.

ser menor que suas congêneres, essa automobilística também era uma principiante. Ou seja, os ativistas haviam tido pouco tempo para sindicalizá-la. Contudo, sita em Santo André estava mais exposta à sua insinuação.

Face ao declínio da documentação nos dossiês policiais sobre a Ford, Studebaker e General Motors, é possível afirmar que a aliança empresarial-policial — tecida entre a Fiesp, a polícia, o MTIC e a DRT, o Sesi, os poderes executivos e os industriais (nacionais e estrangeiros) — foi eficaz em debelar o renascimento do movimento operário do fim da Segunda Guerra.

Na Ford e Studebaker, o ativismo foi simplesmente suprimido. Nos anos subseqüentes, ambas adicionaram drásticas mudanças tecnológicas, organizacionais e de políticas de Recursos Humanos (RH) quando se reestruturam para a queima de etapas, verificando-se, a propósito, a dissolução da Studebaker, sucedida pela Vemag. Quando ambas foram atacadas pelos piquetes (num momento em que estes eram mais vulneráveis a infiltrações e excessos), elas contra-atacaram gritando "baderna!" — uma advertência quanto ao risco das greves barrarem "nosso" ingresso na "modernidade". Nesse sentido, ao serviço de neutralização repressiva foi somada a voz da mídia, que alardeou o alheamento dos operários do carro chefe da economia diante da onda grevista, procurando convencê-los do interesse na prosperidade dos lucros.

Diferentemente, na mais tradicional automobilística do ABC, a GM, os trabalhadores haviam sido derrotados mas com muito mais dificuldade. Talvez por isso, por não querer ceder, sua decretação de folga coletiva só aconteceu ante a terminante defesa da greve abraçada pelos grevistas, aparentemente sem depredações.

Conseqüentemente, junto da queima de etapas da industrialização acelerada deve-se apreciar a queima de etapas do movimento operário. Contrariamente à progressão a fórceps verificada na indústria, trata-se de uma queima no sentido da liquidação de experiências e percursos. Por isso, nessa greve, GM, Ford e Vemag são um não-lugar da mobilização operária. E é também por isso que a memória que se construiu com elas não aponta para 1953 (como é o caso da Alpargatas e Cerâmica São Caetano) mas para o futuro.

Devemos relativizar a idéia de a Greve dos 400 Mil ser um reflexo da transição entre o tradicional e o moderno, entre o epicentro nas têxteis e metalúrgicas preestabelecidas e as usinas multinacionais em construção, como se não tivesse havido um movimento operário dentro das automobilísticas antes de 1957, como se, depois de 1957, a

"nova classe operária" tomaria o lugar da velha. Como estava em jogo, a sedução da oferta de garantias ao cinturão industrial capitalista multinacional, depois da contenção do sindicalismo do MUT e do PUI no setor automobilístico, os muros da cidadela foram segurados pelo concurso da mídia e dos formadores de opinião.

As antecipações pagas por Ford e GM trouxeram um desafio adicional. Recorrente nos anos seguintes, muitas campanhas sindicais sentiriam, aí sim, os efeitos de ter grandes unidades funcionando com trabalhadores surdos às convocações dos sindicatos. Anos depois, no caso dos primeiros passos dados pelo nascente Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, esse dispositivo antigreve se revelaria eficaz.

Também vimos os trabalhadores de Alpargatas e Cerâmicas serem tratados entre os pólos do soldado da produção ("operário") e do marginal de rua ("grevista"). Na Cerâmica, Lotufo era o homem que discava o número do doutor delegado ao menos desde 1953. Em 1957, do outro lado da linha vieram evasivas inauditas. Sem o concurso do Deops e da FP, Pereira não tinha como tomar uma atitude firme e enérgica. Era melhor recuar e manter posições. O piquete veio e avançou. Na Alpargatas, os paredistas estavam fartos de ser tratados com cães policiais e como ""cachorrada"". Antes pintados como pacíficos e cordatos, os trabalhadores, uma vez em movimento antipatronal, eram tratados como "classe perigosa", matéria de atribuição da polícia. Pois tiveram então de agigantar-se, editando um piquete-monstro, para mostrar à Alpargatas sua prontidão para a briga.[428]

Conjunções entre o Arcaico e o Moderno

Se as paralisações na Alpargatas e Cerâmica evidenciaram a memória de lutas anteriores, a paralisação na General Electric promoveu um efêmero *apagão* na aura de bem-estar econômico dos "anos dourados" de JK, que até hoje elidem o dia-a-dia das classes subalternas. Como argumentaram Kowarick e Bonduki, o "progresso e o moderno terminavam nas longas e intermináveis filas de ônibus das Praças Clóvis ou do Correio, na zona central da cidade iluminadas pelo néon da 'Coca-Cola', do 'Açúcar União' e do 'Jeep Willys'". Nos dias da greve, tal como nos trens, nem todos viajariam como sardinha em lata

---

[428] Embora Sidney Chalhoub não volte suas reflexões para dentro das fábricas, elas oferecem um contraponto para o entendimento da aliança empresarial-policial posto ser na rua onde o trabalhador enxotado da usina, antes laborioso, humilde e cordato, se tornava um grevista declarado. Ver: "Classes Perigosas". In: *Trabalhadores*, nº 6, 1990, p. 6 e ss.

nem esperariam por sua vez em longas linhas. Os metalúrgicos do ABC, além disso, haviam conseguido inverter o brilho dos reclames do capitalismo afluente (de que a loja de departamentos estadunidense Sears Roebuck era outro ícone). Com isso, iluminaram lugares de história disfarçados, desconhecidos ou militantemente ignorados pelas classes dominantes.[429]

Não foi nada fácil, pois a GE era a pioneira firma industrial estadunidense na economia brasileira desde o início do século 20. Ao lado das têxteis e alimentícias, foi uma das primeiras a operar produtivamente e logo se destacou na formação da mão-de-obra local, diversificando e expandindo suas atividades em várias cidades. Assim, do mesmo modo que os luminosos de néon exibiam sua marca, a GE possuía plenas condições para interagir com outra precursora, Willys-Overland. Afinal de contas, se "o Jipe feito no Brasil" estava "a substituir o cavalo", uma razão para isso era nele viajar "um representante de vendas de GE em suas andanças por lugares remotos e entrepostos comerciais para suprir suas necessidades de mercadorias como lâmpadas elétricas, pequenos motores, rádios".[430]

Devido a tal inserção, a GE atraía pesquisadores e agências estadunidenses interessados na defesa e conhecimento da reputação dos métodos americanos no além-mar. Esses acreditavam que suas políticas de relações humanas e de trabalho jogavam peso decisivo na definição da política externa dos EEUU. Se tais relações pudessem ser aperfeiçoadas, especulavam, o prestígio "americano" seria ampliado. Com isso, seria mais fácil remover "pelo menos uma das fontes de antiamericanismo nos países recentemente desenvolvidos [*newly developing countries*]". Quando o Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara reclamou em seu jornal, *A Voz do Metalúrgico*, dos métodos adotados por GE no trato com os trabalhadores, o adido Fishburn não teve dúvidas de que era da imagem liberal-capitalista de seu país que estava tratando. Considerando-a "particularmente vulnerável a ataques de todo elemento hostil aos Estados Unidos", ele afiançou a aplicação de "políticas trabalhistas acima da média".[431]

---

[429] Kowarick, Lúcio; Bonduki, Nabil, "Espaço Urbano e Espaço Político: Do Populismo à Redemocratização". In: Kowarick, L. (org.), *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 142. Citados em Fontes, "Centenas de", op. cit., p. 171.

[430] Geiger, *US Business*, op. cit., p. 2. Ver também: Phelps, Dudley, *Migration of Industry to South America*. Nova Iorque, McGraw-Hill, 1936. CRS, BIFCH.

[431] Hauser, Francis, "Report to the Secretary of Labor. Labor Relations of American Business in Developing Countries: Implications for US Foreign Economic Policy", 12/6/61. Nara II, GRDS, RG 174,

Se as operações de GE, Ford, GM, Firestone, Otis, Singer, RCA, Armour, Swift e da "brasileira" Willys-Overland chamavam a atenção para esse tipo de problemática, a Greve dos 400 Mil realçou a premência do exame e resolução de outros itens da planta de construção do Brasil industrial. De um lado, o manifesto da Aliança Intersindical (lançado em 24 de outubro) reatualizou a polêmica da greve como um direito consagrado na Constituição e não como o delito previsto no decreto 9070. De outro, mostrou que a recusa patronal em reconhecer o PUI como interlocutor emperrava a negociação coletiva. (Ainda mais, mostrou que a Fiesp não seria mais hegemonizada pelo empresariado têxtil, redefinindo suas forças internas.) Sem direito de greve, sem direitos sindicais no local de trabalho, sem negociação coletiva, o desaparecimento do corporativismo das relações trabalhistas era adiado indefinidamente; não tanto em função da ascendência do "Brasil arcaico" no meio operário mas mais pela lucratividade do Brasil moderno.

O patronato tinha os seus motivos. Manter a Justiça do Trabalho não era mau negócio. Se o TRT estipulou um índice geral em função da pressão dos grevistas, os empresários souberam esperar para depois recorrer a apelações ou ao desrespeito. Minar o pagamento dos 25% significava debilitar o seu caráter de triunfo. Afinal de contas, a Greve dos 400 Mil fortaleceu o PUI, reacendeu a discussão do direito de greve, chamou a público o ponto de vista da Igreja Católica sobre a questão social (o que resultou na defesa de um salário melhor e a condenação do lucro excessivo, tese defendida pelo PCB), reforçou a aliança PTB-PCB em eleições sindicais e partidárias e engrossou o chamado de uma greve nacional contra a carestia.

"Uma manifestação de massa cuidadosamente planejada começou a tomar corpo na manhã de 25 de outubro nas vizinhanças do TRT", concentrando-se na Praça Roosevelt até a chegada dos juízes às 13h00, quando os presentes soltaram fogos para saudar a sessão em sinal de triunfo. "Estava patente", assegurou o assessor trabalhista do Consulado Geral dos EUA (CGEUA) após sua ronda pela multidão, que "ninguém tinha dúvidas quanto ao resultado". Um metalúrgico chegou a dizer-lhe que estavam prontos a aceitar 25% desde o dia 18, mas que os patrões não queriam ceder. Para Nelson Gouveia, ex-chefe do setor

---

Office of the Secretary of Labor, Records of Secretary of Labor A. J. Goldberg, 1961-62. Country Programs, box 58.

"Rio Metal & Electric Workers Union Charges GE with Establishing a Concentration Camp Techniques in Handling Laborers". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4310, 832.062/10-2058.

sindical da DRT, o ritmo expedito do pronunciamento dos juízes só foi possível por causa da comoção causada pela parede. Entretanto, quando o TRT anunciou sua decisão, grevistas como o metalúrgico citado respiraram aliviados e o ímpeto da pressão dos 400 mil se esvaneceu. Depois, em janeiro de 1958, sob constrangimento patronal, o TST reduziu o aumento para 18%. Apesar da frustração e raiva, não havia forças para uma segunda greve. Mesmo assim, o cônsul Butrick fez seus superiores notarem ser essa a primeira vez que uma decisão do TST era veementemente questionada pelos sindicatos.[432]

Na opinião do cônsul, a greve "pegou de surpresa o governo, os sindicatos livres [*free labor*] e o Consulado Geral", servindo de alerta aos céticos. Afinal, os trabalhadores haviam provado ser "capazes de se levantar para se proteger".[433] Com efeito, a parede relançou tanto a grandeza das campanhas gerais quanto a faculdade dos sindicatos em se mobilizarem independentemente das alianças e ainda mostrou a existência de apoio e vontade operárias na base, apesar dos problemas enfrentados, como a dificuldade em pressionar a Justiça do Trabalho e a necessidade de desconhecer antecipações salariais.

Quanto a isso, os grevistas decerto estavam seguindo uma diretriz vinda "de cima", da Aliança Intersindical, braço do PUI nessa campanha. Para Munhoz, o choque sucedido na Monark (que antecipara o reajuste) era sinal da subordinação do movimento operário a uma política sem respostas para o processo econômico o qual, no seu entendimento, fraturava a classe trabalhadora em um setor moderno e tradicional. Enquanto que, nos têxteis, o desejo pecebista de aliança com a burguesia nacional amarrava os grêmios à falta de vontade de negociar dos patrões, nos metalúrgicos, essa mesma aliança os deixava a mercê dos índices que uma decadente indústria têxtil *podia* dar. Apenas com a ameaça da greve, a Monark deva os 25% conquistados depois de dez dias de parede. Por sua vez, as têxteis relutaram em pagá-los. Segundo Munhoz, "a aliança petebista-comunista nos sindicatos implementava uma política que acabava por se configurar numa suposta aliança entre o proletariado e os empresários dos setores atrasados", paradoxalmente os mais

---

[432] "The São Paulo Strike of October 15-25, 1957". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4310, 832.062/12-1057. "Supreme Labor Court Alters Decision on October Strike". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4310, 832.062/1-2458.

[433] "The São Paulo Strike of October 15-25, 1957", 832.062/12-1057, Nara II, fonte já citada. Ver também: Harding, *The Political*, op. cit., p. 384.

Free labor — sindicatos "livres" — era o termo da Guerra Fria dos estadunidenses para nomear correntes e líderes sindicais anticomunistas, ou melhor, pró-EUA.

refratários a acordos. "Crescentemente incapazes" de representar uma classe dividida, os sindicatos buscavam refúgio na estrutura corporativa como meio de acomodar interesses "conflitantes". Nessa busca, pareceu claro a Munhoz que, no correr da Greve dos 400 Mil, "todas as tendências sindicais, em suas lutas pelo controle das entidades de classe, não hesitavam em optar por manobras cupulistas e burocráticas para atingir seus objetivos, ainda que isso ocorresse em detrimento das organizações operárias de base".[434]

Com base em extensa pesquisa feita com jornais e entrevistas, o esforço de Munhoz afinava-se com a explicação histórica da ciência política uspiana sobre trabalho e populismo na política brasileira, continuando as pesquisas de Weffort, sobre o pós-guerra, e de Moisés, sobre 1953.[435] Consoante com a exploração da questão gramsciana entre uma pretensa *espontaneidade* operária com a *direção* partidária *consciente*, Munhoz nada vê nos piquetes a não ser a autopropulsão das bases e o seu subseqüente "perigo" para as direções constituídas. A solução para o problema da organização sindical nos locais de trabalho, bem como da autonomia sindical, recai outra vez na escolha das cúpulas, ignorando-se a aliança empresarial-policial. Vale notar, ainda mais, outro procedimento característico: aborda-se conjunturalmente o fenômeno da associação das bases, mas pouco se sabe o que aconteceu antes ou depois dentro das empresas onde os trabalhadores se associaram. De fato, essa questão não parece relevante pois a cada espasmo *espontâneo* de auto-organização operária corresponde um cancelamento partidário.

De fato, o perigo proveniente das bases não era só a auto-organização nas fábricas. Dadas a presença de aproveitadores e provocadores, a radicalização dos choques, o tom de amotinamento da multidão andarilha, a iminência de sua fusão numa sublevação constituía um grave embaraço para o alcance de um acordo trabalhista razoável. Seguramente, os líderes sindicais se sentiram ameaçados na sua capacidade de controlar as massas e então adotaram um discurso centrado na chefia da sua voz de comando. Seguramente, na hora da multidão refluir de volta para as fábricas (não era uma greve geral revolucionária), seus

---

[434] Munhoz, "Sindicalismo e", op. cit., pp. 24, 23, 27.

[435] No seu tempo e lugar, o balanço bibliográfico de Maranhão denota o estágio de desenvolvimento das pesquisas referenciadas em Weffort. Ver: *Sindicatos e*, op. cit., p. 11, n. 9.

Na Unicamp, mas freqüentadora dos seminários do Cedec, Márcia de Paula Leite estendeu a linha de pesquisa uspiana ao estudo do sindicalismo nos anos 60. *Sindicatos e Trabalhadores na Crise do Populismo*. Campinas, Dissertação de mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 1983.

integrantes iriam se perguntar pelos 45% e, então, reclamariam de seus representantes caso estes não tivessem segurado o timão de uma simples tratativa entre capital e trabalho.[436]

Entre os metalúrgicos do ABC, os partidários do PUI foram mais bem-sucedidos que incapazes. O PUI local foi reanimado por seus militantes assim que a capital os convocou. De acordo com a praxe, buscaram interiorizar-se dentro das fábricas, obtendo mais sucesso nas usinas onde se dispunha de experiência associativa e de confronto com a aliança empresarial-policial. Apesar dos percalços — devidos mais à novidade de uma campanha fora da data base e à luta interna e menos a uma suposta subordinação de seus interesses à indústria têxtil —, o novo diretório do SMABC deu mostra de saber representar o *moderno*, viabilizando uma experiência tão alternativa quão somatória ao padrão de acordos por empresa. Conforme avaliação já citada, um militante pecebista, depois de enaltecer a participação das massas, o surgimento de lideranças de base, sua participação nas coletas, piquetes, assembléias, concentrações e passeatas, a mobilizarem o ABC, ainda viu como a "maior vitória" a unificação da "maioria esmagadora" da categoria "em um só acordo".[437]

Em acréscimo à possibilidade de situar seu papel na costura de relações entre o Brasil e os EUA, as denúncias da *Voz do Metalúrgico* contra a General Electric deram a luz a uma investigação que fornece mais nitidez ao suposto vão entre os setores "tradicional" e "moderno". Na verdade, nos entreabrem um entendimento distinto, indicador da mutualidade existente entre ambos os setores, permitindo examinar a postura das modernas firmas estadunidenses diante da contratação coletiva e da Lei da Estabilidade.

Dos seus apontamentos, Fishburn relatou: "Mr. Fallon [gerente do Departamento de Lâmpadas e Iluminação] afirmou que a companhia mantém boas relações com o presidente do sindicato", Benedito Cerqueira. Sinal disso era o fato de a firma tratar de algumas queixas de seus empregados "diretamente" com o grêmio sindical. Mesmo assim, "Mr.

Ver também: Souza, Eliana Melo, *Mouvement Intersyndical a São Paulo.* Paris, tese de terceiro ciclo apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1986.

[436] Como observou Daniel James, a influência do peronismo na consciência de classe dos trabalhadores argentinos levou a um resultado "paradoxal". Os trabalhadores respondiam com "forte cultura oposicionista" aos chamados da liderança sindical à colaboração das classes mas nem por isto endossavam uma ideologia revolucionária do conflito entre as classes, apresentando "elementos que promoviam integração e cooptação". *Resistance and*, op. cit., p. 262.

[437] "Discussão a Ser Dirigida a Todo o P.", Aesp, fonte já citada.

Ao lado dessa arregimentação do ABC, o PUI visava a ser uma intersindical para o estado querendo chegar até os ferroviários, metalúrgicos, têxteis, gráficos e trabalhadores agrícolas de Sorocaba, Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto, Taubaté e São José dos Campos.

Fallon deixou claro que a companhia recusou-se recentemente a fechar um acordo salarial independente com o sindicato". O entrevistado demonstrou que o motivo estava na possibilidade de "obter um reajuste melhor por meio do sindicato patronal". Ele então exemplificou com o caso de uma firma concorrente, que fechou um trato em separado para, na seqüência, ver-se em desvantagem com seus competidores, pois o setor conseguiria um reajuste "mais em conta" por meio de sua entidade representativa. A oferta de benefícios indiretos, acreditavam os estadunidenses, serviria para compensar a recusa de um reajuste maior para seus empregados. Claro que o setor tradicional depois levaria a culpa do reajuste menor.[438]

Dois anos depois, quando era professor, Lincoln Gordon pesquisou (em parceria) 36 firmas industriais estadunidenses no Brasil. A investigação averiguou que a Lei da Estabilidade possuía uma "reputação particularmente desfavorável" entre os empresários estadunidenses por causa das indenizações devidas e das restrições às suas decisões de cortar de empregados com mais de dez anos de casa. "Para se protegerem", os empresários, tanto os locais quanto os de fora (muitas vezes associados na mesma empreitada), apregoaram a "política de desfazer-se da maior parte da sua força de trabalho antes da chegada do prazo de dez anos". No entanto, a maioria das companhias rejeitou o mecanismo de demitir automaticamente todo e qualquer um ante o seu vencimento. O custo disso, os entrevistados ponderaram, podia ser relevante: não só a perda dos recursos humanos como também dos investimentos neles depositados. Além do mais, afetava o moral dos trabalhadores, chegando a ser improcedente no caso dos qualificados. Uma política correta de Relações Industriais, afirmaram, podia detectar e eliminar "elementos indesejáveis" no momento mais conveniente, permitindo um número adequado de operários estáveis. De todo modo, indicaram com satisfação para o juízo das cortes trabalhistas em serem "mais realistas", possibilitando "a dispensa de trabalhadores estáveis recalcitrantes", entre esses, claro, os ativistas. Os professores Gordon e Grommers, no entanto, não apuraram a cota de funcionários seniores tolerável aos empregadores. Posteriormente, para o embaixador Gordon, isso não seria um dado difícil de levantar. Nos excelentes arquivos postos à sua disposição pelo Department of State, ele poderia ficar sabendo que, na General

---

[438] "Rio Metal & Electric Workers Union Charges GE with Establishing a Concentration Camp Techniques in Handling Laborers", 20/10/58, Nara II, fonte já citada.

Electric do Rio de Janeiro, havia uma cuidadosa revisão anual no registro de cada empregado de modo a permitir uma avaliação quanto à sua conveniência para a empresa na passagem do oitavo para o nono ano de casa. "Essa prática", o adido Fishburn afirmou, "é abraçada por quase toda firma vigilante". "É necessária e essencial".[439]

De modo indiciário, percebe-se acomodação similar no memorando de Hickman Price (antecessor de Max Pearce no comando da WOB) para Steve Girard, dirigente do grupo Kaiser para o setor auto na América Latina. Reclamando da demora na definição do "ágio das partes complementares", Price prevê elevação nos custos de fabricação dos carros. "Durante muitos períodos no passado", recapitulou, "foi possível alocar o aumento dos custos, como as peças nacionais, no veículo e aumentar os preços de acordo, sem afetar as vendas apreciavelmente". "Isso tem se dado", explicou, "em função da tradicional — e não tão maléfica — inflação brasileira".[440]

Willys, ao que parece, não era o melhor exemplo de moderna empresa racionalmente estruturada. Fiel seguidor dos Kaiser, Max Pearce não tem sido relembrado como estrategista e organizador de brilhantismo. Tanto para Pearce como para Price, o destilado parecia ser a melhor maneira de soltar a língua e adotar o "*abrazo*" dos brasileiros. Porém, o consumo parece ter influenciado momentos decisivos na vida de ambos, tanto as demonstrações de auto-suficiência de Price (o que lhe custou a demissão) quanto os projetos mirabolantes de Pearce (a onerosa limusine Itamaraty). Gerida localmente, até certo ponto, Willys do Brasil podia gastar e perder. Tal como McCloud nas Industrias Kaiser Argentina, Pearce foi escolhido por gozar da absoluta confiança dos Kaiser, e não necessariamente por seus dotes de administrador. No distante Cone Sul, os Kaiser queriam ter gente sua, a quem delegaram a aposta mais espinhosa da vida deles. Entretanto, Pearce podia ter voz e energia de comando, mas não sabia pesar a relação custo-benefício no longo prazo. Perspicaz, sabia cultivar relações pessoais, mas cercou-se de gente cuja competência não era unânime. Dinâmico, representava a Willys em pessoa.

---

[439] Gordon, Lincoln; Grommers, Engelbert, *US Manufacturing in Brazil. The Impact of Brazilian Government Policies, 1946-1960*. Boston, Harvard University, 1962, p. 116. CRS, BIFCH. "Rio Metal & Electric Workers Union Charges GE with Establishing a Concentration Camp Techniques in Handling Laborers", 20/10/58, Nara II, fonte já citada.

Opiniões empresariais igualmente desfavoráveis também foram detectadas por outro pesquisador estadunidense. Ver: Werneck Vianna, Luiz, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pp. 276-277.

Embora não dominasse o português, amou o Brasil. Amou o país e gozou a vida, comparecendo e organizando festas, velejando no seu iate (construído na fábrica), voando em seu avião (fora piloto dos Kaiser). Não tinha — e desacostumara-se — de dar satisfações. Assim como Kaiser embalou seus sonhos na sua viagem de 1954, Pearce dava asas às suas idéias, entre estas a CRT, nascida da sua cabeça.[441]

"O desenvolvimento capitalista nacional é o elemento progressista por excelência da economia brasileira mas que, por fatores diversos, se realiza num ritmo desigual e não consegue eliminar as características de país subdesenvolvido",[442] era isso o que instruía a nova política dos comunistas para o Brasil do final dos anos 50. De fato, era olhar para os grupos brasileiros inclusos nas sociedades de Willys, Mercedes, Volkswagen, Simca, Scania-Vabis e Vemag para ver a burguesia nacional (em muitos casos de origem rural) a promover um desenvolvimento sem precedentes. Até onde um partido heterogêneo como o PCB conseguiu reconhecer na nascente indústria de autos esse influxo nacional-desenvolvimentista associado ao "imperialismo"?

Nos sindicatos, muitos dirigentes adensavam sua inserção na aliança PTB-PCB com um lastro em que a luta de classes não ficou submetida à aposta no caráter progressista da burguesia nacional. O alerta de *Notícias de Hoje* é, por sinal, sintomático: "os trabalhadores não lutam (...) só contra a exploração estrangeira, mas contra toda e qualquer exploração. Não tenham os burgueses a pretensão de colher sozinhos os frutos do desenvolvimento econômico nacional, sacrificando os trabalhadores".[443] Propositadamente, foi difundido na segunda jornada da Greve dos 400 Mil.

A queima de etapas das automobilísticas não significou, no entanto, um desembarque, em nossas virgens praias, de organizações empresariais 100% alienígenas. Fato ressaltado várias vezes, seu estabelecimento foi viabilizado com parcerias com grupos

---

[440] Memorando, 28/4/59. Pasta 37, caixa 145, EKP, BANC MSS 85/61 c, TBL, UCB.

[441] Entrevistas ao autor de Mello e Souza, 11/11/92; Feiteiro e Valentim, 17/2/93; Lisboa, 5/3/93 e 20/5/94; Butler, Lichtenberg e Wettkoff, 9/5/94; Rocha e Catarinacho, 22/9/94. McCloud, James, *The IKA Story*. S.l., s.ed., 1995. Hogle, Allen, "Kaiser's Automotive 'Onslaught' on Brazil". In: *Kaiser-Frazer Owners Club Quarterly Magazine*, vol. 30, nº 1, s.d. Ofício, 30/1/63. Pasta 34, caixa 147, EKP, BANC MSS 85/61 c, TBL, UCB.

[442] "Roteiro de Estudo da Declaração sobre a Nova Política dos Comunistas do Brasil", s.d. (possivelmente 1958). Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2387.

[443] *Notícias de Hoje*, 16/10/57. Citado em Fontes, "Centenas de", op. cit., p. 151.

brasileiros (exceto Ford e GM). Não necessariamente seu desconhecimento, mas sim por causa de sua desconsideração, sobreveio o choque com os empregados do setor, muito cônscios de seu duplo papel de agigantar o país junto com o país.

Roberto Schwarz relembrou:

> "antes, dizia-se mais ou menos o seguinte: o capitalismo se realiza nos países atrasados por meio da incorporação de mão-de-obra barata, ele não melhora a condição de vida dos pobres e os explora até o osso, razão pela qual somos antiimperialistas".[444]

Veremos, nos próximos dois capítulos, como essa tese influenciou o relacionamento das correntes sindicais anticapitalistas com os trabalhadores nas fábricas. Num compromisso de reciprocidade com seus patrões, mas nem por isso despreparados e passivos, a regulação que os trabalhadores fizeram do usufruto de sua força de trabalho não foi ineficiente, até porque, durante o "pequeno milagre", o empregado também tinha o compromisso de observar a dignidade do labor braçal desqualificado. Assim, como mobilizá-los para a luta contra o imperialismo se as fábricas haviam sido inauguradas por JK, sendo, ainda mais, administradas também por brasileiros? Como manter os trabalhadores do setor 100% nativo se os grupos brasileiros se aliavam com as transnacionais? Como pacificar um e guerrear no outro?

Em todos os casos, a serem vistos no capítulo 8, nos balanços feitos após o Golpe de 64, das correntes sindicais à esquerda e à direita, o PCB, num país-continente, saiu-se melhor dos riscos da política de tecer alianças sem perder base social — especialmente porque essa mesma base social podia se manter distante das suas coordenadas.

Outros Domínios da Política

Nos anos 50 e início dos 60, várias pesquisas verificaram que a classe trabalhadora não se via numa posição estrutural antagônica e contraditória com relação aos seus empregadores. Lopes e Rodrigues constataram o fenômeno com reservas. As doses de resignação, fatalismo, humildade e a auto-imagem de "povo" distanciavam a "nova classe

---

[444] Schwarz, Roberto, "Do Lado da Viravolta". In: Haddad, Fernando (org.), *Desorganizando o Consenso*. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 19.

Para Cardoso, os empresários industriais, em 1962, ainda não haviam se acasalado "com o capitalismo que se internacionalizava", estando, isto sim, apenas "prestes" a fazê-lo. A meu juízo, o acasalamento já seguia longo curso. Ver: "Procópio. Um", op. cit., p. 26.

operária" das expectativas que recaíam sobre ela e, perigosamente, pareciam talhá-la para a manipulação do populismo. Para Lopes, o fenômeno era tão pouco classista que incluía pessoas sem integração plena com o mercado de trabalho industrial.[445]

Tal identidade, para começar, não corrobora a tese da excludência sindical. Nesta última, ocorria apenas a representação de minorias organizadas, para facilitar barganhas. Sensível à experiência vivida, ao substrato das redes interpessoais primárias (sem desaboná-las como arcaicas), às pressões vindas de baixo e, reparando no seu estágio formativo (inacabado e imprevisível), Luiz Pereira notou que os destituídos estavam colonizando as relações mais microscópicas e capilares da industrialização. Sob os intensos problemas do subdesenvolvimento, buscavam seu lugar, enfrentando, inclusive, estranhamentos no seio do operariado (dividido entre ex-rurais e urbanizados, entre forasteiros e locais, entre profissionais e peões).[446] Conforme o capítulo seguinte, o operariado brasileiro se notabilizaria por ser uma "máquina de trabalho".

Para quem olha esse fenômeno sob ângulo diverso, pertencer ao grupo dos "baianos" era, como explica Mello e Souza, um "qualificativo degradante". Na pirâmide das classes, esse enquadramento nem sempre se referia ao natural da Bahia. Assimilando pessoas nascidas em outros estados, estar na baianada era ser operário de linha e não-qualificado. Baiano era o subalterno, "aquele cujo labor torna áspera a palma das mãos, aquele que tem a infelicidade (...) de suar trabalhando".[447]

Logo, entre o orgulho de ser operário e brasileiro e ser tratado como subalterno e desvalido, este proletário, além de estar interessado em mais salários, não só possuía outras demandas como também se identificava por meio delas, partindo de condições objetivas comuns e de sua implicação com seus colegas de trabalho, na fábrica reunidos para dar corpo ao que Marx chamou de "trabalhador coletivo".

Durante a Greve dos 400 Mil, esses novos personagens entraram em cena e evidenciaram o mundo que os baianos estavam criando a partir *de baixo*, isto é, com suas

---

[445] Mais sensível, Lopes via na identidade de operário era o "mínimo denominador de toda a solidariedade", expressão imprecisa de um "sentimento difuso" de oposição aos patrões. Mais esquemático, para Rodrigues, o fato de não ser uma consciência de classe é explicada pela origem rural, que "não propicia formas de condutas coletivas e laços de solidariedade", gerando, ao invés disso, servilismo e individualismo. "O Ajustamento", op. cit., p. 67. "Greves Operárias", op. cit., pp. 74, 78.

[446] Pereira, *Trabalho e*, op. cit., pp. 168, 193.

[447] Mello e Souza, *Administração Integrada*, op. cit., p. 238.

próprias forças e iniciativas e, ainda mais, a partir *de dentro* da fábrica, tomando as ruas e mostrando seu poder sobre elas. Os migrantes que arrumavam colocação na Nitro Química, aonde vinham a aprender o "serviço dos baianos", eram a "baianada" que conferia representatividade à direção sindical local, também migrante.[448] Se suas tentativas de organização nas fábricas eram combatidas pela aliança entre a indústria e a polícia, ao menos nas ruas não havia feitores (embora houvesse infiltrados, soldados e investigadores).

Sentindo falta de debates e reuniões "políticas", o que Lopes viu como indício de fragilidade organizativa pode ser investigado como *tradição subpolítica* do operariado. Hábil em circular mensagens entre as rodinhas nas praças dos "marmiteiros" até as linhas de montagem dos "peões", a astuta discrição no envio de códigos é uma maneira das classes subalternas sobreviverem baixo ao preconceito e à vigilância.

Não era só fragilidade.

Reinventada em *Arquitetura da Destruição*, essa sugestão de Thompson tem seu lugar. Da perspectiva da liderança nacional-socialista, o povo alemão era representado e exibido com exuberância. Embaixo dessa copagem espetacular e cerrada, na "subvegetação", grassavam o rancor com a derrota na Primeira Grande Guerra e com o Tratado de Versalhes, a memória do desemprego e da hiperinflação, fermentavam a mediocridade e a pilhagem, ambas filhas da perseguição aos inimigos internos, comunistas e judeus.[449]

Subpolítico não significa pré-político nem submundo apolítico. Não é uma anterioridade primitiva cujo sentido se realiza e se revela por intermédio do partido. Tampouco consiste em escalão menor. Instrumento experimental de pesquisa, pode revelar um cruzamento, um substrato ou uma ramificação, ou ainda um espaço menos conhecido (mas não menos político), encoberto pela "Grande Política" — esta última saliente pelo fato de ser um alvo tradicional da observação dos estudiosos. ("A resistência francesa à maquinaria", escreveu Michelle Perrot, "embora menos espetacular do que na Grã-Bretanha foi mais importante do que se costuma crer".[450]) Em todos os casos, subpolítico difere da linguagem político-institucional.[451]

---

[448] Fontes, *Trabalhadores e*, op. cit., p. 100.

[449] *Arquitetura da Destruição* (*Architecture of Doom*), de Peter Cohen. Suécia, 1989.

[450] Além disso, a autora afirma: "seria um equívoco fazer do luddismo um gesto puramente viril",

Quem eram as rodinhas que inspiraram Carlos Prado em *Varredores de Rua* e *Garis* (duas pinturas de trabalhadores enrodilhados em torno de seus que tais numa pausa para a prosa)?[452] Decerto, a diferença de seus meandros para com o organograma de secretariados de uma célula é notável. Mas uma não se impõe à outra. Por causa da opacidade documental das ações dos trabalhadores não devemos eleger a célula como política e a rodinha como a evidência de um grupo sem condições de se organizar nos *bons* moldes do — ansiosamente aguardado — sindicalismo europeu. Ao contrário, nesse nível subpolítico, o operariado mantém em separado uma certa margem de autonomia, o suficiente para dotá-lo não só com indiferença mas também de vontade própria defronte às organizações auto-ungidas com a sua representação.

Podemos ver a célula como algo *politicamente* pontiagudo não só por causa de um *Facão*, mas por visar a ser o posto avançado de uma agremiação comunista no âmago da produção capitalista. Com a galhardia de seus tipos, as rodinhas estavam estruturadas em torno de outros "secretários", podendo até ser a subdivisão das células. De toda maneira, em si mesmas, não são menos políticas nem menos importantes para a história social, pois são espaços onde os de baixo geriram ações e consciências horizontais, ambas opostas aos patrões.

Como advertiu Thompson, vale atentar para a "tenacidade da autopreservação", dispensando mais cuidado aos "seus traços mais robustos e desordeiros" e descentralizando a importância dada aos sóbrios "antecedentes constitucionais do movimento operário". Pois os "sem linguagem articulada", isto é, aqueles grupos cuja história mal dá para ser levantada em atas de reuniões sindicais "conservaram certos valores — espontaneidade,

---

pois as mulheres também se fizeram presentes. Perrot, Michelle, "Os Operários e as Máquinas na França durante a Primeira Metade do Século XIX". In: *Os Excluídos da História.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 25, 30 e ss.

[451] Ao investigar a consolidação de uma nova cultura operária na abertura do século 20, Stedman Jones encontrou-a fora dos registros sindicais e partidários, sendo, em acréscimo, refratária às investidas "civilizatórias" das classes altas. Se essa impermeabilidade facultou-lhe manter-se plebéia, o radicalismo político do século 19 seria alterado, dando lugar ao aceite do trono inglês imperial e ao voto conservador. Ver: Stedman Jones, Gareth, "Working-Class Culture and Working-Class Politics in London, 1870-1900. Notes on the Remaking of a Working Class". In: *Journal of Social History*, vol. 7, nº 4, 1974, pp. 462, 478, 498.

[452] Aqui e ali, entre os anos 30 e 50, pintores retrataram o tema do trabalho urbano-industrial. Ver: *Operários*, de Tarsila do Amaral, *Greve* (1956), de Lasar Segall. Ver também: Leite, José, *Dicionário Crítico da Pintura Brasileira. Arte do Brasil e Demais Coleções.* Rio de Janeiro, Artlivre, 1988, pp. 225, 421, 494, 467. Marques, Luiz (coord.), *Catálogo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.* São Paulo, Masp, 1998, p. 106.

capacidade para a diversão e lealdade mútua —, apesar das pressões inibidoras" vindas de cima.[453]

Em 1957, os piquetes tanto se pautaram pela continência relatada nas reportagens de rua quanto marcharam em multidão, acuando os fura-greves, implicando o fechamento de estabelecimentos resistentes e de firmas alheias às suas reivindicações (como se decretassem uma greve geral), denotando tanto suas origens sociais (a migração do Norte) quanto sua disposição para arremeter-se contra a aliança empresarial-policial.[454]

A grande imprensa descreveu os participantes mais jovens como delinqüentes recrutados nas ruas. Ao adotarmos outra perspectiva, podemos encontrar outras personagens dessas mesmas ruas. Numa certa ocasião de greve, um garoto de 15 anos como de hábito acordou cedo para ir — a pé — ao serviço. "A rua estava toda pichada". "Eles [a turma do sindicato] escreviam no asfalto". Ante os rumores da circulação dos piqueteiros, seu José, na portaria, usou de sua autoridade e resolveu liberar a todos.[455]

O jovem operário não voltou para casa. Trepou num pequeno caminhão e *foram* ver "como é que estava a situação". "Nós" — nós os grevistas — "fazíamos o que os mais

---

[453] Thompson, E. P., *A Formação da Classe Operária Inglesa*, vol. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 61-62.

É variável o uso de Thompson para o termo subpolítico, pois também lhe serve para qualificar a "consciência" da "maioria menos articulada", entremeada de superstição, irreligião passiva, preconceitos e patriotismo. Ainda mais, foi usado para descrever a subordinação da "turba" por autoridades, independentemente de poder *estar a caminho de virar* uma "multidão" consciente e radical. Ver: Thompson, *A Formação*, op. cit., pp. 20, 57, 61, 62, 65, 72-74, 76, 80. Para examinar o que Thompson entendia como radicalismo consciente, ver: *A Formação*, vol. III, op. cit., p. 183-186.

Posteriormente, ao analisar as evidências de solidariedade e consciência horizontais da multidão inglesa no século 18, Thompson propôs abordá-la tal como "era, *sui generis*, com seus próprios objetivos, operando dentro da complexa e delicada polaridade de forças de seu próprio contexto". Ver: "Patrícios e Plebeus". In: *Costumes em Comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 64.

Explorei as diferenças entre as concepções de classe no interior da historiografia marxista britânica em "Imperfeita ou Refeita? O Debate sobre o Fazer-se da Classe Trabalhadora Inglesa". In: *Revista Brasileira de História*, vol. 16, nº 31/32, 1996, pp. 50, 54, 55, 60 n. 40.

[454] Para pesquisadores com outros interesses, as fontes da história oral são um meio de se reconstruir as visões dos trabalhadores sobre sua história, abordando os temas da organização no local de trabalho e do dia-a-dia da Greve dos 400 Mil. Para tal, ver as entrevistas guardadas no Fundo Fábio Munhoz (Cedem). Ver também: Fontes, *Trabalhadores e*, op. cit., pp. 165, 166, 168, 170-175.

Sobre os piquetes na Greve dos 300 Mil, ver: Costa, *Em Busca*, op. cit., pp. 179-186. Ver também: Wolfe, *Working Women*, op. cit., pp. 176-183. Nessa parede, ainda em processo de retorno aos sindicatos oficiais, os comunistas também se destacaram na organização de comitês de fábrica para alicerçar a passagem dos piquetes.

[455] Paraná, *O Filho*, op. cit., pp. 74-76, 79-82. Os dados dos próximos dois parágrafos foram retirados desta fonte.

velhos mandavam: passávamos em frente a uma fábrica que estava trabalhando e tacávamos pedras nos vidros".

Em momentos diferentes, outras coisas o jovem veio a conhecer. Na sua primeira fábrica, o primeiro salário (imediatamente entregue à mãe) e o primeiro "abono de Natal", dinheiro bebido no primeiro "'fogo'". Nas ruas, de novo, o choque frontal dos desejos de classe, a carga da cavalaria da FP, as bolinhas de gude rolando pelo chão e derrubando os soldados, o gosto de tocar a "farra", quando tudo era uma "novidade, tudo era coisa que eu só conhecia de ouvir os mais velhos contarem".

Junto dessa contestação, ao contemplarmos o clientelismo político e policial, é claro que as classes subalternas podiam se relacionar com facções das classes dominantes como um grupo subordinado, atendendo a mandos exteriores, servindo como meio de atemorização sobre outras facções das elites. Portanto, as rodinhas eram — elas também — uma arena de desencontro de diferenças.

Leiamos uma fonte pecebista na contramão para vê-las em sua diversidade. Em matéria escrita para propagar a vibração dos operários com a suspensão da ordem de prisão preventiva de Prestes, "na Jeep Willys", um dos empregados recebeu a notícia "sem entusiasmo". Ao que ouviram "de sua boca" "a opinião de que Prestes deveria continuar a ser perseguido", vários colegas numa rodinha — em "ato contínuo" — repeliram com energia "o raciocínio grosseiro".[456]

Essa correlação de forças podia ocorrer exatamente ao contrário. Afora as divisões partidárias, as rodinhas também eram perpassadas por cisões de gênero, etnia e qualificação profissional. Não havia como ser diferente disso. Então, sem a tarefa de seguir um projeto político elaborado e coeso, o interessante é buscar conhecer o modo pelo qual essa diversidade vinha a dar lugar à união do associativismo operário de base.

De todo modo, o que dizer do ativismo na GM? Ou das ações por empresa já descritas? A não ser que pertencesse ao PCB, ou que voasse nas asas de um Serafim-Corraini, seria muito difícil para o professor Brandão Lopes adentrar o recinto do associativismo de base em meio a uma greve de massas. Guardados com segurança — tanto o recinto da célula quanto o do comitê, bem como o recinto do piquete ao abrigo dos "reacionários" e, ainda mais, o círculo das rodinhas —, de todos precisava o sociólogo

---

[456] *Notícias de Hoje*, 26/3/58. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2239.

ganhar a confiança necessária. Sua aproximação era de alguém circulante nos escritórios do poder. Talvez fosse um dedo-duro. Era um tipo muito curioso. Podia abrir o bico.[457]

Abertos os arquivos policiais, o entendimento há de ser outro. O que dizer, então, das infiltrações e delações? Se não dimensionar a aliança empresarial-policial traz problemas, apontar para o temor patronal ante sua desativação não explica muito a disseminação da ousadia dos piqueteiros. Se favoreceu a impunidade dos piquetes, o não-policiamento, outrossim, não deixou de propiciar velhas impunidades. Além de informantes e provocadores invariavelmente plantados pela direita e pela polícia, mais três atores foram vinculados à sedução de se intrometerem no curso dos acontecimentos. *Última Hora* sublinhou a indiferença de Jango e acompanhou Jânio de perto, alardeando que o governador estava tão obcecado com a idéia de afastar os sindicatos da órbita do herdeiro de Vargas que para isso retirou a polícia das ruas, provocando um choque entre São Paulo e o governo central, e assim enfraquecendo a aliança PSD-PTB. Com base nas indiscrições plantadas pelo relatório Hall, será que a DRT considerou a greve legal por estar instruída por Jango a deixar o movimento seguir seu rumo *normal*, abonando a licenciosidade dos piquetes? Por fim, também o prefeito Ademar de Barros foi acusado de envolvimento com o mando da violência para indispor Jânio com o eleitorado.

Enfim, entre 1945 e 1964, a instrumentação do movimento operário pelo Estado e pelos partidos aconteceu. Mas, visto o crescente êxito do PUI desde a sua criação (sucedânea à Greve dos 300 Mil), devemos, a bem da verdade, escrever: *instrumentação dos movimentos operários pelos Estados*. Pois de correlata elevação foi o empenho da Ciosl (via Orit e Iadesil) em criar uma corrente sindical anticomunista competitiva.

Então, devemos restringir a amplitude, a freqüência e a intensidade pretendidas por detratores e pesquisadores. O sindicalismo do PUI não era um "sindicalismo populista", um braço político-partidário de aparelhamento do operariado em prol do acerto corporativo que excluía o povo da cidadania. (Ao mesmo tempo, é bom não perder de vista a sedução das benesses da estrutura sindical oficial e da máquina política assistencial do MTIC.)

---

[457] Semelhante à proximidade entre os métodos do investigador policial e do ativista sindical (paralelo observado no capítulo anterior a propósito das diligências de OH-12), o sociólogo — tal como os policiais costumavam fazer — não se baseou apenas em informantes. Ambos eram observadores contínuos das suas inquirições: anotavam diálogos, registravam entrevistas, municiavam-se de informações diversas, etc. Egressos de suas respectivas "academias", suas relações diretas com os patrões, necessárias para irem ao "campo", não eram, entretanto, despercebidas pelos trabalhadores.

A hegemonia dos industriais — suas relações de liderança, autoridade e controle sobre a visão de mundo dos seus empregados — não se baseava apenas sobre o consenso ou sobre sua moderna faculdade de predeterminar lugares, identidades e atribuições de forma burocrática e racional. Também carecia da coerção. Sejam quais fossem, as formas de dominação capitalista do trabalho eram sustentadas pelo despotismo fabril. Quando desligadas dos serviços de feitores, delegados, delatores e investigadores, perdiam boa parte do seu apelo consensual.

Em 1957, o abalo dos industriais foi o reverso da auto-organização dos trabalhadores nas fábricas, levando ao questionamento e ao confronto com a dominação capitalista, estimulando e disseminando a transformação das comissões de salários em comitês de greve ou em comissões de fábrica (um saldo semelhante à emergência do "novo sindicalismo" na São Paulo de 1978). Nessa hora, os patrões voltaram-se contra os trabalhadores deplorando a suposta perda de sua atribuída docilidade.[458] Porque, na verdade, a onda paredista foi tão de dentro para fora quanto de fora para dentro. Verificada a instantânea adesão de muitas fábricas, um fato que não surpreendeu a ninguém, essas bases mais organizadas serviram de lastro para a decretação de paralisação geral, fazendo a parede repercutir onde fora cerceada e em lugares distantes.

Mesmo vista em si mesma, a Greve dos 400 Mil há de receber uma apreciação distinta. Vista entre as greves do pós-guerra, a Greve dos 300 mil, o suicídio de Vargas, a eleição de Jango para vice de JK e Jânio, a industrialização acelerada, a instabilidade política, as greves pró-13º, os êxitos e fracassos de outras campanhas, é impossível não deixar de apontar fragilidades nas fontes de sustentação da tese do sindicalismo populista. Seus pontos de apoio não têm força explicativa para abranger o universo sobre que recaem, tanto em escala macro quanto na microhistória. Há todo um mundo inexplorado atrás de pré-noções que, ao invés de explicarem, pedem explicação. Uma etiqueta a turvar a reflexão é a imagem idealizada do movimento operário europeu, um parâmetro indevido de comparação a dispor do bom que nos falta ou sem apresentar o que temos de ruim.

---

[458] Quanto às relações de hegemonia entre as classes dominantes e subalternas, as incursões de E. P. Thompson por essa problemática gramsciana constituem uma referência. Ver, por exemplo, "Folklore, Anthropology and Social History". In: *The Indian Historical Review*, vol. III, nº 2, 1977. (Artigo republicado em *Making History*. Nova Iorque, The New Press, 1994.) Do mesmo autor, ver também: "As Peculiaridades dos Ingleses". In: Thompson, *As Peculiaridades*, op. cit., pp. 79-83. "Patrícios e", op. cit., p. 78.

"Temos de registrar", assinalou o *Illustrated London News* em 1842, "as ocorrências desastrosas do despejo dos trabalhadores das manufaturas de Manchester e arredores". Impressionante, "a repentina e turbulenta manifestação do amálgama de milhares, abandonando seu ganha-pão diário e marchando léguas para forçar tanto os desejosos quanto os refratários a aderirem," conseguia — "em um instante" — afetar o coração da Oficina do Mundo.[459]

---

[459] *Illustrated London News*, agosto de 1842. Painel A Fair Day's Pay. Seção The Mill Workers World. Museu Quarry Bank Mill (Manchester, 1999).

Segundo Thompson, os tecelões de lã cardada de Norwich, "cujas tradições jacobinas e sindicais eram extremamente fortes", conseguiram, excepcionalmente, "aumentar seus salários na década de 1830". Para tal, recorreram a *piquetes*, a *intimidação* e à *oposição violenta* às máquinas. *A Formação*, vol. II, op. cit., p. 139.

PARTE II

INDUSTRIALIZAÇÃO ACELERADA

5

COLMEIA FABRIL

A CONSTRUÇÃO DO OPERÁRIO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

A VIDA ENSINA, A COMPANHIA AMPARA

Basta uma espiada nos sobrenomes dos funcionários promovidos a feitor em maio de 1959, na Willys do Brasil, para repararmos num tipo de operário veterano, egresso da fase de importação. Ao lado de Gonçalves e Silva, Bartsch, Müller, Hoedt e Engel, Hoffmann e Kaczorowski iriam responder por postos de comando junto dos operários.[460]

Contada pelo *Noticiário Willys*, a história do feitor Aldo Bordini foi escolhida para exemplo. Ela era "simples e humana como seu personagem", uma "figura simpática", "um trabalhador honesto, leal, dedicado e responsável", um homem que era "respeitado e enérgico. Amável e solícito". Bordini, além disso, era "profundo conhecedor de seu ofício"; "ama-o".

---

[460] *Noticiário Willys*, nºs 1, 2, 1959. As citações dos próximos quatro parágrafos foram retiradas desta fonte.

No nível da administração, o novo gerente do Departamento de Pessoal e do Departamento de Treinamento era Carlos Grellet Neto, que desempenhara funções similares na Goodyear, Metalúrgica Matarazzo e General Motors. Nada foi dito sobre sua eventual familiaridade com duelos de facão na GM.

O bom Bordini encontrara na WOB o "ambiente ideal". Pois a companhia, ao mesmo tempo que amparava seus empregados, os incentivava ao aperfeiçoamento. Em contrapartida, "do progresso desses cooperadores", extraía "o seu próprio progresso". Bordini era um dos colaboradores mais antigos, sendo membro da "família Willys" desde 1953, quando, nas suas modestas palavras, ingressou como "simples oficial de carpinteiro". Para o *Noticiário*, ele denotava "orgulho" ao dizer que vira "a 'a sua companhia' crescer".

O carpinteiro sabia do que falava. Seis anos antes da empresa virar um fabricante local, era ele quem abria "'os caixotes com os primeiros Jeeps importados'". Nessa época, "'a Willys se resumia no pavilhão (bem menor, aliás) da linha de montagem'". Em maio de 1959, a história invertera-se. Ele acabara de ser distinguido com o convite para a cerimônia de embalagem do veículo símbolo da primeira remessa de 25 Jeeps com motores 100% nacionais para o Exterior (Chile).

Passeando com a reportagem, Bordini mostrou a pequenez das velhas fronteiras dos "'nossos domínios'" e deu a receita do seu sucesso. A posição conquistada expunha a reciprocidade das relações de trabalho. "'Devo aos meus superiores o incentivo e o reconhecimento do meu esforço. Devo aos meus colegas e subalternos a possibilidade de realização de tudo o que empreendemos'". Num recado instrutivo, declarou-se um admirador dos "planos de amparo da Companhia", destacando os adiantamentos em dinheiro, o posto de abastecimento, o refeitório, a condução e o programa de venda subsidiada de Jeeps. Simples mas perseverante, ele imprimira sua marca à construção de um "magnífico complexo industrial".

Nas comemorações do Dia do Trabalho em São Paulo, assistidos por arranha-céus que exibiam a publicidade das empresas ditas as mais modernas existentes, os representantes dos empregados da Willys desfilaram ao lado de trabalhadores da Light em acompanhamento a um carro alegórico do Sesi, denominado Higiene e Segurança do Trabalho. Presentes a um espetáculo noticiado como "cívico, bonito, vibrante", desfilaram como soldados da produção. Como deixa ver uma foto da parada, se perfilaram em posição de sentido exibindo suas bostas lustradas, os macacões, suas luvas e capacetes (com protetores para toda a face).[461]

---

[461] *Noticiário Willys*, nº 1, 1959.

Além disso, maio de 1959 foi o mês em que Willys — sempre ousada e pioneira — "tomando a liderança entre as demais companhias de São Paulo, resolveu constituir um "comitê de secretárias". (No capítulo 7, veremos que os operários aguardariam por volta de quatro anos até receberem a notícia de um comitê, não deles, mas para eles.) A finalidade da comissão das secretárias, esclareceu Ruth Paiva (em matéria assinada no *Noticiário*), era "estudar e propor sugestões de melhora das condições de trabalho de seu elemento feminino", invariavelmente lotado na assistência à direção ou no funcionamento dos escritórios administrativos. Não era à toa que essa líder das trabalhadoras dispunha de espaço pessoal na publicação interna da empresa, pois ela, ao querer direitos, conjugava seu desejo com "produtividade muito maior".[462]

O segundo número do periódico willyano sublinhou a importância central do trabalho no dia-a-dia do pai-provedor. "Mais propriamente", o mensal falou da fábrica. Esta era de tal relevância que repercutia não só na vida do trabalhador como também em sua "vida de família". Se a produção era digna de nota, o local onde ela se realizava também o era. Não por acaso, "'Seu' Fábio" era "um homem feliz".[463]

Escolhido para personificar a tese-guia do *Noticiário* — segundo a qual a Willys era uma "companhia ideal para se trabalhar", onde "praticamente não existem descontentes" —, Fábio Debonnis era soldador desde 1953. Com quase seis anos de casa, "seguindo carreira bonita e segura", era líder na seção de manutenção e fabricação, sendo por isso escalado para a estrear uma série de matérias sobre o willyano fora da fábrica. Num sábado, a equipe de reportagem foi bebericar o tradicional cafezinho em sua casa e se encantou com a família visitada, composta pela dona Francisca, um casal de filhos pequenos, o terceiro "filho", a menina dos olhos de todos, um Jeep, e um simpático vira-lata.

Curiosamente, a reportagem relatou depois que, encerradas as despedidas, deixara para trás um homem cuja felicidade apresentava "marcas indeléveis". Além do Jeep bem mantido e guardado, a família Debonnis vibrava com um fogão e um aparelho de TV, "do último tipo". Bem vestidos e vivazes, os petizes acompanharam as conversas e também deixaram sua marca, pois iam bem nos estudos. Explicou Debonnis que, com o que

---

[462] *Noticiário Willys*, nº 1, 1959.

[463] *Noticiário Willys*, nº 2, 1959. As citações dos próximos quatro parágrafos foram retiradas desta fonte.

ganhava, sempre dava para separar um "pouquinho". Esse cadinho, mais "comedimento", significavam a base do bem-estar da sua família.

Fábio Debonnis era um homem feliz: casado, pai, proprietário, laborioso e importante no seu trabalho. Foi exatamente o pai-provedor quem mais teve a palavra registrada. Coerente com o espírito da matéria, colheram-se seus ensinamentos sobre o ofício do soldador, o que nos permite entender melhor a razão das suas marcas de felicidade serem inapagáveis. "'O soldador'", disse ele,

> "'é um elemento importante e sacrificado numa fábrica de trabalho intenso como uma indústria automobilística. Eu e meus companheiros da manutenção, praticamente, não temos hora para trabalhar'".
>
> "'Sendo um departamento que precisa estar sempre 'em dia', a manutenção trabalha quase ininterruptamente. Então é que surge a parte assistencial da Companhia. Apesar disso tudo, de muito trabalho, nos colocamos sempre prontos para cooperar, pois o tratamento, a maneira de trabalhar (...) nos entusiasma. É por isso que rendemos e progredimos".

Em Taubaté (Vale do Paraíba), a experiência dos trabalhadores da manutenção da Divisão de Fundição da WOB não era diferente. Cento e dois homens, em dois turnos de trabalho, mantinham azeitadas as funções de conservação e acompanhamento da oficina central. Turmas móveis percorriam a usina a qualquer hora para acudir avarias "com presteza e habilidade". A fim de não subtrair máquinas e ferramentas à produção, sua prioridade era consertar as falhas no local. O supervisor dessas turmas explicou que o problema deles era "'pressa'". Além do socorro instantâneo, o reparo havia de ser expresso para não "'parar a produção'". Como se tratava de um estabelecimento usado e ampliado, não faltava serviço.[464]

"O Irapuã no começo pensou que fosse brincadeira". Mais por causa de sua imaginação de menino do que por uma suposta ingenuidade de criança (afinal de contas, já

---

[464] *Noticiário Willys*, nº 7, 1959.

WOB adquiriu a usina de fundição Máquinas Piratininga em janeiro de 1958, a qual foi reestruturada e ampliada para atender suas novas atribuições. WOB, "General Information", 1966. Pasta 4, caixa 250, EKP, BANC MSS 85/61 c, TBL, UCB.

Nos papéis de Edgar Kaiser depositados em Bancroft, há um álbum com fotos da fundição, da escola elementar mantida por Willys e de uma visita de Kaiser à Willys Taubaté. Para variar, faixas falam em "emancipação econômica". Ver: Pasta 71, caixa 249, EKP, BANC MSS 85/61 c, TBL, UCB.

ganhava a vida como engraxate), o garoto ficou ansioso quando os adultos lhe garantiram que iria conhecer "Brasília".[465]

Na verdade, a visita não era à capital de Kubitschek, mas à "nossa 'Brasília'", o parque de Willys do Brasil.[466] Captado nas lentes fotográficas de George Waschinski — um europeu do Leste evadido do avanço do Exército Vermelho sobre o nazismo —, o pequeno Irapuã era a bandeira do avançar de que a indústria automobilística almejava ser a encarnação. A apresentação da fábrica ao garoto visitante comporta os registros que diversos relatos trazem sobre a industrialização automobilística nas fronteiras do Terceiro Mundo. Lado a lado, a experiência de tarimbados veteranos e a empolgação da gente jovem. Pasmo, boquiaberto, Irapuã temperou-a a seu modo e soltou a interjeição típica de seu grupo, "'ó xente!'". Ele percorreu uma das maiores estamparias da América Latina, ainda em fase de instalação. Nela, aprendeu que as prensas iriam moldar as chapas de aço para seu posterior encaixe e solda, dando forma às latarias dos carros.

Segundo o testemunho dos repórteres, depois de confraternizar com os operários montadores, Irapuã atinou para o tempo que passava e o dinheiro que perdia, apurando-se; precisava voltar para cima, para os prédios da entrada principal, onde ficava a administração central, na Estrada do Taboão, a fim de fazer brilhar os calçados da freguesia. Antes disso, o garoto sentou-se na sua caixa de engraxate, não para lustrar sapatos, mas para tirar um retrato diante de uma interminável fila de Jeeps. "Um dia", garantiu o *Noticiário Willys*, "juntando todas as suas economias, ajudado pela Companhia, haveria de ter um". Então, ele "levaria toda a sua gente para passear, seus irmãozinhos, sua mãezinha, que aguarda, confiante, o progresso do nosso Irapuã aqui no Sul, de lá, do Norte distante". Hoje, "o menino e máquina". Amanhã, como veremos, *o homem e a máquina*. No caminho, a escola noturna. Irapuã era o sorridente futuro de um futuro enfaticamente prometido, mas nunca atingido, a emancipação econômica. No que lhe tocava, bastava

---

[465] *Noticiário Willys*, nº 2, 1959. As citações dos próximos dois parágrafos foram retiradas desta fonte.

[466] Certamente, essa identidade de Willys com o nacional-desenvolvimentismo de JK foi apropriada pelo próprio presidente quando contatou Pearce para manifestar o seu desejo de ver um veículo de passageiros ser batizado com o nome de Brasília. Numa conversa de Pearce com um assessor econômico da Embaixada dos EUA, o empresário confidenciou que, em vista da construção de Brasília ser motivo de polêmica acirrada, se viu constrangido a recusar o pedido do presidente. Assim, o Aero Willys continuou a ser chamado de Aero Willys. Só Volkswagen, nos anos 70, efetivaria essa idéia, mas não mais para agradar JK. Ver: "Field Trip of Industry Officer Leroy Colby to Belo Horizonte". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box

seguir as pegadas inscritas pelos veteranos nas bem controladas páginas do *Noticiário Willys*.

PÁGINAS DE HISTÓRIA

Construído em cima do — quase — nada e enfrentado resistências internas, o parque industrial automobilístico foi o cenário da operação mão-de-obra. Conforme o planejamento do Geia, em pouco tempo milhares de autos haveriam de sair das mãos de milhares de pessoas. A maior parte desse contingente teria uma profissão de nível semi-especializado, como Debonnis, ou desqualificado, e, no que tange à produção fabril fordista, apresentaria a inexperiência de Irapuã. Para tal, o exemplo de Bordini emanava inspiração, mas os problemas que as secretárias enfrentavam seriam gerais. Por fim, na feitura da colmeia fabril, mesmo reunindo veteranos e novatos numa campanha nova, pioneira e audaciosa, o patronato não escreveria no vazio. Apreçados os benefícios indiretos fornecidos, o trabalhador da indústria automobilística escudou-se com sua própria experiência no trabalho.

Ciente do relevo do entrosamento de pessoas com trajetórias e situações tão distinguidas entre locais, migrantes e imigrantes, qualificação profissional, gênero, etnia, estado civil, idade, patrimônio e renda, a WOB manteve o enaltecimento dum clima de harmonia e fraternidade. No "mosaico" de nacionalidades, grassava a "coexistência pacífica: termo muito usado atualmente", referiu-se o *Noticiário Willys* à Guerra Fria, aquecida pela Revolução Cubana.[467]

"Nós aqui em São Bernardo temos um autêntico mosaico de raças e credos", valor e desafio decorrentes da admissão incessante de centenas de funcionários. Deixando a confissão religiosa na sombra, mas partidário do catolicismo nas suas entrelinhas, o *Noticiário* louvou o Brasil, pintando-o como país aberto ao imigrante. "Nós estamos prontos", afiançou,

> "para oferecer aos que nos procuram um ambiente bom e aconchegante em troca do seu esforço e de sua dedicação. A WOB orgulha-se disso".

4323, 832.19/11-1359.

[467] *Noticiário Willys*, nº 4, 1959. As citações dos próximos dois parágrafos foram retiradas desta fonte.

Anos depois, uma consulta, que não contabilizou os sotaques, revelaria que se falavam mais de 30 idiomas diferentes dentro da Willys. *Noticiário Willys*, nº 32, 1962.

"Não há barreira, nem preconceito algum", foi assegurado. Ilustrada em foto, na "colmeia humana" willyana, havia lugar para o mestiço, o *louro* (nórdico ou do Leste Europeu), o oriental e para o "branco" brasileiro, um mediterrâneo. Na pirâmide organizacional, estavam Lily, russa de naturalidade chinesa, Janos, o húngaro cujos filhos "já são brasileiros", o negro Edevaldo, "brasileiro, da Bahia", Heidy, a ítala que personificava "a paulistana" e a "capacidade da mulher brasileira" no "grande ideal da emancipação econômica", o operário egípcio Ahanos, que respondia com "esforço" a "acolhida" encontrada e, por fim, o eletricista Olavio, mais um "patrício" da Itália.

Na Divisão de Fundição (Taubaté), as circunstâncias não eram díspares. Contudo, havia uma diferença, pois a diversidade ocorria entre nacionais: "brasileiros de todos os estados se reúnem para fundir o motor nacional". Sempre com afeto, Willys se dizia hospedeira de gente vinda de todo lugar "em busca de um trabalho patriótico em excelentes condições sociais". Ao expô-la, o *Noticiário* principia com "o nortista estóico, resignado" e termina com o "sulista (...) igualmente apegado aos seus pagos". Concretamente, entre esses dois pólos situavam-se o capixaba Pereira, o catarinense Hass, o mineiro Carvalho, o fluminense Machado e o paraibano Miguel Fº. O seu esforço e dedicação eram causa de surpreendentes e constantes amostras da viabilidade do aproveitamento da mão-de-obra brasileira no inaudito processo industrial automobilístico. Eles eram o credores de uma firma cujo esplendor era tributário da "máquina de trabalho que o povo brasileiro criou".[468]

Um dos veteranos dessa engrenagem era o baiano e ferreiro Graciano, dono de uma ética de trabalho de fazer inveja a qualquer *oriundo* do Vêneto (região da Itália de onde vieram imigrantes amantes da propensão ao labor). Em primeiro lugar, ele foi descrito como artesão de primeira. Nascido em 1891, sabia dosar "a têmpera certa, o lugar exato da batida e a energia suficiente" para moldar, por exemplo, um tesourão de ferro, uma das peças artesanais necessárias ao complemento da "automação da nossa vida industrial".[469]

Disse o mestre:

> "'no meu tempo, meu filho, o transporte mecânico era o trem. O moleque que se interessava pelas máquinas queria ser maquinista de locomotiva, queria conhecer seu funcionamento".

---

[468] *Noticiário Willys*, nº 6, 1959.

[469] *Noticiário Willys*, nº 7, 1959. As citações dos próximos quatro parágrafos foram retiradas desta fonte.

> "'Fui parar numa oficina de Estrada de Ferro e comecei a compreendê-las, arrumá-las, entendê-las e, depois, amá-las'".
>
> "'Sempre vivi assim, do lado do fogo, lidando com o ferro e não consigo parar. O trabalho me descansa'".

A contragosto, Graciano fora aposentado pela lei. Portador de autorização para ficar na ativa, ele era um muro de arrimo na unidade Taubaté. "'Não acho jeito em parar'", reiterou. Avô de 14 netos, dispunha de um "'terreninho'" onde podia recuperar a força para suas certeiras pancadas de ferreiro. Descansando? Sim; e recolhido em companhia de sua senhora, mas sem esquecer do pomar que plantara já que este era a sua "diversão". Quando a equipe pediu-lhe para posar para as fotos, ele condicionou: "'só se for trabalhando, com o martelo e a bigorna'". Admirados, os repórteres depois lhe perguntaram o segredo da sua receita. Graciano foi simples, como realmente era: "'moço, nunca tive vida estragada!' respondeu com seu sotaque de nortista'".

Nesse mesmo número, temos ainda "dona Teresinha", natural de Ouro Fino (MG), chefe dos serviços gerais dos escritórios administrativos no edifício Conde Prates, sito na capital. Veterana, granjeou um elogio de seu superior. Este, ao dar-se conta que ela sairia em destaque no *Noticiário*, mandou anotar: "'aqui ela faz tudo'". Outro funcionário focalizado nesse mesmo número foi João Avelino Pires, que, como foi visto no capítulo "Automóveis 100% Nacionais", apareceria nas páginas de *Time* de 1961. No fim de 1959, ele já figurava em *Life*, que enviara uma equipe para cobrir o "surto de progresso da indústria automobilística". Das dez páginas que compõem a matéria, duas são dedicadas a Pires, supervisor do Departamento de Transportes, um "exemplo de 'funcionário ideal'".[470]

Gradativamente, o *Noticiário Willys* começou a abrir espaço para os operários novéis, relatando, entre outras coisas, o passatempo de Gumercindo Freitas, "artista nas horas vagas". Admitido em junho de 1958, Freitas era lubrificador e se destacava pelo seu "desvelo" no cuidado da maquinaria. Em casa, ele era pai de família e violeiro de uma dupla sertaneja, por meio da qual entoava suas modas. Segundo o *Noticiário*, nas letras das músicas, mesclava sua trajetória de ex-lavrador itinerante com a experiência de operário empregado. Quando batia a saudade, Freitas confessou, o duo Horizonte e Sertania "garrava a viola" para entoar o caboclo, o caipira, a lavoura e seu mundo em transformação.

---

[470] *Noticiário Willys*, nº 7, 1959. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

Se em São Bernardo era preciso exibir por volta de cinco anos de casa para ser um veterano, na fundição de Taubaté, aberta por causa do Plano de Metas, o prazo era menor. Em setembro de 1960, os mais antigos operários eram três que haviam sido admitidos em janeiro de 1958. Para o *Noticiário*, estavam "perfeitamente enquadrados no espírito willyano".[471] Aparentemente, manter-se ajustado dentro desse espírito era uma proeza. Por isso mesmo, nem todos que ficavam pelo caminho eram willyanos sem serventia.

Fazer a Peça, Montar o Carro

O enquadramento na filosofia da firma supunha a interligação de dois ajustes. Exposto até aqui, o primeiro foi a requisição de qualidades psicológicas e valores morais, componentes da *máquina de trabalho* criada pela gente "brasileira". O segundo era a relação de amor entre o *homem e máquina*, isto é, o compromisso do assim chamado *operário especializado* com a máquina *automática* do fordismo estadunidense do pós-guerra, à qual teria de *dar* a *produção por peça*.[472]

Ambos se imbricavam para "fazer a peça".[473] "Um chassis, um motor, uma carroceria devem ser construídos em três fábricas diferentes para se encontrarem num ponto predeterminado na linha de montagem". Se, por uma razão ou outra, um desses conjuntos principais não pudesse ser aprontado, a linha de montagem era informada e o modelo afetado era retirado da linha até a normalização do problema. Com isso, a programação até podia ser alterada, admitiu o gerente de Controle de Materiais e Produção, mas nunca resultaria na "indesejável" "detenção da nossa linha de produção".[474]

---

[471] *Noticiário Willys*, nº 14, 1960.

[472] "Dar a produção" é expressão comum na fala operária, representando a consumação da sua força de trabalho. Para que se crie valor com a produção das mercadorias, é preciso a chefia, que garantirá que a produção "saia". Quando esta não sai, ela tratará de "arrancar a produção".

Cornelius Castoriadis buscou esclarecer essa questão assim: "quando o capitalista compra uma tonelada de carvão, sabe quantas calorias pode extrair dela; o negócio para ele já está terminado. Quando ele compra uma jornada de trabalho, o problema apenas começou. O que ele vai poder extrair da mesma como rendimento efetivo será o resultado de uma luta que não cessará um segundo durante a jornada de trabalho". Mesmo que a produção saia, é preciso controle de qualidade, o que complica tudo. Ver: "Introdução: A Questão da História do Movimento Operário". In: *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 61.

[473] *Noticiário Willys*, nº 5, 1959. As citações dos próximos dois parágrafos também foram retiradas dessa fonte.

[474] Bruce, J., "Análise das Funções de Planejamento e Controle da Produção". In: *Planejamento e*

Diante disso, as automotrizes organizavam o trabalho de modo a firmar a pessoa certa no momento e lugar certos. Na tração, o ajudante, na linha, o montador, na operação de máquinas, o prensista, na manutenção, o eletricista e, na produção de insumos, os ferramenteiros. Elas determinavam a cada um atributos racionalmente predeterminados e os controlavam com base em critérios como rapidez de adaptação, ajustamento grupal, manejo correto de máquinas e equipamentos, produtividade, assiduidade, responsabilidade, obediência e observância dos regulamentos.

Sucede que em cada posto havia um ser pensante. Embora singelo, isso nos impele a ir além do fordismo enquanto projeto para analisá-lo enquanto relação. Ao mesmo tempo em que se curvava ante o admirável mundo novo gerado pelo modelo T de Ford, a cultura fabril engendrou as brechas da uma contragestão operária.

"Com todos os graus de automação que atingimos, a presença humana ainda não conseguiu se tornar desnecessária", entortou-se o *Noticiário*. Diferente do sugerido, o substrato remanescente não era devido ao insucesso de uma insondável vontade humana em retirar-se do processo produtivo, uma propaganda ideológica pós-industrial hoje vigente. De todo modo, desde os anos 10 — quando Ford inspecionava o trabalho dos operários para expropriá-los de seu saber com a engenharia de máquinas autômatas, visando a destituí-los de seus ofícios manufatureiros e a torná-los operários *especializados* numa só tarefa —, o grau de automação crescera e crescera. Ao mesmo tempo, o processo de trabalho fordista da indústria automobilística dos anos 50 e 60 aqui adotado era conscientemente carente do "jeitinho" do "operário brasileiro". Por isso, a mescla entre a mecânica e o ser vivo era da maior importância. A fonte, por sinal, reconhece isso com todas as letras. Apesar da

> "automaticidade que as máquinas conseguem realizar sozinhas, o homem ainda se faz preciso, intrínseco. A peça para ser elaborada ainda necessita do toque do homem, a inteligência".
>
> "Quanto vale o homem diante de máquinas tão importantes e custosas? Muito, muitíssimo. É premente sua assistência, seu toque em determinado botão, sua decisão em determinado e precioso instante".
>
> "O homem se identifica com a máquina e a sua atividade passa a ser muito parecida com a máquina que opera e, aos poucos, a tem como uma extensão carinhosa de si próprio. (...) Estima-a e sabe o que ela

---

Controle de Produção. Série Relatórios de Gerência, nº 3. São Paulo, Management Center do Brasil, 1965, p. 48. BN (OG), II-52, 8, 11.

representa".

"A indústria automobilística trouxe para o nosso país muitas máquinas novas", somos ambiguamente informados. Novas para nós, latino-americanos, mas elaboradas, construídas e manuseadas pelos estadunidenses desde o início do século — isso sem falar no seu adiantado estado de uso. Depois da incerteza do segundo governo Vargas, as máquinas, isto sim, vieram com a industrialização acelerada, a qual abriu a oportunidade da aprendizagem profissional a milhares de braçais. Assim "aquinhoados", estes se puseram a produzir e deram a mostra do seu valor. Espirando aliviado, o *Noticiário Willys* difundia copiosamente que estavam os senhores da indústria se "acostumando a ouvir elogios aos nossos colaboradores". Logo, a companhia não se poupava a "transmitir esses elogios aos que fizeram jus". Ao externar seu apreço pela sua dedicação, ela nos entregou a chave de ligação do homem ao engenho.[475]

O serviço na linha de montagem era a atividade em que "o carinho e o capricho do operário" eram deixados gravados pelo indivíduo. Pois eram muitas as minúcias, sempre com medidas e determinações precisas. Sentimento e engenho conjugados, a montagem, o encaixe, a pancada, o tempo de ajuste, a solda, o acabamento, a colocação, o aperto, o polimento, "tudo tem que levar a marca da dedicação e do esforço de cada um". Adicionalmente, o empenho exigido, quando concretizado por cada operário, tornava o trabalho "mais ameno, menos árduo" bem como "mais perfeito e produtivo". Simultaneamente, esse toque anônimo era somado a uma operação coletiva altamente racional, dita "científica". "Cada seção que a compõe, cada função está no lugar certo para receber a peça certa na hora exata, sem perda de tempo". Ao falar das mais complexas máquinas operatrizes, o mensal nos deixa ver que a arquitetura do processo de trabalho retirava o mistério do labor humano para concentrá-lo no engenho mecânico automático. A atividade do trabalhador era agora muito mais simples, não demandava anos de aprendizado, carecendo, porém, da perícia em desempenhá-la incontáveis vezes. No entanto, como parecia ser um emprego para toda uma vida, as horas de treinamento não eram tudo.[476]

---

[475] *Noticiário Willys*, nº 3, 1959.

[476] *Noticiário Willys*, nº 5, 1959.

Por desejar ser científica, exterior e, em boa medida, independente da qualificação profissional dos trabalhadores, aquela arquitetura não só deixava claro ao operário que ele, em si mesmo, não contava muito como também menosprezava sua utensilagem intelectual. Apenas devia fazer o que lhe era determinado. Devia executar e não pensar. Residia aí, todavia, a brecha por meio da qual os trabalhadores sem qualificação profissional puderam assentar uma contragestão no processo de trabalho, gabaritando-se a apoderarem-se dele assim como a disputá-lo. Ou seja, ao mesmo tempo em que se defendiam dos riscos e do ritmo da produção — favorecendo a própria produtividade —, os operários foram adquirindo meios de controlar uma parcela do processo de trabalho, recurso repudiado pela engenharia fordista. Em acréscimo, passaram pela experiência da aprendizagem e da acumulação de um saber fazer, conferindo dignidade profissional às suas tarefas *especializadas*.

Mesmo microscópica, era uma brecha. Capaz de sugeri-la quando tratava de difundir a fórmula melhor produção com mais fruição, o *Noticiário* jamais a admitiria como eventual ponta de lança para a luta operária, individual ou coletiva. No entanto, aqui e ali, a erosão se espraiava. Dada a importância dos fundamentos exigidos ao trabalhador não-qualificado (destreza, força, habilidade, padronização de movimentos, ligeireza, precisão, equilíbrio, concentração, disciplina), o surgimento das máquinas operatrizes foi explicado com um argumento histórico numa simples matéria em favor do uso de luvas como item do equipamento de segurança. Antes das operatrizes surgirem, "todo trabalho era manual", quer dizer, manufatureiro, de ofício, artesanal. No final dos anos 50, o que se chamou de destreza e habilidade "manuais" — ou melhor, profissionais — encontravam espaço diminuto dentro da fábrica automobilística, cedendo lugar à "uniformidade das operações mecânicas", tarefa do horista, do semi-especializado, do não-especializado, do "peão". Segundo a matéria, antes, a "aptidão" falava mais alto. Agora era a especialização.[477]

Como se vê, as intervenções dos trabalhadores no manejo das máquinas contribuem, a seu modo, para a própria fluência da produção. Identicamente, é o que diz Castoriadis, *A Experiência*, op. cit., p. 62: "a luta implícita e 'informal' dos operários, no que se refere à organização capitalista da produção, significa *ipso facto* que os operários opõem a essa organização — e realizam nos fatos — uma contra-organização certamente parcial, fragmentária e móvel, mas não menos efetiva, sem a qual não somente não poderiam resistir à direção, mas nem mesmo poderiam realizar seu trabalho".

Ver também: Sznelwar, Laerte; Mascia, Leopoldo, "A Inteligência (Não Reconhecida) do Trabalho". In: Arbix, G., Zilbovicius, M. (org.), *De JK a FHC. A Reinvenção dos Carros*. São Paulo, Scritta, 1997, pp. 205-208, 217-220.

[477] *Noticiário Willys*, nº 5, 1959.

Tratava-se, enfim, da maestria em repetir, de modo padronizado, um conjunto de operações braçais ou manuais cujo esforço intelectual era desconhecido. Sem cansar (sem acidentar-se), sem estragar a máquina, sem interromper a linha, sem desacatar o feitor. Ao mesmo tempo, sem ceder à sua pressão constante. Evidentemente, destreza e habilidade voltavam a ter o seu lugar, mas não pela via do trabalho operário de ofício. Nesse sentido, enquanto só o ferreiro Graciano sabia moldar o ferro com suas marteladas de oficial — apenas ele era dono de um conhecimento angariado em décadas de experiência —, os seus colegas não-qualificados na mesma fundição de Taubaté passavam pela experiência de fundir toneladas de ferro para dar vida ao coração do Jeep, o primeiro motor de combustão interna à gasolina 100% brasileiro.

FUNDIDO EM TAUBATÉ

Dominando cada um os segredos de seu mister, o experimentado ferreiro Graciano e os operários eram, por assim dizer, artistas. Porém, enquanto o veterano merecera uma matéria só para si, os operários da fundição foram destacados no seu conjunto. A capa do quinto *Noticiário Willys*, composta com uma fotomontagem centrada na figura de um mestiço afro-brasileiro — firmemente a fitar o amanhã — ladeado por seus pares, todos ativos nas diferentes lidas da fundição do bloco de motor.

A lisonja se deveu ao fato da fundição ter um processo produtivo carregado de perigos e insalubridade. Em 1959, de um total de 650, 170 operários compunham o setor "produtivo". Trabalhando nove horas e meia por dia, eram os responsáveis pelo aprontamento de artefatos de ferro fundido. Agradecido, o *Noticiário* atestou: "o trabalho é árduo para se construir o Motor Brasileiro". Começava com a preparação do macho, a "'alma da peça'" a ser fundida. Depois, "o metal escaldante, temperado, é trabalhado por mãos hábeis, para formar cada peça no molde de areia". "É um trabalho quase artesão", especulou-se. A razão de quase ser uma arte manual era o fato de ser "rude" e de requerer muita "experiência" e "esforço".[478]

Agiganta-se, por conseguinte, o detalhe das "mãos nativas", as ferramentas pertencentes ao "homem que deve se acostumar às grandes temperaturas e a um ritmo pesado de tarefas". (Exatamente por isso os mestiços brasileiros são prestigiados nessas

fontes.)[479] "'Essa gente'", declarou um superintende de produção, "'vem do campo sem nenhuma especialidade em máquinas, por vezes desconhecendo-as completamente. Docilmente, submetem-se ao aprendizado e despontam como artífices notáveis'". Defronte a raciocínios como esse, é preciso, mais uma vez, cuidado. Desde logo, é preciso não identificar cooperação com submissão ou despreparo. A coluna do mensal sobre a necessidade de conjugar higiene e segurança na fundição nos deixa saber o motivo do dócil abraço do rural. Num lugar de alta periculosidade e insalubridade, um dos problemas de "maior urgência" a sanar foi a "instrução do pessoal oriundo da lavoura sem nenhuma experiência no setor industrial". Se eles não tivessem se apresentado com humildade ao serviço, seriam os primeiros a pagar — nas mãos, na pele ou nos olhos — o preço de uma atitude diferente.[480]

Embora não fosse mais o oficial artesão que deixava seu nome gravado em um produto manufaturado com rebuscamento artístico, essa "gente" — ou o trabalhador coletivo — ainda dispunha de uma assinatura, ida, anônima, na gravação "fundido em Taubaté". Essa inscrição, o *Noticiário* assegurava-lhe, era a prova de ter sido vitoriosa, que era feita de artífices notáveis. A esses brasileiros das mais variadas origens, nas usinas reunidos pela empreitada nacional-desenvolvimentista, Willys do Brasil rendia sua homenagem. Afinal de contas, na "batalha gigantesca" do auto 100% nacional, eles modelavam o motor em sua "forma mais pura: em ferro líquido e quente".[481]

Remetidas para São Bernardo, as partes eram armadas em três diferentes linhas de montagem até seu reagrupamento numa quarta e última linha onde finalizavam-se o motor do Jeep ou da Rural. Assim, nas linhas e figuras do *Noticiário* elaboravam-se páginas de história desse grupo operário, os trabalhadores da indústria automobilística. Postadas no centro dos acontecimentos, com a soma de outra fábrica ao parque willyano, outras mãos

---

[478] *Noticiário Willys*, nº 5, 1959.

[479] Analisando têxteis em Paulista (Grande Recife, Pe), Leite Lopes foi chamado a atentar para a "maneira subjetiva e interiorizada do próprio dominado ao apresentar a dominação que faz corpo com sua história de vida". Mais importantes que documentos e diplomas, os calos nas mãos dos candidatos a empregos decidiam sua aprovação, sendo a prova de seu vigor e resistência. Depois, eram a prova do "bom operário". *A Tecelagem*, op. cit., pp. 20, 51, 67.

Não por acaso, as mãos e os pés das figuras pintadas por Portinari são ressaltadas em seu tamanho, força e nudez.

[480] *Noticiário Willys*, nº 5, 1959.

[481] *Noticiário Willys*, nº 5, 1959.

nativas punham em pé mais um "monumento de confiança" no futuro do país. "Logo mais", prometeu-se, nova "área colossal" seria disposta à produção, a usina de eixos e transmissões, inaugurada em 14 de outubro de 1959. Em conseqüência, estaria "pronta para receber *gente que trabalha*" (g.m.). Confiante, Willys do Brasil garantia realizar o projeto fordista, pagando salários mais altos e vendendo "veículos nativos mais baratos, mais fáceis de adquirir".[482]

Ciosa em registrar e difundir seu pioneirismo em favor da industrialização nacionalizante acelerada, a solenidade de lançamento de suas novas instalações recebeu ampla cobertura, sendo ainda aproveitada para informar os empregados dos feitos passados. Antes de mais nada, a empresa não deixou de frisar que se dava mais um passo rumo à "emancipação econômica", insistente bordão veiculado em faixas, painéis e, claro, no *Noticiário*. Orgulhosa, fez imprimir nas suas páginas que ela surpreendia os mais "experimentados observadores" com sua trajetória, relembrando a primazia do motor a gasolina (o primado do motor a diesel pertence à parceria entre Sofunge e Mercedes) e a extraordinária primeira exportação de autos nacionais. Outras "facetas inéditas" foram ousadas, como a transmissão pela TV Paulista (canal 5).[483]

No decorrer da festa — a que se apresentaram o presidente JK, o coordenador do Geia Lúcio Meira, o governador Carvalho Pinto, executivos de Willys, autoridades políticas, militares e eclesiais —, a audiência, composta de trabalhadores bem trajados, assistiu ao discurso do deputado e dirigente willyano Cunha Bueno, a uma homenagem presidencial de reconhecimento ao seu labor e a muitos e muito longos discursos. Tomado pela ideologia do progresso febril, Meira disse que a indústria brasileira de automóveis havia sido construída mais rápida que nos Estados Unidos e no Japão.

Comparada com Ford e GM (ambas operantes bem antes da Revolução de 30), Willys não era, diga-se, uma pioneira absoluta, mas sim um bem-disposto aliado do nacional-desenvolvimentismo do após-guerra. Por ocasião da incorporação da matriz por Kaiser-Frazer e da subseqüente viagem de Henry Kaiser à América Latina, agarrou-se ao papel de "parceiro" o segundo governo Vargas, vindo a dispor o primeiro Jeep em fevereiro de 1954. Por isso, quando se fala no auto a gasolina, é impossível ignorá-la.

---

[482] *Noticiário Willys*, nº 4, 1959.

[483] *Noticiário Willys*, nº 6, 1959.

Foi para isso que Euclides Aranha apontou quando o *Noticiário* o entrevistou. Ele explicou que a WOB foi organizada em 1952 (portanto, anteriormente à incorporação de Willys por Kaiser nos EUA) consoante estratégia da Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI). Na ocasião, 11 firmas brasileiras distribuidoras de produtos Willys se associaram para apoiar o plano de negociar autos incompletos e desmontados mediante o compromisso de aprontá-los com o máximo de partes nacionais disponíveis. Depois, com JK, o trato foi outro e a empresa ostentava, na sua publicidade, a antecipação às metas do Geia.[484]

Depois da primeira linha de montagem, da fábrica de motor, da fundição, a usina de eixos e transmissões foi mais um passo no rumo da manufatura plena. Destinava-se à industrialização das partes remetidas de Taubaté, à usinagem de peças, à manufatura de engrenagens, à confecção dos eixos e montagem das caixas da câmbio, abrigando ainda a seção de tratamento térmico. Na continuação, quando o "maior conjunto de prensas da América do Sul" foi posto em operação, o Brasil foi alçado abaixo dos EUA, França, Inglaterra e Alemanha quanto à sua capacidade de estampagem. Se, como vimos, o superintende de Taubaté ressaltou a *docilidade* com que o trabalhador de origem rural se deixava empregar, nessa seção de prensas, o gerente estadunidense Barlett fez observar a "facilidade de apreensão do trabalhador brasileiro, seu zelo e dedicação".[485]

Quando essa empreitada estava por se concluir, isto é, quando o peso do carro produzido já beirava os 100% nacionais, a companhia reativou seus reconhecimentos aos operários de São Bernardo, onde um parque altamente integrado lhe deixava saborear sua proeminência sobre Ford, GM ou Volks. "Eles concorrem para a grandeza da Willys-Overland do Brasil", afirma o *Noticiário* em letras garrafais. Uma foto aérea da unidade São Bernardo denota a escala do projeto: as estradas e ruas, os carros e ônibus estacionados e algumas construções são pequenos adornos ao gigantismo dos pavilhões fabris. Ladeando a imagem central, retratos alinhados em colunas mostram diversos aspectos do trabalho operário. Mais uma vez, Waschinski assina fotoreportagens maestrais.[486]

---

[484] *Noticiário Willys*, nº 7, 1959. Essa memória foi reproduzida nas entrevistas ao autor de Gilberto Diniz, São Paulo, 2/5/94 e de Euclides Aranha, Rio de Janeiro, 22/7/94.

[485] *Noticiário Willys*, nºs 6, 7, 1959.

[486] *Noticiário Willys*, nº 14, 1960.

A essa altura, o mensal estava em plena campanha fotográfica: apontava suas objetivas para a identificação dos "operários e as máquinas nas quais eles trabalham", individuando seus nomes e tarefas com o fito de emular uma imagem positiva sobre a produção parcelada e em série. Centenas de poses seriam necessárias para retratá-la fielmente, seus editores sabiam disso, especialmente porque uma personagem aumentara em grande quantidade, o peão, termo equivalente a horista ou *especializado*.

Figurante imprescindível da equação "o homem, a máquina, a peça", o horista também estava escalado num sem-número de outras funções além da operação da maquinaria, como na montagem, na rebarbação, na pintura, na solda, na funilaria, no polimento, na usinagem, no tratamento térmico ou em desqualificadas funções auxiliares (a exemplo do vai-e-vem do leva-e-traz de das molduras das janelas da pintura até a linha de montagem). Esse empenho do periódico, é claro, visava tanto a estimular um espírito de equipe quanto a incutir em cada um dos milhares de empregados uma crença na efetividade das "relações mútuas" e no "entendimento recíproco" entre o willyano e a companhia. Entre os seus compromissos, a companhia deixava claro que queria "toda sua capacidade de trabalho, inteligência e iniciativa", garantindo recompensá-lo "condignamente".[487]

Realmente, era de seu interesse prestar tal reconhecimento. Em primeiro lugar porque, conforme alusão de Ofir Pinheiro, o parque industrial automobilístico era um lugar onde se temperavam os homens mais afeitos às agruras da vida, como o flagelado da seca. O *Noticiário* não desconhecia o fato e então mostrava o elevado moral da máquina nativa de trabalho, admitindo sua devoção a tarefas indiscutivelmente pesadas. Ponderava, obviamente, que a companhia se esmerava em fornecer boas condições de trabalho. Segundo o gerente de RI Woodrow McIntosh, o principal objetivo do setor era prover "um salário decente, um ambiente saudável e benefícios adequados".[488] Em segundo lugar, seria mesmo preciso prestar tal reconhecimento por causa de o fordismo estar assentado tanto sobre a fome de braços e a voracidade de trabalho quanto sobre a vontade de dominar o saber-fazer operário, desmerecendo sua inteligência e iniciativa exatamente porque deseja expropriá-lo.

---

[487] *Noticiário Willys*, nºs 21, 23, 36, 1961, 1962.

[488] Carta ao autor, 3/3/98.

Na unidade São Bernardo, voltemo-nos para o Departamento de Engenhara Industrial, encarregado dos estudos de tempo. Segundo a empresa, quando um de seus técnicos cronometrava, por exemplo, a colocação da roda em um Jeep, ele não estava observando o operário, mas "analisando e atribuindo um tempo à operação que está sendo executada". Munido de números, o departamento discernia os movimentos úteis dos inúteis, procurando encadear os primeiros numa seqüência lucrativa. Em seguida, relatou-se que o tempo calculado para o desempenho dessa seqüência era "oficializado". Desse modo, a engenharia estendia "o seu campo de ação desde a análise de uma só operação, até uma linha ou área de montagem, usinagem ou estamparia". Buscando tranqüilizar seus empregados, Willys garantiu que os estudos não acarretariam mais esforço para o trabalhador, que visavam a aumentar a produtividade sem penalizá-lo.[489]

Responsável pela coordenação de inúmeras atividades, o departamento pensava a organização do espaço e a movimentação dos insumos. Chefiados pelo gerente King, seus engenheiros respondiam as seguintes perguntas:

> "Qual a melhor maneira de pintar um eixo cardã? Como manusear uma peça (...)? Quantos eletricistas deve haver na Fábrica de Motores?".

Dois números adiante, a resposta chega com clareza. Um outro departamento, de Engenharia de Ferramentas, projetara uma máquina para a rebarbação de engrenagens. Desaprovando o serviço por ser manual, perigoso e difícil — o que resultava numa média entre 15 e 20 peças por hora —, o novo engenho viera para aumentar a segurança. Mas viera também para aumentar a produção (para 120 peças) e para simplificar, quer dizer, desqualificar, a intervenção humana, agora resumida a "apenas colocar e tirar a peça da máquina".[490]

Num parque fabril construído às pressas (com vistas ao cumprimento das metas do Geia e à exploração da liderança do mercado antes de Ford, GM e Volks), assim como erguido sobre uma base industrial acanhada, as usinas de Willys do Brasil precisavam produzir boa parte de suas ferramentas, máquinas e peças, utilizavam-se de alto índice de puro trabalho manual (como no lixamento das latarias na pintura dos autos de passeio ou na soldagem dos utilitários) e não funcionavam sem o vai-e-vem de um sem-número de

---

[489] *Noticiário Willys*, nº 36, 1962. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

[490] *Noticiário Willys*, nº 38, 1962.

carregadores. (No lugar do transporte aéreo das peças em ganchos rotativos, essas se empilhavam no chão depois de trazidas por braçais.) O estado de uso do maquinário, outro mais, implicava a disposição de equipes de manutenção e socorro para qualquer hora do dia ou da noite. Portanto, se o ferramenteiro, o mecânico e o eletricista eram relevantes para sua preservação, o operário especializado, ao viabilizar o envio dos componentes até as linhas de montagem, também o era.[491]

Aplicando preceitos de Henry Ford, Willys era uma indústria verticalmente integrada. No entorno de Taubaté, havia a Fazenda Aleluia, de onde vinha a areia empregada nos moldes da fundição. Sua carpintaria em Taboão também acompanhou o seu desenvolvimento, e chegou a empregar 25 operários além de três feitores, atendendo a pedidos de mesas, bancadas, carrinhos, prateleiras, caixas, etc. (Dada a tradição são-bernardense no ramo moveleiro — herança da imigração italiana —, a maioria esmagadora dos carpinteiros era de *oriundi*.) Além disso, em março de 1962, devido ao uso ininterrupto e prolongado da maquinaria, foi criado o Departamento de Preparação de Máquinas e Reformas em Geral com vistas à reforma, aperfeiçoamento ou reciclagem das máquinas velhas.[492]

O Trabalhador Coletivo

Na escala hierárquica, a posição da máquina nativa de trabalho não era para ser prezada toda hora. Febril, a colmeia fabril era uma poderosa máquina capitalista de salário, preço e lucro. Comparadas as escalas de ambas as máquinas, os operários logo disseram ser "peões". Não lhes faltaram, é verdade, ocasiões em que a teatralização fez o registro do seu relevo. Além das freqüentes matérias produzidas pela mídia, nas visitações de autoridades militares, empresariais, políticas, diplomáticas e educacionais, tal qual nas cerimônias e

---

[491] Para se ter uma idéia de um "grupo de eficientes operários" lixando um Aero, ver: *Noticiário Willys*, nº 12, 1960. Quanto à soldagem, ver: *Noticiário Willys*, nº 24, 1961.

Segundo Rhys Jenkins, WOB e IKA constituíam caso extremo de uso de equipamento de segunda mão com técnicas menos mecanizadas, isto é, usuárias de trabalho braçal. *Transnational Corporations*, op. cit., p. 75.

[492] *Noticiário Willys*, nºs 10, 20, 38, 1960, 1961, 1962.

festividades, celebrava-se a *gente que trabalha*, mesura atenuante da disciplina e sobriedade exigidas no dia-a-dia.[493]

Nesse cotidiano, o feitor dava em cima para tirar a produção. "Nós trabalhamos no duro", declararia, conforme veremos, um operário em 1963. Apesar disso, havia um tempo festivo a guardar. Em fevereiro de 1961, logo após a posse da Presidência da República por Jânio Quadros, Max Pearce protagonizou o lançamento do centésimo milésimo veículo Willys produzido no Brasil, uma Rural, em uma cerimônia realizada na unidade São Bernardo. De um lado, WOB comemorava o fato de — sozinha — ter colocado 100.000 autos para rodarem, exatamente a meta de JK para toda a indústria automobilística. De outro, exultava com o fato de ser dona da terça parte dos 300 mil veículos produzidos no Brasil desde janeiro de 1957, quando os planos apresentados ao Geia começaram a dar seus primeiros frutos.

A fotomontagem da capa do *Noticiário Willys* ilumina o cenário. Acima, a audiência composta por operários encara o fotógrafo e posa para a posteridade. Abaixo, na plataforma das autoridades, Max Pearce levanta a mão direita e acena para seus subalternos, tendo ao lado, além das senhoras, Euclides Aranha, o deputado federal Cunha Bueno e o tesoureiro Paulo Quartim Barbosa (filho do banqueiro Teodoro Barbosa). Acima de todos, havia uma faixa onde se podia ler que a Willys agradecia "a dedicação e o esforço de seus empregados".[494]

Permanentemente, Willys positivava os valores professados por seus empregados. Nas loas ao labor dos braçais, influenciava a construção de seu sentimento de dignidade profissional. Ao expressar apreço pelo bom aproveitamento das oportunidades que abria aos empregados, a empresa visava também a envolvê-los no zelo de suas funções. A maioria dos operários não-qualificados em contato com repórteres do *Noticiário* foi

---

[493] Esses momentos de teatralização patronal foram ressaltados por Leite Lopes. Como serviam para avivar a crença na campanha da "emancipação econômica", na suma importância, altruísmo e clarividência dos senhores da indústria automobilística, aqui também são de se notar. Tal qual a (já citada) inauguração da fábrica de eixos e transmissões (um "monumento de confiança no futuro do país"), estar frente a frente com os dirigentes era motivo de regozijo e moralmente confortante para os trabalhadores. Estavam todos no mesmo barco e com o rumo certo.

Ver: Leite Lopes, José S., "Uma Teatralização Tradicional da Dominação Industrial". In: Araújo, Angela (org.), *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo, Scritta, 1997.

[494] *Noticiário Willys*, nº 20, 1961.

admitida para a aplicação dos projetos aprovados no Geia. A maioria sem experiência específica prévia precisava ter, também rapidamente, uma auto-estima profissional.

Quando José Pereira Monteiro fez 30 anos de Ford, essa intenção de dotar o trabalhador de auto-estima (e, portanto, de zelo) transpareceu nas congratulações. Ingresso como "operário especializado para trabalhar na seção de pintura", o aniversariante veio a inteirar-se "de todos os segredos do ofício, que muito cedo abraçara, levado pela vocação", revelando-se "um artífice de primeira ordem". Dotado de qualidades morais e de liderança, chegou ao alto posto de superintendente de Produção.[495]

Posta a funcionar em março de 1960, a seção de pintura do Aero e do Dauphine, era perpassada por uma das mais longas linhas de produção da Willys São Bernardo. Depois de trafegarem pela estamparia e de chegarem da funilaria, as carcaças eram limpas e passavam pela fosfotização, fase decomposta em cinco estágios (durante os quais eram desengraxadas, banhadas e preparadas para a pintura). Em seguida, vinha a pintura de fundo, o tratamento químico *underseal*, o lixamento e, enfim, a pintura final. Após passar pela estufa, o auto era retocado e inspecionado. Menos artesanal, mais intensa, mas sempre requerendo compenetração, a pintura ainda expunha os operários a substâncias químicas.[496]

O serviço de pintor de acabamento dos refrigeradores GE nos ajuda a entender o que acontecia na pintura dos carros Willys. Para ocupar a função, o operário devia ter diploma primário e conhecimento de aplicação de tinta ou esmalte com revólver. Como experiência, precisava de 16 meses como pintor de produção em série, acrescidos de treinamento específico. No item "requisitos físicos", além da capacidade de concentração e observação, era necessário perfazer

"constante movimentação de braços e pernas; coordenação de

---

[495] *Notícias Ford do Brasil*, nº 10, 1954. BN (periódicos), 2-308, 1, 15.

[496] *Noticiário Willys*, nº 12, 1960.

O Dauphine era um pequeno auto de passageiros muito útil na Europa, onde foi lançado em 1956. Vendia bem nos EUA, mas se mostrou frágil nas condições brasileiras. Sua aprovação pelo Geia aconteceu em dezembro de 1958. Para receber sua linha, WOB ergueu novos pavilhões em São Bernardo. Em Taubaté, a fundição do seu primeiro bloco de motor foi feita em tempo recorde e de modo "prodigioso", ramificando as histórias de dedicação e afogadilho que marcaram o fabrico do Jeep e da Rural. Detalhe que prejudicou sua aprovação pelo mercado, esse simpático carrinho nunca fora produzido fora da França. Lançado em 1962 como um substituto mais potente e resistente, o Gordini não conseguiu reverter a diferença já estabelecida pelo Fusca. *Noticiário Willys*, nºs 7, 9, 10, 1959.

Outro auto em parceria com a Renault, cuja carroceria era de fibra de vidro, era o Interlagos, um esportivo aprontado em dependências na capital. Também foi um projeto aplicado com rapidez inaudita. *Correio Paulistano*, 21/2/62.

> movimentos braquiais, verticais, horizontais e rotativos; firmeza do pulso, precisão de movimentos, mantendo sempre a mesma distância do revólver para a peça; articulações dos joelhos e da coluna vertebral, em seqüências de operações incômodas — abaixar-se e levantar-se. Trabalho de pé, isolado em uma cabine de pintura, onde o empregado deve permanecer aproximadamente quatro horas diárias. Trabalho de produção seriada onde o empregado deve acompanhar a transportadora que corre 1 metro em 54 segundos, sem alterar a qualidade".

As condições do ambiente eram "extremamente desagradáveis" (vapores tóxicos), recebendo o pintor a proteção de máscara e vaselina. Para amenizar, o controle da supervisão era relaxado. O mister "repetitivo, isolado" exigia "grande habilidade", fornecendo ao operário "larga margem de iniciativa para discernir sobre a qualidade do produto", o que lhe atribuía a responsabilidade de permitir o prosseguimento do aparelho na linha. Além disso, estava nas suas mãos a qualidade do produto, pois a esta poderia "causar perda parcial, por motivos vários".[497]

Novamente, fontes acima de qualquer suspeita chama nossa atenção para o fato de os operários terem, aqui e ali, alguma capacidade de controle do processo de trabalho, o que lança as bases da luta operária na produção.

Não era ao acaso. Na Willys, grande parcela das peças preparadas pelo operador de máquinas ia parar no tratamento térmico. Além dos fornos, de acordo com a especificação, várias partes ainda passavam pela fosfotização e cobração. Os cerca de 80 operários dessa seção, que jamais parava, se dividiam em turnos e se haviam com química, gases e calor.[498] Para defenderem-se, pré-requisito mínimo para a fluência do serviço e para sua própria manutenção, inventavam maneiras próprias de trabalhar.

WILLYANOS E WILLYANOS

Pelas linhas do *Noticiário*, é claro, sopravam ares mais amenos. Wilson Bento era um operador de máquina na fábrica de eixos e transmissões e foi um dos poucos a ter sua fala transcrita nas páginas do mensal willyano. Ele disse:

---

[497] Zimpeck, Beverly, "Administração de Salários". In: *Modernizadas Técnicas de Administração de Pessoal*. Série Relatórios de Gerência, nº 2. São Paulo, Management Center do Brasil, 1964, p. 95. BN (OG), II-52, 8, 10.

[498] *Noticiário Willys*, nº 14, 1960. As citações dos três próximos parágrafos foram retiradas desta

> "'estou há dois meses aproximadamente na WOB e gosto imensamente do serviço que faço, ou seja, operar e tornear eixos de diferencial, fazendo uma média de 160 por dia'".[499]
>
> "'Com orgulho, vejo pelas ruas os nossos produtos, os quais têm um pouco de minha contribuição'".

Obviamente, Bento teve a fala editada pelos redatores do *Noticiário*, que a filtraram ao realçando a importância de o operário demonstrar contentamento como meio de receber a confiança dos feitores e, assim, se fixar no emprego. Já o orgulho entrou em cena para sanar um eventual estranhamento com seu trabalho, pois era preciso convencer a todos que, por menor que fosse a tarefa de cada um, o auto Willys sempre teria a sua contribuição.

No mesmo lugar, figurante na coluna "O Homem do Mês", Narciso de Carvalho, supervisor na oficina de autos, era o exemplo no qual Bento devia se espelhar. Começara como inspetor da linha de montagem, passava o tempo jogando dominó e dizia amar sua família. Como residia em Rudge Ramos (perto da fábrica), ele não tinha "hora para prestar a todos aqueles que o procuram, com a maior boa vontade, os seus serviços". Como ninguém procuraria o operador Bento para consertar um carro (afinal de contas ele não era um mecânico experiente como Carvalho), ele devia entender que não devia recusar-se a fazer serão nas ocasiões sinalizadas pela companhia.

Dos poucos escolhidos para "Homem do Mês" que deixou gravado o desejo de abrir seu próprio negócio foi o faxineiro Antônio Bicas, natural de Agudos (SP). (Note-se que os funcionários escolhidos para essa coluna eram os mais aptos para tal, pois em geral tinham poupanças.) Bicas não só pretendia ampliar sua horta caseira como também planejava dedicar-se à avicultura. Em paralelo, willyanos como o operador de máquinas Agostinho Cavallini não eram poucos. Ele não era líder ou feitor, não faltara sequer um dia nos seus três anos de casa, sua maior preocupação era a casa própria (cuja construção tomava todo o tempo disponível), patrimônio visto como segurança para si, sua esposa e seu casal de filhos, Márcia Teresinha e Agostinho Antônio. Com tantas ocupações e responsabilidades, é natural que Cavallini tenha dito que a assistência prestada pela companhia — "tanto aos willyanos como às sua famílias" — era de "grande valor", motivo da colaboração dispensada por ele e seus colegas. Estes últimos, por sinal, o estimavam. Sinal da união dos

---

fonte.

[499] *Noticiário Willys*, nº 14, 1960.

grupos de amizade, após sua entrevista, um companheiro de seção declarou à reportagem que Cavallini merecia aparecer no *Noticiário* por ser "trabalhador" e "amigo de todos".[500] Se quisesse, podia ser um delegado do sindicato. O cabedal ele já granjeara.

Podemos reafirmar a suposta falta de identidade operária (sempre devida a um pressuposto despreparo para o trabalho fabril e o mundo urbano-industrial)? Ao ramificar um longo processo de *reabilitação* da mão-de-obra nacional, Willys do Brasil depõe em contrário, visto que punha o willyano no centro do seu progresso industrialista e empresarial. Rendendo mais homenagens, o *Noticiário Willys* reconheceu nos "esforços dos trabalhadores brasileiros" a razão dos avanços. Numa foto de página inteira, captando o regresso às suas casas, o mensal lhes garantiu que podiam voltar em paz, pois a companhia era sinônimo de um Brasil viável.[501] Entre a construção do consenso e as estruturas, os trabalhadores pegavam a primeira.

No caminho de volta para casa, depois de passarem todos pelos mesmos portões de sempre, os willyanos percorriam muitos caminhos — um emaranhado de traçados. Claramente, é inegável que vários deles davam as costas para a companhia com a vontade de, um dia, nunca mais voltarem: seriam donos de seu negócio, seriam patrões de si mesmos. Em simultâneo, é identicamente inegável que outros não se dispunham mais aos riscos do trabalho por conta própria, fosse autônomo, familiar ou em sociedade. Entre os primeiros, a recusa da permanência no trabalho fabril não espelhava apenas o desejo da ascensão social. Havia, em paralelo, a recusa da degradação do trabalho fabril. Bem ao lado destes, podemos encontrar aqueles que queriam ficar por toda a vida. Uns como faxineiros se mantiveram; outros pretenderam mudar dentro da fábrica e almejavam à intimidade com o maquinário ou com a mecânica do mais avançado industrialismo capitalista disponível no país.

"Horistas ressaltam a qualidade", "do esforço individual resulta a alta qualidade dos nossos produtos", "o êxito das vendas depende de todos", "o alto moral e o treinamento especializado (...) refletem-se na excelente qualidade", "homens treinados e máquinas especiais resultam peças perfeitas e ótimos produtos". Com tais lemas, o *Noticiário*

---

[500] *Noticiário Willys*, nºs 29, 33, 1961, 1962.

[501] *Noticiário Willys*, nº 42, 1962. Sobre a reabilitação do trabalhador brasileiro, ver: Gomes, "A Construção", op. cit., p. 151.

encimava o relato dos operários na lida cotidiana, registrando sua força de vontade como fator da excelência dos Willys. Enquanto os reconhecia, mostrava-lhes o caminho. Enquanto eram reconhecidos, os willyanos imprimiam suas pegadas, inclusive rumo ao sindicato.[502]

Decerto, por causa da abertura de milhares de empregos e ao recrutamento de mão-de-obra sem experiência industrial, emergira um "novo" operariado, e este havia de inventar suas próprias tradições, até as sindicais. Para tal, o sentimento de dignidade, que era construído na faina de "dar a produção", possuía grande importância, sendo sua defesa o mote de correntes sindicais as mais distintas. Imersos entre as fotos de seus pares nacionais e estrangeiros, aparecem os retratos do soldador Onofre Cardoso (este duas vezes) e do fresador João Justino de Oliveira, o "Janjão".[503]

Enquanto o primeiro consta num processo político de 1964 (o dirigente pecebista do ABC Rolando Fratti é um dos cabeças), e ainda na chapa oposicionista concorrente ao SMSBD de 1972, o segundo atuou na oposição aos comunistas antes do golpe, entrou na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo após o relaxamento da intervenção de 1964 e nela permaneceu até os anos 80, quando, outro mais, integrou a primeira composição da Comissão de Fábrica da Ford, escolhida em 1981. Mantendo-se firme nos bastidores das disputas e articulações ocorridas na trajetória do "novo sindicalismo", Janjão reflete as mutações dos autênticos na sua própria biografia.

Como o *Noticiário Willys* ignorava o sindicalismo de propósito, é evidente que Cardoso e Oliveira aparecem em suas páginas como alinhados willyanos — e nada mais. Eles e seus colegas deviam estar atentos aos destaques da coluna "O Homem do Mês". Invariavelmente, os textos realçam as qualidades do trabalhador ambicioso e cumpridor de seus deveres, amigo de todos, pai de família e crente na companhia. Aqui e ali, no entanto, podemos ir além do discurso liberal de ascensão social.

Percorrendo Caminhos

Ao deixar Veneza em 1949, Marino Scommegna carregou consigo o ofício de corte e armazenamento de carnes. Depois de tentar ganhar a vida por conta própria, foi

---

[502] *Noticiário Willys*, nºs 14, 15, 16, 19, 24, 26, 1960, 1961.

contratado em 1958. Em quatro anos tornou-se líder dos açougueiros no restaurante da unidade São Bernardo. Depois de se declarar um admirador do Brasil, afirmou que o povo daqui tinha um "pensamento diferente". Azar o nosso, não é dado saber quais eram as distinções, registrando-se, contrariamente, o apego ao futebol e ao boxe, dois esportes ao gosto dos willyanos nacionais, e, idem, seu conforto com o passatempo da TV, a família e o trabalho duro. Scommegna, quem sabe, pudesse encontrar em Américo Schmidt um interlocutor para trocar impressões quanto às diferenças de pensamento dos brasileiros. Embora fosse natural daqui, Schmidt era filho de alemães e tinha posição de imigrante: possuía experiência de nove anos como mecânico montador na GM e era líder como o italiano.[504]

Nesses casos de possível estranhamento, o interesse de Willys era na unificação, no encaixe étnico do mosaico humano. Natural de Hiroshima (Japão), Massaki Kyomem era um entre os "todos" que contribuíam para a excelência do motor a gasolina. Chegado criança, inculcou-se de hábitos característicos, pois apreciava beisebol e o cultivo de flores em jardins. Cuidadoso, o *Noticiário* assegurou que ele era "brasileiro de coração", sendo pai de família, esposo de Yoshiko, dono de sua casa e líder dos operadores de máquinas no setor de usinagem do eixo do comando de válvulas. Integrado ao Brasil, Kyomem declarou gostar de um "'futebolzinho'". Outro dado significativo, ressaltou o estágio de adiantada maturidade de seus colegas: dado o clima de "liberdade", havia oportunidade para o trabalhador sentir-se "responsável e satisfeito".[505]

Quem sabe, Scommegna e Schmidt reparassem na diferença e quantidade de colegas recém-chegados do Norte, como Expedito Alves de Oliveira, natural de Iati (Pe). Sua nova vida no ABC não era fácil, mas Oliveira conseguira ingresso imediato na WOB e logo acrescentou dois filhos à prole enquanto servia como ajudante na distribuição de material. Falando ao *Noticiário*, ele a resumiu assim:

> "'trabalhei na lavoura, mas como lá a vida era dificílima, resolvi vir para São Paulo e acho que fui muito feliz, pois ingressei diretamente na

---

[503] *Noticiário Willys*, nºs 19, 24, 26, 1961.

[504] *Noticiário Willys*, nºs 40, 15, 1962 ,1960.

[505] *Noticiário Willys*, nº 45, 1963.

Willys [em 1956]. (...) Já tenho a minha casa própria'".[506]

Os nordestinos — isso logo transpareceu no *Noticiário Willys* — eram tão laboriosos e de tanta prestatividade e serventia quanto os imigrantes e seus descendentes. Esquematicamente, talvez se possa dizer que incorporassem o valor da "resistência" — eram "cabras" — enquanto os de origem européia se fizessem sobressair por suas qualificações profissionais, seja as reaproveitáveis, seja as pertinentes a uma fábrica de autos. Lado a lado, sem duelos frontais, os grupos iam povoando as usinas e o ABC.

Vindo da "Boa Terra" — Uauá (Ba) —, Joaquim B. dos Santos agarrou a profissão de bombeiro já no seu primeiro emprego em São Paulo (na LNM). Como muitos operários do setor produtivo, viu logo que a chave para o sucesso era esforço e dedicação. Contudo, para combater incêndios, ele se diferenciou, era preciso estudar, dizendo-se inteirado das técnicas apenas surgidas. Satisfeito e orgulhoso, seu princípio de honestidade havia sido recompensado.[507]

João Gonçalves de Oliveira, quando largou Santanópolis (Ce), exerceu "as mais diferentes tarefas" ao se empregar na GM,CMTC, Firestone e Sears, de onde saiu para tornar-se operador de forno na seção de tratamento térmico. De sua terra, trouxe uma atividade específica, aprendida no açougue da família. Em casa, como no emprego, era "homem responsável e exemplar". Passava o lazer em volta do tabuleiro de dominó, assistindo ao futebol de várzea de Santo André, descansando na residência própria e entretido pela criação de suínos e patos, carne exclusivamente destinada ao gasto. Vivo ou vivido, Oliveira ressaltou a importância de seu labor para a qualidade das peças e se disse embevecido com o passeio que a companhia proporcionara a ele, seus colegas e familiares à Praia Azul (Americana), um giro que recompensava os esforços da turma do tratamento térmico.[508]

Da lavoura de Xiquexique (Ba) Valdemar Lacerda chegou em 1952. Foi servente de pedreiro até quando entrou na Willys, onde se tornou faxineiro e, mudando de tarefa, lubrificador de manutenção. De sua parte, Joaquim Anísio Nogueira parece logo ter se firmado como prensista. Vindo da roça (Solonópolis, Ce) em 1948, foi trabalhar na

---

[506] *Noticiário Willys*, nº 34, 1962.

[507] *Noticiário Willys*, nº 54, 1964.

[508] *Noticiário Willys*, nº 69, 1965.

Goodyear, de onde saiu para ingressar na monumental estamparia da Willys em 1958. Contou ainda que procurou o emprego por "indicação de um amigo". Nas horas vagas cuidava de sua horta.[509]

Curiosamente, enquanto Lacerda foi assumindo uma função cada vez mais fabril, Nogueira (aparentemente logo recrutado para tarefas produtivas) continuou a dividir-se entre a máquina e a enxada na horta. Ao mesmo tempo, enquanto o operário de origem rural se entretinha com seu quintal, o imigrante da pequena e agrícola Funchal (Ilha da Madeira, Portugal), Noé Ferreira Cabral, era carpinteiro na Willys e marceneiro na sua oficina caseira. Ou seja, ao mesmo tempo em que se encarregava de serviços mais toscos na fábrica, em casa guardava os mistérios do ofício. Presentes no tempo de não-trabalho, a caça e pesca, ou a criação de passarinhos ou animais, a importância dada ao terreiro, indicavam a origem interiorana de muitos desses operários. Em contraste, a TV era, independentemente da origem, um entretenimento predileto para o repouso e o conforto do pai-provedor cansado de tanto trabalhar.[510]

Na verdade, a industrialização acelerada apenas intensificou um processo que, incipiente, já seguia seu curso. O potiguar Lecarião Pereira de Melo desembarcou em São Caetano em 1948. Depois de oito dias procurando colocação, achou-a na GM, de onde saiu aposentado após 23 anos e dois dias após fazer as vezes de tapeceiro, montador e servente de pedreiro. Veio convencido por um primo, já empregado da "General". Ainda não existiam muitos nordestinos nessa época, ele relembrou, mas os três ou quatro que conheceu na pensão eram primos. Esta pensão só oferecia vaga para dormir, não tinha muito espaço. Quando Lecarião resolveu casar, comprou um lote e construiu sua casa.[511]

Enquanto os migrantes encontravam lugar por meio de redes tecidas em suas comunidades, o faxineiro italiano Adolfo Segantim se aproveitou de seus laços de veterano

---

[509] *Noticiário Willys*, nºs 36, 37, 1962.

[510] *Noticiário Willys*, nº 39, 1962.

Essa divisão entre trabalho e serviço pouco tem a ver com a separação entre enxada e picareta dos mineiros-camponeses estudados por Rolande Trempé. Há uma grande diferença entre dispor de um quintal e manter alguma forma de acesso à terra (seja por meio do costume, da posse ou da propriedade). Nesse sentido, os willyanos não eram operários numa hora e camponeses noutra. O grupo mineiro estudado guarda menos distância com os têxteis pesquisados por Leite Lopes e Alvim. Estes, sim, tinham o seu roçado. Ver: *Les Mineurs de Carmaux*. Paris, Editions Ouvrières, 1971, 189-253. *A Tecelagem*, op. cit., pp. 93 e ss. *A Sedução*, op. cit., pp. 101 e ss.

[511] Medici, *Migração e*, op. cit., p. 301.

para arrumar a colocação de quatro filhos. Depois de perder duas colheitas da sua lavoura para as intempéries, o ítalo-brasileiro Ângelo Marcom — nascido e criado na Fazenda do Quilombo (Taubaté) — resolveu ser empregado em "qualquer indústria". Ingresso nas Máquinas Piratininga, foi aproveitado pela WOB (quando esta comprou aquela). Na seção de moldagem, diferenciava-se por sua "bondade" e "eficiência". O mecânico ajustador João Erderg, que principiara na linha de montagem, sabia da importância de conseguir um lugar assim, vamos dizer *qualquer*, ainda mais com o apoio de conhecidos. Depois de 11 anos na GM, ele "ficou sabendo que a WOB estava necessitando de funcionários". Feito um teste, foi imediatamente convocado. Seis anos depois, talvez se utilizasse da sua posição no time de futebol dos veteranos do Corinthians de Santo André para retribuir a assistência recebida.[512] Distante da terra natal — a ex-Iugoslávia —, Erderg já se dizia um brasileiro qualquer. Páginas além, Valdemar Lacerda, que não era estrangeiro (e, portanto, não precisava nacionalizar-se) pôde aparecer com nostalgia de sua distante Xiquexique.

É importante observar que "o nordestino" não aparece fazendo o serviço que "o paulista" não admitia pegar. Seria esquemático demais situar o primeiro na tarefa não-qualificada e o segundo na profissional. Mesmo esperando por isso, precisamos admitir a capacidade de um e a humildade do outro. Estavam lado a lado, sendo muito comum achar sobrenomes italianos entre os operários braçais. Postado no final da reciclagem da sucata da estamparia estava Maurício Chicote. É tão desvantajoso quanto vantajoso o fato de não ser possível precisar qual sua origem étnica, pois assim ele pode falar em nome do grupo. Quando os repórteres observaram que o movimento era muito grande no seu setor, Chicote simplesmente disse que já estava acostumado, sendo esse o elemento básico e necessário a todos: acostumar-se à dureza da fábrica automobilística.[513]

Com efeito, ocupavam-se todos de produzirem, com o serviço doméstico (não exatamente cozinhar, limpar e arrumar), com suas casas, com o lazer e, em acréscimo, projetavam os dez anos de casa que lhes trariam a sonhada estabilidade. O frentista Garcia disse que "quase não tinha tempo para nada"; o copeiro Bergamo também achava "duro" o serviço no restaurante, "não sobrando tempo para nada". O veterano enfermeiro Vasconcelos lembrou-se com nostalgia do pingue-pongue e do "'nosso rancho'", nome

---

[512] *Noticiário Willys*, nºs 25, 31, 51, 1961, 1962, 1963.

[513] *Noticiário Willys*, nº 25, 1961.

dado ao antigo refeitório, coberto de sapê, onde os funcionários almoçavam calmamente, antes da chegada do "'progresso'". Irrequieto, o líder da funilaria Gramado não conseguia ficar parado nas horas de descanso, metendo-se em serviços de eletricidade, pintura e marcenaria. Quando o *Noticiário Willys* folgou em noticiar um mês sem acidentes na estamparia, o mensal elogiou a Divisão de Higiene e Segurança por ter achado tempo para interromper a produção durante uma hora por mês, organizando palestras para os trabalhadores. "'Durante o trabalho, o tempo é produção'", mas "'durante o café'", o tempo significava mãos e braços inteiros.[514]

Possivelmente, o contraste entre imigrante e migrante só viesse a ganhar maior nitidez uns dez anos depois, quando novas ondas migratórias não desembarcavam mais para crescer junto com São Paulo, mas para manter o resfolegar da gigantesca metrópole. No auge do grande milagre um sobrenome europeu podia ser sinônimo de ferramenteiro, a *elite* da categoria metalúrgica. No entanto, isso pode ser mais uma expectativa do que um fato. O desenvolvimento dos setores eletro-eletrônico, de autopeças e metal-mecânico inundou o ABC com mão-de-obra migrante não-qualificada, colocando-os no centro de qualquer estratégia sindical de massas. O arrocho salarial e a intensificação do ritmo de trabalho, por sua vez, atuavam no sentido de enfraquecer as diferenças.

É isso o que se percebe em ofício da Delegacia Seccional de Polícia do ABCD. Obtida do Setor de Segurança da Volkswagen, a correspondência encaminha a ficha de Thomas Zolotareff, filho de russos nascido em Fukien (China) em 1947. Pai de família, foi contratado em 6 de fevereiro de 1975 para operar máquinas (um serviço especializado), sendo licenciado logo depois, 15 de julho. Zolotareff não passou despercebido da segurança industrial dessa firma alemã, que colou uma pequena reportagem da *Tribuna Metalúrgica* (jornal do SMSBD) no item "informações" de sua ficha. À reportagem, ele confessou-se "desiludido" com sua profissão. "O ambiente de trabalho ficou insuportável", deplorou. "Hoje, o profissional já não é considerado. O que exigem do trabalhador é muita produção, obrigando-o a trabalhar num ritmo que não permite nem uma ida rápida ao banheiro. Eles transformam o homem numa máquina".[515]

---

[514] *Noticiário Willys*, nºs 13-15, 19, 24, 26, 28, 43, 1960-63.

[515] Ofício, 23/8/77. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 1858-1857.

De volta aos migrantes no pequeno milagre, estes possivelmente estivessem entre os mais febris serviçais do agitado parque willyano, realmente surpreendendo e, quem sabe, incomodando os operários pertencentes a grupos locais, mais antigos, tanto os descendentes da imigração em massa do início do século 20 quanto os imigrantes do pós-guerra.

Em certo sentido eram *atrasados*, ou melhor, feridos pelo subdesenvolvimento. A depreciação do linguajar interiorano ou nordestino, seu desfavorecimento instrucional e informativo, o preconceito contra suas práticas curativas, que eram taxadas de crendices, o filtro que se estendia à sua religiosidade, confundida com feitiçaria ou superstição, os acantonava *atrás dos* limites de classe.

Na verdade, "quanto mais examinarmos seu modo de vida, mais inadequadas parecem certas noções como as de progresso econômico e "'atraso'".[516] Habituados ao trabalho duro — sol ou chuva e manuseio contínuo de ferramentas —, a acordarem cedo, às exigências da atividade agropastoril, ignorante de feriados e fins de semana; acostumados a servirem de tração, a levar e trazer recados, versados numa gama de serviços vários, a fábrica automobilística, por mais inovadora, lhes reservava uma série de tarefas para as quais dispunham de preparação. Nas entrevistas, contam-se histórias em que as mãos nativas dão seus "jeitinhos" e inventam seus "macetes".[517]

---

[516] Thompson, *A Formação*, vol. II, op. cit., p. 146.

[517] "Tal como verbalizaram os entrevistados, a empresa 'recompensa' os empregados pelo seu esforço, pelo 'sacrifício' na realização de um trabalho árduo. A remuneração recebida não aparece, assim, ligada a determinado *status* profissional mas à idéia de *merecimento*, tal como a realização das tarefas por parte do empregado não decorre de um *dever* mas de uma *retribuição* por tudo de bom que o empregador oferece". Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 52, (g.a.).

José A. Rodrigues também vê no operário uma presa da "concepção cabocla de mundo", que o faz enxergar no patrão um "protetor" cuja "dádiva" do emprego estabelece "lealdade e dependência". Ver: "Movimento Sindical e Situação da Classe Operária". In: *Revista Debate e Crítica*, nº 2, 1974, p. 108. Do mesmo autor, Ver também: *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel, 1968, pp. 173-174.

Distintamente, para Leite Lopes, "as contradições e os conflitos são inseparáveis da própria apresentação analítica da dominação". Atento a obrigações — econômicas e não-econômicas — sem formalização contratual, mas ao mesmo tempo incorporadas no comportamento dos operários como parte das "regras do jogo" (jogo cuja abertura põe o trabalhador em desvantagem), foi-lhe indispensável notar seu "'investimento' peculiar" para adequarem-se "à sua profissão e reinventá-la, tornando suportável o trabalho fabril", "assim dotado de uma 'honra' profissional". *A Tecelagem*, op. cit., pp. 17, 23.

Em sua tese, Henrique Espada Lima Fº observa que o ato da "troca", sobressai, invariavelmente, nos estudos dos grupos camponeses. Comentando a obra de Grendi, ele fala em "troca de bens, materiais e imateriais, isto é, como transação", enfatizando-se o exame das convergências e diferenças, a reconstrução das relações pessoais, tanto verticais quanto horizontais, de união e conflito. *Microstoria. Escalas, Indícios e Singularidades*. Campinas, tese de doutorado apresentada ao Ifch-Unicamp, 1999, p. 204.

"Na Willys estes homens aprenderam a fazer automóveis".[518] Em janeiro de 1962, uma afirmação assim punha um país e uma classe na mesma condição. Ainda espantava a capacidade da indústria automobilística em absorver gente cujas ocupações anteriores nada tinham a ver com máquinas — inexperiência extensível ao empresariado e ao parque industrial brasileiros, em se tratando do fabrico de autos. Graças à pressa dos 50 anos em 5 e ao processo fordista de trabalho, aprendizes viravam profissionais de "alta categoria" da noite para o dia. Assim, a maior parte dos veículos que giravam no Brasil possuía o traço da "mão daquele modesto operário brasileiro".

Processado pela Justiça Militar, Tertuliano Ambrósio da Fonseca depôs que foi recrutado para os quadros da Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML) depois de manifestar sua "vontade de trabalhar em outro ramo (...), principalmente as fábricas de automóveis". Seus interrogadores, no entanto, estavam mais interessados em encarcerá-lo e não deram atenção a esse desejo. Quanto a outras características suas, dedicaram-se a decifrá-las, tais como sua caligrafia, deixada nos rascunhos de *O Estopim* (boletim de sua organização).[519]

Diversamente, aqui podemos atentar para esse fragmento e, assim, afirmar o seu desejo como uma meta migratória muito comum, a de apresentar-se ao serviço numa grande empresa. Dentro desta, fincar raízes era um desdobramento identicamente comum. Como se isso fosse possível a um homem só — aprender a fabricar um automóvel —, a sedutora chamada ao aprendizado automobilístico subentende, na verdade, a abertura de novos interesses ao operário, o manuseio de máquinas e a qualificação em mecânica.

De sua vez, Hobsbawm também inclui os grupos proletários compostos de camponeses na análise do surgimento da "consciência de classe", tanto faz que seja entre os mineiros andinos ou sul-africanos. Ver: "Trajetória do Movimento Operário". In: *Trabalhadores*, nº 2, 1989, p. 5.

[518] *Noticiário Willys*, nº 31, 1962.

[519] Tertuliano Fonseca era operário na construção civil em Curitiba. Associado, mantinha contatos com o advogado do sindicato por ter feito uma queixa trabalhista. Chegou a Diadema em 1969, mas só conseguiu entrar numa automobilística, a Ford-Willys, em 1971. Era operador de máquinas. Ver: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), fundo Brasil Nunca Mais (BNM), processo 684, fls. 9, 1845.

Editado no início dos 70, *O Estopim* corresponde a uma segunda tentativa dos militantes da AP do ABC em organizarem os trabalhadores nas fábricas. A primeira, referente aos esforços de 1968 e 1969, constituía em elaborar boletins por empresa, como *O Bronca* (Willys), *Os Braçais da Braseixos* (Braseixos), *O Chumbo*, *O Xisler* (Chrysler), *O Lâmina* (LNM), *O Ferramenta* (Volkswagen), *O Martelo* (Remington), *Prensinha* e *Prensa* (Sofunge), *Bodoque* (Mannesmann), *Martelete* (Polig) e *O Flexa* (Belgo-Mineira). (Esses

Decerto, não era essa a propensão de todos. Por ter entrado em 2 de maio de 1953, isto é, três dias antes da chegada de todo maquinário e material usados na edificação dos primeiros galpões da Willys São Bernardo, e por ter ajudado a construir o primeiro barracão de montagem do Jeep (onde depois veio a instalar-se a seção de pintura), Artur Conforto estava plenamente satisfeito em ser o mais velho da casa. Era o pioneiro que baixara o matagal para erguer construções. Vindo da lida no campo, fez as vezes de jardineiro, passou para servente de obra e chegara a oficial de pedreiro. Era operário (braçal), era operário industrial (de construção), mas não era do setor produtivo fabril.[520]

Para outros — para quem a história não era um trunfo disponível —, a indústria era um mundo a conhecer. Na fábrica de motores, Luiz Fernandes acalentava o sonho de "manejar uma máquina". Orlando Alves sentia fascínio semelhante: depois de expressar seu apreço pelo serviço de encaixotamento de peças, apontando para sua devida importância, ou seja, após rezar o credo do cumprimento do dever, da estima angariada entre os colegas, da boa situação em que se encontrava, dizendo "à reportagem que está satisfeito", ainda acrescentou que, "por ser grande apreciador de mecânica", não escondia "o prazer em trabalhar algum dia em uma das grandes máquinas que possuímos". Melhor posicionado, enquanto montava componentes na tapeçaria do Jeep, Adolfo Torres conseguia viabilizar suas predileções. Longe da fábrica, guiado pela inclinação por "assuntos mecânicos", ajudava seu pai na feitura e retífica de enrolamentos de motores e cuidava de instalações elétricas e hidráulicas. Indicado para concorrer no concurso Operário Bandeirante, José Porfírio, filho de arrendatários, também gostava de mecânica. Com pendor, desde criança procurou se especializar, profissionalizando-se na Cerâmica Scattoni, Fiação e Tecelagem Assad, Fiação Lutfalla e na Expresso Brasileiro. Ao entrar na Willys, ele deu um passo seguro rumo ao ramo automobilístico.[521]

Para tantos a mais — para quem a vida de peão aparentava ser presente e futuro —, as oportunidades eram escassas. Podiam ter o desejo e a força para melhorarem de vida, mas a fábrica dependia deles apenas enquanto peões. Para ficarem bem cientes de seus limitações, as fronteiras eram guardadas pelos feitores. Muitos ficaram e se resignaram,

---

três últimos são mineiros.) Ver: AEL, BNM. Ver também: Coleção Celso Frederico (CCF). *Medalha* e *Disparada* também foram distribuídos na VW, mas deviam pertencer a outras organizações, como o PCB.

[520] *Noticiário Willys*, nºs 23, 16, 1961, 1960.

[521] *Noticiário Willys*, nºs 28, 32, 30, 42, 1961, 1962.

outros se acidentaram, boa parte largou e depois voltou. Uma parte expressiva foi cortada. O trabalho para toda uma vida na indústria automobilística, assim como a abertura de um negócio próprio, era um sonho difícil de realizar.

Ao enfatizarem a figura enquadrável na coluna Homem do Mês, as páginas de história do *Noticiário Willys* nos deixam ver vários percursos, mas mal nos permitem ver o fogo cruzado. No próximo item, veremos um auto-retrato típico, do trabalhador desvalido. Apesar de sua veemência, para quem o conhecia por convívio, o trabalhador que se dizia desvalido também usava desta representação como artimanha para forçar um compromisso dos superiores em seu favor.

1963, O Ano em que os Trabalhadores Foram Ouvidos

Segundo Sznelwar e Mascia,[522] as descontinuidades entre o prescrito e o real mal são confessadas pela organização científica do trabalho. Caso contrário, careceria aceitar a "inteligência no trabalho operário, muito além da habilidade para repetir gestos precisos". Matizando o reconhecimento do poder de decisão e controle dos trabalhadores sobre o processo produtivo, vimos que o *Noticiário Willys* admitia sua ocorrência. Não havia outra saída. Eixos de uma contragestão, numa fábrica onde as linhas produtivas eram atingidas pelo desgaste, o auto-aprendizado e a troca de informações eram um mal necessário.

Consequentemente, pode-se questionar um apoio basilar da tese do alheamento da "nova classe operária" ante a mobilização sindical. Ao contrário da afirmação segundo a qual, para os operários semiqualificados e braçais, "a tarefa em si não pode oferecer qualquer atrativo, a não ser pela remuneração que percebem",[523] é possível identificar o substrato sensível à defesa sindical da dignidade operária. Ou, por outra, é possível visualizar a formação dos temas e valores constituintes do "novo sindicalismo", clareando nosso conhecimento dos caminhos que passam pela recusa da exploração.[524]

---

[522] Sznelwar e Mascia, "A Inteligência", op. cit., pp. 208, 216.

[523] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 63.

[524] Cogitando quais seriam as diferenças cruciais entre a história latino-americana e o "modelo clássico", Daniel James também para a inexistência da invocação do ofício como molde da emergência do ativismo operário. Ver: "O que Há de Novo, o que Há de Velho? Os Parâmetros Emergentes da História do Trabalho Latino-americana". In: Araújo, Angela (org.), *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo, Scritta, 1997, p. 128.

Se Willys precisava prezar sua força de trabalho, o que a fez registrar a ocorrência da ação dos trabalhadores, na pesquisa de Rodrigues (feita na Willys em 1963), cujos pressupostos e demandas diferiam, o talho no anverso da moeda desenhou uma figura bem diversa. (Apesar disso, coincidiu em revelar o valor do trabalho braçal para o operário.) Para realizá-la, o professor da USP foi recepcionado por seu colega sociólogo Procópio Camargo (vide capítulos 2 e 7). Acolhida na administração, a enquete foi aplicada dentro das dependências fabris. Seguramente, isso pesou na hora de realizar as entrevistas, pois os trabalhadores sabiam quando falavam com pessoas recebidas pelos altos escalões.

Exatamente por isso, enquanto uns desconversaram, outros talvez tenham falado de si com vivo interesse. Cautelosos, vislumbraram nas entrevistas uma oportunidade de contar suas histórias para a companhia, insinuando recados, quem sabe pedidos ou queixas. Se muitos willyanos tinham a fortuna e o mérito de se virem homenageados pelo *Noticiário*, como bravos soldados da campanha contra o subdesenvolvimento, outros tantos não tiveram a mesma sorte — não exatamente por deixarem de agir com igual bravura. As entrevistas eram, assim, uma possibilidade de contar uma versão diferente, falar das baixas e perdas da batalha do automóvel.[525]

Havia o que confiar: nas linhas, as mãos nativas haviam obrado o pequeno milagre. Depois, a manejarem os peões, os capitães de indústria não necessitavam (nem eram pressionados a) poupar os contingentes. Ainda mais (ver capítulo 7), 1963 era um ano bastante especial; fora inaugurado, já em janeiro, com o tempo da ouvidoria, com a

---

Ao contrário da Inglaterra, na indústria automotriz brasileira, não havia um sindicalismo apegado ao prevalecimento da mão-de-obra qualificada na produção do motor. De modo similar, a indústria siderúrgica em Volta Redonda (CSN) não encontrou resistências por parte dos trabalhadores qualificados. Ver: Gambino, Ferruccio, "Ford Britannica. Formazione di una Classe Operaia". In: Bologna, S.; Negri, A., *Operai e Stato*. Milano, Feltrinelli, 1975, p. 147. Morel, Regina, "A Construção da Família Siderúrgica. Gestão Paternalista e Empresa Estatal". In: Ramalho, J. R.; Santana, M. A. (org.), *Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, DP & A, 2001, p. 49.

Aparentemente, o caso mexicano não coincide com o brasileiro. Segundo Steven Bachelor, os trabalhadores logo reconheceram que "o câmbio para a manufatura automobilística em larga escala (...) alterara completamente as relações sociais de produção", o que fez sobrevir um conflito a respeito do "modo como a industrialização automobilística seria promovida". Na sua base, a contrariedade do operariado preexistente nas fábricas da GM com as mudanças implementadas para dar um fim à montagem de CKDs. Ver: "Subterranean Shop-Floor, op. cit., pp. 8, 9.

[525] Comentando fonte bem diversa, Natalie Davis chama a atenção para a qualidade narrativa das histórias elaboradas pelas "ordens inferiores" e aponta para suas representações, a modelagem de seus componentes, a habilidade em contar episódios assim como realça suas escolhas de linguagem, detalhamento e ordenação. Ver: *Storie d'Archivio*. Turim, Einaudi, 1992, pp. 4-8.

Comissão de Relações no Trabalho, coordenada por Procópio Camargo e idealizada para atender as reclamações dos trabalhadores, prometendo-lhes *justiça*.

Empresa e sociologia se curvaram para escutar os relatos.

A Lógica do Frio Fio do Facão

Após o crescimento, a instabilidade (gerada pela renúncia de Jânio Quadros e pela trama empresarial, udenista e militar contra Jango), o recrudescimento inflacionário, a Guerra Fria, as políticas de estabilização (que restringiam o crédito à indústria) e o fim da demanda reprimida sustaram o pequeno milagre em definitivo e prenunciaram traços da fase posterior, desgastando o viés "tolerante" do nacional-desenvolvimentismo.

Constatadas as ocasiões de mobilidade social, os trabalhadores ressaltavam a hierarquia a que estavam subordinados, evidenciando a divisão de poder entre o esforço intelectual e braçal, entre a propriedade e a mão-de-obra. Enfim, esta era a contradição do anverso da moeda: foram reconhecidos em sua capacidade de progresso e mantidos em posição determinada como subalterna.

A plataforma para vôos mais longos podia ser, outrossim, uma posição a ser defendida. O projeto casa e família encontrou insucessos nas doenças e nos acidentes, nas rupturas familiares e nos falecimentos prematuros, no alcoolismo, na carestia e no desemprego. Para muitos, o sonho transformou-se em pesadelo.

Causa de inquietações, a desconfiança de mais uma rodada de dispensas denotava o medo do facão. Estagiário na usinagem (parte de seu trabalho de campo), Rodrigues foi seu testemunho. Num dia, registrou, foram dispensados 500 horistas. Na seção onde estava, foram despedidos 30% do pessoal.[526]

Ameaçadora, sua iminência era "tema de todas as conversas". Detalhe expressivo, "ainda que nada houvesse sido comunicado", os trabalhadores pressentiam a amolação. "Todos estavam visivelmente nervosos", uma perturbação cedente ao desespero. "Soubemos que a taxa de acidentes aumentara, ao procurarem os operários 'dar mais produção'". Com suas vidas em jogo, *dar mais produção* podia ser apenas uma derradeira

---

[526] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., pp. 53, 54. As citações dos próximos dois parágrafos foram retiradas desta fonte.

Para o ano fiscal de 30/6/62 a 30/6/63, a WOB computou 8.736 empregados. *Relatório de Diretoria*. In: *Jornal do Commercio*, 13/10/63.

mostra de sua capacidade de controlarem as linhas, pois o problema, contraditoriamente, era a superprodução. Os setores mais atingidos seriam os baixos escalões: inicialmente, Willys dispensou "os recém-admitidos, os setores menos qualificados, os solteiros e os considerados 'mau empregados'".

Cena desse ato, "cabia ao mestre avisar pessoalmente os trabalhadores dispensados, o que era feito logo cedo, antes do início do trabalho". Representado mais este comando da autoridade fabril, Rodrigues não notou protestos coletivos contra a empresa. Ademais, a divisão seria a tônica: "os que ficaram lamentavam os colegas 'cortados', dando-se por felizes por não estarem na mesma situação".

Se não dispunha de inserção local para opor-se ao facão, o SMSBD, em 1º de abril de 1963, manifestou-se num ato público. Outro sinal dos tempos, além do repúdio das "dispensas em massa de operários das indústrias automobilísticas", os oradores "foram unânimes em afirmar que os organismos de classe dos operários estão ameaçados de cair em poder (...) da reação". Eles criticaram as autoridades paulistas e seus "atos e medidas arbitrários e violentos, perseguições, prisões e espancamentos" sofridos na campanha salarial de 1963. Certamente, os discursos aludiram à invasão policial de uma assembléia em fevereiro, perseguição somada à devassa policial de uma reunião do PCB em julho de 1962, quando vários militantes metalúrgicos foram detidos e fichados.[527]

Localmente, não oferecer resistência aos cortes ratificava os papéis do "bom" e "mau" operários segundo um jogo bancado por chefes, de cujas mãos se arriavam as cartas tanto do abafamento das queixas quanto do fazer serão assim como da crença na estabilidade como graça da devoção ao trabalho, de onde também se baixavam cartas de sorte e azar (infortúnio de quem se ia embora, menos mal para quem ficava).

Uma demissão, porém, não se decidia apenas entre o bem e o mal. Nessa época, recordou-se João Justino de Oliveira, "deu muito corte". "Antes tinha", comparou, "mas era mais daquele pessoal devagar, que não trabalhava, não dava produção". Diversamente, "no governo Goulart, quem era bom, mais ou menos, ia todo mundo. Eu via cara bom ser mandado embora". "Produzir naquela época não era bolinho", argumentou outro entrevistado. "Tudo era soldado a ponto, o trabalho era agressivo, as condições, adversas.

---

[527] Relatório, 1º/4/63. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 274. *Folha da Manhã*, 23/7/62. Aesp, setor Deops, 30-C-1, fls. 18926.

Mas o perverso mesmo era a rotatividade de pessoal. Não tinha planejamento, jogava-se o produto no mercado e, caso não houvesse retorno, os reflexos sobre a mão-de-obra eram imediatos. Isso gerava uma síndrome de instabilidade; não havia nenhuma garantia de emprego".[528]

J. Alves, por ele mesmo, era um dos bons. Entrou na Ford quando ainda se chamava Willys, conheceu a euforia e o desapontamento. Era ajudante "e fazia serviço de peão", "dando um duro danado e cooperando com os homens para conseguir uma promoção". Demitido, resolveu "largar a indústria automobilística, que é a maior ilusão desse mundo", quebrando "o galho noutros serviços". Numa segunda-feira, disse, "quando dei por mim, estava no portão da Volks". Não foi um ato hipnótico, foi quase um destino:

> "sujeito trabalhou na Ford, na Mercedes e na Volks, o que mais pode esperar na vida? É uma sina. Quando a gente começa, novinho, com aquela bruta vontade de se aprumar na vida, o trabalho é sopa. Nego faz horas extras, dá duro no serviço, se esforça quanto pode, mas chega um dia que o facão baixa sem dó nem piedade. E afora a Volks, a Mercedes e a Ford, só restam a Chrysler, a Scania, a Toyota e a Karmann-Ghia".[529]

Gente como Alves ia e vinha porque a linha de montagem reduziu a incidência do profissional para se servir, indistintamente, do braçal que serve para qualquer indústria ou tarefa. A este, como resultado, não bastava submeter-se à provação do serviço pesado e dos mandos do feitor. Contratados em massa, em massa eram dispensados. Enquanto se desfez do controle operário sobre o processo produtivo (incômodo imposto pela mão-de-obra de ofício), a produção em série foi cultivada como terreno de menosprezo da força de trabalho, desdém racionalmente predeterminado pela engenharia: o trabalho humano deveria ser tão intercambiável quanto uma peça velha ou defeituosa.

Diante da monotonia e do caráter parcelado de suas tarefas, os especializados sentiam-se miúdos e irrelevantes. A lida de um ajudante como Alves era um aspecto óbvio na fascinante e complexa trama manufatureira. Situação diversa, a disponibilidade reduzida e a habilidade da minoria qualificada impediam sua sujeição a um controle predominantemente autoritário. Entre os mais visados, estava o espanhol Osório Ruiz Jomas. Ajustador mecânico, demonstrava sua prática de ofício ao lidar com armações

---

[528] Entrevista de João Justino de Oliveira ao autor, São Bernardo, 2/2/93. Entrevista de Antônio Tavares, fonte já citada.

metálicas, máquinas e ferramentas. Mas não só. Conhecia operações matemáticas e de desenho. Usava limadora, perfuradora, torno. Dez dias depois de ter chegado ao Brasil, empregou-se na Brasinca. Um ano mais tarde já estava na GM (São Caetano), a mais antiga usina automobilística ainda hoje existente. Sinteticamente, *Unidade Operária* comparou: "na ferramentaria, por ser composta de operários de ofício (não dão produção de peças), a perda do emprego não precisa significar o desemprego".[530]

Se muitos willyanos podiam concordar com J. J. de Oliveira — e assim reprovariam o licenciamento de um "cara bom" —, nem todos agiam como ele. Do lado do baiano José Alfredo Batista dos Santos (o "Lumumba"), do veterano Mateus Valles (ingresso em 1954) e do paraibano Davi Pereira da Silva, o pernambucano Oliveira era o Janjão e movia, pela base, oposição ao SMSBD (sendo os quatro *operários especializados*). Estes precisavam equacionar uma certa ambigüidade no comportamento de seus pares, os quais apresentavam esquemas de solidariedade e coesionamento na busca e manutenção do emprego, construíam suas casas em mutirão, estruturavam suas comunidades em lugares distantes sem apoio dos poderes públicos, encontravam-se em seus cultos religiosos, tinham sólida estrutura familiar, comentavam com antecedência e rapidez as decisões da administração, estavam a recriar o discurso patronal segundo suas experiências individuais e coletivas, etc.; porém, viam na empresa um ente não só grande e poderoso mas também preferível e superior ao sindicato.

Se o processo de trabalho era um terreno rivalizado com a organização capitalista, se expressava uma contragestão operária, consistia, ainda assim, em arena de competição, de individualismo, de desunião. Certos operários preferiam dar a produção em detrimento ou em prejuízo de seus pares. Isso, na visão dos defensores de laços mais amplos de solidariedade, era falta de companheirismo. Os peões, sabiam os ativistas, não seriam ganhos apenas na conversa, sendo preciso insistência e fricção de idéias. Sem isso, valores e hábitos anti-sindicais não seriam abandonados.

---

[529] Sampaio, *A Capital*, op. cit., pp. 50-51.

[530] Medici, *Migração e*, op. cit., p. 92. *Unidade Operária*, nº 29, fevereiro de 1974. Aperj, fundo CDARF, Série AV, pasta 10, doc. 11.

Tratava-se de política e história. Nas entrevistas, sindicalistas e gerentes apontam para a debilidade da ação sindical dentro da indústria automobilística.[531] Claro, 1978 não cabia em 1963. Contudo, a fraqueza era um efeito e não um dado. A fábrica de autos 100% nacionais era um espaço radicalmente novo para a esmagadora maioria dos que nela viviam. Redefiniu tradições, modos de vida, práticas e valores, sendo decisiva para a identidade dos que nela se empregaram, mas jamais fez dos trabalhadores uma coisa. Taubaté e Taboão eram um esqueleto à espera de carne e sangue para adquirir movimento e força. Seu objetivo estratégico (moldar um grupo operário laborioso, crente na empresa capitalista, avesso à politização sindical e submerso na produção) só podia ser factível enquanto — não somente com palavras — observassem a dignidade operária.

Falam os Trabalhadores

O movimento de pinça da sociologia paulista sobre a Willys (Procópio Camargo, da Escola de Sociologia e Política, e Rodrigues, pela USP) deixou registros apreciáveis. Sem o segundo, um frentista nordestino, de 24 anos, não teria suas opiniões gravadas. Chegado da "roça", onde freqüentou a escola até o primeiro ano primário, era pai de quatro filhos e dono de casa própria, mas gastava quase 30% de seu salário com o pagamento de prestações.[532]

Selecionado em 1957, lubrificava e abastecia veículos e empilhadeiras. Antes, se empregara numa padaria, a qual abria "às 4 horas da manhã e fechava à meia-noite". "Fiquei neste serviço um ano". Quando esposou-se, teve de "trabalhar até o meio-dia e ir casar às 16 horas". Na lua de mel, foi "obrigado a trabalhar". Concluiu não ter futuro na panificação: "vi que não dava para ficar lá". Seus colegas então diziam "que tinha uma fábrica automobilística que pagava melhor". Na nova ocupação, desagradava-lhe "o horário de trabalho, porque trabalho nos domingos", revelando-se, em seguida, satisfeito: "fora disso nada me desagrada".

---

[531] Entrevistas (todas concedidas ao autor) com Edmir Garcez, São Paulo, 25/5/92; Paulo Vidal, São Paulo, 1º/7/92; Diogo Clemente, São Paulo, 24/7/92; Roberto de Melo e Souza, São Paulo, 11/11/92; João Justino de Oliveira, São Bernardo, 2/2/93; Rubem Lisboa, São Paulo, 5/3/93 e 20/5/94; Newton Luciano, São Bernardo, 9/6/94; Celso Cadenazzi, São Paulo, 14/2/95.

[532] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 28 e ss. As citações dos sete parágrafos seguintes foram retiradas dessa fonte.

Todavia, à medida que discorreu sobre seu dia-a-dia, emergiram ambigüidades.[533] Após demonstrar seus apreços — "gosto de trabalho que não tem enchimento de saco", "pelo meu gosto não deixo máquina vazia" —, sua estima se fez acompanhar de uma insatisfação, antes negada. "O que me desagrada é que ganho pouco", reclamou.

Sabemos, porém, que seu salário era "alto" se comparado à média. Logo, por que disse o contrário? De um lado, relacionou a possibilidade de ganhar mais ao seu tempo de serviço. De outro, ressaltou seu aceite das condições de trabalho: "não me importo de fazer qualquer serviço". Em seguida, de novo manifestou sua insatisfação, marcada tanto pela injustiça ("na minha seção, eu sou uma das pessoas de salário mais baixo") quanto pela desvalorização de sua dedicação ("eu trabalho tanto e o chefe não reconhece o trabalho que faço").

"O que eu fiz não é qualquer um que faz", garantiu orgulhoso. Dedicação à firma, respeito pela chefia e serviço sem "corpo mole" compunham seus dotes. Não deixou ainda de indicar a pouca diferença entre a jornada de padeiro com a fabril, sendo a última chegar em casa à uma da manhã, dormir umas seis horas, acordar para fazer um "servicinho" ou "ficar em casa". Além do batente, a luta pela casa própria o consumia, empurrando-o a fazer "biscatinhos". "Nem para escutar rádio dá tempo", ilustrou. Televisão? "Só para mais tarde". O futebol, lamentou-se, já não existia mais na sua vida. Porém, esse ajudante da produção estava consciente do preço alto: o "sacrifício" era "para pagar a prestação da casa".

A seu ver, havia um modo de melhorar de vida. "Gostaria de fazer um curso", arriscou um palpite — rogou ou uma prece. "Mas a gente não vai pedir porque eles não vão atender". Gente assim hesitava por ser temente à hierarquia: "teria de pedir ao chefe para mudar de horário mas ele não gostaria". "Sou sindicalizado", admitiu. Tal confissão — um tanto ousada para quem receava incomodar — logo se abriu em ressalvas. "A companhia não gosta, mas a gente que tem família precisa", explicou-se, enumerando as razões: "nós temos tudo no Sindicato: dentista, médico, remédio pela metade". E voltou a repetir-se: "a

---

[533] "O discurso que revela a ação revela também o seu sujeito", escreveu Eder Sader em *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 57. Referindo-se a uma experiência operária não definida e não nomeada durante as greves de maio de 1978, Amnéris Maroni centrou sua atenção sobre o "discurso da ação". Para ela, tal discurso "não verbaliza propostas políticas, no entanto elas existem; não propõe alvos claros contra os quais se desenvolve o combate, porém eles não estão ausentes". *A Estratégia da Recusa*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 17 e ss.

companhia sabe que sou sindicalizado". "Escutei dizer que a companhia não gosta que a gente seja sindicalizado", insinuou (buscando defender-se). "Só vou ao Sindicato quando preciso de passe para ir ao médico. Fora disso não vou". Evidenciando a preocupação do instante, declarou-se: "gosto da empresa". Ansioso, pretendia "ficar lá sempre", esperando escapar do iminente facão.

Que gente é essa? Este nós anônimo aparece várias vezes: os pais de família, os associados, a gente que tem de "se virar" e os que não se arriscam a pedir pois "eles" não vão dar (ou porque vão querer ainda mais disciplina e dedicação?). É uma "gente" sem face política saliente, mas, ao mesmo tempo, é notável no povoamento do novo mundo das automobilísticas. Quando ouvida pelo outro sociólogo, Procópio Camargo, por intermédio da CRT, ela se viu em posição de barganha com outro grupo, a chefia, o que opôs o confronte entre miúdos e graúdos (ver capítulo 7). Como veremos, os termos das diferenças versaram em torno de aspectos do depoimento acima.

Uma segunda entrevista foi feita com um inspetor de qualidade. Ganhando quase o dobro do anterior, era casado, tinha um filho, havia cursado todo o ginásio, trabalhara desde 1949 como mecânico de motores, já estivera cinco anos em outra firma de autos, construíra ele próprio sua casa, lia desenhos industriais e submetera-se a uma prova de manuseio de instrumentos de precisão para ser admitido. Valorizado, já escapara de um facão. Foi a propósito dos boatos de mais cortes que generalizou: "desde que se trabalhe na indústria de automóveis, há o perigo de ser dispensado". Assim, ao alegar que "o mais importante é a conduta do trabalhador"— a *conduta* e não a qualificação —, aproveitou para deixar clara a importância de se trilhar os passos do "bom operário". "É preciso não chegar atrasado", "não faltar, não fingir de doente". Caso contrário, "eles dizem: 'este é malandro'". Precisava, ainda mais, submeter-se às necessidades da produção: "no caso de aumento de trabalho, é preciso aceitar. Há os que negam no momento em que a firma mais precisa e não querem trabalhar horas extras".

"Nós Trabalhamos no Duro"

Ao expandir suas fontes mediante consultas mais curtas, a enquete de Rodrigues captou a marca distintiva que permitiu aos não-qualificados analisarem sua relação com Willys a partir da perspectiva do trabalho. É sua fala quem fornece as evidências. "Nós" e

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

"eles" surgem apartados. Os interesses não são obscurecidos nem tampouco as diferenças de cargos e funções; a "generosidade" da empresa não é gratuita ou desinteressada, os benefícios não são dádivas, mas compensações de interesses distintos, e os operários explicaram o porquê de serem bem tratados:

> "tratando bem, os operários não sairão de lá para irem a outro estabelecimento concorrente".
> "Porque [eles] querem conseguir um bom rendimento no serviço".
>
> "Porque [eles] precisam do favor do operário, horas extras, etc. Os operários bem tratados não negam estes favores".
>
> "[Eles] tratam bem para que os operários trabalhem melhor, e o operário trabalhando melhor dá mais lucro para a companhia".[534]

Quando afirmam que a razão dos bons tratos está associada tanto à acumulação de capital quanto ao controle da rotatividade, assim como ao rendimento do processo produtivo, a consumação da força de trabalho é representada por meio de uma relação entre classes. Um operário satisfeito produz para a empresa como ela deseja, transformando força em peça. Enquanto *nós* representa "o operário", a designação *eles* se refere a uma estrutura organizada em que a "companhia" não está dissociada de seus chefes lotados no chão da fábrica, aí colocados para garantirem a produção.

Ponte de reciprocidade entre "a companhia" e "o operário", há um acordo em que (mais) trabalho é igual a (mais) ganho, mas a defesa da troca justa fundamenta o subseqüente zelo para com a exploração de suas energias. No lugar de uma representação em que a empresa dispõe de seu empregado como uma coisa, é seu poder quem oferece um contrato cuja aplicação mantém a desigualdade entre as partes. Mesmo envolta em debilidade e conformismo, a identidade de peão, associada ao sentimento de dignidade, expressava positividade. Os trabalhadores achavam que eles tinham todos os benefícios porque não fugiam da produção, porque os mereciam.

Além de traçarem limites imateriais — mérito e justiça —, se contavam tópicos mais palpáveis, salários e condições de trabalho. "Descanso no café, às 9h30 tem leite; às 14h30, leite, às 15 horas, café", era a rotina de um deles. "Enfim", concluiu, "somos bem tratados. Eles dão porque os empregados merecem, porque *nós trabalhamos no duro*" (g.m.). Segundo seus colegas, *eles*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

> "reconhecem o serviço e necessitam dos empregados assim como os empregados necessitam da empresa".
>
> "Porque os empregados merecem ser bem tratados. Para trabalhar melhor".
>
> "Eles se interessam pela produção e eles correspondem bem com um operário bom. A gente estando satisfeito corresponde bem com um bom patrão".[535]

Para a costura desse pacto, o contrato individual de trabalho, a organização do processo produtivo e as políticas de RH eram vitais. A sensação de fragilidade do trabalhador diante da multinacional, do "peão" diante do feitor, a fragmentação e a desindividualização nas linhas e a estratégia de absorver e resolver os atritos dentro da fábrica eram seus ingredientes. Empregar-se na indústria automobilística significava enfim compartir da sensação de estabilidade ou força. Era difícil olhar para bem cuidadas instalações de Willys e não sentir-se satisfeito com sua própria sorte. Embora a política de capitalismo de bem-estar estendesse, em alguma medida, a mesma impressão de segurança a toda a família (especialmente a dependente do salário do pai-provedor), os operários, ao serem admitidos no admirável mundo novo da fábrica automobilística, não seriam recebidos no paraíso.

O pai-provedor tinha ares de bam-bam-bam; era dono do ganha-pão, o "chefe da casa". Na linha, todavia, estava nas mãos do feitor. É esse o raciocínio de um gerente de RH. "Você consegue tudo do operário brasileiro", assegurou. "Basta tratá-lo como ser humano", ressalvou, "sem autoridade, sem gritaria, sem medo". "O operário brasileiro é versátil, ele ajuda você, ele faz o que você quer, mas trate-o como ser humano, trate-o como homem... porque, na casa dele, ele é o papai". Com efeito, sua sorte era a fortuna de muito mais pessoas. Familiares, vizinhos, amigos, colegas, todos podiam exultar num dia de contratação, aumento, promoção, ou transtornar-se num dia de dispensa.[536]

Em meio ao manejo de máquinas, ferramentas, peças, motores e veículos, não era difícil deduzir que o mundo não mudaria muito só por causa de uma admissão na

---

[534] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 51.

[535] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 52.

[536] Entrevista de Rubem Lisboa ao autor, São Paulo, 5/3/93.

automobilística. A precária formação instrucional e a etiqueta não ilustrada dos trabalhadores eram alvo de preconceito. Na usina, a pirâmide lhes reservava um lugar: concentrados na tarefa e prestativos ao chamado da companhia. Comeriam no refeitório, extenuariam suas forças, cochilariam entre os equipamentos ou à sombra das árvores, inalariam o cheiro característico do óleo cru, suor e sujeira os impregnariam, e se adaptariam a um mundo que não fora feito para eles, mas para a produção de carros. Se esta oferecesse risco às suas vidas, ou agredisse suas saúdes, não deveriam aguardar mudanças em seu favor, mas equacionar o problema subtraindo o dano e somando produção. Para rebater, um cigarro no sanitário; ou a birosca, que serviria aguardente àqueles que quisessem um trago.[537]

AUTO-RETRATOS

Sondados com a sedutora idéia de transferência para os escritórios administrativos, os willyanos mal conseguiram disfarçar o juízo de suas tarefas reais. Acharam ótima a hipótese e deixaram ver o porquê. Ganhariam novas oportunidades: "teria chance de me educar, de aprender a ler e a falar", enumerou um. Seria "um serviço (...) de mais interesse", apontou outro. Não seriam agredidos: "o trabalho é mais limpo", "o serviço é limpo", "o trabalho é limpo, a gente fica limpo". Não se desgastariam tanto: "a gente trabalha menos", "serviço (...) mais leve", "a gente tem mais descanso"; nem estariam sujeitos a penalidades: "se perdesse a hora, só perderia aquela hora e não todo o dia e todo o domingo", "o salário é fixo, não tem desconto". Enfim, os salários: "o ordenado é melhor".[538]

Ao lado dos sindicalizados, os operários de origem rural ou interiorana (setor de incidência dos desqualificados) em geral mostraram-se insatisfeitos com o pagamento. De novo, era de se esperar o oposto. No entanto, relacionavam seus vencimentos à energia despendida, à produção obtida e à lucratividade alcançada, associando seu trabalho ao

---

Para integrar a família do pai-provedor à empresa, o Departamento de Relações Públicas da Willys promovia visitas de familiares ao seu emprego. *Noticiário Willys*, nº 31, 1962.

[537] Entrevistas de Jayme Bento, 8/10/96; Anésio de Oliveira, 16/10/96; Philadelpho Braz, São Paulo, 16/10/96. Projeto História das Profissões em Extinção. Realização: Confederação Nacional dos Metalúrgicos e Museu da Pessoa. Entrevista de J. J. de Oliveira, 2/2/93, fonte já citada. Ver também: Sampaio, *A Capital*, op. cit.

[538] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 60 e ss.

usufruto de suas forças por parte da empresa. "Pagam bem porque têm uma boa produção e dá para pagar o operário", "fábrica de carro sempre dá lucro", "pela produção que há acho que eu deveria ganhar mais", declararam três deles.[539]

Os descontentamentos reapareceram quando discorreram sobre o significado de ser um operário fabril. Sujeito a uma das mais severas rotinas, o operário era um que havia de "trabalhar todos os dias" sem "nunca (...) descansar", saindo "cedo de casa", alguém "obrigado a fazer tudo, mandado por todo mundo". Havia de "tolerar muita coisa", aturar ou dissimular desconfortos. "Operário é uma das piores coisas que tem", lamentou o próprio, tem "vida muito difícil, passa muita necessidade". "Tem que sofrer", "indivíduo de classe muito baixa", "coitado, desprotegido", esboçaram outros. "Operário é um homem pobre que luta pela vida, para ganhar o pão, trabalhando em serviço pesado, em serviço sujo e serviço duro", retratou e definiu mais um.[540]

No xadrez, peão é a peça cuja quantidade lhe roubou o valor, razão de sua restrita mobilidade. No Brasil nacional-desenvolvimentista, era o recruta da campanha contra o subdesenvolvimento, o homem-número à linha de montagem, a tração auxiliar ao automatismo da máquina.[541]

O desamparo e a melancolia das respostas precedentes contrastam com a singeleza das visões sobre os empregadores. "O patrão passa bem melhor que o operário. O patrão come bem, come franguinho. O dinheiro sobra para o patrão". "O patrão pode dar boa educação para os filhos, pode ir a lugares que o operário não pode". "O pobre come arroz com feijão. O rico tem tudo".[542]

Em outro momento, ao posicionarem operário e patrão face a face, a subalternidade surgiu acentuadamente. Um dá a produção, o outro a tira: "o operário é quem sofre. O patrão é o que dá em cima". "O patrão é dono da companhia e dos operários. É a mesma

---

[539] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 66.

[540] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., pp. 164-5.

[541] "Peão, originariamente, significava indivíduo que anda a pé, e essa origem proveio de que peão era sinônimo de plebeu e na plebe se recrutavam os soldados da infantaria, aqueles que combatiam a pé". "Paradoxalmente, o termo (...) passou a batizar o trabalhador da Campanha, que utilizava o cavalo para seus misteres". "A condição de trabalhador (...) absorveu tanto o conteúdo da significação do vocábulo que Callage chega a assinalar o seu uso nas cidades para designar 'todo e qualquer empregado de ínfima categoria'". Sodré, Nelson W., "Peão". In: *Tipos e Aspectos do Brasil.* Rio de Janeiro, IBGE, 1975, p. 428. Para o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, peão pode significar "trabalhador rural".

[542] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 168.

diferença entre um rei e um súdito", compararam. Se um é subordinado, o outro "é uma pessoa de maior capacidade, é uma pessoa que sabe mais do que o operário. O patrão tem todo o conforto que o operário não tem". Claramente, essa era uma divisão bem riscada. "O patrão trabalha com a cabeça. O operário trabalha com as mãos", "o operário trabalha na produção e o patrão na direção", o "patrão tem que pensar, o operário não". Se houvesse instrução, sertão e mar também trocariam de leitos: "o patrão tem conhecimentos muito mais elevados do que os operários. Se não fosse assim, a função poderia mudar: o patrão passaria a ser operário e o operário passaria a ser patrão".[543]

Desponta o traço da organização capitalista do trabalho, seus objetivos de ordem (tempo, submissão e obediência), esforço ("tem que dar duro") e hierarquia. Por ser o autor intelectual da fábrica, sendo desta o proprietário, o patrão retinha o controle do empregado:

> "o patrão manda e o operário tem que obedecer senão ele pode ser despedido".
>
> "O patrão manda e não pede e o operário tem a obrigação de obedecer".
>
> "O patrão manda, o operário trabalha".
>
> "O patrão é o dono da firma, pode fazer o que quer, e o operário tem de obedecer e cumprir suas obrigações".[544]

Em suma, o operário foi descrito como uma classe fadada a dar um *duro danado* porque engajada num sistema hierárquico cujo fim era produção. Produção e produção. Uma explicação ressalta a condição subalterna, sugerindo sua naturalidade. A outra ressalta a desigualdade social. O patrão pode mais porque pôde mais. Ontem foi mais bem alimentado e instruído; hoje pensa e manda, e não faz. O patrão pode mais porque é o poder. Se foi visto como um rei, o trabalho do operário, tal qual durante o esforço de guerra, podia ser aproximado da escravatura. O patrão é o dono da companhia; é, em acréscimo, quase dono de seus empregados, a quem resta obedecer e cumprir suas obrigações para não serem despedidos.

Ao opor mundos diferentes, os trabalhadores registravam a marca de uma relação social de produção cuja obra-prima era um sistema industrial fabril elaborado pelo senhor da linha de montagem, Henry Ford. "A diferença", foi discernido, era "que o patrão tem o

---

[543] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., pp. 169, 167.

[544] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 167.

capital, é dono, tem a palavra". "O patrão tem o capital e o operário não tem nada", "o patrão é capitalista e o operário é que constrói o capital do patrão", reforçaram dois outros entrevistados. Enganado, um quarto declarou: "o operário trabalha sempre, o patrão só trabalha quando quer".[545]

Nas Distantes Origens do "Novo Sindicalismo"

É enganoso relatar os trabalhadores da indústria automobilística como uma massa disponível às manobras do palanque populista, das diretrizes do PCB ou da aliança entre o PSD de Cunha Bueno, as finanças da Deltec e do Comind, a influência política e empresarial dos Aranha e o *know-how* do grupo Kaiser.

Arregimentados pela rede multinacional do nacional-desenvolvimentismo, também se apresentavam espontaneamente. Para alistarem-se nas fábricas, vieram de todos os cantos pelos caminhos da imigração e da migração, servindo-se de suas próprias tramas de conhecimentos e sociabilidade, contraídas e tecidas desde o local de origem até o local de chegada. Depois, do trabalho não fugiriam, mesmo quando face a face com a volátil e esmagadora linha de montagem. Tal enfrentamento foi, aliás, uma experiência coletivamente compartilhada. Como salientado em dois momentos diversos, se fez notar nas "mãos nativas" retratadas no *Noticiário Willys* e na fala dos peões sobre o "duro danado".

Nada menos surpreendente. Conforme o capítulo 2, Monteiro Lobato voltou iluminado de suas visitações à Ford e à GM. "O brasileiro precisa de condições para prestar", ele apostava nisso com todas as letras. Se ganhasse um salário propagandeado como magnífico, na fábrica automobilística, os brasileiros iriam ter sua oportunidade e ninguém iria se recusar (ou escapar) de prestar, isto é, de prestar oito a nove horas de esforço. Para os dirigentes políticos e empresariais interessados em abrir oportunidades ao "brasileiro" a fim torná-lo frutuoso à causa da "emancipação econômica", as condições exigidas eram a mostrar-se servil e prestativo.

Aglomerados no parque automotriz, os trabalhadores se relacionaram com a companhia por meio tanto dos feitores e supervisores (muitos deles operários veteranos) quanto dos gerentes estrangeiros (egressos dos EUA ou da Europa) e construíram seus

---

[545] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 167.

pontos de vista nos espaços do refeitório, das rodinhas, do ambulatório, do banheiro, na fila do posto de abastecimento, dentro dos ônibus fornecidos pela empresa, nas rápidas pausas subtraídas à vigilância. Eram nomeados, e assim se nomeavam, como uma *gente que trabalha*, expressão constante no vocabulário de executivos, chefes e trabalhadores, algo vital à sua comunicação e entrosamento. Por vezes tão ampla quanto ambígua na hora de refletir uma militante e robusta classe trabalhadora, a identidade de trabalhador podia unificar a cultura operária.

Uma contradição entre as classes estava no compromisso com a defesa da dignidade do trabalho, mesmo o aviltado, mas seria precipitado afirmar um sentimento geral de cólera contra o tratamento dado ao aceite da exploração capitalista. Resta certo que os trabalhadores atentavam ao respeito de um trato do qual mal podiam esquivar-se, havendo evidências de uma consciência horizontal de insatisfação, injustiça e desigualdade. Queixas da política salarial interna, difíceis relações com as chefias, reservas às promoções dadas, críticas à classificação profissional, ao ritmo de trabalho, condições de trabalho inóspitas, irrecusáveis horas extras, redução do tempo de não-trabalho, rotatividade, demissões; tudo isso serviu para o reconhecimento mútuo. Ou para acionar a CRT.

Na Willys, antes de 1964, tanto a atuação empresarial como *matriz discursiva*[546] quanto a incipiente e cindida agremiação de base consistiram em pólos de norteamento. Em acréscimo, a relação entre consciência e experiência, marcada pelo labor parcelado, repetitivo e em série das linhas, drenava a autoconfiança coletiva. Apesar disso, a "nova classe operária" dispunha de condições para se pôr em movimento a partir de suas próprias forças, a partir da fábrica, numa relação direta com a burguesia, não sendo apenas objeto de processos vindos "do alto", "de fora".

A experiência operária na Willys, que era perpassada por fatalismo e resignação, foi representada com censuras à organização do trabalho, delineando requisições por direitos referidos ao usufruto da força de trabalho pelo capital. Além disso, embora o controle do

---

[546] Sobre este conceito, ver Sader, *Quando Novos*, op. cit., pp. 50, 141. Diz ele: "quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas". Afirma ainda que "os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais".

processo de trabalho não estivesse pautado na mesa de negociações, a malha das diferenças e demandas já o atingira.

Ao olhar afora das dependências fabris, uma pequena parte enxergou no SMSBD um canal de defesa dos seus problemas. A maioria, entretanto, aprendera tudo o que sabia nas instalações da "companhia", que a formara para a lida na indústria, uma oportunidade de andar pelas ruas de cabeça erguida, na verdade um débito a saldar no dia-a-dia. Só depois de admitidos que muitos descobriram que o desdobramento do apetite das firmas, sua fome de braços, era a voracidade de trabalho ou o descarte puro e simples. Manipulada com zelo, a "anestesia de direitos" — uma política de benefícios agregada à CLT — era a dose do capitalismo de bem-estar para mitigar os males.

O mundo fabril era prerrogativa patronal. Vinha controlado por feitores e por departamentos de segurança numerosos e equipados. Era assistido pelas polícias local, política e de choque. O imaginário da época, que não alardeava outra coisa a não ser progresso, conforto e o fim do suposto "arcaísmo" latino-americano, o consagrava. Encerrada na apresentação das chapas de identificação, a ação dos trabalhadores foi vital para cavar posições e tentar manter a serenidade diante do barulho, dos gritos, dos preconceitos, dos gases, do calor do tratamento térmico, das bruscas trocas de temperatura, dos riscos, da periculosidade das prensas e do ritmo de trabalho. Foi assim que o setor indigno logrou imprimir dignidade e consciência profissional à sua atividade.

Paradoxalmente, aparafusar rodas, de fato, não enobrece ninguém.[547] O trabalho não produz interesse e, em vez disso, embrutece, desgasta, agride. Por isso, encarregados e feitores eram pagos pela administração científica para *garantir que o serviço fosse realizado*. O brasileiro que não prestasse seria jogado fora. Logo, aqui e ali, a reciprocidade das relações era mitigada. De tempos em tempos, o facão vinha para separar as partes contratantes. Ou vinha, pelo menos, para erodir o mito do trabalho fixo — um dos motes mais contrastados com os aspectos sazonal e ocasional da lida agrícola —, deixando claro que o emprego para toda uma vida era algo com que poucos podiam contar.

Aparafusando, desocupados ou de braços cruzados, os braçais não pensavam apenas em emprego, mas também no seu trabalho e, assim, incluíam a linha, a firma e o sindicato

---

[547] Beynon, *Trabalhando para*, op. cit., p. 246.

na construção de sua identidade. Lancemos, em definitivo, um outro olhar sobre o sindicalismo dos trabalhadores fabris não-qualificados.[548]

Em geral, os estudos salientaram que a condição de desassistência e desqualificação fez do operário de origem rural um indivíduo sem forças. Subserviente, porque despossuído. Atento ao emprego, mas não à atividade operária. Sem consciência de ofício, não era um defensor da dignidade profissional nem disputaria o controle sobre o processo de trabalho. Explosões individuais (choques, revoltas, tarefas mal feitas), constantes pedidos de demissão e absenteísmo complementariam o quadro de desajuste.[549] Para sentir-se forte, teria de ser agrupado numa *massa*, e esta, ser conduzida por um *chefe* cujas *ordens* eram aplicadas por *agitadores*. *Baderneiros espúrios*, estampava a grande imprensa com letras garrafais. *Imaturidade* e *sindicalismo populista*, atestavam diplomatas, especialistas do Ministério do Trabalho e pesquisadores. O cerco aos piquetes, uma das principais armas das greves operárias dos anos 50 e 60, estava montado.

---

[548] As considerações de Bourdieu a propósito do dom oferecem subsídios para essa discussão. Ressaltando a ambigüidade como "caráter primordial", ele diz que a experiência do dom é vivida, pelo doador, como "rejeição do interesse, do cálculo egoísta, como exaltação da generosidade" sem nunca inteiramente excluir a "consciência da lógica da troca". O "embuste" do desinteresse, argumenta, é coletivamente encenado. Os doadores têm a certeza de "contar com a cumplicidade tanto dos destinatários diretos de seu ato" quanto dos que, "como terceiros", os observam.

De serventia, a "troca simbólica" permite uma "comunicação que converte as relações de força bruta (...) em relações duráveis de poder simbólico", a qual ainda "transfigura o capital econômico em capital simbólico, a dominação econômica em dependência pessoal". Por isso, Bourdieu assegura que "qualquer tentativa para transformá-las pela consciência e pela vontade se choca com as resistências ocultas dos afetos e com as injunções tenazes da culpabilidade".

Como a troca não é possível sem "conhecimento e reconhecimento" (sem que "os dominados compartilhem com os dominantes esquemas comuns de percepção e apreciação através dos quais são percebidos por eles e os percebem, através dos quais eles se percebem como se os percebe"), destaco a importância da ética do trabalho manual mediando patrões e empregados. Revestida de alguma ritualização, a contratação pela automobilística (o direito a ter direitos além dos direitos existentes) não implantava apenas reciprocidade, mas dívida, razão pela qual os trabalhadores desculpavam a companhia e criticavam apenas os feitores, um empecilho à ação sindical antipatronal. Ver: Bourdieu, Pierre, "Marginalia. Algumas Notas Adicionais sobre o Dom". In: *Mana*, vol. 2, nº 2, 1996, pp. 7-9, 14, 15.

Thompson e Sigaud advertem para os perigos da transformação ou consagração de resultados de pesquisa em teoria geral. Do primeiro, ver: "Folklore, Anthropology", op. cit., p. 256. Ver também: Sigaud, Lygia, "As Vicissitudes do 'Ensaio sobre o Dom'". In: *Mana*, vol. 5, nº 2, 1999, p. 89.

[549] "Seja onde ou quando for, toda vez que populações rurais vivem pela primeira vez a ignorada experiência da disciplina do sistema de produção moderna e as oportunidades inéditas do mundo urbano, há geralmente uma alta taxa de rotatividade entre os trabalhadores desqualificados" (que nas unidades da General Electric eram de 30% ao ano). Por isso, as firmas estadunidenses pagavam salários superiores ao mínimo fixado pelo governo. Essas diferenças culturais — parte delas referentes a "atitudes diante do trabalho e da fábrica moderna", aos "valores vinculados a compensações monetárias e não-monetárias e ao consumo material quando comparados a outros tipos de satisfação" — podiam ser grandes a ponto de serem incompatíveis com a empresa industrial. Daí a importância de gente local gerenciando mão-de-obra local. (Com métodos estadunidenses.) Geiger, *US Business*, op. cit., p. 83.

Anos depois, na *Tribuna Metalúrgica*, João Ferrador ganhou voz e interpelou as "excelentíssimas autoridades máximas". Se abriu um divisor de águas no discurso de defesa da dignidade, não era, absolutamente, a partida da estaca zero.[550] Catorze anos antes, na inauguração da unidade Ford Ipiranga, o presidente Kubitschek identificou em São Paulo a alavanca do progresso:

> "São Paulo dá ao Brasil este exemplo de trabalho. Nós aqui temos, realmente, um verdadeiro motor para desenvolver e acelerar o desenvolvimento do Brasil. São Paulo, portanto, merece o apreço e a admiração do povo brasileiro pelo que realiza em prol do desenvolvimento nacional".

A personagem do João Ferrador era o ícone de uma classe pedindo licença a São Paulo para assumir seu posto. Previsto no final dos anos 50 por Cunha Bueno, o país do futuro era o Brasil dos anos 70. Este, se era o presente imperfeito do regime militar, era também o "Brasil grande e potente" dos trabalhadores da "capital do automóvel", que recorreriam a outra intervenção de JK — "uma nação não se faz unicamente com o olhar voltado para o futuro mas também com a memória da tradição". Hoje, após várias reestruturações, um metalúrgico do ABC desempregado nos dá a chave para entendermos o significado desse processo. De volta para o Nordeste, estava fazendo um serviço "de mulher", o bordado. Perguntado se isso não o incomodava, respondeu negativamente, alegando que o trabalho "dignifica" o homem — não falou em enobrecer.[551]

---

[550] *Bilhetes do João Ferrador*. São Paulo, Editora Grafite, 1980.

[551] Os registros de JK estão em Gattás, op. cit., pp. 273, 245. *A Capital do Automóvel* é o título de um livro de depoimentos de Antônio Sampaio, já citado. "Homens Bordadeiros", *Jornal Nacional*, 12/2/2000. Centro de Documentação (Cedoc) da TV Globo.

6

O ABC REDESENHADO

SÃO BERNARDO SURGE COMO SÍTIO METAL-MECÂNICO

MAQUINAÇÕES GOLPISTAS

Com energia angariada no voto popular, um Vargas decidido a diferenciar-se do ditador do Estado Novo voltou ao poder nas eleições presidenciais de 1950. Oposicionista, a UDN tentou impedir sua posse em janeiro de 1951 e orquestrou uma campanha nos jornais acusando-o de pretender a volta ao autoritarismo. Subtraída da cumplicidade das FFAA, nada conseguiu. Como anotou Antônio M. de Almeida Jr., a novidade nessa resistência dos barões da imprensa, liderada pelos Mesquita do *Estado de S.Paulo*, era o carisma do jornalista Carlos Lacerda, chefe da *Tribuna da Imprensa*. Embora Lacerda tivesse defendido o recurso a uma "revolução" para impedir Getúlio de governar, Afonso Arinos de Melo Franco (UDN), após o malogro das manobras, afirmou que Vargas "fatalmente" daria um golpe. Sagaz, o presidente vislumbrara no jornalista Wainer uma alternativa para sua defesa, inspirando a criação de *Última Hora*.[552] Sem pendores para

---

[552] Almeida Jr., Antônio Mendes de, "Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas". In: Fausto, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 3, vol. 3. São Paulo, Difel, 1981, p.

candidaturas partidárias, Wainer revelou-se brilhante, uma cabeça que pensou e ajudou a moldar o Brasil dos anos 50 e 60.

Determinada a chegar ao poder — pela via eleitoral ou pela via mais curta —, a UDN necessitava dos militares para trilhar o atalho da sublevação. Ao mesmo tempo, como que a sublimar o seu desejo, quando João Goulart foi nomeado para o MTIC (sucedendo Segadas Vianna no bojo dos desdobramentos da Greve dos 300 Mil), a UDN denunciou-o como a encarnação de Juan Perón, o suficiente para execrá-lo como antidemocrata. Receava, isto sim, do MTIC, para ela uma máquina indispensável ao controle do operariado. Enquanto buscava tecer — e liderar — um bloco civil-militar disposto ao voto ou ao veto, esse partido via no trabalhador em greve o adversário a ser, antes de mais nada, sabotado e infiltrado.

Um dos experimentos mais delicados na engenharia política do segundo governo Vargas era a definição do lugar das classes subalternas. Oposicionista, o PCB destacou-se na preparação e efetivação da Greve dos 300 Mil, a qual abalou a burguesia paulista, a sustentação de Vargas e projetou o temor de um movimento operário forte o bastante para desafiar o atrelamento ao MTIC e insurgir-se contra a aliança empresarial-policial. Paralisando algumas fábricas por sobre o antagonismo do SMABC, os metalúrgicos do Triângulo não foram exceção. Em vista disso, além do contragosto patronal, os movimentos paredistas dos anos subsequentes enfrentariam veemente oposição, especialmente se buscassem reeditar o ensaio de mobilização e renovação sintetizado na experiência da Greve dos 300 Mil.

Foi isto o sucedido na greve geral de 2 de setembro de 1954, nocauteada na sua deflagração. Verdade, desde logo, as fraturas entre os trabalhadores tiveram o seu lugar igual. Numa traiçoeira amostra do seu valor, um operário da Indústria Sul-Americana de Máquinas (Isam) procurou os escritórios administrativos para *dar o serviço*, algo muito diferente de *dar a produção*. Ele se apresentou disposto a provar o envolvimento de dois colegas na paralisação da laminação, supostamente a ponta de lança *dentro* dessa usina laminadora (Santo André). Entre os que "aderiram mais rapidamente", contou o delator, estava Áureo Queiroz, o qual, demitido, foi encontrar serviço na Firestone e, posteriormente, na Willys do Brasil.[553]

---

248. Dulles, John, *Carlos Lacerda*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, pp. 135, 137.

[553] Relatório da Indústria Sul-Americana de Metais, 9/9/54. Fichas remissivas. Aesp, setor Deops,

Menos microscópicas, outras reações devem ser incluídas nas causas dos malogros das convocatórias de greves intersindicais (abafadas outra vez em 1956, aplicadas em 1957 e novamente frustradas em 1959). Num alentado relatório dos vitoriosos de 1954, visualizamos a parceria empresarial-policial outra vez. Com irritação, o documento registra:

> "era evidente a simpatia com que Remo Forli, Nelson Rusticci e Célgio Valvassores e outros comunistóides eram olhados nos círculos ligados a João Goulart. Entravam e saíam da DRT como se estivessem na própria casa".[554]

Mesmo com Vargas sepultado, sacou-se um característico bode expiatório: "os homens ligados a João Goulart esperavam criar condições para a continuação de Getúlio (...) no poder além do período constitucional". Íntimo dos mais empertigados gabinetes, o autor revela que transitou entre partidos, a polícia e os patrões para preparar um manifesto "de várias dezenas de sindicatos profissionais" em apoio ao novo governo, de Café Filho. Na seqüência, vangloriou-se: "a polícia política deu fundo golpe" ao fazer "com que a Cia. Telefônica 'avariasse' os telefones do QG" da greve, instalado no Sindicato dos Gráficos de São Paulo. "Lançando mão de todos os seus recursos materiais e humanos", o Deops dissolveu grande número de piquetes. Nos choques, um "mantenedor da ordem levou a pior", pois seu antagonista acertou sua "cabeça com uma barra de ferro". No encerramento do relatório, promete-se: "prosseguiremos na campanha contra os agitadores que se apossaram da direção dos sindicatos dos metalúrgicos, têxteis, gráficos e garçons", todos da capital.

O PUI

Além da profusão de comitês de greve e de fábrica, um saldo organizativo da Greve dos 300 Mil foi o PUI, o Pacto de Unidade Intersindical, organismo pluripartidário que retomou a aliança entre PCB e PTB, contemplando, ainda, ademaristas e janistas. Bem no término do alcance da vista do cônsul Butrick, a ascensão oposicionista em um sindicato de metalúrgicos nos subúrbios industriais do ABC também constituiu outro sinal da disseminação das agitações operárias. Mobilizando suas fontes na DRT, no DNT, no Deops,

---

43-Z-0, fls. 1434.

[554] "Greve Geral do Dia 2 de Setembro de 1954". Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 1451. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

na grande imprensa e no Sesi, o cônsul preparou um relatório para averiguar a presença comunista no PUI no início do governo JK. Denotando uma posição distinta da de seus aliados, Butrick concluiu ser um "erro perigoso" não reconhecer a força dessa intersindical. Ao citar artigo do sindicalista vidreiro José Chediak (publicado em *Notícias de Hoje*), ele reparou na "tarefa principal" — apontar delegados nas fábricas —, a brecha pela qual seus adversários abriam "um canal para a indicação de um pessoal novo como delegado", a ser logo incorporado ao "movimento organizado atuante".[555]

Ao seu lado na "batalha contra os comunas", os sindicalistas pró-EUA ainda estavam deploravelmente desorganizados e despreparados. Ademais, a nomeação do petebista Paulo Marzagão para a DRT reforçou o desassossego consular quando o novo mandatário empreendeu um "câmbio radical" no atávico anticomunismo da delegacia. Com o beneplácito de Kubitschek, esse distensionamento disseminou insatisfações, inclusive na diplomacia estrangeira. Políticos e empresários reclamavam em coro que JK era "tolerante demais".

Segundo o cônsul, um ponto a ser resolvido logo era a formação de uma "liderança competente e esclarecida", isto é, pró-EUA. Para tanto, o empenho do diretor do Sesi Eduardo Saad era notável. Responsável pela área sindical, ele dizia estar envolvido em um "esplêndido" projeto de formação de dirigentes sindicais. Afirmando-se um crítico do papel repressivo do Deops, dizia ser o "fundador" de oito sindicatos e uma federação estadual de trabalhadores... Nota desse mesmo acorde tutelar, Butrick relatou que "veteranos no governo tendem a desacreditar a capacidade do operariado de reger-se por si mesmo", argumentando faltar-lhe "maturidade".

O relatório repassou ainda a opinião de dois interlocutores dos EUA no mundo do trabalho brasileiro. O primeiro foi Irineu Strenger, articulista do *Diário da Noite* e diretor de Relações Públicas da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio de São Paulo — um fiel partidário do cerco antipiquete. Para este, as manifestações dos sindicatos eram um fiasco. Quando pareciam "responder por uma multidão", a maior parte das pessoas era de inconscientes curiosos. Outro "formador de opinião" contatado foi Adriano Campanhole,

---

[555] "The Communist Labor Unity Pact in the São Paulo Area". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4309, 832.062/1-357. As citações dos quatro próximos parágrafos foram retiradas desta fonte.

da *Folha da Tarde*. Com veemência, esse criticou a falta de preocupação dos empresários com a "ameaça comunista". "Eles pressupõem", afirmou,

> "que, no caso particular das suas usinas, não existem comunistas, que os comunistas, em todos os casos, são minoria nos sindicatos e que a base nem sabe o que é comunismo, que os problemas correntes, como a alta do custo de vida, a torna presa fácil de seus líderes".

Muitos deles, Campanhole prosseguiu, acreditavam que tudo não passava de agitação e se fiavam na crença da inofensiva "pequena base de apoio" dos sindicatos no meio do operariado. Na convicção do cônsul, o resultado do desdém ou da tutela era que "a única voz a pedir liberdade sindical, ao menos na imprensa, é a dos dirigentes sindicais comunistas". Encerrando, ao visualizar no custo de vida um tópico na atenção do PUI, assessorado pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (Dieese), o cônsul mostrou ter visão de futuro.

"Os empresários brasileiros são pouco atentos ao social", generalizou outro diplomata estadunidense (que com isso visou a explicar o "paternalismo" do Sesi). Exultante, afirmou que a história do que estava sendo feito devia ser contada, mostrando-se radiante ao ser procurado por Robert Alexander. A seu ver, um projeto "realmente magnífico e interessante" estava em curso: a luta do Sesi e do Senai contra o comunismo, com destaque para o "serviço de inteligência" do primeiro. Este mantinha um programa de acompanhamento do movimento operário, "registrando as atividades dos comunistas entre os trabalhadores". Mencionando seu contato com o presidente da Fiesp Antônio Devisate, Ortiz falou que o Sesi sabia quando os encontros aconteciam, "quem comparece e coisas do gênero". "O Sesi", continuou, "não busca influenciar diretamente, mas está ciente quanto às estórias que os comunistas contam para os trabalhadores", providenciando contra-informação com a ótica dos patrões.[556]

Chefiando o DNT, Crockatt de Sá não assinaria um relatório similar ao de Butrick. Em um parecer acerca do porquê de se vedar aos comunistas a posse em cargos sindicais, ele defendeu idéias valiosas aos defensores do trabalhismo.[557] Diante da expansão do

---

[556] Entrevista de Nestor Ortiz a Alexander, 11/4/56. Eduardo Saad também deu a Alexander uma detalhada explicação sobre o Sesi. Entrevista de Saad a Alexander, 13/4/56. Papéis de Robert Alexander, Rutgers University.

[557] "Legal Opinion (...) Concerning Denying Communists the Right to Lead Brazilian Trade

operariado industrial em cidades que passavam, com "rapidez tremenda", por uma inédita industrialização, afirmou que a *nova classe operária* era jovem e imatura e que não tinha "tradição trabalhista", carecendo da "permanente e vigilante assistência do poder público" para dar origem a um sindicalismo forte. No seu modo de ver, o PCB instrumentalizava o caráter dócil e ordeiro dos trabalhadores em prol de seus intentos de subversão, manipulando-os para atender seus interesses político-partidários.

Crockatt de Sá mobilizou idéias bastante usuais para, mais uma vez, o MTIC deter e debelar o avanço das esquerdas por sobre os sindicatos. Ele lançou mão da tese do despreparo e incompletude — atraso — do operariado brasileiro para fundamentar a iniciativa governamental. Em acréscimo, defendeu a crença na índole cordial e pacífica de uma personagem: o "trabalhador comum", geralmente um homem adulto, sem qualificação profissional e de origem rural, um humilde.

Essa representação do trabalhador brasileiro precisava ser enaltecida e protegida. No primeiro caso, o varguismo promoveu uma política de valorização da mão-de-obra de nacional, cujo aproveitamento para a industrialização automobilística plena constituiu uma grande incógnita até 1957, pelo menos. No segundo caso, aquele trabalhador comum precisava ser protegido tanto da luta de classes quanto da exploração patronal. A convicção de que um operariado fraco era presa fácil da exploração capitalista, e de que isso oferecia às esquerdas uma oportunidade para prepararem mobilizações reivindicativas de direitos havia levado Vargas, entre outros motivos, a outorgar a CLT.

Misto de pesquisador universitário e *olheiro* do imperialismo, o professor Alexander registrou essa fragilidade especialmente entre os sindicalistas preservados nas ondas repressivas, ou promovidos na frente anticomunista. Após pesquisa em Belém, Recife, Salvador, Guanabara, Belo Horizonte, Volta Redonda, São Paulo, Santos e Porto Alegre (entrevistou 395 pessoas), ele abriu seu relatório indicando uma ambigüidade no sindicalismo brasileiro: submetido à interferência estatal, insinuava sua autonomização. De um lado, anotou a sustentação artificial de dirigentes colaboracionistas com o Ministério do Trabalho, as intervenções, a fiscalização não só das eleições como das finanças sindicais bem como o poder da Justiça do Trabalho. De outro, viu uma "tendência crescente" rumo à negociação direta, seja para acordos de categoria seja para questões específicas dos locais

---

Unions". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.06/2-155.

de trabalho. Desgostoso, identificou nos comunistas a corrente de renovação do movimento operário desde o pós-guerra.[558]

Ligeiramente distinto, Theodore Geiger frisa a supervisão do Estado até 1954, quando os sindicatos passam a ter mais desenvoltura. Notando as diferenças entre os EUA e o Brasil, aqui, "virtualmente" todas as rusgas laborais não eram resolvidas por meio de contratação direta coletiva mas nas cortes, as quais assim absorviam diversos problemas que, nos EEUU, seriam enquadrados em procedimentos locais de resolução de queixas. Vale observar que Geiger estava falando dos grêmios de onde as esquerdas haviam sido expulsas ou mantidas à parte. Caso contrário, em alguma medida, reconheceria a praxe de negociação por empresa.[559]

Essa medida, aliás, era internacional. Com base em reportagens remetidas de missões diplomáticas, um relatório do Department of State registrou o amplo avanço dos comunistas no movimento operário latino-americano. Por um lado, desde o fim da Segunda Guerra, tal progresso era devido ao nacionalismo e à má distribuição da renda. Por outro, devia-se à ampliação da democracia, já que os partidos políticos eram "em geral receptivos à idéia de negociar com os sindicatos independentemente do estado em que se encontram". Brasil incluído, a lista era composta por México, Venezuela, Chile, Uruguai, Guatemala, Panamá, El Salvador, Paraguai e Nicarágua.[560]

Apesar da combinação entre o uso da lei, do poder e da força, o que a Ciosl, o

---

[558] "Report by Professor Robert Alexander", 13/5/56. Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4309, 832.062/5-2856.

A citada progressão rumo à negociação direta também foi detectada por Wolfe em sua pesquisa no National Archives II. Ver: *Working Women*, op. cit., p. 174.

[559] Geiger, *US Business*, op. cit., p. 25.

De um lado, por causa dos seus próprios pressupostos, marcados pela visão imperialista da Guerra Fria, de outro, por causa das suas fontes, analistas estadunidenses como Geiger em geral não detectam a organização operária fabril. Preferem reduzir o fenômeno a um sinal da baixa penetração da ideologia comunista no meio operário, confiando — talvez excessivamente — na política de capitalismo de bem-estar.

Com outras fontes, Cândido Vieitez faz notar que, no início dos anos 60, havia um comitê clandestino na GE. "A firma sabia apenas que participávamos da vida do sindicato", acredita um de seus ex-integrantes. "Abertamente, fazíamos trabalho de sindicalização, passávamos listas etc." Os grupos de delegados de empresa "constituíam um comitê, um presidente, vice etc., uma 'executiva'". *Reforma Nacional-Democrática e Contra-Reforma: A Política do PCB no Coração do ABC Paulista, 1955-1964*. Santo André, Fundo de Cultura de Santo André, 1999, p. 140.

[560] Relatório, 25/2/59. Department of State. Declassified Documents Reference System, 1984/1094. Library of Congress (LC).

CGEUA e os analistas estadunidenses receavam ser uma tendência, era, localmente, imprevisível e arriscado. Para começar, é verdade que o ABC não constituía exceção alguma, registrando um crescimento tanto sindical quanto industrial assim como a rivalidade entre direita e esquerda. No entanto, ao hospedar vultosos representantes dos investimentos automobilísticos estadunidenses e alemães, seu redesenho o tornaria um laboratório essencial para as indagações e preocupações acima delineadas, especialmente São Bernardo, que viria a se tornar a capital do automóvel. Nesta cidadela, a figura do migrante-operário, adulto e sem qualificação profissional industrial cresceria e apareceria.

Novos Sindicatos para o Triângulo

"O dr. Lázaro Maria da Silva e Álvaro Raimundo, mestre da fábrica Rayon [Matarazzo], convocaram há dias os operários daquela indústria para uma audiência na Junta de Conciliação", notifica um documento policial. Nessa palestra, realizada em 16 de maio de 1951, e assistida por cerca de 50 trabalhadores, o causídico aconselhou os comparecentes a fundarem uma Associação Profissional, "para assim terem um órgão de classe capaz de tratar dos assuntos atinentes às suas reivindicações". À noite, em um salão do Sesi de São Caetano, dr. Lázaro voltou a dar o mesmo conselho num encontro, com cerca de 100 operários, cuja finalidade era "incrementar a formação da Associação Profissional em todos os setores e lutar para que (...) seja reconhecida pelas autoridades trabalhistas". Aproveitando o ensejo, circularam entre os presentes alguns boletins da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Cerâmica de São Caetano.[561]

O dirigente destacado para assistir o ABC na preparação da greve de outubro de 1957 era um dos mais envolvidos nessas iniciativas de criar novos sindicatos. A convite da

---

[561] Comunicado, 21/5/51. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 293. (A polícia considerava que Raimundo era um quadro partidário destacado do Rio de Janeiro para organizar os operários no ABC.)

Montar uma Associação Profissional era o primeiro pré-requisito para organizar um sindicato e tê-lo reconhecido pelo MTIC. A Associação Profissional dos Trabalhadores da Construção Civil de São Caetano foi fundada em 1953 e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cerâmica, Pó de Pedra, Louça e Porcelana de Mauá, em 1957. Ver: Medici, Ademir; Pinheiro, Sueli, *Primeiro de Maio e os Principais Momentos da Luta Sindical em São Bernardo: 1902-1990*. São Bernardo, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1990, pp. 44, 45. Ver também: Medici, *Migração e*, op. cit., p. 111.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cerâmica de São Paulo, cuja base territorial abrangia o ABC, "era controlado por um dos mais antigos e proeminentes líderes operários direitistas do PTB, Artur Albino da Rocha". Sob sua direção, o grêmio "não oferecia nem serviços nem apoio" aos trabalhadores

FSM, Armando Mazzo, junto com outros pecebistas, foi à Hungria em 1956 realizar um curso de duração de oito meses. De volta ao Brasil, os cursistas de Budapeste passaram a atuar na capital paulista. Contando "com a experiência de [Antônio] Chamorro, com a impetuosidade de [Eugênio] Chemp, com a ginga carioca de Zé Brasil [José Brasil de Castro Alves], com a alma de Zequini e com a dedicação de Camargo e dezenas de militantes", esses estavam conseguindo influir nas eleições sindicatos. Sua "orientação principal" era "compor chapas unitárias". Como visto no capítulo 3, esse grupo respondeu pela edição da *Gazeta Sindical* e consistia na fração sindical do PCB no estado de São Paulo.[562]

No ABC, os comunistas fariam parte do Conselho Sindical da Borda do Campo. Resultado disso, em 1959, só dois sindicatos importantes do Triângulo não haviam tido suas bases redesenhadas. Os sindicatos dos químicos e dos condutores ainda abrangiam todo a região; porém, Santo André, São Bernardo e São Caetano já tinham, cada uma, seus próprios sindicatos de têxteis e marceneiros.

Não foi diferente com os metalúrgicos. A transformação da Associação Profissional dos Metalúrgicos de São Caetano (APMSC) em sindicato está registra em *Notícias de Hoje*. Fundada em 10 de julho de 1954, a associação foi renovada em dezembro de 1956, transformada em sindicato na assembléia geral de 8 de dezembro de 1957, dando-se o reconhecimento do ministro Parsifal Barroso em 25 de março de 1958. Na seqüência, tiveram lugar as primeiras eleições, contando-se o comparecimento de 105 votantes. Ao mesmo tempo em que era diretor do SMABC, Antônio Cândido Lindolfo, da Mineração Geral do Brasil (MGB), foi o presidente das gestões anteriores da associação. Na diretoria eleita constavam ainda Ângelo Segatti (Aços Villares), João B. Vieira (Aços Villares), João Benedito da Silva, o "Ditinho", Pedro Pinto, João Fuchs (MGB) e Sebastião Lindolfo (GM). Apenas um sindicalista não pertencia a uma dessas três firmas, sendo empregado da Metalúrgica São Francisco. Em 1959, o SMSC já afirmava ter 1,4 mil associados, número mais de dez vezes maior que os 105 eleitores iniciais.[563]

Os primeiros passos do desmembramento foram assim traçados por J. B. da Silva:

---

de São Caetano mas não deixava de recolher o imposto sindical. Ver: French, *O ABC*, op. cit., p. 172.

[562] Mazzo, *Memórias de*, op. cit., pp. 128, 129.

[563] Balcão, Nilde, *História dos Metalúrgicos de São Caetano*. São Paulo, Cedi, 1987, p. 22. *Notícias de Hoje*, 29/4/58, 8/6/58, 22/3/59. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 621, 628, 648.

> "a subsede do Sindicato dos Metalúrgicos era na Rua Santa Catarina. O Antônio Cândido Lindolfo era o vice-tesoureiro do Sindicato de Santo André [SMABC]. Ele foi indicado para tomar conta da subsede aqui [São Caetano]. Ele viajou várias vezes para o Rio, para fazer o desmembramento dos sindicatos e nós participamos de várias reuniões com ele".
>
> "Depois de dois anos conseguimos comprar a sede lá embaixo e nos mudamos para lá. Aí formamos a diretoria. O presidente era o (...) Lindolfo. Na segunda gestão, o Cândido [Lindolfo] foi o vice-presidente, o Ângelo Segatti, presidente, eu como tesoureiro".
>
> "Aí compramos o terreno em 1960, em 1961 construímos a sede. Fizemos um acordo salarial e todos os empregados, espontaneamente, descontaram na folha de pagamento um dia de serviço. Aí conseguimos".[564]

Prévios a tal acordo, dois comunicados policiais atestam que os metalúrgicos de Santo André contribuíram para a estruturação da nova agremiação. Enquanto o primeiro registra a decisão de doar os bens da subsede do SMABC, o segundo faz notar a transferência da cobrança do imposto sindical de uma entidade para outra. Mesmo assim, J. B. da Silva recordou-se de que "havia pessoas que não queriam desmembrar de maneira nenhuma".[565]

Ao recapitular a experiência do SMSC até 1964, J. B. da Silva fez uma afirmação reveladora da concepção e prática sindicais hegemônicas na categoria. "As greves eram quase todas por indústria, não se fazia uma greve geral", generalizou — um tanto impropriamente, aliás. Em São Caetano, tal qual em Santo André,

> "fazia-se uma assembléia com os trabalhadores da fábrica, formava-se uma comissão, tirava-se um ofício, mandava-se para a indústria, trazia-se para a assembléia, até entrar num acordo. Ou então partia-se para a greve".

O tempo tomado pelo processo de desdobramento, os cargos de direção ocupados por A. C. Lindolfo no SMABC e na APMSC, o fato de ter sido uma decisão tomada dentro do SMABC, a doação dos bens, a transferência dos recursos do imposto e a própria

---

[564] Balcão, *História dos*, op. cit., p. 22.

[565] Comunicado, 18/4/58. Comunicado, 7/4/59. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2262, 2247. Balcão, *História dos*, op. cit., pp. 22, 27. As citações dos dois parágrafos seguintes foram retiradas desta fonte.

orientação partidária superaram as resistências. (Se é que existiram, pois os sindicalistas que conduziram o processo de emancipação não só ocupavam cargos de diretoria no SMABC como eram responsáveis pela subsede de São Caetano.) As datas denotam ainda uma concatenação entre o calendário de ambas as entidades. A associação foi iniciada no ano das eleições em que a oposição ganhou mas não levou, 1954. Dois anos depois, foi renovada no ano em que a oposição chegou ao poder. Transformada em sindicato no meio do mandato da nova gestão, foi reconhecida em 1958, quando novas eleições ampliaram as posições conquistadas pela aliança de centro-esquerda (o presidente Lopes foi para a oposição e perdeu).

Para Braz, quando tocou a vez de São Bernardo e Diadema, o processo foi "natural, não houve pressão". "O pessoal do partido tinha interesse". "Não houve traumas", assegurou, alegando que "ninguém podia segurar mais mesmo. São Caetano, que era muito menor, já tinha sido desmembrado, por quê não se desmembraria São Bernardo?". Seguramente, uma resposta tranqüilizadora como essa só pôde ser dada nos anos 80. Nos 50, há indícios de uma outra posição, contrária a essa segunda autonomização (a qual subtrairia os trabalhadores da indústria automobilística da base do SMABC).

Outra fala marcada por um olhar retrospectivo foi a de Orisson Saraiva de Castro, destacado militante comunista. Em entrevista, depois de se apresentar, agradeceu aos dirigentes do SMSBD dos anos 80 o fato de darem a ele a "oportunidade de rever o problema da história do Sindicato" — "um dos mais combativos". Castro carregou nas tintas; a conclusão de *Imagens da Luta* (para cuja redação utilizou-se essa entrevista) seguiu-lhe tom: "o sindicato nasce combativo".[566]

---

[566] Oliva, *Imagens da*, op. cit., p. 99. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

Orisson Saraiva de Castro nasceu no Canindé (Ce), em 1925. Levantada em folha corrida, sua primeira ocorrência policial data de 2 de novembro de 1947, ainda em São Paulo. Ele se salientou nas confrontações com policiais, notabilizando-se pelos "graves desacatos" — geradores de "grande atrito e confusão" — à Guarda Noturna, que se chocou com ele e seus camaradas por estarem pichando um muro em favor de candidatos do PCB.

Morador da Mooca, bairro da capital paulista, foi notado por suas atividades de agitação e propaganda. Em 1952, trabalhava como motorista. Nesse ano, o Deops o considerava um "elemento de grande vivacidade" e "bastante relacionado" com a vizinhança. Com inveja e preconceito, um policial redigiu maldosamente: "traja-se bem e vive em relativo conforto, sem possuir meios". (Não era, diga-se, um corrupto. Se o fosse, um inimigo declarado, Clemiltre Guedes da Silva, interventor do Ministério do Trabalho no SMSBD em 1964, o teria entregue numa bandeja para seus superiores. Ver, a propósito, Aesp, setor Deops, prontuário 140430.)

No ABC aprendeu a profissão de eletricista, sendo contratado pela Mercedes. Foi despedido, mas logrou empregar-se na Termomecânica (uma empresa de um italiano, Salvatore Arena, famoso por sua ética

De fato, não faltava radicalismo político à primeira diretoria da Associação Profissional dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (APMSBD) nem à primeira gestão do SMSBD, quase idêntica à da associação. Todavia, o elenco de paralisações na Willys, Mercedes Mercantil Suíssa, Brastemp e Doehler não deve levar o leitor a ver no sindicato do pré-64 o grêmio das greves dos anos 80. O primeiro possuía menor poder de fogo. Na mesma entrevista, quando Castro ponderou que "o número de sindicalizados sempre foi pequeno porque as empresas mandavam embora os trabalhadores sindicalizados". Ao aproximar a condição do trabalhador associado a um estado permanente de "temor" (temor ao facão), ele entreabriu a porta para o reconhecimento das diferenças entre o sindicalismo metalúrgico são-bernardense antes e depois de 1978.

A Polêmica do Desmembramento de São Bernardo

Em 12 de maio de 1959, quando um grupo de trabalhadores ativistas empregados na MBB constituiu uma associação profissional para os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, sua decisão foi aceita com resistências. Estas até foram vencidas, mas não as dificuldades. Enquanto destinava suas energias à transformação da associação em sindicato (datada em 28 de agosto de 1960) e esperava pelo reconhecimento do Ministério do Trabalho — ocorrido sete meses depois (12 de abril de 1961) —, o contingente de trabalhadores na base crescia aos saltos de milhares. Ao passo que a militância cresceu de modo vegetativo, o número de operários avolumou-se em escala fordista. "Quando começamos", comparou Lino Ezelino Carniel — primeiro e único presidente da associação profissional —, "andávamos a passo de tartaruga". "Hoje a marcha é de gigantes".[567]

Com certo atraso, um informe levou ao conhecimento do Deops a "determinação do PCB" de formar a APMSBD "a qual, inicialmente, congregará, tão somente, empregados da

---

de trabalho absolutamente avessa a sindicatos). Bom orador, firme e destemido, não integrou a diretoria da Associação Profissional mas foi o secretário-geral das duas primeiras gestões do SMSBD (1961-1963 e 1963-1964), sendo encarregado de redigir as atas das assembléias sindicais, o que fazia com caneta tinteiro, caligrafia segura e bom português. Em fevereiro de 1963 era o presidente do PUI-ABC, sendo ainda eleito secretário da Seção Sindical do Comitê Estadual do PCB-SP. Perseguido pela polícia em 1964, teve de sair do Brasil. Voltou e manteve-se clandestino e atuante até 1972, quando foi para o Chile. Em 1973, com o golpe de Pinochet, foi para o Panamá. Transferiu-se para Moçambique em 1977, onde residiu até 1985. Ver: Folha corrida. Aesp, setor Deops, 50-Z-9, fls. 9993. Comunicado, 14/2/63. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 275. Entrevista de Orisson Castro ao PMO-Cedi, São Bernardo, 1985.

[567] *Ligação*, nº 1, 1989. Centro de Documentação e Memória Laudelino Bueno da Silva (CDMLBS), Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC).

Mercedes-Benz". Para a polícia, Anacleto Potomatti, Alcides Borsoi e Lino Carniel seriam "fundadores do Comitê de Empresa" e estariam fomentando uma campanha de sindicalização, visando à oficialização da APMSBD. Afora disso, o PCB teria todo o interesse nessa iniciativa, "pois a associação em tela deverá transformar-se num grande sindicato que, desde a sua fundação, ficará nas mãos dos comunistas".[568]

Agora com uma certa precipitação, o policial apenas soava o alarme. Primeiro, a diretriz pecebista não tinha o poder sugerido. Não quer dizer que não funcionasse. Havia, por um lado, a instrução tanto de costurar alianças nas eleições quanto de criar novas organizações. O desdobramento de São Bernardo, por outro lado, se coadunava com o item da política sindical do PCB acerca da formação de novos grêmios na base da federação estadual dos metalúrgicos, garantindo mais um voto à frente de centro-esquerda nos pleitos futuros.[569] Em segundo lugar, o máximo que os comunistas conseguiram estabelecer na Mercedes foi uma base, em nada comparável às células da GM ou aos comitês do pós-guerra na Ford. Nem tampouco conseguiram promover uma campanha de sindicalização fabril para dar vida a uma grande organização, a qual nasceu fraca — e fraca ficou, até, pelo menos, meados dos anos 70. Óbvio, a idéia de um contrapoder sindical local era boa, mas não se verificou logo. A "República de São Bernardo" demorou para concretizar-se.

Constituída em 1942, a FMSP teve em Miguel Duran o seu primeiro presidente, cargo acumulado com a presidência do maior grêmio de metalúrgicos do Brasil, o SMSP. Em setembro de 1955, Duran ainda respondia pela federação quando se encontrou com Irving Salert, adido trabalhista da Embaixada dos EUA no Brasil. Na conversa, ele preveniu Salert contra a eleição de comunistas para grêmios metalúrgicos no estado e para sua liderança nas campanhas anticarestia. Quando perguntado o que os sindicalistas não-comunistas, ou melhor, pró-EUA (anticomunistas, afinal de contas), deveriam fazer para reverter essa tendência, Duran desculpou-se alegando que, dentro da lei, só era possível apresentar queixas e instaurar dissídios na Justiça do Trabalho. (Empresários ou

---

[568] Comunicado, 18/8/59. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 243.

[569] O PCB não teve êxito com esse plano. Como o sistema eleitoral da FMSP assegurava um voto para cada sindicato (ignorando, portanto, o critério do número de sindicalizados em cada entidade), a direita se manteria no poder com os votos dos sindicatos do interior (em cujas bases territoriais não estavam as mais importantes empresas do setor, nem o maior número de sindicalizados). É provável que a direita também tenha desmembrado sindicatos, pois o número de grêmios eleitores aumentou nos dois lados entre as eleições de 1959 e 1963.

funcionários públicos, os estadunidenses não gostavam de respostas tão pouco adeptas do credo liberal.) A chegada de sindicalistas de esquerda às direções das entidades, Salert também foi informado, era devida, além do mais, aos ganhos de causa nos recursos impetrados contra as restrições impostas pelo MTIC.[570]

Por causa de conversas assim, a representação diplomática estadunidense não nutria a expectativa de uma derrota dos comunistas nas eleições da FMSP em 5 de dezembro de 1959. No entanto, as urnas favoreceram a chapa encabeçada por Domingos Alvares, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos. Outro candidato vencedor foi Argeu Egídio dos Santos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto. Com apoio do interior, receberam 11 votos. A oposição (apoiada pelo SMSP, SMABC e o SMSC) obteve oito votos. Se a APMSBD já fosse um sindicato, ganharia mais um, mas sairia derrotada mesmo assim.[571]

Apesar da importância da FMSP e do interesse do PCB, não bastava para a base da Mercedes sacar sua "determinação" para, de uma hora para outra, conseguir convencer a diretoria do SMABC — de que não tomava parte — a aceitar o desmembramento de São Bernardo. Dos dois encarregados da subsede, Braz e Felipe Cordeiro, o primeiro não aparece prestando auxílios à sua iniciativa. Contrastando com os militantes de São Caetano, a base da MBB não usava a subsede para reunir-se, mas sim residências ou a sede do Sindicato dos Marceneiros (cujas portas teriam sido abertas por Acrísio Delaruvera). Sem negar suas qualidades — entre estas a disposição, o arrojo, a energia —, não havia um Fuchs e um A. C. Lindolfo, militantes com prática sindical radicada na área desde meados dos anos 40. Apenas Cordeiro e Potomatti traziam experiência administrativa, granjeada entre os têxteis. De sua parte, o presidente Carniel começara sua participação três anos antes, quando ainda trabalhava em Santo André. Em si mesmas, a Mercedes não estava para APMSBD como a GM esteve para a APMSC e a Pirelli para o SMABC. Embora fosse uma empresa grande, multinacional, moderna e privada, e ainda fosse infiltrada por

---

[570] "Visit to (...) São Paulo". Nara II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.06/9-1955.

[571] Nara II, General Records of the Department of State, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4310, 832.062/12-759.

trabalhadores ativistas, a Mercedes não era um reduto sindical. Por fim, enquanto a APMSC se espraiou pela GM, MGB e Aços Villares, a APMSBD concentrou-se na MBB.[572]

Como veremos, o grupo da Mercedes não parece ter feito da vontade do partido o seu porta-estandarte. Suas iniciativas partiram de decisões próprias e unilaterais, o que não consistia em impedimento ao apoio da direção, particularmente quando veio por intermédio de Rolando Fratti, secretário do Comitê de Zona da Borda do Campo do PCB (CZBC). Ao mostrar-se "vivamente interessado no desmembramento do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC", Fratti sabia que fortalecia Carniel, Potomatti e seus camaradas em meio às "sérias divergências" instaladas entre os dirigentes do SMABC a respeito do tema. A discussão os afetou a ponto de possibilitar um policial redigir que Potomatti se bateu pela fundação da associação, "contrariando (...) o PCB de Santo André".[573]

Justificando sua posição, Fratti

> "afirmou ser este desdobramento uma necessidade para que possa o PCB contar com maior número de entidades sindicais a fim de também poder contar com maior número de representantes (...) nas diretorias de sindicatos, federações e confederações".

Certamente, foi uma adesão chegada em boa hora, e com benefícios para os dois lados. O que o policial pressentia ser uma atenção a "benefícios pessoais", para Fratti, era uma tentativa de ampliar sua influência de dirigente partidário sobre os sindicalistas, uma alternativa às resistências comumente encontradas diante de Braz e Andreotti. Tal como visto no item sobre os dois PCs, com motivações diferentes, Braz (um "independente") e Andreotti (líder notório) freqüentemente resguardavam suas posições com menções a intromissões alheias. Ambos sabiam que o SMABC, em si mesmo, era importante demais para ficar seguindo à risca toda instrução partidária. Adicionalmente, por princípio, apostavam que era preciso organizarem-se nas fábricas para arrancar conquistas aos patrões. Contrariando compromissos de uma aliança político-partidária interclassista, o movimento operário podia manter-se independente e representativo. Não era possível fazer frente à exploração e ao empobrecimento sem entrar em luta com as classes dominantes.

---

[572] Ata de Assembléia Geral (AAG), 12/5/59. *Ligação*, nº 1, 1989. CDMLBS, SMABC.

[573] Lista de nomes. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1311. Informação reservada, 1º/9/59. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2688. As citações dos dois próximos parágrafos foram retiradas desta fonte.

Porém, para a base da Mercedes, na qual predominava a inexperiência de gestão de um sindicato operário, Fratti era uma mão estendida. Quadro da mesma geração de Andreotti, Cataruzzi e Mazzo — líderes formados no seio de uma cultura operária em contato com valores anticapitalistas —,[574] reconheceu nos ativistas de São Bernardo não uma ameaça de divisão política, mas um grupo jovial, desejoso de dar tratos às suas idéias e às suas vidas. Nessa história, claro, a máquina sindical de Santo André saía perdendo. Portanto, sua defesa evocou a linha partidária e expressou o apoio de um veterano a uma iniciativa de camaradas desgarrados.

Desse jeito, o secretário do comitê pecebista local salvou-se de ser incluído nos alvos da reclamação de Castro, feita anos mais tarde. Ao contrário dos outros dirigentes e da "tremenda má-vontade" ante São Bernardo tornar-se "independente", Fratti até poderia achar que "São Bernardo não tinha condições de se dirigir por si própria", mas não iria afirmar "que era preciso mais tempo, que a gente tinha de amadurecer, aquela coisa toda".[575]

Para entendermos melhor a resistência do SMABC defronte a este segundo redesenho de sua base territorial, voltemos um pouco no tempo e centremos nosso foco novamente sobre Santo André. Nas eleições sindicais de 1956, a única firma que estava em vias de implantar um programa de fabrico de veículos no ABC era a Mercedes-Benz. Disposta a fortuna pessoal de Jurzykowski — um oportuno e ousado parceiro local —, os alemães demoveram-se de suas reticências com o mercado interno, o fornecimento do aço e das autopeças e a qualidade do parque industrial brasileiros. Não eram eles quem arriscava o capital líquido. Willys e Brasmotor, por sua vez, ainda estudavam os decretos-lei de JK sobre a industrialização automobilística. Resultado: quase numericamente inexpressivos, os trabalhadores da indústria automobilística de São Bernardo estavam longe demais do epicentro da luta sindical. Na sua frente, vinha todo e qualquer esforço de recomposição das bases na GM, nesse momento com a faca, o queijo e *O Facão* nas mãos.

---

[574] "Ao lermos os escritos a respeito das lutas de classes no Brasil, e também pelo que ouvimos contar pelos antigos lutadores como Caetano Zanela, em Mauá, em minha casa pela minha mãe e por meu tio Augusto e outros companheiros, ficamos sabendo que as lutas da classe operária se desenrolaram em tempos anteriores aos que descrevo". Mazzo, *Memórias de*, op. cit., p. 47. Ver também: depoimento de Andreotti em Valim, *50 Anos*, op. cit., pp. 28, 34. Medici; Pinheiro e *Primeiro de*, op. cit., p. 27.

[575] Entrevistas de Rolando Fratti (s.d.) e de Orisson Castro, 1985, ao PMO-Cedi.
Cataruzzi foi sindicalista entre os marceneiros nos anos 30 e entre os metalúrgicos de 1956 em

Para reverter a sub-representação dos trabalhadores da indústria automobilística, a diretoria do SMABC fez o que sabia, buscando implantar-se nas novas usinas com a transferência de ativistas de base. Três meses e meio antes da Greve dos 400 Mil (iniciada em 15 de outubro), com o pano de fundo do lançamento da indústria automobilística acelerada, o dirigente Mazzo se voltou para o militante João Sanches, ex-operário da GM, e garantiu-lhe: "vamos arranjar um emprego para você". Não era, note-se, um socorro, pois não havia ninguém pedindo colocação; era, isto sim, um desígnio da direção. Identificado como "renovador", Sanches deveria religar-se à produção pois caíra em desgraça nos embates da luta interna pecebista entre a ala "baratista" (seguidora de Agildo Barata) e a ala do "Partido", isto é, os prestistas.[576]

Nesse ritual bolchevique de crítica e autocrítica, expuseram-se as condições de permanência a militantes como Sanches nas fileiras do PC. Anteriormente, como o próprio Mazzo destacou, ele era um "homem em quem o nosso Partido depositava confiança", tendo sido escolhido para receber um curso de formação na URSS. Na continuação, foi selecionado para desligar-se da produção com vencimentos superiores ao recebido na sua empresa de origem. Agora, voltar a trabalhar era o preço a pagar se quisesse entrar em acordo com a corrente adversária. Retornaria, no final de tudo, para o parque fabril de Taboão de Willys do Brasil.[577]

Antes de entrar na Willys, Sanches tentou a Mercedes, nada conseguindo. Esta, "vindo a ter conhecimento da [sua] atividade política" — com certeza, por meio de informantes —, "o despediu" imediatamente. Sanches cai em "ostracismo", não larga os baratistas em definitivo, procura emprego na Pirelli, mas continua amargando a rua. Em sua defesa, a maioria podia alegar que não era nada pessoal. Numa reunião de cúpula realizada depois da Greve dos 400 Mil, em 6 de novembro de 1957, dirigentes do PCB-ABC foram ao encontro de um membro do Comitê Central. Salvo um, eleito para "controlar o trabalho do

---

diante. Pertencia ao PCB.

[576] Informação confidencial, 3/7/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 1939. Harding, *The Political*, op. cit., pp. 330-336.

[577] Informação confidencial, 3/7/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 1939.

Filho de Antônio Sanches e Carmem Aguillar, Sanches nasceu em 9 de agosto de 1922 em Guaxupé (MG). Participou da Greve dos 300 Mil de 1953. Em 1954, chegado da viagem à URSS, passou a atuar no SMABC, mas acabou saindo porque não estava ligado a nenhuma firma. Foi militar entre os

Partido", "todos os elementos desligados da produção deverão voltar a trabalhar". Essa foi a diretriz traçada. Era hora, segundo um dos presentes, dos "'camaradas ligarem-se às massas, organizando e preparando os trabalhadores em seus locais de trabalho'". Benedito Lúcio dos Santos, da Refinaria União, usou a palavra para apoiar a nova coordenada, argumentando que o abandono da produção seduzia os ativistas com as perspectivas do "carreirismo". Antevendo sua sorte, Marcílio Martins Araújo disse: "sendo para eles ligarem-se à produção fazia-se necessário sair de Santo André e ir para outro lugar" (visto serem "conhecidos até pelos insetos").[578]

Desconhecidos em São Bernardo, mas não ignorados pela polícia, constituindo-se aí o nó do problema. O operariado na federação paulista era digno de nota. O ascenso das greves e das campanhas anticarestia no segundo ano do mandato de JK, 1957, foi um sinal muito claro para os donos do poder. Não só o PCB recompusera seu poder eleitoral, ajudando a eleger candidatos centristas ou populistas, como também os sindicatos mostraram-se independentes dos políticos. Desde 1956, com a volta da militância segregada a partir de 1947, o Deops acompanharia seus passos permanentemente. Porém, isso não significa que as redes de contatos interpessoais do PCB não rivalizassem com o serviço policial.

Em julho de 1958, numa reunião entre dirigentes pecebistas e membros de células nas empresas, estava Pavel Toth,[579] que usou a palavra para protestar contra o CZBC, expressando seu desacordo em ser transferido da Refinaria de Petróleo União para a Volkswagen. Apontando ser casado e ter filhos pequenos para cuidar, alegou não desejar trocar o certo pelo duvidoso. Entre os presentes também se encontrava o funileiro Raimundo Lopes da Silva, da Rhodia, de quem falarei mais adiante. Datado nesse mesmo mês, um comunicado traz a satisfação de seu autor com a "hora amarga" do PCB, debilitado

---

marceneiros e, daí, entre os metalúrgicos de São Bernardo. Aesp, setor Deops, 50-B-270, fls. 57.

[578] Comunicado, 10/7/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 1943. Comunicado, 9/11/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2150.

Marcílio M. de Araújo foi trabalhador da Pirelli entre 1949 e 1952 e participou das greves dos 300 Mil e 400 Mil. Aesp, setor Deops, fichas remissivas.

[579] Pavel Toth devia ser parente, talvez filho, de André Toth, nome presente em lista de 26 comunistas identificados na GM por causa de movimento por salários em 1951. André Toth nasceu na ex-Iugoslávia. Chegou com a esposa e três filhos em 1924 e ingressou na GM em 1928, onde trabalhou na descarga de materiais e, posteriormente, na faxina, tornando-se subfeitor. Um de seus netos trabalhava na GM em 1959. Apesar de fichado como subversivo, apareceu na revista da empresa, *Vida na GMB*, nº 65, 1959. BN (Periódicos), 2-468, 2, 4. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 319, 323.

pela luta interna e pela má situação financeira, razões do término do assalariamento de militantes. No mês seguinte, Toth já era empregado da VW e foi como seu representante que compareceu à reunião na qual uma das tarefas tiradas foi a venda de rifas dentro das fábricas. Na WOB, entre os vendedores figurava José Garcia Munhoz, transferido da escola do partido, sendo ele outro baratista.[580]

Graças, novamente, às informações de Serafim-Corraini, é possível conhecer o parecer de Marcos Andreotti, o presidente do SMABC, sobre certos militantes profissionalizados. Numa reunião a portas fechadas com Corraini (informante da polícia e tesoureiro do SMABC), Fratti e Mário Fernandes (estes dois últimos representando o "Partido"), tentaram demovê-lo de sua oposição a reajuste das contribuições ao PCB. "Perdendo de vez as estribeiras", quando Andreotti ameaçou não pagar nada, ele alegou: "'não estou aqui para dar dinheiro a quem não trabalha'". "'Por quê não afastam esses cinco inúteis que vocês têm aí fora da produção (...)?'".[581]

Semanas depois, um desses cinco, Marcílio M. Araújo (acometido do mal de Hansen), um "velho militante e 'assalariado'" do partido, já era vigia na Jeep Willys, um guarda, na verdade, espreitado enquanto cuidava do entra-e-sai da colmeia febril. A polícia reparou que ele, com exagero, vinha "comentando com seus companheiros (...) que, dentro de mais alguns dias, estará organizando o comitê de empresa da Willys do Brasil, pois, segundo afirma, o ambiente é propício".[582]

Com a reciclagem de seus ex-assalariados, reaproveitamento de caráter punitivo no caso de Sanches (e, provavelmente, de Garcia Munhoz), o comitê local do PC passou o ano de 1958 a reintegrá-los nas recém-ampliadas fábricas de São Bernardo, isto é, na Mercedes, Willys, Volks. Enquanto isso, a Mercantil Suíssa continuava a ser a base são-bernardense mais bem organizada, despontando Geraldo Rita e o polidor Antônio Raimundo de Oliveira, natural do Rio Grande do Norte.

O mais alto dirigente de Santo André com os cuidados de São Bernardo era Philadelpho Braz. Em assembléia no SMABC, datada de 22 de outubro de 1957, cerca de

---

[580] Relatório, 11/7/58. Comunicado, 18/7/58. Comunicado, 20/8/58. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2328, 2330, 2357.

[581] Relatório, 27/10/58. Aesp, setor Deops, 30-B-7, 135.

[582] Comunicado, 12/11/58. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2430.

mil pessoas aprovaram sua proposta de divisão dos trabalhos colocados pela greve em que a categoria estava envolvida. Santo André ficaria com o presidente Lopes e demais dirigentes, sugeriu. São Caetano, com Antônio C. Lindolfo. São Bernardo, com o próprio, sendo reconfirmado nessa função após o encerramento da parede. Em entrevista, Braz alegou que, antes do desmembramento da associação profissional são-bernardense, "já havia um trabalho", informando ser o responsável pela subsede, sita à Rua Marechal Deodoro, depois transferida para a Rua Heloísa Pamplona.[583]

A essa altura — tal qual suas infiltrações de 1952, muito embora cuidando de caminhos diferentes —, Braz e Cassiano Medeiros estavam novamente preparando o terreno. Enquanto Braz atuou como dirigente do SMABC, Medeiros fechou com a emancipação da APMSBD. Ingresso na MBB, se engajou na associação e, junto com Felipe Cordeiro, formou um elo entre veteranos e novatos. Segundo a polícia, Cordeiro trabalhou na Brasmotor em 1950 e foi candidato pelo Partido Republicano Trabalhista à Câmara Municipal de São Bernardo junto com Anacleto Potomatti em 1955. Depois, Cordeiro participou, juntamente com Acrísio Delaruvera (sindicalista marceneiro), Jorge Klomfhas (operário da VW), Lázaro Israel de Macedo (empregado da WOB) e Lúcio Félix Alcântara (Mercantil Suíssa), de um grupo de ativistas sindicais "ligado" a Antônio Raimundo de Oliveira, funcionário da VW (depois da Mercedes-Benz). Em 1959, salvo o marceneiro, os demais tomariam parte da diretoria da APMSBD.[584]

Episódio antecedente à constituição da APMSBD, a 6 de janeiro de 1959 um reservado passou um informe tendente a concretizar a notícia de Marcílio M. Araújo. Seu tema: os "elementos da Organização de Base da Jeep Willys". A ação: "estiveram reunidos no dia 3 do corrente, na sede do jornal comunista *Notícias de Hoje* em Santo André". O espião reportou o comparecimento de Orisson Castro, encarregado da assistência da reunião, Onestino Albino de Oliveira, o convocador, Marcílio M. Araújo e "mais dois operários", da fábrica de motores e da funilaria, não deixando, ainda, de notar os faltosos:

---

[583] Entrevista de Philadelpho Braz ao PMO-Cedi, 23/8/85. Comunicado, 23/10/57. Relatório, 26/11/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2172, 2113.

[584] Ficha corrida. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 175. Aesp, setor Deops, fichas remissivas. Medici e Pinheiro, *Primeiro de*, op. cit., p. 45.

Garcia Munhoz, João Sanches, Antônio Moreno e um certo Lima. Para ser mais preciso, Jorge de Oliveira Lima.[585]

Significativamente, os únicos dois nomes desconhecidos pela fonte policial eram dos dois operários, trabalhadores não-militantes, mas principiantes em sua reunião de fábrica. Não devemos nos surpreender demais com seu número reduzido, pois é comum o fato de sessões assim não ajuntarem muita gente mesmo. Vale notar, ao mesmo tempo, o rol de ativistas, razoavelmente expressivo. Sem dúvida, sua intenção era dar vida a um comitê.

A reunião regeu-se com a seguinte ordem do dia: discutir as reivindicações dos operários da fábrica e tomar "medidas". Abordando o primeiro item, eles "disseram que a comida fornecida pela Willys não é nutritiva, e que contém grande dose de salitre". Apontaram, ainda, que "os armários (...) são poucos e os chuveiros, insuficientes". Castro usou da palavra em seguida. "Atacou as indústrias imperialistas", e sua "'tática ideológica com o fim de ludibriar os operários'". Depois, lamentou: "'ainda há operários que as defendem e acham que elas pagam bem'". (Pagavam mais que as outras, de fato.) Porém, mencionando suas "'condições financeiras melhores que as nacionais'", replicou: "'são as que mais exploram'". Na discussão do segundo item, Castro projetou a confecção de um jornal de empresa para denunciar as ditas *mazelas*. Entretanto, quanto à comida malservida, "o jornalzinho nada comentaria para não dar tempo à administração (...) de sanar o mal". Por fim, aconselhou seus camaradas a não se exporem no local de trabalho para evitar delações e demissões.

Se tais notas — as únicas encontradas — nos permitem ver que os ativistas da MBB buscavam estender sua atuação para além de seu reduto original, elas, adicionalmente, possibilitam perceber os desafios colocados. Primeiramente, vê-se a força das firmas automobilísticas e a fraqueza do movimento operário. Castro reclamou dos trabalhadores que preferiam acreditar nos patrões a raciocinar como ele, que via nos altos salários uma compensação por uma exploração ainda maior da força de trabalho. Na continuação, ele

---

[585] Informação reservada, 6/1/59. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2472. As citações dos dois parágrafos seguintes pertencem a esta fonte.

Onestino foi delegado sindical na General Electric durante a greve de 1957 e ocupou também o cargo de secretário sindical do PCB local. Moreno era ferramenteiro e entraria para o Conselho Fiscal da APMSBD. Viria a ser detido na greve de 14 de dezembro de 1961, pró-abono de Natal. Lima seria escolhido para a suplente na FMSP nas gestões 1961-63 e 1963-64. Aesp, setor Deops, fichas remissivas.

mesmo aconselhou os presentes a não tomarem medida alguma quanto às reclamações, pois não podiam dar tempo nem ciência à administração. Senão, esta corrigiria as mazelas que afligiam os empregados. Por fim, o boletim de fábrica só veio a ser tirado no final dos anos 60, com o nome de *O Bronca*, quando Castro e seus camaradas já haviam sido escorraçados do sindicalismo do ABC.

Em segundo lugar, por causa da fonte utilizada, não é possível ignorar o alcance (por vezes distorcido) das lupas policiais. Castro alertou os novatos para o perigo que corriam. Deviam agir com cuidado, comportando-se como *meros* trabalhadores dentro da fábrica. Foi, aliás, o que os salvou de terem seus nomes gravados pelo Deops: sendo meros trabalhadores, o informante não os conhecia. Alcagüetes, o PCB sempre se viu às voltas com essa gente — isto Castro ainda não sabia. Não sabia que a base da Willys já era vulnerável a um membro tão tradicional, o nó duplo do militante-delator, unindo a rede pecebista à espionagem, possivelmente não um empregado da firma, mas alguém de passagem pela sede do *Notícias de Hoje*. Assim, mesmo iniciais e precários, os túneis com que a militância pretendia chegar às fábricas já eram mapeados.

Uma segunda figura marca a trajetória histórica das esquerdas, os rapinadores. Hoje é possível o acesso às inúmeras cópias do *Livro-Fichário do PCB sob Controle do Comitê de Zona da Borda do Campo*. Apreendida em 1959, essa listagem, além de classificar baratistas e prestistas, oferece um painel da militância operária nas fábricas dos mais variados setores na base territorial do comitê, incluindo, ainda mais, a Nitro Química, de São Miguel Paulista, bairro periférico da capital.[586]

Vejamos os militantes pertencentes às automobilísticas. Estranhamente, Cassiano Medeiros é registrado como empregado da Vemag, sendo esperada sua vinculação à MBB. Na WOB, em acréscimo aos já citados Garcia Munhoz e Marcílio M. Araújo, figuram Geraldo Mendes e Miguel Castellani. Na MBB, sozinho — o que é um dado falho — aparece um nome novo, Pedro Castanha. Na GM, apenas um militante é identificado, o pintor José Ferreira de Souza. Na VW, foram anotados Toth, João Vaz, Rosemiro Cândido Andrade (pintor, natural do RN, dirigente do SMABC em 1958). Na International Harvester, Valentim Bassetto. É de Bassetto, o registro mais detalhado e interessante; dele, a polícia dizia:

---

[586] Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2571.

> "desenvolve (...) atividades junto a grupos componentes de clubes esportivos em campos de várzea, visando sempre os elementos já iniciados no partido".[587]

Após as partidas, Bassetto — apelidado de "bananeiro" (vendia bananas) — selecionava seus contatos a freqüentarem cursos de formação política. Homem das várzeas, das ruas e das fábricas, por causa de seu esforço, a escola do PCB mantinha "adestramento de esportistas amadores na parte referente às infiltrações nos clubes esportivos".[588]

Em linhas gerais, eles apenas faziam o que sabiam. Trabalhavam nas fábricas, incentivavam seus colegas a participar de comissões, delegações ou comitês, buscando ampliar as redes do ativismo operários. Estimulavam todo tipo de mobilização em torno das reivindicações as mais variadas, indo além de salários e postos de trabalho; concitavam os operários mais confiáveis aos seus olhos a participarem de células nas fábricas ou nos bairros, vendiam rifas e jornais, distribuíam diversos tipos de material de agitação e propaganda, discursavam contra chefes, puxa-sacos e patrões, denunciavam a exploração capitalista, dispunham-se a enfrentar a *odiosa polícia política*, etc.

Um dos resultados do acima resumido foi arquivado pelo Deops após o Golpe de 64, quando a invasão de sedes sindicais do ABC, além das capturas e perseguições, destruiu ou apossou-se de arquivos sindicais. A *Relação de Nomes Constantes de Cadernos do PC*, expropriada do SMSA, nos dá a estrutura do grupo de fábrica da International Harvester, fábrica de caminhões em Santo André. Bassetto, Antônio Amâncio e André Amado atuavam na usinagem. Um certo Pinheiro encontrava-se na montagem de cabinas; Mário e Alarico, na ferramentaria; Moacir, na expedição; Marcílio, numa linha de montagem e Ferrari, na inspeção.[589] Como se vê, este comitê era formado por trabalhadores qualificados

---

[587] Comunicado, 28/2/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 1560. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

[588] Notando a formação de equipes de futebol entre têxteis cariocas nas primeiras décadas do século 20, Leonardo Pereira aponta para o desgosto da militância com o envolvimento do operariado em serviços patrocinados pelos patrões, como a promoção do time da usina Bangu. Diferentemente, nos anos 50, os comunistas haviam entrado na disputa, rivalizando suas redes com as patronais. Como visto, se o empresário Keller Fº passava por "progressista" (devido à sua obra do campo de futebol), Chemp conseguira sua naturalização por meio do Botafogo, onde era jogador. Explicando o desnível entre a política oficial do PCB e o sucedido nas fábricas, Hércules Corrêa mostra como a militância sindical podia ser menos doutrinária e ter mais espírito esportivo, conseguindo, inclusive, retirá-lo do convívio de sua pelada dominical. Ver: *Footballmania. Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, p. 255 e ss. *A Contradita*, op. cit., pp. 76, 79, 83.

[589] Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 3086.

(ferramenteiros e inspetores) e não-qualificados, da montagem. Se Ferrari confirma a tese que os *oriundi* possuíam maior qualificação, Bassetto, outro ítalo-brasileiro, parece ser um operário especializado, como aqueles vistos no capítulo 5.

Regressando de 1964, veremos que os ativistas promoviam suas campanhas com base em sua representação local. Um comunicado policial de julho de 1959 informa que os delegados sindicais de Pirelli, Constanta, INA, Cima, Almeida-Brekok, Almeida Brasil, Afovero, Pierre Saby, Fichet, Mercedes, Liqueroux, GE, Elevadores Otis, Cia. Paulista de Mineração, LNM, Usina São José, Cia. de Peças e Cofap eram também delegados da Convenção Municipal de Santo André Contra a Carestia de Vida. Ainda nesse mês, Raimundo Lopes da Silva foi dispensado da Rhodia, ansiosa por dele "ver-se livre, em definitivo", identificado como animador de "todos" os movimentos paredistas verificados nessa usina. Em represália, os trabalhadores procederam a uma parada de 15 minutos, suspensa após promessa de reavaliação da demissão. Um policial chega a admitir que a Rhodia era "tida como intransigente com os seus operários". É difícil saber se foi a Rhodia quem não voltou atrás ou se foi Lopes da Silva quem preferiu seguir adiante, haja vista, pouco tempo depois, estar empregado como meio-oficial funileiro na WOB.[590]

Lopes da Silva recebeu uma punição diferente da de Sanches; foi castigado pelo despotismo fabril. Reconhecido como componente do comitê dos empregados da Rhodia — organização negada e cassada pela aliança empresarial-policial desde os anos 40 —, seu nome era o de um indesejável no gosto de seu empregador. Enquanto a indústria automobilística crescia e aparecia, o pintor Benjamim Barreiro (cuja passagem pela Studebaker foi notada em 1947) conseguiu emprego na Willys-Overland e Aníbal da Silva, na Mercedes. Ativistas de base desde o início dos anos 50, foram readmitidos por causa da expansão do setor. Posteriormente, a troca de informações com a polícia os individuou logo que demonstraram sua disposição de envolver-se na luta fabril.

Com trajetórias assim, pode-se constatar que a primeira geração de ativistas dentro das fábricas de autos 100% nacionais se compunha também com operários ativistas perseguidos em outras firmas, não sendo apenas integrada por pecebistas profissionais ordenados a voltarem ao trabalho. Em segundo lugar, foi possível observar um paralelismo entre o transplante de militância pelo SMABC e a organização de bases sob a liderança de

---

[590] Comunicados, 22/7/59, 28/7/59. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2651, 2652.

Castro, um militante sem vínculos orgânicos com o SMABC, mas com elos estreitos com o PCB. Conseqüentemente — quando veio o desmembramento, e o posterior anúncio da oficialização da APMSBD em sindicato (acompanhados do realinhamento das fidelidades grupais e afinidades pessoais) —, a base da Mercedes não galvanizou o apoio de toda essa militância em formação, dividida entre Santo André e São Bernardo.

Era um jogo entre camaradas. Enquanto o grupo ativista tradicional do SMABC arrumava colocação dentro da indústria nascente, o comitê da Mercedes juntava seu cacife de herdeiro dessa tradição. Ao acidentar o terreno dessa prova, a industrialização acelerada mudou sua qualidade. O obstáculo não era só o poderio empresarial em si mas o crescente tamanho do parque fabril. Ademais, não se tratava de saber qual usina era mais antiga, mais tradicional mas sim de geopolítica, isto é, aonde o movimento operário iria conseguir restabelecer a tradição sindical predominante (analisada em "Triângulo Metalúrgico") diante da aliança empresarial-policial.

Outrossim, era quase maquiavélico: as automotrizes abriam milhares de empregos e engrandeciam a base dos sindicatos, mas minavam sua representatividade, visto o desprovimento de recursos materiais (por parte dos sindicatos) para concorrerem com a política empresarial de benefícios e seu despreparo numérico para se manterem em pé de igualdade no confronto com a política anti-sindical.

Disso resultou um decréscimo imediato nos saldos políticos e organizativos da Greve dos 400 Mil. Se os sindicalistas do PUI estavam prontos para outra mobilização nos mesmos moldes, a dupla queima de etapa a que seriam submetidos (a industrialização acelerada e a liquidação do movimento operário pela sabotagem) se coadunaria para reajustar o padrão da luta de classes. Não só porque nenhum governador se arriscaria mais a cruzar a sacrossanta linha de permitir o enfrentamento direto entre capital e trabalho mas também porque a construção e exercício da indústria automobilística simplesmente — e de uma vez por todas — alterou o terreno das campanhas gerais dos trabalhadores em São Paulo. Com repercussões imediatas sobre a concepção e prática sindicais nos locais de trabalho e sobre o contratualismo entre capital e trabalho, a gestação das fábricas de autos 100% brasileiros (concebida no segundo governo Vargas) chegara ao fim.

Se a International Harvester nos serviu de contraponto pós-factual dos planos e atuação do SMABC, a Mercantil Suíssa (sita no km. 22 da Via Anchieta) nos permite entrevê-lo em ação, na própria São Bernardo e durante a primeira gestão da esquerda após a cassação de 1947. "A firma que mais dava trabalho para nós era a Mercantil Suíssa, uma fábrica de bicicletas e máquinas de costura", identificou Braz, acrescentando, em seguida, a Volkswagen (sita no km. 23 da Anchieta), onde logo "começou a aparecer problema".[591]

Entre uma firma e outra, a rodovia e a polícia. Com a "honra de encaminhar" um rol dos 547 operários empregados na Mercantil Suíssa, para os fins da averiguação arquivística de seus antecedentes, o delegado de São Bernardo ajuntou o boletim *O Martelo*, a "folha dos operários". Ele também participou o "digno Departamento" da polícia política do esboço de movimentação comunista na cidade, registrando o aparecimento de inscrições em muros. Eficiente e grave, faz saber que sua Delegacia procedia a um "levantamento dos operários das grandes indústrias deste município para efeito de ser organizado um fichário dos elementos comunistas". Contudo, ninguém foi reconhecido com precisão. Em cinco nomes, surgiram ilações sobre o PC, mas não foi possível certificar se eram homônimos. (Curiosamente, apresentam origem rural ou interiorana, não sendo metalúrgicos antes.)[592]

"Leia a *Voz Operária*", "Anistia para Prestes", "Legalidade para o PCB", "Trabalhador Sindicalizado é Trabalhador Amparado", "Marchemos para Nossos Sindicatos". Com essas palavras de ordem, circulou *O Martelo* em fevereiro de 1956.[593] Falando da usina, relata episódio em que o mestre da seção de guidões leu uma carta exigindo mais energia com os operários por parte dos mestres, para "forçá-los a dar a produção desejada pelos patrões". "Vivemos numa época diferente", replica a folha dos trabalhadores. "Não estamos mais acorrentados", "também não estamos em tempo de guerra para trabalhar em ritmo acelerado em regimes de militarização do trabalho".

Viviam outra época e conjuntura. Passada a escravidão e o esforço de guerra, agora havia um diretório sindical no SMABC. Calculando que a produção de guidões era de 25 a

---

[591] Entrevista de Philadelpho Braz ao PMO-Cedi, 23/8/85.

[592] Ofício do delegado de Polícia de São Bernardo do Campo, 23/2/56. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 179.

[593] *O Martelo*, fevereiro de 1956, s.n. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 179.

30 peças por dia, *O Martelo* recapitula a tratativa do aumento de Cr$ 2,00. Concedido Cr$ 1,00 sob a condição de aumento da produção para 250 unidades — meta não atingida — foi cedido mais um cruzeiro, identicamente ineficaz. Por isso, reclama o boletim do desejo de "obrigar-nos a trabalhar horas extraordinárias", ameaçando os relutantes com demissões. "Com a nossa ida ao Sindicato", isto é, com a visita de uma comissão dos trabalhadores da Mercantil Suíssa ao SMABC, "descobrimos a patifaria: os Cr$ 2,00 de aumento eram precisamente os 20% já decretados". Conclui a folha que a "única solução é unirmo-nos em torno do nosso Sindicato".

"A exploração de menores é fato corriqueiro", atestam os redatores. Ganhavam Cr$ 4,20 mas produziam como "maiores tanto nos guidões quanto na pintura", aspirando gases nocivos à "saúde de todos (...) adultos ou menores!". "E proteção? Não há nenhuma. Não há leite, frutas, nem máscaras!". Como solução, *O Martelo* exorta seus pares a acorrerem ao Sindicato e formalizar seus que tais, incluindo a demanda por mais água e mais banheiros. "Enquanto isso se passa, os patrões enriquecem". E, para os operários, no lugar do abono de Natal, uma "mensagem humilhante e cínica".

Citado no capítulo 4, Olindo Bonfim dos Santos, numa assembléia da Greve dos 400 Mil, levou a Santo André a sua satisfação com o ambiente reinante na Mercantil Suíssa. Ao falar dos *bons companheiros* que conhecera, ele aludiu ao término de uma paralisação e à prontidão para continuar a luta. Certamente, essa iniciativa vincula-se ao comunicado do comparecimento de cerca de 50 trabalhadores ao Sindicato dos Têxteis de São Bernardo. Considerado insuficiente o quorum, remarcou-se novo encontro para o sábado seguinte. Preocupado, o delegado-chefe do Serviço Secreto especulou a iminência de uma parada caso não houvesse solução para os salários em atraso. "Os operários estão agitados e prestigiados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André", argumentou, notando, ainda, os reclames contra o não-recolhimento do imposto sindical pela empresa.[594]

Tomemos o supramencionado bananeiro Bassetto como uma personagem indiciária para a São Bernardo realmente existente. No final dos anos 50, a população remontava a 56 mil pessoas. Destas, 25 mil habitavam a área Urbana e 31 mil, a rural.[595] Era uma ex-vila, um lugarejo muito diferente da conurbação contemporânea. Nem vinha servido pela linha

---

[594] Informe reservado, 18/7/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 199.

[595] Delegacia de Polícia de São Bernardo, relatório, nº 1. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 246.

férrea, cujo trajeto, vindo de São Paulo, passava pelo Ipiranga, São Caetano e Santo André, rumava para Paranapiacaba e daí descia a Serra do Mar até o litoral. Suas têxteis e moveleiras estavam *escondidas* da capital atrás de São Caetano e Santo André. Quando era atingida por greves locais, a cidade podia parar, mas seu alcance não ia muito além; algo bem diferente dos portuários de Santos, cujas paredes instantaneamente se impunham às matérias apreciadas pelos altos círculos empresariais e administrativos.[596]

Logo, não se estranhe o policial que mal soube escrever Brasmotor, grafada Braz Motor. Subúrbio incógnito, Diadema foi dimensionado como *localidade*. E quando Marcílio M. Araújo viu que era hora de dar adeus à militância pecebista profissional, ele achou melhor sair de Santo André (onde até os insetos o classificavam como um *súdito de Moscou*) e ir para longe.

São Bernardo era longe.

No entanto, a Via Anchieta, por um lado, e a industrialização automobilística, por outro, alteraram drasticamente o lugar de São Bernardo no Triângulo do ABC, ligando-a diretamente ao porto de Santos e à capital por meio das quatro rodas

Tão importante quanto a escala industrial implicada na queima de etapas — a parteira de um maciço contingente operário fordista —, o movimento sindical havia de ser capaz de tecer uma rede tão densa quanto o circuito das relações interpessoais entre a moradia, o lazer, os templos, as ruas e as usinas, sendo esta rede a razão do êxito creditado a Bassetto, jogador nas várzeas, vendedor nas ruas, operário na International Harvester e ativista do sindicato.

A aliança empresarial-policial não parece ser tão eficaz quando se trata de dissolver as redes dos movimentos sociais fora das fábricas. Não era possível despejar as pessoas de suas casas como se punha trabalhadores nas ruas. (Talvez, só o regime militar — caçando, capturando, assassinando — reuniu as forças para desdar, de ponta a ponta, os nós de tais redes.) Quando a oposição metalúrgica voltou ao poder em 1956, o CZBC se reuniu e constatou a falta de recursos entre os operários para a condução, sendo estes forçados a se deslocarem a pé (ou de bicicleta). Com suas famílias, residiam em barracões. Contratos provisórios impunham toda sorte de "humilhações" e rebaixamentos. O esgotamento físico

---

[596] Isso não significa dizer que São Bernardo estava completamente isolada do movimento operário paulista. Desde o início do século, conforme instrui a pesquisa de Luigi Biondi, recebia assistência

era comum. As mulheres operárias se ressentiam da falta de creches; mesmo na Kowarick, onde pagavam por esse serviço. Na CBC, elas eram proibidas de usar o refeitório. "Priva-se os operários do direito de se organizarem, em especial nas grandes indústrias de procedência norte-americana", queixaram-se os presentes à reunião. Eis o desafio de um sindicato cujo apoio nas bases a lei, oportunamente, ignorou, desconhecendo, ainda mais, as infrações da aliança empresarial-policial.[597]

"Na juventude", relembrou-se Borsoi, "nós fizemos também um movimento na LNM (eu trabalhava na Confab), na Vila Prosperidade". "A Laminação era muito grande (...) tinha prisão dentro da própria fábrica". À época delegado do SMABC na Confab, Borsoi não era só da Confab, sendo também um sujeito do sindicato na vila, onde estavam a Brasilit, a Quimbrasil, a Confab, a LNM, a Swift, a Coral e Alcan. Tal qual, os moradores do bairro também não pertenciam a uma só fábrica; podiam passar por várias delas (embora geralmente dispostos a ficar anos e anos no serviço). Em seu livro sobre os bairros de São Caetano, Ademir Medici apurou que, quando essas empresas não forneciam alimentação aos funcionários, dona Augusta instalara-se numa barraca de madeira pegada ao Rio Tamanduateí, servindo refeições ainda hoje requentadas na memória de sua freguesia. Na outra margem, outras barracas vendiam seus atrativos, "principalmente muita pinga", "servida em copos americanos, segundo relato de antigos empregados da Quimbrasil".[598]

Disso podemos inferir o motivo dos empregados de firmas adjacentes ao centro citadino são-bernardense — como Doehler e Mercantil Suíssa — serem exemplos para seus pares das longínquas automotrizes, edificadas do outro lado da Anchieta (VW e MBB), quando não bem atrás dela (Willys), todas identicamente inimigas das *marteladas* das folhas de trabalhadores.[599] Menores, mas não irrelevantes, aquelas usinas surgiram no mapa das galerias que a base militante do SMABC escavara em São Bernardo, inclusive recorrendo aos grêmios locais dos têxteis e dos marceneiros. Por isso, quando a APMSBD

---

permanente da capital, e, obviamente, de Santo André.

[597] "Informe do Comitê de Zona de Santo André sobre Algumas Questões Políticas", 1956. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls.1324.

[598] Entrevista de Alcides Borsoi ao PMO-Cedi, São Caetano, 1º/4/87. Medici, *Migração e*, op. cit., p. 531.

[599] AAG, 18/7/61. CDMLBS, SMABC.

foi transformada em SMSBD, este se serviu destas experiências prévias enquanto projetava adentrar as automobilísticas.

É isto o que transparece durante a reunião do secretariado do PCB de Santo André, com dirigentes do Comitê Estadual e Comitê Central, cuja pauta discutiu a estruturação do CZBC, estendido entre o Ipiranga (zona sul de São Paulo) e Paranapiacaba (na cumeeira da Serra do Mar). Nos informes, Fratti leu demoradamente um balanço no qual estimou em 65 mil o número de eleitores do partido no município. Ao indicar o volumoso crescimento populacional — devido à chegada dos que escapavam "dos latifundiários e dos horrores da seca no Nordeste" —, ele contrastou: "o PCB cresce muito nos bairros, o que não acontece nas empresas", citando suas práticas de demitirem os ativistas e de coibirem a sindicalização.[600]

Esse era um PC. O outro veio colado. Às campanhas salariais em curso, os debates agregaram as eleições, visando a mais uma "arrancada" dos comunistas. Ao buscar esmiuçar a razão de estar ali, o sindicalista químico José Improta ouviu do líder Carlos Marighella uma resposta pronta e incisiva: "'para melhor coordenar os trabalhos do partido'". "'Somos revolucionários e, por isso, temos de ter coordenação nos nossos trabalho. O QG funcionará em Santo André, de onde emanarão as orientações, e para onde deverão ser enviados os informes", daí repassados para as instâncias superiores, de onde viriam "as orientações revolucionárias do Comitê Central".

Esse era o PC que via o operariado como um exército invencível. Invencível, mas só quando disposto em planos de dirigentes reunidos em sessões presumivelmente secretas. Ao mesmo tempo, as lutas sociais tinham muitas arrancadas a dar, como livrarem-se do despotismo fabril, arraigado na violência e no reacionarismo, garantido pela inviolabilidade da voz de comando, consagrado pela Lei do Esforço de Guerra. Um desnorteado Jeremias de Oliveira Franco, mecânico na Brasmotor, compareceu a Delegacia de Polícia de São Bernardo (em 16 de março de 1954) para prestar declarações a respeito de Ernesto Fracassi, denunciando-o como comunista. Este era chefe da sessão de retífica e, segundo Franco, possuía comportamento autoritário no trato com os operários. Curiosamente, quando o declarante perguntou a Fracassi o significado do seu desejo de um "'chicote (...) para

---

[600] Comunicado, 19/5/58. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 210. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

acelerar o trabalho'", o chefe "mostrou-lhe a camisa preta que vestia", replicando se Franco "não sabia o que significava aquela camisa".[601]

Franco e muitos outros podiam confundir as cores do fascismo e do comunismo. No entanto, a memória operária do ABC se fez repleta de alusões à escravidão do trabalho assalariado, ao saudosismo patronal do esforço de guerra, ao caráter de regime prisional das fábricas, ao campo de concentração pelo qual a Volkswagen se notabilizou. Ao mesmo tempo, a estrutura partidária que o PC arquitetou, plasmando suas bases nas fábricas e nos bairros às diretrizes centrais, também se chocou com a ciosidade dos trabalhadores em construírem suas redes.

Tão errôneo quanto considerar os migrantes de origem rural como grupo sem história, ou com história engarrafada no "arcaico", é supor seu despreparo para o futuro, a "modernidade" urbano-industrial. Quando começaram a revolver seus túneis, os sindicalistas logo depararam com outras galerias, cavucadas por peritos em enxadas e enxadões.

Por si próprios, os trabalhadores tinham como chegar na grande empresa e se manter no seu lugar. Por um lado, como foi visto em "Colmeia Fabril", eles surpreenderam ao mostrar seu preparo quando, de peões da construção, se tornaram peões na fábrica. Calejados com a pobreza, mostravam-se criativos, arrumando seus jeitinhos. No papel de calejados pela pobreza, pediam seus favores e encenavam o apelo dos desfavorecidos, sabendo "chorar pitangas" ou pressionar pelos seus "que tais".[602] Sem explicitar em uma organização partidária as suas desavenças com injustiças sofridas, sabiam acomodar diferenças e redesenhavam — socialmente — o ABC. Quando a companhia lhes beneficiou com linhas de ônibus, puderam deixar suas bicicletas de lado, quando as possuíam. Sentiam-se bem consigo mesmos e viam seu labor como digno, o que não era amplamente reconhecido pelos seus colegas profissionais. Por fim, ao espiarem os caminhos da militância, várias vezes mantidos em gueto, talvez tenham se ressentido da insegurança imanente ao envolvimento com grupos e células, preferindo suas próprias crenças.

Recolhidos nos seus buracos, uns e outros lutavam por sua vida imediata e futura.

---

[601] Termo de Declarações, 16/3/54. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 143.

[602] Entrevistas ao autor de Mello e Souza, 11/11/92; Osmar Valentim e Ademar Feiteiro, 17/2/93, fonte já citada.

Entre "bolos, sanduíches e 50 litros de chope", simpatizantes, militantes e dirigentes do PCB-ABC se acomodaram na Livraria das Bandeiras, Santo André, para festejar a chegada de 1960. Usando da palavra, Rolando Fratti apresentou um balanço do SMABC no ano terminante. "No mês de setembro", recapitulou, "iniciamos as lutas pró-aumento de salário, iniciamos pela Mercedes Benz do Brasil, com a antecipação de 15% em geral e, assim, dirigimo-nos às demais indústrias, a saber: Cia. Paulista de Laminação, Confab, Isam, Lidgerwood, LNM, INA" e outras. "Em novembro e dezembro tivemos as mesmas lutas com algumas empresas". Resultado: "conquistamos 10 e 15% como antecipação aos operários". Além disso, Fratti fez notar a participação do SMABC na fundação da APMSBD e a inauguração da subsede de São Bernardo.[603]

Detalhe notável, o fato de Fratti posicionar a Mercedes no início de uma série de paralisações remete ao desafio de satisfazer a privação do direito dos trabalhadores à organização sindical nas firmas grandes. Com isso, ele por um lado alicerçou a *combatividade* de São Bernardo. Por outro, nos deixa ver como movimentos de orientação geral podiam ser compostos de lutas fabris encadeadas ao longo do tempo, e não apenas ao mesmo tempo, estratégia em cujos pré-requisitos estava a presença do sindicato dentro das empresas envolvidas. Pois este tipo de tática grevista se dá sem as aglomerações de piqueteiros vindos das mais variadas firmas, repousando, ao contrário, em recursos extraídos localmente. Ao provocarem confrontações diretas entre capital e trabalho no recinto do parque industrial, tais movimentos eram rechaçados pelo patronato por propiciarem a organização operária com feição de classe, em vista do choque com a chefia encarregada de garantir a fluência produtiva, a guarda pretoriana do fordismo.

Castro e Carniel passaram na sede do SMABC em 30 de agosto de 1959 para encomendar a confecção de panfletos convocando os trabalhadores da Mercedes a comparecerem a uma assembléia "na localidade denominada Diadema", distrito mais próximo da fábrica do que o centro de São Bernardo. Agitando reivindicações salariais com "serviço de alto-falante volante", ameaçavam deflagrar greve. "É de se notar", observou um policial, "que esta campanha salarial está fora de prazo" e "não tem o apoio do sindicato

---

[603] Comunicado, 4/1/60. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2740.

que os congrega".[604] Ao qualificar a atitude como descabida, a polícia procedia ao preâmbulo da acusação de ilegalidade. Um tanto isolados de Santo André, mas não abandonados (até porque em Santo André estavam o partido e o sindicato), devendo atuar numa *localidade* por causa das distâncias, os ativistas da Mercedes só fizeram animar as reivindicações salariais do segundo semestre, vitais em tempos de carestia. (Por sinal, em dezembro de 1959, se convocaria uma — frustrada — greve geral contra a alta no custo de vida.)

É difícil saber se, de fato, a diretoria do SMABC ignorou a movimentação na Mercedes. Se o fez, Fratti exploraria mais essa brecha: era de sua incumbência o setor metalúrgicos na Frente Sindical do PCB desde março de 1958 (quando São Caetano saiu da base territorial do SMABC). Fratti e Braz encarnavam a própria demarcação de territórios diferentes e justapostos. "São Bernardo ficava muito longe", aponta o segundo. Diferente de GE (Santo André) e GM (São Caetano), às margens da via férrea, Willys, MBB e VW tinham seu acesso na Via Anchieta, exigindo-se autos. Segundo o próprio Braz, ele foi "um dos primeiros dirigentes sindicais a entrar dentro da Volkswagen para reclamar pleitos de trabalhadores de lá quando ainda montavam as grandes prensas". De fato, até o início dos anos 60, esse ainda era procurado pelos funcionários das automotrizes para encaminhar pedidos e queixas.[605]

Falta de apoio e atenção da matriz. Foi essa a razão aludida por Castro e Borsoi para fundearem a emancipação são-bernardense. De acordo com o primeiro, a base da Mercedes chegou à conclusão da pertinência de um grêmio próprio para São Bernardo e Diadema quando avaliou que, "pelo menos nas indústrias principais", havia "uma insatisfação em relação à diretoria de Santo André". A desatenção (Santo André "não tinha tempo de tratar dos assuntos de São Bernardo") e a distância ("problema da condução") estariam na raiz dos desgostos. Em sua opinião, Carniel e Potomatti "iniciaram, mas não como comunistas organizados", isto é, não observavam uma diretriz vinda de cima. "Se eles tinham

---

[604] Informação reservada, 1º/9/59. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2688.
Segundo Carniel, "a associação chegou a participar de uma greve na Mercedes na qual conquistamos um aumento de 10% ou 20%... não me lembro". Oliva, *Imagens da*, op. cit., p. 94.

[605] Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 620. Entrevista de Philadelpho Braz, 16/10/96, Confederação Nacional dos Metalúrgicos e Museu da Pessoa, fonte já citada. Entrevista de Philadelpho Braz a John French e ao autor, Santo André, 20/7/99.

tendência", quer dizer, se possuíam preferência partidária, isso "era problema deles", tendo constituído a associação profissional "porque já sentiam a necessidade de ter o sindicato, porque a subsede não resolvia nenhum problema". Acentuando o caráter unilateral de sua decisão, Castro se inclui: "nós não consultamos nem o Comitê Estadual, nem Santo André (...). Nós resolvemos fundar e fundamos". "Não tínhamos conhecimento nenhum aqui (...) de ninguém, nós éramos estranhos". Daí o fato de utilizarem mais suas casas e a sede dos Marceneiros do que a subsede do SMABC, onde comparecia Braz.[606]

Não é descabido o reclame por maior zelo em prol de São Bernardo. Nas eleições sindicais de 1956, se a indústria automobilística 100% nacional era uma polêmica entre políticos, empresários, economistas e militares, no pleito seguinte, em 1958, o pequeno milagre era um fato. Nesse sentido, estava posta a questão de contemplar os trabalhadores do setor, já reunidos em número expressivo e crescente. Rompido com o presidente Henrique Lopes, o PCB dispunha até de algum conforto para equacioná-la, tanto que, cuidando de outras coisas, renovou a cúpula ao indicar Andreotti (comunista notório) para a presidência.

Era possível ter um vice de São Bernardo ou qualquer coisa similar? A resposta é positiva se considerarmos que São Caetano já se desligara e que a promoção da liderança de Antônio C. Lindolfo fortaleceu a construção do SMSC. Porém, dentro do SMABC, não se vê a formação de dirigentes tendo São Bernardo como norte estratégico. Philadelpho Braz era laborioso e representativo, mas pertencia a Santo André. Se um funcionário da Brasmotor, Mercantil Suíssa, Willys, ou Volks estivesse lotado em cargo executivo (vice-presidente, tesoureiro, secretário-geral), seria diverso para o grupo de fábrica da Mercedes explorar a sua insatisfação como se fosse uma insatisfação da categoria. Mais ainda, se alguém da base da Mercedes estivesse na diretoria, a Mercedes talvez não fosse a ponta de lança do desmembramento.

Até o prédio estava em construção quando Alcides Borsoi — um ferramenteiro natural de Barretos (SP), autodefinido um combatente "pelo trabalhismo" — cruzou pela primeira vez os portões da Mercedes-Benz. Na sua opinião, os ônibus circulando na Praça

---

Conforme apontamentos em uma caderneta sua, onde computava os contatos feitos com os trabalhadores, até a oficialização sindical da APMSBD, Philadelpho Braz atuou em São Bernardo.

[606] Entrevista de Orisson Castro, 1985, fonte já citada. Entrevista de Orisson Castro ao PMO-Cedi, 20/5/86.

da Sé em meados dos anos 80 possuíam "história". "'Olha o diabo do ônibus aí'", disse para si mesmo quando o reviu; "até ele tem a ver com o sindicato". Foi, de fato, um reencontro de velhos conhecidos. Borsoi integrou a equipe que teve de desmontar um Mercedes importado da Alemanha e "fazer o ferramental adaptado ao sistema daqui". "Daí montamos novamente". Aprontando o primeiro ônibus, iniciaram a manufatura de veículos utilitários pesados, cuja fábrica inaugurara-se em julho de 1956, empreendimento associado à paulistana Sofunge, precursora do motor a diesel.[607]

Com duas ferramentarias, uma para os coletivos, outra para caminhões, a organização do trabalho "ocasionava uma série de problemas". "Havia uma desigualdade muito grande em questão salarial", originando "uma série de movimentos", cinco ao todo (nas contas de Borsoi), todos "num ano só". Vencidos — "conquistados" —, realizaram a equiparação das duas oficinas. Depois de requisitarem uma passarela sobre a Via Anchieta ao prefeito Lauro Gomes[608] (para evitar atropelamentos) e depois de se envolverem com reivindicações que "a gente movimentava" — uma por cooperativa, outra em torno do "problema do lanche" e mais uma sobre "o problema dos guardas", dois problemas, note-se bem, "dentro da firma" —, Borsoi e seus colegas tiraram "um grupo dedicado", que "se reunia, trocava idéias".

Com churrascos em que confraternizavam a camaradagem e elaboravam essas experiências, os operários do grupo de fábrica abraçaram a tese da excessiva grandeza territorial do SMABC, fator da ausência de "cobertura necessária". Em seguida, se animaram com o uma "idéia" que "nasceu", a "de se transformar em uma associação", aglutinando "vários companheiros": Carniel, Potomatti, Antônio Cardoso, Cassiano Medeiros, Felipe Cordeiro e Delaruvera. Admitido um pouco depois, Castro se juntaria em seguida, provavelmente quando a idéia de uma associação se tornara, também ela, um "problema".

Por quê problema? A entrevista de Borsoi apresenta evidências para elucidar tal pergunta. "O sindicato de Santo André se opunha a essa transformação", mas, dobrada sua resistência, "o negócio foi mais duro, entendeu?". O incipiente movimento operário na

---

[607] Entrevista de Alcides Borsoi ao PMO-Cedi, São Caetano, 1º/4/87. As citações dos próximos três parágrafos foram retiradas desta fonte.

[608] Lauro Gomes foi deputado federal do PTB na legislatura 1955-59, sendo eleito prefeito de São Bernardo na seqüência. Nas suas campanhas, contou com apoio do PCB.

MBB não tinha a companhia das experiências em curso nas demais usinas. Ou pior: "não tinha movimento". Com ou sem mobilização, era "difícil aglutinar trabalhadores", especialmente os que não eram *companheiros*:

> "a transformação em sindicato foi mais dura porque o setor automobilístico crescia, ia se desenvolvendo muito, e, automaticamente, a quantidade de empregados ia aumentando muito".
>
> "Era tudo da Mercedes (...). Sindicato novo, era coisa nova que estava acontecendo, era coisa muito individual, não tinha uma coisa coletiva".

Num parque em obras, enquanto distinguia não só o desdobramento dos eixos da geopolítica do movimento operário como também a emergência da nova escala das automobilísticas (grandes usinas, com milhares de operários, rodeadas por indústrias de autopeças e de máquinas), o grupo da Mercedes fechou seus olhos ao fato de estar encerrado numa só fábrica.

É possível que não tivesse plena ciência da infiltração de outros camaradas na Volks e na Willys. Espreitado toda hora pela polícia, por políticos e empresários, o PC precisava ser um partido dividido em compartimentos reservados. Certamente, boa parte dos ativistas prestava contas a Santo André e, portanto, podia ignorar e ser ignorada. Como o grupo da MBB não atuava rotineiramente junto do SMABC, não estava necessariamente inteirado das ocorrências nas outras fábricas nem dava parte das suas próprias. Daí em diante, com a assistência de Medeiros, Delaruvera e Cordeiro, os novos dirigentes metalúrgicos do Triângulo talvez não imaginassem, mas dariam passos de tartaruga mesmo.

Sob Céu Aberto

Plantado no futuro da associação profissional, um grêmio para os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foi apenas uma idéia até agosto de 1960. Se 1956 foi alvissareiro (afinal, todas as cinco mobilizações teriam dado bons resultados), o trajeto percorrido se revelaria distinto, acidentado. Disposto ao desafio, o grupo da Mercedes expôs-se em público ao buscar seu desligamento de Santo André. Antes refugiado no seu isolamento, sua desvinculação o corporificou diante de inimigos tradicionais, oponentes vivos na memória dos sindicalistas: a ala conservadora da Igreja católica, o jogo da política municipal, a perseguição nas fábricas, o Deops e a polícia local.

Acrescentemos o terceiro PC, e nos deparamos novamente com um seráfico Corraini. Ainda em São Paulo, Orisson Castro foi engajado no PCB como "funcionário do Partido". Convocado a transferir-se para o ABC, foi para São Caetano, de onde mudou-se para "formar o Partido" em São Bernardo. Cansado de ser funcionário — de sua "vida completamente anormal" (sua ajuda de custo não era regularmente paga) —, Castro realizou o sonho ao mesmo tempo do migrante e do comunista, "entrar numa fábrica". Diferente de Sanches, demitido da Mercedes logo depois de identificado, e também distinto de Marcílio M. Araújo, contratado como guarda na Willys, Castro conseguiu entrar, permanecer e virar eletricista, sendo apenas chofer. Matreiro, ofereceu-se como ajudante, representando diante do guarda o desejo de aprender uma carreira profissional dentro da Mercedes. Frustrado, voltou as costas para a empresa diante do "não há vagas". Desafortunado, foi ter com Ernesto Corraini, informante da polícia, tesoureiro do SMABC e, para Castro, "muito amigo dos patrões" (isto é, sem deméritos, um homem bem relacionado).[609]

Serafim-Corraini sacou de seu contato, "dr. Paulo de Castro", e enviou-lhe um Orisson *esquentado* por um bilhete em cujas linhas remeteu um pedido pessoal:

> "não houve nenhum trabalho. Doutor Castro leu a carta e disse 'muito bem: então, amanhã você pode se apresentar aqui, venha diretamente aqui no Departamento de Pessoal, diga que quer falar comigo'. Então, ele me resolveu esse problema. E, por sinal, o dr. Paulo de Castro era uma advogado, lá da Paraíba (...), foi um dos homens que, realmente, com o passar do tempo, colaborou muito conosco no sindicato".

Obviamente, resta saber se Paulo de Castro se comportava igual a Serafim-Corraini. Sem saber desse perigo, Orisson trouxe Paulo de Castro para o sindicato, ou melhor, para junto de si, municiando-se de suas novas para saber como andava a "barra" dentro da Mercedes. Reconhecido e fraternal, ofertou-lhe *O Capital* ("no sentido de trazê-lo para perto de mim"). Cultivando laços entre patrícios nordestinos, Orisson sempre lhe advertia: "'olha, você não diz nada prá ninguém (...) nem deixe que o Anacleto saiba'". Anacleto este — o "diplomático" e "filho de italiano" Potomatti — o primeiro presidente do SMSBD; na verdade seu único presidente entre 1961 e 1964, o dirigente cuja figura deitava sombra sobre Orisson, um homem transparente em suas ambições.

---

[609] Entrevista de Castro, 20/5/86, fonte já citada. As citações dos três próximos parágrafos foram retiradas desta fonte.

Fosse Paulo de Castro um adepto do jogo triplo (trabalhar para Mercedes, ajudar o SMSBD, informar Serafim-Corraini) ou não, a APMSBD foi enganchada na teia do Deops, se não houvera caído antes, quando Orisson contatou Corraini para conseguir sua colocação de ajudante de eletricista, profissão afinal aprendida e exercida. Imediatamente, as redes se superpuseram quando Castro buscou tecer sua própria malha de influência e informação, estando, em acréscimo, muito interessado em aumentar seu cacife diante de um aliado de Santo André, Rolando Fratti.

Conseqüentemente, o grupo de fábrica da Mercedes passou a figurar nas preocupações do SMABC. "Inclusive" — acrescentou Castro (ao contar dos receios surgidos com os rumores da transformação da APMSBD em sindicato) — "tivemos de, por várias vezes, discutir com eles [os dirigentes metalúrgicos de Santo André] para que compreendessem que nós não íamos parar". Apesar disso, segundo o mesmo Castro (em outro depoimento), formada a associação, esta parou. Falando tanto de Potomatti quanto de Carniel — e sugerindo a importância de sua figura —, Castro foi taxativo: "não tinham experiência". "Eles iniciaram e pararam, o problema foi esse: eles pararam". De todo modo, é certo que o plano de uma associação dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema logo se revelou algo diverso de uma heureca.[610]

Ao contrário da APMSC, que levou quatro anos para se transformar em sindicato (entremeando suas agenda com o calendário do SMABC), a APMSBD foi fundada sem o planejado apoio da matriz. Logo, seus 15 meses de vida foram muito ocupados com a transposição de obstáculos do que com vida associativa. Felipe Cordeiro — "um tipo muito inteligente, conhecia todo esse processo" — foi então destacado para dar andamento aos procedimentos necessários. "O que nós queríamos", Castro revelou categoricamente, "eram os papéis para fundar o sindicato".[611]

Instalou-se a associação na Rua Santa Filomena, 373, e seu presidente, Lino Ezelino Carniel, foi demitido da MBB. Outros diretores foram sobrecarregados com horas extras ou mudanças de turnos, obstruindo-lhes a agenda. Volta e meia, seriam recolhidos ao xadrez para passarem horas e horas incomunicáveis e desaparecidos. Para piorar, lembrou-se Carniel, "não havia rendimento", isto é, não dispunham dos fundos do imposto sindical,

---

[610] Entrevistas de Orisson Castro, 1985 e 1986, fonte já citada.

[611] Entrevista de Orisson Castro ao PMO-Cedi, 20/5/86.

retidos em Santo André pelo tesoureiro Corraini. Foi "uma luta de sacrifícios", desabafou. "Não foi fácil".[612]

Foi difícil, mas não foi tão burocrático e desinteressante como contado por Orisson. Além do citado movimento na MBB em setembro de 1959, o alarma policial — promovem "campanha de sindicalização, pois pretendem, logo a seguir, transformar a aludida associação em sindicato" — constitui episódio digno de nota. O rol dos primeiros 508 sócios do SMSBD mostra um esforço agremiativo inegável, a primeira campanha de sindicalização específica dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Por meio dessa listagem, podemos saber que apenas um willyano, o ferramenteiro paulista Antônio Moreno, figura entre os 71 subscritores da APMSBD, predominando os funcionários da Mercedes e da Mercantil Suíssa. Septuagésima sócia, a primeira operária a assinar uma ficha de filiação foi a paulista Thereza Andrade Moura, solteira, ajudante na Mercantil Suíssa. Os três primeiros afiliados foram Carniel, Potomatti e Borsoi e Castro, o 76º.[613]

Nesse ínterim, segundo estimativas disponíveis, o setor automobilístico empregava 95 mil pessoas e o parque willyano era considerado "o maior agrupamento industrial do país num só local no campo da produção automobilística". Para 1960, Willys divulgou ser sua intenção aprontar o mesmo número de veículos fabricados nos três anos anteriores, cerca de 50 mil autos. Sinal de um acorde fortíssimo, essa nota expressava o inebriante gozo da demanda reprimida, bolha de consumo que, praticamente, deu um comprador a qualquer carro vertido no mercado.[614]

Apontando para as dificuldades criadas pelas empresas e pela polícia para impedirem a sindicalização, do mesmo modo que Carniel comparou os passos de tartaruga dos sindicalistas no final dos anos 50 com a marcha de gigantes dos sindicalistas nos anos 80, é possível traçar esse paralelo entre esses mesmos sindicalistas do final dos anos 50 com os saltos de milhares — tanto de veículos fabricados quanto de pessoal empregado —

---

[612] Comunicado, 18/8/59. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 243. Entrevista de Lino Carniel ao PMO-Cedi, transcrita em Oliva, Aloizio Mercadante, *Estado Autoritário e Desobediência Operária. Os Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema*. Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao IE-Unicamp, 1988, p. 246. Sem detalhes, Carniel recordou-se da paralisação na Mercedes em setembro de 1959.

[613] Comunicado, 18/8/59, Aesp, fonte já citada. "Relação dos Associados", 11/11/60. Pasta Fundação do Sindicato, ASG, SMABC.

[614] *O Globo*, 6/1/60. *Diário de Minas*, 5/2/60. *Correio Paulistano*, 23/6/60.

das firmas de autos (no mesmo período). Retida em seus intentos de *queima de etapas* (passar de associação a sindicato apenas com o impulso vindo da Mercedes), a militância metalúrgica são-bernardense veio a conhecer a já mencionada *queima de etapas* do movimento operário, no sentido da liquidação de suas experiências e trajetos pela aliança empresarial-policial.

Enquanto os Kaiser desligavam as filiais de IKA e WOB do seu eixo central de investimentos, o desmembramento de São Bernardo e Diadema foi recebido pela matriz correspondente como uma inconveniente drenagem de recursos. Entre os militantes operários de Mercedes, Castro e Potomatti ambicionavam a liderança da categoria; eram, porém, apenas aspirantes. Do outro lado, havia quadros executivos formados e experimentados — e isso valia também para imediatos encarregados de supervisionarem a produção. Alguns, como Humberto Monteiro (Ford), eram brasileiros que atuavam no ramo desde o início dos anos 50. Outros, como Schultz-Wenk (VW) e Max Pearce (WOB), vinham de seus países com planos de ascensão e liderança. Na MBB, haveria lugar para o Homem do Aço, o poliglota, engenheiro, administrador e general Macedo Soares. Na política dos Recursos Humanos, bancados pela aliança com a polícia, e assim confiantes na sua sorte, executivos nacionais e estrangeiros apostavam suas fichas na política de benefícios diretos e indiretos.

Estranhamentos Mútuos

Nas suas memórias, o pecebista Armando Mazzo tempera com perplexidade os relatos de seu contato com brasileiros e brasileiras sem passagem para o embarque na locomotiva paulista do desenvolvimento. A marceneiros como ele ou a modeladores como Ettore Cataruzzi causava estranheza — por dever de ofício ou tom de ideologia — a devoção de um "peão" ao trabalho sujo, monótono, subalterno... indigno de um profissional de ofício. Deviam deplorar, em seguida, a fidelidade devotada à "mãe", a "companhia". Comunistas, ainda eram influenciados pela tese marxista do aviltamento do trabalho pelo processo produtivo capitalista.

Para Mazzo, Cataruzzi era um "dos melhores. Era um profissional de primeira categoria". Demitido por causa de um aparte feito a um discurso de seu patrão, antes de ir-se embora, Cataruzzi não se calou e "fez um rápido discurso, agradeceu a solidariedade e

disse não fazer questão do emprego, pois tinha aonde ganhar mais". Ao final, não perdeu a oportunidade: "incentivou os companheiros a lutarem para formar um sindicato".[615]

Em entrevista, quando falou das comissões de fábrica do ABC, Rolando Fratti, recorreu, igualmente, à associação entre esclarecimento político e qualificação profissional. Na Laminação Nacional de Metais, "já tinha comissão interna, porque era um setor avançado, com um grande percentual de trabalho de operários especializados, operários mais conscientes, mais avançados".[616]

Nessa época, e mesmo nos anos 60, carpinteiros, marceneiros, lustradores, modeladores, entre outros, encontravam colocação na indústria automobilística, ainda usuária de muita madeira. Nas entrevistas feitas por Luiz Pereira, o inverso do caráter avançado não demorou para aparecer no *atraso* dos trabalhadores vindos do campo. Segundo um operário especializado de uma mobiliária, "o sujeito que trabalhava até então na roça é só útil num serviço braçal e nunca tem a esperteza de quem está na Capital, já calejado". Para um mestre de marcenaria, formado na Espanha, "uma pessoa da roça não conhece nada de máquinas. Não sabe ler nem escrever. Não conhece nem um metro. Não pode chegar a ser nada". Para um marceneiro filho de italiano, no início, eles têm de "fazer limpeza e outros serviços brutos e sem futuro, porque é difícil lidar com uma máquina ou ser marceneiro. Em outros serviços, como lustração e certos tipos de máquina, é mais fácil para eles depois de algum tempo".[617]

Embora carregadas de preconceito, essas explicações não são descartáveis. Conhecedoras do processo produtivo, ressaltam o caráter deplorável do serviço não-qualificado. Caracterizam-no bruto e desinteressante e, obviamente, mal pago. Apontam para diferenças gritantes, a lida da enxada e a operação de máquinas. Condescendentes ou não, admitem que a diferença podia ser tirada com o tempo, mas mencionam ainda a fragilidade da situação do desqualificado como causa de sua devoção e fidelidade.

---

[615] Mazzo, *Memórias de*, op. cit., p. 45.

[616] Entrevista de Rolando Fratti ao PMO-Cedi, s.d.

Referindo-se às obras da Rodovia Anchieta em São Bernardo em 1946, French associa a chegada de milhares de trabalhadores da construção a uma "desestabilização" social. "Espalhados ao longo do percurso da estrada, eram recrutados em grande parte em Minas Gerais e na região Nordeste". "Sem qualificação profissional, pobres e o mais das vezes de pele escura, eram objeto do desprezo dos habitantes mais antigos, *inclusive dos marceneiros qualificados do lugar*" (g.m.).Ver: *O ABC*, op. cit., p. 199.

[617] Pereira, *Trabalho e*, pp. 170-171.

Com termos peculiares a uma certa variante marxista — citando, em acréscimo, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil* (de Leôncio M. Rodrigues) —, o sociólogo Cândido Vieitez apreça outros estranhamentos, manifestos nas opiniões do pecebista abecedense Guido Poianas. Para começar, Poianas acreditava nas "tendências revolucionárias" dos imigrantes europeus durante a Primeira República (propensões essas já negadas pela pesquisa histórica). Depois prosseguia dizendo que os imigrantes chegados no pós-guerra eram pequenos burgueses por vocação, indo somar-se ao comodismo de filhos e netos dos velhos imigrantes. Junto com os novos estrangeiros vinham os migrantes internos. Nesse ponto, este marxismo do PCB — cuja expressão investigativa encontra-se tanto no documentário *Viramundo* quanto nos escritos de Vinhas e Coelho — se confunde com a sociologia de Rodrigues, Ianni e Procópio Camargo, atestando ser o migrante um operário ex-lavrador sem condições de se ver como classe. Resultado: quando "a gente", isto é, Poianas e seus camaradas iam "ensinar ou convencer", se defrontavam com as concepções dos migrantes e as taxavam de arcaicas. "'Quem agüenta esses baianos?'", perguntou enfastiado um ativista da Pirelli.[618]

Os ativistas reclamavam do despreparo das base para entendê-los, mas podiam sanar alguns curtos-circuitos caso perguntassem para si mesmos se estavam preparados para semear no novo terreno da indústria fordista plenamente desenvolvida. Ante as contraditórias reações de empatia, falta de familiaridade e estranhamento com o migrante-operário, os comunistas, que eram a força principal da primeira geração de ativistas do SMSBD, tentaram equacioná-las com o recurso a uma forma bem característica de representar o ex-rural. Embora fosse crescente a presença dos mestiços de pele morena, o sindicalismo metalúrgico do ABC ainda era coisa de descendentes de europeus — latinos, germânicos ou do Leste. Presente entre trabalhadores e dirigentes, esse estranhamento era marcado pela etnicidade, pela cultura política da militância e pelo orgulho profissional, sendo possível encontrar esses ingredientes numa só pessoa.

---

[618] Vieitez, *Reforma Nacional*, op. cit., p. 206. Vinhas, *Estudos sobre*, op. cit., p. 186. Coelho, *Herança de*, op. cit., pp. 301, 310. Ianni, *A Formação*, op. cit., p. 41.

Para uma crítica à imagem do italiano anarquista, ver: Hall "Trabalhadores Imigrantes", op. cit. Hall, Pinheiro, "Alargando a", op. cit. Eder Sader também anota que, desde Oliveira Vianna, a tese da dispersão comportamental da classe trabalhadora a faz incapaz de universalizar seus objetivos, tornando-a presa de nosso iberismo ou do Estado, das elites políticas e empresários e da industrialização. Ver: *Quando Novos*, op. cit., p. 31.

O problema estava em deslocar o discurso e a prática sindicais para o novo público em formação. Mestres de seus segredos e habilidades ocupacionais, nas têxteis, moveleiras e metalúrgicas tradicionais, os grupos operários mais antigos tinham como proteger seus postos de trabalho da aliança empresarial-policial e da concorrência dos migrantes, fornecendo ao ativismo sindical um manancial de recursos humanos.[619] Fato diverso, a indústria automobilística abriu um novo mercado e, muito embora houvesse lugar para todos, os grupos mais antigos seriam francamente superados em termos numéricos, sendo suplantados pelos migrantes do interior paulista, do eixo sul-sudeste e do nordeste.

Ao final da queima de etapas, na Willys, Ford, GM, Volks e Mercedes, essa diferença podia ser de milhares. Sem a participação dessa maioria, toda corrente sindical na indústria automobilística mobilizaria apenas minorias. Ambos precisavam se encontrar numa experiência nova, e a organização do trabalho das automotrizes (como vimos no capítulo anterior) ofereceu-lhes a ante-sala. No entanto, a minoria militante local e a maioria migrante permaneceriam se entreolhando silenciosas enquanto o primeiro grupo afirmasse que qualificação profissional era sinônimo de esclarecimento político e, ainda, que a dignidade operária (muitas vezes enunciada como dignidade humana) fosse, meramente, um lance da luta capital-trabalho.

Até Philadelpho Braz, que não pertencia ao PCB, recorreu (como foi visto no capítulo 2) a raciocínio similar ao de Poianas para demonstrar a sobrevivência da personagem do peão de fazenda, humilde e submisso, na figura do peão de fábrica. Migrante (veio do interior paulista) e filho de pai baiano, após sua filiação no pós-guerra e sua eleição em 1956, Braz não olhava para os migrantes como igual. Tampouco Castro, um cearense que aprendeu sua profissão dentro da Mercedes, se reconheceu nos migrantes:

> "o cidadão chegava aqui, do interior do Brasil, principalmente do Nordeste, e nunca tinha visto o salário mínimo. Então, ele entra numa fábrica com a Mercedes-Benz, a Willys etc., e dão restaurante com almoço, com janta, uma série de regalias que ele nunca teve na vida. Imediatamente, colocam um ônibus na frente da fábrica para levar da sua casa e depois trazer. Então, nós éramos ameaçados, às vezes na própria empresa, nos chamavam de filho de uma égua, de filho disso, filho

---

[619] Ver: French, John, "Social Origins of Resistance in the Factory Workplace: The not so Powerless Prevail". Comunicação apresentada em seminário de pesquisa interdisciplinar, Universidade de Washington, 25/2/1991, pp. 3, 4, 7.

daquilo... que a Volks era uma mãe, que vocês são comunistas".[620]

Pecebistas tal qual Castro, Borsoi e Guillen formularam o problema com outros termos. Perguntado a respeito do modo como o SMSBD incorporava os trabalhadores nas suas campanhas, Borsoi respondeu certeiro: "greve não era uma coisa fácil". Quem pouco tinha, muito tinha para perder no corte do facão, raciocinou. Aglutinar

> "uma camada de trabalhadores para a greve era muito difícil porque o poder aquisitivo do povo naquela época era muito baixo e a greve é muito relacionada com o poder aquisitivo. Porque se você trabalhou hoje para comer amanhã, você não tem espaço para isso".[621]

Guillen falou de si mesmo:

> "Era preciso deixar a fazenda. Quando viemos para Santo André, sentimos melhoria de 100%. Porque lá não se via dinheiro. Aqui, entrei no dia 9 de novembro de 1936 na Pirelli e quando foi daí a 15 dias, recebi o pagamento, enquanto lá não recebi pagamento de 1929 a 1936. Aqui, quando recebi o primeiro pagamento, entreguei para minha mãe e ela se espantou. Perguntou o que era aquilo. Era o pagamento! Sabe o que ela fez para me contentar? Comprou uma cerveja Malzbier. Eu tinha recebido 80 mil réis. E comprou um quilo de carne na Vila Assunção. Matei a vontade de comer carne, caramba!".[622]

Aproveitando-se, ao zelarem pelo pequeno milagre, jornais, governos, políticos e empresários emolduravam e exibiam o retrato do trabalhador nacional braçal. Sem o fazerem apenas por generosidade ou agradecimento, mas por causa do sucesso da operação mão-de-obra, sabiam que o trabalhador superara impeditivos para chegar até eles ou para proporcionar um futuro à prole nascediça. Sabiam também que esse trabalhador não participaria em massa do sindicato se o debate passasse pela linguagem cifrada da militância.

Dedicado a seus intentos de acelerar as etapas de maturação da associação profissional, o grupo amalgamado pelo ativismo operário na Mercedes se haveria com o alto preço pago pelo trabalhador para se manter na firma "moderna": inserido numa relação de reciprocidade que, a um só tempo, o colocava em dívida com a "companhia" e lhe oferecia a conquista da dignidade.

---

[620] Entrevista de Castro, 1985, fonte já citada.

[621] Entrevista de Alcides Borsoi ao PMO-Cedi, São Caetano, 1º/4/87.

[622] Depoimento de Miguel Guillen, 1984, transcrito em Medici, *Nove de*, op. cit., p. 34.

7

ALTA TENSÃO

REPRESENTAÇÕES RIVAIS

NASCIDO PARA LUTAR

Criada na segunda metade do governo JK, a associação dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foi transformada em sindicato numa assembléia realizada em 26 de agosto de 1960.

Na ocasião,

> "solicitou a palavra para congratular-se com os presentes face ao resultado da votação o senhor Anacleto Potomatti, enaltecendo principalmente a conduta dos companheiros da Willys-Overland do Brasil que, após os esclarecimentos que se fizerem necessários, não vacilaram na aprovação da transformação da Associação em Sindicato".

Entusiasta, o redator da ata prognosticou que o grêmio novel,

> "uma vez reconhecido pelo Ministério do Trabalho, será sem sombra de dúvida o maior Sindicato do chamado triângulo industrial do ABC".[623]

---

[623] AAG, 26/8/60. CDMLBS, SMABC.

Cena rara na era republicana brasileira, nem antes nem depois da hora prevista, JK entregou a faixa presidencial a Jânio Quadros em janeiro de 1961. Em abril, o titular do recém-organizado MTPS (Ministério do Trabalho e Previdência Social), Francisco Castro Neves, deferiu o pedido de reconhecimento do terceiro sindicato de metalúrgicos para o ABC, expedindo-se em junho a carta sindical. Neste momento, o SMABC, que já tinha dado vida ao SMSC (em cuja base estava GM), se extinguiu. Rebatizado de SMSA, restou-lhe apenas International Harvester, diminuta firma de utilitários estadunidense.

As primeiras campanhas eleitorais para o SMSBD se desenrolaram em agosto. Em 10 setembro de 1961, Anacleto Potomatti assumiu a presidência, cargo para o qual seria reeleito no pleito seguinte (1963). Logo nas primeiras eleições, se manifestaram diferenças. Possivelmente, por causa de desacordos relativos a credos doutrinários, Lino Carniel, que fora presidente da associação profissional, perdeu espaço, largando a carreira. A chapa 2 deve ter sido montada após desavenças quanto à divisão de cargos. Recebeu 205 votos e os vitoriosos, 775.[624]

No pleito seguinte , a polarização ideológica apurou o facciosismo e a polêmica política se tornou nítida. Agrupada na chapa "Símbolo de Lutas", a situação era hegemonizada pela militância pecebista, mas, ainda assim, pendiam ressentimentos com a matriz em Santo André (esta não menos vermelha). Além de orientações legais (reforma e atualização da CLT, aplicação da Lei Orgânica da Previdência Social, salário família, direito de greve, férias em dobro), da canção do Pacto Sindical, da letra do Hino Nacional, das disposições da Lei do 13º e de seleções do julgamento de Saco e Vanzetti, o estatuto do grêmio reclama: "não foi fácil fundar o sindicato", "tivemos de enfrentar sérias incompreensões e que não foram poucas e muitas ainda persistem".[625]

O adversário mais perigoso, na verdade, situava-se no bloco adversário. Este reunia estudantes de organismos juvenis católicos (dentre eles o futuro dr. advogado Maurício Soares), operários católicos (alguns eram congregados marianos), padres nas paróquias, o bispo dom Jorge, políticos do PDC e, mais remotamente, Magaldi (MSD) e Herbert Levi (UDN).

---

[624] *News Seller*, 27/8/61, 10/9/61.

[625] Estatuto do SMSBD, 1963. Aesp, setor Deops, 30-B-7, fls. 174.

Em 1964, o Golpe Militar varreria as esquerdas do comando dos três sindicatos de metalúrgicos do ABC, nomeando Clemiltre Guedes da Silva para o SMSBD, Pedro Romanich para o SMSA e Bernardino Testa para o SMSC. Encerrada a intervenção em São Bernardo, Clemiltre voltou a atuar entre os metalúrgicos de São Paulo. Antes de partir, se entendeu com o Movimento Metalúrgico de Reorganização Sindical (MMRS), corrente oposicionista do pré-64, organizada no bloco supramencionado.

MAS LUTAR COMO?

Apesar de sua crescente relevância, o movimento sindical dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que estava encarregado de representar os trabalhadores da Willys, Mercedes, Volkswagen, Simca, Scania-Vabis e Toyota, permaneceu à sombra do SMSA e do SMSP (em cuja base figuravam Ford e Vemag). Estes dois últimos passaram todo o mandato do "tolerante" JK sob as mãos da aliança de centro-esquerda, estando há mais tempo inteirados de suas dúplices tarefas: administrar máquinas políticas e organizar os trabalhadores.

Até 1964, ao contrário das previsões inscritas na ata supracitada, o SMSBD não veio a ser o maior grêmio do Triângulo, exercendo, isto sim, um papel coadjuvante nas campanhas gerais do operariado em São Paulo. Coadjuvante, diga-se, em termos de liderança, mas coadjuvante de grandeza, pois qualquer iniciativa ansiava pela adesão das fileiras que acorressem da indústria automobilística.

O SMSBD foi oficializado durante o governo Quadros, mas seu primeiro diretório toma posse 48 horas depois do arranjo da emenda parlamentarista, que viabilizou a chegada de Jango à Presidência. Entre a assembléia que sancionou a transformação da APMSBD em sindicato, o processo de reconhecimento pelo ministro do Trabalho, as primeiras eleições e, enfim, as posses sindical e presidencial, o país sofreria os efeitos da gestão Jânio Quadros, eleito com votos da UDN.

Três semanas antes da posse de Quadros em 31 de janeiro de 1961, o adido trabalhista estadunidense Fishburn viajou para São Paulo. Por 48 horas, sondou os três possíveis titulares da pasta do Trabalho. Dono de alentado currículo, além de ser o assessor de Quadros na corrida eleitoral para os trabalhadores organizados, Paulo Marzagão, ex-secretário do Trabalho do governo Jânio, era a opção mais forte. Íntimo e confidente do

eleito, Oscar P. Horta, tinha seu nome ventilado nos jornais. O terceiro, que acabou sendo o escolhido, Francisco Castro Neves (do PDC) também integrara o secretariado do governo estadual de Jânio.[626]

Os três foram unânimes em situar nos primeiros dois anos de mandato a fase mais difícil para o presidente. O último trimestre de 1961 seria uma prova de fogo, pois esperavam a eclosão de campanhas anticarestia. Segundo Fishburn, eles menosprezavam o sindicalismo brasileiro porque enfatizavam o papel do MTIC na domesticação do movimento operário e suas lideranças. Alívio dos quatro, os comunistas eram minoritários, mas se temia sua unidade ideológica e a organização de sua máquina política cujo âmbito, ainda mais, era nacional.

Por causa disso, concluíram os três, o PCB era forte demais para ser aberta e imediatamente atacado pela nova administração. Sua importância eleitoral e suas bem defendidas posições levariam o presidente a ter cautela e a agir ambiguamente, mantendo-se vigilante quanto a qualquer ameaça que a esquerda pudesse vir a representar. Somente depois do biênio citado (1961-62), que seria encerrado com eleições estaduais, poderia o governo federal passar à ofensiva.

Castro Neves não discorreu sobre idéias para o ministério, mas abordou várias questões interessantes. Ele primeiro caracterizou a personalidade do novo presidente, definindo-o, basicamente, como um "improvisador". Por causa disso, falou que a administração iria se pautar mais por oscilações conjunturais do que por políticas previamente traçadas, assumindo compromissos e soluções temporários e, quem sabe, incoerentes ou contraditórios.

Improvisador, mas não imprevisível. Com precisão, o futuro ministro rabiscou aspectos fundamentais do curto governo do presidente Quadros. Referindo-se, sub-repticiamente, a Marzagão, um deles era o caráter volátil da relação de Jânio com o operariado, marcada mais por sua "própria influência direta" do que por laços orgânicos (ao contrário do petebista Jango, reeleito vice-presidente na dobradinha Jan-Jan).

Outro aspecto da ação do futuro mandatário era o caráter diversionista a ser usado no revestimento da política externa brasileira, um substitutivo da portentosa transferência

---

[626] "Probable Labor Policies of the Quadros Administration". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1960-63, box 2416, 832.06/1-1361. As citações dos cinco parágrafos seguintes foram retiradas

da capital para Brasília. Por fim, Castro Neves arriscou um prognóstico enigmático, mas, em alguma medida, certeiro. Para ele, as técnicas de improvisação de Jânio, complemento de seu despreparo, poderiam colocar o presidente em "apuros". Ele prosseguiu dizendo que não se surpreenderia se, no terceiro ano de governo, Jânio se transformasse — paradoxalmente, seja dito — "na única resposta aos problemas do Brasil". Isso, ele observou, poderia levar a uma mudança na Constituição a fim de permitir a *continuidade* de Quadros a frente do mandato presidencial. "O Brasil", justificou, "ainda não passou da era dos 'caudilhos'".

Logo após a posse, o MTIC foi extinto para dar lugar ao MTPS e ao Ministério da Indústria e Comércio (MIC). Primeiramente, a direção do DNT foi oferecida a Arnaldo Sussekind, alto funcionário de carreira no ministério, que declinou da oferta, sendo então refeita para Ildélio Martins, advogado trabalhista em Santos. Havia a expectativa de o governo Quadros reverter, progressivamente, a liberalização empreendida na administração JK. Fishburn, no entanto, duvidava da existência das condições de uma simples volta ao passado pois, a seu ver, o sindicalismo brasileiro tinha "amadurecido".[627]

Após sua primeira entrevista coletiva, Castro Neves foi brindado com as ironias da inteligência trabalhista estadunidense. Ao seguir uma "tradição firmemente estabelecida", o ministrou reproduziu puídas declarações de posse. A maioria dos titulares, nos dez anos anteriores, sempre apregoara a liberdade sindical na hora de assumir o gabinete.[628] (Diversamente, no pós-64, a diplomacia estadunidense abandonaria o tom mordaz em prol da paciência monástica. Como veremos no capítulo 8, sendo o dileto Sussekind o ministro, o serviço diplomático dos EUA não faria recriminações mordazes, mesmo quando já estava suficientemente claro que o presidente Castelo Brancos e seus ministros — todos "liberais" — haviam estreitado as relações entre Estado e sindicalismo.)

Em 16 de março de 1961, numa conversa com dirigentes sindicais, Castro Neves fez uma apelo contra greves. Foi uma encenação. Falou-se que os trabalhadores deviam "começar" dando um "bom exemplo", mantendo suas atividades. Para compensar,

---

desta fonte.

[627] "First Quarterly Labor Report". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1960-63, box 2416, 832.06/5-1861.

[628] "Labor Ministers' Lip-Service to Free Trade Unionism". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1960-63, box 2417, 832.062/4-361.

"sacrifícios" também seriam requisitados aos patrões. Aparentemente, o ministro não se deteve nessa tola tentativa de pacificação das classes. Para os analistas estadunidenses, sua gestão "deu mais assistências aos comunistas no movimento operário do que aos seus oponentes". Em contrapartida, "o presidente Quadros (...) ajudou os não-comunistas por meio do seu chefe da Casa Civil". Ambos (de acordo com Harding) evitaram aproximar-se do MSD de Magaldi.[629]

Em linhas gerais, evitar o confronto com o PCB, manter distância do MSD e sustentar sindicalistas de centro, impedindo polarizações, eram medidas presumíveis ante o fim dos 50 anos em 5, a inauguração de Brasília e a necessidade de domar o processo inflacionário.

Impaciente, confiante ou desastrado, Jânio exonerou-se da Presidência seis meses após a posse. Desejoso de superpoderes, mergulhou o país em novas profundezas de instabilidade política e econômica. Talvez tenha arquitetado sua manobra naqueles momentos que se deixava embalar pelas "'forças ocultas com soda'" (chiste colhido pela diplomacia britânica).[630] Apesar do apoio do MRS e da UDN à sua candidatura (ambos hostis à organização sindical da CLT), o demissionário pouco, ou nada, fizera para liberar o sindicalismo de seu atrelamento às máquinas políticas. Não era para menos, haja vista o fato de todo e qualquer plano de volta ao Palácio do Planalto (após a renúncia) ser dependente do MTPS para arranjar sindicatos e trabalhadores favoráveis. Na verdade, logo após reagirem contra os militares e em prol de Jânio, sindicatos e trabalhadores se inclinaram pela defesa da posse do vice-presidente Jango, que viajara à China.

Nessa conjuntura incerta e cambiante, o movimento sindical nacional-reformista também possuía razões para acautelar-se. Seu ambíguo apoio ao Plano de Metas (condicionado a exortações nacionalistas e favorável à aliança com uma burguesia 100%

---

[629] "Minister of Labor Asks Unions not to Strike", Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1960-63, box 2417, 832.062/3-2261. "Annual Labor Report – 1961". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1960-63, box 2416, 832.06/2-2062. Harding, *The Political*, op. cit., p. 488.

[630] Relatório, 19/4/62. FO 371 162132. PRO. Transcrito em Moraes Neto, Geneton de, *Dossiê Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 1997, p. 79. Este mesmo autor reproduz suposta confissão de Jânio Quadros ao neto, em que o ex-presidente fala sem rodeios da renúncia (ainda que 30 anos depois). Com Jango em viagem à China, Jânio pensou que teria tempo para esperar tanto pela reação do povo em seu favor quanto pelo veto militar à posse de Jango. "Fiquei com a faixa presidencial até o dia 26. Achei que voltaria de Santos para Brasília na glória". "Deu tudo errado". *Dossiê Brasil*, op. cit., p. 86.

brasileira) não deixara de estipular o veto ao seu financiamento via inflação, contenção de salários e limitações ao direito de greve.

Essa política elegeu a luta contra o capital estrangeiro o eixo das mobilizações e, por isso, tinha de ignorar a parcela nacional das sociedades acionárias de Mercedes, Vemag, Willys, Volks, Simca e Scania-Vabis. Outro problema era o fato de o nacional-desenvolvimentismo ter sido acompanhado de uma inflação cujo efeito corrosivo havia sido amenizado por intermédio do crescimento da oferta de emprego. Porém, as administrações seguintes, de Jânio Quadros e João Goulart, não controlariam a alta do custo de vida nem manteriam o ritmo anterior. Não seriam eficazes, como JK o fora, em sustentar uma base de apoio.

Apesar de detectados pela aliança empresarial-policial, os quatro sindicatos encarregados de representar os trabalhadores da indústria automobilística em São Paulo (SMSP, SMSA, SMSC, SMSBD) conseguiram estender raízes até eles, fazendo-se presente em diversas experiências de luta.

Primeiro, como demonstra a ciosidade dos dirigentes para com seu reconhecimento de acordo com a legislação, os grêmios dos metalúrgicos defenderiam causas trabalhistas dentro da lei, encaminhamento benquisto pelos trabalhadores. Depois, visariam à ampla mobilização quando da chegada das datas bases ou por ocasião das campanhas intersindicais. Posto que não existia uma política salarial afora do funcionalismo público e do salário mínimo, nem tampouco uma contratação direta e coletiva com o patronato (por causa do antagonismo deste mesmo patronato), as cortes trabalhistas e a DRT possuíam papel importante na mediação e definição dos entendimentos. Por fim, esses sindicatos não se eximiam de participar da política interferindo em congressos e pleitos confederativos, fazendo escolhas também na hora das pelejas partidárias ou nacional-reformistas, como a encampação, pelo governo Jango, da refinaria petrolífera de Capuava.

Se Vargas idealizou o trabalhismo para recortar o operariado no molde de um projeto ambíguo, inclusivo e reformista, mas controlado a partir de cima, e ainda sujeito a manipulações clientelísticas, agora o sindicalismo entendia que era preciso os trabalhadores influírem partidos, parlamentos e administrações para ver suas demandas satisfeitas. Ao acrescentar o interesse pelo sistema político à sua presença nas relações capital-trabalho, o sindicalismo se defrontou com dois desafios diversos, a luta de classes e a representatividade.

Embora os direitos de greve e da organização sindical estivessem consagrados, não eram aceitos por todos. Nas fábricas, precisamente onde a aliança empresarial-policial se esmerava em deitar abaixo o movimento operário, tanto as tratativas quanto a formatação do sistema político estavam impedidas de assumir seu posto no dia-a-dia dos domínios patronais.

Por outro lado, os trabalhadores urbanos e rurais impulsionavam a disseminação das lutas. No caso do SMSBD, este era novo e pequeno demais para, desde logo, apossar-se de um lugar de proeminência. Diante dos saltos de milhares da indústria automobilística, a APMSBD, no caminho de sua oficialização, conseguiu fazer 508 sócios. Para tal, teve de sair da Mercedes e, timidamente, entrar na Willys e na Volkswagen. (Em maio de 1959, dos 71 subscritores da idéia de uma associação profissional para os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, apenas um era willyano.)

Ultrapassado pela queima de etapas do governo JK, que fizera surgir um parque fabril fordista concentrado e integrado,[631] o sindicalismo dos trabalhadores da indústria automobilística, como visto até aqui, sempre figurou no rastro da queima de etapas da aliança empresarial-policial. Outrossim, após a retirada do Estado da operação mão-de-obra (ver capítulo 2), as automobilísticas se ocuparam sozinhas das práticas de atrair, formar e reter a força de trabalho, a qual foi, literalmente, arregimentada à queima de etapas nas tão necessárias fundições. Para os males derivados de tamanha pressa, havia uma política de benefícios, que se somava ao tratamento nativo da questão social, ambos visando à exclusão do sindicato do contato direto com as bases. Sesi e Senai, para completar, foram instituições patronais para a formação educacional e política da mão-de-obra. Em suma, no espaço dos bem guardados muros de suas unidades fabris, as empresas pavimentaram sua relação com empregados sem freios e amolações exteriores.

---

[631] Wilkins & Hill observam que a Ford no Brasil era muito mais integrada que a Ford na Alemanha ou na França. *American Business*, op. cit., p. 416. Também a diplomacia notou esse aspecto. Ver: "US Investment in São Paulo - General Motors do Brasil". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4092, 811.05132/4-357. "Inauguration of the Ford Engine Factory". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4330, 832.3331/11-2858.

INSPECIONANDO LINHAS: A MERCEDES DO GENERAL DO AÇO

General de exército, engenheiro, industrial e político, fluente no alemão, inglês e francês, "homem do aço no Brasil", presidente da CSN entre 1954 e 1960, diretor da Fiesp entre 1962 e 1967, presidente da CNI entre 1964 e 1967, ministro da Indústria e Comércio entre 1967 e 1969, Edmundo de Macedo Soares foi presidente da Mercedes-Benz do Brasil entre 1960 e 1967, e 1969. Reflexo de uma personalidade e de uma época, ele declarou: "em todas as empresas que eu fiz, a maioria foi nacional".[632]

Certo dia, Alfred Jurzykowski o procurou na sua residência, na antiga Guanabara:

> "ele me disse: 'o senhor é siderurgista, portanto entende de automóveis'. Não tem nada que ver uma coisa com a outra. Eu digo: 'sim, e daí?'. Diz ele: 'eu quero fazer um caminhão no Brasil'. Eu digo: 'isto eu ajudo'. Diz ele: 'então o senhor vai ser presidente da minha companhia'. (...) Eu disse: 'bom, vamos. Vamos escolher o terreno'. Fomos escolher o terreno em São Paulo, em São Bernardo, escolhemos e começou-se a construção da usina".

Menos determinada, "a Mercedes [isto é, Daimler-Benz AG] entrou com um terço porque não confiava no Brasil". Depois, comprou mais 20% das ações de Jurzykowski. Com a morte deste, em 1966, a matriz adquiriu tudo.

Jurzykowski era milhardário. Macedo Soares era brasileiro, militar e industrial. Os alemães sabiam aprontar autos. Em 28 de julho de 1956, inaugurou-se a fábrica aonde o torneiro Anésio de Oliveira compareceu cerca de 17 anos.[633]

Macedo Soares não sabia nada de caminhões, mas sabia comandar. Para inteirar-se do ramo, foi à fábrica conhecê-la. Ao visitar as linhas de montagem dos motores, o general registrou que eram "móveis" (uma novidade naqueles tempos) e que as peças afluíam "lateralmente, no local adequado". Seu "horário geral" era entre 7h45 e 17h30, com intervalo de 45 minutos para o almoço.[634] Havia três restaurantes; um para os operários,

---

[632] Entrevista de Macedo Soares, e-155, pp. 471, 490. Cpdoc. As citações dos dois parágrafos seguintes foram retiradas desta fonte.

[633] Natural de Itapira (SP), Oliveira é filho de mãe fluminense e pai catarinense (pescador). Nasceu, viveu e trabalhou em fazenda de café, de onde saiu em 1939, quando sua família mudou-se para Santo André. Freqüentou a escola e aprendeu ofícios operários. Entrevista de Anésio de Oliveira, São Paulo, 16/10/96. Projeto História das Profissões em Extinção. Realização: Confederação Nacional dos Metalúrgicos e Museu da Pessoa.

[634] Notas, 9/5/60. Cpdoc, EMS, f-priv, 59.09.23, fotograma 518.

outro para empregados de escritório e o terceiro para diretores. Dispunha-se também de uma cantina e havia serviços ambulatoriais, com médico até as 22 horas.

Depois de inspecionar linhas de pré-montagem (bomba de óleo, embreagem, eixo de válvula), o general anotou: "o esmerilhamento dos assentos de válvula é feito a mão, mesmo na Alemanha. De modo geral, graças à mecanização (impossível com a série que temos), a produção na Alemanha leva menos homens-hora".[635] Ou seja, tal como Willys, em vista da abundante oferta de mão-de-obra, havia emprego extensivo da tração braçal.

Ao voltar dessas incursões, também sentiu necessidade de falar das "relações numa companhia". No topo da pirâmide,

> "o papel do líder ou gerente geral é unificar os esforços de todas as competências e dirigi-los no sentido predeterminado".
>
> "Dirigir não é dominar ou impor; é coordenar competências e motivar vontades, para somá-las no conseguimento de um objetivo bem definido".[636]

De cima para baixo, essa motivação do coletivo pela liderança esclarecida muda de tom. "Organizar é ordenar" e "ordenar é dispor hierarquicamente". Isto, por sua vez, implicava "autoridade e subordinação". Os subalternos eram então submetidos "aos escalões mais baixos" de chefia, os receptores da "autoridade de que são investidos os gerentes principais", seguindo "funções determinadas pela praxe ou pelos regulamentos internos".

A exemplo do sucedido com a integração vertical da produção, conscientemente ou não, Henry Ford era a maestro: "o único modo de se conseguir um produto de baixo custo", ele condicionou, "é pagar um preço alto para um serviço de alta qualidade, e garantir, através da administração, que o serviço seja realizado".[637] Pois era exatamente isso o que faziam os escalões mais baixos da chefia.

Outras observações do Homem do Aço nos mostram como a disposição hierárquica chegava ao pé da máquina. A Direção Superintendente de Produção só tinha nomes nórdicos. Lotado na Diretoria Administrativa, o Departamento de Pessoal e Serviços

---

[635] Notas, 3/5/60. Cpdoc, EMS, f-priv, 59.09.23, fotograma 518.

[636] Rascunho, s.d. Cpdoc, EMS, f-priv, 59.09.23, I-4. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

[637] Ford, Henry, *Today and Tomorrow*. Londres, Heineman, 1926, p. 43.

Sociais (onde se empregara Joel de Souza) fora entregue a H. Watzek, o qual era assistido por Paulo de Castro, contato do sindicalista Orisson S. de Castro (ver capítulo 6). Havia dois departamentos de controle: o de Segurança e o de Segurança Industrial, ambos comandados por brasileiros. Além deste setor, os minoritários nacionais que integram o vértice piramidal se concentram na Diretoria Superintendente do Comercial e Financeiro (chefiada por Hickman Price Jr., demitido da WOB).[638]

Nesse momento, pouca atenção se dava à área denominada de RI (hoje RH). Quando isso acontecia, por ser uma matéria cujo exame não exigia o interesse da matriz — era um problema corriqueiro, que devia ser dividido com os locais (devido às suas peculiaridades) —, as relações empregatícias eram reservadas ao poder local.

Para muitos brasileiros, essa delegação virou especialidade. Em 1978, um agente da Delegacia Seccional de Polícia do ABCD foi até a Mercedes para *manter* o acompanhamento das negociações entre o SMSBD e a empresa a respeito da demissão de cerca de 20 trabalhadores, dispensados por causa de uma paralisação de protesto.[639] Além do acompanhamento da polícia, uma adicional coincidência ao par greves e demissões era Joel de Souza, chefe de Pessoal. Dezoito anos antes, quando Macedo Soares se avistou com Watzek, este o informou acerca das normas gerais, da comissão de salários e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). Seu informante também mencionou o nome de Joel de Souza, responsável por assuntos de pessoal e serviços sociais, isto é, recrutamento de mão-de-obra, seleção, avaliação das funções, cargos e salários, registros e pagamentos. As relações humanas eram da alçada de Domingos Fernandes, que, aparentemente, cuidava da "supervisão de disciplina".[640]

Ao controle disciplinar se somava a segurança industrial e estas duas necessidades ensejavam a constituição de corpos de vigilância. Em 1966, na Willys, o Departamento de Proteção à Fábrica era integrado por 85 homens cuja função era "manter a disciplina, moral elevado, lealdade e segurança". Dentre estes, alguns portavam armas de fogo.[641] Além do zelo patrimonial, policiavam furtos e controlavam a entrada e saída dos funcionários. Não

---

[638] Organograma da MBB, 18/5/60. Cpdoc, EMS, f-priv, 59.09.23, I-2.

[639] Aesp, 50-J-0, setor Deops, fls. 5807. Relatório, 19/4/78.

[640] Notas, 16/5/60. Cpdoc, EMS, f-priv, 59.09.23, fotograma 518.

[641] *Noticiário Willys*, nº 77, 1966.

só pelos seus tradicionais elos com delegados e oficiais comandantes, esses corpos consistiam em reserva de autoridade para greves e protestos.

Os itens que pesavam na avaliação funcional de um empregado eram o preparo técnico (instrução), o grau de atenção, o esforço físico despendido, a personalidade e o grau de liderança. O Senai fornecia apenas 5% da mão-de-obra qualificada, sendo que boa parte dos restantes, com certeza, era de aprendizes instruídos noutras firmas, precedentes à indústria automobilística, discrepância que, na prática, propiciava a estabilidade ao profissional.[642]

Entremeados na supervisão da disciplina, no controle da segurança, na observância das normas e praxes, no monitoramento das carreiras dos empregados, estavam, de um lado, o manejo da oferta dos benefícios (aumentos salariais internos e promoções) e, de outro, as demissões. Conforme "Colmeia Fabril", nesse tempo, o aparato formador, disciplinador e punitivo se nutria da superioridade das automobilísticas mas, nem por isso, os trabalhadores desconheciam a exploração.

"Quando entrei na Mercedes, em 1958, as vantagens eram diferentes de onde eu trabalhava", comparou Anésio de Oliveira.

> "Davam roupa para trabalhar. Macacão. Hoje já nem usa mais. Uma peça só, enfia aqui. E a comida eles cobravam, mas era dinheiro de cachaça! Verdade. Às vezes ia lá fora tomar umas duas pingas, ficava mais caro que o almoço. (...) Condução de graça. (...) Era uma grande coisa. Para quem andava quilômetros a pé e ainda pegava ônibus!".
>
> "Você saía de umas firma, essas mais comuns, que existiam na época, você chegava lá ganhando às vezes 50% a mais fazendo a mesma coisa (...). Quando entrei na Mercedes, entrei ganhando um salário, três meses de experiência. Em dois meses já aumentaram. Nossa! Eu falei: 'puxa! Fiquei cinco anos num lugar e não tive esse aumento'. Então, entusiasmava trabalhar. E outra: quando terminava a experiência já vinha um outro aumento, sem nada do sindicato, entende?".
>
> "Naquele tempo o Sindicato dos Metalúrgicos era um só, do ABC. Que era em Santo André. Então, eu era sócio desse Santo André. Depois, foi fundado esse de São Bernardo aí. Esse famoso aí, do Lula. Todo mundo que fala de sindicato lembra do Lula. Isso aí foi em 59. Foi em maio de 1959. E nesse tempo eu trabalhava na Mercedes. E eu fiz parte da

---

[642] Notas, s.d. Cpdoc, EMS, f-priv, 59.09.23, fotograma 519. "Egressos do Senai", 22/8/61. Cpdoc, EMS, f-priv, 59.09.23, fotograma 526.

> fundação desse sindicato. Nesse tempo aí eu acho que o Lula ainda estava lá em Pernambuco, acho que cortando cana. Ô, se ele escutar!"[643]

A EXEMPLO DO QUE OCORRE NA SIDERÚRGICA NACIONAL

O torneiro Anésio se empolgava em produzir peças, gastava mais com a pinga do que com a comida (esta subsidiada pela companhia), não mexia no bolso para a condução e recebia aumentos das mãos da empresa. Migrante, estava satisfeito com a cidade grande, lugar de "leis que favoreciam o empregado", contraste com os cafezais de Itapira: "trabalhar para fazendeiro não tinha lei nenhuma".[644]

Provavelmente, foi tal apreço pela proteção aos direitos do trabalhador que guiou Anésio a apreciar a MBB e a se filiar à APMSBD, sendo seu 56º associado.[645] Mesmo depois de receber um aumento ainda na fase de experiência — "sem nada do sindicato, entende?" —, ele gostou do fato de o sindicato querer "melhorar mais". "Sempre a greve melhora. Não digo muito, mas melhora sim".

Ao contrário de Orisson Castro que, na campanha salarial dos metalúrgicos do ABC de 1960, se opôs a "quaisquer propostas de aumento de mão beijada, pois que a única arma de sobrevivência da unidade proletária é a efetivação da luta (...) contra a classe patronal", Anésio de Oliveira aceitava o "favor", meneava um agradecimento e se retirava, ordeiro e associado, para casa. "Tem muita greve aí que é só baderna, quer arrebentar com tudo", recriminou (referindo-se aos dias de hoje):

> "os metalúrgicos fazem greve e vão parar a Via Anchieta. Por que isso? Quantas greves! O cara vai num outro lugar que não tem nada a ver. (...) Quantas vezes fazem greve lá em São Bernardo e aí eles vão na Avenida Paulista, param tudo, complicam tudo. Olha: faz a greve, fica na tua casa e espera a negociação entre o sindicato e o patrão, entende? Mas às vezes tem gente no meio que, sei lá, interesse político. Que faz tudo para dar tudo errado. Dá errado o lado do patrão, o lado do empregado. E depois fica ruim".[646]

---

[643] Entrevista de Anésio de Oliveira, 16/10/96, fonte já citada.

[644] Entrevista de Anésio de Oliveira, 16/10/96, fonte já citada.

[645] "Relação dos Associados", 11/11/60. Pasta Fundação do Sindicato, ASG, SMABC.

[646] Relatório 22/2/60. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2773. Entrevista de Anésio de Oliveira, 16/10/96, fonte já citada.

Cônscio e aderente, Anésio era daqueles que preferia se *recolher em casa* durante as greves, desgostando de intromissões políticas. O ex-lavrador se via como operário e isso lhe trazia compromissos; por exemplo, *sair de casa* e ir testemunhar em causas de colegas (apoio que lhe custou uma demissão). Observava outros comprometimentos também:

> "se é uma greve, é greve. Dê certo ou errado a gente tem que participar. Porque tem gente que às vezes vai trabalhar, mas aí fica muito feio. Aí, quando volta a outra turma, sempre vai carregar aquele fama de fura-greve, né?, de ser contra os colegas. Essa coisa. Então fica lá, aconteça o que acontecer. Oh, eu nunca perdi por causa de greve, eu nunca perdi emprego".[647]

Fora de suas casas, querendo abono de Natal, foram trabalhadores como Anésio de Oliveira que atenderam a uma convocatória de greve dentro da Mercedes. Embora Orisson Castro a tenha situado em 1958, há motivos para supor que sucedeu em 1961.[648]

Face a rumores de não-pagamento ou desconto do abono de Natal, o núcleo sindical da Mercedes, que conseguira fixar-se entre os ferramenteiros e em parte da funilaria, deliberou replicar com a paralisação. Imediatamente, aproveitou-se da liberdade de circulação facultada a Orisson Castro, que era eletricista, para difundir outro rumor, da injustiça do pagamento integral para a turma do escritório e desconto, pela metade, para os peões[649]

"Foi uma coisa realmente impressionante", quando, segundo Castro, "pela primeira vez, a Mercedes pára totalmente". Emitido o apelo da volta ao serviço mediante a escolha de uma delegação para constituir as negociações, o comitê teria conseguido assumir a liderança da iniciativa e se feito acompanhar de centenas de trabalhadores, que, conjuntamente, se dirigiram para o salão de conferências da fábrica. Lá os grevistas se encontraram com o general Macedo Soares, que teria pedido calma, a volta ao trabalho e um voto de confiança para a resolução do problema.

---

[647] Entrevista de Anésio de Oliveira, 16/10/96, fonte já citada.

[648] De um lado, suas menções a uma campanha nacional pelo abono, à chegada de Macedo Soares à presidência da Mercedes, a uma ida sua a um congresso em Volta Redonda (talvez a Conferência Interamericana dos Trabalhadores Metalúrgicos e Afins, datada em agosto de 1960) e, de outro lado, considerando os fatos de o projeto de lei do 13º salário ter sido apresentado em 1959, de Macedo Soares ter sido feito presidente da MBB em 1961 e de Orisson ter ingressado na mesma MBB em 1959 (sendo demitido em 1961), o fato deve ter ocorrido em 1961.

[649] Entrevista de Orisson Castro, 20/5/86, fonte já citada. As citações dos próximos dois parágrafos foram retiradas desta fonte.

"Posso falar, senhor general?", Castro pediu a palavra. Aquiescido, relatou: "todos eles disseram que isso é obra do general Macedo Soares", que quando fora a Volta Redonda se maravilhara com as vilas operárias da CSN, que havia escola, creche e hospital para a família dos empregados, que o general fazia muitas coisas pelo trabalhador. Ao prosseguir, Castro interpelou-o perguntando-lhe se, na Mercedes, iria principiar pela inobservância da praxe do 13º integral. Ferido nos seus brios de patriota e na sua auto-imagem de bom homem, o general teria mandado pagar o devido.

A Luta pelo Abono Natalino

Atentemos aqui para duas insinuações. Os militantes do PCB podiam se apropriar do nacional-desenvolvimentismo de industriais brasileiros e mover a luta classista, direta e por direitos universais sem o menor pudor de estarem ferindo a linha partidária. Anos antes, *Notícias de Hoje* divulgara o 13º Congresso de Metalurgistas, destacando o papel de Macedo Soares na administração da CSN, empresa de agrado da linha do PCB.[650] Como vimos, o destaque de Orisson Castro quanto à obra do general pelos trabalhadores muito distou de uma simples reverência.

A segunda insinuação era dupla e interligada. Por um lado, visava a solapar o caráter de outorga e generosa benesse — de que se revestia a decisão empresarial de conceder o 13º — para transformá-lo em direito universal. Por outro, visava à agremiação sindical dos trabalhadores nas fábricas.

Desde os anos 50, o movimento operário queria consagrar o abono, mas os patrões resistiam, argumentando não estar disposto em lei. Segundo estes, caberia a cada empresário a medida de pagá-lo. Em 1959, os sindicatos remeteram petições em prol do projeto de lei que estabelecia o abono, de autoria do deputado Aarão Steinbruch (da Aliança Popular Nacionalista). Negados os pedidos, os trabalhadores sustentaram campanhas de pressão até sua acolhida em 13 de julho de 1962 (lei 4090).

Antes de isso acontecer, a intermitente eclosão de atritos nas usinas, o custo de vida, a postura dos industriais e a aliança empresarial-policial empurravam os trabalhadores à greve para abrir o caminho do respeito e amplo reconhecimento do abono de Natal. Por ser

---

[650] *Notícias de Hoje*, 13/7/58.

uma polêmica que se instaurava diretamente entre patrões e empregados, as confrontações eram fabris.

No final de 1960, um comunicado policial registra:

> "com a conquista do abono de Natal, ainda que não esteja regulamentado por lei (embora conste na Constituição), o PCB, no ABC, regulou (...) todas as lutas nesse sentido, fazendo com que as mesmas se orientassem de uma forma pacífica, embora enérgica".[651]

Estava nos planos dos pecebistas que a luta pela aplicação da lei obedecesse a "experiências que deram feliz êxito no fim deste ano", ou seja, "não fazer greve geral, nem greve de rua, e, sim, greve branca, no recinto de cada fábrica ou indústria, a fim de evitar choque com a Polícia". Como vimos, enquanto a greve anticarestia de 1959 fracassara, iniciativas nas fábricas conseguiram antecipação (exemplo da MBB).

No final de 1960, uma dessas greves brancas por abono aconteceu na LNM. Quase redundou em surra de agente policial "ali em serviço". Este, ao algemar um grevista e ao querer levá-lo para o escritório da firma, foi de encontro a 1,1 mil homens, os quais "marchavam já para o linchamento". Nada de mais grave aconteceu "graças à intervenção de um líder comunista", que solicitou o relaxamento da detenção do trabalhador.

Descrente das grandes confrontações (haviam somado derrotas desde a Greve dos 400 Mil), longe dos choques de rua, a tática da greve branca não dispensou o piquete — mil trabalhadores em marcha dentro da LNM — porque a aliança empresarial-policial não dava trégua. Se, no lugar de um agente, houvesse um pelotão de choque formado para a luta entre as classes, quantos manifestantes seriam preciso para acuá-lo?

Um ano depois, a resposta vem reformulada com a volta da luta às ruas do país. O bloco PTB-PCB, que saíra vitorioso do pleito para a CNTI, faz novo chamado de greve — amplo, geral e irrestrito — em favor do décimo terceiro pagamento. Marcando-a para 13 de dezembro de 1961, uma terça-feira, o panfleto subscrito pelos "Metalúrgicos São Bernardo" (certamente, um dos primeiros com essa assinatura), reclama que "nas gavetas da Câmara Federal, desde 1959, dorme um projeto de lei nº 440/59". Repetidamente, os trabalhadores apelaram aos patrões e aos legisladores o atendimento dessa reivindicação.

---

[651] Comunicado, 26/12/60. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2838. As citações dos dois parágrafos seguintes foram retiradas desta fonte.

Seguindo resoluções de assembléia intersindicais, os trabalhadores se preparavam para uma nova rodada.[652]

LEMBRAI-VOS DE 1957

Em 7 de dezembro, o general Macedo Soares fez uma visita ao "sindicato" — não o dos trabalhadores. No item referente a "abono de Natal" — "240 horas ou um mês de abono" —, os apontamentos do dirigente da Mercedes-Benz fizeram o seguinte registro: "três atendem" (WOB, MBB, Simca), enquanto as demais entravam com pagamentos menores: Scania-Vabis e Vemag com 200 horas, Volkswagen, com 160 e Ford, apenas 100. (GM se preparava para dar Cr$ 5.000,00.) Em seguida, o comandante das indústrias siderúrgica e automobilística escreveu: "pedem igualar horistas e mensalistas", "programam greve para dia 13 de dezembro".[653]

Óbvio, Macedo Soares se inteirara da estratégia do setor automotivo para a greve que se aproximava. A idéia deles era dividir e reinar. Embora sigilosos, os empresários não podiam impedir o vazamento dos rumores de corte do abono a partir dos escritórios onde as folhas de pagamento eram preparadas. "Uma das grandes greves que nós fizemos na Mercedes foi por causa do abono de Natal, o 13º salário", Castro nunca se esqueceu. As empresas, "que já estavam dando, resolveram não dar mais, que era para poder amortecer a luta nacional". "Nós travamos o movimento e conseguimos parar".[654]

Nas vésperas da greve geral, circulam informações no Deops sobre a Fiesp. Esta se resolvera a lançar um manifesto contrário à concessão do crédito natalino. Em reunião, alguns oradores afirmaram que a proposta de Steinbruch deveria prever os "meios para sua efetivação, pois nem todas as indústrias estão em condições financeiras capazes de cumpri-la". Com críticas ao governo Jango, acrescentaram o tom da sublevação: "para defendermos nossos interesses, iremos até o ato de completa rebeldia",

> "que os industriais paulistas não mais confiam no governo federal, no Congresso e na Câmara dos Deputados, sendo que suas últimas esperanças estão depositadas no governo estadual e no Exército nacional".

---

[652] Panfleto. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1312.

[653] Notas, 7/12/61. Cpdoc, EMS, f-priv, 59.09.23, fotograma 528.

[654] Entrevista de Orisson Castro, 1985, fonte já citada.

> "Segundo apuraram nossos observadores, a Fiesp está em regime de assembléia permanente e apenas espera a deflagração da anunciada greve geral para então responsabilizar o governo federal por suas conseqüências".[655]

Ao lado de sua ojeriza ao governo Jango, a burguesia industrial paulista já alardeava a *comunização* do Congresso Nacional, falava abertamente em tramar contra a Presidência da República, se aliara ao governador Carvalho Pinto e adulava o Exército. No entanto, Brasília ainda não se *perdera para o comunismo*. Na sua cobertura da Câmara, o *Estadão* ressoou o alarma:

> "generalizou-se, afinal, a convicção de que o país está sendo submetido a um processo de intimidação das forças democráticas, com objetivos transparentes de lançar a nação no caos".[656]

Nas hostes repressivas, tratava-se de "impedir a ação dos piquetes". Um grupo de três delegados comandou 240 homens que detiveram, em frente ao SMSP, 50 sindicalistas. Entre os presos, estavam Antônio Chamorro e José de Araújo Plácido. Depois disso, o piquete policial se dividiu para repetir tais atitudes em outros sindicatos.

Estavam apenas seguindo ordens, diriam de si mesmos; ordens do governador.

"No terreno da ilegalidade, não pode haver justiça", filosofou Carvalho Pinto em mensagem ao rádio e televisão. Sob suas ordens, um "dispositivo especial de policiamento" (12 mil homens) foi arregimentado entre os efetivos do Deops, Guarda Civil e Força Pública. Trinta novas viaturas foram acrescidas à frota de 132 Rádios Patrulhas (outras 30 foram reservadas na garagem). Três pelotões de choque foram colocados de sobreaviso. Tudo isso integrava um plano visto como "o maior" até então. Na Secretaria de Segurança, os dois delegados incumbidos do comando foram liberados para agir "com o máximo de energia". "Os piquetes de greve serão dissolvidos, procurando-se efetuar a prisão do maior número possível de grevistas".

Diferentemente de outubro de 1957, os empresários queriam se ver face a face com o inimigo. O presidente da Fiesp Antônio Devisate conclamou: "mantenham-se nos postos". Em sessão permanente, a federação das indústrias estava avisada da sintonia do

---

[655] Comunicado, 12/12/61. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 3009.

[656] *OESP*, 14/12/61. Os dados dos próximos cinco parágrafos foram retirados desta fonte.

governo estadual e do II Exército. Apoiados na condenação do movimento pelo ministro da Justiça Alfredo Nasser, os empresários não arredariam o pé de suas firmas.

Em São Bernardo, a VW já concordara em dar o abono. Destaca a matéria que "um grupo de dirigentes resolve manter a decisão da greve", difundindo o temor e a expectativa de uma greve radical, violenta, de fora para dentro, espúria, mas, afinal de contas, "quebrada" no seu nascedouro.

"Volta apressada ao trabalho na Mooca", ironiza *O Estado* no dia seguinte. É essa a legenda da foto da primeira jornada de greve: na Rua dos Trilhos, operárias em carreira no ritmo das sirenes policiais. Efetuaram-se centenas de prisões. Os policiais "detinham todos os que se encontravam em lugares considerados chaves e os remetiam ao Deops para triagem".[657]

Em São Bernardo, também "foram presos numerosos dirigentes sindicais". Além disso, a Prefeitura dispôs um carro-tanque para perseguir os piquetes. Se 80% firmas das estavam paradas, insistiu-se em manter a fachada da vitória nas automobilísticas, onde "prosseguiram normalmente as atividades". Na Fiesp, Devisate liderava o sítio com o pregão costumeiro: "'o movimento deflagrado por alguns líderes operários não chegou a sensibilizar a massa trabalhadora'".

Ao mesmo tempo, se concluía no Rio a 2ª Reunião Plenária das Classes Produtoras. Ramiz Gattás, dirigente sindical do setor de autopeças, revestiu uma briga antiga de queixumes contra a influência política do movimento operário.

> "'Não podemos ser pessimistas (...) mas não compreendemos que parlamentares aprovem projetos contrários ao interesse da produção, sem sequer dela tomar assessoramento. É preciso acabar com a campanha contra a industrialização".

Querendo financiamento estatal para pagarem o abono, os industriais corriam riscos. Embora a imprensa fosse um poderoso veículo de propaganda — e sem negar que várias convocatórias de engrossamento dos piquetes desinteressavam aos trabalhadores (e que estes últimos podiam estar preocupados com outros afazeres) —, a greve branca era uma esquina segura para os caminhos traçados por trabalhadores e sindicalistas. Assim como, em 1957, na Alpargatas se indenizaram as derrotas de 1953, em 1961, o curso do movimento operário na indústria automobilística superou o silêncio de 1957.

"Nas greves gerais dos metalúrgicos (...) em 1955 e 1957, comandadas pelo seu Sindicato, os operários da FNM não puderam participar. Foram os únicos a ficar de fora", recordou-se um compreensivo *Novos Rumos*.[658] A 3 de março de 1961, eles finalmente pararam com o serviço, reivindicando cumprimento de promessas e respeito à cláusula de repartição dos lucros.

FNM afora, a frustração com a paga de salários sem os reajustes prometidos agravava tensões e descontentamentos. Na continuação, setores dispostos a uma parada capitanearam a suspensão das atividades. Apesar do isolamento, das pressões e perseguições ao sindicato na FNM, a muralha parecia finalmente fendida: já haviam marcado uma reunião em cuja pauta constava a idéia de solicitarem área para construção de uma delegacia para o sindicato dos metalúrgicos — quase uma torre de assalto ao quartel do brigadeiro (quando, segundo Ramalho, "a política invade a FNM").[659] Exultante, *Novos Rumos* falou de "novos líderes", "muitos deles oriundos da lavoura".

GENERAL MOTORS

> "Quando saímos do Nordeste para São Paulo, eu tinha 15 anos e já tinha arranjado a minha primeira namoradinha. Deixá-la foi um desastre. Mas eu acompanhava meus pais".
>
> "Eu era completamente submisso à vontade do meu pai. Ele, como todo nordestino, só pensava em ter um pedaço de terra onde chovesse. Não sonhava com riqueza. Sua ambição era comprar um pedaço de terra, morrer numa terrinha que fosse dele".[660]

Em mãos o salário de colono numa fazenda de café (interior de São Paulo), o pai de José Barbosa Monteiro lhe deu um presente: "eu nunca tinha visto um sapato, a não ser nos pés dos outros". "Isso me fez sofrer uns seis meses, calo, dedo lascado, eu mal podia botar o pé [de lavrador] dentro do sapato. Mas, caramba, era um sapato, eu estava muito contente,

---

[657] *OESP*, 15/12/61. As citações dos dois parágrafos seguintes foram retiradas desta fonte.

[658] *Novos Rumos*, 10-16/3/61.

[659] A combinação de nacionalismo, "vantagens", imunidade da fábrica às greves da categoria, celebração de acordos separados, uma política salarial antecipada às gestões do sindicato, disciplina militar, vila operária e Círculo Operário Católico compunham as barreiras aos sindicalistas. Ramalho, *Estado-Patrão*, op. cit., pp. 148 e ss., 174-175.

[660] "José Barbosa Monteiro". In: Cavalcanti, Pedro; Ramos, Jovelino (coord.), *Memórias do Exílio*.

isso era classe naquela época". De São Paulo, a família se retirou de novo, indo para o norte do Paraná.

Continuaram na lavoura do café.

Forte e ansioso, o jovem se decidiu. "Foi no Paraná que eu virei gente grande. Meu pai era durão. Não me deixava sair de noite. Mandava em mim como se eu fosse uma menina". Sozinho, virou retirante e foi ser lenhador em Londrina. Voltou quatro anos depois e das trouxas desembrulhou seu "espírito independente". Em 1957, quando os pais voltaram para o Norte, Monteiro retornou a São Paulo. Casado, "virei operário".

No começo, o operário não tinha profissão; fez biscates de encanador. Mas seu velho gosto pelos estudos o animava a melhorar. Passou a meio-oficial de encanador, sendo aprovado em teste numa fábrica. Monteiro queria mais: "fiz um curso de controle de qualidade (...), aprendi muitas coisas, geometria, trigonometria, álgebra". Esperançoso, submeteu-se a novo teste, agora na General Motors, e passou. Na entrevista, perguntaram-lhe "qual o seu grau de estudo?" e dele ouviram a resposta: "estudei três meses do primário, quando tinha sete anos". Depois disso, prosseguiu explicando, "continuei estudando sozinho. De modo que não tenho nenhum diploma mas não sou ignorante". Sugerido a prestar exame num grupo escolar, Monteiro tirou seu diploma de curso primário e empregou-se na GM.

Dois meses depois, "estourou uma greve". Em experiência e sem "nada a reclamar", não havia motivos para aderir. Aparentemente, também não possuía razões para comprometer-se com seus colegas pois eram todos mais velhos de fábrica (não os conhecia direito). A greve, porém, era forte e se impusera. O novato parou e pensou.

> "Tive três escolhas: ou participava da greve, ou ficava indiferente em casa ou furava a greve. Furar a greve nunca me passou pela idéia. Apesar de toda a minha ignorância, eu achava isso uma traição. Então, entre as duas primeiras, eu escolhi participar com o pessoal, pois já tinha feito amizades".

As amizades se ampliaram. J. B. Monteiro conheceu de perto os líderes detratados de comunistas e foi acolhido num ambiente de camaradagem. "Eram caras como eu", comparou o novato, "trabalhavam na fábrica". Em contrapartida, surgiram as inimizades e o grevista, um "igrejeiro" confesso, foi posto na rua. Era da Congregação Mariana numa

---

São Paulo, Livramento, 1978, pp. 120-133. Todas as citações feitas a Monteiro foram retiradas desta fonte.

igreja, mas passou a dividir sua devoção com a militância sindical. Entrou na Brasmotor, de onde saiu, em 1965, para integrar a nova diretoria do SMSBD, de linha oposicionista à gestão de Potomatti. Atuou, brigou, se desentendeu. Regressou às fábricas; foi ser ativista de base. Já não possuía mais a religião em "tudo que (...) fazia", mas estava no caminho de virar uma "maquininha política". Em 1968, o ex-lavrador era revolucionário. Ao contrário do que se disse, a migração não foi um solvente da disposição de luta dos trabalhadores nem estes se deixaram sensibilizar apenas por questões salariais.

Sete anos antes, não passava de um novato agregado a uma rodinha de veteranos. Estes, "como estava marcado", seguiram "um simples silvo de apito em cada seção" e aplicaram uma suspensão na GM, entre 10h00 e 10h15, no dia 24 de outubro de 1961. Atentos a uma mesa-redonda na DRT, os trabalhadores tinham uma assembléia agendada para a noite, no SMSC, onde compareceram em número de 1,2 mil. Receosa das deliberações, GM solicitou "policiamento preventivo" à Chefia do Deops.[661]

A greve eclodiu no dia seguinte. Logo os empregados mensalistas foram dispensados, para evitar atritos. Segundo a fonte, duas "passeatas" — não falou "piquetes" —, uma com 1,5 mil manifestantes e outra com 1,3 mil, demonstraram a força da iniciativa. No encontro de conciliação do dia seguinte, o TRT propôs que os patrões pagassem 20% a mais de ordenado e garantissem o pagamento de 48 horas semanais. Em troca disso, a greve seria encerrada. Em assembléia noturna, a paralisação foi mantida por aclamação, medida reforçada pelos piquetes do dia 27. A greve continuava "em caráter pacífico", mas, no sábado, registrou-se a volta de 80 mensalistas às atividades, o que parecia ser o primeiro ensaio patronal para recolher o cacife do jogo. De fato, o número de mensalistas em serviço depois subiu para 650, apresentando-se, ainda mais, 40 operários. No dia 31, 1,1 mil mensalistas estavam nos escritórios e 400 operários na produção. No entanto, só uma minoria apareceu em 1º de novembro.[662]

Esse sobe-e-desce deve ser acompanhado de certas considerações. Primeiro, quando a greve foi declarada ilegal, o *Estado* aproveitou para prejudicar o SMSC, insinuando a precipitação de dispensas. Segundo, em carta aberta, o presidente da Fiesp chamou de "providência especial" qualquer outro procedimento além das decisões judiciais e das

---

[661] Bilhete, 24/10/61. Aesp, Setor Deops, 50-A-247, fls. 108.

[662] Relatório, 6/11/61. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 110.

conversações entre patrões e empregados na DRT, recusando-a como desnecessária. Também qualificou a cessão do abono como "liberalidade", desacreditando ser "extensiva" a todos. Ciosos respeitadores das decisões das cortes trabalhistas, os representantes dos empresários negaram discutir a pauta apresentada pelos trabalhadores alegando ser incompatível com sentenças judiciais.[663]

Com efeito, em sessão do TRT (no dia 27), o representante patronal rejeitou a proposta conciliatória de antecipação de 20% e, no julgamento, a corte nem entrou no mérito pois sentenciou que o sindicato dos trabalhadores era "carecedor de ação". Os representantes do lado laboral saíram "contrafeitos", mas Lindolfo (do SMSC) admitiu pedir a volta ao trabalho à assembléia, dona da última palavra. Prosseguindo, declarou que "o não-atendimento (...) das reivindicações dos operários ocasionara a paralisação do serviço", estando esgotados "todos os meios amigáveis". Sabia do que falava, pois, anteriormente, Aldo Ângelo, diretor do Serviço Sindical (DRT), lhe chamara ao telefone para avisar que o sindicato entraria numa "'batalha inglória'" caso encampasse a proposta de greve.[664]

Na segunda, 30, o bispo dom Jorge foi à DRT para avistar-se com o ministro do Trabalho Franco Montoro e com Nelson do Amaral, diretor do DNT. O religioso procurou viabilizar uma saída para o impasse, propondo que a empresa aceitasse pagar os sábados (jornada de 48 horas semanais). Em troca, os grevistas abririam mão das outras reivindicações.[665]

Porém, para encerrar a parede, a GM aceitou majorar salários em 20%, não punir os grevistas e reconhecer cinco trabalhadores sindicalizados eleitos para uma comissão encarregada de tratar o caso das 48 horas semanais. Posta em votação secreta, a oferta foi aceita por 212 votos a favor contra outros 48. No dia 3, 90% se fizeram presentes. Os outros 10% — alheios às novas — se mantiveram de braços cruzados nas suas *residências*.[666]

Em contrapartida, podemos nos inteirar, das *ações de rua* dos grevistas, enxergando engajamentos diversos. Em ato público na Praça Primeiro de Maio (São Caetano), 27, os oradores elogiaram a paralisação (o vereador Nilo R. Figueiredo ofereceu-se para estar à

---

[663] *OESP*, 29/10/61, 31/10/61, 1º/11/61.

[664] Relatórios, 26, 28, 31/10/61. Aesp, setor Deops, 50-Z-220, fls. 2114, 2116, 2118.

[665] *OESP*, 31/10/61.

[666] Relatório, 6/11/61, Aesp, fonte já citada. *OESP*, 4/11/61.

frente dos piquetes) ou pregaram a "revolução social", caso de Luiz Tenório de Lima, o "Tenorinho", que, "em termos simples explicou aos presentes como fazê-la", concitando os operários a apoiarem o projeto de abono natalino. O pronunciamento de maior interesse foi do deputado Luciano Lepera. Após recriminar o governador Carvalho Pinto e elogiar Fidel Castro, "fez críticas aos senadores e deputados, dizendo que o operário, o lavrador, votam com sentimentalismo". Isto

> "porque determinado deputado ou senador conseguiu emprego para seu filho ou deu a este um vidro de remédio, que o povo deve acabar com esse sentimentalismo, votando em operário, em homem do povo (...). Que 90% dos senadores e deputados são banqueiros, latifundiários e grandes magnatas da indústria, razão pela qual o povo nada deveria esperar deles, pois não iriam legislar contra os seus próprios interesses".[667]

Esse disse ainda que o governador engavetara o projeto que autorizava o estado a comprar gêneros "nas fontes de produção para vender diretamente ao povo". Foi "o deputado LUCIANO LEPERA aplaudidíssimo pelos presentes".

Longe estamos de uma evidência de amplo e profundo processo de gestação de um trabalhismo "pela base", voltado de costas para a política populista. Mas muito nos acercamos da trajetória de uma corrente sindical capaz de interagir com experiências tecidas a partir de baixo, integradoras da "Grande Política" e da política do cotidiano, da queixa do custo de vida com a ação partidária classista. Se não estamos diante de um "novo sindicalismo", não deixamos, por outro lado, de nos deparar com um processo de dispersão de experimentos em muito distantes do trabalhismo na sua variante varguista.

Mapeados na efervescência do pós-guerra (Ford e Studebaker) e no início dos anos 50 (GM), os pecebistas, por meio da greve branca (e não da greve de massas), voltavam a arrancar o reconhecimento das automobilísticas — e não apenas atemorizá-las. Resultado dessa tática paredista, metalúrgicos, gráficos e têxteis logo se entenderam com seus patrões e *O Estado* noticiou: "acordos evitaram as greves".[668] Mas nem todas as paredes seriam contornadas, haja vista o avanço do bloco PTB-PCB na CNTI ter levado à (supracitada) medição de forças da greve geral pelo abono natalino.

---

[667] Relatório, 28/10/61. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 111.

[668] *OESP*, 5/11/61.

VEMAG

Vizinhos da Ford Ipiranga, os trabalhadores da Vemag também apresentaram comportamento alternativo às alegações antagônicas à Greve dos 400 Mil (durante a qual ambas as unidades se chocaram com piquetes; vide capítulo 4). Na memória que fizeram, Ford, Vemag e Willys exploraram a folga aos empregados com o pretexto de ter sido um expediente que subtraiu corações e mentes dos trabalhadores à liderança sindical, *corroída por comunistas*. "Todo mundo achava que era sacanagem com a empresa fazer greve", generalizaram dois willyanos mensalistas. Estes se riam do general Porfírio da Paz, "ficava um grupinho na porta e a turma entrava".[669]

Na Ford,

> "tivemos movimentos ali na fábrica do Ipiranga, segundo eu fiquei sabendo, antes da minha entrada lá [1958], tivemos movimentos difíceis de tentativa de invasão, arrombamento de portão... Eu sei disso porque o supervisor de Proteção ao Patrimônio Gildo Baroli foi agredido, atiraram pedra nele, então realmente houve movimentos grevistas no Ipiranga, mas era coisa rara".[670]

Desconhecidas as causas e o desenrolar dos atritos entre Baroli e piqueteiros, os acordos da Ford com o SMSP ficaram muito mais fáceis após o Golpe de 64, quando o grêmio passou a ser considerado "pelego", quer dizer, "muito mais o moderador de pequenas situações", sendo

> "chamado mesmo quando a empresa via a necessidade de envolvê-lo para a iniciativa de um acordo ou coisa desse tipo, mas fora isso não havia nenhuma penetração do sindicato na fábrica do Ipiranga".

Assim a Ford interpretou a história. E realizou seu projeto e auto-imagem. Conseguia aplicar a idéia de ser "uma empresa diferente do padrão existente por ser uma multinacional, (...) uma indústria automobilística" e, ainda mais, dando ao sindicato um papel remoto e figurativo, conservava o trabalhador à distância da classe metalúrgica: "quem trabalhasse nela tinha um *status* diferente de todo o restante da categoria".

Evidentemente, a Vemag era afinada com esse projeto. Não teve, contudo, o mesmo desdobramento de Willys e Ford, que abateram sucessivas investidas e infiltrações.

---

[669] Entrevista de José Catarinacho e Douglas Rocha ao autor, São Paulo, 22/9/94.

[670] Entrevista de J. Castagnari ao autor, Osasco, 19/2/93. Os dados dos próximos dois parágrafos foram retirados desta fonte.

Tampouco logrou efeito igual ao acontecido na VW, logo reconhecida pela eficácia de sua estratégia de segurança, disciplina e supervisão, alavanca de seu progresso econômico. Para começar, os trabalhadores da Vemag, em dezembro de 1960, já incomodavam duplamente — não só porque agitaram a idéia da união sindical tanto para frear demissões e desmandos quanto para conquistar novos direitos. Estavam inspirando seus pares, inclusive os de São Bernardo.

O informe de um "reservado" na Mercantil Suíssa registra paralisação dos empregados, em luta pelo abono de Natal. Suspenso o protesto por causa de pressões, promessas e entendimentos, os operários programaram se reencontrar em assembléia, ameaçando parar de novo, o que já acontecia em outras firmas, "como a Vemag".[671]

Dito acima, a escalada dessas greves brancas era um eixo para os trabalhadores disseminarem suas experiências de coesionamento e sindicalização fabril. De autoria de alguém que "milita no campo da repressão aos movimentos paredistas", o texto "Últimas Greves Operárias" (segundo semestre de 1960) situa nos dourados anos do governo JK um "período de agitação mais intenso no setor das relações entre patrões e obreiros".[672]

A polícia é laureada com um plano "perfeito", o contra-ataque à greve de 2 de dezembro de 1959 — um golpe de que o movimento sindical só se refez depois da greve geral de Santos, ocorrida cerca de sete meses depois (julho de 1960). Antes dela, os trabalhadores haviam editado só 45 paredes. Depois, até 30 de novembro, "viu-se o número crescer para 937". Em 1959, 56,335 trabalhadores declararam-se em greve 314 vezes, totalizando 2,799,797 horas. Em 1960, 954 paredes atingiram 254,215 trabalhadores, totalizando 3,252,069 horas inativas.[673]

---

[671] Comunicado, 28/12/60. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 2845.

[672] "Últimas Greves Operárias", 1º/12/60. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 2877. Os dados dos próximos dois parágrafos foram retirados desta fonte.

[673] Destaque-se um particular empenho policial em duas campanhas. Durante a paralisação de motoristas e cobradores em novembro de 1960, 20 delegados e 250 investigadores foram mobilizados, verificando-se 493 detenções. No caso dos gráficos, a "plena garantia" dada pela polícia às empresas jornalísticas viabilizou a circulação dos diários em 31 de outubro, esvaziando o poder de pressão dos grevistas. Essa cumplicidade alimentava suas boas relações com os empresários, facultando-lhe fotos e voz ilibada nas páginas de seus jornais.

Para se ter uma idéia do patrulhamento policial, durante a campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, a Sofunge (2 mil trabalhadores), a Cobrasma (2,4 mil trabalhadores), a Fábrica de Parafusos Marte (758 trabalhadores) e a Ford (1,8 mil trabalhadores) foram, entre 31 de outubro e 7 de novembro, guarnecidas, respectivamente, por 30 milicianos, 2 investigadores e uma RP, 20 milicianos e uma RP, 15 milicianos e uma RP, 31RPs e dois milicianos.

Acantonados em 1961, os trabalhadores da Vemag lançaram-se em nova ofensiva a 13 de julho de 1962, exatamente quando o Congresso Nacional, em Brasília, aprovou o projeto do 13º salário. Em número de 1,2 mil, interromperam o funcionamento da estamparia, funilaria e ferramentaria e pediram 20% de aumento a partir de primeiro de julho. "Seguindo orientação do seu sindicato", os trabalhadores "marcaram os cartões e permaneceram de braços cruzados". Às 17h00, a empresa aceitou o aumento pleiteado. Como "principal insuflador", "foi apontado pela firma o seu *ex-empregado* Joaquim Gonçalves", demitido em 26 de maio de 1961.[674]

Em 5 de dezembro, esse ferramenteiro seria novamente avistado na Vemag, onde se o reconheceu nas imediações do refeitório uma meia hora antes do almoço. Gonçalves também fora identificado dois dias antes, em reunião com 20 operários da Vemag no SMSP. Além de desejarem o pagamento integral do 13º, os presentes se posicionaram contra as represálias das demissões às suas paradas de protesto e discutiram um boicote aos cursos dados pelo RH da empresa, a liberdade para o tabagismo nos banheiros e as condições dos vestuários e refeitório.[675]

Em seu ofício de apurar o outro lado da história, o investigador policial levantou dados interessantes. Nessa data, Vemag tinha 4,2 mil empregados. Destes, só 300 eram sindicalizados. Entre novembro de 1961 a novembro de 1962, a firma deu 60% de aumento e mais 10% de antecipação sobre os salários de janeiro de 1963. Para precaver-se das insatisfações com a paga do 13º em duas parcelas, daria a cada trabalhador uma cesta de Natal, brinquedos para a petizada "e outras regalias". Com referência a fumar, a Vemag não permitia o tabagismo nos locais citados por Gonçalves porque considerava a prática anti-higiênica e insegura, mas permitia que seus operários fumassem "a vontade" durante a produção "inclusive interrompendo sua atividade (...), o que é respeitado pelos seus encarregados".

Por fim, o investigador deu os habituais alertas: os "operários ligados a Joaquim [Gonçalves]" pretendiam promover um protesto contra o parcelamento do 13º no dia da primeira metade, 11 de dezembro. Ele sentiu o dever de ressaltar que "todas as agitações

---

[674] Ofício, 13/7/62. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 3268.

[675] Relatório, 6/12/62. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1388. Os dados dos próximos dois parágrafos foram retirados desta fonte.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

verificadas na indústria de um ano a esta parte" refletiam participação direta do ferramenteiro Gonçalves, que na Vemag passava rotineiramente.

VEMAG: ENTRE O VELHO E O NOVO

Num momento bem distinto, o "novo sindicalismo" de 1978 foi recebido por analistas e observadores como uma ruptura com esse movimento sindical do pré-64. Aqui, as fontes levam, evidentemente, ao questionamento das teses do "sindicalismo populista", muitas vezes satisfeitas em fazer ligeiras menções a comitês e lutas fabris. Diversos de maio de 1978, antes de 1964, os conflitos abordados neste capítulo recebiam apoio público do sindicato, manifestação calada pela ditadura desde 1968.

Em acréscimo, é visível a articulação entre o que se convencionou chamar de econômico e de "Político", e isto acontecia porque o desacordo com feição de classe, franco e verdadeiro (em prol de direitos universais), entre trabalhadores e patrões, grassava desde o chão da fábrica, de onde até os segregados não se distanciavam. Nessas mesmas fontes, aliás, os empresários não desdenham os sindicalistas como, habitualmente, detratavam na imprensa e nas entrevistas aos pesquisadores da universidade.[676]

Quando a direita falava em público, o discurso, na prática, era outro. Em programa televisivo, o deputado Camilo Ashcar afirmaria que a greve era um sacro direito, mas emendaria, em seguida, que o decreto 9070, um dispositivo antigreve, era igualmente constitucional. O cerceamento a tal direito se justificava pelo fato de, "assalariados por alguns homens, que não têm formação democrática necessária aos *líderes autênticos*, os fomentadores de greve estimulam a massa obreira a lançar-se a reivindicações violentas". Agressões, falta de representatividade e manobras espúrias: sintonizado no cerco antipiquete, o deputado enunciou: "pode se dizer que nem todas as greves são ilegítimas e que, no Brasil, quase todas são ilegítimas". Proposta pelo PCB, uma central sindical única

---

[676] Outra diferença foi o integral reaproveitamento das lutas fabris de 1978 (bem como das anteriores) para a deflagração das greves gerais dos metalúrgicos do ABC em 1979 e 1980, uma inédita aplicação. Pois, se os trabalhadores da indústria automobilística não iam mal no enfrentamento fabril, não dispunham, sobretudo em São Bernardo e Diadema, de uma densa rede de relações interpessoais experiente na confrontação coletiva com o patronato.

serviria para "manter a população em pânico", para irradiar no país o suspense dos chamamentos às greves gerais.[677]

Com igual maledicência se expressou Antônio Pereira Magaldi. Para enaltecer um encontro do MSD na Guanabara, ele não se fez de rogado e, sem modéstia, declarou: "foi puramente sindical, fora de qualquer política partidária", prova dos "verdadeiros interesses dos trabalhadores". Depois dessa alusão à "*autenticidade*" — um "pronunciamento do verdadeiro *sindicalismo autêntico*" —, Magaldi se repugnou com a edição de uma "reunião política assessorada pelo Partido Comunista, em nome do movimento sindical brasileiro".[678]

Noutra ocasião, ao desembarcar no aeroporto de Congonhas, Carlos Lacerda principiou sua visita a São Paulo com a polêmica da oratória. Indagado da existência de um "quinto poder" no país, o governador da Guanabara admitiu-o dizendo se tratar da "Grevebras" para, na continuação, situá-lo atrás dos três poderes e da imprensa (o "quarto poder").[679] Embora o chiste não tenha tido a mesma durabilidade, espraiamento e mutações discursivos dos termos empregados por Ashcar e Magaldi (líderes autênticos que expressam os verdadeiros interesses dos trabalhadores, estabelecendo a autenticidade sindical), todos estavam inserido na rede — abordada no capítulo 3 — da "internacional capitalista" (para citar a expressão de Dreifuss).[680]

"'Não se preocupe. Um dia desses você acorda e não tem mais nenhum Jango, nenhum Brizola ou comunismo algum no Brasil'". Assim um oficial confortou um amigo muito preocupado com a "indiferença militar à cena política". "Durante meses", expôs o relator desse diálogo,

> "estive convencido que devia haver oficiais militares tramando e planejando *alguma coisa*; era por demais inconcebível que uma nação rica como essa [Brazil] (...) fosse se deixar levar às raias do comunismo, do nasserismo ou peronismo".[681]

---

[677] Resumo taquigráfico da entrevista do deputado Camilo Ashcar no programa Peço a Palavra, do Ipes (TV Cultura, 20/12/62) (g.m.). AN, Arquivo Particular Paulo de Assis Ribeiro (AP 50), caixa 51.

[678] Resumo taquigráfico da entrevista de Antônio P. Magaldi no programa Peço a Palavra, do Ipes (TV Cultura, 23/8/62) (g.m.). AN, Arquivo Particular Paulo de Assis Ribeiro (AP 50), caixa 51.

[679] *OESP*, 1º/11/63.

[680] Dreifuss, René, *A Internacional Capitalista. Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional, 1918-1986*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, 1986, pp. 135-147, 182 e ss.

[681] Carta de Daniel Haley ao embaixador Juraci Magalhães, 3/7/64. Cpdoc, JM 64.05.22 cemb, I-5.

Dado o Golpe de 64, presa na teia que se lançou, o sindicalismo do CGT consistia em objeto de desejo dos novos donos do poder, ansiosos pela derrocada do "superpoder sindical", o temido esteio da "República Sindicalista".[682] No raciocínio dos militares este "poder" — fosse ele um *superpoder* ou um *quinto poder* — "não era (...) uma instituição de trabalhadores destinada à defesa dos seus interesses legítimos e *autênticos*". Submetidos a uma "reduzida minoria", aos trabalhadores se impunham "greves políticas por vários processos *ilegais*, inclusive o de interditar as portas das fábricas e empresas com os chamados '*piquetes* de greve'".[683]

Como veremos no capítulo seguinte, prostrado e proscrito o CGT, um "novo trabalhismo" — para citar expressão do presidente Castelo Branco —[684] devia surgir e substituir o "velho". Porém, ainda que o Tio Sam sindical contracenasse sem maiores adversários, não era exatamente isso o que sucedia. Em setembro de 1964, oito dirigentes da CNTI, que haviam estado nos EUA para cursarem classes de capacitação oferecidas pelo Iadesil, se encontraram com o novo embaixador brasileiro em Washington Juraci Magalhães. Dirigindo-lhes a palavra, o general exortou os formandos a participarem das eleições no Brasil. Porém, advertiu: "'tenham o cuidado de não comprometer o respeito e autonomia de seus sindicatos, unindo-se a qualquer campanha que possa ser alheia ao movimento sindical'". Criticando o sindicalismo brasileiro por uma suposta carência de "'*autenticidade* '", Magalhães qualificou como "danosa" a "intervenção governamental" na vida dos sindicatos no período anterior ao golpe.[685]

O rompimento nas barreiras da política externa brasileira permitiu aos EUA sair do estado de prontidão. Verdade, apesar da Operação Brother Sam (vista adiante), não interferiram com *marines* e desfolhantes químicos. Os negócios tratavam de educação e treinamento de trabalhadores para o embate com a herança e a memória do trabalhismo entre o operariado. Este precisava ser convertido ao capitalismo. Mas o capitalismo brasileiro seria conversível no seu povo?

---

[682] Tavares, Aurélio de L., "A Contra-Revolução no Brasil". In: VVAA, *A Revolução de 31 de Março*. Rio, Biblioteca do Exército, 1966, p. 117.

[683] Couto, Adolpho, *Revolução de 1964. A Versão e o Fato*. Porto Alegre, Gente do Livro, 1999, p. 50.

[684] "Castelo Branco's (...) Speeches — The Labor View", 23/11/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1937, POL 15-1 BRAZ.

Visto de cima, o sindicalismo do CGT era detratado pelos vencedores. Nos fatos que vieram, o embaixador foi desmentido. Na parte seguinte, veremos que as eleições, quando existiram, foram prejudiciais aos vencedores (e favoráveis aos vencidos); veremos também que a intervenção governamental só aumentou, que os sindicatos foram afanados em sua liberdade (e, portanto, em sua autenticidade) e não conseguiram, ou não quiseram, afastar-se de campanhas danosas aos operários, tal como sucedido nas questões da produtividade, estabilidade e do arrocho salarial.

Visto de baixo, o sindicalismo do CGT ameaçava e se impunha. Nas fábricas. Nas automobilísticas. Voltemos, então, à FNM e à Vemag.

Dos Piquetes de Rua aos Piquetes Internos

Em sua pesquisa com os trabalhadores da FNM, Ramalho notou que, ao *invadir* a fábrica, a política do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara (SMG) conseguiu firme implantação entre a maioria. Também angariou a contrariedade grupal de outros operários, especialmente os veteranos, que se preocupavam com a saúde econômica da empresa e com a impropriedade dos temas "políticos" introduzidos num ambiente produtivo antes regrado, laborioso, sóbrio. Assim, as ordens de "'pára hoje!'" — "e parava mesmo" — não eram recebidas do mesmo jeito por todos. Se os descontentes falavam em "aproveitadores", os partidários das Reformas de Base — "na lei ou na marra" — talvez se sentissem inebriados e, quem sabe, hoje pensassem em dizer: "*bueno, con* Perón [Jango] *todos éramos machos*".[686]

"Nós tínhamos uma boa participação partidária". Não era grande em "quantidade", admitiu Orisson Castro (secretário-geral do SMSBD), mas possuía "conteúdo". Isto porque

> "nós tínhamos verdadeiros líderes, nós tínhamos [o inspetor de forno] Antônio Romanini, que depois foi eleito para a diretoria. Ele parava a Brastemp [Multibrás] na hora em que ele entendesse. Se Antônio Romanini dissesse que era parar o pessoal parava. Nós tínhamos dois

---

[685] Telegrama, 3/9/64. Cpdoc, JM, 64.08.14, cemb, 4.

[686] Ramalho, *Estado-Patrão*, op. cit., pp. 164-170. Ferreras, Norberto, resenha de *Resistencia e Integración. El Peronismo y la Clase Trabajadora Argentina, 1946-1976*, de Daniel James. In: *História Social*, nº 4/5. Campinas, 1998, p. 195.

jovens na Scania; não me lembro o nome deles agora".[687]

Nem uma coisa nem outra. Os sindicatos do CGT não estavam nas alturas nem governavam a vontade dos trabalhadores nas fábricas. O fato é que, em todos os casos, entre setembro de 1961 e julho de 1962, os trabalhadores da Multibrás discutiram se acompanhariam a parada de seus colegas na Doehler (ambas as firmas pertenciam ao grupo Brasmotor) e ameaçaram entrar em greve por antecipação salarial. Em julho de 1962, após a devassa policial de uma reunião do PCB freqüentada por metalúrgicos de São Bernardo, varejamento que abalou a diretoria do SMSBD, aqueles mesmos trabalhadores estavam em "greve branca", desgostando o diretor-superintendente H. M. Etchenique, que à polícia local pediu:

> "nos seja dada (...) a assistência necessária para que *realmente* seja evacuado o recinto da nossa empresa por ocasião do término da jornada de trabalho às 17h30, bem como solicitamos sua proteção a nosso parque industrial no dia de amanhã por ocasião da entrada dos nossos empregados (...) às 7h00. No caso da continuação da greve (...) solicitamos (...) a sua cooperação no sentido de convidar os operários a se retirarem do recinto da fábrica".[688]

Nem sempre, e apenas a sós, a confrontação grevista aparece com tamanha transparência na fala empresarial. Envolvida na temerosa auto-imagem de desguarnecimento e exposição à agressividade dos "radicais", uma usina cujos empregados estivessem de braços cruzados em meio às máquinas devia ser evacuada pela polícia. Esta força ainda devia estacionar na rua para confrontar-se com a contrariedade dos expulsos, que geralmente saíam contrafeitos com o tratamento "lugar de grevista é na rua" (ante-sala de sua criminalização) e se reagrupavam em rodinhas e piquetes. No caso de continuação da parede, a polícia também devia sustentar o isolamento da área desocupada e coibir as ações de rua, quebrando a unidade da greve e propiciando seu refluxo.

Outra vez mais, delineada a rude feição de uma classe em luta, de dentro para fora, com suas próprias forças, servindo-se de delegados sindicais, acompanhando as negociações do sindicato e opostos à aliança empresarial-policial, os trabalhadores do setor novo, privado, moderno e transnacional respaldaram a luta reivindicativa de base;

---

[687] Entrevista de Orisson Castro, 1985, fonte já citada.

[688] "Movimento grevista em 27 de setembro de 1961". Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 2952. Ofício,

provavelmente, sem o mesmo êxito da FNM. Antes de imputarmos a razão dessa diferença ao fato da FNM ser estatal, dizendo que no setor privado a história é mais dura, retornemos à Vemag.

Depois das mobilizações de 1962, os trabalhadores aparecem refeitos para a luta em março de 1963. No dia 18, uma segunda-feira, o boletim da Ordem Social registra "ameaça de greve na Vemag", "investigadores escalados no local" e arquiva o Manifesto ao Povo, distribuído na cena. Duramente, o texto protesta contra o desrespeito "às liberdades sindicais e democráticas", reclamando serem "violadas constantemente pelas autoridades constituídas do nosso Estado". Segundo a fonte, o governador Ademar de Barros pretendia "voltar ao tempo anterior — 1947 a 1951 — [governo Dutra], querendo resolver o problema social, principalmente o da carestia, na base da pancadaria".[689]

Na terça-feira, nova reunião na DRT. Antes desta, 70 operários compareceram na sede do SMSP para reunir-se com o dirigente José de Araújo Plácido. Este se declarou contra a política econômica do governo alegando que favorecia os trustes e "sufocava" as pequenas indústrias nacionais. Mas não ficou claro aonde a Vemag se enquadrava. Em seguida, expôs o "plano de greve": intercalar paralisações de 24 horas com jornadas normais até a conquista das reivindicações. Uma hora depois, operários, Plácido, Remo Forli (presidente do SMSP) e representantes da firma foram ao encontro de Roberto Gusmão, delegado regional do Trabalho.[690]

Após conversar em separado com os executivos, Gusmão abriu a mesa-redonda com os trabalhadores e transmitiu-lhes as razões de Vemag quanto à sua negativa de conceder 20% a mais nos ordenados. A firma alegou ter majorado os vencimentos em 10% em janeiro e reclamou do SMSP ter levado os trabalhadores à greve (segundo ela "abruptamente", isto é, sem antes apresentar "proposta ou aviso"). Ao concluir, Gusmão perguntou se os sindicalistas concordavam. Se Plácido anuiu, Forli "se interpôs e apresentou algumas razões que levaram o Sindicato a deflagrar a greve".

24/7/62. Aesp, setor Deops, 50-Z-341, fls. 265.

[689] Entre as queixas, enumeram-se a cassação de parlamentares, a invasão do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo, a detenção de cerca de 200 trabalhadores em assembléia do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a repressão a camponeses em Itanhaem e o pedido de prisão preventiva de Orisson Castro, do SMSBD. *Última Hora*, 18/3/63. Boletim de Ordem Social, 18/3/63. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 3496.

[690] Relatório, 19/3/63. Aesp, Setor Deops, 50-B-58, fls. 1357. Os dados dos próximos dois

De novo com a palavra, o delegado disse que a Vemag até podia atender o pedido mas teria de "quebrar o congelamento do preços dos automóveis", apontando para a iminência da "ilegalidade" do dissídio. Forli retrucou afirmando que "o sindicato continuaria em greve até conseguir o aumento e, se preciso fosse, passaria por cima das decisões do Tribunal". Imediatamente, os ânimos se exaltaram e Forli e Gusmão se desentenderam. Quando serenaram, Gusmão, sindicalistas e executivos se encontraram num só recinto e pactuaram um reajuste salarial em abril (sem estabelecer seu índice), a volta ao trabalho e a não-punição dos grevistas.

Com efeito, a ameaça citada anteriormente se concretizara. Na manhã do dia 18, "os grevistas marcaram o cartão de entrada e não iniciaram o serviço", permanecendo "parados dentro da indústria", particularmente na estamparia, ferramentaria, chassis e funilaria. Às 13h00 do dia seguinte, 19, a paralisação tornou-se total. Depois do acordo acima, concordaram em dar uma trégua e programaram assembléia para 2 de abril.[691]

Dias antes do esgotamento do prazo, o Deops, que prosseguira destacando investigadores para o Ipiranga, sabia que dois executivos da alta direção da Vemag iriam apresentar-se perante o SMSP para levar a resposta patronal. "Em caráter estritamente confidencial", estava ciente de que Vemag se dispunha a dar 10% em maio. Notava, adicionalmente, a "expectativa" das hostes operárias em torno das negociações, garantindo "estarem coesos" quanto à disposição de interromperem as atividades caso não se vissem atendidos. Detalhe relevante, "a revolta no seio do operariado" se voltava tanto contra Plácido, que era repreendido por ter "alongado" as negociações quanto contra a firma, "que tudo tem feito para negar a solicitação".[692]

Os executivos temiam que sua oferta desagradaria aos trabalhadores e precipitaria as promessas de represália para primeiro de abril. "Segundo informes obtidos", reportou o agente do Deops, "é pensamento dos operários (...) permanecerem em greve até ver atendidas as suas reivindicações". Para tal, antecipa a tática a ser adotada — piquetes internos — já que visavam à paralisação da usinagem e outras seções de "capital

---

parágrafos foram retirados desta fonte.

[691] Boletim de Ordem Social, 19/3/63, 20/3/63. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 3518, 3525.

[692] Relatório, 29/3/63. Aesp, Setor Deops, 50-B-58, fls.1380. Os dados dos próximos dois parágrafos foram retirados desta fonte.

importância", o que (acreditavam o policial e os trabalhadores) tornaria a parada 100% efetiva desde o seu início.

Enquanto a Vemag não solicitava ao Deops a contra-ofensiva do piquete policial, provavelmente porque planejava se aproveitar da reivindicação para obter aumento nos seus preços, o ministro Balbino, da Indústria e Comércio, se parecia desaprovar reajustes nos ordenados, não era "categórico em assumir responsabilidades dessa ordem", isto é, não tinha meios de congelar os salários junto com os preços.

Em primeiro de abril, os empresários baixaram novas fichas na mesa e aumentaram o cacife do jogo — e o fizeram de modo a intimidar os adversários logo na saída (conforme pretendiam os trabalhadores com aquele *pensamento* dos piquetes internos). Os empregados foram participados da decisão — "absolutamente necessária" — de reduzir o número de empregos, postura "decorrente da situação do mercado de autos". Foram lembrados de que a situação já era do "conhecimento de todos" visto o "crescente estoque no pátio" e os cortes sucedidos nas demais automotrizes. Na manhã seguinte, noutro comunicado, que foi afixado no pátio dos estoques encalhados, a Vemag informou que a antecipação de 10% nos salários seria acompanhada de redução de 10% na produção (senha para a ocorrência de demissões). Indulgente consigo mesma, disse estar "à frente das empresas do setor".[693]

Quando a trégua acabou, 40 operários, Eugênio Chemp e Plácido se avistaram para discutir os 10%, que acabaram recusados. No entanto, os presentes avaliaram não ter a representatividade necessária para garantir a negativa, marcando novo encontro para o almoço do dia seguinte, quarta-feira, em frente à fábrica, quando "todos" decidiriam. Depois de relatar tais procedimentos, o agente avisou: "é possível que, no mesmo momento, caso não aceitem a proposta, seja decretada greve".[694]

Advertência plausível, a Vemag permaneceu em observação. Acompanhado de Chemp, Plácido chegou por volta das 10h40 para reunir-se com a administração, tendo solicitado a presença de uma delegação de trabalhadores. Os gerentes de Compras, Vendas e Finanças e de RI explicaram os motivos dos cortes. Na seqüência, os sindicalistas

---

[693] Aviso aos empregados, 1º/4/63. Comunicado Geral da Vemag, 2/4/63. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 3531.

[694] Relatório, 2/4/63. Aesp, Setor Deops, 50-B-58, fls. 1360.

procuraram o contato com os trabalhadores. Aparentemente, Chemp coordenou os trabalhos. Sem atacar o imperialismo, ele valorizou o pagamento dos dias parados em março, a antecipação de 10% e culpou o governo Jango pelas demissões, recriminando o Plano Trienal. Ressaltou, na hora de encerrar a análise de conjuntura, a gravidade da situação econômica.[695]

Por fim, Chemp conclamou os ouvintes a lutarem por 40% de aumento numa campanha conjunta com mais 15 sindicatos e sua federações. O orador ainda rebateu as suspeitas de que Plácido se vendera à Vemag e explicou também que não pertencia ao SMSP, mas que estava "emprestado" à categoria. Sem informar o resultado, a fonte policial sublinha que Chemp não tocou "na parte de dar por encerradas as agitações".

Claramente, Chemp, um líder conhecido e respeitado, esteve ali para apaziguar os ânimos das bases para com Plácido e defender a desagradável proposta de conter a tendência grevista, dada a probabilidade de tornar-se a ante-sala de demissões — cortes, na verdade, de duplo fio: menos emprego e menos uma base sindical organizada. Perdas assim prejudicariam as mobilizações da última campanha salarial dos trabalhadores na capital antes do Golpe de 64, a Greve dos 700 Mil, que seria combatida no seu nascedouro. No entanto, nem Chemp nem ninguém podia prever isso. O sindicalista apenas queria preservar a Vemag para a campanha salarial de outubro, mês das grandes mobilizações sindicais da capital paulistana.

E teve sucesso. Em junho, ao mencionar fatos "anteriormente verificados", um comunicado policial repara em nova ameaça à produção dos autos DKW, Vemaguetes e jipes Candangos. A concordância dos trabalhadores em "combaterem a inflação" — "ajudando na melhoria geral de todos os brasileiros" — levara os operários a serem "unânimes" em aceitar as alegações da Vemag. Sintomaticamente, quando os preços foram remarcados sem alteração nos ordenados, a agitação ressurgiu.[696]

---

[695] Relatório, 3/4/63. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 3528. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

[696] Comunicado, 1º/6/63. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 3680.

Assim, quando o *Estadão* noticiou que a Greve dos 700 Mil atingira o Ipiranga,[697] os trabalhadores da Vemag haviam reescrito sua história. 1963 era muito diferente de 1957, mas, por isto mesmo, sobreveio 1964...

CLT PELA BASE

Por causa de uma carta de William Max Pearce (diretor-executivo da WOB) para Edgar Kaiser (presidente do grupo Kaiser Industries), a história que se passa a contar agora *principia* em 21 de janeiro de 1963, mas, na verdade, de certa forma, começou antes. No sexto dia deste mês, cidadãos e cidadãs brasileiros foram às urnas escolher entre parlamentarismo ou presidencialismo e disseram que Jango deveria governar o Brasil diretamente, sem gabinetes chefiados por primeiros-ministros. No dia 19, o general Pery Bevilacqua estava nos jornais expressando-se sobre uma carta dos industriais a propósito da ocorrência de greves. Ele clama pela formação de uma "consciência" refratária ao seu "uso indiscriminado e ilegal" e propõe que as questões trabalhistas sejam resolvidas "em ambiente de compreensão e confiança recíprocas entre patrões e empregados". Era impossível, porém, desconhecer as forças em contrário. Na edição seguinte, o mesmo jornal noticia que a Carroceria Multicar descumpria acórdão (firmado na DRT) quanto à paga do abono de Natal. Pouco antes de janeiro acabar, a polícia invadiu uma assembléia dos metalúrgicos de São Bernardo. Havia muitos presentes e 200 foram detidos, Orisson Castro inclusive. Em discurso na Câmara Municipal de Santo André, o governador Ademar de Barros falou da "autoridade" e "disciplina" da sua administração, atacou o movimento pelas reformas de base e invocou São Paulo como a *locomotiva* política do país — "esteio de nosso regime e instituições" — país este que, para ser "salvo", precisava "salvar a família, a Igreja e as instituições".[698]

Nas mais diferentes avaliações de conjuntura deste momento, o Brasil parecia estar a beira de ser "perdido" para o outro lado da Guerra Fria. Muitos raciocinavam que o motivo dessa passagem estava na "infiltração" de nacionalistas e comunistas nos sindicatos e que ambos se esmeravam em posicionar os peões contra o industrialismo capitalista de bem-estar e contra a livre iniciativa — contra os EUA portanto.

---

[697] *OESP*, 30/10/63.

Olhando bem de longe, a história que se conta agora se passa também no após-guerra, donde os EUA emergiram como a maior superpotência industrial e militar do planeta. Em 1954, quando as firmas automobilísticas estadunidenses ensaiaram o estreitamento de suas relações com o Brasil, a GM anunciou a construção de uma fábrica de caminhões em São José dos Campos consoante programa negociado com a CDI. "Foi Alfred P. Sloan, presidente do Conselho Diretor da General Motors Corporation que, em palestra proferida pelo rádio no ano de 1943, preconizou de certa forma o empreendimento que a GM do Brasil ora inicia", recapitulou a revista da empresa. Disse ele na ocasião:

> "'o interesse recíproco é a única base sólida para o desenvolvimento das relações internacionais no após-guerra, assim como o responsável pelo progresso comum... Devemos, portanto, atacar aquele objetivo expandindo o intercâmbio comercial e estimulando a industrialização no Exterior'".[699]

Tanto no pós-guerra quanto depois, a freqüente e detalhada troca de informações entre os dirigentes de Willys e Ford com seus superiores nos EEUU mal se remete à questão laboral.[700] Sloan e seus pares se debruçavam sobre matérias que requeriam parecer e aprovação dos escritórios centrais, deixando as estratégias de pessoal nas mãos dos executivos no além-mar. No início dos anos 60, é verdade, a diplomacia estadunidense se interessaria pela problemática, mas, mesmo assim, esbarraria no fato de essa preocupação ser do arbítrio privado das empresas.

Ao fim desta segunda parte, não constitui surpresa alguma dizer que a praxe era pautada pelo comportamento dos feitores, geralmente marcado por fronteiras de classe, pelo par comando e ensino, por demissões e, claro, pela presença difusa de delatores, infiltrados, vigias, detetives, policiais e soldados. A capacidade de liderança, autoridade e controle dos empresários sobre seus empregados — isto já foi dito — não se baseava na inculcação fácil. Indistintamente, as formas de dominação capitalista do trabalho eram viabilizadas pelo despotismo fabril.

---

[698] *Jornal de Santo André*, 19/1/63. *News Seller*, 20/1/63, 27/1/63, 30/1/63.

[699] *Vida na GMB*, nº 31, 1954. BN (periódicos), 2-468, 2, 2.
Sloan certamente aludia à subsidiária alemã Opel (cujo controle a GM recobrara em 1948).

[700] De fato, minha pesquisa no Ford Industrial Archives e com a coleção dos Kaiser (Bancroft Library) confirmou — amplamente — que "quase todos os dados sobre relações de trabalho devem ser obtidos nas companhias do além-mar, embora algumas poucas cartas (...) possam jogar luz sobre o assunto". Wilkins & Hill, *American Business*, op. cit., p. 450.

Saiu de lá com ótimas impressões — é o que se pode dizer da visita do cônsul geral dos EUA à fábrica inglesa de biscoitos Aymoré no Rio de Janeiro: "Não há delegados sindicais nem comitê de fábrica e tampouco encontros regulares ente a administração e comissões sindicais no interior da usina". Porém, havia um chefe do serviço de segurança interna trajado em "uniforme de polícia" a quem ainda se designava o papel de ouvidor dos "desejos e precisões" dos empregados (sem que fosse por eles escolhido). Um tanto frustrado, o cônsul fez notar que sua "tentativa de esclarecer melhor a relação entre ambos não teve sucesso".[701]

Também inteirados desse assunto, no mesmo ano de 1956, pecebistas de Santo André chegaram a constatações bem semelhantes às do diplomata, mas formularam impressões muito menos resignadas. Eles fizeram um apanhado das condições de trabalho da classe operária no ABC. A falta de dinheiro para condução obrigava os trabalhadores a caminharem até as fábricas. Muitas moradias não passavam de barracões. Contratos provisórios submetiam os operários a toda sorte de "humilhações" e, ademais, premiavam-nos com dispensas ao final. O esgotamento físico era comum devido ao livre arbítrio patronal, detectando-se o aumento do número de máquinas por operador. Reclamaram da falta de creches, como na Kowarick, aonde as operárias pagavam por esse serviço. Na CBC, parecia haver restrições ao uso do refeitório. Demissões eram as represálias mais comuns à aparição de protestos ou da sindicalização. Resultado disto, anotaram, "priva-se os operários do direito de se organizarem, em especial nas grandes indústrias de procedência norte-americana" (GE e GM). Não obstante, "a sindicalização vem melhorando, surgem comissões sindicais em várias empresas", sendo a Pirelli a experiência mais bem acabada, "mas devemos reconhecer (...) muitas debilidades", "falta de fortes comissões ou delegados nas empresas" e baixa participação sindical da massa operária.[702]

Em adição à asfixia do sindicalismo fabril — para o que concorriam não só as garantias da polícia (civil, de choque ou política) como também dos corpos privados de

---

[701] "Good Labor Conditions in English Cookie Factory". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.06/12-1256.

[702] "Informe do Comitê de Zona de Santo André sobre Algumas Questões Políticas", 1956. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls.1324.

Anos antes, vários fatores contribuíram para a diminuição no número de acidentes no trabalho na Ford: a mudança do Bom Retiro para o Ipiranga, o esforço na conscientização dos seus empregados e um

segurança interna —, os patrões dispunham do clássico dispositivo da cooptação. Uma das primeiras Cipas da indústria automobilística foi instalada na GM em junho de 1948. "Ocupados com o trabalho", desconversa a empresa, os operários "raras vezes se preocupavam com a sua saúde e sua integridade física". Afora o fato da GM ter nomeado o presidente da comissão, os outros 16 representantes dos trabalhadores foram, aparentemente, indicados pelo SMABC, então sob controle do MTIC. Para convencer os trabalhadores a desistirem de tanta concentração com o serviço, causa dos acidentes, a GM criou a personagem "Zé Desastre", muitas vezes um sujeito relapso e debochado.[703]

Outrossim, a famigerada *espontaneidade do operariado* podia ser igual alvo de apropriação. "Dezembro é mês de festas", celebra a revista *Vida na GMB*. Marcando as comemorações de 1953, "três jubilosos acontecimentos" encerraram o ano: a distribuição de presentes aos filhos dos empregados, o segundo Concurso de Robustez Infantil e a paga do abono de Natal. Mal a notícia correu, um movimento "*espontâneo* de agradecimento foi organizado nas fábricas, e no mesmo dia uma Comissão de operários compareceu ao escritório do sr. Gaston A. de Wolff, diretor-gerente, para testemunhar-lhe a gratidão de todo o pessoal". Numa época de *Facão*, em acréscimo ao aperto de mão simbólico do ítalo-brasileiro Gino Pioli, a gratidão foi registrada no memorial entregue a um Wolff "deveras sensibilizado".[704]

Esse suave clima de encantamento é reproduzido no relato biográfico de César Magnotti, "uma das figuras mais conhecidas da Ford paulista". Entrara na companhia em 1923 como trabalhador braçal, de profissão montador. Em pouco tempo, elevou-se aos cargos de subfeitor, feitor e supervisor. Comunicativo, Magnotti era um animador das coletividades. Organizador de convescotes, festas e jogos, bateu-se pela criação do Esporte Clube Ford. Em setembro de 1953 — "símbolo do reconhecimento da Companhia" —, recebeu um distintivo de ouro das mãos de Humberto Monteiro, gerente geral.[705]

O Esporte Clube (ao lado *Notícias Ford*, *O Mundo Ford*, *Ford Eco* e *Ford em Revista*) era uma peça da política Departamento de RI da Ford Motor Company Exports

---

terceiro, "tivemos, também, em 1953 um ritmo de trabalho mais lento que em 1952". *Notícias Ford do Brasil*, nº 6, 1953. BN (periódicos), 2-308, 1, 15.

[703] *Vida na GMB*, nºs 1, 18, 1949, 1951. BN (periódicos), 2-468, 2, 1.

[704] *Vida na GMB*, nº 31, fonte já citada.

[705] *Notícias Ford do Brasil*, nº 4, 1953. BN (periódicos), 2-308, 1, 15.

Inc. Com três áreas de atuação (cultural, social e desportiva), visava à emulação do sentimento de família Ford. Como vimos em "Colmeia Fabril", esses periódicos, por um lado, traziam registros sobre promoções, novos produtos, gincanas, nascimentos, falecimentos, visitas às fábricas, atividades sociais da empresa (como a entrega de distintivos e a festa de Natal para a prole dos empregados), fotos de filhos e filhas dos empregados. Por outro lado, de tempos em tempos, apresentavam a dinastia Ford, especialmente o velho Henry e seu neto Henry Ford II. Enfatizavam, freqüentemente, a grandeza nacional e mundial da companhia, seus feitos comerciais e industriais e apresentavam em minúcias os serviços prestados, do atendimento médico ao serviço de refeições, "o mais moderno restaurante industrial do país".

No entanto, a harmonia familiar também era perpassada por vetores de hierarquia despótica. Com um júbilo somente possível aos vencedores, quando ex-operários rememoraram a Crise de 29, a sorte dos vencidos — trabalho duro e demissões — foi inscrita nas entrelinhas. Nesta "conversa de veteranos", Luiz Paulo (feitor geral de carrocerias e estufa da GM) rememorou que o café da manhã "era tomado no próprio local de trabalho, aproveitando-se como recipiente as antigas calotas de carros", mas isto antes de a crise chegar, quando ainda era preciso produzir e produzir. Portanto, à noite viria o serão. Em 1930, era bem diverso o clima da nova fábrica em São Caetano. "Naqueles dias pretos de 1930", quando o mais antigo empregado da GM, Arno Fritz Ehrhardt, circulava nas seções, os 1,5 mil funcionários (em cujo meio havia 22 nacionalidades diferentes) tremiam de medo. Pois ele era o "fantasma da ópera", o encarregado de "'mandar todo mundo embora'", executando as reduções decorrentes do craque da bolsa. "'Quando a coisa piorou'", disse Ehrhardt, a firma preservou os mais fiéis e "'os feitores passaram a trabalhar como guardas'". Mas o pior ainda estava por vir. Com o movimento constitucionalista de 1932, a GM resolveu fechar suas portas e suspender a produção. Para alívio de todos, essa situação não se alongou porque o governo de São Paulo adquiriu o estoque para fins militares ("'inclusive modelos de difícil venda em situações normais'"). Aí, Edmundo Drexler e seus colegas chegaram "a trabalhar 24 e até 36 horas consecutivas para poder dar conta do serviço a realizar". "'De fato'", lembrou-se Basílio Rossi, ao baterem um recorde

produtivo, um "'muito satisfeito'" diretor escreveu a cifra da marca num quadro e, ao lado, exortou à nova meta: "'quebre esse recorde'"![706]

Entre quebrar os recordes e se alquebrarem, sendo logo caçoados de "Zé Desastre", os trabalhadores se haviam com feitores. O negro Reginaldo Gonçalves era natural de Campinas e nascido em 1891. Na capital desde os 17 anos, sempre trabalhou como mecânico. Admitido na Ford em 1929, possuía "riso franco e bom", mas, ao mesmo tempo, era subfeitor. Quando o funileiro Ferreira se recusou a executar seu comando, Gonçalves, "aborrecido, caminhou de volta para a (...) seção". Como chefe, no percurso viu que era hora de zelar o seu nome, que seu sorriso não lhe abria todas as portas e que era preciso autoridade. Então, retornou, agarrou Ferreira pelo braço "e explodiu: 'você TEM que fazer esse serviço IMEDIATAMENTE!'".[707]

Constituiu-se assim o mundo que os migrantes de origem interiorana encontraram. Ex-operários de origem européia eram o suboficialato dos executivos nos gabinetes administrativos. Dominavam os postos de chefia imediata, conheciam as artimanhas no curto e longo prazos, controlavam o funcionamento dos clubes e Cipas, lideravam turmas nas suas seções, sabiam da existência de policiais na fábrica, eram distinguidos com alfinetes de honra ao mérito, amavam a companhia (e por ela eram preservados), haviam recebido cursos de formação profissional e instrucional, materializavam o espírito de família e, acima de tudo, eram o parâmetro do trabalho duro, tanto na prática do ritmo produtivo quanto na exigência de disciplina e virilidade.

"Os feitores são os homens que estão em contato direto com os operários, observando e corrigindo o trabalho destes". Medida pela soma do valor dos materiais empregados ao número de homens contratados e ao capital invertido, "sua responsabilidade

---

[706] *Vida na GMB*, nº 29, 30, 31, 32, 33, 1953, 1954. BN (periódicos), 2-468, 2, 2.

Sem esquecer dos cortes, Antônio Margarido relatou assim a demissão de um representante de vendas: "'sr. fulano'", dirigiu-se o gerente a outro representante, "'eu ia telegrafar ao seu colega, que está em viagem, pedindo que regressasse a São Paulo para ser dispensado; mas, desde que o sr. está aqui, não vale a pena estar chamando o outro — eu despeço o sr. mesmo'".

A fixação de GM em enxugar mão-de-obra não era característica apenas dos tempos de vacas magras. Numa matéria sobre as sugestões encaminhadas à Comissão Opinativa, grupo que acolhia palpites e os premiava conforme seu mérito, *Vida na GMB* retrata "três lares mais felizes", ou seja, as casas de três dos premiados. Desses, as indicações de um líder (Nicolino Porto) e um inspetor (Antônio Scaravelli) permitiram "reduzir um empregado" e economizar a "mão-de-obra de um operador". Se Porto pretendia reformar sua casa, Scaravelli preparava o futuro dos filhos. O que lhes diriam os operários e familiares premiados com demissões?

[707] *Notícias Ford*, nº 1, 1958. BN (periódicos), 2-308, 1, 15.

excede a de alguns homens de negócios", atesta *Vida na GMB*.[708] Na garantia do fluxo e refluxo produtivo, eixo de força e ordenação, pregadores da ética do trabalho e líderes pró-patronais, donos das indicações de promoção ou dispensa, os feitores eram indispensáveis à aliança empresarial-policial.

Essa fileira não ocasionou, apesar de sua solidez, uma barreira intransponível à chegada da sindicalização nas fábricas. Conforme se vê neste capítulo, o povoamento das fábricas, depois do aprendizado profissional, vinha sucedido por experiências de embates particulares e locais, o que explicitava tensões e contradições. Enquanto criavam novos sindicatos (como o SMSC e o SMSBD), os comunistas anteciparam idéias e fortaleceram o associativismo de base. Em fevereiro de 1960, um estudo sobre a formação de intersindicais enviado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional ao secretário de Segurança Pública de São Paulo fala da criação do CST, sucessor do PUI. O ensaio informa: "os movimentos de unificação dos trabalhadores no Brasil têm se apresentado com muita semelhança às 'Centrais Sindicais' e 'Centrais Únicas' existentes em países sul-americanos". Expressando tais anseios, Prestes "declarou que o ano de 1960 seria o ano da CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES". Além disso, na primeira reunião plenária do CST, os presentes propuseram que a central "juntamente com os consultores jurídicos, elaborem um anteprojeto de lei sobre a organização e garantia dos delegados sindicais nos locais de trabalho".[709]

No governo Jango, sob a gestão de Almino Afonso na pasta do Trabalho (1963), essas deliberações não foram esquecidas nas apostilas de resoluções congressuais. "Por várias vezes fui ao seu gabinete acompanhando líderes sindicais", afirma Coelho a propósito de seu mandato de deputado federal em Brasília. Os dirigentes sindicais

> "apenas pleiteavam alterações nas normas legais que dificultavam a vida sindical, de modo a se avançar no sentido da maior autonomia (...), além de se abrir caminho para a organização de comissões sindicais nas empresas".[710]

---

[708] *Vida na GMB*, nº 5, 1949. BN (periódicos), 2-468, 2, 1.

[709] "Estudo. Conselho Sindical dos Trabalhadores", 17/11/59. Aesp, setor Deops. 30-B-232, fls. 2418. "Informe. Primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo", 10/2/60. Aesp, setor Deops. 30-B-232, fls. 2418. Comunicado, 9/11/59. Aesp, setor Deops. 30-B-232, fls. 2406.

[710] Coelho, *Herança de*, op. cit., p. 249.

Obviamente, essa era uma linha política reformista (pressionava pela aplicação das leis trabalhadores e propunha o polimento da CLT, eliminando seu arsenal repressivo) e, portanto, se distinguia da proposta de ruptura do "novo sindicalismo" dos anos 80. Por causa das evidências apresentadas e analisadas aqui, vale notar que, primeiro, essa estratégia não submetia os interesses dos trabalhadores à dinâmica da industrialização nem consistia em indébita apropriação da Coisa Pública. Segundo, dispunha de eficácia. Terceiro, de baixo para cima (e, neste sentido, em maneira distinta, mas não necessariamente descolada, dos tapinhas e cafezinhos congraçados em seções restritas) acontecia nas mais variadas indústrias e estabelecimentos — inclusive entre os trabalhadores do setor automobilístico. Por fim, o que os dirigentes requisitavam afora a dita limpeza era o reconhecimento do direito à organização sindical de base, precisamente, o nível *esquecido* pela CLT.

Afora essa colonização da estrutura sindical, se desenhava um panorama internacional em traçado diverso do pós-guerra. O Brasil, além de ser o maior produtor de carros do Terceiro Mundo, importava também na questão das relações capital-trabalho, agora inclusas na pauta dos debates sobre as relações Brasil-EUA.

Um famoso embaixador sintetizou essa questão num telegrama a propósito dos preparativos de uma mostra pró-EUA no Rio de Janeiro (em meados de 1963). Lincoln Gordon informa os fatores considerados, discriminando-os assim: (1) "agitação crescente contra os interesses dos negócios dos EEUU no Brasil" acrescida de "ataques ao (...) conceito de empresa privada", (2) tal agitação era direcionada aos grupos de baixa renda, devendo, pois, consistir no público-alvo, (3) precisavam demonstrar a vitalidade da economia estadunidense e seus conseqüentes resultados benéficos para todos, em particular para os trabalhadores e (4) os mesmos benefícios eram, afinal de contas, estendidos ao Brasil com os investimentos feitos aqui.[711]

Não exatamente por saber onde a história começou, mas por onde ela passava, agora podemos entender a supramencionada carta de Max Pearce a Kaiser.

---

[711] Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1960-63, box 2416, 832.05111/12-1962.

A EXEMPLO DO QUE OCORRE NAS SIDERÚRGICAS KAISER

Se o empresariado nacional e estrangeiro desgostava da legislação trabalhista e sindical porque ela lhe parecia não só uma interferência governamental nos seus negócios mas também um instrumento de controle populista dos trabalhadores pelos políticos, isso não significa dizer que eram contra o Estado.

Primeiro, a não-regulação do direito operário à organização sindical no local de trabalho é um silêncio prazerosamente observado pelas "classes produtoras". Se os operários têm jus aos seus próprios sindicatos, a agremiação resultante é mantida longe do contato com o local de trabalho. Não gozam os trabalhadores do direito de promover sindicalismo nas fábricas.

A mesma satisfação é encontrável no efeito da operação mão-de-obra, que foi a renúncia governamental a qualquer posicionamento quanto à transferência e ao treinamento da mão-de-obra para a nascediça indústria automobilística.

Diferente (porque atesta a presença do Estado na regulação do capitalismo), um terceiro ponto — muito ao gosto dos empresários — consiste da aliança empresarial-policial, das intervenções ministeriais e da Justiça do Trabalho nos sindicatos e, em menor medida, do próprio populismo, o melhor antídoto para as esquerdas socialistas (mas esse juízo, evidentemente, era polêmico e controverso).[712]

Conforme faz notar Thomas Jordan,[713] a divisão de Ordem Social da polícia política monitorava trabalhadores e sindicatos "ao lado de organizações cívicas e clubes (escolas de samba, clubes de futebol, sociedades literárias etc.)". Várias usinas têxteis cariocas recebiam rotineira cobertura dos agentes investigadores, mas jamais foram molestadas pelos policias por causa de tópicos relativos a condições e acidentes de trabalho.

Em acréscimo, especialmente nas conjunturas autoritárias, a polícia política sempre projetou uma visão imperial sobre os sindicatos, visando a determinar suas idéias e ações. Se tal controle marca a própria invenção do trabalhismo (via Estado Novo), tanto no

---

[712] Depois do sucesso eleitoral do PCB no pós-guerra, o surgimento da política populista no ABC contribuiu decisivamente para impedir igual expressão da consciência de classe nos pleitos seguintes. Debaixo de sua lealdade à ordem capitalista, os políticos populistas se especializaram em "descobrir vantagens (...) no ir e voltar entre as partes em disputa sem — o que é essencial — serem flagrados quer pelos operários, quer pelos empregadores". Mesmo assim, os trabalhadores mantiveram o poder de manifestar suas posições como uma classe nas eleições, em geral premiando ou castigando os amigos e inimigos de suas greves. Ver: French, *O ABC*, op. cit., pp. 260, 263-264.

governo Dutra quanto no pós-64, viria a ser reeditado enfaticamente. Outro mais, ditadura ou democracia, a polícia se enxergava — e assim era aceita pelos donos do poder — como fiador da colaboração entre as classes.

No entanto, enquanto os trabalhadores muitas vezes recorreram aos delegados de polícia em busca de um árbitro para as disputas laborais, os patrões eram um pólo da aliança empresarial-policial. Ao lado disso, a regulamentação do direito sindical e do trabalho não conseguiu ministrar o armistício entre as classes. Não só os trabalhadores não abriram mão da dissidência grevista como também não abandonaram suas experiências de associativismo de base.

Portanto, em uma certa medida, apelas foi remodelado o desafio de sindicalizar a fábrica, isto é, de apoderar-se desse direito ante a contrariedade — e sob os olhos — dos patrões e da Ordem Social. Precisamente, era isso o que incomodava o adido Fishburn. Na sua prospectiva sobre a política trabalhista do governo Quadros, ele

> "indagou ao dr. Marzagão da possibilidade de elaborar atividades úteis e responsáveis para o movimento operário, exemplificando com o zelo pela melhoria das condições de trabalho e com o estabelecimento de um sistema para o encaminhamento de queixas".[714]

Marzagão, com certeza, mostrou-se perplexo; afinal de contas, a CLT existia para isso. "O governo determina as condições de trabalho", explicou-se Fishburn ainda com vistas a receber uma elucidação: "o que sobra para os sindicatos nesta área?". Taxada de, em parte, "confusa", em parte, "negativa", Marzagão deu uma resposta embutida de um princípio e de uma premência. Urgia substituir os comunistas na liderança do processo de autonomização e militância dos sindicatos. Logo, o problema não era o que os sindicatos tinham para fazer, mas determinar quem detinha o controle.

Embora quisessem envolver os petebistas na órbita do "sindicalismo livre", não era exatamente essa a opinião dos estadunidenses. Para estes, era preciso lidar com as questões locais no chão da fábrica, e não *politizá-las* na Justiça do Trabalho. "Praticamente", concluiu um estudo sobre a General Electric no Brasil,

> "quase todas as disputas entre capital e trabalho (...), que nos EEUU recairiam no raio de ação dos procedimentos locais de queixa não são

---

[713] *Contesting the*, op. cit., p. 60 e ss.

[714] "Probable Labor Policies of the Quadros Administration", Nara II, fonte já citada.

> tratadas (...) por intermédio da negociação coletiva direta mas pelas cortes trabalhistas do governo federal".[715]

Em 1963, a tensa ambigüidade do sindicalismo brasileiro — historicamente submetido a interferências governamentais e partidárias mas insinuante quanto à sua independência e representatividade — sofria o cerco da radicalização das lutas sociais. A CNTI, que antes era "a mais leal confederação operária anticomunista",[716] não apreciava mais essa orientação, mas não deixara de ser a maior e a mais influente. Nas fábricas, variadas experiências de sindicalização desafiavam os líderes anticapitalistas e nacionalistas a sintonizarem seus projetos políticos com a disposição de luta dos trabalhadores.

William Max Pearce não assistiu a roleta girar apostando suas fichas apenas no desfavorecimento instrucional e econômico de seus subordinados. Mesmo ceifados pelo facão, esses começavam a importunar como vontade antagônica. Já não era tão fácil a memorável encenação de poderio empresarial e submissão operária de 1957, não se encontravam os mesmos atores para os mesmos papéis. Os ensaios de greves brancas deixavam nas suas personagens uma certa impressão quanto ao caráter conflitante das relações capital-trabalho. O que ainda funcionava muito bem eram as antecipações salariais às mobilizações gerais do SMSBD. No entanto, a espiral inflacionária as exigia numa tal freqüência que as desgastava como dispositivo anti-sindicato, tornando-as a medida mais razoável contra a ressurgência de greves fabris.

Max Pearce fora veterano da Segunda Grande Guerra, piloto de aviação, gerente de linha produtiva, não nascera em berço de ouro e o Brasil era o topo de sua carreira. Em janeiro de 1963, ele resolveu manobrar contra a CLT e o SMSBD. Em posse de métodos americanos — implantando-os apenas na principal fábrica (Taubaté ficou de fora) —, ele estabeleceu um sistema de *grievance procedure*, ou seja, abriu uma área administrativa e instituiu regras para a ouvidoria e processamento de reclamações dos operários. Tratava-se da (já citada) Comissão de Relações no Trabalho, a CRT, sua resposta ao impasse daqueles que, como ele, eram curadores dos investimentos estadunidenses no país, cada vez mais

---

[715] Geiger, *US Business*, op. cit., p. 25.

[716] "Annual Labor Report for 1958". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.06/3-1259.

alvoroçados com uma ocorrência tantas vezes menosprezada, a militância sindical nas fábricas brasileiras.

Moeda corrente nos EEUU, a idéia não era de todo nova. Contudo, diferentemente, no lugar de visar a excluir o sindicato do contato com os problemas dos trabalhadores, fazia parte do próprio poder gremial. Longe dos trabalhadores porque fora construída em Willow Run (grande Detroit), a primeira fábrica automobilística dos Kaiser, a Kaiser-Frazer, carecia de oferta de mão-de-obra. Por isto, nos anos 40, se via impelida a fazer "concessões anormais" aos empregados para mantê-los consigo. Cientes de seu poder, esses ignoravam os "processos de queixa do UAW" e, então, deflagravam "greves selvagens" (*wildcat strikes*).[717]

Sem negar sua existência, para os Kaiser, logo que surgissem, as queixas deviam ser individuadas e processadas ininterruptamente para não precipitarem paralisações bem no meio da vigência de um acordo já estipulado com o sindicato. Por isto, taxavam essas contestações de "selvagens": não só aconteciam fora do momento reconhecido para o confronto capital-trabalho como também surgiam sem aviso prévio. Ora, era exatamente isto o que os sindicatos dos metalúrgicos do ABC e São Paulo podiam fazer: (com a presença do Estado) fechar acordos na data base e, passado o dissídio, encampar a resistência contestatória surgida nas fábricas.

Preocupado com isto, Max Pearce, em 30 de janeiro de 1963, oficia seu superior — e amigo — Edgar Kaiser a respeito de "importante passo" dado nas relações de trabalho, a implementação de um comitê oficial para registro e processamento das queixas dos empregados.[718] Fiel escudeiro da filosofia do grupo, Max Pearce principia a correspondência participando que acompanhara os "pioneiros esforços" de seu *boss* nas negociações com o sindicato dos operários das siderúrgicas Kaiser. Líder, bem intencionado, arrojado e inovador, o presidente do grupo acabara de fechar um acordo que Max Pearce saudou como uma *ruptura* rumo à solução de problemas laborais sempre pendentes.

Se comparasse sua decisão às realizações do chefe, Max Pearce reconheceria seu alcance acanhado. No entanto, ao posicioná-la à luz tanto dos "sindicatos '*à la* Mussolini'

---

[717] *Fortune*, julho de 1951.

[718] Ofício, 30/1/63. Pasta 34, caixa 147, EKP, BANC MSS 85/61 c, TBL, UCB.

existentes", que eram "controlados por comunistas", quanto da desobrigação de promovê-la — quando se pode deixar tudo como está, aí que ninguém faz nada mesmo, alegou —, o diretor-geral de Willys do Brasil avaliou-a "notável" e, "indubitavelmente", precursora.

Essa esperançosa expectativa não se confirmou. A CRT atraiu pouco interesse e não serviu de modelo a nenhuma firma — nem mesmo para as demais automobilísticas. Desandara a receita dos Kaiser: a liderança não sobreveio ao pioneirismo. A iniciativa era notável sim, pois era extraordinariamente curioso um patrão do setor mais avançado reconhecer que os trabalhadores tinham queixas (razoáveis e amargas) e que possuíam o direito de processá-las mediante seu registro junto a delegados de base (cujo comitê se encarregaria de abrir e mover um processo interno). Confessar isso no coração da indústria automobilística brasileira conferia à notícia uma centralidade evidente. Era, para todos os efeitos, um passo adiante no projeto capitalista de bem-estar.

Três expoentes da sociologia paulista — Procópio Camargo, Leôncio M. Rodrigues e F. H. Cardoso — estavam cientes de sua existência e funcionamento. De sua parte, WOB, que era tão zelosa de sua imagem, dispunha de um sem-número de contatos muito bem relacionados, nativos e estrangeiros. Pertencia a 51% de acionistas brasileiros e ainda se punha a aperfeiçoar o tratamento dispensado aos operários do Brasil. Estranhamente, embora seu parque industrial fosse uma cidadela estadunidense plantada exterior, a atitude de instalar a CRT não foi registrada ou investigada pelo serviço diplomático dos EUA. Inexistia, ainda mais, qualquer relação orgânica com as ações da Internacional Capitalista de arruinamento das bases sociais do sindicalismo antipatronal no Brasil. Por um lado, Orit, Iadesil e adidos trabalhistas não estão envolvidos. Por outro, ainda não se identificou nenhum membro da CRT que tenha sido aluno do ICT — embora, como se verá, os oposicionistas do SMSBD no pré-64 tivessem vínculos com essas órgãos.

No ABC, a CRT apresentava conexões mais claras. Diferente de quando folgou funcionários porque uma greve de massas decretara a suspensão geral da produção, Willys não ocupava mais a periferia rural do subúrbio industrial e, adicionalmente, almejava estender sua centralidade econômica à questão trabalhista, levantando barreira adicional à entrada do sindicato na fábrica. Consoante a filosofia Kaiser de antecipação, pioneirismo e comando, a CRT era a defesa de um flanco por vezes avizinhado pelo adversário.

Se o sindicato queria arrebatar a defesa do trabalhador, a CRT surge para escudar a empresa ao se interpor no meio de ambos. Paradoxalmente, seu alvo central não foi o assédio da militância de base, mas precisou voltar os olhos para trás — o chão da fábrica — e admitir que a supervisão era o problema a ser sanado, que era este o lugar onde o trabalhador precisava ser defendido. Pois, enquanto a Willys estava acostumada a ouvir elogios aos empregados — nisto reconhecendo, e divulgando, a causa de seu êxito produtivo —, a supervisão não cultivava o hábito de ouvir esses mesmos empregados, considerando tal escuta uma perda de tempo.

"Onde quer que exista um grupo de pessoas", diz o estatuto da CRT, "haverá descontentamentos".[719] A propósito destes, o entendimento era claro: se fossem "reprimidos", certamente ressurgiriam "em forma de ações indesejáveis, pedidos de transferência ou demissão voluntária". Em seguida a *mea culpa*:

> "a Gerência reconhece este fato [a insatisfação] e está consciente que os supervisores precisam ser treinados no sentido de compreenderem que as queixas dos funcionários não são simplesmente aborrecimentos, que os fazem perder tempo, mas oportunidades para que haja uma melhor compreensão".

No dia 21 de janeiro de 1963, em solenidade coberta pelo *Noticiário*, a CRT entrou em funcionamento.[720] Max Pearce fez uma explanação introdutória esclarecendo tratar-se de uma velha idéia sua, finalmente posta em prática pelo professor Procópio Camargo, da Escola de Sociologia e Política, onde era titular das cadeiras de Sociologia do Conhecimento e de Sociologia da Religião (sua especialidade).

Foram feitas várias apresentações nesta sessão inaugural. Max Pearce congratulou-se com os membros da comissão e os exortou ao bom desempenho de sua grave missão. Estes também ficaram cientes, se já não sabiam, da importância de Rubem Lisboa, secretário-executivo do diretor-presidente, homem de sua irrestrita confiança, designado para monitorar o invento. Ali presentes, alguns importantes executivos testemunharam o nascimento da representação operária. Além das suas qualificações acadêmicas, Procópio

---

[719] WOB, *Comissão de Relações no Trabalho*. São Bernardo, 1963. Arquivo pessoal de Mário Chekin.

[720] *Noticiário Willys*, nº 43, 1963.

Camargo, que a muitos impressionava por ser cavalheiro de fino trato, também usou de suas credencias na área de RI (fora diretor da Divisão de Treinamento da Tecelagem Parahyba, em São José dos Campos), com as quais granjeara o gabarito para seu cargo de coordenador.[721]

Procópio Camargo se empenhava pela CRT desde 1962, quando foi admitido para debater e planejar a idéia que Max Pearce desejava ver aplicada, qual seja, a de estabelecer seu "próprio comitê de relações trabalhistas", tanto para uma "melhor comunicação" quanto para permitir-lhe "ouvir o lado da história contado pelos trabalhadores".[722] Para chegarem à fórmula da CRT, Procópio Camargo estudou a organização willyana e contatou os gerentes de divisão. Com base nas suas teses sociológicas e na sua experiência na Parahyba, foi ele quem procedeu ao treinamento dos supervisores escolhidos para integrarem o comitê. Estes dois aspectos — sair da cartola de Max Pearce e ter sido coordenada por um sociólogo como Procópio Camargo —, possivelmente, afastaram a CRT de uma relação orgânica com o ICT, a Orit e a Embaixada dos EUA.

Apesar de ser uma obra-prima do "sindicalismo livre" "realmente existente", a CRT não foi amamentada apenas pelo mito da outorga de Max Pearce; outrossim, foi mantida em regime de tutela e controle. Foi tutelada porque previa a ingerência empresarial, mas não a liberdade de escolha dos trabalhadores, alijados da nomeação de seus membros, sendo estes apontados de cima para baixo. Os cinco representantes de áreas e o delegado do turno da noite eram nomeados pela Willys, não pelos willyanos. Foi controlada porque ao trabalhador cabia apenas "tocar a questão", mas nunca sustentar um processo (cujos andamento e decisão foram entregues às mãos de seus superiores).

Claramente, a possibilidade de os willyanos terem seus próprios nomes para o comitê escancararia as portas à rivalidade entre esquerda e direita, opondo situação e

---

[721] Procópio Camargo parece não ter escrito uma linha sequer sobre sua atuação na Willys. Petrini também não escreve uma linha sobre a permanência de Procópio Camargo na WOB. Em compensação, dedica páginas à sua passagem na Tecelagem Parahyba, sobre a qual Procópio Camargo também refletiu. Ver: Petrini, *Religião e*, op. cit., pp. 86-88.

Braz de Araújo achou uma CRT na Cosipa (Santos), mas não há elo com a Willys. Ver: *Operários em Luta. Metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983)*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1985, p. 108.

Porém, não se pode dizer o mesmo de Barbara Samuels e Milton Martins. Respectivamente, ver: *Managing Risk in Developing Countries*. Princeton, Princeton University Press, 1990, p 62. *Sindicalismo e Relações Trabalhistas*. São Paulo, LTr, 1995, p. 333. Ver também: *Business Latin America*, 2/2/83, pp. 33, 38, 39.

[722] Carta ao autor, 4/7/94.

oposição sindicais. Em dezembro, a disputa chegou à assembléia do SMSBD. Orisson Castro denunciou:

> "vocês sabem que a Willys paga para certos indivíduos fazerem um tal curso que se chama liderança sindical. Aqueles que o sabem, e sabem o que estão fazendo, não passam de chefetes".[723]

É difícil saber qual foi a reação imediata dos ativistas de oposição à CRT. Antes do golpe, eles eram capitaneados por José Alfredo Batista dos Santos, o "Lumumba", o qual vinha secundado por João Justino de Oliveira, "Janjão", Mateus Valles e Davi da Silva. Já no pós-64, aparentemente, enquanto a CRT perdia força e prestígio, Procópio Camargo se mantinha fiel ao seu preceito de encorajar os operários à ultrapassagem das barreiras existentes, entre estas a da sindicalização fabril. Neste momento, aliás, a antiga oposição virara situação.

Em meados de 1963, ao ser promovido a assistente da diretoria, Procópio Camargo teve sua atuação ratificada por Max Pearce, uma demonstração de que o sociólogo tinha seu próprio acesso ao topo da pirâmide assim como uma expressiva fatia de poder pessoal. Em seu lugar entrou Armando Martins de Azevedo, bacharel em direito pela São Francisco. Diferente do confiável e respeitoso currículo de seu antecessor, Azevedo tinha tudo para ser considerado um *esquerdista* (ao juízo da época): ocupara as presidências do Centro Acadêmico XI de Agosto e da União Estadual dos Estudantes; depois, prestara assessoria à FMSP. No entanto, tal como Camargo, parecia ser um homem de centro. Além de figurar na formação da FNT (ao lado do bispo dom Jorge, do advogado Mário Carvalho de Jesus e do deputado Franco Montoro), prestara serviço à fundação de sindicatos no interior do estado.[724]

O *Noticiário Willys* aproveitou a sucessão na coordenadoria para continuar difundindo a serventia da CRT, cujo encargo era "ouvir" queixas e providenciar uma solução "justa". Deste modo, beneficiaria o reclamante e a empresa. Ao primeiro, garantiria justiça, à segunda, o "entusiasmo [dos empregados] nas tarefas da produção". Indo além de explicações, o *Noticiário* relatou o funcionamento da comissão. "Vários" trabalhadores

---

[723] AAG, 6/12/63. CDMLBS, SMABC.

[724] Aesp, setor Deops, fichas remissivas. *Noticiário Willys*, nºs 48, 56, 1963, 1964. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

haviam procurado seus representantes para apresentar insatisfações com as "condições de trabalho, serviços da empresa, salários e penalidades".

Em outubro de 1963, *O Dirigente Industrial* esclareceu ainda mais o porquê da CRT.[725] Em entrevista, Procópio Camargo relembrou:

> "'quando começamos a estudar a questão, tínhamos um propósito fundamental em vista: criar condições para que o maior número possível de problemas fosse resolvido dentro da firma, com a preservação dos direitos de todos e sem a interferência da Justiça do Trabalho'".

Por sua vez, o coordenador Azevedo garantiu que dispunha da desenvoltura suficiente para o desempenho de suas funções:

> "'nosso órgão está subordinado apenas à diretoria da empresa. É praticamente autônomo e pode agir sem influência dos outros setores'".

A "válvula de escape", averiguou o jornalista, estava dando resultados. O "moderno conceito" segundo o qual os dirigentes empresariais — e não os sindicalistas — "ajudam os empregados a organizarem-se para sustentar suas reivindicações e pontos de vista" funcionava como predisposto: não devia escapar nada, tudo devia ficar dentro dos quatro muros do parque de Taboão. O assistente Camargo falou em um ambiente mais cordial e em mais produtividade. "De concreto", afiança a matéria, "a empresa tem verificado uma significativa diminuição de queixas levadas à Justiça do Trabalho".

Se as arengas na Justiça do Trabalho davam sinais de declínio, acima da linha de supervisão, funcionários graduados e dirigentes executivos não apreciavam a idéia de assistir operários em busca de justiça. Max Pearce bancara a CRT, a queixa era livre, mas feitores, chefes e gerentes não gostavam da idéia de ter de apurar a conduta, erros e arbitrariedades de seus pares, sobretudo para fazer justiça aos subordinados destes mesmos pares, em casos nos quais a voz de comando, a liderança, as determinações punitivas, de promoção salarial e de carreira, tal qual as requisições de hora extra, vinham questionadas por aquele elemento a quem cabia obedecer, pura e simplesmente.

Todos sabiam que Max Pearce dispunha de carta branca, pessoalmente avalizada pela amizade de Edgar Kaiser, para administrar Willys. Ninguém, portanto, se atreveria a contestá-lo, mas também, nesse ponto específico, ninguém precisava encampar sua decisão. Nem mesmo Woodrow McIntosh, outro nome de sua mais absoluta confiança. De certa

forma, McIntosh significou um avanço dada linha dura na sucessão da coordenadoria da CRT, que assumiu em julho de 1966. Aparentemente, Procópio Camargo acumulou os cargos de assistência da diretoria e coordenadoria do comitê após a morte de Azevedo, acontecida no início de 1964. Quem sabe, em 1966, o sociólogo não possuísse os mesmos recursos providenciados por Max Pearce. A Willys já estava em processo de venda para a Ford e, portanto, não é de se estranhar que não tivesse mais espaço, sendo dispensado em 1967. Além do mais, depois do Golpe de 64, qual automobilística necessitava de um comitê para equacionar os problemas dos operários?

Na entrevista concedida ao *Noticiário Willys*,[726] McIntosh reproduziu o discurso de praxe, conjugando os termos "justiça" para os empregados e proteção contra "represálias" dos implicados. De diferente, ele enfatizou o papel da supervisão (em quem depositava sua expectativa de resolução dos conflitos).

> "Na maioria dos casos, foi, e ainda é, a supervisão que resolve os problemas dos empregados. Esperamos que o feitor, sempre que possível, solucione satisfatoriamente as queixas levantadas pelo seu pessoal".

Em outra entrevista,[727] McIntosh, afora ter dito que tanto ele quanto os dirigentes executivos consideravam a comissão desnecessária, ainda afirmou que a CRT surgira para provocar dois conflitos. Por um lado, a comissão interferia no arbítrio do feitor, assumindo o encaminhamento das queixas quando isto, na sua opinião, cabia, primeiramente, à supervisão. Por outro lado,

> "Cândido de Camargo e Armando de Azevedo foram um problema para mim, por causa de serem extremamente liberais na sua mentalidade e porque complicavam demais uma coisa que, na sua origem, havia de ser um procedimento simples e justo".

Devido a um posicionamento desses, ao se apoderar de Willys do Brasil (em outubro de 1967), a Ford talvez tenha encontrado a CRT de volta à estaca zero. Sua sorte, então, estava selada. Em janeiro do ano seguinte, o executivo estadunidense encarregado com o estudo e uniformização das políticas de "relações industriais" de ambas as firmas saudou a presença de dois proeminentes superiores, sendo um deles o diretor para a

---

[725] *O Dirigente Industrial*, outubro de 1963. CRS, BIFCH.

[726] *Noticiário Willys*, nº 78, 1966.

[727] Carta ao autor, 3/3/98.

América Latina da divisão ultramarina da Ford.[728] Reunidos no Brasil para avaliarem as operações das empresas em fusão, ouviram o seguinte informe:

> "na Willys nós temos a única companhia no Brasil com um sistema de processamento de queixas similar ao que existe no campo estatal das relações trabalhistas — incluso delegados a soldo".

O sistema, prosseguiu o expositor, fora instituído "voluntariamente" e havia amealhado "amplo êxito" na resolução das reclamações ainda no chão da fábrica. Quando compara Willys com Ford, sua explanação certifica que não havia nada parecido no Ipiranga ou Osasco — e que isso não provoca ressentimento algum na política destas duas. Ambas haviam providenciado "treinamento" para os feitores, assim obtendo êxito idêntico ao de Willys. "Agora, este é nosso objetivo na WOB" — concluíram os executivos Ford, aproximando-se do entendimento de McIntosh acerca da questão.

Nessa época, situou Rubem Lisboa,[729] havia a autoridade absoluta do feitor, do feitor geral, e do gerente de produção e, por último, do gerente de divisão. Este era o "senhor de todas as almas ali dentro, fazia o que queria, não havia restrição nenhuma, e isso era, evidentemente, caminho fácil para o abuso". Lisboa, segundo o próprio, "era pago para ficar no meio",

> "nós nos batemos demais — muitas ocasiões —, com o pessoal de produção daquela época, para que eles não abusassem. Mas você sabe que o homem de produção recebe uma ordem para fazer tantos carros para atender a área de vendas; e ele sai para fazer aquilo. Se ele não tem peias que o gerente de Recursos Humanos possa impor, ele tem o que fazer, o problema de pessoal não é dele é problema do homem de pessoal. Então havia realmente abusos".

Instalada e operante, a CRT deixou o feitor receoso. Gerentes de produção e manufatura "começaram a chiar"... Confirmado na direção da Willys pela Ford, Larry Wyman, encarnou o porta-voz:

> "me lembro do momento em que nós estávamos indo para a fábrica [de São Bernardo] de carro e que ele [Wyman] criticou paro o meu futuro chefe da Ford (que estava chegando, que era diretor de Recursos Humanos) dizendo: 'é, isso aí [a CRT], nós temos de acabar'. Porque de

---

[728] "Ford and Willys Industrial Relations" (título aproximado), janeiro de 1968. Documento pertencente a um arquivo pessoal de gerente da VW.

[729] Entrevista de Rubem Lisboa ao autor, São Paulo, 20/5/94.

> fato a turma de produção estava se queixando disso porque, nessa época, a turma de produção não tinha porque aprovar uma ação dessas. Foi uma ação imposta pelo Max. Isso jamais teria existido, como não existiu em nenhuma outra empresa do Brasil. Isso foi cria do Max. Foi muito combatido; não era a época, não havia ambiente para esse tipo de coisa".

Na verdade, de sua parte, os trabalhadores jamais abandonaram o recurso à CLT; não a substituíram em favor de soluções domésticas. Se aproveitaram da CRT para defender-se de injustiças para cuja reversão a lei se revelava vagarosa ou inútil. Se concentraram nas solicitações e protestos contra o tratamento dispensado pelos feitores. Em paralelo, continuaram comparecendo à Justiça do Trabalho, contraindo os habituais riscos inerentes ao registro de queixas, à condução de processos, aos testemunhos em favor das causas dos colegas, um tipo de dissídio classista que os sindicalistas antipatronais apreciavam e acolhiam.[730]

Conforme vimos em "Colmeia Fabril", em 1963, sociologia e empresa queriam ouvir os trabalhadores, desejavam saber o seu lado da história. Esses tinham muitas histórias a relatar (e isto certamente levaria a disposição de escuta de Max Pearce a mais profunda fadiga). Possuíam, em acréscimo, muitas *pitangas* e *que tais* para *chorar*, havendo outros tantos pedidos a fazer. Em alguma medida, a CRT serviu para o cotejo de pontos de vista separados por relações de classe. A barganha e o confronto opuseram — face a face — os dois lados envolvidos. Por um lado, ambos tinham coisas a dizer um do outro. Por outro, ambos tinham coisas contraditórias a dizer um do outro.

A CRT contrapôs a gente miúda à gente graúda, mas não lançou a luta de classes com classes donas de uma consciência amadurecida. "Eles não podem tratar mal porque os operários podem reclamar" — foi esse o raciocínio de um willyano. "Fiz uma reclamação na segurança quando o supervisor me maltratou. Mas 'gente grande' da companhia me aconselhou a esquecer a queixa".[731]

Meses após seu alojamento em cinco subsedes (cada uma correspondente a uma divisão fabril do parque industrial de Taboão), a CRT nada pôde fazer quando um facão

---

[730] Entre outras fontes, se pode verificar essa inclinação nas cadernetas de Philadelpho Braz, onde eram anotados os pedidos e dúvidas dos trabalhadores (inclusive das automobilísticas de São Bernardo). Ademir Medici publicou-as no *Diário do Grande ABC*.

[731] Rodrigues, *Industrialização e*, op. cit., p. 54. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

correu pelas linhas de montagem. Um irritado forjador reclamou: "deviam ter me avisado ontem, me fizeram vir até aqui, pôr o macacão para depois me dizerem que eu tinha sido dispensado". Após censurar a empresa, suas reservas se voltaram contra seus colegas e o SMSBD. "O pessoal aqui não quer saber de nada", deplorou. Em São Paulo, numa outra firma automobilística (Vemag, certamente), o sindicato era "mais ativo". Mais afinado com seus colegas de trabalho anteriores, disse: "estamos ligados ao SMSP, que é mais forte e bem organizado do que os do ABC".

Tornar o sindicato atuante e bem representado. Esta era a segunda questão que os trabalhadores tocaram, particularmente os interessados na representação do SMSBD dentro da Willys (antes e depois de sua compra pela Ford). Na oposição e depois na situação, se valeram do diálogo aberto, da presença de Procópio Camargo, para o encaminhamento dessa candente controvérsia.

Como veremos no capítulo 10, o Maio de 68 não a deixaria ir a pique junto com o naufrágio da CRT.

VEMAG: ENTRE O CGT E A CUT

Dois anos após o Golpe de 64 — e também depois das primeiras eleições do SMSP após a intervenção do MTPS —, uma portaria assinada pelo delegado titular da Deops abre inquérito para apuração do episódio de paralisação "ilegal" na funilaria da Vemag (setor presente nas greves brancas dos anos 1962 e 1963).

Por causa de queixa levada pelo representante da firma, José R. Machado Fº, Odair C. Botarro, Hugo Marconi, Paulo Moreira, Claudionor H. da Silva e João R. de Oliveira foram identificados como "cabeças do movimento". Intimados, compareceram ao cartório do Deops, onde não reconheceram a "promoção" da ocorrência, admitindo, apenas, terem aderido. O mesmo foi corroborado pelo depoimento do subgerente e outros dois empregados da seção. Segundo o delegado, esses três de "tudo fizeram para demover os operários e, principalmente, os seis indiciados", mas esses últimos "preferiram sofrer as conseqüências a reiniciar o trabalho". Sem usar os "canais competentes", quer dizer, um

confiável SMSP (agora varrido de cegetistas), o movimento tinha por objeto um "aumento salarial".[732]

Foi tratado como crime.

O *Diário Popular* deu essa notícia usando a mesma fonte dos inquéritos. Os indiciados são os "fomentadores". Por serem os salários "insatisfatórios", a funilaria parou. "O representante da indústria apresentou queixa ao Deops" e "na diligência levada a efeito a polícia apurou que o movimento reivindicatório era ilegal, de vez que o aumento não foi pleiteado pelos canais competentes". Os acusados negaram o fomento, mas não a participação. Todavia, o depoimento do subgerente "indica" que "tudo fez" para demovê-los de seus intuitos. O delegado encerrou o inquérito considerando-os incursos na Lei de Greve e encaminhou o caso à Justiça Comum.[733]

Sem causarem surpresa, imprensa e polícia fazem suas versões coincidirem harmoniosamente. Antes, eram elos centrais da rede antipiquete; agora criminalizam as agitações fabris, o saldo restante após dois anos de repressão política e estratégia econômica recessiva. Participar como *inocente útil* ainda não era, em si, um crime, mas já era possível acusar de fora-da-lei aqueles que não recorriam aos "canais competentes". Ter enfrentado com *opinião própria* as autoridades (as chefias que vieram reprimir os indiciados), essa foi a real infração. Prestadora de bons ofícios, a polícia fez valer o ponto de vista da empresa. A imprensa, por sua vez, carimbou e mandou afixar.

É interessante notar que os funileiros surgem nas fontes com uma freqüência que se esperava acontecesse apenas entre os ferramenteiros, apontados como os mais atuantes na resistência à deterioração dos salários e das condições de trabalho. Sem deslocá-los em sua importância, mas matizando essa imagem, bem como considerando o fato de o maquinário ser velho e desgastado e de o processo produtivo não ser dominado pelo engenho da máquina automática (vide Colmeia Fabril), outros profissionais (pintores, soldadores, afora os funileiros) se baseavam na sua destreza e competência para se preservar.

---

[732] Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 4210.

Sobre as mudanças no SMSP entre o pré-64 e o pós-64, ver: Faria, Hamilton, *A Experiência Operária nos Anos de Resistência. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário*. São Paulo, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da PUC, 1986, p. 57 e ss. Ver também: Nogueira, Arnaldo, *A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*. Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 1990, pp. 68-100.

Sintomaticamente, na mesma Vemag, no mesmo ano de 1966, os ferramenteiros entrariam em cena. Em fuga de sua própria sombra, instalou-se na Vila Carioca, bairro Ipiranga, o ex-dirigente sindical Hércules Corrêa. O temido comunista — antes encarregado de intermediar diálogos e diatribes entre o CGT e o presidente Jango — agora precisava ser alguém como qualquer outro. "Discutir aumento salarial mobilizava as pessoas no interior das fábricas", recapitula em sua autobiografia.[734]

Na Vemag, havia "uns dez militantes do PCB" e, em acréscimo, uns outros mais, pertencentes a organizações esquerdistas rivais. Pacificados entre si, esses militantes animaram uma paralisação de meia hora na ferramentaria. "Choveu polícia, mas não conseguiram prender ninguém". Pois ninguém se arriscou a explicar aquele soluço. Desconfiando, os policiais não foram embora e ficaram a perambular pela fábrica. Sua justificativa, expõe Corrêa, "não podia ser mais brutal": "se era movimento operário, era subversivo e pronto".

Para essa ousadia ir além do protesto, os ativistas procuraram a assistência do jovem bacharel Almir Pazzianoto, que conjugou o bê-a-bá ao sublinhar a necessidade da apresentação de alguma queixa à empresa. Atento aos detalhes, ele convidou Corrêa, ali na companhia da delegação, para bebericar um cafezinho. Não menos sagaz, o convidado percebeu a dica: "os operários deveriam decidir sozinhos". Na volta da lanchonete para o escritório, a comissão apresentou sua proposta: todos deveriam comprar o Mug (um boneco que aparecia nas propagandas de TV) como sinal de adesão, na verdade a senha para nova interrupção do serviço na ferramentaria. Em réplica, Pazzianoto colocou que a liderança deveria abandonar as divisões partidárias e passar um abaixo-assinado em forma de pizza, com as reivindicações centralizadas numa folha de papel sendo circundadas pelas assinaturas, evitando a individuação dos "cabeças do movimento".

A palavra greve palpitava nas idéias e sentimentos e se espraiou, timidamente, por outras seções. "Polícia a *dar com pau*", conseguiram os trabalhadores entregar as listas à direção, que as atendeu. Ganharam "um aumento mixuruca", mas, "naqueles tempos duros", raciocinou Corrêa, "era para se comemorar qualquer vitória".

---

[733] *Diário Popular*, 14/7/66.

[734] Corrêa, *Memórias de*, op. cit., pp. 100-103. As citações dos próximos três parágrafos foram retiradas desta fonte.

Além da evidente adversidade, os envolvidos nessas paralisações estavam sozinhos na sua juventude e inexperiência. No entanto, a sensibilidade para as pequenas lutas — e seus resultados mixurucas —, e já vimos isso acontecer detalhadamente até aqui, não era uma lacuna na prática sindical dos comunistas. Em paralelo, vale notar que o Golpe de 64 rasurou aquela história que os trabalhadores da Vemag reescreviam desde 1957 e que o PCB, se antes era o Partidão, de tão grande e importante, agora era visto como um Partidão lento, burocrático, pesado; a reboque da burguesia e corrompido pelo populismo. No local de trabalho, onde sempre estivera, o partido comunista dividia espaço com outras correntes à sua esquerda. Aliás, não só dividia. Dividia e perdia.

De 1967 em diante, na importante base do fortim sindical paulista, o SMSP, a oposição aos ex-dirigentes do MSD não invocaria o CGT para articular sua concepção sindical. Ao contrário, como recolheu Faria em suas entrevistas,[735] se tratava de criticar o uso dos piquetes (valorizando a luta fabril como algo "novo") e de minimizar a representatividade das centenas de delegados sindicais dos metalúrgicos de São Paulo.

Entretanto, se a militância se diferenciava e fragmentava, idéias e hábitos não se transformavam automaticamente, tingindo de ambigüidade o desencontro das forças rivais. Mesmo sem admiti-lo abertamente — sobretudo quando polemizava sobre a questão da representatividade do sindicalismo do pré-64 —, a oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo enfrentou os mesmos problemas sem inventar soluções inteiramente novas. "A raiz na fábrica que você tinha sabe qual era?", perguntou um militante ao seu entrevistador. "Era você saber que na fábrica tal você contava com o companheiro fulano de tal", que era possível abordá-lo para discutir coisas do sindicato.

> "Era um aqui, outro acolá, grupo de fábrica no período 1964-68 praticamente não existia. O máximo que podia acontecer era ter três, quatro companheiros que trabalhassem na mesma fábrica".[736]

Em acréscimo, apesar da boa votação dada à chapa oposicionista de 1967, os trabalhadores nas fábricas "achavam que a gente [da oposição] era delegado do sindicato", indicando a *velha* forma do SMSP de chegar a eles. Em resistência às "limpezas" de 1964 (esta feita pela repressão política) e de 1965 (esta feita pelos interventores), o movimento

---

[735] Faria, *A Experiência*, op. cit., pp. 66-71.

[736] Entrevista de militante da oposição metalúrgica de São Paulo. Citada em Faria, *A Experiência*, op. cit., p. 90.

operário na Vemag chegou ao Maio de 68 revestido em tal ambigüidade. Foi de posse desta história que enfrentou a nova administração empresarial da Volkswagen, que, em 1966, se apoderara da Vemag.

"Porque aí já mudou", situa um ativista a respeito da atuação que ele e seu grupo de oposição mantinham dentro da fábrica. "Quando passou a ser Volkswagen, ela fez uma limpeza na área. Mandou eu e vários companheiros embora, que eram de luta nessa época". Os cortes, para piorar, não eram só de pessoal. "A gente costumava dizer que a Vemag era uma mãe e que a Volkswagen era uma madrasta". "Uma série de regalias que nós tínhamos enquanto Vemag, a VW começou cortando tudo". Que regalias eram essas? "Era muito mais fácil justificar um dia de trabalho"; bastava saber chorar as pitangas: "você chegava lá, explicava para o chefe, contava uma história meio triste, o chefe mesmo abonava seu cartão". A Vemag pagava mais pelas horas extras, a VW, menos.[737]

> "A Vemag deixava livre, nunca reprimiu ninguém por falta de hora extra, não quer fazer, você não faz, (...) a VW passou a impor. Mudou o horário, a gente trabalhava só no período do dia, de repente inventou esse horário louco que existe na VW até hoje. (...) Então, contra tudo isso houve reações, protestos".
>
> "E uma das coisas que (...) originou uma mobilização muito grande dentro da Vemag foi que a VW queria passar o dissídio coletivo nosso que era em novembro , junto com os metalúrgicos de São Paulo, para abril, junto com o ABC (...). Nisso houve uma reação e não conseguiram mesmo, não houve possibilidade de mudar (...). (...) Porque nunca, se o ABC fizesse uma greve naquela época, nós sozinhos lá em São Paulo iríamos fazer porque o ABC está em greve".

A permanência de algum modelo DKW na linha de montagem talvez alimentasse esse clima de Vemag — tão retrospectivo quanto idealizado — dentro da VW ("uma das coisas que (...) originou uma mobilização (...) dentro da Vemag foi que a VW")... Com ou sem DKW, como foi demonstrado até aqui, a derrapante menção a regalias obscurece a história do pré-64. Se realmente existiram como mordomias haviam sido consolidadas ou alargadas junto com as paralisações anteriores ao Golpe, adquirindo significados diferentes.[738]

---

[737] Entrevista de militante da OSM-SP ao PMO-Cedi, s.d.

[738] Encoberta por essa palavra *regalia*, toda uma noção de direitos dentro do local de trabalho também embasava uma herança do passado willyano na *nova* fábrica de São Bernardo da Ford, onde o

Exilada nas tradições subpolíticas do operariado, a base social do CGT não saiu de onde sempre esteve, dos bairros, ruas e locais de trabalho. Apesar disso, quando *de novo* se levantou a bandeira — cegetista — de uma central única, algo fundamentalmente decisivo acontecera. De uma parte, a incapacidade dos governos militares de substituírem o "velho sindicalismo" por um *autêntico* movimento operário e seus sucessivos ataques aos direitos dos trabalhadores semeavam a certeza que algo de *novo* devia surgir para mudar a situação. Doutra parte, os *velhos* sindicalistas se escondiam do passado enquanto os *novos* (especialmente nas oposições sindicais) queriam avançar rumo ao futuro, do qual retiravam inspiração e audácia, falando em "grupo de fábrica" e "comissões de fábrica" como se fossem coisas *totalmente inovadoras*. Por sua vez, os sindicalistas fiéis à sua identificação de "autênticos" (autenticidade que negavam ao CGT) também sofriam mutações relevantes.

Ambos os *novatos* reuniram idéias e forças para proclamarem o "novo sindicalismo", e esse é o tema dos três capítulos seguintes.

---

boletim *O Bronca*, em 1969, era um volante dos "trabalhadores da Willys" distribuído dentro da Ford.

PARTE III

DESENVOLVIMENTISMO AUTORITÁRIO

8

Passageiros da Direita

Sindicatos e Trabalhadores na México com a Presidente Wilson

Do Comício da Central às Marchas de Civis e Militares

Na medida em que não enfraqueceu os adversários, mas açulou-os ainda mais, o comício da Central do Brasil foi uma demonstração de força assistida por um inimigo vigilante e em processo de arregimentação de energia e de escolha de líderes. No dia seguinte, sábado, 14 de março de 1964, em parte porque podia ter acesso a fontes militares (cujos aliados eram empresários e políticos civis), em parte porque também podia estar enfurnado na trama anti-Jango, o *Correio da Manhã* foi profético ao designar seu editorial com uma frase categórica: "o último comício".[739] Segundo um dos conspiradores, o general Muricy, "no Ministério todo mundo só comentava o comício e a revolta era generalizada". "O comício do dia 13 nos deu uma série imensa de elementos corretos, leais e que estavam ainda presos à idéia da legalidade absoluta".

---

[739] Telegrama, 17/3/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box

Para aqueles já libertos dessa *legalidade absoluta*, "era importante que aquilo acontecesse, porque nós tínhamos consciência de que a revolta no Exército aumentaria".[740]

Dezessete edições depois de vaticinar o fim dos comícios do período 1945-1964, o *Correio* se mostra perfeitamente sintonizado com os oficiais comandantes das tropas em marcha rumo à Guanabara. Engrossa o coro dos que desejam enxotar Jango da Presidência ao publicar um ultimato em seu editorial — "só há uma coisa a dizer ao sr. João Goulart: saia".[741]

Varrer o governo Jango, Brizola, Arraes e seus aliados para fora do país. Pacificar o III Exército. Caçar a aliança sindical, rural e urbana, entre nacionalistas, trabalhistas e grupos de esquerda. Perseguir o PCB e outras organizações (como as Ligas Camponesas). Livrar o país da possibilidade de ser a ponta de lança de uma guinada continental para a esquerda, detendo os movimentos sociais pela força, ou nas cadeias. Restabelecer um reacionário princípio de autoridade matizado com tons udenistas burgueses, militares e da Igreja Católica Apostólica Romana. "Arrumar a casa", e, um pouco mais além, "pôr suas contas em dia". O subseqüente fim da inflação e a normalização da "amizade" com os EUA colocariam o país na estrada do "desenvolvimento" outra vez. Essa era uma expectativa geral disseminada na base de apoio ao golpe que derrubou João Goulart da Presidência.

No entanto, com quem ficaria o poder uma vez satisfeitas as bandeiras da unidade? Os militares arrumariam a casa e a devolveriam aos civis? Não dariam palpites sobre o modelo e a política de desenvolvimento econômicos, eliminando apenas o par corrupção e subversão? Quanto tempo duraria? Se haveria mesmo eleições para

---

1282, LAB 3-2 BRAZ.

[740] Depoimento do general Muricy. In: Tendler, Sílvio; Dias, Maurício, *Jango*. Porto Alegre, L&PM, 1984, p. 59.

Conforme um depoimento de um presidente de uma multinacional no Brasil ligado ao Ipes, o comício da Central teve o mesmo efeito sobre os industriais. "Nos mobilizamos nas fábricas. Nos armamos contra o comunismo. Fomos até os militares para pedir ajuda. 'Algo tem de ser feito', dissemos. Estou te dizendo isso a partir da minha própria experiência pessoal. Eu estava lá". Payne, Leigh, *Brazilian Industrialists and Democratic Change*. Baltimore, The John Hopkins University Press, 1994, p. 21.

[741] *Correio da Manhã*, 31/3/64. In: VVAA, *A Revolução de 31 de Março*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966, p. 24.

presidente em 1965, não existia bola de cristal que as confirmasse. Caso o estancieiro no exílio tivesse ficado no Executivo, as previsões da direita diziam que as eleições não aconteceriam, pois teria havido um atentado fulminante contra a Constituição. Lacerda, Juscelino, Jânio, Ademar de Barros ou Magalhães Pinto? Castelo, Juraci Magalhães ou Macedo Soares? Na constelação do bloco civil e militar da conspiração brilhavam muitos astros (e alguns deles podiam carregar estrelas nos ombros).

Em 9 de abril, a rede de informações encimada pelo cônsul Bond já conseguira detectar um "sentimento pró-Jango entre as classes baixas". Num seleto círculo da direita paulista, composto pelos poucos homens "bem informados" existentes sobre o movimento conspirativo, uma rápida enquete verificou a opinião de que a edição de "eleições honestas" traria João Goulart de volta à Presidência. Entre as ditas "classes baixas", ouvira-se o lamento de "empregadas domésticas e operários" quanto ao "destino do 'pobre do Jango'". Bond externou um quê de desdém ao comentar esses rumores pois, a seu ver, seriam tanto amostra de um sentimento "efêmero" e "muito provavelmente desarticulado" quanto provenientes de gente analfabeta e, portanto, excluída do direito de votar. Apesar disso, pelo sim, pelo não, a possibilidade do recrudescimento de uma difusa simpatia pró-Jango era sinal indicador da missão do "governo interino", a saber, "sair-se bem e rápido".[742]

O raciocínio de Bond sobre "paulistas articulados" *versus* "massas não-articuladas" está um pouco mais elaborado na sua (autoproclamada) "sóbria visão" sobre o golpe, datada em 9 de abril. A demonstração de força e unidade da Marcha da Família com Deus pela Liberdade amalgamou as alas civil e militar num só bloco, conferindo um caráter "genuíno e popular" ao que chamou de "revolução". "Lamentavelmente", lastimou,

> "os paulistas articulados não são as grandes massas. O comício de 19 de março [a dita marcha] foi um ato das classes média e alta, e assim foi a revolução. Os trabalhadores, que raramente se manifestam a não ser em partidas de futebol, provavelmente simpatizavam em muitos casos com Goulart".

---

[742] *Weekly Summary*, nº 15. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1930, POL 2 BRAZ, 9/4/64.

Para Bond, "a inexistência de entusiasmo nas classes baixas" não devia ser levada muito a sério. Afinal de contas, "os trabalhadores quase nunca tiveram expressão política salvo quando ganharam mais dinheiro, ou se juntaram à burguesia, ou passaram a enxergar melhor através de políticos transparentes". "São Paulo", ou melhor, a direita paulista "lhes dá essa chance", garantiu. Contente, o cônsul abrilhantou a chance por ele vislumbrada tecendo loas ao golpe. Profético, elegeu-o como "um modelo dentro de seu estilo". Entusiasta, estimou-o como "uma página brilhante na história do Brasil democrático".[743]

Honestamente, ninguém no bloco golpista havia gasto tanta energia, tempo e dinheiro — e ainda se arriscado tanto — para depor um presidente e submeter-se ao calendário do jogo democrático eleitoral (havia um pleito presidencial agendado para 1965) com a perspectiva do retorno do mesmo homem para o mesmo lugar. Aos olhos dos EUA, o governo interino de Mazzilli apenas precisava ungir um líder pela via menos *inconstitucional* possível a fim de preencher a vacância de poder e conduzir o golpe de Estado na sua fase de consolidação, defendendo-o com uma fumacenta cortina de legalidade.

Cobrindo a semana entre 18 e 24 de maio, o segundo informe enviado pelo embaixador Gordon tempera as más notícias da crise econômica com sinais de bom agouro. Sem acusar avisos de ondas de demissões nem de queda no nível de emprego, ele ponderou que os críticos à nova taxa de juros do crédito à produção talvez estivessem desacostumados ao jogo do mercado. O esforço de estabilização, prognosticou, daria resultados, provando o acerto de seu argumento. Dispondo de um informe extra, foi-lhe possível terminar o comunicado com o lançamento de uma pedra fundamental para os novos tempos que os vencedores pretendiam inaugurar. A Willys anunciara "na última sexta um plano de reinvestir Cr$ 40 bilhões nos próximos 28 meses na produção de carros, numa nova fábrica em Recife e em habitação operária".[744]

---

[743] "A Sober Look at the Revolution". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1943, POL 23-9 BRAZ, 9/4/64.

[744] Até o final desse item, todas as citações de fontes foram retiradas de informes semanais e quinzenais. Telegramas, 27/5/64, 4/6/64, 9/6/64, 24/6/64, 8/7/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1066, INCO 2 BRAZ.

Trunfo antes enfiado na manga, esse foi o dinheiro que Max Pearce, em contato permanente com o grupo Kaiser, reteve enquanto urdiam contra Jango. Era uma aposta tríplice haja vista ser uma promessa de revigorar a grande firma dos 50 anos em 5, de abrir uma nova linha de montagem no Nordeste — posto avançado concebido como fator de contenção do clamor pela reforma agrária —, e, ainda mais, pérola da *via willyana*, era uma jura de casas aos operários, realizando o programa característico de Henry J. Kaiser, capitalismo com emprego, planos de saúde e moradia para empregados.

A colheita dos sinais positivos naquela semana de maio de 1964 obedeceu a uma racionalidade característica do envolvimento estadunidense com o golpe. Se o governo Johnson imediatamente providenciou oferta de ajuda econômica e reconhecimento diplomático do novo governo, visando a aliviar pressões de ordem financeira e internacional, Willys de novo foi pioneira ao anunciar investimentos, dando uma demonstração de apoio à mudança havida e de confiança no futuro. De todo modo, resolver a questão da legitimidade do regime recém-inaugurado era mais operacional do que acertar as contas da economia. A extrema rapidez do estreitamento das relações entre os dois países não foi acompanhada de uma solução igualmente ágil no segundo caso, que, entre outras questões, envolvia a definição do papel e do comando da classe dirigente.

No comunicado do período entre 5 e 19 de junho, a tese da rapidez do saneamento econômico veio reforçada. "Em termos gerais", ele afiançou, "a tendência rumo ao melhoramento continua e uma expectativa básica de uma recuperação razoavelmente estável da normalidade é alcançável no decorrer dos próximos dois ou três meses". Porém, o co-autor de *US Manufacturing in Brazil* era experiente demais para desconhecer ponderações. A situação dos negócios, ele admitiu, ainda era "um tanto irregular". Logo, prosseguiu com a mistura de bons e maus indícios.

No entanto, os três sinais positivos da auspiciosa semana de maio — crédito regulado pela lei da oferta e procura, retomada dos investimentos na produção e estancamento do desemprego — foram fraquejando continuamente. Se o "pânico" e a "falta de confiança" no mandatário deposto cederam lugar à sustentação das políticas governamentais, o anúncio da Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) de

um sistema de controle dos preços, feito a 26 de maio, mudou o registro pelo qual a indústria automobilística se fazia apresentar na correspondência expedida da Embaixada sita na Avenida Presidente Wilson. Os bilhões de Willys-Overland foram substituídos por prognósticos de férias coletivas e demissões devido às vendas em "depressão", e na sua esteira vieram os números de queda na produção. Mesmo tendo a indústria automobilística conseguido negociar outro aumento nos preços dos carros na ordem dos 5%, as fontes de Gordon avisaram-lhe sobre o temor de três grandes firmas quanto à situação no longo prazo. Muito ciosas, essas empresas se preocupavam com as possíveis repercussões dos efeitos colaterais de suas vendas em baixa sobre o conjunto da cadeia produtiva. Panos quentes na mão, Gordon não estendeu a conjuntura errática da indústria automobilística a outros setores da economia. Para que fazê-lo se a comunidade empresarial não estava alarmada, grassando ainda a crença no reaquecimento antes de outubro?

Ao surgirem os anúncios oficiais de férias coletivas na Willys e VW bem como de demissões na GM, os efeitos nas indústrias auxiliares, é óbvio, eram aguardados para qualquer instante. Logo, enfraquecida a fé no mercado interno, os empresários passaram a pressionar o governo em favor de incentivos para a exportação. De fato, no telegrama de 8 de julho, Gordon recordou-se da tese da inelasticidade do consumo interno para explicar o porquê da demanda reprimida (esgotada em 1962) não ter sido seguida pelo seu crescimento "natural". Ele pôde então reconhecer que a indústria de bens de capital e a automobilística estavam "seriamente afetadas" e que um plano de estabilização podia abatê-las ainda mais. Já era hora, visto Mercedes-Benz, Scania-Vabis e Ford terem se somado a Willys e Volks nas mensagens de férias coletivas ou de frenagem na produção, medidas sócias de inevitáveis demissões, cortes que seriam usados como pretexto para outros acontecidos em todo o parque metalúrgico.

O Golpe e o Fim (ou Invenção) do "Sindicalismo Populista"

Na México com a Presidente Wilson, das janelas da Embaixada dos EUA (RJ), os assistentes trabalhistas Harold Shapiro e Herbert Baker observavam os acontecimentos e afiançavam que "um dos mais significativos aspectos da Revolução foi a incapacidade dos trabalhadores em reagirem a favor de Goulart". No Consulado

Geral de São Paulo, o assessor trabalhista Jack Liebof nutriu entender complementar. Ele primeiro apreçou como "gigantesco" o impacto do golpe sobre o movimento operário paulista tanto porque teria "completamente" eliminado "a disseminada corrupção e a infiltração comunista" quanto porque oferecia "a primeira oportunidade em muitos anos de desenvolver uma gama de dirigentes sindicais ilustrada e democrática". Além disso, o golpe teria demonstrado "o quão dependente do suporte oficial é o movimento operário brasileiro".[745]

A descrição da relação entre Estado e trabalhadores nessa forma — artificial, espúria e corrupta —, o contraponto da falta de autenticidade do movimento sindical brasileiro, traduzia o anseio da diplomacia dos EUA em elaborar uma justificativa à sua sustentação da "operação limpeza". No entanto, o exame de seus relatórios trabalhistas possibilita analisar, em acréscimo, como o sindicalismo promovido para ocupar o vazio deixado pelo CGT era débil (precisava do apoio empresarial e estadunidense e jazia nas mãos do Estado) e como o extinto CGT foi alvo de perseguição toda vez que um mínimo de rearticulação foi obtido.

A ênfase na falha do *dispositivo sindical*, complemento de outro *dispositivo*, o militar (igualmente desarmado), foi usada para não só comprovar o acerto do prognóstico do general Golbery sobre a resistência do governo Goulart — "'cai como um castelo de cartas'" —[746] mas também para fornecer aos analistas tanto as evidências para condenar à morte os movimentos sociais quanto para reprovar a aliança entre PTB e PCB. À direita e à esquerda, seria a parada terminal da "era populista".[747]

---

[745] "Semi-Annual Labor Report", 29/10/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ. "Labor Report: Part I", 21/1/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ.

[746] Depoimento do general Muricy. In: Tendler, Dias, *Jango*, op. cit., p. 75.

[747] Segundo Hércules Corrêa, na noite de 31 de março de 1964, os dirigentes do CGT foram avistar-se com Jango no Palácio das Laranjeiras. "Todo o estado da Guanabara", que era governado por Carlos Lacerda (da UDN), "estava parado desde as 18 horas". O presidente, Corrêa, Osvaldo Pacheco e Melo Bastos discutiam como consolidar o movimento nos estados quando soou a chamada telefônica do general Kruel, do II Exército, amigo pessoal de Goulart. Para aplacar a rebeldia dos militares, Kruel exigiu a prisão dos sindicalistas e a dissolução do CGT, represálias negadas na hora. No dia seguinte, Corrêa, que era o homem do CGT para os contatos políticos com o presidente Jango, voltou ao palácio. Foi informado das conversas em curso, do presidente Jango com o rebelde Castelo Branco, sobre a saída do primeiro. "Os militares temiam que Jango", no lugar de deixar o país, "convocasse a população para reagir". "Vi o presidente saindo do Palácio", escreveu Corrêa. A caminho do Rio Grande do Sul, onde o III Exército ainda era leal, Jango preferiu a rota sem sangue. Corrêa, *Memórias do*, op. cit., p. 93.

Em contrapartida, às vésperas de abril, a dependência do sindicalismo anticegetista para com fontes de sustentação exteriores transparece em dois momentos. De um lado, o MSD e a UST "estavam dando errado devido à falta de fundos" (recursos em geral provenientes do Ipes, de políticos de direita, dos empresários), falindo no seu dever de criar uma oposição ao CGT. De outro, malograram "os planos para uma contrapartida democrática [anticomunista] ao CGT". A NLCFW, quer dizer, a National Labor Center of Free Workers (Central Sindical Nacional dos Trabalhadores Livres) não saíra do papel. (Somente os arquivos de Moscou podem nos dizer se a sigla CGT antes surgiu em russo para então ser transplantada para o Brasil.) Independentemente disso, o Tio Sam sindical estava a caminho. Um obstáculo de monta — "a política externa independente de Goulart, combinada à forte influência comunista no movimento operário, bloqueou uma coordenação efetiva entre os EEUU e os sindicatos brasileiros" — fora finalmente removido.[748]

A vitória da aliança PTB-PCB nas últimas eleições da CNTI antes do golpe nos oferece uma oportunidade extra para o entendimento do jogo entre *corrupção*, *dependência* e *infiltração comunista*. Em 6 de janeiro de 1964, PTB e PCB viveram seu último grande triunfo sindical ao derrotarem a chapa oposicionista encabeçada por João Wagner, lista apoiada por Domingos Alvares (presidente da FMSP e da UST), Olavo Previatti (presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Papel e Papelão de São Paulo) e Dacir Gatto (presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de São Paulo). Um a um, esses três foram contatados por Jack Liebof, o assessor do Consulado Geral dos EUA em São Paulo para assuntos trabalhistas.

Eles acusaram Ari Campista, o coordenador da oposição, de embolsar uma gorda fatia dos vultosos fundos angariados para tirar a situação do poder. Bebericando um cafezinho numa lanchonete vizinha ao Consulado, Alvares listou para Liebof o rol dos contribuintes que haviam dado dinheiro a Campista: Fiesp, Firjan, empresas privadas de capital brasileiro, empresários cariocas e a Refinaria de Petróleo União, sita em Capuava, petrolífera que havia sido paralisada por greve e ameaçada de ser encampada por Jango. Alvares ainda sacou de um velho preconceito para elucidar a derrota de sua

---

[748] "Semi-Annual Labor Report", 29/10/64, Nara II, fonte já citada. "Labor Report: Part I", 21/1/66, Nara II, fonte já citada.

chapa. Foram os delegados do Nordeste, descritos como "majoritariamente semi-analfabetos", quem votou na situação, pois, inocentes úteis, teriam sucumbido à pressão da disputa.[749]

Unânimes, Previatti, Gatto e Alvares projetarem no triunfo de Lacerda nas eleições presidenciais de 1965 a única salvação possível do sindicalismo brasileiro das mãos do comunismo. Os três interlocutores de Liebof se mostraram pouco confiantes no porvir do MSD e da UST, debilitados tanto por falta de apoio externo (o Ipes suspendera seu financiamento ao MSD e Jango oscilava entre o CGT e a UST) quanto por desavenças internas e falta de uma política afirmativa. O MSD, de fato, não impressionava por sua pujança. Em relatório sobre a política brasileira no segundo semestre de 1963, depois de ser considerado como uma força "em estagnação", seu desempenho ensejou apenas um registro a mais, o do estreitamento de suas relações com o governo de Ademar de Barros, aproximação encetada com o fito de superar a crise financeira advinda com os cortes no apoio dado pelo Ipes. No fim do ano, o MSD "abertamente pediu ajuda financeira a Ademar". Também de dinheiro carecia a UST, pois um "corte na assistência financeira" (combinado à "falta de liderança positiva") drenavam o seu promissor apelo de "terceira via". Após a Greve dos 700 Mil, Liebof também apurou que o "pequeno mas agressivo" MRS — "na seqüência do término de seu misterioso suporte financeiro", fruto do "recuo", em julho, de seus "misteriosos" credores (possivelmente a UDN) — estava "virtualmente liquidado".[750]

Diferentemente, o sindicalismo cegetista — *com* e *sem* o apoio de Jango — expandia sua hegemonia no movimento sindical operário paulista após uma greve frontalmente combatida por Ademar de Barros, pela Fiesp e pela polícia, uma prova e

---

[749] "São Paulo Post-mortem of (...) Election in CNTI". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ, 16/1/64.

No Arquivo Privado Cunha Bueno no Aesp, é possível encontrar fontes sobre as táticas empresariais antigreve aplicadas na Refinaria União. Na opinião do Consulado Geral dos EUA, essa paralisação "foi na realidade uma confrontação direta entre as forças da empresa privada e as do estatismo (...) e, como tal, recebeu ampla atenção pública, transcendendo de longe as questões imediatas". Ver: "Semi-Annual Political Review. June-December 1963". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1932, POL 2 BRAZ, 2/1/64.

A polícia política acompanhava de perto o ativismo sindical dentro das refinarias petrolíferas do ABC. Ver: Comunicado, 28/10/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2126.

[750] "Semi-Annual Political Review. June-December 1963". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1932, POL 2 BRAZ, 2/1/64. "Semi-Annual Labor Report". Nara II,

um desempenho jamais experimentados pelas outras correntes sindicais.[751] Tais opositores, o direitista MSD, a alternativa UST e o bem-vindo MRS, por si só, não conseguiam mover-lhe uma dianteira contrária exitosa, nem montar uma frente unida (embora tivessem logrado erguer barreiras, como o controle da FMSP), sendo, para concluir, visceralmente dependentes de recursos financeiros externos e atrofiados na sua capacidade de elaboração de estratégia e liderança. De todas essas siglas, apenas a cristã e esquerdista FNT sobreviveria aos anos 60. Logicamente, quando os militares abateram as forças das esquerdas, nacionalistas e trabalhistas, Campista, Wagner, Alvares, Previatti, Gatto e companhia teriam campo livre pela frente. Claro, o campo era livre de "*commies*" ("comunas"), dos "súditos de Moscou", ou dos "demagogos irresponsáveis", mas não de militares, ou de Campos, futuro ministro do Planejamento. No lugar de dar prosseguimento às intersindicais de oposição ao CGT, o sindicalismo anticomunista convergiu cada vez mais para os altos escalões da estrutura sindical confederativa, notoriamente tendente ao cupulismo.

Subscritor da tese segundo a qual o movimento operário no Brasil só podia ser mudado *a partir de cima*, o Consulado Geral dos EEUU não via o ascenso do CGT defronte aos seus concorrentes como um fato da luta política, fechando-se no contraste do *sindicalismo real* no Brasil com a idealista referência ao movimento sindical de seu país — sempre "livre", "independente" e "democrático" —, um jeito de, na verdade, condenar o movimento operário por aqui. Ferrenho na Guerra Fria, negava todo controle democrático a partir das bases com a útil tese da maquiavélica e manipulatória infiltração esquerdista. Por isto, às portas do Golpe de 64, a diplomacia estadunidense era uma das mais proficientes e brilhantes *matrizes discursivas* da tese do "sindicalismo populista" no seu próprio tempo e lugar.

"É importante manter em mente", destacou um relatório político, "que o MSD, UST, PAC e FNT são todos — essencialmente — conclaves de líderes operários

---

GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 2 BRAZ, 19/2/64.

[751] No segundo semestre de 1963, declarando representar 700 mil trabalhadores, os cerca de 80 sindicatos e quatro federações agrupados no Pacto de Ação Conjunta (PAC), ligado ao CGT, almejavam dar um passo adiante nas campanhas salariais dos trabalhadores em São Paulo. Além da simultaneidade do vencimento dos acordos salariais de diversas categorias e das ligações intersindicais, elementos presentes nas movimentações dos anos anteriores, tais entidades queriam que a Fiesp não só reconhecesse o PAC como interlocutor (embora fosse uma agremiação ilegal) como também aceitasse negociar suas demandas de modo unificado. Nesse tocante, não tiveram sucesso.

(movimentos de cúpula) dotados de pouco apoio, se houver, entre os trabalhadores". "Provavelmente", apostou com sua lógica imperial, "a evolução mais promissora" era a "emergência do ICT", o Instituto Cultural do Trabalho ("afiliado do Iadesil em Washington"). Ambos os institutos atuavam em parceria sob a chancela da Orit, ramo continental da Ciosl. Na programação do primeiro, Santos e ABC já constavam como sede dos "seminários de orientação sindical" exatamente porque eram "áreas onde os comunistas eram fortes".[752]

Evidentemente, era desnecessário realizar amplos seminários para militantes de massa em lugares reconhecidamente bem representados pelo CGT, a não ser, óbvio, que, além de ser um conclave de cúpula, o sindicalismo da aliança PTB-PCB tivesse ramificações nas bases. Outras razões eram tanto as informações disponíveis sobre os conclaves anti-CGT quanto as especulações sobre o que fazer com o movimento sindical depois de consumado o golpe.

Correntes Sindicais

"A maioria dos sindicatos anteriormente associada (...) ao CGT está ocupada pela polícia e poucos — ou nenhum — sindicatos estão funcionando", telegrafou o embaixador Gordon a 4 de abril. Mesmo suspeitando que antes da indicação de um novo nome para a pasta do Trabalho não haveria "atividade sindical", registrou a visita dos sindicalistas Ari Campista e Floriano Maciel ao ministro da Guerra para tratarem das medidas de reabertura dos grêmios cerrados. "Eles foram enviados ao secretário de Segurança coronel Borges, que os designou ao dr. Cecil Borer, assessor de Lacerda" e chefe do Deops no Rio. Campista então preparou um memorando para Borer oferecendo propostas de reativação dos sindicatos, tudo a ser feito a partir de cima, da CNTI e das suas federações estaduais. O vazio deixado pelo abate do CGT era tão grande que Campista e Maciel

> "recomendaram a intensificação do suporte dos EEUU à liderança sindical democrática [isto é, anticomunista] para treinar dirigentes

---

[752] "Semi-Annual Political Review. June-December 1963". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1932, POL 2 BRAZ, 2/1/64.

que substituam os líderes operários comunistas presos".[753]

Entre os metalúrgicos, as gestões de Campista foram secundadas por Domingos Alvares e Argeu Egídio dos Santos, respectivamente, o vice-presidente e o presidente da FMSP. Em primeiro de abril, Alvares assinou um manifesto contra a conclamação à greve geral de resistência feita pelo CGT afirmando ter chegado a hora da "redenção" do movimento operário brasileiro. Já Argeu foi notícia nas edições do *Estadão* de 12 e 17 de abril. Na primeira matéria, ele reafirmou sua fé na Redentora. Na segunda, manifestou sua compreensão quanto à necessidade de se promover "medidas de caráter repressivo".[754] Para apoderarem-se do terreno subtraído ao sindicalismo cegetista, precisavam ter boa vontade com os donos do poder, que logo se ungiram com o arbítrio de um comando revolucionário.

Um duplo resultado dessa transformação na conduta do governo foi o término das organizações intersindicais e a exigência do credo "responsável" e "apolítico". Isto, como se verá, não aboliu os laços do movimento operário com o Estado. Assim, seja para "colaborarem" — compulsoriamente — com as políticas governamentais, seja para serem reprimidos, os trabalhadores se reorganizaram segundo três enquadramentos básicos.

O primeiro era o dos "interventores", isto é, os dirigentes diretamente nomeados pelo MTPS para o ocupar as cadeiras de onde os perseguidos haviam sido cassados. Nos grêmios metalúrgicos aqui abordados, eram sindicalistas do MSD, muitos deles batidos nas eleições sindicais anteriores ao golpe, o que forneceu total desenvoltura a Argeu e a Alvares dentro da FMSP — um raio de ação, na verdade, logo tolhido pelos donos do poder central. Menos experientes, menos marcados pela rivalidade entre MSD e CGT, mas nem por isso em desacordo com a primeira corrente, vieram os "democráticos" de segundo geração, ativistas de base treinados e instruídos pela teia da internacional anticomunista enquanto as intervenções não eram suspensas.

---

[753] "Developments since New Regime Installed", 23/4/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 2 BRAZ. Telegrama, 8/4/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 1 BRAZ.

[754] Telegrama, 23/5/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ.

Da primeira geração, ou do ambiente em que esta foi formada, esse segundo grupo herdou o desafio de encarnar um sindicalismo "autêntico", um termo do pregão anti-CGT. Nos cursos básicos de orientação sindical, ou nos cursos para dirigentes, formaram-se esses "democráticos" de segunda geração que deveriam ir além tanto dos velhos dirigentes cupulistas do MSD quanto dos politizados líderes da aliança PTB-PCB. Em 1967, dentro do SMSBD e do SMSP (o primeiro dirigido pela nova geração, o segundo, pelos interventores), esses dois grupos protagonizaram a estruturação do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA).

Desde antes do retorno das eleições aos sindicatos, os pecebistas, que antes do golpe já passavam por cisões e críticas, foram se desentendo, se desgastando e se dividindo. Neste terceiro enquadramento se constituíram as oposições, depois chamadas de movimentos de oposição sindical, fenômeno em estreita intimidade com a "Nova Esquerda". Compostas por líderes cegetistas antes de 1967, as oposições passaram a se pautar pela contundência dos seus ataques ao PCB e à ditadura militar quando o MIA foi criado. No SMSP, mesmo perseguidas e divididas, as chapas oposicionistas conseguiram dar vida à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), mas não lograram a mesma sorte em Santo André e São Bernardo, onde, durante o correr da passagem dos anos 60 para os 70, a segunda geração dos democráticos transmutou-se na corrente do "sindicalismo autêntico", agora uma tendência e não apenas um vocábulo do discurso sindical.[755]

A Longa Noite das Intervenções

"A revolução não é contrária aos direitos sociais dos trabalhadores", quis esclarecer o presidente Castelo Branco em seu discurso comemorativo do Primeiro de Maio de 1964. Curiosamente, nos meses imediatamente anteriores ao golpe, esse Dia do Trabalho era esperado com apreensão pelo sindicalismo anticomunista pois este esperava para essa data uma ofensiva cegetista totalitária. Essa inquietação, decerto, nada mais era do que a transposição, para o embate entre as correntes sindicais, da obsessão paranóica da direita brasileira em ver no par PTB-PCB uma ameaça à democracia enquanto ela própria urdiu maquinações — e se aventurou em incursões —

golpistas entre 1951 e 1964. O herdeiro do legado varguista e trabalhista, Jango, ministro do Trabalho de Getúlio (1953-54), vice-presidente de JK (1956-60), vice-presidente de Jânio Quadros (1961) e presidente do Brasil (1961-64), e sua aliança política de sustentação, era um dos nós a ser desatado.

Por causa disso, depois do golpe, trabalhistas e comunistas predisseram que os direitos dos trabalhadores seriam atacados. Logo, o pronunciamento presidencial procurava debelar o foco oposicionista que denunciava sua "Redentora" como um assalto à democracia. Secundado pelo novo ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind, o novo mandatário, com uma nítida preferência por garantias e promessas a tomar medidas efetivas, procurou assegurar à classe trabalhadora que o novo regime não a atacaria nos seus direitos trabalhistas e sindicais nem cercearia o direito de greve.[756]

Sussekind era o que se pode chamar de americanófilo. Mostrara-se "cooperativo" na oferta de informações sobre a esquerda brasileira e "de grande auxílio" para a Embaixada estadunidense ao pôr sua influência à disposição para arranjar contatos e oportunidades para funcionários apontados pelos EEUU como "democráticos", um eufemismo da Guerra Fria para pessoas organicamente ligadas ao liberalismo imperial.[757]

O triunfante movimento civil e militar apresentava no seu fluxo fortes características de ser uma contra-revolução. Nas fábricas, patrões e executivos, corroborados por seus prepostos (gerentes e guardas), reapropriaram-se de seus elos diretos com a polícia política e organizações empresariais para vingar-se dos indesejáveis na escala de uma grande perseguição. No estado de São Paulo, o governador Ademar de Barros "perpassou os limites legais" ao nomear Damiano Gullo, seu secretário do Trabalho, para o comando da DRT, uma agência federal.[758] Na

---

[755] Sobre OSM-SP, ver: Faria, *A Experiência*, op. cit., pp. 65-100.

[756] "Developments since New Regime Installed". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 2 BRAZ, 25/9/64.

[757] "Sussekind Named Provisional Minister of Labor". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1938, POL 15-1 BRAZ, 6/4/64.

Sussekind provara ser um "confiável informante anticomunista durante muitos anos". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1960-63, box 2416, 832.06/11-562. Ou ainda: "contato confiável e de valia para o adido trabalho da Embaixada desde 1951, plenamente anticomunista e extremamente bem informado". Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1960-63, box 2416, 732.13/11-562.

[758] *Weekly Summary*, nº 15. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box

seqüência, foram decretadas dezenas e dezenas de intervenções bem como aprontadas nomeações substitutivas. Os alvos prediletos foram as esquerdas, mas os vencedores igualmente aproveitaram a oportunidade para ampliar os tentáculos de suas máquinas políticas particulares sobre as estruturas estatal e sindical.

Depois de muito aguardar e cobiçar, estava a direita estava na beira de estabelecer vínculos amplos com a classe trabalhadora sindicalizada, enriquecendo-se com uma sólida base eleitoral. Adepta do sindicalismo sem ligações com o Estado, a diplomacia estadunidense era cônscia da ambigüidade dessa possibilidade. O sistema corporativo era excelente na hora de fornecer mecanismos de interferência direta e imediata dos governos nos sindicatos, qualidade fundamental para a operação limpeza. Agora, sem correntes trabalhistas e de esquerda, havia sobrevivido, no geral, a sua banda podre, avessa à autonomia em função de sua adesão ao "sindicalismo responsável", isto é, antigreve, colaboracionista, assistencialista e pró-capitalista. Ainda mais, a própria cúpula estatal apresentaria aquela tensão. Se Sussekind era um velho e bom amigo dos EUA, Gullo, no parecer daquela diplomacia, embora encarnasse a "escolha lógica para promover a limpeza", não despertava igual certeza quando se tratava de "sua devoção ao princípio de fortes sindicatos democráticos livres do controle político".[759]

Apesar dos insistentes esforços, não se tem notícia de qualquer achado de complô comunista de assalto a Brasília. Quando o Consulado Geral dos EUA se perguntou se "era iminente uma revolução esquerdista" no país, ele próprio, para seu pesar, não conseguiu responder a questão de modo afirmativo, concluindo apenas que a riqueza do material apreendido "merece extenuante pesquisa".[760] O anseio frustrado de descobrir e revelar uma grande conjuração entre Jango, Brizola, Arraes e o PCB de Prestes (com ramificações cubanas, chinesas ou soviéticas) reforçou a necessidade de definir uma tarefa simples e objetiva para os interventores nos sindicatos. Dada pela alta

---

1930, POL 2 BRAZ, 9/4/64. Um primeiro rol das intervenções e dos interventores foi publicado na *Folha da Manhã*, 7/4/64. Ver também: Figueiredo, Argelina, "Intervenções Sindicais e o 'Novo Sindicalismo'". In: *Dados*, nº 17, 1978.

Gullo foi posteriormente confirmado no cargo pelo ministro do Trabalho Sussekind.

[759] *Weekly Summary*, nº 18. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1930, POL 2 BRAZ, 30/4/64.

[760] *Weekly Summary*, nº 16. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box

hierarquia do sistema corporativo, sua missão básica foi sintetizada com a tarefa de "provar" a malversação no uso dos recursos sindicais para fins tanto do enriquecimento ilícito quanto da agitação política. Estavam encarregados, conseqüentemente, da "importante responsabilidade de investigar e apontar para casos de corrupção e subversão" para o que deviam abrir sindicâncias e fundamentar a cassação dos direitos trabalhistas dos dirigentes depostos, evitando sua volta quando do restabelecimento das eleições sindicais Afinal de contas, escrevinhavam uma página do Brasil democrático.[761]

Muito mais complexa, outra atribuição dos sindicalistas nomeados pelo Estado era reverter o "problema básico" da "alienação" do operariado defronte ao novo regime político. "Como foi reportado, (...) o movimento sindical paulista nunca foi 'integrado' à Revolução de Abril", enfatizou um comunicado diplomático. Resgatar da marginalidade, não só o operariado como também o sindicalismo, essa era a desafiante tarefa da casta alçada ao poder pelo MTPS. Primeiro, era preciso incluir a classe trabalhadora na política, meta dificultada pelo esboço do assédio do governo aos seus direitos, ensaio logo após corporificado num ataque progressivo. Segundo, para que a anterior acontecesse, haveria de se trazer as bases de volta à vida sindical. Por fim, seria então necessário fazer do sindicalismo um interlocutor — e não um boneco falante — do Estado e dos patrões. Decorrida apenas uma quinzena desde o levante militar, os diplomatas estadunidenses em São Paulo já remetiam suas dúvidas para o Department of State em Washington, questionando as qualificações de boa parte dos novos dirigentes (cujos nomes em geral foram fornecidos pela cúpula do sindicalismo anticomunista). Em meados de 1964, o Consulado Geral nutria reticências ante a habilidade dos interventores em entusiasmar os trabalhadores. Eles "devem ser culpados por não tirar maiores vantagens das oportunidades abertas", condenou Ginnold. Sonolentos em sua "letargia", com seu rótulo brindado com inusitadas aspas de reprovação (antes, os sindicalistas anticomunistas eram democráticos sempre e não "democráticos" entre aspas), os sindicalistas '"democráticos"' haviam sido detectados

---

1930, POL 2 BRAZ, 16/4/64.

[761] "The Revolution's Impact on São Paulo Labor". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 2 BRAZ, 10/7/64.

em seu desejo de adiamento das eleições até a "purgação completa de toda oposição relevante nas entidades antes controlada por esquerdistas ou comunistas".[762]

Por causa de seus encargos com o comando do regime — mas beneficiadas com a asfixia das oposições (geralmente desbaratadas pela polícia política) —, as centenas de novos dirigentes começaram a dar mostras de falta de "competência especializada" na hora de remeter à DRT seus relatórios comprobatórios do anátema corrupção e subversão bem como principiaram a adular um diletante pendor para sua perpetuação no poder. Na verdade, os interventores sabiam recitar as acusações mecanicamente mas não conseguiam se apoderar delas para desmoralizar seus antigos adversários. Seus vitoriosos dossiês, em que provavam aquele anátema, não eram lidos nas bases, que preferiam aguardar para ver.[763] Nas assembléias, tinham campo livre pela frente, mas tinham uma base pela frente. Se os perseguidos não tinham como se defender, logo teriam como atacar.

Esses sinais de suas qualidades começaram a ser detectados meses depois do golpe e foram registrados num relatório escrito em julho pelo Consulado Geral dos EUA acerca do *impacto* da "Redentora" sobre o operariado paulista. Com sua *reeleição* na cabeça, eles estavam "pensando adiante naturalmente", explicou um Bond condescendente, que, ao mesmo tempo, não deixou de sublinhar seu relativo fracasso "em abrir caminho para a eleição de elementos favoráveis à revolução quando acabarem as intervenções". Três fatores influenciaram esse resultado: (1) sua "tendência" de ficar fazendo política voltada para as disputas em curso nas federações e confederações, (2) falta de pessoal em número suficiente para preencher o vazio deixado pelas cassações e perseguições e (3) o ressentimento de suas categorias com o caráter antioperário do

---

[762] *Weekly Summary*, nº 16. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1930, POL 2 BRAZ, 16/4/64. "São Paulo Labor Situation". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ, 3/9/64. "Semi-Annual Labor Report". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ, 29/10/64.

[763] Funileiro na Equipadora Fabril, de onde saiu para integrar a oposição do MSD entre os metalúrgicos de São Paulo (sendo derrotado nas eleições de 1963), Clemiltre Guedes da Silva foi nomeado interventor do SMSBD. Em relatório à DRT escreveu que "a orgia e a facilidade para desviar quantias, verbas, delapidar, encontrou no Sindicato (...) terreno fértil. Evidentemente, tudo estava ligado com a subversão e a corrupção que *imperava* no país". Acusou os diretores de serem "mancomunados" com o PCB e de terem por objetivo a "corrupção e subversão" da "ordem" e das "instituições". Mesmo em São Bernardo, nunca abandonou a vida sindical dos metalúrgicos de São Paulo, para onde retornou após vislumbrar em Afonso Monteiro da Cruz um sucessor confiável. Ver: Aesp, setor Deops, prontuário 140430, fls. 4, 5.

novo regime, com quem os interventores estavam implicados até o fundo de seus bolsos. Apesar disso, a diplomacia estadunidense e os sindicalistas brasileiros em exercício se sentiam muito à vontade com suas lealdades ao "sindicalismo populista", achando que, sem um governo Goulart a ajudá-las (ou a *manipular* as massas), as esquerdas seriam incapazes de oferecer perigo.[764]

Mesmo assim, havia gente a defender o adiamento de qualquer eleição antes do vencimento de um prazo de mais seis meses. Para o Consulado, isso era ruim por dois motivos. De um lado, dava mais tempo aos imprestáveis para mostrarem sua incompetência à frente dos grêmios, fazendo cair a sindicalização. De outro, prolongava o jogo da competição pelo comando das cúpulas da estrutura sindical em detrimento da luta sindical *autêntica*, a defesa dos "interesses dos trabalhadores". Porém, o Consulado também enxergou duas boas razões. Postergar pleitos por um semestre daria tempo ao ICT para preparar a ansiada nova geração de sindicalistas e ao programa de habitação operária do Iadesil em São Paulo, o que seria um grande trunfo eleitoral da situação, o resultado reluzente da cooperação entre interventores e o novo governo.[765]

Caça aos Sobreviventes

A tolerância e a paciência da diplomacia dos EUA, tão pródigas em explicar e justificar as crônicas debilidades da variante "democrática" do sindicalismo "pelego" ("*labor stooge*"), sofriam morte súbita quando se tratava de falar das principais personagens do sindicalismo cegetista no pré-64. Com o mesmo tom de alarma dos comunicados da polícia política brasileira, o Consulado Geral paulista avisa seu governo que "líderes sindicais comunistas estão agindo livremente de novo" no Sindicato dos Bancários de São Paulo, associação sob intervenção do MTPS. O ministro consular Bond estava preocupado com a volta de Pedro Iovine e seus camaradas às assembléias e considerava a presença deles uma intimação frontal. Afinal, a seu juízo, a "política trabalhista da Revolução" caía "ameaçada" com a desenvoltura e a receptividade encontrada pelos ex-dirigentes bancários nas assembléias de sua categoria. Num

---

[764] "The Revolution's Impact on São Paulo Labor", 10/7/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 2 BRAZ.

[765] "The Revolution's Impact on São Paulo Labor", 10/7/64, Nara II, fonte já citada.

momento como esse, os EEUU, contrariando seu credo liberal, se associavam rapidamente à defesa da ingerência estatal no movimento operário. No subdesenvolvido Brasil isso era possível. Era preciso, pois, sair em socorro de Miguel E. Franco, interventor na Federação dos Bancários de São Paulo, já que ele próprio segredava e admitia ter sido necessário radicalizar seu comportamento nas negociações "com o fito de mostrar aos sindicalizados que ele podia fazer mais por eles que os comunistas".[766]

Mesmo favorecido e patrocinado, Franco provou que não era um *generalíssimo*, mas uma barreira transponível. Dado o alerta da manobra perdida na refrega dos bancários, Bond então retomou a sutileza (sem perder a raiva contra a esquerda). Como estavam por começar as outrora famosas e temidas campanhas de outubro e novembro dos trabalhadores na capital paulista,[767] o cônsul estava muito preocupado com a possibilidade de quebra na sua safra. Os EUA e o governo de Castelo aprenderam com Iovine que não podiam se dar ao luxo de computar e explicar eventuais incidentes. O maior grêmio metalúrgico de toda a América Latina, o SMSP, estava sob intervenção para evitar a ocorrência disso. Portanto, Bond avisou:

> "enquanto os comunistas receberem a permissão de tomar parte na condução informal nos sindicatos onde antes tinham sólido suporte, o governo federal estará em sérias dificuldades".[768]

"Por outro lado", Bond previu, se o governo não cedesse às pressões levantadas pelas oposições sindicais, poderia "terminar por desacreditar seus próprios prepostos", estendendo as insatisfações dos trabalhadores com as medidas de estabilização econômica para a figura dos interventores. No último parágrafo de suas reservadas linhas, o cônsul deixou escapar um impulso do mais puro macarthismo. "O excessivo 'legalismo' do governo e o tradicional respeito brasileiro pelas liberdades dos grupos

---

[766] "Revolution's Labor Policy Endangered", 17/9/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ.

No SMG, as eleições de 1965 foram ganhas por uma chapa oposicionista. Uma carta de Benedito Cerqueira, sindicalista cassado no exílio, "teve o seu papel" nessa vitória. Ele "comparou a situação do presente com os numerosos benefícios conquistados por sua facção (...) e fez menção ao crescimento do sindicato sob sua liderança". Nos bancários de São Paulo, a esquerda também acabaria triunfando. Ver: Telegrama, 26/8/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 Braz.

[767] É importante não esquecer o motivo de os metalúrgicos do ABC estarem de fora desses comentários por causa de sua data base ser em abril. Por isso, haviam entrado em greve no início do ano. É importante não esquecer também que Ford e Vemag operavam na base do SMSP.

políticos extremistas", ele culpou com exagero e ira, "parecem estar derrotando os objetivos da revolução".[769] A razão desse desconforto é uma só: a diplomacia estadunidense não entendia o motivo da cassação dos direitos de elegibilidade sindical não significar a imediata revogação de direitos políticos, o que impediria, no seu entendimento, os ex-dirigentes de participarem de assembléias. Por isso a delirante irritação com o zelo legalista das autoridades nacionais.

Sem causar surpresa, a prisão de Iovine foi aplaudida e recebida com alívio. No relatório seguinte, Bond explicou (incorporando o argumento de Franco), o interventor fora "empurrado" "a manter uma posição extremada nas negociações salariais". Posteriormente, quando Eugênio Chemp foi detido pelo Deops logo após encerrar sua intervenção em assembléia geral da categoria metalúrgica paulistana, Bond finalmente acalmou-se, mas não relaxou sua vigilância, voltando a ter fé no futuro sem abandonar suas ressalvas. Se os comunistas continuassem a ser mantidos fora das assembléias, ou melhor, se os oposicionistas continuassem a ser detidos nas assembléias, o governo estaria dando "mais liberdade aos interventores para obter acordos de compromisso nas importantes negociações salariais em curso".[770]

Adicionalmente, o cônsul acreditava estar medindo com crescente precisão o declínio da influência dos sindicalistas cassados, suavizando seus presságios. Contudo, ao referir-se a uma assembléia dos metalúrgicos de São Paulo, o que Bond fez, de fato, foi edulcorar a versão ao gosto dele. Primeiro destacou o entusiasmo dos presentes com as realizações assistenciais e patrimoniais do interventor. Depois, enganou-se ao explicar que o isolamento de Chemp na sessão significava, exclusivamente, apoio da base à direção sindical biônica. Ora, como o ex-dirigente foi capturado pela polícia política após passar adiante o uso da palavra, não é possível ver tanto no ato ensaiado dos oradores pró-situação quanto no silêncio ante a detenção de Chemp um apoio operário ao governo federal, conclusão tirada pelo diplomata. Assim, o olhar do Consulado não havia refinado sua vista exatamente como pensava e sim mantivera-se a

---

[768] "Revolution's Labor Policy Endangered", 17/9/64, Nara II, fonte já citada.

[769] "Revolution's Labor Policy Endangered", 17/9/64, Nara II, fonte já citada.

[770] "Government Gains Ground", 1º/10/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 2 BRAZ.

enxergar sinais sempre positivos. Prefiro, portanto, afirmar que o aludido sólido suporte dos cegetistas ainda era um resíduo vivo, mesmo entre os metalúrgicos.[771]

No ano anterior, o embaixador Gordon dera esse parecer no telegrama sobre o fim da campanha salarial dos mesmos metalúrgicos. Ao relatar a conferência coletiva dos interventores para anunciar o alcance de 83% de reajuste — não só uma pretensa vitória sobre as resistências combinadas de Castelo e da Fiesp como também um resultado melhor que os 80% obtidos na campanha salarial de 1963 (conseguidos, alegaram, com "apoio" de Jango) —, Gordon fez saber que as bases não estavam satisfeitas e que culpavam seus líderes por falta de agressividade e timidez, traços menos pronunciados na diretoria cassada.[772]

Tal como os analistas especializados, os trabalhadores sabiam que o sindicalismo cegetista nem sempre recebeu apoio de Jango nas suas campanhas. O ex-presidente ora podia recuar de seu apoio ao CGT, deixando-o frágil nas suas contendas com políticos, policiais e empresários, ora podia ir contra ele com a promoção da UST. Nada mais, nada menos, o pretenso apoio mencionado acima era uma arma na luta política para desqualificar a atuação do SMSP antes do golpe. Era preciso construir uma memória sobre esse sindicalismo — mostrá-lo frágil e mancomunado com interesses escusos e demagogos dos políticos populistas — precisamente por causa da impossibilidade dos sindicalistas do MSD em se indispor com seus aliados na direita. O CGT conseguia viver sozinho sem o apoio de Jango, ou apesar do apoio do ex-presidente à UST. Já os interventores no SMSP precisavam se diferenciar do sindicalismo cegetista nas coletivas à imprensa porque, nas assembléias, bloqueavam as propostas de greve da oposição com argumentos sobre a praticamente impossível legalidade de uma paralisação.

Nos bastidores, segundo uma "fonte confiável" do consulado estadunidense, o ministro Campos havia pedido ao presidente do TRT para não fixar um índice acima de 80% a fim de não comprometer a política salarial do governo "mesmo sob o risco de uma greve ilegal" (para o que havia a polícia). Quando os empregados de uma

---

[771] "Government Gains Ground", 1º/10/64. Nara II, fonte já citada.

[772] Telegrama, 7/12/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1283, LAB 3-1 BRAZ.

cervejaria paulistana receberam 88% de aumento após encerrarem uma parede legal de 48 horas, deflagrada dias depois de fechado o acordo do SMSP, os metalúrgicos —"(e outras categorias)" — olharam para o passado e enxergaram na "agitação e greves" o "único modo" para obter melhores salários. Assim, a insatisfação com os 83% logo deu lugar a um descontentamento com os interventores. Constituía-se assim a prolongada agonia da representatividade e autenticidade do conjunto do sindicalismo metalúrgico paulista. Em vista disso, o informativo semanal do Consulado finalizou o seu informe com um quê de amargura: "riam apenas os agitadores operários comunistas a zanzar pelos arredores".[773]

Para ir além dos resultados alcançados pela diretoria cassada, os interventores precisavam e precisavam. Dependiam do aparato estatal repressor, pois precisavam ter *mais liberdade* para negociar, isto é, precisavam de se verem livres da constrangedora competência dos sindicalistas cegetistas. No entanto, para de fato irem além dos resultados sindicais do pré-64, os interventores precisavam manter-se à frente dos sindicatos como sindicalistas de verdade. Para tanto, precisariam de duas coisas que raramente conseguiram apresentar, autonomia diante do Estado e poder de pressão sobre os patrões.

A obra da subserviência sindical era obra do próprio Estado. Além do controle e da repressão, o governo Castelo estava falindo nos seus manifestos e contraditórios objetivos de devolver as asas e de traçar os vôos do sindicalismo nacional. Numa conferência com dirigentes no Sesi paulistano em 3 de outubro, Sussekind explicou que a cassação dos direitos políticos das ex-lideranças não as deixava do lado de fora das assembléias. "'Por causa disso'", anunciou, '"estou tentando desenvolver novos líderes sindicais, capazes e honestos (...), que não são comunistas nem vacas de presépio das empresas e que nem mesmo perguntam ao Ministério como devem agir'". Na sua *ingênua* opinião, muito pouco brilhante por sinal, "cabia aos próprios empregadores estimular os empregados que revelassem qualidades de líder". Enganado quanto a quem tocava a responsabilidade de formar um *novo* sindicalismo, o governo Castelo

---

[773] *Weekly Summary*, nºs 46, 47. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1929, POL 2 BRAZ, 12/11/64, 19/11/64.

obviamente preferiu manter velhos dirigentes — dóceis e leais, mas também incompetentes — no comando do sindicalismo a *inventar* um sindicalismo autêntico.[774]

Significativamente, o título do relatório de 22 de outubro de 1964 novamente procurou corrigir, ou aprimorar, a rota das informações remetidas desde o Consulado Geral dos EEUU. Outro que retumbantes líderes confiáveis e representativos, os interventores são descritos como uma caça imobilizada numa mordedura cujos caninos eram a política antiinflacionária e o clamor das bases pela defesa de seus interesses. Um fator complicador adicional era a atitude vingativa dos empresários, principalmente os do interior, que viam no golpe a oportunidade para não só contra-atacar as investidas do movimento sindical como para dominar o movimento operário. Com muita rapidez, Bond registrou, interventores e operariado se davam conta que a redução do salário real era um remédio ministrado na debelação da crise econômica.[775]

De Olho no Brasil

O UAW, grêmio nacional dos trabalhadores metalúrgicos, siderúrgicos e da indústria aeroespacial dos EUA, se deu conta dessa situação e quis entender o que se passava. Em ofício a Dean Rusk, secretário de Estado do governo Johnson, o secretário sindical de relações internacionais, Victor Reuther, manifestou sua preocupação com os rumos tomados pelos acontecimentos no Brasil após 31 de março. Compartilhando tal desassossego com a Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica (Fitim), ele inicialmente expressou sua concordância com o movimento militar contra Jango por causa da dominância do par "corrupção e comunismo" no país. Ao revelar seu nível mediano de informação, Reuther foi a própria voz da expectativa geral corrente. Nada parecido com uma República de Bananas, seria um "militarismo único, cordial e afável" — ele disse acreditar nisso. A "repressão inicial" seria rapidamente abrandada para dar lugar a um esforço de reconstrução do movimento sindical brasileiro que, de um lado, o renovaria e, de outro, o restauraria, resguardando-

---

[774] "Labor Minister Sussekind Explains GOB Labor Policy", 9/10/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1938, POL 15-1 BRAZ.

[775] "Worker Anti-Government Sentiment Heightens as Major Wage Negotiations Begin", 22/10/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ.

se sempre, outra crença sua, os direitos sindicais. Em junho de 1964, Reuther achou por bem pedir explicações a Rusk.[776]

O secretário de Estado Rusk deve ter entrado em contato com o embaixador Gordon a respeito disso, pois este último (sem sucesso) procurou Reuther pelo telefone quando esteve de passagem por seu país natal. Sabendo disso, o secretário sindical enviou a Gordon novo ofício para abrir conversações sobre o Brasil, "que continuava a perturbar-me [Victor Reuther]". Nessa carta, novamente, Reuther deixou clara sua simpatia pela queda de Jango com um raciocínio inquietante para qualquer cidadão brasileiro. Na sua opinião, dadas a "ineficiência" e a "corrupção" que vinham caracterizando "tantos governos no Brasil", "uma mudança não só era inevitável como aconselhável".[777]

Por causa da "triste e longa história de tantos outros países latino-americanos", Reuther chegou a por em dúvida a adequação de (mais) um "regime militar" para resolver os problemas. De todo modo, já estava mais tranqüilo no tocante às detenções de líderes operários pois a poeira dos "excessos da revolução" aparentava baixar e, obviamente, estava desanuviando nas dependências dos sindicatos invadidos devido à faxina dos interventores. Era tudo muito tranqüilizador, todos podiam ir dormir sossegados nas suas casas. Reuther disse então que não desejava falar de prisões, algo já pertencente ao "passado", almejando, isto sim, conversar sobre o "futuro", e citou então uma matéria veicula no *New York Times* (26/7/64) sobre o aumento do desemprego no Brasil, em especial no setor automobilístico e siderúrgico. A reportagem ainda noticiava os planos dos dirigentes sindicais de não abrirem mão dos acordos salariais fechados antes do golpe já que estipulavam reajustes no segundo semestre. Reuther sabia que abordava o grave tema da *estabilidade* política e econômica e discorreu longamente sobre os obstáculos da decretação do congelamento de preços.[778]

---

[776] Ofício, 19/6/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1283, LAB 3-3 BRAZ. Sobre o lugar das juntas militares no imaginário estadunidense, ver: Johnson, John, *Latin America in Caricature*. Austin, University of Texas Press, 1997, especialmente o capítulo 7.
Victor Reuther era irmão do líder dos operários da indústria automobilística Walter Reuther.

[777] "United Auto Workers Shows Interest", 19/10/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1283, LAB 11 BRAZ.

[778] "United Auto Workers Shows Interest", 19/10/64, Nara II, fonte já citada.

Na sua resposta, o embaixador buscou mitigar os temores de seu correspondente com o desemprego, fornecendo dados pouco precisos e alguns argumentos sem muita importância. "Certamente", ele assegurou, "o governo não anunciou plano algum de congelamento dos salários do setor privado". Na realidade, Gordon representava concordar com Reuther mas falava de outra coisa. Um pensou em preços fixos enquanto o outro pensou, com muito mais pertinência, em congelamento de salários. No entanto, Gordon continuou em sua missão de diplomata das boas novas ao reproduzir a auto-imagem do próprio Castelo, que ele estava muito ciente das implicações de suas políticas para o bem-estar da classe trabalhadora e que, portanto, não permitiria uma injusta divisão dos sacrifícios. Ao encerrar, o professor ministrou uma pequena aula sobre as formas de governo, negando a aplicação do termo "'regime militar'" ao caso brasileiro. Afinal de contas, ele edulcorou, não se podia adotá-lo pois Castelo fora eleito *constitucionalmente* pelo Congresso, era um militar *reformado* e *prometia* governar como um bom *liberal*. Além disso, ele profetizou tudo o que aconteceria depois: havia um gabinete civil, e não havia uma junta militar, o Congresso funcionava, não fora fechado, a oposição dispunha de alguma liberdade de movimento, não era perseguida 24 horas por dia, a imprensa não sofria censuras nem a justiça havia sido cerceada. Nada a temer portanto. O "país irmão" do Tio Sam ia bem, obrigado.[779]

Quase um ano após a queda de Jango, após conversarem com Humberto Reis Costa (secretário de Planejamento de São Paulo), representantes do Consulado e da Usaid saíram carregados de más notícias sobre a economia. O secretário permitiu que a comitiva consultasse um relatório confidencial preparado para o governador paulista e o Department of State do governo dos EUA então ficou sabendo que a situação ia de mal a pior no setor automobilístico, de autopeças, de trator, têxtil, material plástico e elétrico, na indústria moveleira e de calçados. Empresas de alimentação e de máquinas ainda passavam bem. Quando perguntado se as coisas iriam melhorar logo, Reis Costa criticou a falta de crédito à produção e exemplificou com os próprios problemas de sua usina têxtil. Ele previu, a seguir, o agravamento da recessão e, obviamente, do desemprego.[780]

---

[779] "United Auto Workers Shows Interest", 19/10/64, Nara II, fonte já citada.

[780] "São Paulo State Secretary of Economy and Planning Comments", 26/3/65. Nara II, GRDS,

De fato, quando o conselho diretor da Fiesp se reuniu em 29 de março de 1965, os empresários das autopeças disseram que as quedas na produção de veículos implicaram baque de 20% a 50% nas suas encomendas. Em função disso, eles acreditavam que dispensariam de 10% a 25% de seus empregados. No setor de estruturas metálicas, outros informaram,

> "o descarte de trabalhadores sem especialização era extenso, mas a indústria estava se esforçando para manter a força de trabalho qualificada".[781]

Esforços como o acima não visavam à resolução do problema do desemprego mas sim a proteger a indústria de sua carência permanente de mão-de-obra especializada. Quem levantou a voz em prol do bem-estar social foi dom Jorge Marcos de Oliveira, o "bispo vermelho" de Santo André. Em maio, ele e outros 24 párocos de sua diocese enviaram uma carta a Castelo culpando a política governamental pela obsessão da estabilidade em detrimento da preocupação com os problemas vividos pelas almas de sua igreja. O presidente de honra da FNT, mesmo antes do golpe, numa carta ao governador Lacerda já tinha sublinhado o problema do desemprego. "Os empregados vivem atemorizados nas fábricas", escreveu ele em fevereiro de 1964. "Muitas vezes — a maioria das vezes — o emprego é mais importante que o próprio salário. O operário tem medo de ficar desempregado". Esta foi uma das raras vozes públicas a falar que o alvo central do Paeg era conter a inflação ou atingir a estabilidade econômica, metas sem incompatibilidade alguma com o desemprego e a depreciação dos salários.[782]

O AI-5 dos Trabalhadores

Um dos argumentos centrais de *Na Luta por Direitos* é o de ser praticamente inevitável representar os interesses dos trabalhadores com os sindicatos existentes sem o recurso a mobilizações e sem conflitos.[783] Durante o intervalo democrático (1945-1964),

---

RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1066, INCO 2 BRAZ.

[781] "Trade Associations Report on Business Conditions", 23/4/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1066, INCO 2 BRAZ.

[782] *Weekly Summary*, nº 21. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1928, POL 2 BRAZ, 27/5/65. *OESP*, 22/2/64. AN, fundo Camde, 90CP37, pasta 10, "sindicalismo".

[783] Fortes, "Revendo a", op. cit., p. 41.

foi contraditória e imprevisível a busca da combinação da colaboração entre as classes e a efetiva representação do operariado com o recurso aos dispositivos do corporativismo ou à ideologia nacionalista de desenvolvimento industrial. Apenas para citar as "grandes" campanhas (deixando de lado, momentaneamente, a difusão de experiências de associação popular), o chamamento do PCB ao aperto dos cintos no pós-guerra foi recebido com greves pelas comissões de fábrica. A postura nacionalista do segundo governo Vargas não conseguiu impedir a Greve dos 300 Mil. Nem JK implantou a paz social como pretendia. Houve a Greve dos 400 Mil no caminho. Jango apoiou-se nos sindicatos com a Greve do Plebiscito, mas ordenou a seu assessor Crockatt de Sá a intercessão junto aos sindicalistas para que criassem a UST como uma alternativa ao CGT.

No pós-64, sepultada a prática dos entendimentos diretos entre a Presidência e os trabalhadores, a estabilização econômica (feita com arrocho, demissões e ataque a direitos trabalhistas) não podia ser implantada sem o recurso à coerção e ao controle. Os patrões, por sua vez, tinham caminho livre para tirar a produção de seus empregados, intensificando práticas de despotismo fabril e de livre manejo da produtividade. Nesse sentido, os "democráticos" de segunda geração teriam de se haver com o que os trabalhadores sentiam em seus locais de trabalho. Ou seria esquecida e abandonada por suas bases. Se não quisesse ser uma vaca de presépio das decisões patronais nem ficar perguntando ao ministro do Trabalho o que devia fazer, teria de aplacar as dores causadas pela divisão dos sacrifícios.

"Desilusão progressiva" e "ressentimento crescente", essas foram as marcas que a política salarial e econômica do governo Castelo semeou entre a classe trabalhadora no segundo semestre de 1964. Na opinião de Liebof, as "raras, inadequadas e pouco persuasivas tentativas" do presidente em fazer explanações sobre os sacrifícios de "todos" serviram, ao contrário, para reforçar a "impressão generalizada" do operariado sobre a injustiça sofrida com a divisão das fatias de renúncia e encargos.[784]

Muito antes, Ângela de Castro Gomes já fizera notar a contradição existente na política do ministro do Trabalho Marcondes Filho de visar ao controle dos sindicatos com o objetivo de, ao mesmo tempo, angariar seu apoio com base na representatividade do operariado. *A Invenção*, op. cit., p. 202.

[784] "Labor Trends Report", 28/5/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ.

Em março de 1965, os ministros do Planejamento e da Fazenda pleitearam ao presidente

Como era crente da alegada incapacidade das "classes baixas" em se *intrometer* no "corpo político", Liebof não antevia nessa insatisfação um fato para se temer a entrada de uma nova personagem na cena. Em simultâneo, ele não ignorava a ponderação e, ao considerar o caráter disseminado das intervenções nos sindicatos mais importantes do estado (totalizando 171 entidades àquela altura), chamou a atenção do Department of State para o fato de os trabalhadores não possuírem um "canal direto para expressar-se". (Esse fato, vale dizer, não era verificável no movimento estudantil, cujos centros e diretórios estavam sujeitos a uma luta política mais aberta entre a esquerda e a direita.) A expropriação daquele canal estava propiciando, ele alertou, uma brecha para o retorno das esquerdas ao movimento operário. Em seguida, ele apontou para a ineficácia da protelação da volta das eleições sindicais, um prolongamento que não se traduzia em resultados para a base e só fazia fermentar suas queixas. A eventual coincidência de pleitos trabalhistas com partidários poderia levar, Liebof admitiu, à preferência por chapas oposicionistas.[785]

Instâncias relevantes do exercício do poder local e central estavam em jogo. A aversão a ter de disputá-las com os sobreviventes à "Redentora", outro que o risco de perdê-las, levou a uma centralização cada vez maior. Damiano Gullo, delegado regional do Trabalho, no fim do ano fez ressoar os argumentos da "linha dura" ao advertir os interventores a arregaçarem as mangas. O homem responsável pelas intervenções no estado lhes doutrinou a melhorar o funcionamento das máquinas sindicais a fim de torná-los "verdadeiramente representativos" dos interesses de seus associados e, assim, fazê-los meritórios do relaxamento — e não do término — das intervenções. Para Gullo, enquanto essas testas de ferro não estivessem preparadas para "assumir o controle" dos sindicatos, não deveria haver eleições para não se criar chances de retorno dos "extremistas". "Tomado literalmente", um apreensivo Liebof comentou, "esse critério poderia postergar as eleições durante meses, senão indefinidamente". Passada a euforia

---

"novas medidas que substituíssem o 13º salário". Eles alegaram o mesmo pretexto da Fiesp antes de sua aprovação pelo Congresso, isto é, que o abono natalino "representava um ônus para a economia". Castelo então encarregou Sussekind de achar uma fórmula que satisfizesse os patrões e não criasse "embaraços" com os sindicatos. O ministro sugeriu que o pagamento fosse feito em duas parcelas, metade em dezembro, metade nas férias. Em agosto, a proposta virou lei. Ver: Fundação Getúlio Vargas, Cpdoc. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1984, p. 3290.

[785] "Labor Report: Part II", 28/9/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ.

com o Golpe, ele finalmente reconheceu que a "variante impecavelmente 'democrática'" dos "'pelegos' locais" era tributária do Estado para adquirir "favores, idéias e sustentação". Além do mais, antigas "rivalidades miúdas" ainda estavam a minar a possibilidade de uma ação coesa do sindicalismo pró-EUA. Por causa disso, o ICT, ramo local do Iadesil, era associado à missão de operar a todo vapor.[786]

Pouco mais de um ano após o golpe, Sussekind convidou todos os adidos trabalhistas lotados no país a comparecerem a uma entrevista coletiva com ele próprio e os dirigentes sindicais em exercício. Seu objetivo era dar uma resposta a um manifesto de Benedito Cerqueira, presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, que cobrava liberdade sindical e relaxamento da prisão de Clodsmith Riani, ex-líder do CGT. Reunidos a 13 de maio de 1965, os adidos foram sabatinados com a praxe verbal dos ministros do Trabalho de afirmar a observância do princípio da autonomia sindical. Nisso, o que era mais raro, o ministro foi secundado por sindicalistas. João Wagner, presidente da CNTI, tentou disfarçar o efeito das 409 intervenções baixadas em todo o território quando alegou que não eram "nenhuma novidade". É claro que, nessa escala, ele devia ter o governo Dutra em mente ou, se tivesse boa memória, a extinta ditadura estadonovista. Ator coadjuvante sem brilho, mas confiável, Wagner declarou que nunca tinha havido tanta liberdade na relação do movimento sindical com o Estado. Seguindo um jogral artificial, os presidentes de outras confederações repetiram a mesma lengalenga.[787]

A inflexibilidade do governo fazia par com sua hostilidade com os trabalhadores. Pouco do que os "democráticos" faziam tinha a ver com uma representação sindical aberta, franca, pública, independente, livre. Como não podiam nem desejavam organizar greves, nas suas conversações restritas com as "autoridades" durante o primeiro trimestre de 1965, os interventores preveniram que não estavam conseguindo manter-se na posição de defesa do governo sem aprofundar o seu próprio desgaste nas bases. Com isso, eles estavam procurando antecipar-lhes que não

---

[786] "Labor Report: Part II", 28/9/65, Nara II, fonte já citada.

[787] "Labor Roundup", 26/5/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ.

pretendiam desacatar ninguém quando suas declarações mudassem de tom no segundo aniversário da "Redentora".[788]

Em 18 de junho de 1965, numa conferência da OIT, Sussekind levou dados sobre pleitos sindicais no Brasil para atestar o fim da operação limpeza e a volta do calendário eleitoral. Quando a notícia de tal preleção chegou até Baker, adido trabalhista da Embaixada dos EUA, ele a recebeu com uma indagação. Com a suspensão das intervenções em 306 grêmios trabalhistas Brasil afora, ele vislumbrava a abertura de uma das "mais significativas fases da história do movimento operário brasileiro". Porém, repôs a pergunta característica dos relatórios produzidos por si e por seus colegas: "a questão permanece: como o curso dos eventos nos últimos 15 meses afetou as tendências de longo prazo do movimento operário (...)?". "Parte da resposta", indicou, "pode ser evidenciada nos resultados das eleições dos próximos seis meses".[789]

Uma outra parte da resposta jazia na "fria realidade dos fatos do movimento operário no Brasil de hoje". "Muitos anos de vigência de um ambiente limitado, de um sistema hiper-regulado e de uma primária sustentação nas sinecuras do governo" haviam imprimido um tom de "subserviência" à cúpula da liderança sindical. Com esse raciocínio, a Embaixada estadunidense pensava todo o sindicalismo nacional mas se referia apenas às correntes anticomunistas. Nenhuma restrição dos sindicalistas patrocinados na gestão de Sussekind questionava o primado do Estado sobre sua própria "posição, renda, futuro e, até mesmo, liberdade". Para desfazer o sentimento difuso de que a Revolução se fazia com o sacrifício maior do operariado, era preciso relaxar os elos de subordinação e fomentar um "movimento operário independente, viável e estável". Manter curtas as rédeas permitia apenas duas opções: a adesão ou a recusa. Enquanto a primeira implicava indiferença nas bases, a segunda representava oposição frontal.[790]

Ansiosamente, a Embaixada estadunidense cria que essa tensão podia ser mantida no curto prazo, pois, em simultâneo, o ICT estaria formando uma nova geração

---

[788] "Labor Roundup", 9/4/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ.

[789] "Labor Report: Part I", 30/8/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ.

[790] "Labor Report: Part II", 28/9/65, Nara II, fonte já citada.

para emergir nas eleições. No entanto, se o regime não operasse uma modificação básica na sua atitude de tutela autoritária, o "desenvolvimento de um movimento operário verdadeiramente democrático e independente" continuaria obstruído. O instituto, por causa da exigüidade do prazo disponível, estava numa prova contra o tempo. De um lado, precisava formar a nova geração para substituir os cassados e os "pelegos" imprestáveis — seja qual fosse a variante, tanto "democrática" (pró-EUA) ou "ministerialista" (correia de transmissão da máquina estatal). De outro lado, precisava formar uma nova geração para repor os raros exemplares avulsos de sindicalistas— anticomunistas mas donos de um mínimo de "agressividade" — cuja espécie estava ameaçada de extinção pela mentalidade "vingativa e medieval" dos patrões do interior.[791]

Entre as centenas de trabalhadores e trabalhadoras inscritos nos amplos seminários de orientação sindical e, posteriormente, nos cursos mais seletos de liderança, estavam o pernambucano Afonso Monteiro da Cruz e o cearense José Barbosa Monteiro, os dois da indústria automobilística do ABC, respectivamente Scania-Vabis e GM. Embora ambos tenham começado a freqüentar o movimento sindical pela mesma porta de entrada (a oposição aos comunistas), eles assumiriam posições políticas cada vez mais divergentes em relação não só ao que foi ensinado pelo ICT mas também às posições individualmente abraçadas.[792]

---

[791] "Labor Roundup", 9/4/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ. "Labor Trends Report", 28/5/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ. "Labor Report: Part II", 28/9/65, Nara II, fonte já citada. Muitas vezes, embora o ABC seja considerado "interior", não parece ser o caso aqui.

[792] Em 1965, Cruz se legitimou como liderança confiável e responsável e assumiu a presidência do SMSBD, sucedendo o interventor nomeado em 1964, Clemiltre Guedes da Silva. Nessa ocasião, José Barbosa Monteiro atuava junto de Cruz, defendendo a chapa de composição que levou ambos à direção sindical. No entanto, em seguida, passou a assumir posições oposicionistas e de esquerda, tornando-se um membro de uma das forças adversárias dos "autênticos" (de quem Cruz era líder), a AP-ML. Desgastado, Cruz se afastou do sindicalismo nos anos 70 e Monteiro, do país, exilado na Suíça. O primeiro voltou a se destacar no início dos anos 80, quando, mediante o endosso do "autêntico" Luiz Inácio Lula da Silva, voltou ao comando do SMSBD como membro da junta governativa. Enquanto isso, Monteiro estava de volta ao país como educador popular. Ver: "José Barbosa Monteiro". In: Cavalcanti; Ramos, *Memórias do*, op. cit., pp. 128 e ss. "O 1º de Maio de 1968". In: *Cadernos do Presente*, nº 2, 1978, pp. 23 e ss. *Ligação*, nº 1, 1989, pp. 12, 22. Paraná, *O Filho*, op. cit. pp. 159-161.

"Novo trabalhismo", invocou o presidente Castelo Branco em sua mensagem ao Ministério da Fazenda de 13 de novembro. Alegando que uma nação não pode distribuir mais riquezas do que é capaz de produzir — mas elidindo o fato da distribuição ser desigual —, o mandatário ancorou qualquer reajuste salarial à produtividade e solicitou à iniciativa privada sua cooperação com o Paeg. Na sua proposição, a "paciência e a compreensão" dos trabalhadores devia receber a contrapartida da "austeridade empresarial".[793]

De sua parte, os industriais fizeram uma leitura muito própria dessa exortação, demitindo em massa e postergando eventuais recontratações para enxugar sua força de trabalho e, com isso, abaixar seus custos e aumentar a produtividade. Sem pestanejar, o governo assegurou o decréscimo do salário real.

Imobilizada a gama de socialistas, comunistas, trotskistas, trabalhistas e nacionalistas (as correntes que mais investiam na organização dos trabalhadores dentro das fábricas), a inclinação dos interventores para o jogo nas cúpulas da estrutura ou sua busca de continuísmo à frente dos sindicatos afinaram os laços remanescentes entre as sedes dos sindicatos e as fábricas.[794] Se isso deixou os trabalhadores entregues ao arbítrio patronal, os deixou, outrossim, entregues à sua própria sorte.

De fato, a antes citada incapacidade do operariado em reagir a favor do governo Goulart deve começar a ser entendida, antes de mais nada, com a própria objeção presidencial à reedição da Rede da Legalidade. Em segundo lugar, ponderemos ainda a dissuasão do poder de fogo amostrado nas marchas militares em movimento, a exemplo de Minas sobre a Guanabara. Em terceiro, encontremo-la subvertida na incapacidade do governo Castelo em reinventar o trabalhismo. Getúlio saiu-se com o trabalhismo para encerrar o Estado Novo e lavar-se com sua auto-imagem de nacionalista com justiça social; Castelo liderou a sublevação civil-militar para encerrar o trabalhismo.

Isto dado, por que *novo* e por que *trabalhismo*? Em primeiro lugar, porque o trabalhismo, mesmo estendido no chão, ainda não se acabara. Castelo precisava de um

---

[793] "Castelo Branco's (...) Speeches — The Labor View", 23/11/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1937, POL 15-1 BRAZ.

[794] Para entender o papel do interventor no SMSP na debelação das delegacias sindicais nas

novo movimento no seu lugar — simpatizado pelos trabalhadores — tanto para afastar, de vez, a possibilidade de seu retorno quanto para resolver o problema da inclusão social. A São Paulo da Marcha da Família — conservadora, católica, anticomunista e quatrocentona — não tinha muito de sedutor a oferecer. Em segundo lugar, novo trabalhismo porque trabalhismo sempre foi uma garantia de contenção das correntes de ideologia anticapitalista. Muito diferentes do querer de Castelo, as oposições sindicais, paralelamente, se abririam como espaço para agitar um novo movimento operário; precisamente, um "novo sindicalismo", lançando a idéia de uma Central Única dos Trabalhadores, mas, como se vê aqui, não há um pulo entre o Golpe de 1964 e o AI-5 de 1968.

Regente de uma contra-ofensiva punitiva nas fábricas, o governo Castelo não tinha como desfazer a simpatia popular para com o getulismo e o trabalhismo. Em adição, reforçando a CLT, o problema da legitimidade social dos sindicatos ante os trabalhadores voltaria a se concretizar. Diferentemente do período anterior, os chamados aos sacrifícios só podiam ser aceitos ou aceitos. Isso levou a internacional anticomunista a acreditar ainda mais que "as classes baixas desarticuladas" não tinham muito a fazer a não ser refluir para o seu "ceticismo" característico. Logo, o "essencial" era "persuadir" a sociedade da natureza positiva do "progresso econômico" advindo com a recessão do Paeg.[795] Para o azar do operariado, esse cálculo dos analistas do Consulado dos EEUU não era em nada exclusivo da mentalidade estadunidense, sendo fácil de ser reproduzido pelos dirigentes brasileiros. Até 1968, ele foi equacionado com a adição de quatro Atos Institucionais. Nesta fase, o remédio da recessão não só foi aceito pelas empresas aptas a resistir às doses mais amargas como também propiciou a todas as firmas uma folha de pagamentos cada vez menos onerosa. Com o início do grande milagre, as sobreviventes voltariam a crescer a passos largos e rápidos. Mantidas quietas ou segregadas, as massas ditas *desarticuladas* inclinavam-se para suas estratégias de autopreservação. Vendo de cima, postavam-se na penumbra do tabuleiro da grande política.[796]

---

fábricas, ver: Prontuário 1123. Aesp, setor Deops. Ver também: Faria, *A Experiência*, op. cit., p. 58.

[795] "Semi-Annual Political Review", 7/1/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1933, POL 2-2 BRAZ.

[796] Entretanto, como veremos, os resultados nas eleições para governador em Minas e no Rio favoreceram as oposições. Conforme a pesquisa de Lucia Grinberg, além de perder em 9 dos 11 estados

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRA
SEÇÃO CIRCULANTE

Ao mesmo tempo, o conservadorismo da estrutura econômica e social, o reacionarismo da conjuntura política e a base de apoio do novo regime, quando não deixavam à classe trabalhadora uma margem de manobra mínima, quase empurravam-na à sublevação. A Embaixada estadunidense temia, portanto, o "despertar social" do povo brasileiro, "particularmente" na região onde as ligas camponesas figuravam no cenário do "depauperado Nordeste". Ameaças de greve, da parte dos canavieiros em Pernambuco, podiam dar uma outra cara ao "sentimento generalizado de desesperança" propagado tanto pelas perseguições aos movimentos dos trabalhadores rurais quanto pelas demissões em massa. Sua reação às recusas — ou à arraigada incapacidade — dos senhores de engenho em observar seus direitos consagrados pela lei apontava para esse "despertar social", cujos primórdios, recordaram-se os observadores do império, remontavam ao governo Goulart, indicando a causa constituinte de um "conflito de classe contínuo". Tal continuidade, é bom notar, não advinha necessariamente da linha política adotada por esse ou aquele agrupamento de esquerda, mas da interpretação dos usineiros sobre o Golpe que, para eles, era a própria permissão para "voltar atrás com o relógio", ou seja, era a liberação para retornar ao "*Ancien Régime*" (Antigo Regime).[797]

Assim, aos olhos do serviço diplomático estadunidense, a nova geração de sindicalistas *verdadeiramente* independentes e representativos era necessária para demover a classe trabalhadora de seu ressentimento de que "a Revolução era dirigida contra ela" e de que estava a pagar pela cota de sacrifícios mais pesada e injusta de todas. Na prática, retirar tanto o operariado quanto o sindicalismo da marginalidade significava alterar um estado de coisas ciosamente defendido por gente a mais diversa. Segregados do sistema político e submetidos a rígido controle, os sindicatos perdiam representatividade. No entanto, era mais fácil para os interventores aplicarem seus

---

onde houve eleições, a UDN ainda serviu de voz para declarações oposicionistas de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, que endossaram acusações à política do ministro Roberto Campos. Vale notar que Grinberg vê esses resultados mais como vitórias do PSD do que como um triunfo da resistência ao Golpe de 64. *A Aliança Renovadora Nacional (Arena): A Criação do Bipartidarismo e do Partido do Governo (1965-1979)*. Niterói, dissertação de mestrado apresentada ao Ichf-UFF, 1998, pp. 28-31.

[797] "Revolution Interpreted", 23/4/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1283, LAB 11 BRAZ. "Semi-Annual Political Review", 7/1/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1933, POL 2-2 BRAZ. "Labor Report: Part II", 28/9/65, Nara II, fonte já citada.

planos continuístas. A possibilidade de se perder o controle sobre a classe operária era real, mas sua fraqueza era conveniente à recessão do Paeg. Se fosse minimamente representativo, o movimento sindical haveria de recusar o sacrifício imposto, inviabilizando a *colaboração forçada* entre as classes.

Retorno das Eleições

No cômputo geral, os interventores obtiveram mais sucessos nas pouco disputadas eleições *indiretas* para federações estaduais e enfrentaram maiores dificuldades naquelas categorias em que oposições conseguiram escapar à repressão e, em alguma medida, vencer a apatia gerada dentro das fábricas pelo medo e pela falta de autoconfiança, sensações provocadas pela perda do sindicato como canal de expressão de suas queixas.[798]

Nas contas do CGEUA em São Paulo, das 306 entidades sindicais sob intervenção do MTPS em junho de 1965, 110 eram sindicatos lotados no estado de São Paulo e sete eram federações. Nas pontas dos lápis, os resultados eram desfavoráveis ao sindicalismo de direita. No rol dos 32 sindicatos mais importantes, 6 pleitos ainda estavam em trâmite em 15 de dezembro de 1965. Dos 26 restantes, nas 21 contendas com mais de uma chapa, a esquerda venceu 11 e a direita, 10. Segundo outro cálculo, das 20 chapas apoiadas pelos interventores, apenas 7 chegaram à vitória. Diversamente, das 17 chapas de oposição ou coalizão, 11 triunfaram. Com expedito ar de delegado especializado em ordem política, o cônsul Bond afiançou:

> "nós estaremos vigiando de perto esses sindicatos chaves — antes sob intervenção e agora liderados por direções apoiadas por comunistas — atrás de qualquer sinal de reedição de agitação extremista".[799]

Ver também: Füchtner, Hans, *Os Sindicatos Brasileiros de Trabalhadores.* Rio de Janeiro, Graal, 1980, p. 210. *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro, 1984. Rangel, *Medo da*, op. cit., pp. 229-339.

[798] Para uma análise mais detalhada, ver: "Elections in Brazilian Trade Unions", 30/8/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ. Ver também: "Election Results in São Paulo Unions", 14/1/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ. "Leftward Trend in Elections", 7/7/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ.

[799] "Election Results in São Paulo Unions", 14/1/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ.

Oficialmente, no setor metal-mecânico, a atuação da Fitim foi a de encorajar a montagem de chapas unitárias. Quando isso foi impossível, deu sustentação a chapas identificadas com as linhas políticas desenhadas nas intervenções, caso do pleito no SMSC, cuja lista situacionista foi igualmente apoiada pela FMSP. Dos 12 sindicatos de metalúrgicos paulistas egressos de intervenções, cinco guardam relação com *Linhas de Montagem*. Tanto o SMSC (General Motors) quanto o SMSP (Ford e Vemag) ficariam marcados, com o passar do tempo, pelo continuísmo da política dos interventores. Unitária, a chapa que ganhou o SMSP abriu espaço para aglutinação e atuação de um seleto grupo de direita: Joaquinzão, Bernardino Testa, Orlando Malvezzi e Clemiltre Guedes da Silva, ex-interventores em grêmios de metalúrgicos e membros do MSD.[800] Em Santo André (International Harvester), o resultado da primeira rodada das eleições acabou não valendo porque a chapa vencedora — resultante da soma entre AP, cristãos do "bispo vermelho" e grupos de esquerda — não conseguiu satisfazer todas as determinações da portaria 40. Apesar das denúncias de fraude, a segunda rodada foi vencida pela chapa de Antônio Casagrande por uma reduzida margem de votos sobre a oposição. O grêmio de São Bernardo (VW, Willys, Mercedes) seria ganho por uma chapa única resultante da fusão de duas listas adversárias. Por sua vez, o SMO (Ford) foi recuperado por uma chapa montada com gente ainda em contato com o PCB, pela FNT, forças da Nova Esquerda (POC) e os aguerridos "estudantes-operários" da cidade.

De caráter situacionista, uma das duas chapas em São Bernardo era composta pelos moderados do MMRS, sendo boa parte veterana na oposição à diretoria cassada em 1964. Afonso Monteiro da Cruz, o encabeçador, havia tido algum papel administrativo na gestão do ex-interventor Clemiltre. A outra chapa era liderada por um dissidente do mesmo MMRS, Geraldo Biancatelli, associado a desconhecidos ativistas egressos das fileiras das esquerdas. Segundo o Consulado estadunidense, para quem Biancatelli podia ter recebido apoio do deputado Herbert Levi (UDN-SP), com a fusão, ambos os concorrentes foram depurados dos seus membros à esquerda. A presença do deputado udenista nas eleições sindicais é mais nítida no caso das eleições para o SMSP.

---

[800] Martins, Heloísa H. T. de S., *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1989.

Por meio de Magaldi, presidente da federação sindical dos comerciários, Levi, o autoproclamado "conspirador-mor" do Golpe de 64, almejava fincar posição no movimento sindical paulista, portal de entrada para seus planos eleitorais quanto ao governo estadual. Adicionalmente, o Consulado tinha Cruz e J. B. Monteiro (ambos do MMRS) em alta conta, pois haviam provado ser "dois alunos muito capazes do curso intensivo de liderança" do ICT, tendo freqüentado os (amplamente convocados) seminários de orientação sindical básica antes de ingressar nos citados cursos de formação de dirigentes, cujo alunado era mais seleto.[801]

Significativamente, foi por ocasião desse pleito que o Consulado Geral dos EUA em São Paulo parou de se referir ao Triângulo do ABC como *satélite* ou *subúrbio* fabril da capital para nomear São Bernardo também como "centro da indústria automobilística". Além disso, seus funcionários não temiam os dois grupos "democráticos" reunidos numa chapa de coalizão, provavelmente acordada após o insucesso da primeira edição da disputa, quando nenhum dos dois concorrentes conseguiu preencher as exigências da portaria 40. Mesmo na sua segunda edição, uma "fonte sindical tradicionalmente confiável e bem informada" fez os estadunidenses saber que teria havido manipulação na contagem dos votos dado o alto número de votos em branco, claro sinal da herança de descrédito deixada por Clemiltre. A mesma fonte comunicou que a chapa situacionista nas eleições do SMSC recorreu à fraude para fazer frente a uma oposição de esquerda. Defronte a indícios como esses, haja vista desejarem impedir a volta dos grêmios "*communist dominated*", os estadunidenses não recuariam nas suas apostas.[802]

---

[801] *Weekly Summary*, nº 27. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1928, POL 2 BRAZ, 8/7/65. Instituto Cultura do Trabalho, *Primeiras Atividades*. São Paulo, 1964, pp. 22, 23. Outro ex-aluno que também era metalúrgico de São Bernardo foi Francisco A. C. Aires.

Para uma descrição da estrutura e estratégia desses programas, ver: Dreifuss, *1964: A*, op. cit., p. 318.

[802] *Weekly Summary*, nº 14. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1928, POL 2 BRAZ, 8/4/65. "Labor Report: Part II", 28/9/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ.

O deslizamento terminológico começou em 1964, quando o ABC passou a ser referido como "triângulo altamente industrializado". Não foi por acaso que isso se deu, haja vista o golpe ter sido dado para guarnecer as linhas de montagem diante dos avanços dos movimentos sociais. Ver: "São Paulo Labor Situation", 3/9/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ.

BALANÇO DA GESTÃO DE SUSSEKIND

Quando Arnaldo Sussekind entregou a pasta do MTPS a Valter Barcelos em 3 de dezembro de 1965, um quê de frustração contagiava os relatórios enviados do Brasil para o Department of State em Washington. Mesmo contido com discrição diplomática, veio à tona em diversos momentos, geralmente quando o horizonte de um sindicalismo menos dependente do Estado era encoberto por previsões desanimadoras.

Em função desses maus presságios, no final de 1965, o diário dos Mesquita deixa de aparecer na documentação consular como o jornal "confiável como de hábito" para ser classificado como um "partidário da linha dura". Deste modo, suas saudações à nomeação de Barcelos não despertaram a concordância antes costumeira. Em vez disso, os analistas diplomáticos se perguntavam se o currículo de oficial na Brigada Militar gaúcha do novo titular não atrapalharia seus planos de implantação da negociação coletiva, medida que consideravam necessária para reanimar o movimento sindical no Brasil.[803]

Anos mais tarde, após sondarem os planos do coronel Jarbas Passarinho para sua gestão à frente do MTPS, os estadunidenses recordaram-se:

> "tal como em 1945 — com Vargas deposto —, muitos observadores contavam com uma reforma do sistema trabalhista de tipo estatal corporativo quando o regime de Castelo Branco assumiu em abril de 1964".[804]

De fato, o governo Castelo não deixou de prometê-la, incluindo-a repetidas vezes em sua agenda. Era o que atestava um guia da AFL-CIO para os representantes de seus projetos no Brasil:

> "o presidente Castelo Branco e seus dois ministros do Trabalho freqüentemente prometeram livrar o movimento operário do controle do Ministério e fazê-lo ser mais representativo".[805]

---

[803] *Weekly Summary*, nº 49. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1929 (?), POL 2 BRAZ, 10/12/65.

[804] "Brazilian Labor Trends to September 1967". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 2 BRAZ, 11/10/67.

[805] "Guide to Program Officers, Team Managers and Lecturers", s.d. (possivelmente 1966), box 016/11, Country Files, 1964-66, George Meany Memorial Archives (GMMA).

A diferença entre a queda do Estado Novo e a Redentora era, precisamente, o descenso e o ascenso ditatoriais. Vargas foi deposto por um ultimato militar enquanto era aclamado nas ruas pelos "queremistas" e as fábricas sofriam de soluços com as greves brancas. Como observou a diplomacia estadunidense, o golpe liderado por Castelo não tinha apoio nas massas, mas nas oligarquias, na burguesia e nas classes médias conservadoras. Na orfandade do trabalhismo, os trabalhadores se condoíam com a sorte do coitado do Jango e tinham os sindicatos e associações fechados até segunda ordem, ou mesmo para sempre. Esperando soluções vindas de cima, os sindicalistas e representantes estadunidenses ansiavam o desmonte da estrutura corporativa pelo governo de Castelo. Resumindo: enquanto, no pós-guerra, o Brasil reinaugurava a democracia, no pós-64, o país mergulhava no experimento militar de gestão da política nacional.

Ocorre que os valores liberais também podiam ser pervertidos; até por um de seus mais renhidos próceres. As tímidas tentativas de reorganização da estrutura sindical esbarraram nas rejeições de Roberto Campos, ministro do Planejamento, cujo programa de estabilização, ao tornar-se a política oficial predominante, frustrou "largamente" os planos cogitados na pasta trabalhista. Uma dessas tentativas foi recordada por Michael Boggs, assistente da Orit (representação interamericana da Ciosl), quando foi entrevistado por Jan Black. Esse contou que uma delegação da central sindical estadunidense foi ter com Castelo logo após o golpe para apresentar um plano de revisão da CLT. Representando o seu papel de liberal, o presidente o teria aceito, mas não seu ministro Campos, que o repeliu.[806] Assim, na contramão das expectativas oficiais dos EUA — levantadas a partir de experiências históricas de desmonte do corporativismo sindical —, as contínuas perdas salariais e de postos de trabalho aplicadas no operariado implicaram o "reforço" da estrutura sindical oficial a fim de manter seu descontentamento sob controle, ou à margem do jogo partidário e sindical.

Nem Sussekind nem seus sucessores quiseram ou puderam (quando esboçaram alguma coisa) aplicar o princípio da liberdade e autonomia sindicais. De todo modo, no

---

[806] Black, Jan, *US Penetration of Brazil*. Filadélfia, Pennsylvania University Press, 1977, p. 118. Após a queda de ditaduras, no rol dos países que passaram pela experiência de desmonte de uma estrutura sindical corporativa estão Itália, Espanha e Portugal. Para o primeiro caso, ver: Filippi, Ronald L., *American Labor and Postwar Italy, 1943-1953: A Study of Cold War Politics*. Stanford, Stanford

entender do serviço diplomático dos EEUU, o primeiro ministro do Trabalho da ditadura conseguiu "preservar a imagem do Brasil nos círculos internacionais (inclusive na OIT)". Manteve-se, em acréscimo, nas boas graças da superpotência amiga, pois se mostrou um "apreciador da importância dos programas promovidos pelos EEUU e sindicatos internacionais no Brasil".[807]

Do ângulo dos seus aliados, o ex-ministro em si passara no teste. Mas não a sua gestão. Daí em diante, se os indicados para a pasta do Trabalho seguissem a tradição de deitar promessas em favor da liberdade sindical, os funcionários do corpo diplomático dos EEUU — por serem dos mais interessados entre os mais curiosos —, em conjunto com os "ex-interventores" e os "democráticos" de segunda geração, renovariam, em paralelo, suas avaliações e esperanças nas tramas das sucessões. A diferença entre, por exemplo, um Passarinho, que assumiria o MTPS em 1967, e um Sussekind estava na impossibilidade de o primeiro defender a desculpa dos efeitos inflacionários dos aumentos salariais visto os ordenados estarem sendo reajustados abaixo de uma inflação já sob controle.

Foi com as avaliações, metas e esperanças dos estadunidenses que um relatório sobre as condições de vida do operariado foi aprontado no início de 1966. No tópico sobre a qualidade dessas condições só foi possível apontar, de positivo, para a existência de "promessas". Na seqüência, foi necessário dosar sua sensibilidade ante qualquer declaração oficial de boas intenções com o tempero da fria realidade dos fatos. Quanto ao diálogo com a classe trabalhadora, eles escreveram que "muito pouco peso tem sido dado às opiniões do movimento sindical ou às suas reações". Em julho de 1965, isto é, no mesmo mês em que instituiu o arrocho salarial com a lei 4725, o governo revogou o projeto de lei sobre negociação coletiva (apresentado em junho ao Congresso por causa da pressão do governo dos EUA). "Apesar das promessas governamentais", essa lei jamais seria reapresentada, vaticinaram os estadunidenses, tendo novamente de repreender o jornal, outrora o seu predileto *Estado de S.Paulo*, por ter dado voz, bem

---

University Press, 1989.

[807] "Labor Report: Part I". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ, 21/1/66.

como se somado, à "forte oposição" dos "grupos empresarias e forças conservadoras". Assim, também a negociação coletiva não gozava de bom estado.[808]

De mesma situação padecia o direito de greve, pois a lei 4330 (que regulamentou o princípio constitucional de seu usufruto), complementada pela lei 4725, "rouba das greves seu propósito econômico básico". Se Castelo e seus dois ministros de Estado, Sussekind e Barcelos, "freqüentemente prometeram libertar o movimento sindical do controle do Ministério do Trabalho" a fim de torná-lo "mais representativo". A respeito disso, concluíram, nada acontecera de bom.[809]

Não era suficiente jurar a partir de cima. Menos mal, os programas de formação sindical iam bem. Nota destoante, era de se lamentar as fortes desconfianças do Estado contra os trabalhadores quando transbordavam além do limite, invadindo a sala de aula de um curso da Inter-American Federation of Working Newspapermen's Organization (Federação Interamericana dos Jornalistas). Nos amplos cursos básicos de orientação sindical, se os EUA detectavam que os trabalhadores desejavam o fim da figura do "pelego", na cúpula da CNTI, os anseios encontrados não eram os mesmos. O próprio governo — "na prática se não em palavras" — manifestava sua "determinação" em deixar inalterado o sistema corporativo por causa da sua grande influência como máquina política. Nada de significativo igualmente acontecera para a extinção do imposto sindical. No fim de 1965, um presente de Natal foi empacotado com a lei 4928, uma garantia ao trabalhador de alguma proteção ante o desemprego e o arrocho. Porém, em reservado, "representantes do MTPS admitiam que não havia uma comissão adequadamente estruturada para a implementação" dessa nova legislação. A bem da verdade, os votos de um feliz ano novo embalados nessas promessas foram quebrados

---

[808] "Labor Report: Part I", 21/1/66, Nara II, fonte já citada.

Sobre os efeitos da Lei 4725 e do FGTS (que viria em seguida), ver: Werneck Vianna, *Liberalismo e*, op. cit., pp. 275 e ss. Segundo o autor, essas leis removeram obstáculos à "aceleração que se queria imprimir na expansão do novo capital industrial". No seu entender, a revogação da Lei da Estabilidade com o decreto do FGTS foi "notável" pela dissimulação de sua meta real, flexibilizar o emprego da mão-de-obra de obra, possibilitando usar a rotatividade (*turn over*) como meio de depreciação dos salários. Na página 280, o raciocínio deste autor sobre os efeitos do FGTS na folha de pagamentos das empresas está bastante próximo às denúncias do sindicalista "autêntico" Paulo Vidal (presidente do SMSBD) no início dos anos 70.

[809] "Labor Report: Part I", 21/1/66, Nara II, fonte já citada.

logo no início de 1966 quando vieram a público os sinais de uma alteração na Lei da Estabilidade.[810]

Especificamente, a lei 4725 veio para deixar claro para os trabalhadores que eles estavam arcando com a "parte do leão", pois os reajustes salariais haviam de ser fixados abaixo da inflação. Além da repressão a greves, estas não teriam mais poder de pressão sobre a Justiça do Trabalho, solapada em seu poder normativo pelo próprio executivo federal. Se, localmente, os sindicalistas pró-regime ainda conseguiram providenciar alguma resistência, o TST neutralizou-a. O "único recurso" restante foi "criticar polidamente" o mecanismo de redução do salário real. Enfim, por essas e por outras, o adido Baker e seus colaboradores se disseram "convencidos" de o operariado ter votado na oposição nas eleições estaduais de mineiros e cariocas (cujas situações eram completamente identificadas com a conspiração contra Jango) por sentir-se o maior pagador da crise. Pior, não conseguia graça alguma ao cumprir as promessas oficiais de produtividade.[811]

Liberais Optam pela CLT

No primeiro semestre de 1966, a popularidade do governo de Castelo Branco entre o operariado paulista "afundou até novas profundidades", ironizou o Consulado Geral dos EUA em São Paulo. Além do arrocho, os fundos economizados com o aperto da economia não eram aplicados em programas em benefício dos trabalhadores. Pior, segundo uma confidência do delegado regional do Trabalho a Jack Liebof no início do ano, o governo ainda pretendia modificar a legislação, eliminando a ocorrência de greves no decurso das negociações salariais.[812]

Em grande medida, isso já estava acontecendo. Ao baixar a lei 4725, o governo federal arrogou para si a determinação dos índices de reajuste salarial em nível nacional, esvaziando tanto os dissídios abertos na Justiça do Trabalho quanto confrontações entre

---

[810] "Labor Report: Part I", 21/1/66, Nara II, fonte já citada.

[811] "Labor Report: Part I", 21/1/66, Nara II, fonte já citada. "Labor Roundup". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2, 14/4/66. "Brazilian Labor Trends". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 2 BRAZ, 11/10/67.

[812] "Semi-Annual Labor Report". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ, 19/10/66.

capital e trabalho. No entanto, a ofensiva de Campos (ministro do Planejamento) e Bulhões (ministro da Fazenda) não se esgotara, chegando o momento de flexibilizar a legislação da estabilidade no emprego.

No fim de fevereiro, Castelo anunciou na Assembléia Legislativa de Minas Gerais estar propenso a alterar a lei pelo fato de a "experiência" ter revelado ser ela uma "ilusão". As razões de seu desapontamento, apontou, eram tanto a prática patronal de demissões para obstruir a conquista do direito à permanência no emprego quanto seus efeitos prejudiciais sobre a produtividade e a disciplina. Novamente, tal como no episódio da lei 4928, uma fonte governamental (neste caso, o próprio ministro Roberto Campos) segredou, em encontros privados com o adido trabalhista e com um representante do Ministério do Trabalho dos EUA, que "o governo brasileiro não havia conduzido estudo algum para determinar o número de trabalhadores em gozo da Lei de Estabilidade ou seus efeitos sobre a produtividade e a disciplina". Apesar de seu verniz liberal-democrata, Castelo — na sua prepotência de governo *forte* —, não precisava averiguar nada mesmo. Afanados nos seus caminhos, os "ex-interventores" e os "democráticos" de segunda geração erravam diante dessa ameaça.[813]

Paralelamente, o presidente estava preocupado com sua impopularidade entre o operariado. Assim, enquanto a Embaixada dos EUA viu no lançamento da pedra fundamental da Vila Gompers, em São Bernardo, uma oportunidade para incrementar o diálogo sobre o projeto de lei de negociação coletiva, Castelo teve a sua própria perspectiva, vislumbrando uma excelente ocasião para alardear o propósito social de sua administração. Realizada a pretexto de comemorar o segundo aniversário do golpe, quando descreveu a cerimônia, o telegrama do Consulado em São Paulo afirmou que o adido e o assessor trabalhistas haviam discorrido previamente sobre o histórico e a origem dos recursos do projeto habitacional tanto com o ministro do Trabalho quanto com o prefeito de São Bernardo, assegurando ainda que dois diretores do BNH estavam a par de tais detalhes. Todavia, o cônsul fez o Department of State notar que o prefeito, o diretor do BNH e o presidente da República "omitiram" a participação da Aliança para

---

[813] "President's Comments on *Estabilidade*". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ, 11/3/66.

o Progresso e do Iadesil. Foram ainda mais longe ao fazer da Vila Gompers a pedra fundamental de uma promessa de construção de cem mil casas populares.[814]

A manobra demagógica custou um preço. O Department of State, a diplomacia e o Iadesil não gostaram das omissões. (Em paralelo, políticos locais cobravam mais aptidão ao governo ao alterar a estabilidade e, nos atos públicos, Castelo e Campos eram os alvos maiores dos ataques, sobrando farpas para o imperialismo.) Atento, o CGEUA afirmou que,

> "em vista das implicações de longo prazo das profundas insatisfações das massas urbanas para a perspectiva do retorno da democracia representativa e estabilidade política no Brasil. os EEUU devem prestar cuidadosa consideração ao uso de qualquer influência disponível sobre o governo brasileiro para que aplique (...) recursos [em programas sociais], mude a atitude e aceite o diálogo".[815]

Essa foi a dilacerante contradição da política externa estadunidense nos anos 60 para o Brasil: apoiar abertamente uma direita de princípios liberais mas de política antioperária (para o que carecia, visceralmente, do corporativismo estatal como meio para submeter o operariado). Depois de instituir o arrocho e de revoga a antiga legislação sobre a permanência no emprego, o movimento operário, já abalado pelas perseguições e intervenções, fora curvado e praticamente imobilizado. Nas fábricas, grassava a ofensiva patronal contra as relações de poder duramente modificadas antes do pré-64. Além da piora crescente nas condições de trabalho, a rotatividade iria possibilitar a praxe de conter a folha de pagamentos em níveis muito baixos.

Quando o *Estadão* passou a publicar críticas contundentes à presença e atuação das entidades sindicais internacionais no Brasil, quando deu cobertura às idéias do ministro do Trabalho Barcelos de regular a presença de tais instituições, aquela contradição aflorou de novo com esse recado direto à Ciosl, à AFL-CIO e às suas ramificações brasileiras e latino-americanas e caribenhas. Diante das insinuações, o Consulado Geral dos EUA em São Paulo não teve dúvidas em se postar na defesa do

---

[814] Telegramas, 29/3/66, 1º/4/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ. Primeiro presidente da American Federation of Labor, Samuel Gompers era o grande ícone do sindicalismo estadunidense pró-capitalista.

[815] "Semi-Annual Labor Report", 19/10/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ.

movimento sindical de seu país. Para o cônsul Bond, o redator de trabalho, o conhecido colunista Feitosa Martins, podia ser um sujeito "inteligente" mas também era "oportunista e inescrupuloso" e estava, na verdade, seguindo ordens superiores de visar ao bloqueio de qualquer "introdução" propiciadora de uma alteração "significativa" no padrão brasileiro de negociação coletiva.[816]

O sindicalismo da AFL-CIO e o governo dos EUA realmente queriam ver aprovada no Brasil uma lei instituindo a negociação coletiva direta entre capital e trabalho. Nada mais previdente e adequado, defendiam. Para ambos, era a medida mais importante para estimular a formação de um movimento sindical independente do Estado e dos empresários. Se, no médio prazo, o operariado seria reintegrado ao modelo econômico, na longa prospectiva, era projetada a supressão das possibilidades de ressurgimento de um movimento operário autônomo e anticapitalista. Por isso, não restringiram suas gestões apenas para ocasiões em que as autoridades brasileiras podiam sair-se com escapatórias e diversionismos, como no episódio da Vila Gompers. Tinham especial apego pelo projeto de lei retirado do Congresso a mando de Castelo — haja vista ter sido preparado por Sussekind, o bom amigo que acatou "sugestões feitas pela AFL-CIO" —, e, por isso, estudavam uma maneira para conseguir sua reapresentação ao Legislativo. Para tal, representantes da Usaid e da Embaixada haviam procurado o ministro do Planejamento Roberto Campos para saber as razões de sua recusa do projeto. O ultraliberal Campos alegou que a CLT era um mal necessário. Na sua opinião,

> "o padrão histórico do desenvolvimento do movimento operário havia sido revertido no Brasil com a legislação trabalhista a preceder o progresso industrial".[817]

No seu raciocínio, a aprovação da livre negociação entre capital e trabalho acrescentaria novos direitos aos já estabelecidos pela lei e isso implicaria "sistemas paralelos", provocando o desinteresse dos investidores estrangeiros. Em segundo lugar, por causa da "psicologia inflacionária" do empresariado, este, sob pressão sindical,

---

[816] Telegrama, 28/1/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1283, LAB 6-1 BRAZ.

[817] Telegrama, 29/3/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1283, LAB 3-2 BRAZ.

acabaria aceitando pagar salários melhores, mas não se submeteria a uma "negociação genuína" porque logo procuraria repassar a alta dos ordenados para o preços de suas mercadorias. Por causa de escusas como essa, o Department of State planejava pôr o ministro brasileiro face a face com seu colega diplomata Lincoln Gordon (já transferido do Brasil) num encontro de ministros da Fazenda em Buenos Aires.[818]

O cerco a Campos seria infrutífero. Economista e diplomata experiente, este bem conhecia a experiência histórica do liberalismo, muito exitosa em flexibilizar os interesses dos mais fracos em favor do protecionismo estatal dos interesses dos mais fortes. Assim, enquanto promoveu uma política liberal ortodoxa de flexibilização dos direitos trabalhistas, o ministro Campos manteve a estrutura sindical corporativa para anular qualquer queixume dos operários.

Em agosto, apesar das estreitas relações entre os governos do Brasil e dos EUA, estes estavam convencidos do abandono das promessas oficiais do primeiro quanto a uma política salarial justa. Na opinião da superpotência, o governo da nação amiga errava ao penalizar o operariado com tantos sacrifícios, arriscando-se a abrir terreno para a oposição e para o delineamento de um sindicalismo anticapitalista. A remoção do projeto de lei de negociação coletiva e os decretos subseqüentes suprimiam o direito de greve e haviam oficializado a depressão do salário real.

"Moralizador e disciplinador", "no espírito da Revolução", "um incentivo à produtividade e à estabilização", entoaram os empresários as suas loas ao decreto-lei 15. "Apenas os ignorantes da correlação entre aumentos de salários e preços" ou os demagogos "irão condenar a ação do governo", anatematizou o *Estadão*. Corretos estavam os relatos consulares ao apontar a conveniência do controle sobre os salários para a nutrição da cultura inflacionária empresarial, preferindo concordar com as palavras antiestatais do *Jornal do Brasil*. "Desordem legislativa", divergiu o diário carioca. No seu entender, os tecnocratas em Brasília pareciam tomados por uma "obsessão epidêmica", a "tentativa de canalizar o fluxo econômico, nos seus mínimos

---

[818] Telegrama, 29/3/66, Nara II, fonte já citada.

detalhes, por meio de leis e órgãos administrativos".[819]

Insatisfeitos com os rumos tomados pelo governo brasileiro, os EUA lançaram mão de fichas valiosas para mudar sua posição quanto à política salarial e à questão da negociação direta entre capital e trabalho, designando essa missão ao embaixador Tuthill durante as rodadas de negociações da Usaid. No primeiro encontro, tido em 12 de dezembro, o diplomata leu uma declaração de seu governo pedindo para ser informado sobre as decisões acerca da política salarial e trabalhista.[820]

Otávio Bulhões, chefe da delegação brasileira e ministro da Fazenda, replicou — "com certa veemência" — não estar entendendo a razão de os EEUU estarem interessados em incluir esse item na pauta da agenda de conversações. Afinal de contas, raciocinou, o tema do trabalho não era um ponto meramente econômico mas também "político" não conseguindo, logo, ver o porquê de sua escalação. Ele admitiu que EUA e Brasil, além de dinheiro, podiam muito bem falar de salários, sindicatos e trabalhadores, mas não deixou de lembrar o compromisso de ambos os países com o êxito do Paeg, resultado impossível de ser atingido com reajustes salariais acima dos estipulados pelo Executivo (invariavelmente abaixo da inflação). Em seguida, o outro chefe de delegação, ministro do Planejamento Campos, ajuntou seu apoio ao raciocínio de Bulhões.

Tuthill respondeu a essas "cargas" principiando pela divisão entre política salarial e trabalhista. Quanto à primeira, ele notificou os presentes ser da opinião de seu governo que já era hora de sustar a curva de declínio do salário real do operário brasileiro. Ele alegou que Campos já o prometera não apenas publicamente como também perante o Banco Mundial. Quanto à segunda, o diplomata ratificou o ponto de vista de seu governo sobre a necessidade de o "movimento sindical ter um claro entendimento sobre o papel que pode ter". Colocando os pingos nos is, ele quis dizer

---

[819] "Evolution of GOB Wage Policy and Reaction to Decree Law number 15", 20/8/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1283, LAB 11 BRAZ.

[820] As citações desse e dos próximos seis parágrafos foram retiradas dos seguintes documentos: "Wage-Labor Policy and AID Negotiations". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1283, LAB 11 BRAZ, 27/12/66. "Views of Planning Minister". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1937, POL 15-1 BRAZ, 29/9/66.

que os sindicalistas pró-regime estavam perdendo a forma por não poderem ser sindicalistas de verdade; eles precisavam ser arregimentados à política de desenvolvimento. Antes de terminar, acrescentou ainda que a AFL-CIO estava igualmente preocupada com salários por estar sumamente interessada no bem-estar futuro de um sindicalismo pró-capitalista no Brasil.

Bulhões recepcionou esses argumentos com ares de "cansaço" e "enfado" e reafirmou sua "perplexidade" diante do novo item sacado pelos seus interlocutores. Último apelo, ele alegou que o aceite do tópico em pauta significaria ter a presença do ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, o titular da pasta trabalhista, sentado à mesa das negociações. Depois de ter ouvido a réplica de Tuthill, que fez recordar que vários itens fora da alçada dos ministérios do Planejamento e da Fazenda foram discutidos sem a presença de seus respectivos mandatários, o chefe da delegação brasileira "sacudiu seus ombros com tristeza", admitiu a escalação dos pontos salários e trabalhadores, pediu a presença de Nascimento e Silva e anunciou sua retirada até o momento em que voltassem os itens meramente econômicos.

Dois dias depois, o embaixador Tuthill, o adido Baker e um representante da Usaid se reuniram com os ministros Campos e Nascimento e Silva para debater longa e detidamente um parágrafo de um documento redigido pelo governo dos EUA acerca da política a ser seguida pelo governo do Brasil. O item sobre a política salarial logo se tornou o nó das discussões. Roberto Campos se mostrou tão "indignado" quanto da vez anterior e voltou a expor sua "conhecida teoria" sobre a inexistência de queda no nível do salário real e sobre a predominância da legislação corporativa sobre a negociação coletiva, argumentando "ser impossível ter ambas". (Enrijecendo os entendimentos, caiu em contradição ao sustentar — num misto de desfaçatez e cinismo — a vigência da negociação coletiva no Brasil.)

Aparentando estar numa posição "muito desconfortável", o ministro do Trabalho fez uma intervenção meramente formal, falando da satisfação gerada pela CLT no meio operário e dizendo desconhecer a disseminação do descontentamento entre os trabalhadores. Abdicou, enfim, de tomar uma posição distinta de Campos em favor da negociação coletiva. Posteriormente, o mesmo Campos sugeriu uma nova redação para

o polêmico parágrafo ao propor duas modificações básicas. A primeira eliminava o reconhecimento oficial do arrocho salarial e a segunda propunha "reforçar" a negociação coletiva no lugar de *estabelecê-la*.

Tuthill era bom conhecedor do raciocínio de Campos porque ambos já haviam trocado idéias sobre a matéria na própria residência do embaixador. Nesta ocasião, o ministro ouviu de seu interlocutor uma especulação singela mas certeira. Depois do retorno do Estado de Direito, "a questão do desenvolvimento dos sindicatos estava relacionada com o tipo de economia e sociedade que emergiria". Tuthill ainda participou Campos de sua "conversa com os dirigentes operários paulistas", na lhes disse que,

> "durante o governo Goulart, eles estiveram na oposição. Agora, tornaram-se os dirigentes operários, mas, sob as regulações e controles governamentais vigentes, e na ausência da negociação coletiva, podem oferecer muito pouco às suas bases. Portanto, alegam ter menos presença nas bases hoje do que previamente".

Para o corpo diplomático, a série de derrotas sofridas pelos sindicalistas anti-CGT se mantinha em nível preocupante. Sua vulnerabilidade e descrédito espelhavam a redução do "raio de ação da atividade de um frutuoso movimento sindical". Por toda a nação, generalizou o embaixador Raine, o confinamento e a marginalidade do movimento operário causaram "apatia" onde antes ele era "fraco" e "descontentamento" onde antes ele era "forte". Mesmo não sendo sinônimos absolutos, se trocarmos fraco por MSD e forte por CGT não estaremos violando os termos desse documento. Por causa disso, como quer a fonte, os chefes das confederações nacionais e de suas federações estaduais até podiam estar divergindo "fortemente" do governo de Castelo ou da inépcia de Barcelos no MTPS mas, inequivocamente, eram uma oposição "inteiramente verbal".[821]

Por seu turno, o governo também podia ter um discurso sem efetividade, apesar do seu significado inerente. Quando dois sindicalistas estadunidenses tiveram suas declarações publicadas no *New York Times* (23/11/66), suas censuras à falta de

---

[821] "Labor Roundup", 14/4/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ.

negociação coletiva e de democracia e as sintomáticas afirmações sobre a tacanhez do programa estatal de habitação popular foram rebatidas pelo embaixador brasileiro nos EUA cuja réplica, publicada no *Times* de 19 de dezembro, afirmava que o governo favorecia um "sindicalismo autêntico" no Brasil "em contraste com o sindicalismo irresponsável do governo precedente".[822]

Não deixa de ser curiosa a constatação de os EUA realmente terem se pautado por uma diplomacia imperial. Afora a esperada preocupação do corpo consular com a situação dos cidadãos e investimentos estadunidenses, a superpotência amiga se sentira bem à vontade para chamar Bulhões e Campos e passar-lhes instruções a respeito da política econômica. Ante a indiferença do primeiro e a repugnância do segundo no tocante a liberalizar os sindicatos do controle estatal, os EUA estavam bem cônscios da necessidade de continuarem a pautar a agenda do governo brasileiro para pressionar em prol da proposta da negociação coletiva. Pois quadro no fim do governo de Castelo era um ministro do Trabalho sem o propósito de mudar a política, evitando atrito com Campos e Bulhões. Ingenuamente ou não, a Embaixada acalentava três alterações mínimas: (1) reapresentação do dito projeto de lei ao Congresso, (2) a costura de uma aliança com o MTPS para segurar a curva declinante do salário real ou (3) as discussões haviam preparado o terreno para uma política trabalhista "ilustrada" no próximo governo, do general Costa e Silva.[823]

Frustrações e Ressentimentos

Se o governo dos EUA podiam esperar mudanças por parte da nova administração brasileira, os trabalhadores já pareciam estar convencidos do contrário. Com a caça ao CGT, haviam perdido o acesso às repartições do MTPS e do executivo, recintos de onde seus representantes saíam, não só com tapinhas nas costas, mas com retornos palpáveis. Com o enfraquecimento de seu poder de negociação coletiva e a revogação da Lei da Estabilidade, foram, em acréscimo, diretamente atingidos. Portanto, a marginalidade da classe trabalhadora era ampla: sem o "velho trabalhismo",

---

[822] "Brazilian Ambassador's Reply", 21/12/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ.

[823] "Wage-Labor Policy and AID Negotiations", 27/12/66, Nara II, fonte já citada.

sem o direito à greve, com direitos desrespeitados e alterados e sob prolongado arrocho salarial, o nacional-desenvolvimentismo em sua variante autoritária estava pronto para ignorar seu apreço por dignidade.

Assim, se o governo brasileiro optasse por destampar essa panela de pressão, o ressentimento operário transbordaria e emperraria o planejado processo de aceleração e crescimento industriais, fase subseqüente à recessão. Não adiantou aos EUA aguardar uma reforma da CLT. Não adiantava, adicionalmente, esperar mudanças a partir do alto. Segregando a classe trabalhadora do sistema político, mantendo-a sob o tacão do despotismo fabril, pagando-lhe péssimos salários, atacando-a em seus direitos, era ingênuo esperar dos trabalhadores uma adesão a um sindicalismo pró-capitalista, ainda mais o disponível, mantido no poder às expensas de uma aliança empresarial-policial internacional. O "novo trabalhismo" invocado por um Castelo apequenado diante de Vargas, estava a soçobrar.

A questão em aberto era antecipar como os trabalhadores reagiriam aos ataques de Campos e Bulhões e às juras de *responsabilidade* e *autenticidade* da liderança sindical. Iriam dar prosseguimento ao movimento estudantil, já efervescente? O que iria acontecer nos sindicatos perdidos para chapas oposicionistas? A resposta, tal como em 1965, seria parcialmente embrulhada nos votos depositados nas urnas. Novas rodadas de eleições atestariam, de um lado, o aprofundamento da distância entre os dirigentes sindicais e suas bases e, de outro, forneceriam às oposições uma nova oportunidade para fustigar as situações, amealhando terreno sob seus pés. "A tendência esquerdista nas eleições em sindicatos (...) antes pertencentes ao CGT tem continuado", observou a Embaixada estadunidense. Preocupada e irritada, essa atribuiu a má notícia à inépcia das diligências sobre corrupção e subversão.[824]

Progressivamente, ficou claro que o sindicalismo do pré-64 fazia muito mais do que obedecer às diretrizes dos políticos e semear a demagogia na massa dos não-articulados. Quem fazia isso, e cada vez mais, eram os interventores que, diante da imposição da colaboração compulsória, segredavam aos poderosos a iminência da

---

[824] "Leftward Trend in Elections", 7/7/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ.

difusão do desprestígio. Em contrapartida, enfurnavam-se nas cúpulas da estrutura confederativa.

À nova geração treinada para ocupar o vazio dos cassados (os líderes formados nos cursos antes e depois de 1964), caberia a difícil tarefa de conter o avanço oposicionista mediante a aplicação da orientação de "autenticidade sindical", ensinamento recebido nas salas de aula. Depois de participar da greve na GM de 1961 (e de ser demitido por causa de seu envolvimento), J. B. Monteiro matriculou-se nos "cursos de 'sindicalismo livre'".

> "Primeiro foi um seminário de uma semana, com 30 pessoas (...). Deste seminário, três ou quatro pessoas eram escolhidas para participarem de um curso de três meses em São Paulo".
>
> "No curso, aprendíamos de tudo: estrutura sindical brasileira, Consolidação das Leis do Trabalho etc. De lei, a gente saía conhecendo tudo. Tecnicamente, quem fazia o curso saía com as melhores condições para dirigir um sindicato. O outro lado era a parte internacional do sindicato. Apresentavam as organizações americanas como modelo (tudo feito dentro da 'ordem'). E pintavam a FSM como o próprio demônio".[825]

Por vezes, a exemplo do SMSC, essa turma chegou ao poder de mãos dadas aos interventores, numa chapa de composição. No caso do SMSBD, livres do interventor Clemiltre, os "democráticos" de segunda geração enfrentariam quatro anos de turbulência durante as duas gestões pós-intervenção, ambas presididas por Afonso M. da Cruz (1965-67, 1967-69). Como veremos a seguir, nas reuniões de diretoria, os dirigentes iriam debater seu entendimento de sindicalismo "autêntico" e buscar responder as insatisfações na base.

Esta, para começar, clamava por reajuste dos ordenados, tópico da agenda trabalhista transformado em alicerce oficial do nacional-desenvolvimentismo do regime militar. O acúmulo dos ressentimentos e frustrações, mais intolerância e inflexibilidade por parte do governo, fizeram da demanda salarial uma matéria delicadíssima. Para os

---

[825] "José Barbosa Monteiro". In: Cavalcanti; Ramos, *Memórias do*, op., p. 127.

trabalhadores, aumentar salários era o mínimo. Para o governo, salários eram política econômica, ou doutrina de segurança nacional.

9

"AUTÊNTICOS" EM LINHAGEM

DA OPOSIÇÃO AO CONSENTIMENTO

ANTES E DEPOIS DO GOLPE

> "Precisamente, às 15h20, deu-se início a mais uma costumeira reunião do Grupo do Sindicato. Iniciou-se com a apresentação de mais um companheiro da Mercedes, sendo o sr. Manoel Luiz da Silva, ao qual lhe foi apresentado pelo sr. Presidente o nosso regimento interno".[826]

Desde antes do Golpe, com encontros como o acima registrado, uma turma de ativistas sindicais católicos se preparava para a disputa eleitoral de 1965 entre os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Seguramente, alguns de seus integrantes haviam figurado na chapa de oposição derrotada nas eleições de 1963. Possivelmente, um par deles também apresentasse alguma continuidade com a lista oposicionista de 1961, dado que os adversários dos comunistas e socialistas eleitos nessas duas vezes recebiam apoio do clero católico local, de perfil conservador e anticomunista.

---

[826] Ata de reunião do Movimento Metalúrgico de Reorganização Sindical (MMRS), 22/11/63. Pasta Atas Diretoria, 1962-68, Arquivo da Secretaria Geral (ASG), SMABC.

Nas entrevistas, as divergências aparentes dizem respeito às desavenças quanto a divisão de cargos, causa da inviabilização de uma chapa única em 1961, ou às rivalidades da Guerra Fria, que estavam na base do anticomunismo dos ativistas católicos. Em geral, as oposições acusavam a esquerda de fazer um sindicalismo partidário, isto é, negligente com os interesses da categoria bem como dependente, ou cúmplice, da demagogia e do jogo de manipulação de políticos. Enquanto isso, a situação alegava não disporem os candidatos derrotados de representatividade na base visando, com isso, a provar sua competência em defender os trabalhadores. O CGEUA estava atento para essas diferenças e, em julho de 1963, nutria esperanças na vitória das oposições entre os metalúrgicos de São Bernardo, Guarulhos e São Paulo. Osasco estava a aguardar a carta de reconhecimento do MTPS e dava mostras de surgir como reduto contrário à diretoria do SMSP.[827]

Naquela reunião de 22 de novembro de 1963, os presentes escolheram um nome para o "Grupo do Sindicato" — Movimento Metalúrgico de Reorganização Sindical (MMRS) —, conversaram sobre a formação de uma chapa, elegeram presidente o baiano Mário Ladeia Rocha (operador de máquinas na MBB), designaram secretário-geral o pernambucano Afonso M. da Cruz (funcionário de escritório na Scania-Vabis) e debateram sobre seus laços com o Movimento Nacionalista Cristão, de quem viriam a receber recursos financeiros. Além deste entidade, o MMRS ainda encontrava guarida nas igrejas, "onde podíamos contar com o apoio do padre Rubens, monsenhor Antunes e do bispo do ABC dom Jorge".[828]

Entre os que compareceram estavam José Barbosa Monteiro (cearense, encanador na GM, depois empregado na Multibrás), Davi da Silva (paraibano, operador de máquinas na WOB), José Alfredo Batista dos Santos (baiano, operador de máquinas na WOB), Exupério Cardoso de Campos (faxineiro na MBB) e — um futuro dissidente — Geraldo Biancatelli (paulista, controlador de peças na MBB).

No ano seguinte, meses depois da queda de Jango, eles voltariam a se encontrar dentro do próprio SMSBD para dar continuidade às suas programações e objetivos. No

---

[827] "Weekly Summary", 6/7/63. Nara II. GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1963, box 3834, POL 2-2 BRAZ.

[828] Ata do MMRS, 25/10/64. Pasta Atas Diretoria, 1962-68, ASG, SMABC. Os dados do

dia primeiro de novembro, o grupo aprovou proposta de rodízio para sua diretoria, "uma vez que todo o grupo necessita de treinamento". Apenas o tesoureiro seria fixo. Cruz propôs a seguir que se confiasse ao interventor Clemiltre — "em vista de sua experiência e boa vontade" — o cargo de coordenador geral, idéia discutida com polêmica. Ladeia defendeu a sugestão da organização de comissões para visitarem as igrejas locais. Depois, combinaram a visitação a uma Congregação Mariana.[829]

A alegada experiência do interventor era a sua militância na oposição do MSD ao sindicalismo do PUI e do CGT. Por causa dela, concorrera (sem sucesso) nas eleições para o SMSP em 1963. Durante a intervenção do SMSBD, jamais descuidou da vida sindical dos metalúrgicos de São Paulo, para onde desejava retornar e seguir com sua carreira, razão de sua *boa vontade* com a antiga oposição preexistente na categoria que lhe foi entregue pelo MTPS.

Ainda no início de novembro de 1964, o MMRS, cujas reuniões nesse ano nunca tiveram mais de 25 trabalhadores, recebeu a adesão de mais dois operários. Cada um foi incumbido de montar uma equipe na sua fábrica. Cruz fez todos os presentes saberem que havia falado com um "companheiro (...) da Fitim" sobre "treinamento" para assembléias. Um dos novatos dessa sessão era o pernambucano João Justino de Oliveira, apelidado Janjão, operador de máquinas na Willys. Numa sessão de outubro, Davi "frisou" que estavam "atravessando momento difícil" e que não deviam "de maneira alguma quebrar este espírito de coletividade". A seguir, prestou contas de sua visita à Congregação Mariana de Baeta Neves, onde conversou com "marianos metalúrgicos". Repreendido por ser "folgado", Luís tentou aceitar as críticas "com humildade" mas lembrou a todos que trabalhava em "linha de produção", devendo por isso ser "cauteloso" para não prejudicar a si e ao movimento.[830]

No final de novembro, Biancatelli foi afastado devido à "natureza" de "ligações" cujo conteúdo não foi explicitado. Monteiro indicou J. J. de Oliveira, J. A. B. dos Santos, Davi, Exupério e Milton Pimentel para concorrerem às eleições, nomes unanimemente acolhidos. Quase um mês depois ocorreria outra divisão, dessa vez uma

---

próximo parágrafo foram retiradas desta fonte. *Ligação*, nº 1, 1989.

[829] Ata do MMRS, 1º/11/64. Pasta Atas Diretoria, 1962-68, ASG, SMABC.

[830] Ata do MMRS, 8/11/64. Pasta Atas Diretoria, 1962-68, ASG, SMABC.

defecção espontânea, do "companheiro Edelaído", que usou a palavra para criticar a chapa 2, do MMRS. Caso eleita, acusou, ela iria "fazer o jogo do patrão" e filiar o SMSBD à Fitim. Sua insatisfação o levou a integrar a chapa 1, cujo cabeça era Biancatelli. Semanas antes do restabelecimento das eleições, uma delegação da Fitim buscava se aproximar da chapa 2 ao mesmo tempo que Cruz se encontrava — sem êxito — com Biancatelli, Hermeto Dantas e Orlando Malvezzi (dois sindicalistas metalúrgicos da capital) para conversarem sobre a fusão das duas chapas.[831]

O MMRS não pretendia ser um amplo movimento de oposição. Antes, os registros detalhados das adesões e baixas dos ativistas indicam que era mais uma *loja* de militantes. Após o golpe, passou a fazer reuniões nas dependências do SMSBD com vistas a assumir o seu comando. Com identidade formada na oposição ao sindicalismo do PUI e do CGT, intersindicais abraçadas pelas gestões de Carniel e Potomatti, pregava um sindicalismo *responsável* e sem *interesses políticos*, advogando, portanto, uma moderação na linha política. Como foi visto, os ingredientes dessa alegada sobriedade eram os seus contatos com a Igreja católica, com operários nos bairros (por meio das congregações religiosas) e com "equipes" nas fábricas. Além disso, alimentava boas relações de vizinhança com Clemiltre e o ensaiava uma aproximação com a Fitim. Pois a federação podia contribuir para o término de uma carência muito sentida, a falta de "treinamento", quer dizer, a privação tanto de conhecimentos gerais (uma visão política das coisas) e específicos (legislação) quanto de formação para atuar em assembléias, eleições, campanhas salariais, negociações, congressos, etc.

Simultaneamente, o MMRS não podia ser um amplo movimento de oposição. Na prática, foi tributário da concepção de sindicalismo *ordeiro*, reverso de suas críticas à imputada *irresponsabilidade* do PUI. Esse viés ordeiro era, de fato, um movimento consentido. Era consentido pelo interventor, que lhe abriu as portas da ascensão. Era consentido pelo Estado, que, embora antioperário, reconhecia a conveniência do surgimento de uma nova geração sindical, representativa e atuante. Consentido e desejado também pelos EEUU, um protetor dessa segunda geração democrática.

Por causa disso, não podia se atrever a querer ampliar demais sua representatividade nas fábricas por meio das "equipes", o que, de um lado, acarretaria a

---

[831] Ata do MMRS, 29/11/64, 27/12/64. Pasta Atas Diretoria, 1962-68, ASG, SMABC.

assumir a conflituosidade existente dentro delas. De outro, acarretaria aceitar ser uma corrente sindical seleta, sem grandes vínculos com as bases. Eleito numa lista unitária, o diretório novel se ressentiria de afastar seus quadros das bases sem ter meios de providenciar sua substituição.

ENQUANTO ISSO, NAS FÁBRICAS

Aos primeiros sinais de uma rígida política econômica nacional (usada não apenas para conter salários), a indústria automobilística brasileira se viu convidada pelo governo Castelo Branco a tratar de seu planejamento futuro sem o anterior e padronizado apelo às parcerias do capital brasileiro. Por causa das restrições creditícias, do controle dos preços e do adiamento de novos incentivos, *produtividade* se tornou a palavra-chave. No vocabulário do governo, essa ordem do dia asseguraria ganhos aos ordenados e aos lucros.

Ao enfrentar essa nova conjuntura, a MBB, em maio de 1964, solicitou a H. Kunz (Departamento Contábil) um estudo a propósito da "organização necessária para se alcançar um mínimo de despesas", considerando os "fatores essenciais": pessoal, maquinaria e material.[832]

O relatório final examina o "grau de eficiência nas seções produtivas". Todo o pessoal produtivo (1750 operários) trabalha com base no "salário de tempo", isto é, o pagamento era devido à sua presença e não por produção. Estima-se que o "nível de eficiência na MBB está em torno de 70% do nível de fábricas de características comparáveis na Alemanha", concluindo-se, então, que "uma elevação de nível de eficiência traria, por conseguinte, uma redução apreciável de despesas com pessoal". Em relação aos operários improdutivos (cerca de 800 trabalhadores de manutenção e ferramentaria), a despesa com sua folha "deveria estar sob um controle melhor", o mesmo valendo para as horas extras, que exigiam, "categoricamente", um controle "mais rigoroso".

Considerando que "os encargos sociais legais dependem, na sua maioria, do número de empregados e do nível dos ordenados e salários", o relatório afirma que "o

---

[832] "A Análise da Organização da MBB", 18/6/64. Cpdoc, EMS, f-priv, 59.09.23, fotograma 593. As citações dos próximos três parágrafos foram retiradas desta fonte.

montante desses encargos só pode ser reduzido através de uma diminuição de pessoal (...), bem como mediante o abaixamento do nível de salários e ordenados", o qual seria conseguido com observância da média salarial de mercado e "demissão de empregados com níveis salariais excessivamente altos" (operários com vários anos de casa mas que haviam atingido a estabilidade).

Entre outros, a adoção de um programa de longo prazo de produção e investimentos deveria almejar aos seguintes resultados: redução dos tempos improdutivos de serviços adicionais e do tempo perdido (no caso dos operários produtivos), redução de pessoal produtivo, melhor eficiência, redução dos salários auxiliares improdutivos em seções produtivas, redução de horas extras.

Como se vê, governo e empresa automobilística rezavam o mesmo credo, e o primeiro forneceu à segunda as condições para apurar a eficiência de sua organização. Arrocho salarial, fim da Lei da Estabilidade, FGTS e enfraquecimento dos sindicalistas permitiriam a aplicação desse plano de enxugamento de folha via desoneração do pessoal empregado e aumento da produtividade. A recessão, aliás, permitiria culpar a crise na hora de por os trabalhadores na rua.

Um documento escrito por um trabalhador permite outra coisa: ver o resultado. A Mercedes demorou mais de dez anos para produzir 100 mil veículos, mas não precisou nem de dois anos completos para chegar à marca do 150.000º. No biênio seguinte, acresceria mais 50 mil.[833]

Discutindo a Autenticidade Sindical (1965-67)

Por causa da diversidade dos interesses e de suas qualidades como dirigente (era um sujeito ponderado e articulado), Cruz acabou escolhido presidente apesar de Biancatelli e Ladeia serem os respectivos encabeçadores das chapas 1 e 2. Eleitas numa só direção para suceder Clemiltre (transferido para a capital), ambas as forças distribuíram eqüitativamente os cargos executivos.

Já em abril, Mercantil Suíssa voltou novamente a atrasar o pagamento dos ordenados de seus empregados, situação que os levou a suspenderem a produção em maio. Ainda nesse mês, os dirigentes passaram a ter de discutir as decisões de Willys e

Volkswagen de reduzir a jornada de trabalho com decorrentes cortes salariais, sendo a segunda censurada por "não reconhecer a autoridade do sindicato como órgão de representação dos trabalhadores". Em 7 de maio, nova censura lhe seria feita, pois vinha "aumentando a produção" depois de diminuir a jornada.[834]

Em 1965, propiciada por reduções de impostos e por ofertas de financiamento pela CEF para a compra do carro popular, uma notícia adicional de retomada nas linhas de montagem chegou à diplomacia estadunidense. Na sua "ronda trabalhista", observou-se quase a mesma coisa:

> "embora muitas companhias automobilísticas já estejam de volta à plena produção, elas não recontrataram muitos de seus funcionários antes dispensados. Antes, as companhias estão na busca de uma maior produtividade com uma força de trabalho menor e estão operando com horas extras. Volkswagen é um bom exemplo dessa situação".[835]

Se VW podia ser tomada como *bom* exemplo, o era porque fazia parte de uma ação patronal concertada a partir da "consciência crescente da importância de aumentar a produtividade". As queixas dos sindicalistas de São Bernardo e Diadema também engrossavam o coro das "amargas" acusações do movimento operário contra as empresas que se aproveitavam do desassossego social do desemprego para forçar o governo a ouvir sua grita pelo distensionamento da política creditícia.[836]

Aumentar a produtividade significava flexibilizar qualquer noção — legal ou moral — de direito ao trabalho, pois renovou a faculdade capitalista de demitir e recrutar mão-de-obra, permitindo-lhe adiar recontratações mesmo quando já fosse aconselhável fazê-las. Desfeitas antigas conquistas sindicais dentro das fábricas, posições estratégicas foram perdidas pelos operários na sua lida com a velocidade da linha de montagem. Com o adicionamento da política de arrocho salarial, era possível

---

[833] "Economia e Empresa", manuscrito, 1973. Pasta MBB I, ASG, SMABC.

[834] Atas de Reunião de Diretoria (ARD), 7/5/64. Pasta Atas Diretoria, 1962-68, ASG, SMABC.

[835] Durante 1965, o "facão" suprimiu 2,8 mil postos de trabalho. Com a recuperação das vendas, apenas 200 foram recontratados. Por causa disso havia serviço extraordinário aos sábados e domingos. Ver: "Labor Roundup", 28/7/65. Nara II. GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ.

[836] "Labor Report: Part II", 28/9/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ.

deprimir ao máximo o custo da mão-de-obra.

Naquele mesmo 7 de maio, Exupério fez uma detalhada explicação crítica da estrutura corporativa e viu na sua criatura — "os chamados pelegos" — os responsáveis que atravancavam "a verdadeira autenticidade sindical". Isso, porém, não o impediu de deitar elogios à política financeira do governo — a origem, precisamente, das demissões em massa. A seguir, Cruz falou dos entendimentos acerca de uma campanha conjunta com a FMSP e a CNTI contra o desemprego e também de seu encontro com o secretário-geral da Fitim, no qual conversaram a respeito de reservar duas cadeiras aos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema num curso sobre contratação coletiva. No fim do mês, por sugestão de Biancatelli, a abertura de queixas coletivas contra as reduções salariais advindas com a diminuição da jornada seria uma idéia que traria, como veremos, resultados mais consistentes que os da campanha conjunta, ainda que somente no futuro.[837]

Os problemas, as alianças e as confusões ideológicas dos dirigentes dessa segunda geração "democrática" seriam agravados não só pelo agravamento da crise econômica mas também pelo desgaste de seguidas brigas internas, que ao menos serviram para os membros do MMRS irem sintetizando sua visão a respeito da "autenticidade" sindical. Quando discutiram o nome a ser dado a um boletim de sua entidade, foi sugerido um sugestivo subtítulo junto do nome Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema: "centro de orientação social por um sindicato autêntico e democrático". Outra feita, lance de um dos inúmeros desentendimentos havidos, "o companheiro presidente [Cruz] disse ao companheiro Geraldo [Biancatelli] que o mesmo não estava com a intenção de fazer um Sindicalismo Autêntico". Quase dois meses depois, fracionados e fracos, Ernani Garcia alertou a todos da diretoria sobre as "avançadas" repercussões de suas divergências junto da categoria. Por causa disso, Biancatelli exortaria seus colegas à união, pois já era "hora" de "darem provas de nossa unidade".[838]

---

[837] ARD, 7/5/64, 28/5/64. Pasta Atas Diretoria, 1962-68, ASG, SMABC.

[838] ARD, 23/4/64, 27/4/64, 30/4/64, 7/5/64, 14/5/64, 28/5/64, 6/8/64, 29/9/64, 26/11/64. Pasta Atas Diretoria, 1962-68, ASG, SMABC.

Fruto dessa tentativa de unidade foi o lançamento do primeiro (e talvez único) número do *Metalúrgico de São Bernardo*, primeiro periódico editado pelo SMSBD depois do golpe. Suas linhas são predominantemente ambíguas, moderadas politicamente e veementes nos seus protestos e denúncias contra as empresas. "Não é nosso desejo (...) ocuparmo-nos com política", avisa o editorial ao MTPS. "Contudo", pondera imediatamente, "é preciso dizer que a classe obreira está a pagar por todos". Resignado, o parágrafo posterior retorna ao credo apolítico. "Criticar a política financeira do governo" (a mesma política elogiada por Exupério em reunião de diretoria) "não nos cabe". Mas o texto volta a repetir-se ressalvando que, quando tal política implica demissões, congelamento de salários ("sem conseguir deter a alta do custo de vida") e tolerância governamental para com as medidas patronais de redução da jornada (com redução dos salários), "somos forçados a falar".[839]

De política é claro.

Para difundir sua proposta de autenticidade, *O Metalúrgico* havia de falar às massas. Como chegar a elas? Com a defesa da ética do bom operário. Mesmo "esquecido" pela Revolução, mesmo "perseguido" pelos patrões, "nem tudo está perdido". Pois "resta a dignidade e a honorabilidade da classe".

Ao seu final, o editorial faz uma crítica velada ao sindicalismo do pré-64. Para vencer obstáculos, acha ser necessário manterem os metalúrgicos "uma linha de independência" e com isso evitarem ser levados de roldão por "demagogos políticos", que "empunhando nossas bandeiras" se promovem "no campo eleitoral". Claro que isso podia valer para o indefinido calendário eleitoral do governo Castelo, mas, na seqüência, a crítica fica muito mais clara. "A classe operária está pagando caro o seu acomodamento". "Acostumada a receber soluções vindas de cima, sente-se hoje complexada". A solução? Era "uma só": "descruzar os braços (...) e partir para uma luta consistente".

---

[839] Salvo quando distinguido, as citações dos 14 próximos parágrafos também foram retiradas de *O Metalúrgico de São Bernardo*, nº 1, agosto de 1965. PMO-Cedi. Apesar de uma referência de Orisson Castro à existência de um jornal anterior (ainda não encontrado), este foi, provavelmente, o primeiro desde 1959.

Em uma das suas duas colunas, o secretário-geral Ladeia procura demonstrar "o que vale este jornal". Ecoando aquela sugestão de subtítulo debatido em reunião de diretoria, Ladeia apresenta o periódico ao leitor como um fruto "oriundo do desejo de dar ao trabalhador uma orientação de autenticidade sindical", especialmente

> "quando um horizonte diferente [o pós-64] descortina-se na vida sindicalismo nacional, banindo das entidades sindicais as intromissões político-partidárias e de outra natureza".

Nesse trecho, as reservas da outrora oposição só faltam ser incrementadas com a sigla do PCB ou com acusação de conluio populista. Porém, o toque da alvorada em horizonte *diferente* acarretaria intromissões de outra natureza, um certo tom verde-oliva. Uma delas, já vizinha às preocupações do diretório novel, era uma nova lei da estabilidade (embora as discussões ainda não versassem sobre o projeto que finalmente modificou o direito vigente).[840] Curiosamente, uma máxima constante na coluna de provérbios era a chave da charada sobre esse novo tipo de intromissão. "O gorila, mesmo coberto com a pele de um carneiro, é sempre um macaco". Em outras palavras, o militar golpista, mesmo disfarçado pelo pelego, agiria sempre como o símio que era.

Na sua coluna, Raul R. da Silva exorta seus pares a "apoiar o sindicato". Ele primeiro expõe "o objetivo" do grêmio: "formar uma mentalidade livre e independente" e, em paralelo, proporcionar "diversas modalidades de assistência". Criticando o imposto sindical como uma "amarra" ao governo, propõe, apesar disso, "um pequeno reajuste no valor das mensalidades" pagas pelos associados.

Ao falar da perseguição aos líderes sindicais, Ladeia assume um vocabulário muito menos deferente. Sem citar nomes, ele acusa "as atitudes reacionárias e discriminatórias de determinadas empresas contra a organização sindical". Em tom de alerta, avisa:

> "se não for corrigido, as esperanças de melhores dias vão se desvanecendo e a democracia, na qual ainda acreditamos, vai se tornando tão amarga que um dia será impossível ingeri-la".

---

[840] *O Metalúrgico* repete aqui o argumento de Castelo ao recusar a legislação existente por não evitar que os patrões demitiam os operários antes de completarem dez anos de casa.

Se os dirigentes eram demitidos, os trabalhadores salvos do "facão" recessivo tinham de se haver com as reduções salariais. Em maio, na Willys-Overland, não haviam percebido o pagamento referente a cinco dias de trabalho. Sugestão de Biancatelli, uma queixa plúrrima havia recebido ganho de causa na Junta de Conciliação. O advogado da empresa recorreu a uma apelação por seguir a estratégia da empresa de "por fim" à "lei que garante a inviolabilidade do salário".

Comentários menos edificantes foram reservados à VW, que, "em sua sanha desenfreada de lucros" estava "levando a um destino imprevisível". O operário, os senhores da empresa tomavam "como máquina", "esquecendo" seu merecimento a um "tratamento mais condigno". A seguir, *O Metalúrgico* critica a falta de liberdade para a recusa de serviço extraordinário após "oito horas de trabalho duro e corrido". Censurando a férrea necessidade da produção — "a linha não pode parar" —, denuncia a falta de liberdade também para ir ao banheiro. Enquanto isso, nas seções mais insalubres, as vidas eram "consumidas e abreviadas". Depois do exame médico, de cujo resultado o trabalhador dependia para ser admitido, perder a boa saúde era uma questão de tempo. Gradativamente, operários da fundição tinham seus pulmões prejudicados por gases, vapores, poeira, ar viciado, bruscas variações de temperatura e falta de condições para tomar um merecido banho. Na sua "caminhada monstruosa", Volkswagen se livrava da força de trabalho imprestável para substituí-la por outra mais saudável, mais forte, mais resistente, menos indisposta, na flor da idade, *desejosa de cooperar*.

Contra esse tipo de situação, o SMSBD não tinha forças a não ser conclamar os associados a abrir processos na Justiça do Trabalho. À procura de aliados para enfrentar a onda recessiva, o jornal republica uma matéria de Joaquim dos Santos Andrade, apelidado "Joaquinzão", ex-interventor em Guarulhos. Além disso, noticia a posse da nova diretoria eleita para o SMSP, presidida por Andrade e integrada por Bernardino Testa, ex-interventor no SMSC. (Note-se, ainda mais, que Clemiltre havia largado a intervenção em São Bernardo para voltar para São Paulo.)

Em duas fábricas pequenas, houve possibilidade para experimentar uma atitude diferente, de confronto direto. Ao relatar o resultado de uma assembléia dos trabalhadores da Marukiu (futura Kubota Teko, indústria de máquinas sita em

Diadema), o jornal elogia sua demonstração de "altivez" bem como o fato de estarem "cônscios de seus direitos", razão de sua rejeição da proposta de reduzir a jornada com corte nos salários.[841] Acompanhado de uma comissão designada na dita assembléia (de cujos dez membros cinco eram de ascendência oriental), o sindicato foi à mesa de negociações para sustentar a negativa.

"Que lição formidável deram os trabalhadores da Marukiu", exulta *O Metalúrgico*, não deixando também de vibrar com o exemplo dado pelos trabalhadores da Mercantil Suíssa. Não suportando mais os constantes atrasos de pagamentos, esses últimos procuraram no sindicato um apoio à defesa de seus direitos trabalhistas. "Dentro da lei", o SMSBD conduziu a proposta de paralisação, aprovando-a de acordo com o figurino. Como se fazia no pré-64, na data marcada, dirigentes e ativistas "patrulharam os portões da fábrica" para impedir os desavisados de entrarem, organizando o piquete possível. Tal como na Marukiu, as retaliações da Mercantil Suíssa foram rebatidas com firmeza e unidade. Em assembléia, os grevistas tiraram uma comissão para acompanhar os dirigentes nos entendimentos com a firma. Numa mesa-redonda na DRT, o acordo foi fechado.

Por fim, refletindo a crença nos cursos de formação para fazer do trabalhador "uma força consciente na defesa dos seus direitos", a primeira página do jornal dá cobertura ao curso de legislação trabalhista ministrado pelo advogado Maurício Soares, antigo membro da JUC engajado em ministrar palestras à oposição anticomunista. As duas maiores delegações vieram de WOB e MBB, sendo menor o número do pessoal de VW, superado pela Multibrás. Entre os alunos, havia dirigentes do próprio grêmio (Bartolo Luques, Mateus Valles, Exupério, entre outros) e Pedro José de Carvalho, irmão de Derly (esses dois últimos depois iriam aderir à luta armada).. Outro futuro revolucionário era o cursista José Barbosa Monteiro, ex-aluno do ICT.

Em 1966, como foi visto, além do prosseguimento do arrocho e da rotatividade no emprego, a classe trabalhadora perdeu a antiga Lei da Estabilidade, substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Agravando os problemas, apenas um raro consenso unificou a gestão unitária durante todo o ano: ninguém creditou

---

[841] AAG, 11/10/65. Pasta assembléias 1962-75, ASG, SMABC.

competência em favor de Bartolo Luques (da WOB) à frente da Tesouraria, nem mesmo seus ex-parceiros de chapa 1.

No meio do ano, a 15 de junho, Cruz teve a oportunidade de pressentir uma das tendências em gestação do movimento operário. Numa reunião realizada na sede do SMSBD, ele fez as honras aos operários de uma comissão recém-chegada da Fris Moldu Car, firma produtora de frisos localizada na Via Anchieta. Mestre da recepção, pediu "aos companheiros que se sentissem à vontade nesta casa, pois a mesma é a sua própria casa". Se algum dos presentes sentiu no ar a familiaridade doméstica, logo foi chamado à realidade pelo próprio "companheiro presidente", que tratou de mostrar "aos presentes a presença dos diretores da empresa nesta assembléia". Cruz, a seguir, refutou as acusações patronais de "subversão" por causa da paralisação do trabalho no dia 13 anterior, mas também

> "chamou a atenção dos companheiros sobre a gravidade de tal medida feita à revelia do Sindicato (...) o único órgão que representa os trabalhadores, e só a ele compete a orientação de uma greve de acordo com a legislação vigente".[842]

Dadas as advertências, passou a palavra ao advogado Maurício Soares, que apresentou uma proposta conciliatória. Os procedimentos foram encerrados com a manifestação da concordância patronal. Os grevistas saíram de sua casa sem abrir a boca.

Não era para menos. Cruz não estava limitado apenas pela moderação da sua linha política, mas também por uma idéia fixa, a de se tornar o dirigente da categoria. Era, ainda, uma presa de uma conjuntura extremamente adversa, cheia de preceptores do sindicalismo consentido. Terceiro, a presença constrangedora dos executivos cortou a possibilidade de um contato sindical mais estreito entre o anfitrião e seus visitantes. Certamente, pairava no ar o clima carregado do medo da polícia e das demissões. De todo modo, ao qualificar a independência da iniciativa como ato *grave*, sua zelosa defesa do papel dirigente do órgão que presidia foi castradora. Com reclamação praticamente idêntica àquela feita contra VW quando reduziu a jornada de trabalho em

---

Kubota Teko, junto com Nakata e Toyota, refletiam interesses japoneses no ABC.

[842] "Reunião com os Companheiros da Fris Moldu Car", 15/6/66. Pasta Atas Diretoria, 1962-68, ASG, SMABC.

1965 — ("não reconhecer a autoridade do sindicato como órgão de representação dos trabalhadores" —, Cruz, ao puxar as orelhas de operários dispostos a lutar contra seus patrões, igualmente puxou o tapete por ele estendido aos pés de seus companheiros.

Pouco mais de um mês depois, será que a diretoria unitária se surpreendeu quando foi apurado que 4202 trabalhadores haviam dado baixa em suas carteiras de sócios em 1965? E o que terá pensado quando soube que, no mesmo período, apenas 1486 operários haviam decidido associar-se? Assim, não causa surpresa alguma constatar que, feito no final de outubro, o registro em ata de um "plano de trabalho" para a criação de comissões nas fábricas não signifique nada a não ser uma boa intenção.[843]

Desde há muito, o adido trabalhista Baker se munia de avisos acerca das aflições de Cruz e sua diretoria. Não era uma notícia isolada. "Nos três grandes sindicatos no assim chamado Triângulo do ABC, coração da indústria automobilística, chapas democráticas venceram por pequena maioria ou estão fragilmente posicionadas". Já antecipado, é meu ponto de vista afirmar uma ligeira diferença entre o SMSBD e o SMSC. Neste, o confronto entre esquerda e direita logo se fez presente em 1965, reforçando os laços da chapa da situação com a corrente dos "ex-interventores". No outro, o paradoxo proposto por Oliva para entender a relação entre os presidentes Paulo Vidal e Luiz Inácio Lula da Silva — "de continuidade sem continuísmo" — encontrou o seu lugar já na primeira gestão de Afonso M. da Cruz (1965-67). Não somente por causa da migração do interventor para a capital (fato verificado em São Caetano), mas também pela unidade da chapa de 1965 (que afirmou a meta de recuperar o sindicato e de evitar nova intervenção com um programa moderado) e ainda pelas mutações operadas e experimentadas pelo "sindicalismo autêntico".[844]

"Tivemos demorada palestra com Bernardino Testa", o interventor no SMSC. Depois dela, o agente do Deops escreveu um texto tranqüilo. O sindicalista era daqueles que, "liderados por Hermeto Dantas, lutaram no passado contra os comunistas", era um

---

[843] ARD, 29/7/66, 28/10/66. Pasta Atas Diretoria, 1962-68, ASG, SMABC.

[844] "Labor Report: Part I", 21/1/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1282, LAB 3-2 BRAZ. Oliva, *Estado Autoritário*, op. cit., p. 279.

"elemento que conhecemos há muitos anos e no qual temos confiança". "Nos contou que o sindicato está em pleno desenvolvimento". Visando a confortar a polícia, argumentou que "os comunistas estão trabalhando intensamente, mas nas bases". "Dentro da sede da entidade nada estão fazendo". Indicou ainda que o mais ativo da esquerda era Ângelo Segatti, ex-presidente, "mas que sua ação se desenvolve só na base". "No sindicato, ele, Testa, não permite qualquer ação".[845]

Mediante intensa luta interna, jaz aí a tensão pela qual o sindicalismo dos "democráticos" de segunda geração de São Bernardo (1965-67) se tornou o mutante sindicalismo dos "autênticos" dos anos 70. Enquanto o SMSC e o SMSP se coagularam em máquinas sindicais refratárias ao movimento operário, o SMSBD viveu o desafio de ser, genuinamente, um sindicato (mesmo vinculado ao Estado). Tal como os sindicalistas que apostavam na ocupação do sindicato oficial como um meio de construir um movimento social de ideologia anticapitalista e independente (e aí voltamos a Andreotti, a Braz, a Chemp, a Castro, a Borsoi, a Segatti, a Lindolfo e a tantos outros), fazer dessa entidade um verdadeiro representante do interesse da categoria (bordão dos "autênticos") significava dar respostas aos desafios colocados pelas relações estabelecidas entre capital e trabalho dentro das fábricas.

Enquanto Testa, seus pares e sucessores viam no fortalecimento da máquina sindical a saída para os problemas vividos pela classe — com isso legando o chão da fábrica às oposições —, os "autênticos" em São Bernardo, como ficará claro no capítulo seguinte, dispunham de líderes nas fábricas para fazer frente ao assédio de forças esquerdistas como as integradas pela AP e PCB nas eleições de 1969 e 1972. Precisamente, uma diferença entre Lula e Vidal foi, entre outras, a aposta feita no chamado trabalho de base. Enquanto o segundo temeu a divisão do poder, o primeiro veio a ser, progressivamente, o líder de uma corrente internamente dividida mas publicamente defensora da unidade (até o momento em que a figura de Vidal mereceu, para efeitos da memória, receber um tratamento muito mais crítico).[846]

---

[845] Manuscrito, s.d., (seguramente 1964). Aesp, setor Deops, 30-B-7, fls. 181.

[846] Entre 1965 e 1969, devido às suas dificuldades de relacionamento com as iniciativas dos trabalhadores nas fábricas, Cruz oscilou entre comportar-se como um "autêntico" e um "democrático". Após o ostracismo dos anos 70, ele retornou à militância com as grandes greves de 1979 e 1980, participando da junta interventora de 1980 como elemento da mais alta confiança de Lula e Meneguelli,

Para piorar, a situação dos trabalhadores das automobilísticas era ainda mais delicada. Além das demissões e do arrocho salarial, a indústria mudaria de perfil, perdendo sua faceta nacional. Em 1966, a VW se apoderou da Vemag e Chrysler comprou a Simca e a International Harvester. Em 1967, a Ford tomaria conta da Willys e a Alfa Romeo, da FNM. Os desafios, portanto, eram maiores.

DISCUTINDO A AUTENTICIDADE SINDICAL (1967-69)

O processo eleitoral de 1967 só fez disfarçar em cores as discordâncias e os problemas arrastados do biênio anterior. Biancatelli saiu novamente na liderança de uma frustrado rol oposicionista (chapa azul) enquanto Cruz, Ladeia, J. J. de Oliveira, Exupério e J. A. B. dos Santos reorganizaram a situação com a arregimentação de novos reforços, compondo a chapa verde. Nos novos nomes, havia futuros quadros dirigentes: Antenor Biolcatti (Ford-Willys), Rubens Teodoro de Arruda (MBB) e o promissor Paulo Vidal (Molins). Se os azuis levaram consigo ativistas willyanos (Valles, Davi, egressos do MMRS, e Mário Teixeira, egresso da esquerda), os verdes promoveram Onofre Cardoso, Newton Cardoso de Araújo e Julião Garcia Galache (todos da WOB) mas não os retiraram do contato com a base.

"Sem brigas internas", afirma um manifesto eleitoral. Com essa alusão à conturbada vida intestina do despedaçado diretório de 1965, os verdes pretendiam dar uma garantia à base, à qual também prometiam "promover o nível de classe do trabalhador" com cursos de formação sindical, trabalhista e profissional. Reconfirmado no comando, Cruz apresentou a seus colegas de diretoria em 17 abril de 1968 o informe do efeito suspensivo do dissídio, "lembrando sua repercussão junto aos trabalhadores", certamente negativa. Newton Cardoso de Araújo então chamou a atenção dos presentes para a pregação de "vários elementos" que, "nas indústrias automobilísticas", falavam

---

presidentes em 1979 e 1981 respectivamente. Nessa época, Cruz assumiu o importante papel de elo dos "autênticos" com seu passado e memória. Aí, no lugar de suas ligações com a Fitim, ele foi prestigiado como sindicalista próximo da esquerda, devido ao seu contato com "Frei Chico", irmão de Lula. Apesar disso, o pré-64, de Potomatti e Castro, permaneceu desligado.

Em Santo André, o pré-64 era muito mais difícil de ser ignorado. Diferentemente de Castro e seus camaradas, Mazzo, Andreotti, Guillen e Braz conseguiram enfrentar a repressão sem ter de sair do ABC, ou de São Paulo.

Trajetória distinta vivenciou J. B. Monteiro. Egresso do MMRS, foi para a oposição e se engajou na AP. Depois de mergulhar na luta revolucionária, foi para o exílio na Europa. Com a luta pela Anistia, era uma voz de rebeldia do operariado.

"assiduamente" sobre "a necessidade de copiarmos o sindicalismo europeu" pois que, segundo a fonte, o sindicato possuía "todo o comando".[847]

Do ponto de vista da direção sindical, o informe de Araújo objetivou um dos componentes mais ressaltados no pano de fundo da campanha salarial de 1968, a autoridade do sindicato dentro das fábricas, tanto diante dos patrões quanto junto dos operários. Haja vista tudo o que ainda estava por acontecer na França (Maio de 68) e na Itália (Outono Quente), a idealizada menção ao comando *total* do sindicalismo europeu acusava, concretamente, a falta de liderança do sindicalismo metalúrgico na indústria automobilística.[848]

Sem dúvida, a notícia da produção automobilística como terreno da luta de classes percorria o mundo. Na Renault francesa, o OS (*ouvrier spécialisé*) ressurgiu rebelde, ocupando a fábrica, confirmando sua tradição de surpreender no tempo e no espaço. Ao apropriar-se do anonimato, do silêncio, mantendo a invisibilidade, seu controle sobre a usina viria à tona em escala internacional. Na Renault brasileira (aqui instalada em convênio com Willys), os montadores do Gordini também cruzariam os braços nesse ano. Não promoverem uma ocupação, mas fizeram da fábrica o palco de sua iniciativa.

Nessa época o aprendiz e adolescente Vicente Piccoli entrou na ferramentaria da Willys. Descontado fascínio da equivalência entre imigrante e rebelde, Piccoli tinha bons mestres de ofício, muitos vindos da periferia do capitalismo europeu:

> "naquela época trabalhavam muitos estrangeiros, no pessoal da ferramentaria era 90% de estrangeiros e 10% de brasileiros. Tinha gente do mundo todo, espanhóis, gregos, italianos, ingleses, americanos, alemães. Eram bem mais avançados em automóveis e bem mais disciplinados. De vez em quando um olhava para a cara do

---

[847] "Manifesto da Chapa Verde". Pasta eleição 1967, ASG, SMABC. ARD, 17/4/68. Pasta atas diretoria 1962-68, ASG, SMABC.

[848] Em 1973, quando *Trabalhando para Ford* chegou às livrarias da Grã-Bretanha, "outros relatos sobre a vida nas fábricas estavam sendo publicados na Europa e nos Estados Unidos". Além dos países já citados, na Alemanha, Suécia e Hungria, publicaram-se livros em que se podia ver os trabalhadores desafiando a bem implanta ortodoxia primeiro-mundista de relações industriais. Pesquisando os trabalhadores da Ford inglesa no final dos 60, Beynon acreditava que o movimento operário europeu comportava um "sinal evidente do potencial para um movimento socialista de base, extraparlamentar, no seio do operariado". *Trabalhando para*, op. cit., pp. 19-20, 22, 28 (n. 2).

Ver também: Linhart, Robert, *Greve na Fábrica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. Antunes, Ricardo, *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999, pp. 40-45.

> outro, sem falar nada, e as máquinas paravam. Em duas horas estava tudo resolvido e aí eles voltavam".[849]

Naquela reunião em que constataram o problema de sua falta de liderança, quando a palavra foi facultada aos presentes, os oradores debateram o que devia ser feito dentro das fábricas e quanto de poder tinham para implementar suas posições. Valdir, da Karmann-Ghia (montadora sita à Via Anchieta), disse não estar em condições de dar parecer pois ainda precisava conversar com os trabalhadores. Noel, da Mercedes, comunicou que havia "um grande número de companheiros dispostos a uma realização". Que coisa estavam dispostos a realizar? Então, Cruz questionou: se eles mal compareciam nas assembléias, como estavam dispostos a uma *realização* do tipo "paralisação"? Araújo usou novamente da palavra para afirmar que, na Willys, era possível tirar uma paralisação parcial. Outros oradores externaram sua preferência pela convocação de uma assembléia geral da categoria. Vidal acrescentou a proposta da formação de uma comissão intersindical para "ir falar com o ministro do Trabalho". Cheio de tudo aquilo, Cruz reagiu dizendo que era melhor entregar a Passarinho "as chaves [do sindicato]" caso ele se negasse a aceitar as reclamações dos sindicalistas. Exupério inclinava-se mais para a greve, mas defendeu o chamado à assembléia antes. Onofre Cardoso viu na falta de trabalho de base o motivo de tanta "apreensão".[850]

No início de maio, a diretoria voltou a se reunir com a "finalidade específica de oficializar o afastamento" de Cruz no período entre 6 de maio e 5 de junho e liberou, por unanimidade, para participar de encontros internacionais de metalúrgicos promovidos pela Fitim. Indicou, ainda, J. J. de Oliveira para substituí-lo.[851]

Sem seu presidente, a viajar no Exterior, na seqüência das greves dos metalúrgicos de Contagem (MG), os trabalhadores pararam a Willys. Na verdade, antes e depois dela, outras fábricas também foram sacudidas por ondulações paralisantes. Considerando o caráter *selvagem* das decisões dos operários nas fábricas (isto é, não consultaram o sindicato antes de cruzar os braços), a liderança do companheiro

---

[849] *Folha de S.Paulo*, 5/8/90.

[850] ARD, 17/4/68. Pasta atas diretoria 1962-68, ASG, SMABC.

[851] ARD, 3/5/68. Pasta atas diretoria 1962-68, ASG, SMABC.

presidente saiu abalada, pois o cioso comandante não só estava fora do barco como também o próprio barco parecia errar.

A 6 de junho, Paulo Vidal comunicou

> "que atendeu (...) alguns companheiros da Willys que deram ciência ao sindicato da situação reinante (...) e que (...), caso a empresa mantenha a decisão de descontar as horas relativas às paralisações (...) poderá haver paralisação no setor da ferramentaria amanhã".[852]

O informe de Vidal, embora tenha aberto as discussões, não deu o tom da sessão. Há apenas os registros da ocorrência de debates em São Paulo com a presença de Cruz (já de volta de sua viagem) para analisar "com vários sindicatos" as paralisações ocorridas em São Bernardo. Biolcatti, por sua vez, fora a Campinas observar uma outra paralisação lá ocorrida. Depois do longo relato de Cruz sobre os conclaves em que fora delegado, a diretoria discutiu em detalhes problemas da vida administrativa do sindicato. Durante as polêmicas, Onofre criticou Vidal duramente dizendo que o Departamento Jurídico não estava funcionando a contento bem como o responsabilizou pelo "fracasso da greve na Willys" — "no que foi acompanhado pelo companheiro Julião", ex-presidente em exercício.[853]

Vendo a delicadeza da posição de Cruz, J. Galache, assim como Vidal, talvez também ambicionasse suceder o presidente. Ele era um líder dentro da Willys e, portanto, podia pensar na sucessão e ver sua estrela brilhar. Na sua intervenção, Vidal aludiu à existência de um "grupo" organizado para fazer valer seus "caprichos", sendo seus membros da Willys. A seguir, fez outras reservas, agora a Pitarelli, da VW, afirmando ter sido negligente quando a firma demitiu operários alegando justa causa. Vidal acusou Pitarelli de não ter impedido que os trabalhadores assinassem documentos reconhecendo os argumentos patronais, impossibilitando-os de "pleitear seus direitos na Justiça do Trabalho". Depois, elogiou Biolcatti. No final da reunião, Araújo pediu que a diretoria ouvisse o relato de Julião sobre a situação na Willys, oração não fixada em ata.[854]

---

[852] ARD, 6/6/68. Pasta atas diretoria 1962-68, ASG, SMABC.

[853] ARD, 6/6/68. Pasta atas diretoria 1962-68, ASG, SMABC.

[854] ARD, 6/6/68. Pasta atas diretoria 1962-68, ASG, SMABC.

Seguramente, as fábricas eram um campo tão arriscado (repressão e adversários políticos) que Vidal já estava defendendo a sua menina dos olhos caprichosamente. "Atualmente estamos mais preocupados é com o início da construção da nova sede do Sindicato", ele desconversou, prometendo

> "um prédio modernissimo de oito andares (...). A obra vai custar no mínimo um bilhão de cruzeiros velhos. Querendo, o fotógrafo pode até tirar um fotografia para publicar no jornal".[855]

Rapidamente pincelada acima, as posições de Paulo Vidal sobre a aplicação do "sindicalismo autêntico" (formar comissão para conversar com o ministro do Trabalho, atender, sem insuflar, as comissões vindas das fábricas com intenções de greve e apontar para o trabalhador o caminho das queixas na Justiça) aparece mais bem delineada no Manifesto e no *Boletim Informativo* da chapa verde para o pleito de 1969, de que o mecânico da Molins emergiria presidente do SMSBD.

No biênio 1967-69, afirma o Manifesto, "foram resolvidos vários problemas que nenhuma diretoria tinha sido capaz de enfrentar", "todos já conhecem nossa nova sede: ampla, moderna, digna". Adicionalmente, aponta para a cooperativa de abastecimento para refutar as "calúnias" dos azuis de serem os verdes uns "pelegos", dizendo que eles, os verdes, muito fizeram pela categoria enquanto que os adversários nada conseguiam realizar ou provar. A situação, além disso, afirma ser desligada do governo e dos patrões e de ser a favor da liberdade sindical.[856]

Entre os feitos da autodefinida "chapa de realizações, progresso e luta", o supracitado boletim expõe a reforma a ser feita na fábrica de motores da Willys, "onde o calor e a poeira estavam acabando com a saúde dos trabalhadores". "Graças aos esforços do Sindicato, principalmente do companheiro Julião" [Garcia Galache], a chapa verde podia noticiar uma reformulação "completa" nas condições de trabalho. "Continue prestigiando seu sindicato", exorta, "pois outras coisas poderão ser feitas". Entre elas, "está chegando ao fim o processo de insalubridade do tratamento térmico,

---

[855] *Jornal da Tarde*, 29/05/68.
Citado em Almeida, Antônio de, "Novas Leituras para Antigas Lutas: Representatividade e Organização Coletiva entre Trabalhadores do ABC Paulista - 1964/1990". In: *Revista Brasileira de História*, v. 19, nº 37, 1999. Discordo do autor quanto à sua afirmação de que a diretoria do SMSBD "sequer tomara conhecimento dos acontecimentos".

[856] "Manifesto da Chapa Verde". Pasta eleição 1969, ASG, SMABC.

graças aos esforços do Departamento Jurídico". Toda a seção foi considerada insalubre, implicando 20% de adicional nos salários dos trabalhadores. "Foi mais uma vitória do Sindicato", comemora, "que, apesar de todas as fofocas, continua trabalhando".[857]

SER AUTÊNTICO NO INÍCIO DOS ANOS 70

Com Vidal na Presidência (1969-72), cargo no qual seria confirmado na gestão seguinte (1972-75), o sindicalismo autêntico dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema iria se desfazer de seu traço igrejeiro e encaminhar a pacificação das lutas internas. Mas não perderia (nem nas gestões posteriores, presididas por Lula) o seu caráter personalista. Vale notar, entretanto, que isso não suprimia a pluralidade presente dentro das próprias diretorias, ou da categoria, acerca do entendimento sobre o que era ser um sindicato "autêntico".

Na sua primeira gestão, Vidal disse ter enfrentado três problemas: a exaustão da máquina sindical ("à beira da falência"), um "assistencialismo" extremado (quer dizer, um sindicato sem formulação política) e, terceiro, descrédito nas bases. Após proceder ao saneamento das finanças, Vidal não descurou do assistencialismo, da máquina administrativa e da política. Foi sob sua liderança que a concepção e prática sindicais do período pós-intervenção finalmente se instituíram como a corrente sindical dos "autênticos", saindo das polêmicas, discursos e textos para se tornar uma força política no cenário do movimento laboral brasileiro. "Nossa diretoria", disse ele acerca da gestão de 1972-75, "tinha uma postura antiempresarial e anticomunista".[858]

Olhando para uma infrutífera luta interna, para o desprestígio de Afonso M. da Cruz e, ainda, para o incômodo assédio da oposição no pleito de 1969 (que compareceu às eleições com uma chapa montada com militantes de comitês de fábrica), Vidal de fato conseguiu propiciar um avanço político. Não só conseguiu fazer frente à união das forças de esquerda numa chapa única, vencendo as eleições de 1972, como também conseguiu, neste mesmo pleito, apagar a liderança de seu antecessor (Afonso Cruz), que se ligara à outra chapa, ao mesmo tempo em que mantinha do seu lado "Lula e os outros

---

[857] *Boletim Informativo da Chapa Verde*, nº 1. Pasta eleição 1969, ASG, SMABC.

[858] *Ligação*, nº 1, 1989.

meninos", à época promissoras lideranças de fábrica).[859] Seria, ainda mais, o encabeçador da primeira chapa única concorrente a eleições (1975) na história do SMSBD.

Além de derrotar a esquerda, Vidal recusava também o sindicalismo dos "democráticos" de primeira geração e procurava se afirmar diante do empresariado e das autoridades como interlocutor de respeito. Ainda mais, reparou e modernizou a máquina administrativa e assistencial (centralizando as decisões na sua pessoa). Adicionalmente, dominava as assembléias, imprimiu um mínimo de agressividade e iniciativa às campanhas salariais e às campanhas de sindicalização, se bateu por antecipações salariais no segundo semestre e promoveu a formação sindical dos seus colaboradores. Ao mesmo tempo, estreitou relações com a qualificada assessoria do Dieese.

Precisava, primeiro, obter a lealdade da própria diretoria e, depois, dos diretores de base (lotados nas fábricas mais importantes), proeminência que deveria se ramificar na categoria, a começar pelos sindicalizados. Neste tocante, Vidal teria de convencer sua base acerca da justeza da luta em prol da dignidade operária. Numa reunião de diretoria, ele perguntou: "será que [os] 5%" — "uma vergonha" — dados pela Mercedes "compraram a dignidade do trabalhador?". Como demover o metalúrgico deste aceite em favor de "uma pauta para ser discutida"? Ao lamentar o declínio do zunzum dentro das fábricas, Vidal listou o que deixavam de reivindicar: o quadro de aviso — "porque não podemos [ir para] dentro da fábrica" —, o reconhecimento do contrato coletivo — "existe muito motivo de dispensa por prazer da chefia", sendo o operário "sempre o perdedor" ("deveria ter uma comissão para discutir em conjunto") —, e, finalmente, o delegado sindical para fábricas com 380 pessoas (para apoiar o diretor de base, "um orientador", sempre amarrado "ao pé da máquina" pela chefia para perder acesso a

---

[859] Paraná, *O Filho*, op. cit., p. 160. Ver também as páginas 111-113. Segundo José Ferreira da Silva, o "Frei Chico", irmão de Lula, "o Paulo Vidal pensava que quem cercava o Lula antes, quem era? Nego do partidão. Era eu, era o Afonso... O Paulo pensava: 'esse cara é uma liderança e os caras do partidão vão dar formação sindical para ele; então, antes que ele se forme, vou puxar o Lula para o meu lado'".

outros setores). Enquanto isso, o operador de máquinas era amarrado com a sobrecarga de tarefas: havia gente "operando três ou quatro máquinas".[860]

Outro episódio esclarecedor foi o da denúncia da rotatividade (*turn over*) nas empresas. Depois de receber uma comissão da CNTI (chefiada por Campista), o presidente Ernesto Geisel recomendou que Prieto, ministro do Trabalho, estudasse medidas para coibir abusos. Entre os sindicalistas que procuraram explorar a oportunidade, Vidal destacou-se ao saudar a solicitação de Geisel como um "'passo importante contra a marginalização a que o sindicalismo tem se submetido nos últimos anos". Ele aproveitou a oportunidade para passar à imprensa notícias das constantes demissões mensais na Volkswagen. Em vista disso, Aluísio S. de Campos, delegado regional do Trabalho, promoveu rodadas de entendimentos entre Vidal e representantes da indústria automobilística para esclarecerem as matérias saídas na imprensa. O sindicalista aproveitou essa outra brecha para requerer à DRT a juntada aos estudos de uma declaração com críticas e dados sobre demissões no setor automotriz. Por causa desse levantamento, Ford, Chrysler, Volks e Mercedes tiveram de enviar dados à DRT. Se contestaram os raciocínios levantados pelos sindicalistas, tiveram suas réplicas recusadas pelos mesmos, que reafirmaram suas teses usando os números sigilosos das empresas.[861]

Em editorial na *Voz do Brasil*, o governo prometeu uma "enérgica reação" mas, proclamando a harmonia entre as classes, classificou o problema no interesse de "segurança nacional". Em junho, Vidal conseguiu reacender o debate, voltando às páginas do *Estado de São Paulo* com o envio de um novo ofício ao MTPS sobre o assunto. Dessa vez, ele aproveitou para polemizar com os sindicalistas que haviam procurado tapar o sol com a peneira, entre eles Argeu, presidente da FMSP. Todavia, em meados de julho o ministério de Prieto ainda estava estudando a matéria.

Neste mês, porém, o SMSBD se manteria na imprensa ao integrar um movimento conjunto com os outros dois grêmios metalúrgicos do ABC em prol da reposição — não mais antecipação — salarial. Assembléias em agosto discutiram o tema e definiram em

---

[860] ARD, 19/10/73. Pasta Atas Diretoria, 1972-75, ASG, SMABC.

[861] *Opinião*, 15/4/74. Atas, 19/4/74. *OESP*, 20, 23, 25/4/74, 12/6/74, 21/9/74. Ofício, 23/4/74. Pasta campanha salarial 1974, ASG, SMABC. As citações dos dois parágrafos seguintes foram retiradas destas fontes.

28% o índice a ser reivindicado, aprovando a proposta de formalização do pedido quando da entrega de um memorial a Prieto sobre a situação do operariado. Efervescentes, três paralisações na Chrysler foram reforçadas por operações tartaruga em outras seções durante o mês de setembro. Ao pagarem 10% entre outubro e novembro, as empresas se restringiram apenas a adiantamentos, mas serenaram os ânimos.

Dentro da mais perfeita ordem e respeito, com mestres de honra, instalação das mesas, hinos, símbolos, patronos, autoridades, homenagens, menções honrosas, coquetel, o SMSBD patrocinou, o 1º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. De todo modo, o encontro deliberou um programa de luta pela liberdade e autonomia sindicais, pela negociação coletiva e direta com os patrões e pelo direito de greve, dando visibilidade pública e nacional à corrente dos "autênticos".[862]

Apesar de sobrepujar-se às esquerdas, o "autêntico" Vidal caminhava para o apogeu tendo de se preocupar com a efervescência das fábricas, onde sua autoridade era contestada por núcleos adversários. Enquanto estes estimulavam a idéia da greve, Vidal falava em apelar com recursos legais, insistência espinhosa, pois uma "operação tartaruga" podia dar mais resultado. Segundo Alfredo, "'lá na fábrica'",

> "'todos os anos, quando chegava ali pelo mês de gosto a turma costumava amarrar a produção. E esperava pelo pagamento no mês seguinte. Se não vinha aumento, parava de vez. Aí o da produção vinha conversar com os cabeças, que iam logo dizendo: sai o aumento a gente solta a produção... E só soltavam quando eram atendidos'".[863]

Ciente de que o declínio de Cruz era devido à sua insuficiência na formulação de uma linha hegemônica e, em acréscimo, à luta contra o arrocho dentro da fábrica como ante-sala da revolução social, Vidal sustentou sua alternativa com base na sua capacidade de conduzir a categoria dentro do sindicato e da lei. Ao buscar o afastamento da monotonia e descrédito das campanhas salariais anteriores — sem

---

[862] O jornal *Opinião* logo noticiou a ascensão da liderança de Vidal. Ver: nºs 102, 103, 1974. Vale notar que foi duramente criticado em carta após a circulação da matéria elogiosa.

Em ofício às empresas, Vidal pleiteia reposição de 28% fazendo referência a uma "forma mais inquietante" de descontentamento operário, as "paralisações parciais". Na hipótese de seu apelo não ser ouvido, o sindicalista promete partir "para a tomada de todas as outras atitudes legais" uma vez que "não podemos assistir de braços cruzados à ruína e à fome que nos ameaçam". Ofício, 26/9/74. Pasta campanha salarial 1974, ASG, SMABC.

esquecer-se de 1968 —, Vidal conseguia vencer as oposições nas eleições mas não nas fábricas. Depois do arruinamento da AP e do PCB pela repressão, as esquerdas se mantiveram ativas em grupos menores ou dispersos. Ao lado delas, a radicalização da linha dos "igrejeiros" também minaria a autoridade do presidente. Entre apostar na mobilização das bases para solapar o terreno dos adversários (correndo o risco de ter descentralizar o poder) e manter sozinho o pulso firme da situação, Vidal ficou com a segunda escolha.

Devido a uma formalidade burocrática, as eleições de 1975 não reconfirmaram o "novo sindicalista" no comando do SMSBD. Na chapa, não há designação clara de quem seja o presidente, mas Vidal ainda é o "encabeçador". A 3 de março, na sessão de instalação dos dirigentes em seus cargos, Vidal, abrindo os trabalhos, pregou o trabalho em equipe e a união e indicou Luiz Inácio da Silva para assumir a Presidência. Os veteranos presentes fizeram uso da palavra, deitaram falação sobre o alto valor de uma eleição com chapa única (fato até então inexistente na história do sindicato) e apoiaram o nome de Lula. Com a palavra, o virtual presidente iniciou sua intervenção com algumas frases feitas; depois "ressaltou o trabalho desenvolvido pelo companheiro Paulo Vidal". Observadas as formalidades e a hierarquia, mais desenvolto, fez uma declaração — vamos dizer assim — mais autêntica. "Professou a sua convicção de que tudo fará para o desenvolvimento de um sindicalismo forte e autêntico, cujo objetivo é a Justiça, caminho inarredável para a conquista da autêntica Paz Social". Não havendo outro postulante, Lula foi feito comandante unanimemente{ain66}.[864]

Autênticos Mutantes

Em uma de suas vertentes formativas, o termo "autêntico" não designava uma corrente sindical, mas era usado para defender o apoliticismo no movimento operário, princípio proclamado para invariável inobservância. Antes e depois de 1964, as expressões "autenticidade sindical" e "sindicalismo autêntico" eram usadas para referir-se a uma alternativa ao sindicalismo cegetista, censurado como "político", "populista",

---

[863] Sampaio, *A Capital*, op. cit., p. 91.

[864] Ata da Distribuição dos Cargos, 3/3/75. Pasta atas diretoria, 1962-75. Pasta eleição sindical 1975, ASG, SMABC.

"irresponsável", "demagógico". Simplesmente, os "democráticos" de primeira geração logo abandonaram a idéia e se encastelaram nas suas carreiras de subserviência.

Coube aos "democráticos" de segunda geração levar a proposta adiante. Desde logo forçados a incluírem a mão forte do Estado como fator de tolhimento de sua autenticidade, esta aferição, para sua própria sobrevivência, foi registrada com sutileza e segundo limites estreitos. Depois, não havia como fazerem um genuíno movimento sindical sem conquistarem aos patrões o reconhecimento quanto à obrigatoriedade de sua presença nas relações entre capital e trabalho. Para tal, careciam de conquistar a simpatia, a confiança e a adesão dos milhares de trabalhadores empregados nas firmas metalúrgicas. Isso significava ir sindicalizá-los dentro das fábricas.

Desse modo, quando a oposição cristã chegou ao poder em 1965, ela se defrontou com desafios — funcionar com independência, conquistar seu assento na mesa de negociações, fortalecer seu quadro de sócios, buscar a sindicalização operária nas usinas — iguais aos enfrentados pelas gestões adversárias anteriores (de Carniel e Potomatti). Se a fusão do MMRS com a chapa 1 levou a uma indolor limpeza dos candidatos com passado fichado na polícia política ou nas "listas negras" patronais, a luta interna durante a gestão de Cruz levou a uma nova dissidência de Biancatelli, que encabeçou — sem sucesso — uma chapa de oposição em 1967. A partir daí, no caso dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, o sindicalismo autêntico foi posse — mesmo com luta interna — de uma corrente politicamente moderada.

Isso foi reforçado pelas azedas confrontações com listas oposicionistas em 1969 (montada pela AP) e 1972 (coabitada pelo PCB), quando quase todas as forças das esquerdas foram exauridas devido tanto à escalada de violência da ditadura quanto à aliança empresarial-policial. Os autênticos não encontraram mais resistência eleitoral em 1975 nem em 1978, quando comandaram a montagem de chapas únicas. Havia oposição, sim, mas a situação não só era forte demais como também aplicava uma política de buscar assimilar internamente as pressões de divergência e contrariedade.

Nesta fase, em cujo decorrer se verifica a progressiva transmissão dos poderes de Vidal para Lula, os "autênticos" talvez tenham os últimos trabalhistas da história sindical brasileira. Queriam colaborar com as autoridades e negociar com os patrões

porque se viam como os legítimos defensores dos interesses das bases, agindo dentro da lei e sem intromissões partidárias ou eleitorais.[865]

Uma grande diferença com o sindicalismo do PUI e do CGT — a cassação do direito à greve —, ao ser superada em maio de 1978, levará a um basta na procura de oferecer um sindicalismo de colaboração e dentro da lei, suspenso em prol das decisões vindas das bases, que se decidiram pela greve dos Braços Cruzados Máquinas Paradas.

[865] Sader, *Quando Novos*, op. cit., p. 185.

10

CRIAR DOIS, TRÊS... INÚMEROS VIETNÃS

O MAIO DE 68

QUAL LEVANTE INTERCONTINENTAL?

A 16 de abril de 1967, um famoso documento do revolucionário argentino Ernesto Guevara era publicado em Havana. Nele, o Che apresentava a linha política do Partido Comunista Cubano e situava o "papel" dos "explorados do mundo", os "povos dos três continentes", América Latina, África e Ásia. Observando e aprendendo "sua lição com o Vietnã", essas populações tinham de se "libertar não importando o custo". Ao voltar-se para a América Latina, o comandante afirmou: "luta-se de armas nas mãos na Guatemala, Colômbia, Venezuela e Bolívia, e os primeiros sinais já se manifestam no Brasil". Para embasar esse projeto intercontinental, Cuba desenhava uma identidade a que os EUA jamais poderiam recorrer — e não se tratava de uma questão ideológica. "Nesse continente, fala-se praticamente uma única língua, salvo o caso excepcional do Brasil, onde o povo pode ser incluído entre os povos de língua espanhola, dada a similitude dos dois idiomas". Depois de ter enxergado um embaraçoso parentesco idiomático (causa, muitas vezes, de incompreensões), Guevara foi longe:

> "há uma identidade de tal grandeza entre as classes desses países que elas se agrupam sob uma identificação de caráter 'internacional-americana' muito mais que completa que as outras nos demais continentes. Idioma, costumes, religião, a mesma matriz, são os fatores que as unem. O grau e as formas de exploração são idênticos quanto a seus efeitos tanto para os exploradores quanto para os explorados".[866]

Se o Che levou muito além o substrato ibero-americano que o permitiu falar de uma só América Latina, essa exortação jamais poderia ser feita pelos políticos, diplomatas ou empresários estadunidenses, dado o contraste entre os EUA e toda a região abaixo da fronteira com o México. Mesmo assim, os sinais de luta armada detectados no Brasil, vistos como nós de uma frente antiimperialista mundial, devem ser ajustados dentro do enfrentamento em nacional. Se havia experiências de luta armada mais solidamente implantadas em outros países (o próprio Che voltaria a integrar colunas nas matas da Bolívia), o golpe de Estado e o experimento militar ditatorial reinaugurados na década de 60 pelo Brasil, também não eram um fenômeno restrito a um só país... um país continental. Além disso, como já foi comentado, havia muita diferença nos projetos de anexação capitalista da United Fruit ou de Kaiser. Isto é, havia lugares onde a luta de trabalhadores de uma empresa podia se revestir, desde cedo, de tons antiimperialistas, mas esse não era o caso de trabalhadores empregados em indústrias construídas sob o nacional-desenvolvimentismo.

No Brasil de 1967, nação grande e heterogênea que hospedava projetos de exploração de recursos naturais, extrativistas e agrícolas com a mesma desenvoltura geográfica que abrigou a indústria automobilística, a aplicação da "tática geral dos povos" advogada pelo Che — "atacar duramente e sem interrupção em cada ponto de enfrentamento" — não podia ignorar o fato de o Golpe de 64 ter sido dado também em nome de uma disputa geopolítica multinacional. Outrossim, talvez fosse o caso de atentar detidamente para os ensinamentos vietnamitas a fim de entender o que era, de fato, a prolongada guerra de guerrilha de um povo em suas fases anticolonial e antiimperialista. Se o Che acreditava na tendência da formação de uma onda de rebeldia armada no Terceiro Mundo (sua própria imagem era um símbolo dos movimentos de

---

[866] Che Guevara, Ernesto, *Créer Deux, Trois... de Nombreux Vietnam*. Paris, François Maspero, 1967, pp. 5, 8.

contestação em curso), os militares haviam assumido o poder em 1964 exatamente porque temiam, com todas as suas forças, a pretensa sinoização ou cubanização do Brasil. Assim, do ponto de vista das organizações marxistas-leninistas, se o momento era de embate armado e de expansão internacional, do ponto de vista dos militares no poder, eles estavam preparados para as mesmas coisas. Os indícios brasileiros achados eram, ao mesmo tempo, evidência de uma esquerda desunida e acuada. Desunida pois vivenciava um corrosivo processo de fragmentação e diversificação (havendo desde os adeptos da "teoria do foco" de Régis Debray até os defensores da "linha pacífica"). Acuada porque havia sido expulsa da sociedade civil, o que fazia a clandestinidade — situação não equivalente à luta armada — despontar como uma saída necessária.

Do hemisfério norte para o hemisfério sul, no 1º de abril de 1964, uma teleconferência uniu o secretário de Estado Dean Rusk e o subsecretário Ball a Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil. "Os líderes da rebelião pressionaram-no em prol de apoio aberto? Será que uma manifesta indicação de nosso apoio beneficiaria Goulart?", perguntou o secretário ao embaixador. "No momento", respondeu o diplomata, "uma manifesta indicação de nosso apoio seria um grave erro político" e "cairia como uma luva nas mãos de Goulart". "Devemos", propôs, "continuar acompanhando a questão de hora em hora de acordo com a evolução dos acontecimentos".[867]

No dia seguinte, numa reunião do Conselho de Segurança Nacional, o presidente Lyndon Johnson abriu o encontro dizendo aos líderes no Congresso que "o seu propósito era atualizá-los com episódios recentes". Para tal, vários membros do conselho fariam "relatos das situações em curso". Concedida a palavra ao secretário Rusk para que fizesse um "sumário dos desdobramentos no Brasil", esse culpou Jango por levar o país a iminência de um "regime autoritário" apesar dos esforços em contrário do governo dos EEUU. Procurando tranqüilizar a assistência, assegurou que a revolta em curso "não era o tradicional 'golpe' ao estilo latino-americano" mas sim uma — circunspecta e qualificada — "combinação" de civis e militares disposta a retirar o

---

[867] Teleconferência, 1º/4/64. Declassified Documents Reference System, 1976/50 B. Johnson Library, National Security Files, Countries, Brazil, vol. 2. LC.

Ver Também: Sá Corrêa, Marcos de, *1964 Visto e Comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L & PM, 1977, p. 131.

país do curso de um pretenso destino desastroso. O continente, na seu ponto de vista, estava ameaçado pelo comunismo, e o levante brasileiro, como solução, não faria assentar de novo a velha figura do general da República de Bananas na poltrona da Presidência até porque, ele garantiu, "os líderes militares no Brasil há muito se têm visto como guardiães do processo democrático". Os EUA, nesse sentido, "não tiveram de arquitetar a revolta. Ela foi um esforço inteiramente indígena".[868]

Quando o senador Morse acusou sua impaciência — um tanto míope, é verdade — ao dizer que esperava a chegada do "tempo (...) em que poderemos ganhar alguma coisa com essa nova ajuda", o presidente replicou sacando seu apoio aos rebeldes afirmando-lhe que "estamos trabalhando duro (...) para prover o auxílio econômico que o novo governo brasileiro irá precisar". Johnson, é claro, sabia quanto os EEUU ganhavam com esse tipo de préstimo. Encerrando o informe sobre o Brasil, ele então "se voltou para a discussão da nossa política com relação ao Vietnã".[869]

Semanas depois, um telegrama da CIA deu a conhecer a visão do general Costa e Silva, ministro da Guerra, sobre a "revolução brasileira". Com triunfal exagero, o militar retribuiu os elogios feitos nos EUA acerca da capacidade dos nativos em darem o seu próprio golpe e se empolgou: "de todos os principais países seriamente ameaçados pelo comunismo depois da Segunda Guerra Mundial, o Brasil provou ser uma rara exceção quanto à necessidade de assistência do governo dos EEUU". "Graças à Revolução de 1º de abril", jactou-se, "nem um soldado estadunidense foi morto e nem um dólar foi enviado para prevenir uma tomada de poder comunista no maior e mais importante país da América do Sul".[870]

Soldados estadunidenses não perderam suas vidas, mas muitos dólares foram gastos, independentemente das negativas. Apenas cruzeiros e neurônios nativos foram usados — essa é a versão oficialmente correta defendida pelos interessados em disfarçar não só o envolvimento do governo dos EUA como também a implicação dos empresários estadunidenses na conspiração. Precisamente por isso, o nome Willys só aparece uma vez no livreto comemorativo da vitória do golpe, *The Country that Saved*

---

[868] Memorando, 2/4/64. Declassified Documents Reference System, 1985/467. LC.

[869] Memorando, 2/4/64, LC, fonte já citada.

[870] Telegrama, 16/6/64. Sá Corrêa, *1964 Visto*, op. cit., p. 57.

Itself. Publicado por Reader's Digest, além de saudar a vitória dos rebeldes, sua preocupação maior é com a tese da autonomia nacional. Lincoln Gordon declara: "os historiadores no futuro bem poderão registrar a revolução brasileira como a mais singular e decisiva vitória para a liberdade em meados do século 20. Esta revolução foi feita em casa e do tipo faça você mesmo, tanto na idéia quanto na aplicação. Nem um dólar ou célula cinzenta estadunidenses foram envolvidos!". A única menção à Willys, ou a uma firma estrangeira, está no Aero Willys modelo 61, declarado no ascético patrimônio do presidente Castelo Branco. Entre os credores do golpe, Paulo Aires Fº, exalava triunfo e hipocrisia, prometendo: "devemos agora estar cientes que nós empresários devemos pensar não só em lucros mas também no problema social do nosso país. Temos de provar que a livre iniciativa pode dar o melhor resultado para *todo* o povo".[871]

Menos desinteressada, a verdade era a pauta anticomunista, superior ao altruísmo de fazer a diferença em benefício do povo para salvá-lo das mãos do comunismo. Nesse momento, em acréscimo, o que ainda não estava claro era como se desenrolaria a nova experiência desenvolvimentista brasileira (a qual terminou por patrocinar a oligopolização da indústria automobilística). "Quando homens de negócio viram revolucionários", essa é a manchete de *Fortune* para contar a "inédita" história da trama que derrubou um governo "infestado de comunistas", apregoando, ainda, a volta dos investimentos privados (Willys, Philips e ASEA). Entre os destaques do desfile sob o Arco do Triunfo, Antônio Cunha Bueno, William Max Pearce, David Beaty III, respectivamente organizador e manifestantes da Marcha da Família com Deus pela Liberdade (os três da direção da Willys do Brasil).[872]

---

[871] Hall, Clarence, *The Country that Saved Itself*. Reader's Digest (edição especial). AN, Fundo Ipes, AP 25, caixa 51, pacote 2.

Segundo papéis liberados recentemente (decupação das gravações das conversas na Casa Branca no governo Kennedy), o envolvimento dos EUA com a trama anti-Jango começou em 1962 e, desde então, gastou-se muito dinheiro. *Gazeta Mercantil*, 21/7/2000. A versão oficialmente correta foi reposta por Lincoln Gordon em seu artigo, "Os EUA e a Deposição de Goulart". *Folha de S.Paulo*, 10/9/99. (Agradeço a Paulo Fontes a indicação dessas fontes.)

[872] *Fortune*, setembro de 1964. AN, Fundo Ipes, AP 25, caixa 21.

É claro que havia uma divisão internacional do trabalho. João Batista Leopoldo Figueiredo, da Scania, chefiava o Ipes do Rio. Suas ligações com o MSD e a oposição empresarial brasileira ao governo Jango com certeza eram mais fortes das de Pearce, mas isso não prendia este último numa camisa de força. Sobre a atuação do primeiro, ver: Atas de reuniões, 1961-64. AN, Fundo Ipes, AP 25, caixa 3. Sobre a atuação de Cunha Bueno, ver: Aesp, Arquivo Cunha Bueno, AP 123.

Ao rebater a irritação do senador Morse, o presidente Johnson se referiu à ajuda financeira apenas, mas ele mesmo inspirara o planejamento da operação Brother Sam, que consistiu em providenciar apoio logístico (munição, armas e combustível) para os rebeldes, sem falar na mobilização do porta-aviões Forrestal e de outras peças ostensivas da máquina de guerra do império. A 31 de março, numa teleconferência com o subsecretário Ball e secretário de Estado para Assuntos Latino-Americanos Thomas Mann, o governo dos EUA, com base nas informações que chegavam do Brasil, já decidira remeter uma força tarefa naval na direção das águas oceânicas vizinhas ao Porto de Santos, com chegada prevista para 10 de abril. No meio tempo, precaveram-se seus dirigentes deliberando "averiguar os desdobramentos" e atestar a necessidade de comandos militares mais diretos. Com isso buscavam prevenir-se de embaraços com a "comoção pública". Considerando a conjuntura política local confusa e incerta, não desejavam se "comprometer antes de saber qual rumo a coisa vai tomar". De todo modo, "o presidente" havia sido muito claro ao dizer que "devemos dar cada passo para qual estamos preparados e fazer tudo o que for necessário como se estivéssemos no Panamá".[873] Um documento ultra-secreto do Estado-Maior Conjunto (EMC) dos EUA (também de 31 de março) precisa a dupla face da "finalidade" da operação do autodefinido irmão Sam: "manter a presença norte-americana" e "estar preparada para cumprir missões que venham a ser ordenadas".[874]

Acionada em 31 de março de 1964 pelo EMC do governo Johnson para assistir os militares e políticos na sua marcha contra o presidente Goulart, a operação Brother Sam foi conduzida, passo a passo, por meio do contato permanente entre a Embaixada no Rio e os sítios do poder central dos EUA, a Casa Branca entre eles. Em seu livro, Marcos Sá Corrêa menciona testemunho do brasilianista Thomas Skidmore, que declarou ter passado a noite de 31 de março sob a hospitalidade do embaixador Lincoln Gordon, indicando ter havido consultas de conspiradores autóctones com diplomatas estadunidenses pleiteando apoio material. Gordon, de fato, foi um elo importantíssimo na ligação dos rebeldes com os EEUU.[875]

---

[873] White House, memo, 31/3/64. Declassified Documents Reference System, 1995/1120. LC.

[874] Sá Corrêa, *1964 Visto*, op. cit., p. 32.

[875] Sá Corrêa, *1964 Visto*, op. cit., p. 16.

Deslizando dos mares caribenhos, a força tarefa não apresentava a ansiedade da intervenção militar direta, sendo progressivamente desmontada já a partir de 2 de abril, mais de uma semana antes da data de chegada ao seu destino no Brasil. Dada a opção de Jango por não resistir, o EMC entregou a Gordon, entre os dias 2 e 3 de abril, a decisão tanto de manter o envio das armas e munições quanto de determinar o caráter "definitivamente" desnecessário de "demonstrações americanas de poder naval". Também sob a alçada do ex-professor de Harvard ficou a "parte do movimento político". Menos de uma hora depois, ele recebeu outra mensagem do EMC participando-o das "precauções para encobrir e dar recuo rápido em todas as operações", o que devolveria as unidades mobilizadas às "operações normais" — de patrulhar o mundo — em águas internacionais ou amigas com direção "às áreas que se achar conveniente".[876]

Em uma das teleconferências realizadas em primeiro de abril, Gordon informou que "exceto por Ademar e alguns paulistas", os conspiradores não estavam pedindo armas ou clamando pela intervenção militar estadunidense. Entre os "alguns paulistas" estava Paulo de Lacerda Quartim Barbosa, diretor de Willys-Overland do Brasil. A 19 de março, ele conversou longamente com dois diplomatas, Reynolds e Lyon, na sede do Consulado Geral dos EEUU e à mesa do restaurante Fasano. Recorrendo à influência dos nomes de seu pai, Teodoro Quartim Barbosa, banqueiro do Comind, e do governador Ademar de Barros, o diretor de Willys disse: "estamos nos preparando para lutar nas ruas" e expôs então sua atuação na organização de frentes anticomunistas no interior do estado para armar grupos direitistas. Ele falou em seguida dos problemas de obtenção de armas e munição e de financiamento. Apontando também para as tarefas de providenciar veículos, acrescentou os problemas tidos com Volkswagen e Vemag e informou das cautelas tomadas por "sua própria companhia" na hora de doar carros. Confiante, afirmou que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, marcada para aquele dia 19 de março, seria um sucesso, servindo como fator de coesionamento entre civis e o Exército.[877]

---

[876] Mensagens do EMC, 2/4/64-3/4/64. In: Sá Corrêa, *1964 Visto*, op. cit., pp. 49-53.

[877] Teleconferência, 1º/4/64. Declassified Documents Reference System, 1976/50 B. Johnson Library, National Security Files, Countries, Brazil, vol. 2. LC. (Ver Também: Sá Corrêa, *1964 Visto*, op. cit., p. 131.) Memorando de conversação, 19/3/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files,

Embora não tenha recebido "encorajamento" nos seus pedidos de recursos financeiros e materiais, a pauta de demandas de Paulo Quartim Barbosa coincide com parte do apoio logístico que os EUA estavam dispostos a dar aos revoltosos. Não se tratava de mero acaso. Nos dados biográficos coligidos pelos serviços de informações do Consulado, "sua família" não só era tida como "uma das mais ricas e mais poderosas do Brasil" bem como "ele e seu pai" são apreciados por causa de seus "laços com negócios dos EEUU por meio da Willys-Overland do Brasil, de que seu pai foi o presidente do conselho consultivo".[878]

Quando o presidente Castelo nomeou Paulo Egídio Martins para o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) em janeiro de 1966, a estrutura do grupo em que Quartim Barbosa estava inserido ficou ainda mais clara. "Especificamente", Martins "estava envolvido com um grupo visando a propiciar logística para uma revolução", uma "célula" composta pelo tenente coronel Resstel e pelo general Osório, "ambos entre os principais organizadores da Revolução no interior do II Exército". A esse "grupo de rebeldes" estavam associados "dois dos mais proeminentes e influentes conspiradores de São Paulo: Paulo Quartim Barbosa, tesoureiro de Willys-Overland e filho de Teodoro Quartim Barbosa, presidente do importante Comind, e o bem relacionado Hermann Barros, do Banco Sul América". Nesse sentido, as "credenciais revolucionárias" do novo ministro eram "absolutamente impecáveis".[879]

Diferente do oitavo capítulo — em que o envolvimento da diplomacia estadunidense com os negócios e o destino do Brasil aparece ditando as orientações gerais da superpotência amiga (diretrizes não necessariamente atadas aos investimentos dos cidadãos estadunidenses) —, neste décimo capítulo veremos parte da implicação do governo dos EUA diante crescimento do antagonismo à ditadura. Para tal, a análise deslocará as famosas greves de Osasco e Contagem de sua posição absolutamente central nos acontecimentos de 1968 para reinseri-las no cinturão industrial em que, aí

1964-66, box 1933, POL 6 BRAZ.

Junto com outros dois membros da direita paulista, Paulo Quartim Barbosa se inspirou na Greve dos 700 Mil para se bater pela urgente queda de Jango. Ver: Dulles, John, *Unrest in Brazil*. Austin, University of Texas Press, 1970, p. 243.

[878] "Biographic Data", 26/3/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1933, POL 6 BRAZ.

[879] "Paulo Egídio Martins", 21/1/66. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files,

sim, os EEUU possuíam todo o atrativo e egoísmo diretos, havendo uma Chrysler em Santo André, uma GM em São Caetano, uma Ford-Willys em São Bernardo, uma Ford em São Paulo e outra em Osasco. Em paralelo ao crescimento da resistência dos movimentos sociais, essas empresas tinham de fazer frente ao poderio comercial da alemã Volkswagen.

O Vôo de Passarinho

Em fevereiro de 1967, logo após a sua posse como senador pela Arena, o coronel Jarbas Passarinho foi nomeado pelo general-presidente Costa e Silva para exercer o comando do MTPS em substituição a Nascimento e Silva, o terceiro e último titular no governo anterior, de Castelo Branco. Para Passarinho, era uma grande oportunidade de ambicionar uma carreira política nacional. Não era, porém, uma missão das mais fáceis. A pasta estava cheia de problemas vindos de todas as partes do território. A unificá-los, os temas do pós-64: arrocho salarial, demissões, restrições aos direitos dos trabalhadores e a rígida supervisão do Estado sobre os sindicatos.

Cerca de três meses depois, Passarinho se encontrou com Melvyn Levitsky, assessor político do CGEUA, e seus acompanhantes, parceiros da Aliança para o Progresso, recém-chegados do Tennessee. Ao falar dos inúmeros problemas com que se defrontava, o coronel, sem mencionar administrações pregressas, ressaltou a facilidade com que os assuntos trabalhistas podiam ser resolvidos tendo-se à mão instrumentos como os atos institucionais. Todavia, ponderou, a Constituição brasileira de 1967 era bastante *liberal* no que tocava aos direitos dos trabalhadores, emendando então a velha promessa de executar uma política que desse uma "grande dose de liberdade" a um operariado cujos líderes sindicais mal conseguiam levantar a cabeça diante dos donos do poder.[880]

Depois de desembrulhar seu currículo com a menção a seu combate ao comunismo à frente do governo do Pará, o ministro Passarinho sabia que era seguramente desgastante continuar com os mesmos métodos da "operação limpeza". Já

1964-66, box 1937, POL 15-1 BRAZ.

[880] Memorando de conversação, 30/6/67. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 3-2 BRAZ.

era hora de se voltarem para a classe trabalhadora com outros pacotes em mãos. Por isso, ele declarou a seus visitantes que "o governo não podia — e não devia — atuar de modo repressivo". Antes, "deveria *criar* sindicatos democráticos e responsáveis". Nada a ver, esclareceu, com o "paternalismo" da era anterior. "Um dos seus maiores problemas", individuou,

> "era o desenvolvimento de líderes sindicais autênticos — não para a compra de apoio político como rezava a tradição anterior, mas sim para liderar o movimento operário responsavelmente e com objetivos legítimos".[881]

Em outubro, ao analisar os primeiros seis meses de Passarinho no MTPS, a Embaixada dos EUA já dispunha de uma opinião sobre sua administração. O coronel visou a manter uma postura "amistosa" ante a classe trabalhadora e se permitiu umas "poucas concessões menores", nada que o distinguisse das administrações passadas. Adicionalmente, não se esperava dele nenhuma mudança significativa na esteira da promulgação da nova Constituição, vigente desde março. No lugar disso, os observadores concordavam com a crença do ministro acerca da impossibilidade de ratificação da Convenção 87 da OIT pelo Congresso. Como resultado, a representação diplomática previu: "estamos entrando em um difícil período — de participação renovada e destacada das facções comunistas e de esquerda do pré-64 — na disputa política sindical".[882]

No ano seguinte, 1968, as greves dos metalúrgicos mineiros e paulistas acrescentariam-lhe uma certa perplexidade ao provocar-lhe a elaboração de novas questões. Como os trabalhadores estavam conseguindo se organizar para paralisar suas atividades dentro das fábricas depois das séries de perseguições e demissões? Como era possível o florescimento de comitês de fábricas mesmo sob o uso mais extremado dos dispositivos corporativos ou repressivos da estrutura sindical oficial? No caso de Willys-Overland, por que isto acontecia dentro de uma fábrica estadunidense renomada

---

[881] Memorando de conversação, 30/6/67, Nara II, fonte já citada.

[882] "Brazilian Labor Trends", 11/10/67. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 2 BRAZ.

por ter boas relações trabalhistas? Muitos dos elementos para responder a essas questões podem ser encontrados no exame desse período pressentido como *difícil*.[883]

Tal como havia acontecido nas eleições subseqüentes ao relaxamento das intervenções, os sobreviventes à repressão buscavam retornar silenciosamente às direções dos grêmios por meio de chapas de composição ou de frentes oposicionistas, meta facilitada pela folha corrida das situações, pois manter a sustentação ao regime era uma posição de espinhosa defesa. Por não terem independência, muitas direções sindicais eram mais irresponsavelmente governistas do que no pré-64. Então, para manterem-se no poder, precisavam arrefecer o assédio de seus adversários, o que as fez adotar duas posturas básicas.

No caso dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, a coesão da chapa única de 1965 foi desfeita em 1967. Para vencerem a esquerda, Cruz e seus aliados enfatizavam que era precisar acabar com as brigas internas e o radicalismo da ala concorrente e, então, criar condições para a satisfação — ordeira e legal — das demandas a grassarem na base. Nessa altura, aos olhos dos observadores estadunidenses, esses sindicalistas não eram discernidos dos de São Caetano como "autênticos", mas igualados como "moderados", havendo inquietação com os metalúrgicos de Osasco e Guarulhos, onde a esquerda havia voltado ao poder.

No caso dos metalúrgicos da capital, criticar a oposição imputando-lhe a pecha de "divisionismo" e "arruaça" não era suficiente. Nos arquivos da polícia política, há um relatório que permite suspeitar que a OSM-SP era vigiada em conjunto pelo SMSP e pela polícia, havendo troca de informações entre ambos. Essa fonte sugere que as panfletagens da oposição sindical nas portas das fábricas provocavam na situação uma certa gana de lavrar flagrantes. "A própria diretoria do sindicato está empenhada em pegar em ação os distribuidores dos boletins", tendo "destacado elementos de sua confiança" para tal.[884] Deve-se acrescentar ainda a existência de espias nas empresas

---

[883] A resposta dada pelos diplomatas não pode ser conhecida em sua inteireza. Devido a seu conteúdo apresentar "informações de segurança", o relatório "Recente Onda de Greves na Indústria Automobilística Paulista" foi retirado do acesso à pesquisa. Até agora, o pedido de sua liberação não foi atendido. Mais adiante, porém, outros documentos serão analisados, possibilitando, assim, alguma compreensão. "Recent Wave of Strikes in São Paulo Auto Industry", 31/5/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 6-1 BRAZ.

[884] Relatório, 3/2/72. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1989.

encarregados de avisar as chefias, a polícia ou o SMSP das iniciativas da OSM. Neste caso, os embaraços para construir uma imagem "autêntica" de sindicalismo levavam à sua aproximação com os métodos do autoritarismo.

Essa vinculação era agravada pelo fato de os salários reais continuarem a ser "mantidos em queda" não obstante "a significativa contenção da inflação". Conseqüentemente, a diplomacia estadunidense acreditava que "setores decisivos do movimento sindical ainda estão indefinidos e abertos à recorrência de uma guinada à esquerda, tanto nacionalmente quanto internacionalmente". "A situação estratégica do movimento operário no longo prazo continuará contra nós" (o governo dos EUA). Essa suposição, pensava, só seria frustrada se as curvas do arrocho não fossem revertidas e não fossem, ainda mais, implementadas as necessárias medidas de transformação da estrutura sindical prometidas desde 1964. Por causa disso,

> "no decurso das negociações do último plano de empréstimos, o governo dos Estados Unidos tomou uma medida firme no sentido de reforçar a negociação coletiva (...); e o decreto 229 de 28 fevereiro de 1967, pela primeira vez, instituiu a negociação coletiva entre sindicatos e empregadores (sozinhos ou em grupo)".[885]

Se o regime militar fazia concessões menores quando estava de pires na mão, num segundo momento, um outro decreto-lei baixou o dispositivo de anulação de qualquer negociação salarial fora das conformidades da política econômica oficial. Apesar disso, repetitivamente tolerante com os generais amigos, a diplomacia geralmente estava alerta a um sinal positivo. "Sindicatos e empregadores", indicou, "estão começando a assinar acordos sobre benefícios indiretos e condições de trabalho". Na verdade, essas trativas constituíam apenas o saldo restante da subtração do poder sindical de celebrar acordos salariais. No setor metal-mecânico paulista, essa pauta nunca produziu nada além de um impacto marginal. Nos anos 70, veio a ficar conhecida como "cláusulas sociais", itens trabalhistas que o Grupo 14 da Fiesp aceitava tratar

---

[885] "Brazilian Labor Trends", 11/10/67. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 2 BRAZ.

É por causa disso que a Embaixada enviaria para o Department of State a tradução do artigo de Sussekind em favor da adoção da negociação coletiva. Ver: "Labor: Wage Policy and Collective Bargaining", 21/8/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 11 BRAZ.

apenas em número reduzido, negando-se, sempre, a reconhecer direitos sindicais, como a existência de delegados dentro das fábricas. Tudo o que não fosse legal era ilegal, alegava, e, assim, boa parte das reivindicações não era nem contemplada pelas negociações.[886]

Em que pese sua importância, negociar cláusulas sociais não abrandava o sentimento de injustiça diante da divisão desigual das cotas de sacrifício entre as classes sociais. Por isto mesmo, o "principal fator" para a persistência das oposições era a "reação operária ao declínio do salário real e das condições de trabalho e às contínuas restrições do governo brasileiro sobre os sindicatos e os direitos trabalhistas". Além de permitir às esquerdas erguer uma ampla bandeira de unificação, o estado de coisas criava fortes embaraços às "facções sindicais democráticas que aceitaram e suportaram" o Golpe de 64, nomeadamente os "ex-interventores", o que os diferenciava dos "democráticos" de segunda geração, os quais não precisaram de se pronunciar publicamente sobre a queda de Jango.[887]

Se os líderes sindicais a favor do regime não conseguiam levar resultados para sua base, as comemorações do Primeiro de Maio de 1967 deixaram entrever o porquê. No seu palanque, ao pedirem a revisão da legislação salarial e da estabilidade no emprego, ao proclamarem o direito de greve e ao invocarem autonomia, centraram seus apelos em cima de itens muito justificados. No entanto, com um quê de melancolia, a Embaixada estadunidense registrou que houve "considerável desapontamento" com a mensagem presidencial, cujo texto não respondia a nenhuma dessas tão notórias demandas. Fracos demais para fazerem valer suas declarações de independência, os "ex-interventores" e os "democráticos" de segunda geração sabiam que seus apelos de revisão da legislação não surtiriam efeito.[888]

Em São Paulo, Jack Liebof não deixou de atentar o cancelamento do "tradicional ato público do Primeiro de Maio promovido pela Igreja-e-governo". Tal suspensão não significou, necessariamente, mais um capítulo de esquecimento do

---

[886] "Brazilian Labor Trends", 11/10/67, Nara II, fonte já citada.

[887] "Brazilian Labor Trends", 11/10/67, Nara II, fonte já citada.

[888] "Brazilian Labor Trends", 11/10/67, Nara II, fonte já citada.

operariado pelo governo. Isso, na verdade, já se consumara anteriormente. Era a constatação do fato apenas. "Muitos observadores locais" — esse era o xis da questão — "duvidavam que a Igreja e as autoridades conseguissem juntar uma multidão respeitável". Em contraste, na comemoração do ABC, a luta por melhores salários e condições de trabalho estava diretamente ligada à liberdade e autonomia sindicais e ao fim da ditadura. Sem ter conseguido reunir dezenas de milhares de trabalhadores, os organizadores do evento no "satélite industrial" de Santo André promoveram uma manifestação oposicionista pública e radical. "Uma simbólica bandeira dos EUA foi queimada", agravo que Liebof notou como sinal de antiamericanismo.[889]

Não era um sinal desprezível, pois se tratava do último nó a ser desatado quando a luta contra o arrocho salarial precipitasse o fim da ditadura e uma redefinição da inserção do país no cenário internacional, o que certamente implicaria um repúdio do grande capital multinacional. Pelo menos, era essa a linha de pensamento da esquerda revolucionária. Por isso, tratava-se também de um traço do "aspecto mais controverso e significativo das atividades do MIA", ou seja, o assalto frontal de um ajuntamento antiditadura em geral integrado por padres operários, militantes eclesiais de base, estudantes, diferentes ativistas (sindicais e partidários) de esquerda. Numa escalada, esse bloco interferira, no final do ano, em assembléias do MIA no SMSP, no SMSA e no SMO, empunhando alto as faixas de fim do arrocho e do regime não só nos salões sindicais, mas também em passeatas pelas ruas. Diante das dificuldades dos "ex-interventores" e dos "democráticos" de segunda geração em conter as demonstrações da oposição metalúrgica em Santo André e do diretório de Osasco, o delegado regional do Trabalho Moacir Gaya, quando contatado pela diplomacia estadunidense, replicou com a possibilidade do recurso ao arsenal repressivo e não alimentou esperanças de transformações na política do governo.[890]

---

[889] "Brazilian Labor Trends", 11/10/67, Nara II, fonte já citada.

[890] "Radical Students", 29/12/67. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1221, LAB 11 BRAZ.

Defendidos em 1964, os mesmos interesses da paz social capitalista voltaram a se ver considerados ameaçados entre abril e julho de 1968, meses de greve para os metalúrgicos das conurbações de Contagem, ABC e Osasco.

A 24 de abril, a Embaixada dos EUA enviou ao Department of State seus comentários sobre matéria veiculada no *Jornal do Brasil* (23/3/68) — um "quadro eloqüente da vida do trabalhador desqualificado médio". Segundo os dados apurados, 49,2% dos trabalhadores urbanos percebiam um pouco mais do que o salário mínimo regional legal. Na sua pobreza, além de ser representativo do migrante que continuava a chegar nas grandes cidades, Nilton Batista foi uma das poucas personagens das classes subalternas que o serviço diplomático estadunidense achou por bem individuar; menos pela sua capacidade de se *intrometer* na *política*, mais por sua impressionante ética de trabalho, construída diante de forças em contrário, como o baixíssimo ordenado e sua desqualificação profissional.

Batista era operário da indústria de construção civil. Deixou mulher e três filhos pequenos no Espírito Santo para chegar no Rio impulsionado pela "'esperança'" e animado pela bravura. "'Na cidade grande'", ele contou à reportagem, "'há muito trabalho e o homem que não tem medo de trabalhar segue em frente'". Depois de três meses na capital carioca, ainda não conseguira progredir. Trabalhava 65 horas por semana (dez horas de segunda a sábado mais cinco no domingo), tinha de acordar às 4h00 para chegar na construção e voltava às 23h00 para sua vaga num quarto coletivo de uma pensão para trabalhadores. Para separar uma quantia a ser mensalmente remetida à sua família, ele afirmou não ter tomado nem um refrigerante nesse período. "'Já estou convencido que o Rio é uma ilusão'", admitiu. Mas o problema, explicou, é que não havia trabalho em seu estado.[891]

Numa fase desfavorável dessas, as adversidades eram maiores para braçais como Batista. Mesmo para aqueles que se consideravam profissionais. Atingido pela recessão do Paeg, acantonado num canteiro de obras, um operário explicou suas predileções articulando qualificação e amparo legal ao trabalhador:

---

[891] "Story of an Unskilled Wage Earner", 24/4/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 11 BRAZ.

> "eu trabalho na construção civil. Eu prefiro trabalhar na indústria. Tenho o meu ofício, a indústria paga os direitos do empregado, tem o sindicato para dar os direitos do empregado. Tenho o meu ofício, prefiro trabalhar na indústria".[892]

Diante dos cortes, esse trabalhador poucos meios possuía para evitar as inevitáveis dispensas. Nas palavras de um industrial, ele "exaure esses recursos" e, sobressalente, se vê a procurar emprego fora da indústria, submetendo-se a condições ainda piores de proletarização. Sem medo do trabalho duro e disposto a não ficar parado, esse trabalhador teria de lançar mão de macetes distintos do relato abaixo, quando, numa fase de expansão, a indústria tinha fome de braços.

> "Cheguei aqui em São Paulo e não tinha profissão nenhuma. Cheguei numa fábrica e tinha uma placa de rebarbador. Aí eu peguei e falei: 'moço, essa placa de rebarbador é para fazer barba?'. Ele falou: 'não, isso aí é para tirar rebarba de corte de fogão'. Eu falei: 'bom, eu sou rebarbador'. 'Então você vai fazer o teste'. Eu fiz o teste. Passei. Aí ele olhou a peça do outro e olhou a minha e falou: 'Ah, o seu [serviço] tá melhor, então você vem trabalhar amanhã'. Quando eu cheguei lá, ele me fichou e eu fiquei trabalhando" (risos).

Entre os "novos" truques, a greve branca. Cerca de três semanas após a divulgação daquela matéria jornalística, na terça-feira de 16 de abril de 1968, aproximadamente 1,4 mil empregados da Belgo-Mineira cruzaram os braços pleiteando 25% de aumento salarial. Esses grevistas estavam convencidos, em alguma medida, de que nem só com trabalho duro progredia o operário brasileiro.

No final de semana, 20, Passarinho chegou em Minas para uma "tentativa de conciliação". Fracassado no seu intento, o ministro foi fiel ao seu estilo e, curto e grosso, ameaçou: ""se as greves são o começo de uma contra-revolução, se vocês querem lutar, nós também estamos a postos, e vocês são o lado mais fraco'". Porém, após uma semana de paralisação ininterrupta, na terça seguinte, 23, a parede na Belgo recebeu o reforço dos trabalhadores da Mannesmann e outras usinas, totalizando 9 mil grevistas. Nesse momento, a PM ocupou as fábricas. Na seqüência de um encontro com

---

[892] *Viramundo*, de Geraldo Sarno. São Paulo, 1965. Os dados dos próximos dois parágrafos foram retirados desta fonte.

militares, empresários e sindicalistas, Passarinho lançou um ultimato, ameaçando com demissões e abertura de processos da LSN se não houvesse volta à produção.[893]

No início, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem (SMC) Antônio Santana declarou desconhecer a iniciativa, mas acabou encampando-a. Segundo o delegado regional do Trabalho de Minas Gerais (que era uma fonte do cônsul estadunidense em Belo Horizonte), o "sindicato não detinha o controle, mas seguia as lideranças do movimento nas fábricas". Na quarta-feira, 24, o número de operários em greve totalizava 15 mil, atingindo 19 usinas. Em contrapartida, a promessa de retaliações de Passarinho foi responsável pela volta parcial ao trabalho, fato ocorrido apesar da insatisfação gerada pela oferta de abono de 10%. Nesse dia, o telegrama de Belton acusa sua inquietação diante da inexistência de uma "clara indicação da liderança verdadeira da greve". "Aparentemente", procurou explicar, "os trabalhadores afirmavam a necessidade da auto-organização em vez de ficarem dependendo de líderes políticos e sindicais para lutar pelos seus direitos". "'Ilegal é a fome, não a nossa greve'", dizia uma frase de um panfleto apreendido. No seu comentário, Belton pressentiu que essa greve podia representar o início de uma "virada" no comportamento dos trabalhadores quanto às restrições salariais e sindicais que vinham sofrendo.[894]

Na quinta-feira, o comparecimento ao trabalho foi maior, realçando a dedicação e a resistência de uma determinada "minoria", os primeiros a cruzarem os braços. Seguindo orientações do ministro, os patrões, aparentemente, não promoveram a tradicional caça às bruxas logo que as linhas de montagem voltaram a ser ligadas.

O posicionamento do presidente Costa e Silva foi absolutamente evasivo e previsível. Numa reunião com deputados da Arena mineira, expressou-se a favor dos trabalhadores mas se disse impossibilitado — logo o chefe de um regime ditatorial — de tomar qualquer medida efetiva por causa da política antiinflacionária. Já para o ex-presidente do PSD, o político fluminense Amaral Peixoto, era um "erro" fazer o operariado assumir "o principal sacrifício no combate à inflação".[895]

---

[893] Telegrama, 23/4/68,. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 6-1 BRAZ.

[894] Telegrama, 24/4/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 6-1 BRAZ.

[895] Telegrama, 26/4/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box

No dia 15 de maio, enquanto o ministro Passarinho quase adotava o tom da denúncia para revelar que 500 trabalhadores da Mercedes-Benz haviam entrado em greve com o fito de influenciar o dissídio nas mãos do TST, as firmas automobilísticas (VW e MBB) negaram "taxativamente qualquer movimento grevista" quando contatadas pela imprensa. Ao ser procurado pela reportagem do *Estadão*, o secretário-geral do SMSBD Ladeia Rocha disse que as declarações do ministro eram '"destituídas de qualquer fundamento'". Em contrapartida — com a intenção de não chamar a atenção para o que acontecia dentro das fábricas, ou com a intenção de agradar os donos do poder —, ele apontou para o '"paternalismo salarial das fábricas de automóveis'", o responsável, a seu juízo, pela permanente resolução "pacífica" das questões salariais '"independentemente de qualquer movimentação extralegal'". "Sabe-se, todavia", replicou o jornal, "que houve paralisação dos trabalhos nas fábricas de tratores Fendt e Kubota", em Piraporinha, Diadema.[896]

Essas atitudes eram uma das repercussões das medidas judiciais que Cruz, Araújo, Valdir, Cardoso e outros discutiram *com apreensão* naquela reunião de diretoria em 17 de abril. O TRT fixou em 25% o reajuste dos metalúrgicos mas o TST suspendeu essa deliberação atendendo ao recurso patronal que alegou ser o índice inadequado com a política salarial do governo (cujo aumento era de 19%). Quando os desdobramentos desse vaivém alcançaram Passarinho, o ministro prometeu uma definição do TST para até 31 de maio e se referiu a eles como "problemas", a saber, aquelas paralisações que, mesmo negadas por patrões e sindicalistas, foram reafirmadas pelo ministro e por *O Estado de S.Paulo* (que divulgou a concordância de MBB em dar os 6% suspensos pelo TST).[897] Enquanto isso, na Europa, o alegado controle *total* dos sindicatos sobre o recinto fabril era erodido pelo Maio de 68 francês, como por exemplo com as greves de ocupação na Régie Nationale des Usines Renault, feitas à revelia da Central Général du Travail.

'"O primeiro objetivo do governo federal é o desenvolvimento econômico sem inflação, e para isso toda a administração está mobilizada'", repetiu-se o ministro da

---

1220, LAB 6-1 BRAZ.

[896] *OESP*, 16/5/68.

[897] *OESP*, 17/5/68.

Fazenda Delfim Neto durante a posse de Manoel Santos no Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo. Em resposta às gestões dos industriais, ele não admitiu que uma alta nos preços aumentaria a rentabilidade das empresas. Ao mesmo tempo, pelo fato de o governo querer a "tranqüilidade do produtor", renovou a senha oficial, indicando que a resolução estaria na elevação da produtividade e na renovação da proteção do mercado para a indústria nacional. Sem a posse de dados concretos, o ministro não devia estar pensando em mais recessão, mas na promoção do grande milagre, isto é, em uma nova fase de industrialização multinacional acelerada, o feito econômico da vertente autoritária do nacional-desenvolvimentismo brasileiro.[898]

A virtude está no meio, devia acreditar o TST quando estipulou na quarta-feira, 22, que o aumento deveria ser de 23%. Na fábrica Willys São Bernardo da Ford, em reação ao anúncio da medida, a greve foi ativada na quinta para eclodir no dia seguinte. Segundo *O Estado de S.Paulo*, "o movimento teve características de 'greve branca' — com os operários parando de trabalhar e permanecendo no interior das fábricas". No início da noite de sexta, 24, Eugene Knutson, diretor-presidente da empresa, reconheceu a interrupção das atividades. Citando MBB, VW e GM, anunciou que concederia os 2% reivindicados pelos grevistas. O SMSBD negou-se a comentar o episódio. Depois de manter contato telefônico com o ministro Passarinho, o general Gaya, delegado regional do Trabalho, divulgou nota à imprensa às 20h00.[899]

Citando cálculos mais favoráveis do "resíduo inflacionário" e a tramitação no Congresso do projeto de abono de emergência, comunicou que o governo reconhecia a situação difícil por que passava os trabalhadores mas que não admitiria "ceder a todas as exigências". Assim, afirmou que não permitiriam "que seja reiniciado um processo de greves ilegais". O delegado mencionou, ainda, a existência de grupos "independentes dos sindicatos". Complementando, o *Estadão* fez o registro de panfletos largados nas

---

[898] *OESP*, 17/5/68.

Tomadas as devidas precauções, o pequeno milagre de JK pode ser comparado ao "milagre" italiano dos anos 50 assim como o grande milagre dos militares pode ser comparado ao "milagre" sul-coreano, também um plano de industrialização acelerada empreendido por um regime autoritário.

[899] *OESP*, 25/5/68.

ruas de dentro de automóveis que conclamavam os trabalhadores a seguir o exemplo do Primeiro de Maio, a se organizar em grupos de cinco e a criar comissões antiarrocho.[900]

Depois de falar com o ministro, o general Gaya foi à WOB no sábado, pois a greve ainda não tinha sido controlada. Gaya, Knutson e o *Estadão* realçavam o fato de a empresa estar disposta a pagar os 2% a mais a partir de junho e, por isso, estranhavam a continuidade do movimento na Willys, "onde as relações de trabalho são consideradas boas". A FMSP mantinha-se na sua postura de colaboração com o governo sugerindo que este unificasse as datas bases dos metalúrgicos da capital (em novembro) e do interior (em abril) para impedir dois aumentos de preço por parte dos empresários. "Oficialmente, não se conhece a liderança da greve", lamentou o diário. Mas, de todo modo, assegurava ao seu leitor que a inspiração viera de Minas Gerais, das greves dos metalúrgicos de Contagem. "Oficialmente", nenhuma entidade sindical patrocinava a iniciativa. Argeu, Joaquinzão e Cruz estavam na Itália, em congresso da Fitim. Instruído por Passarinho, Gaya voltou a falar na *ameaça* de uma ditadura de direita em reação à rebeldia operária. Convencido da presença de organizações de esquerda no interior do movimento, afirmou que elas pretendiam "quebrar o clima de liberdade" e "estabelecer uma verdadeira ditadura". Até aquele momento, apenas Scania-Vabis tinha concordado em pagar os 2% *a partir de abril*, incomodando Gaya, que temia o alastramento das paralisações.[901]

Podemos agora encontrar Pedro Faria, entrevistado de *Última Hora* do dia 27. Distintamente de Ladeia, que reforçou a visão tradicional sobre a acomodação da "nova classe operária", de modo oposto aos departamentos de imprensa das empresas, que negaram ou minimizaram a ocorrência de paralisações, o antigo jornal de Wainer (agora pertencente ao grupo Folhas) ainda se pautava pela linha de manter contato direto com o operariado. Por isso, é uma das poucas fontes em que é possível encontrar o grevista dito "comum", aquele que estava abaixo das lideranças locais (sobre cuja identidade recaíam os interesses da polícia política e dos observadores estadunidenses). Faria era um "dos mais antigos operários da Renault". Portanto, trabalhava nas dependências francesas da Willys e conhecia de perto o malogro do Dauphine e as agruras do Gordini.

---

[900] *OESP*, 25/5/68.

[901] *OESP*, 26/5/68.

Talvez, se fosse um profissional qualificado da maior confiança, havia sido designado para participar do Projeto M, a parceria entre Willys e Renault que deu origem ao Ford Corcel. Quando o repórter lhe disse, "conta, Pedro", ouviu um relato firme e objetivo:

> "a turma tá em greve mesmo. Cruzamos os braços quinta à tarde por duas horas, quando demos um prazo para os homens resolverem a situação. O prazo venceu no outro dia, pela manhã. Às 8 horas de sexta-feira, paramos tudo e cada um tocou para sua casa".

"Para ele", a matéria explica, "ou a Willys paga (...) ou a coisa engrossa mesmo. Pedro tem três filhos, um em idade escolar". Faria estava disposto a engrossar porque assim via sua situação: "'com o que ganho não dá mesmo. Safa a comida e o aluguel e olhe lá. Primeiro nos deram 19% no último dissídio. Recorremos, pleiteando 25% e o tribunal do Rio [TST] tacou 23%'".[902]

Diferenciando, as paredes de Willys (greve tipo "Vem, Vamos Embora", *walkout strike*) das de Contagem (do tipo "gato selvagem", *wildcat strike*), o cônsul Bond enviou um telegrama informando que, no fim da tarde da sexta-feira, 24, 6,4 mil trabalhadores abandonaram seus postos de trabalho e conseguiram levar a linha de Willys à "completa paralisia". Apropriadamente, ele elucidou que a irritação operária foi aumentada pela decisão do TST, pois esta fez crescer os ressentimentos com a falta de paridade salarial perante os metalúrgicos de São Paulo. Fez saber, outrossim, que a tensão era "alta" na VW. Sua gerência (geralmente avessa a negociações trabalhistas), mostrava-se propensa "a discutir as demandas dos trabalhadores". Finalizando, afastou a hipótese de um "colapso completo da indústria automobilística do ABC".[903]

Greve Branca, Greve dos Braços Cruzados, Tomada da Fábrica

Quanto à tática empregada pelos grevistas, o cônsul Bond analisou-a com dados que apontaram para a presença da AP dentro da fábrica. (Com efeito, devido a esta organização, há uma conexão entre Contagem e São Bernardo.) A greve, além de não ser reconhecida pelo sindicato, era conduzida por um grupo "distinto" dos dirigentes

---

[902] *Última Hora* (São Paulo), 27/5/68.

[903] Telegrama, 27/5/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 6-1 BRAZ.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

executivos (mas Bond não sabia que os dirigentes de base do SMSBD tomaram parte dela). Sem condições de identificá-lo, ele relatou o apelo para a formação de comitês. Também estava ciente da condenação difusa que o SMSBD sofria no chão da fábrica, desgaste explorado com a distribuição de material alusivo ao Primeiro de Maio na Praça da Sé. O governo, informou, havia adotado a tática de declarar a greve ilegal e apressar a volta ao trabalho, ameaçando com o "emprego da força" caso não fosse atendido.[904]

De fato, o delegado Gaya, em nota à imprensa, já prometia a volta das atividades. Gaya e Ildélio Martins (do DNT) prometiam punir os que insistissem em manter a greve no dia 28. O primeiro estivera no II Exército para avistar-se com autoridades dos órgãos de repressão. Em contrapartida, quando os 300 operários das duas ferramentarias de WOB descruzaram os braços depois do retorno dos outros, sua desmobilização progressiva não era um recuo desesperado. Martins, por sua vez, visitou o SMSBD, onde ouviu dos dirigentes o esclarecimento de que "nada tinham a ver com a greve", sendo também alertado sobre o esvaziamento dos sindicatos pela política salarial, "reduzidos à mera prestação de serviços assistenciais, de nada adiantando campanhas de sindicalização". O diretor do DNT ainda ficou sabendo dos fatos verificados "em uma fábrica de tratores" (Fendt), onde, de uma comissão de sete trabalhadores (formada para levar as reivindicações dos operários à Diretoria), três foram demitidos.[905]

Bond parecia discordar do receituário ministrado. O descontentamento, ele observou, iria continuar (havia sido inteirado de rumores a respeito de ações subseqüentes). Por fim, ele prometeu um "relatório detalhado", documento hoje vedado à consulta por razões de "segurança".[906]

Se Gaya conseguiu fazer os trabalhadores de Willys retrocederem, às 16h00 do dia 28, era a vez de Chrysler entrar no caminho da movimentação operária em prol dos 2%. Característicos nas suas declarações, representantes da empresa se esquivaram com

---

[904] Telegrama, 27/5/68, Nara II, fonte já citada.

[905] *OESP*, 28/5/68.

[906] Telegrama, 28/5/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 6-1 BRAZ.

negativas.[907] Atendidos, os trabalhadores relaxaram suas pressões no dia seguinte, encerrando a linha de paradas na base do SMSBD, uma série em cujo decurso os executivos não reconheciam os protestos publicamente exatamente para evitar sua divulgação e disseminação. No sindicato, Vidal disse desconhecer quem as inspirava e liderava. Finalmente, ao citar um panfleto, *O Estado de S.Paulo* podia identificar um autor para os fatos, a "oposição sindical", que estaria a organizar mais uma paralisação.[908]

É curioso notar que o momento de máxima insubordinação da categoria metalúrgica durante as duas gestões de Cruz tenha coincidido com a ausência do presidente do território nacional, especialmente porque ele se mostrava cioso no seu papel de máximo representante. Possivelmente, Cruz esperava que as *repercussões* dos juízos dos magistrados não fossem provocar nada além de mais dissabores e ceticismo, mantendo as coisas ruins como estavam, isto é, alimentando sua crise de representatividade. Porém, como vimos, ele não deixou de ser alertado para os rumores de uma guinada a ser dada nas fábricas; um aviso, aliás, dado por willyanos. Nunca desde o primeiro acionamento da linha de montagem os delegados sindicais na Willys tinham conseguido ir tão longe numa campanha salarial. Jamais dispuseram de tamanho trânsito nas bases.

Esse era o nó a ser desatado: estavam em dissídio litigioso e sem presidente. Pelos traços apresentados (negar a existência de lideranças, demonstrar força sem o castigo do adversário para não propiciar contragolpes redobrados), o maior prejuízo talvez tenha sido de Cruz e a maior lição, de Vidal, que, na sua carreira futura, não se desligaria da condução dos interesses de sua categoria enquanto fosse presidente, especialmente nas campanhas salariais.

Em geral associada à greve dos metalúrgicos Osasco (que só aconteceria em julho), a primeira edição das paralisações em Contagem — nunca o movimento operário mineiro foi tão citado, e tão desconhecido, por São Paulo — guarda semelhanças com as pouco mencionadas greves do ABC. Ambas as iniciativas não foram reconhecidas oficialmente pelas respectivas representações sindicais, particularmente no nível das

---

[907] *OESP*, 29/5/68.

[908] *OESP*, 30/5/68.

executivas, mas contaram com alguma participação de diretores mantidos na produção. Nas suas táticas, foram similares. Sem anunciar nada, os trabalhadores entraram dentro das fábricas, picaram seus cartões e recusaram-se a ligar as máquinas, ou as desligaram depois de deflagrada a paralisação numa seção escolhida para ser o foco inicial. Para tanto, também contaram com a contribuição, paralela e clandestina, de militantes de organizações de esquerda, sobretudo da AP. Aparentemente, enquanto mineiros permaneceram dentro dos recintos fabris, os são-bernardenses também voltaram para casa.

Com um cordão de paralisações amarrado no correr de uma quinzena, os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema riscaram um traçado possível em meio a obstáculos e proibições. Sem planejar, talvez tenham ensaiado uma experiência *maestra*. Afinal de contas, a tolerância zero da direita político-empresarial aparentava não discernir diferença alguma entre Fendt e Chrysler. As paredes estavam proibidas e basta. É inegável que as cinco unidades mencionadas — Fendt, Kubota Teko, Mercedes, Willys e Chrysler — apresentassem algum tipo de organização operária em seu interior. Mais importante, o fato de os metalúrgicos terem encadeado suas paralisações no correr do tempo surtiu tanto efeito quanto sua orquestração ao mesmo tempo. Com isso, hipertrofiaram o impacto das fábricas pequenas. Outro mais, MBB, Fendt e Kubota sofreram paradas e influenciaram o andamento do dissídio. Willys foi a queda de braço decisiva para mostrar a todos que a virtude não estava na divisória das porcentagens, na matemática dos togados. Por fim, a parada na Chrysler sustentou a extensão do acordo aos empregados da indústria automobilística e, eventualmente, a outras firmas.

Adicionalmente, o movimento operário mostrou que podia elaborar à sua maneira os ensinamentos vietnamitas de atacar e recuar, evitando chocar-se frontalmente com o inimigo a todo instante. Na Willys, ampliou os golpes anteriores, mas recuou por não desejar o enfrentamento direto. (Gaya viu que seus ultimatos funcionavam.) Na Chrysler, voltou à cena e, embora rapidamente, manteve a ofensiva, apesar do recuo na Willys. Como era esperado, a repressão arregimentou reforços de longe superiores à capacidade de resistência dos grevistas. Paradas subseqüentes a deixariam, numa escalada, tão aturdida quanto violenta. O movimento reivindicativo e de associação refluiu para a obscuridade, a sombra em que recompusera suas forças. Agora, após a exposição à luz de maio, era preciso não perdê-las de novo.

Ao analisarem os acontecimentos, os observadores de plantão estabeleceram ligações com o passado e o futuro. "Greve branca", classificou o *Estadão*, numa referência às antigas greves tiradas sem anúncio prévio dentro dos locais de trabalho. Muito preocupado com a agonia vivida pelo sindicalismo que patrocinava, o corpo diplomático dos EEUU buscou entender o significado de Contagem e de São Bernardo na conjuntura do pós-64, inquietando-se com o esboço de um sindicalismo cujo perfil era distinto tanto dos "ex-interventores" quanto dos "democráticos" de segunda geração assim como do velho arquiinimigo, o proscrito CGT.

Numa manhã invernal de terça-feira, 16 de julho de 1968, três meses e meio antes da data base da categoria, os trabalhadores de Cobrasma e Lonaflex, em Osasco, ocuparam suas fábricas e se declararam em greve, apresentando várias reivindicações. Entre elas, 35% de aumento nos ordenados, contrato coletivo e o respeito a direitos previstos na CLT. Ao meio-dia, os operários da Braseixos, Barreto Keller, Osram e as operárias da Fósforos Granada aderiram à iniciativa. O ponto de partida e de apoio da onda de paralisações ficava na fábrica de material ferroviário pertencente ao grupo Vidigal, nela existindo a Comissão de Fábrica da Cobrasma. Estava lançada a grande greve de Osasco.

A DRT agiu rápido e declarou a ilegalidade. O governador Abreu Sodré autorizou o envio da FP para desocupar as usinas. À noite, uma vez que na Cobrasma havia gerentes e engenheiros em poder da greve, os trabalhadores conseguiram manobrar sua saída sem se expor em demasia às óbvias represálias. Num primeiro momento, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (SMO), José Ibrahim, conseguiu dissimular não apenas seu apoio como também sua participação no planejamento da parede. Ao contrário de Contagem e de São Bernardo, isso não foi suficiente para evitar a intervenção do MTPS no sindicato.

Na quarta-feira, 17, os grevistas estavam reunidos em assembléia permanente dentro da sede do SMO quando novamente tiveram de ceder lugar às forças policiais. Tal como em Contagem, a chegada de Passarinho ao local não produziu esfriamento algum nos ânimos. Para Wight, do Consulado dos EUA em São Paulo, o "humor dos trabalhadores era de raiva, eles não têm respeito pelo ministro do Trabalho, a quem consideram demagógico e indigno de confiança". Na sexta-feira, 19, sob forte pressão

policial e militar, o movimento estava nos seus estertores e não sobreviveria ao fim de semana, normalizando-se o comparecimento ao trabalho na segunda.[909]

Se continuou a achar legítimas as reivindicações — e, por isso mesmo, a não condenar as atitudes dos grevistas de tomar decisões aparentemente desautorizadas pelas direções sindicais —, o corpo diplomático dos EUA traçou paralelos entre as greves e demonstrou impaciência e desacordo com a política do governo brasileiro. Tal como nas experiências de Contagem e São Bernardo, as manobras dos trabalhadores provinham "de dentro da fábrica a partir de 'sindicatos invisíveis'", os quais possuíam "voz efetiva, rede de comando e controle dos trabalhadores". Para o CGEUA, os primeiros buscavam responder a queixas imediatas e chegaram a decisões "quase espontâneas". Distintamente, as paredes de Osasco obedeceram a uma agenda "planejada antecipadamente".[910]

Descrevendo e Comparando

Havia uma diferença no norte estratégico. Uma parte dos *invisíveis* de São Bernardo consistia no agrupamento congregado ao redor dos diretores sindicais de base. Estes tencionavam fortalecer o sindicato sem propiciar nova intervenção e, ao mesmo tempo, almejavam a retirar o operariado da marginalidade em que se encontrava sem abandonar a observância da lei. A outra parte, que pregava a prática clandestina e de confronto, era vinculada à AP-ML.[911]

Reunidos ao pé da bandeira de greve geral, os *invisíveis* de Osasco, majoritariamente seguidores de uma orientação radical, simplesmente deram a partida antes de sua data base. Por isso, sua greve foi deflagrada antes das campanhas de categorias de cujos reforço e apoio dependia a sua própria vitória.

Embora as duas iniciativas tenham partido de dentro das fábricas, a primeira (tal como na Alpargatas em 1949), surgiu numa ou outra seção para depois buscar o

---

[909] Telegramas, 17-19/7/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 6-1 BRAZ.

[910] "Impact of the Osasco Metalworkers Strike", 26/7/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 6-1 BRAZ. Telegramas, 17/7/68, Nara II, fonte já citada.

[911] O primeiro número de *O Bronca* (boletim dos trabalhadores da Willys) foi tirado logo após a greve. Este exemplar de lançamento comemora a greve de maio de 1968 e agita a idéia do clima de

arrebatamento de todo o parque (por isso foi chamada de *Vem, Vamos Embora*). Além disso, conseguiu manter-se dentro das instalações e coordenar a volta para casa, evitando a rua, onde, sem um piquete, encontrar-se-ia nas mãos da repressão policial. Já a decisão de "tomar" ou "ocupar" a Cobrasma acirrou a confrontação, e as baionetas foram desembainhadas para suprimi-la. Sem liberdade para organizar piquetes, os trabalhadores se refugiaram dentro da sede gremial, de onde foram igualmente retirados sob a mira dos fuzis.

Prosseguindo com as comparações, é possível identificar mais contrastes no estilo da condução política. Enquanto a primeira contou com a participação de duas correntes bem distintas (os "moderados", partidários da orientação de "autenticidade sindical", e os militantes da AP), a segunda ficou marcada pela aliança entre os jovens estudantes-operários de Osasco com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Isso acarretou uma diferença fundamental para o desenvolvimento das negociações. Uma vez que a AP era minoritária e a mobilização havia sido feita em cima do litígio do reajuste dado pelo TRT — um lance normal das campanhas salariais —, a representação dos grevistas de São Bernardo, apesar da ausência do presidente, ficou nas mãos do SMSBD, ainda que nas mãos dos diretores sindicais de base. Em Osasco, a tomada da Cobrasma soou como afronta aos donos do poder, que então decidiram dar um basta.

No processo aberto para apurar os episódios de Osasco, Pedro Kalume, funcionário da DRT, comparou as duas experiências. Mandado por Gaya para avistar-se com os grevistas de Osasco, ele afirmou que "em missão idêntica em outras empresas obteve resultado com o diálogo entre empregadores e empregados" — resultando na aprovação de "medidas conciliatórias" — e citou como exemplo as mediações entre operários e seus patrões na Mercedes-Benz e Willys-Overland. "Com referência à greve do ABC", o negociador declarou que "não fora deflagrada com o estilo da realizada em Osasco", que a primeira "praticamente se resumiu a uma ameaça de greve".[912]

As diferenças não paravam por aí. Os diretores de base na Willys o MIA, mantinham relações com "ex-interventores" e com a Fitim. Numericamente, São Bernardo era o mais robusto irmão da capital. De Osasco, outro subúrbio de alta

---

"total desconfiança para com o 'nosso sindicato'". Aesp, setor Deops, 30-C-1, fls. 1817.

[912] Depoimento, 2/9/68. AEL, fundo BNM, processo 104.

densidade industrial, sopraram ventos diversos. Estes insuflaram o medo das classes dominantes ao "prelúdio de outras lutas no futuro" e à "formação" de um "novo corpo trabalhista, um novo CGT" — um "órgão central" encarregado de levar as pressões dos trabalhadores organizados ao "nível nacional". Ecos mais remotos de uma revolução social também foram ouvidos. Por outro lado, revelaram a "contrariedade do governo em permitir o desenvolvimento de sindicatos livres e democráticos".[913]

Hoje é possível delinear um perfil mais nítido para a supracitada *invisibilidade*. Em primeiro lugar, não se tratava de mera miopia do imperialismo. Significava que sua atuação junto de federações e confederações carecia de um forte contrapeso, realçando a ênfase nos programas para ativistas de base.

A dificuldade da diplomacia estadunidense em divisar as novas lideranças — efetivas afinal — também sugere outros fatos relevantes. Não conseguir identificar os inimigos contra quem lutavam — vê-los cara a cara — foi um dos pontos de exasperação dos *marines* no Vietnã. Eles estavam preparados para rebater ataques frontais e diretos com armamento farto e pesado e caíam em desespero quando eram derrubados, um a um, por arapucas de bambus besuntados em excrementos infecciosos. A guerrilha *vietcong* vivia como formigas, cavando túneis, comendo insetos, possuindo uma força incrivelmente díspar ante o biótipo dos soldados inimigos. Fustigar as fábricas com paralisações do tipo "grevilha" significava levar para o coração da produção industrial uma tática de luta de difícil *neutralização* para os sindicalistas de direita, os gerentes nas fábricas ou para os quadros sindicais e governamentais dos EEUU no Brasil. Somente o serviço de espionagem e infiltração policial tinha tradição no manejo dos métodos — lentos e silenciosos — necessários.

Com efeito, detectados apesar do caráter surdo do trabalho de formiga, os rumores sobre novas realizações das bases estavam corretos. A 11 de outubro a inteligência do II Exército divulgava na assim chamada comunidade de informações a ocorrência de "movimentos e atividades de caráter grevista" na GE de Santo André. Quase que do nada, ressurgem os nomes do primeiro presidente e único presidente da Associação Profissional dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, o mecânico ferramenteiro Lino Ezelino Carniel, e do prestativo informante Serafim-Corraini. O

---

[913] "Impact of the Osasco Metalworkers Strike", 26/7/68, Nara II, fonte já citada.

chefe do Departamento de Segurança Industrial "está preocupado e aguarda providências (...) urgente", notifica o informativo. Em anexo, remete a cópia do "polígrafo de instrução", "Greve na Fábrica", rodado nos mimeógrafos da AP.[914]

Sem esquecer esses préstimos, umas poucas empresas não se limitavam a identificar as lideranças emergentes e indesejáveis para demiti-las na hora certa. Como ficou patente em Osasco, antes da eclosão da greve, havia comissões reconhecidas dentro das fábricas.

Por sua vez, a resposta do regime, ao ignorar a legitimidade da pauta apresentada pelos grevistas, revelou hostilidade e "falta de entendimento dos problemas dos trabalhadores", queixas nas quais se incluíam a providência adequada de dependências sanitárias e o pagamento de horas extras. A tendência gerada por essa incompreensão seria o crescimento ao recurso de "táticas ilegais" por parte dos trabalhadores, nada mais nada menos que um "substitutivo" à surdez, às ameaças e aos gritos de comando das autoridades. Dessa vez, em acréscimo, a pronta rotulação do movimento operário como "subversivo" não trouxe o apoio esperado na sociedade civil, que se sensibilizou com as denúncias feitas pelos grevistas à imprensa.[915]

Particularmente, em Osasco, devido à sua situação no mercado, as empresas aceitaram dar aumentos salariais sem repassá-los aos seus preços. Todavia, foram "impedidas de fazê-lo pelo ministro do Planejamento", Hélio Beltrão. Pior, o fracasso das negociações entre a DRT, a Secretaria do Trabalho, executivos e sindicalistas só fez mergulhar a tensão e a insatisfação operária mais abaixo da linha de superfície, o que, obviamente, intensificava a escavação do formigueiro no chão da fábrica. "Frustrações e fome", além da falta de liberdade, eram as motivações mais evidentes.[916]

O Consulado Geral dos EEUU estava convencido de esta situação ser um prato cheio para a oposição. Por isso, não deixa de registrar — e querer entender — a aparição da figura do padre-operário na nascente de Osasco. Outrossim, não deixa notar a prisão de um militante ligado a Marighella. Já o comentário final de um relatório traz uma certeza altamente reveladora do que pensava a representação do governo estadunidense

---

[914] Informação nº 127/68, 11/10/68. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 4287.

[915] Telegrama, 17/7/68, Nara II, fonte já citada.

[916] Telegrama, 19/7/68, Nara II, fonte já citada. "Impact of the Osasco Metalworkers Strike",

no Brasil. "A greve do gato selvagem em Osasco podia ser diretamente extraída das páginas da história do trabalho nos EUA". Foi causada pela "impotência" dos trabalhadores em "melhorarem seus salários e condições de trabalho". "Os elementos de extrema esquerda envolvidos na greve foram hábeis em tirar vantagem das frustrações dos trabalhadores", cujas demandas eram perfeitamente "compreensíveis" desde que se utilizasse a "terminologia dos EEUU", quer dizer, livre negociação entre capital e trabalho. Vocabulário esse a faltar no universo mental da classe dominante brasileira. Sua "má-vontade em permitir o desenvolvimento de sindicatos livres e democráticos" "imediatamente mudou a tonalidade da conjuntura", estabelecendo com clareza sua "hostilidade" ao exercício mais fundamental do sindicalismo. Essa terminante recusa em permitir uma mínima abertura de espaço aos sindicatos era semelhante a comprimir pólvora em cartuchos de projéteis: um manuseio equivocado poderia levar tudo pelos ares.[917]

Invisíveis Autênticos

No decorrer de todo o texto, vimos vários dirigentes empresariais, políticos e trabalhistas negarem ou menosprezarem a existência da ação reivindicativa independente dentro das fábricas. Caso existisse, alegavam, era quantitativamente desprezível, politicamente manipulada ou desprestigiada e incapaz de se impor aos patrões porque os trabalhadores simplesmente não se interessavam pelo assunto.

Em 1968 este discurso mudou. Desesperançados pelo carreirismo e subserviência dos líderes que instalaram (ou mantiveram) à frente dos sindicatos, federações, confederações, partidos e agências públicas, esses dirigentes ansiavam por uma viravolta, pelo almejado *sindicalismo autêntico*, mas nem ao largo admitiam os procedimentos da insurgência grevista, fosse qual fosse sua variante. Por causa disto, a

---

26/7/68, Nara II, fonte já citada.

[917] Telegrama, 19/7/68, Nara II, fonte já citada. "Impact of the Osasco Metalworkers Strike", 26/7/68, Nara II, fonte já citada.

Ver: "Attitudes of Worker Priests in Osasco", 2/8/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 6-1 BRAZ. Ver também: Hernandez, Inácio, *Memória Operária (Cidade Industrial: Contagem, BH, 1968/1978)*. Belo Horizonte, Vega, 1979. Martins, Heloísa, *Igreja e Movimento Operário no ABC*. São Paulo, Hucitec, 1994.

diplomacia estadunidense não conseguia divisar os sindicalistas autodenominados "autênticos".

"Nós já tínhamos comissão de fábrica", assegurou Julião Galache,[918]

> "se chamava Comissão de Relações do Trabalho, era formada por dois trabalhadores, um chefe escolhido, o advogado da empresa, o advogado do sindicato, e dois operários".

Distinto das datas inscritas nas fontes analisadas no capítulo "Alta Tensão", conforme Galache, em 1967:

> "essa comissão julgava o direito de uma suspensão, de uma punição. Então, vamos dizer assim, se um chefe punisse uma pessoa, desse uma carta de advertência, uma suspensão, ela tinha o direito de ir na CRT e relatar o acontecido. Se tivesse razão, levava vantagem. A punição era inversa (...). Se um chefe desse uma punição para uma pessoa e a comissão julgasse que essa suspensão foi errada, era o chefe ou aquele que puniu quem teria de pagar".

Militante sindical e grevista de primeira hora (assim como seu irmão, Luciano), o próprio Julião Galache, para quem a Willys consiste em "berço do sindicalismo no Brasil", parece ter apelado à CRT:

> "vamos dizer: no meu caso, me senti prejudicado porque não recebi uma promoção que eu achei que tinha direito. Então, fui conversar (...) com o Benito Scaravelli, que era o meu feitor. Ele se negou, achou que eu não tinha direito; então, pedi para falar com o superintendente, que era o José Maria Zuraman, e ele se negou a me atender. Então eu pedi permissão para ir na Comissão e ele não deixou também! Aí eu fui à revelia porque, se me davam o direito, eu ia à revelia, eu fui à revelia. Na realidade, eu estava certo e acabei sendo promovido porque tinha direito, porque a promoção era por direito".

Esclarecendo um pouco o depoimento de Galache sobre a CRT (certamente referido aos seus melhores dias), se esta já não estava em vias de extinção, possuía os dias contados; não sobreviveria à greve de maio. Todavia, isso não se aplica a todo o

---

[918] Entrevista com Julião Garcia Galache ao PMO-Cedi, s.d.

Galache seguiu carreira profissional e sindical na Willys e Ford. Entrou como ajudante de produção, passou a operador de máquina e terminou inspetor. Em 1963, aconteceu seu "primeiro movimento", de "igualação" de direitos dos horistas com os mensalistas, por direito a café.

Integrou as diretorias do SMSBD entre 1967-1969 e também 1969-1972. Sempre ao lado irmão Luciano, foi para a oposição no triênio 1972-75 e apoiou a chapa única de 1975.

processo de sindicalização da fábrica de Taboão, do qual a comissão, como se vê, era parte integrante e influente. Claro, esse processo não estava em estado de desenvolvimento grandioso, mas também diferia do declínio da representação operária consentida. Seguindo seu curso, vemos alguns de seus passos na fala de Galache. Na outorga do benefício, "se me davam o direito", a apropriação — "eu ia à revelia" — e, na seqüência, a reelaboração: "eu tinha direito". Em acréscimo, na sua recordação, a comissão serviria para reaplicar punições irregulares nos seus mandantes.

A CRT viera para fazer justiça — numa medida com certeza intragável para seu coordenador McIntosh — mas não era de todo satisfatória. "Funcionava, mas não era aquilo que a gente queria"; "nós queríamos uma comissão inteira dos trabalhadores". Assim, na contramão dos planos corporativos da Ford,[919] que determinaram o retorno do poder da CRT às mãos dos feitores, os autênticos conquistaram o aceite informal de "outra comissão, uma comissão formada por vários dirigentes sindicais de lá de dentro". Significativamente, a mira de seu ativismo não mudara: o que a CLT não cobria, eles visavam.

> "Fiscalizávamos desde a comida até a supervisão, até os ônibus, tudo. Nós fazíamos relatórios e entregávamos ao Dráuzio Rangel, que nos recebia. Quando a comida estava ruim, nós íamos com uma comissão lá a ponto de um dia pegarmos um prato de comida com bicho e levar para o diretor e ele puniu todo mundo do restaurante. Deu suspensão para todo mundo, inclusive para o gerente de área, porque ele achou que tinha sido um abuso".

"Sabe que eu nem pensava nisso?", replicou João Justino de Oliveira,[920]

> "pensava em ter um emprego bom. Não pensei se era automobilística, que firma que era; não pensei. Pensei sempre em procurar ganhar melhor. Naquela época, o que não faltava era emprego. Na hora da entrevista... Aliás, era uma moça que fazia a entrevista com a gente. Não sei se ela foi com a minha cara, e disse: 'mas o senhor quer ser vigilante? Tem vaga aí para operador de máquina, você entra como ajudante, depois você aprende e passa para oficial. É bem melhor porque, se quiser ganhar mais, é bem melhor do que vigia'. 'Tá bom, melhor ainda. Entrei lá como ajudante de operador de máquina'".
>
> "Meu trabalho era tornear peças, furar peças, fresar peças. Meu

---

[919] Vide "Ford and Willys Industrial Relations" (título aproximado), 1968, fonte já citada.

[920] Entrevista de J. J. de Oliveira ao autor, 2/2/93, fonte já citada.

> trabalho era isso: tornear, fresar, furar. Deu para aprender rápido. Em pouco tempo já trocava as ferramentas, fazia tudo sozinho".

J. J. de Oliveira talvez tivesse tudo para ser um trabalhador migrante anti-sindicato. Não nutria o desejo de ser empregado de automobilística, apenas desejava um bom emprego e ganhar mais, pensava em pegar o leve serviço de vigia, o que não é uma profissão operária fabril, e apreciava o serviço por conta própria. Logo abordado por Lumumba, um satisfeito Janjão assinou, em 1960, sua terceira ficha de sindicalizado (antes se associara aos Enfermeiros de Recife e aos Borracheiros de São Paulo). Seu aliciador "era do Sindicato, o negrão, o Lumumba". Junto com Davi da Silva,

> "estavam procurando orientar o pessoal lá sobre o quê era o sindicato. Sempre iam lá conversar comigo, na máquina. Lumumba era um negão ativo prá chuchu. Na época não tinha partido, faziam oposição ao Partidão – *como sindicalista*. A gente discutia muito; quem dava os cursos sindicais na época era o doutor Maurício Soares".

"Embora o Cândido Procópio orientasse a gente, era só ele, o resto da diretoria não queria saber desse negócio", de comissão dos trabalhadores. "Quando a gente começou a fazer um trabalho, procurar gente para fazer parte da comissão, atuar mesmo... foi de 1967 para cá". Teria sido Julião Galache quem trouxera a idéia de "fazer comissão"; ou ainda um certo Albuquerque, do setor de RI, "um cara muito bom também".

> "Era um cara que orientava muito a gente: 'vocês têm que trabalhar para fazer comissão nas fábricas'. Ele andava em outros países, via como os sindicatos trabalhavam e falava para nós: 'tem que criar comissões'. Só que a gente fazia comissões e não tinha força para segurar porque os diretores mesmos não queriam saber. Aliás, o pessoal de Relações Trabalhistas sempre foi mais chegado à idéia, mas quando a coisa ia mais para cima, engrossava. O que eles [Relações Industriais e Relações Trabalhistas] podiam segurar embaixo, eles seguravam, sabiam que existia comissão".

Na mutante elaboração de sua identidade de sindicalismo autêntico, esses trabalhadores avançavam com seu projeto e ingressavam no cenário mundial do Maio de 68. Estimulados, tolerados e dissimulados, os diretores de base eram um eixo decisivo na sindicalização willyana. "Começamos a atuar mesmo, como um grupo ativista", demarca J. J. de Oliveira.

> "Meu primeiro trabalho foi fazer gente de ponto-chave em cada setor.

> Em cada setor, a gente procurava sempre fazer um líder, um cara para falar sobre o sindicato, e trazer esses caras para o sindicato, para reuniões, para bater papo, para fazer cursos. Mas isso tudo por debaixo dos panos, pois se a firma soubesse que o cara estava fazendo isso, era mandado embora, só não mandava embora os diretores, que não podia mandar embora".

Sua invisibilidade sindical era uma questão de perspectiva:

> "eles apareciam para a gente, mas para o diretor [da empresa] mesmo não apareciam. (...) Eles achavam que éramos só nós quatro [os diretores sindicais de base] quem fazia movimento, não sabiam que nós tínhamos gente preparada por setores. Quando eles vieram a descobrir isso aí já foi tarde demais!".

De fato, ao comprar Willys em outubro de 1967, a Ford recebeu três novas fábricas, uma linha de autos e uma rede nacional de concessionárias, aumentando seu quadro de funcionários em aproximadamente 13 mil empregados. E foi ainda adquirido o projeto do Corcel, uma parceria Willys-Renault. O parque industrial de São Bernardo era agora sua principal unidade. Um negócio da China empacotado com um cavalo de Tróia.

Da noite para o dia, a empresa crescera demais. Surpreendidos pela greve de maio de 1968, os executivos Ford se deram conta da necessidade de dispor de um canal de acesso e diálogo aos trabalhadores no chão da fábrica. Precisavam de encontrar seus representantes e controlar a fermentação paredista. Não eram os feitores quem procurariam para tal. Careciam, também, de reverter o abatimento e a insegurança existentes no moral dos willyanos, que estavam surpresos com a venda da Willys para a Ford, desgostosos com o arrocho salarial e ressentidos com os ataques aos seus direitos e à sua dignidade de operário. As "novas caras" da administração Ford queriam se avistar com seus subordinados e se fazer familiares, provocando o retorno da "confiança". Caso contrário, o "sentimento de perda" persistiria.[921]

Em 27 de fevereiro de 1970 a Gerência de Relações Trabalhistas da Ford-Willys se entendeu com os diretores sindicais de base J. Galache, L. Galache Nilton Cardoso de Araújo e J. J. de Oliveira.[922] As partes conversaram e acertaram que toda sexta-feira

---

[921] "Ford and Willys Industrial Relations" (título aproximado), 1968, fonte já citada.

[922] Ofício, 4/3/70. Pasta campanhas salariais, 70/71, ASG, SMABC.

tratariam de assuntos referentes aos operários. Casos urgentes poderiam ser abordados fora do dia fixado. Assina o ofício J. B. Moura, membro da equipe de Mello e Souza, que se transferira do Ipiranga para São Bernardo. Datada antes do envio das reivindicações da campanha salarial de 1970, essa comunicação, em certa medida, atende ao item 6 da pauta apresentada, o qual requisitava o reconhecimento de delegados sindicais, pedido ignorado por VW, Scania-Vabis, MBB e Toyota. Apesar disso, quando a Ford respondeu à pauta de reivindicações, procedeu como as outras, remetendo os entendimentos para o Sinfavea.

Apenas a Metagal, empresa de estamparia, ferramentaria e galvanoplastia de Diadema, se pronunciou. Foi contrária. Ao pedir mais esclarecimentos sobre o significado de reconhecer a existência de delegados sindicais na sua fábrica, antecipou que refutava "acrescer mais encargos" se os ditos delegados trouxessem "a marca de uma fiscalização". Os aceitaria se fosse para "receber cooperação", reclamando uma "forma menos impositiva e mais cordial" por parte das solicitações do sindicato. (O ofício sindical assim pleiteia: "reconhecimento de delegados sindicais, a serem nomeados pela diretoria".)[923]

Para que mudar se não havia pressão em favor de alterações assim? Tal como o Golpe de 64 suprimiu o compromisso da indústria automobilística em reconhecer a dignidade operária, tornando a CRT um vanguardismo estético de Max Pearce, o AI-5 varreu o Maio de 68 das fábricas. Ninguém nas classes dominantes se sentia instado a reconhecer os sindicatos ou os trabalhadores. A hostilidade governamental também era dos empresários, dos industriais. Ford, que comprara Willys, acomodou-se internamente por causa da pressão dos trabalhadores, mas não rompeu a unidade dos patrões.

Anúncio de Afrouxo, Ante-Sala do Fechamento

Em 4 de setembro de 1968, Quando Passarinho foi à ESG conferenciar sobre a política salarial e trabalhista prevista no Plano Estratégico de Desenvolvimento do governo Costa e Silva, o segundo ato do movimento operário mineiro ainda não havia chegado a seu clímax; estava apenas fermentando nas agências bancárias e usinas

---

[923] Ofícios. Pasta campanhas salariais, 70/71, ASG, SMABC.

metalúrgicas. À vontade entre seus pares, o titular da pasta do Trabalho foi performático dando asas à pia e misericordiosa visão das classes dominantes sobre a questão social.

Diante de uma seleta platéia composta com a alta hierarquia das FFAA e executivos de grandes corporações, o coronel criticou o desenvolvimentismo inflacionário de JK, mas fez reservas muito mais brandas ao Paeg e sua política de recessão e arrocho. Apesar disso, não teve como deixar de reconhecer que o declínio do salário real foi mantido mesmo quando a inflação estava em queda.[924]

O tom agora, ele troçou, seria de "afrouxo salarial". Óbvio que a todos assegurou sua oposição à "negociação coletiva irrestrita". Aí, Passarinho voou e voou. Citando o Primeiro Mundo, descartou a negociação direta entre capital e trabalho por ser deletéria à paz social. Na melhor das hipóteses, acordava um "armistício precário". A alternativa, característica do reacionarismo católico ibero-americano, era o "solidarismo cristão". Às margens da Baía de Guanabara, ele navegou no sonho da empresa "comunitária". Para tal, fomentaria a "política de relações humanas", cujos resultados já se faziam sentir. "Um numeroso grupo de empresários" conseguia "compreender que os assalariados têm outros direitos que não simplesmente o de perceberem um salário justo". Enquanto descobriam os direitos da classe trabalhadora, os empresários mostravam sua "hostilidade patronal (...) crescente" quando o assunto era comitê de empresa. "É que", explicou Passarinho, "muitos sindicatos têm utilizado esses conselhos como instrumento de luta e não de conciliação", atrapalhando suas intenções de estimular a co-gestão e a participação nos lucros. Arma de luta essa, faltou dizer, sacada em defesa de questões as mais básicas. Como o próprio ministro sintetizou, questões relativas "à vida e ao destino dos trabalhadores". Porém, era um instrumento que mal surtia efeito no "comportamento dos patrões", haja vista não serem "obrigados" a cumprir os acordos fechados.[925]

A nota de comentário da Embaixada dos EUA à falação do ministro tentou ser sagaz, mas foi condescendente. Se detectou o bater de asas de uma eventual candidatura à Presidência, foi pouco crítica quando sublinhou a boa impressão causada na "opinião

---

[924] Passarinho, Jarbas, *O Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo*. Rio de Janeiro, Ministério do Trabalho e Previdência Social, 1968, pp. 21-23.

[925] Passarinho, *O Ministério*, fonte já citada.

pública". Foi longe demais quando afirmou que o expositor mostrara qualidades como "administrador" e "*policy-maker*" (estrategista).[926]

Três semanas depois, os bancários de BH entraram em greve. Imediatamente, o MTPS de Passarinho declarou sua ilegalidade e colocou o sindicato sob intervenção. As mesmas represálias de decretação de ilegalidade e intervenção foram jogadas sobre os metalúrgicos de Contagem quando os trabalhadores da Mannesmann e outras fábricas voltaram a cruzar os braços. Em vista disso, a demissão foi autorizada aos patrões como forma de contra-ataque. Posteriormente, vários acordos de categorias bancárias e metalúrgicas começaram a ser fechados com percentuais acima do fixado pela lei. Em 15 de outubro, o general Gaya, da DRT, divulgou em nota à imprensa sua indisposição ante as ameaças do recurso a greves por parte dos sindicalistas, anunciando que ia deixá-los de fora das mesas-redondas, um sinal claro de sua propensão para declarar ilegal qualquer paralisação. Apesar dessas advertências, Passarinho pode ter se comportado ambiguamente. Aparentemente, nos bastidores, instruiu as DRTs sobre seu aceite do índice *ilegal* de 30% mas, em público, discordou dos números alcançados.[927]

Em meados de novembro, um choque na cúpula do regime trouxe de volta a imagem das finanças cortando as asas do Ministério do Trabalho. Delfim Neto, ministro da Fazenda, criticou a ameaça representada pelos índices fixados no TRT à política salarial do governo. Na avaliação do cônsul Corrigan, essa atitude deu à oposição um fato político e levou o governo a um impasse. A faixa de reajuste acima da fórmula oficial, que oscilava entre 3% a 6% a mais, foi "suficiente" para que vários sindicalistas se precipitassem a "demonstrar a vontade do governo brasileiro em melhorar os salários e a fomentar a esperança numa maior abertura no futuro". Com o protesto de Delfim — cujo resultado foi a suspensão de oito acordos regionais pelo TST (que não ousou mexer

---

[926] "Labor Minister Speaks at War College", 27/9/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1219, LAB 1 BRAZ.

[927] Telegramas, 1º/10/68, 3/10/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, POL 2 BRAZ. Telegramas, 7/10/68, 1º/11/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 2 BRAZ. "Current Wage Campaign and Forecast", 18/10/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 11 BRAZ. "São Paulo Wage Negotiations", 25/2/69. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 11 BRAZ.

nos contratos de metalúrgicos e bancários) —, esses pelegos haviam se enfiado em saias curtas diante de suas bases mais uma vez.[928]

"Um líder metalúrgico disse ao nosso assessor trabalhista" que "sua principal preocupação" eram as "fortes pressões" emergentes nas assembléias contra esses acordos e a favor de paralisações. A sorte um dirigente desses eram as inquietações a afligirem o general Gaya da DRT. Ele também deixou o assessor estadunidense saber de seu receio do retorno das greves. "O governo brasileiro precisa encontrar", conclui Corrigan, "um jeito para diminuir, e não aumentar, os sacrifícios jogados em cima dos trabalhadores". Apesar disso, o dilema da estabilidade econômica *sem* exacerbação da injustiça social não parecia ser mesmo um problema para o governo Costa e Silva.

Quando visitado pelos observadores estadunidenses, Passarinho apontou para as críticas que vinha sofrendo de grupos empresariais por ser "'esquerdista'". Ele explicou que empresários o repreendiam porque "haviam gostado de ver reduzido o poder dos sindicatos", sendo "fortemente contrários a qualquer reforço do sindicalismo". A defesa de tais posições o levou a situá-los "anos atrás" dos executivos estadunidenses e alemães, cujos acordos em seus países seriam considerados *subversivos* no Brasil. Não obstante, quando o ministro foi a Osasco por causa da greve de julho e falou aos industriais sobre as "atividades de Marighella", apelando à sua colaboração no combate ao comunismo, ele reclamou que "estavam todos muito amedrontados para ajudá-lo".[929]

Os Significados das Greves

As medições de forças que as greves dos metalúrgicos de Contagem, ABC e Osasco promoveram no primeiro semestre não resultaram numa queda de braços plenamente favorável ao movimento operário e à luta contra a ditadura. Mesmo assim, a reanimação do movimento sindical o trouxe de volta ao cenário político. Em acréscimo, novas paralisações do tipo "Vem, Vamos Embora" ocorreram ao longo do ano (GE, Vemag, Sofunge) sem expor os operários a prisões e torturas (mesmo com Osasco

---

[928] "Battle on the São Paulo Wage Front", 22/11/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 11 BRAZ. As citações do próximo parágrafo foram retiradas desta fonte.

[929] Memo de conversação, 30/6/67, Nara II, fonte já citada. "Views of Passarinho", 19/11/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1781, POL 12 BRAZ.

alçada à condição de modelo inspirador). Como vimos, ainda no decurso do primeiro movimento grevista dos metalúrgicos de Contagem, o consulado estadunidense especulava se o fato não redundaria numa *inflexão* decisiva nos rumos tomados. A representação liberal de Passarinho (juras de afrouxo salarial, as injustiças de incompreensão sofridas, as advertências da iminência de uma ditadura de direita) mostrou quanto de razão os trabalhadores em Osasco possuíam ao alegarem que o ministro era demagógico e indigno de confiança.

Para o concurso de tal inflexão, deve ser incluída a própria CNTI — mesmo a contragosto seu. Em meio ao processo de desgaste em que estava metido, o sindicalismo anticomunista ajudou Passarinho a impedir o trasbordamento da insatisfação para fora dos limites do eixo do Sudeste industrial. Fiel servidor, foi novamente prestimoso na hora de envidar "esforços a fim de moderar pressões radicais vindas de baixo e de conter o avanço da liderança sindical mais agressiva". Obviamente, avisou a Embaixada dos EUA, "isso (...) não foi feito sem um custo político considerável à liderança da CNTI".[930]

Aqui e ali, se os executivos das firmas atingidas pelas paralisações admitiram negociar algumas das reivindicações dos seus subalternos e, sem muita convicção, deixaram o papel da perseguição à polícia política, o conjunto da comunidade empresarial paulista não se via como causa de nenhum ônus inflacionário, preferindo pautar para o governo as medidas que, supostamente, baixariam a inflação. Como não deixava de perceber que os salários e o poder de consumo haviam caído muito entre 1964 e 1968, era preciso que se posicionasse diante da questão do salário e do emprego. Apesar disso, reconhecer publicamente que os salários continuavam a ser deprimidos mesmo depois do controle da inflação era tão inconveniente quanto arriscado. Para os empresários, além dos lucros, a política salarial era vital para minar o poder de negociação da classe trabalhadora. "Os problemas básicos do país devem ser resolvidos antes do alcance de melhorias reais para o operariado". Essa era a conclusão acerca dos empresários que o assessor comercial do Consulado Geral dos EUA transmitiu aos seus superiores. Mais ainda: os desafios nacionais haviam sido delegados ao regime, dele

---

[930] "Worker Discontent", 26/9/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 11 BRAZ, 26/9/68.

também era aguardada a solução. Isso não quer dizer que os responsáveis homens de negócio não estivessem preocupados com a agitação operária. Caso os problemas não fossem resolvidos num "ritmo acelerado", eles achavam que as coisas iam complicar ainda mais. Teria de ser, a propósito, uma solução expressa porque os problemas de fato urgiam. "O Consulado Geral", lembraram-se seus assessores de política e economia, "tem recebido várias informes de malnutrição e fome nas famílias operárias".[931] (O grande milagre cairia como uma luva. Os investimentos externos voltariam, o crédito ao consumo idem, os salários melhorariam, novos postos de trabalho seriam abertos. E os sindicatos continuariam atrelados mecanicamente à política do governo central.)

As réplicas de Passarinho às críticas recebidas estabeleceram apenas uma meia verdade, pois não era exclusividade do empresariado o atávico reacionarismo anti-sindical. Imobilizado pelo impasse de ter de *criar* um sindicalismo autêntico sem sofrer discordâncias nem admitir a explicitação da luta de classes, o regime também não quis liberalizar nada, preferindo se fechar dentro do discurso da estabilização econômica. Sua típica aversão às demandas reivindicadas e o efeito desmoralizador decorrente do colaboracionismo da cúpula dirigente do movimento sindical só estavam aumentando o fosso entre a marginalidade do sindicalismo e a resolução dos problemas que afligiam o operariado.

Agredido e mal representado, o operariado estava se identificando com as oposições sindicais cuja "marcante tendência de abraçar os problemas com suas próprias mãos sem consultar os sindicatos" estava mostrando um caminho de pressão e participação mais chamativo. "Na área industrial fora de São Paulo", o ABC, "os líderes metalúrgicos foram pegos de guarda aberta quando os trabalhadores (...) largaram seus postos de trabalho numa greve não autorizada". Em âmbito mais amplo, "este mesmo desejo de auto-representação", identifica a diplomacia estadunidense, "foi expresso na recente conclamação, feita no 1º Encontro Estadual dos Dirigentes Sindicais de São Paulo, à formação de um sistema fabril de representação (isto é, delegados de fábrica)" no estado, o que "seria uma ruptura com a estrutura sindical brasileira".[932]

---

[931] "Worker Discontent", 26/9/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 11 BRAZ, 26/9/68.

[932] "Worker Discontent", 26/9/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 11 BRAZ, 26/9/68.

Se os observadores do Department of State estavam atentos ao que os trabalhadores faziam nas fábricas, a polícia política verificou a mesma preocupação entre os sindicalistas. Logo após o fim da greve na Willys, a 30 de maio, na reunião da comissão executiva preparatória do 3º Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais (de que o supracitado conclave estadual foi a edição paulista) um investigador apurou que "um dos temas do encontro" seria "a falta de liderança dos sindicatos junto aos trabalhadores, a exemplo do acontecimento em São Bernardo". Para isso, deveria haver uma "troca de idéias" entre os dirigentes para "analisarem a fundo o que de real houve".[933]

Por causa do esboço da auto-organização dos trabalhadores nas fábricas, sua presença nas assembléias, o apoio dado às atitudes de militantes de oposições, a realização de greves desconhecidas pelos seus sindicatos, a mobilização provocada pelo trabalho de formiga, os dirigentes locupletados nas máquinas sindicais estavam tendo de adotar posições menos servis. Como conseqüência, um desses líderes havia "recentemente" contado "a um funcionário do Consulado Geral que, nos últimos três anos de sua gestão, ele não tinha atacado abertamente o governo", mas que ele fora forçado a mudar de posição devido às pressões da base.[934]

Enfim, o CGEUA concluiu:

> "os trabalhadores aparentam estar se movendo para a oposição com ou sem os seus atuais líderes. Estes são vistos como presas de um sistema que não lhes permite desempenhar nenhuma atribuição sindical básica. Os trabalhadores tornaram-se abertamente críticos ao sistema e começaram a olhar para outros lugares em busca de uma solução".
>
> "Alguns trabalhadores estão prestes a se lembrar de que, antes de 1964, tinham líderes que eram nitidamente de esquerda e um governo que aparentava estar disponível às suas demandas. Como resultado, depois dos erros e frustrações dos últimos quatro anos, eles tendem a olhar para o passado com um grau de nostalgia. No interior desse contexto, eles aparentemente estão desenvolvendo uma receptividade para as nova soluções dos seus problemas. Numerosos contatos do Consulado Geral, cujos laços com os trabalhadores são estreitos,

---

[933] Comunicado, 30/5/68. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1811.

[934] "Worker Discontent", 26/9/68. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1220, LAB 11 BRAZ.

> confirmam que idéias radicais de esquerda e comunistas estão ganhando terreno na classe trabalhadora".[935]

Esse misto ebuliente de reaparição, retorno e reciclagem da antiga militância, surgimento de novos ativistas, hostilidade governamental, descrédito oficial, desgaste dos dirigentes sindicais constituía a brecha da ascensão das oposições, caminho muito diferente do trilhado pelo MMRS entre os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Deste modo, o fantasma do CGT — embrulhado no temor a um movimento sindical de ideologia anticapitalista em nível nacional, simbolizado por Osasco, onde se ouviu o chamamento de uma Central Única dos Trabalhadores — voltava a assombrar as avaliações feitas sobre o movimento operário no Brasil.

No caso específico dos trabalhadores da indústria automobilística, é preciso considerar que as greves nas fábricas não eram movimentos de caráter oposicionista aberto embora, em boa medida, tenham se dado "por fora" dos sindicatos. De todo modo, mesmo onde eram mais fortes, os "autênticos" dividiram espaço, conscientemente ou não, com gente muito mais à sua esquerda. No caso de Willys, que experimentara uma CRT, a greve de maio não só fortaleceu o grupo atuante desde antes de 1964 mas também abrigou a chegada de militantes da AP. Por ter sido surpreendida por uma paralisação "selvagem", a nova administração da Ford, quando localmente representada por seus gerentes trabalhistas, viu no grupo dos diretores de base uma oportunidade para assegurar um canal de interlocução e diálogo com seus novos milhares de empregados.

Sinteticamente, ambas as forças — as oposições e os "autênticos" — também torciam o nariz quando se falava em CGT e escreviam uma explicação histórica avessa ao sindicalismo brasileiro no pré-64. Os primeiros falavam em *vanguardismo*, censurando o PCB por sua distância das massas. Já os segundos preferiam dizer sindicalismo demagógico, isto é, político-partidário, rejeitando a aliança PTB-PCB. Apesar destas e outras diferenças, nas suas hostes, o fenômeno do associativismo operário de base se daria invocando novas siglas e crenças, às vezes mesclando pontos comuns. Nesse sentido, 1968 aponta para 1978.

---

[935] "Worker Discontent", 26/9/68, Nara II, fonte já citada.

Voltando a 1968 em si, enganavam-se os defensores da tese do fim da linha para o regime militar e da crise terminal do sistema capitalista. Iludia-se também quem via na gestão Passarinho uma demonstração de fraqueza nas linhas do inimigo. Seu bisonho vôo teatral e as pequenas concessões dadas com alarde não eram nem mesmo um recuo tático à procura de uma posição menos desfavorecida onde o regime pudesse enfrentar as forças armadas dos grupos revolucionários. Para averiguar o que estava acontecendo, Passarinho apenas abriu a portinhola da arapuca onde a classe trabalhadora havia sido confinada. Tendo-o feito algumas vezes, boa parte a contragosto, constatou o restabelecimento dos sobreviventes em chapas de oposição sindical e o crescimento de novas forças, no chão da fábrica, longe dos escritórios sindicais.

Devido a seu acesso direto ao poder e a informações privilegiadas, a diplomacia estadunidense até podia recear a possibilidade de uma guinada à esquerda do movimento operário, mas, ao mesmo tempo, não desconhecia a posição de força onde o governo brasileiro estava plantado.

A 16 de julho de 1968, o embaixador Tuthill avistou-se com Costa e Silva no aprazível Palácio das Laranjeiras (Rio de Janeiro) para debaterem o programa educacional promovido pelos governos estadunidense e brasileiro. O presidente representou o seu papel e disse que as críticas recebidas faziam parte das "desvantagens de um ambiente democrático". Assegurou, em seguida, a "determinação" de seu governo em "ser tolerante com a liberdade de expressão". Não era uma manifestação de fé na democracia, pois seguiu afirmando "estar confiante de que a Constituição do Brasil [de 1967] era muito apropriada para fornecer ao governo os instrumentos necessários à sua defesa". Então, declarou estar "atento" ao movimento estudantil, "'mas não com medo'". Adicionalmente, observou que, "'por sorte ou por outras razões'" — tais como as cassações e intervenções da CLT ou como os serviços de espionagem e repressão — o operariado brasileiro "não foi visto em forma nas recentes demonstrações de rua". "E isso era muito estimulante", arrematou.[936]

---

[936] Department of State, memo, 17 de julho de 1968. Declassified Documents Reference System, 1997/1897. LC.

É claro que Tuthill sabia que o presidente procurava tranqüilizá-lo; afinal ele era o máximo representante da superpotência amiga. Ao mesmo tempo, Costa e Silva deixou-o perceber que a Constituição estava na medida do gosto de ambos pela doutrina de segurança nacional, lição dada nas academias militares dos EEUU. Quanto à falta de vontade dos operários em juntarem-se aos estudantes, o diplomata tinha a seu dispor muitos relatórios, não exclusivamente sobre a rebeldia estudantil, para ter a sua própria visão — aliás muito distinta. Um deles, intitulado "Recente Onda de Greves na Indústria Automobilística Paulista", não foi retirado à toa da guarda do arquivo nacional estadunidense. Outro mais, a diplomacia estadunidense já estava a par dos rumores sobre a doença que acometia o bem-estar do presidente. As paredes, afinal de contas, tinham ouvidos por todos os cantos.

Com entrevistas à imprensa falada e escrita, Passarinho anunciou, a 19 de dezembro, o decreto-lei que instituía reajuste salarial automático com base no índice mensal do custo de vida, condenou os empresários que pressionavam trabalhadores cujos contratos ainda eram regidos pela antiga Lei da Estabilidade a optarem pelo pagamento do FGTS e negou as acusações de repressão aos sindicatos. Ordenados, emprego e liberdade sindical, os pontos recorrentes dos governos militares foram abordados nesse pronunciamento da forma característica, com atraso, com falsas garantias e com o intuito de gerar apoio a mais um Ato Institucional, o AI-5.[937]

Daí em diante, a solução apresentada, a gosto dos empresários, foi a da industrialização rápida com grandes favorecimentos à entrada do capital estrangeiro. Diferentemente do período regido pelo pequeno milagre, o AI-5 faria da estabilidade uma matéria do autoritarismo político, sepultando qualquer espaço de barganha entre os trabalhadores, seus patrões, a polícia, a política e o MTPS. De todo modo, os trabalhadores poderiam amealhar sua fatia do bolo caso tivessem sorte e forças. O custo, entretanto, não seria baixo. Se a retomada de mais uma fase de industrialização rápida restabeleceu uma base de apoio social à política oficial, essa ampliação, por si só, não lograria anular os ressentimentos dos trabalhadores com o período 1964-1968 nem anestesiar os efeitos colaterais do grande milagre. Isso só foi possível com a asfixia de

---

[937] Telegrama, 4/12/69. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1967-69, box 1219, LAB 1 BRAZ.

toda e qualquer oposição. Mais salários e empregos, é líquido e certo, puderam reverter a falta de perspectiva dos tempos de recessão. De todo modo, o "milagre" não foi uma fórmula composta de pão e circo. Oferta de emprego mais crédito ao consumidor, Fusca e futebol, receberam o seu papel, sendo muito aplaudidos. No entanto, não fosse o policiamento nas coxias, na platéia, no acesso aos salões das assembléias, outras personagens se manteriam atuantes.

OPINIÃO

E o trabalhador!
Aquela mão perfeita que faz toda a beleza de uma indústria ou de tudo quanto são obras; sem que a mão toque, nada feito.
Tudo pode ser automático, mas feito pelo trabalhador. E sem que acione uma alavanca, ou um botão seja tocado, nada feito.

Josué de Souza Pacheco (1964), operário de fabricação na Rhodia Química

1

Passadas duas décadas e meia de renovação dos estudos a propósito da indústria e do trabalho no Brasil, nossa visão do período 1945-1964 foi refinada com a especialização de áreas e saberes. Imprensado entre o magnetismo libertário do pré-30 e as expectativas expressas na emergência do "novo sindicalismo", bem como marcado pela derrota sofrida no Golpe de 64, o tema do movimento operário, entretanto, ainda está sujeito ao curso da investigação. Verdade, desde há muito se sabe que os sindicatos do período não eram tão atrelados ao Estado quanto o afirmado por governos e analistas.

Os resultados obtidos são notáveis. Com o desenvolvimento da pós-graduação, os estudos de caso se multiplicam, os avanços são mais custosos (tanto quanto sua acolhida, mais exigente), categorias e regiões outras recebem crescente atenção, novos temas são

recortados e desenvolvidos e as pesquisas, se tendem a ser menos abrangentes em suas explicações, são mais sólidas no seu embasamento.

No tocante a essa tese, seu esforço está em pensar o processo de organização sindical dos trabalhadores da indústria automobilística, um dos mais importantes contingentes da assim chamada "nova classe operária". A expressiva safra de estudos sobre a relação entre formas de dominação capitalista e história social do trabalho chegaram nas suas cercanias com *Estado-Patrão e Luta Operária.*

Aqui, esmiuçada ao longo desse estudo, a sindicalização dos trabalhadores da indústria automobilística implicou a interrogação dos temas do sindicalismo dos não-qualificados, da história social da industrialização, da trajetória política e empresarial da industrialização nacional-desenvolvimentista. Além disso, a "nova classe operária" reside no âmago das explicações acerca da derrota das Reformas de Base para o Golpe de 64.

Numa certa geração de estudos (da ciência política uspiana), em que seus antecessores diretos (os trabalhadores das metalúrgicas mais antigas) aparecem organizando-se em comissões contra seus patrões, a questão candente era refletir sobre a linha política que os atores da Grande Política precisavam *dar* à *espontaneidade* das massas. Posteriormente, com ênfases divergentes, *O ABC dos Operários* e *Working Women, Working Men* atualizaram o exame do tema da sindicalização e das greves da classe trabalhadora em São Paulo. Enquanto isso, *Em Busca da Memória* adquiria compleição e também atualizaria o debate das paredes do pós-guerra e de 1953.

Ocorrida depois, a Greve dos 400 Mil ficou de fora. No entanto, sua compreensão é crucial para sabermos quem eram e o que pensavam as correntes e lideranças sindicais atuantes entre os trabalhadores do parque manufatureiro 100% nacional, hoje coisa do passado. Nesta tese, essa greve foi abordada após reflexão sobre os grandes atores dessa história, a aliança político-empresarial de brasileiros com estrangeiros, a mão-de-obra nacional e os grêmios metalúrgicos *agraciados* com a aparição de grandes fábricas na sua base territorial. Não por acaso, aí se revelou a experiência subpolítica do operariado em organizar-se em comitês e delegações de fábrica. Sua reconstituição forneceu uma explicação para a averiguar a trajetória da sindicalização nas fábricas automobilísticas entre 1945 e 1968, amostrando a situação do movimento operário no prenúncio da manufatura plena.

De um lado, com isso demonstrou-se que essa prática não era um reduto de autonomia operária alheio à participação nos sindicatos. Pois as comissões e delegações procuravam o apoio de seus representantes, mesmo os moderados. Doutro lado, foi possível descentralizar o fenômeno da sindicalização fabril da mãos dos dirigentes e das correntes políticas, chegando até a episódios receberam, com surpresa ou perplexidade, a notícia ou a visitação de delegações tiradas dentro das usinas de forma voluntária e sem pregão.

Nesse terreno do subpolítico não encontramos apenas os líderes de carreira ou os sobreviventes às amarguras e aos percalços. Como distinguiu Brecht, achamos os "prescindíveis": os excluídos (entre estes, as mulheres), os derrotados, os subtraídos, os não-organizados nessa ou naquela corrente, os desgostosos, os que recuaram mas não desistiram; enfim, aqueles sem uma vida inteira de lutas (por ser próprio da luta fazer com que muitos saiam perdendo), não só por causa dos adversários externos, mas também por causa das brigas internas.

Portanto, quando possível, a atenção desta tese se voltou para gente como os dois operários comparecentes à reunião do comitê da Willys, os únicos sem um projeto predefinido para o Brasil, mas que seguramente desejavam uma sociedade menos injusta. De tão prescindíveis, suas identidades passaram desconhecidas pelo informe do delator da polícia política.

Ambos, porém, figuraram em rodinhas (aí se relacionando com a militância) e certamente acreditavam na idéia de um sindicato para todos os trabalhadores, sem interferência dos políticos, defendendo a dignidade de seu labor, fossem um "operário" ou um "profissional". Conforme o napolitano Annunciato (em depoimento de 1907), sempre que julgassem haver necessidade, se dispunham a apoiar os interessados em defenderem os seus direitos. Podiam, ao mesmo tempo, barganhar e pedir favores sem ver no relacionamento pessoal uma incoerência com seu envolvimento numa mobilização antipatronal.

Sem essa gente "prescindível", o processo de sindicalização era impossível. É verdade que se perderam muitos militantes e dirigentes nas tentativas de assediar as fábricas automobilísticas, mas esses precisavam manobrar com os peões, sem o que seus mais vistosos intentos seriam apenas um tigre de papel.

2

Em pequenos e grandes episódios, a história social dos trabalhadores foi pontuada por acontecimentos que tanto revelaram quanto enriqueceram o seu processo de agrupamento numa classe social, apresentando-a publicamente (não apenas para os outros mas também para os próprios envolvidos). O foco desta tese ficou centrado na sua sindicalização — face a face com a industrialização —, mas isso não quer dizer que a progressividade do fenômeno tenha sido investigada mediante a desatenção à sua diversificação, complexidade e turbulência.

Além das instituições mais tradicionalmente estudadas (os sindicatos e os partidos), investigou-se o local de trabalho com vistas à compreensão da experiência vivida pelos trabalhadores nas fábricas feitas laboratórios dos projetos de nacional-desenvolvimentismo. Tanto a consciência da exploração quanto o sentimento da dignidade do trabalho operário aconteciam ao mesmo tempo na mesma pessoa. Por mais desqualificado e desgastante que fosse, o emprego na indústria automobilística foi uma oportunidade não só de melhoria mas também de realização de experiências anteriores com o serviço braçal. E foi, ainda, uma experiência de depreciação deste mesmo serviço.

Dentro das usinas, nos deparamos com um operariado dividido em grupos e correntes. Relacionando-se com comitês, células e delegações, as rodinhas nos deixaram ver os diferentes significados atribuídos a experiências similares. As greves, por exemplo, beneficiaram esse processo duplamente. Por um lado, favoreceram a expansão do chamado universal da luta por direitos, enriquecendo-o. Por outro, separaram uns e outros.

Uns preferiram se arrumar e ficar de bem com seus superiores, aderindo aos expedientes da contra-informação. Outros afirmaram o valor da ética do trabalhador produtivo a todo preço, especialmente em momentos em que a polaridade das mobilizações definia apenas dois campos excludentes. Alheios, outros mais reafirmaram suas próprias saídas individuais.

Diante da repressão política ao movimento operário, aqueles que se mobilizaram em oposição aos seus patrões enfrentaram a aliança empresarial-policial. Esta se notabilizou por sua invariável dedicação à desmontagem de experiências e percursos, mesmo os mais frágeis e incipientes. Reconhecendo esta aliança, foi feita a revisão das ênfases colocadas

tanto origem rural do operariado brasileiro quanto nas escolhas dos seus representantes na Grande Política. Deixar esta pinça analítica de lado possibilitou enxergar a luta de classes, e até a luta de classes sem classes. Isso permite olhar para o período 1945-1968 e divisar outras facetas no sindicalismo trabalhista, o qual era profundamente influenciado pela presença dos comunistas e de outras correntes dentro e fora do PTB.

Uma das mais prezadas metas do Golpe de 64 foi a de segregar do sistema político aquelas "massas" a cujo encontro certos populistas (como Vargas, Jango, Jânio e Ademar) haviam ido para nutrirem-se de sua força. Exilado nas fábricas, o operariado entre 1964 e 1968 recusou o "novo trabalhismo" servido por líderes colaboracionistas e acabou sacando greves que receitaram a idéia de um "novo sindicalismo".

Reluziram, por isso, Osasco e Contagem. Estas também apareceram porque ocorreram em 1968, isto é, quatro anos depois do Golpe. A essa altura, o panorama do sindicalismo já havia sido limpo da politização do pré-64, sendo ameaçado pela emergência das oposições. Neste sentido, são uma novidade no seu próprio tempo.

Mas não eram um fato histórico sem precedentes. (Nem encerraram por completo o significado do fenômeno da greve, havendo, como foi ressaltado no caso do ABC, diferentes ocorrências paralelas.) O *Facão* na GM, só para começar, atesta o apreço da consciência operária pela meta de haver sindicalismo dentro das fábricas. Como evidência, é, aliás, mais consistente do que indicações da bibliografia sobre a "fermentação" do "novo sindicalismo" dentro das fábricas nos anos 70.[938]

3

Editada no Primeiro de Maio de 1943, a CLT sofreu seu primeiro abalo já no fim da Segunda Guerra Mundial. Ao recorrerem às "greves brancas", os trabalhadores mostraram aos donos do poder seu uso da estrutura sindical, que foi saudada como meio de sua submissão às políticas de paz social, como caminho para a luta de classes.

Tal qual Getúlio Vargas em 1935, para impor a sua ordem, o general-presidente Dutra recorreu ao arsenal repressivo oferecido pela lei e debelou o perigo da apropriação da

---

[938] Um exemplo desse tipo de referência aos comitês encontra-se em Erickson, *Sindicalismo no*, op.

institucionalidade pelos trabalhadores. Se os comitês e células ficaram a mercê da aliança empresarial-policial, os sindicatos foram colocados sob intervenção do ministério e da polícia.

De volta ao poder, Vargas radicalizou seu discurso nacionalista. Em certos momentos, porém, se viu sem o apoio dos trabalhadores, que voltaram a lançar mão das greves e comissões. Nas bases, a aliança sindical PTB-PCB obedecia a dinâmicas influenciadas pelo associativismo operário nas fábricas.

Mineiro, JK nem pensou em mexer na CLT. Para seu propósito de desenvolvimento econômico com estabilidade política e paz social, a regulação das relações entre capital e trabalho, o que a CLT fazia a contento, era condição indispensável, sendo ainda uma fonte de comunicação com as massas. Distinto de JK, Jango inspirava em seus adversários à direita o temor ao fantasma de Perón e da plebe sindicalizada. Jango, na verdade, apelou à CLT e ao MTPS tanto para governar com os sindicatos quanto para livrar-se de sua pressão.

Composto com brasileiros, o empresariado da indústria automobilística não gostava de sindicatos reconhecidos em lei e, ainda mais, beneficiados pela lei. Não gostava, outrossim, do fato dos grêmios paulistano e abecedenses serem dirigidos por sindicalistas da aliança nacional-reformista. Em contrapartida, quando se adaptaram ao Geia, as firmas do setor logo se aproveitaram da sua política de benefícios indiretos para alardear a superioridade das condições de trabalho oferecidas aos seus empregados. Ainda por cima, para esvaziar as campanhas salariais, ofertavam antecipações salariais regularmente. Com o propósito de também esvaziar a Justiça do Trabalho, a Willys instituiu a CRT, orquestrando a sindicalização fabril de seus funcionários.

Motivo de expectativas por causa de sua alardeada fama de liberal, Castelo Branco apenas prometeu e ensaiou. No tocante às realizações, a longevidade da CLT foi uma opção consciente de sua administração. Pois, novamente, os trabalhadores haviam ido longe demais. O contra-ataque, outra vez igual, foi possibilitado por intermédio de intervenções, cassações e nomeações.

Enfim, a CLT sobreviveu ao ditador que a outorgou e ao ditador que a repudiou. Também resistiu aos liberais mais horrorizados à palavra estatal. Embora não tenha sido plenamente bem-sucedida em avivar um sindicalismo corporativo (como reza seu Título V),

---

cit., p. 223.

serviu muito bem aos objetivos da paz social compulsória. Interpretada pelos funcionários e políticos do Ministério do Trabalho, foi o texto padronizado do papel de colaboração da liderança "democrática" e petebista. Porém, a CLT serviu, igualmente, para a costura de uma aliança nacional-reformista (o alvo dos golpistas de 1964). O reconhecimento oficial dos sindicatos como parte imprescindível às negociações laborais, os recursos arrecadados com o imposto e a garantia de estabilidade política fornecida pela unicidade sindical (uma salvaguarda instituída pelo Ministério do Trabalho) atraíam tanto a estatolatria quanto os dispostos à ocupação da institucionalidade.

Por fim, a CLT não acabou com as lutas locais nem regulamentou as formas de associação de base. Especialmente para a aliança PTB-PCB, e, dentro desta, para os setores críticos ao populismo, se o sindicato visava a fazer sentido, foi preciso vincular a colonização da institucionalidade com a sindicalização da fábrica, dando fluência aos conflitos e às tensões negados pela estrutura corporativa. Contra a aliança empresarial-policial, da qual os políticos varguistas se serviam sem problemas, esse era um eixo privilegiado de transformação do sindicalismo brasileiro.

4

Se ficar o bicho come, se correr o bicho pega. Submetido a revezes sumários entre 1945 e 1978, diversos grupos militantes tiveram de se resignar em pagar o alto preço cobrado pelas automobilísticas: sua sobrevivência nas fábricas tinha o custo de não explicitarem, coletiva e abertamente, o conflito de classes nas linhas do processo produtivo. Se tivessem forças, sobrava-lhes o posicionamento nas ruas, onde receberiam o combate de sempre. Aproveitando-se — e, simultaneamente, modificando — o cenário cambiante das conjunturas políticas (a vitória da democracia sobre o totalitarismo em 1945; o plano eleitoral de Jânio em amealhar o voto operário; a tolerância de JK; o aguçamento das lutas fabris pelo abono de Natal; a aliança com Jango; a crise de legitimidade social do regime militar em 1968 e o degelo desse mesmo regime desde meados dos anos 70), o movimento dos trabalhadores da indústria automotriz precisou ir além das fábricas para buscar sua permanência dentro delas.

Nas greves do pós-guerra, lotados na capital paulistana, os trabalhadores das automobilísticas se apresentaram misturados aos seus pares. Numericamente, não sustentavam uma parede sozinhos. Nessa época, além do mais, as automotrizes possuíam tamanho, tecnologia e organização nivelada com a média das outras firmas de grande porte. Aparentemente, apenas na GM a luta dos trabalhadores conseguiu sobreviver às radicalizações (de esquerda e direita) dos anos 1947-1952.

A Greve dos 400 Mil pegou os trabalhadores da indústria automobilística de São Paulo em pleno processo de realocação e requalificação com as mudanças industriais patrocinadas pela queima de etapas de JK. Ford e Vemag ensaiavam uma expansão acelerada e, como várias outras firmas, não precisaram ver seus funcionários entrarem em greve para conceder um reajuste salarial aceitável (medida que se revelaria central para a frustração de campanhas seguintes). No ABC, além de se apresentarem debilitados pelos golpes de facção da GM, o erguimento de novas instalações de Willys, MBB e VW roubou a esses trabalhadores a iniciativa das relações entre as classes.

Essa exitosa experiência patronal se estendeu pelos anos seguintes mediante a combinação entre queima industrial de etapas e queima de etapas do movimento operário. Enquanto a Ford Ipiranga solidificou sua auto-imagem de local "familiar", o desmembramento do SMSBD deu origem a um sindicato decidido à luta, mas sem um correspondente lastro de experiências — tão difusas quanto densas — de associativismo e mobilização. Para não falar de Toyota (Diadema), não parece ter havido em São Bernardo nada semelhante à greve na GM (São Caetano) de 1961 ou à progressividade das sindicalizações de base ocorridas na International Harvester (Santo André) e na Vemag (São Paulo). Apesar disso, São Bernardo foi palco de notável rivalidade em nível de chão de fábrica entre a oposição cristã, os comunistas e o ensaio da CRT. Por fim, vale notar a bem-sucedida produção de consenso por parte da classe patronal a qual, prezando a dignidade operária, visava a isolar o sindicalismo dentro da fábrica.

Depois do Golpe de 64, o movimento operário do ABC só foi recuperar sua capacidade de entrar em greve em 1968. Explorando o processo de dissídio trabalhista, "democráticos" de segunda geração e militantes da AP compartiram os intentos de liderar a mobilização fabril. Enquanto os primeiros refluíram para a linha sindical da lei e para dentro do SMSBD, os segundos intensificaram seu chamado de greve por fábrica no ano seguinte, chocando-se com a repressão política.

As paralisações voltaram em 1973 e 1974. Se Cruz, em 1968, não estava aqui para dirigi-las e afirmar-se por cima da luta entre situação e oposição, Vidal, de sua vez, as desqualificou e não as encampou. Essa frustrada experiência de radicalização da luta pacífica dentro da lei desgostou parte dos "autênticos" e, evidentemente, nunca agradou aos núcleos oposicionistas dispersos. Mesmo assim, Vidal ainda fez Lula seu sucessor em 1975, garantindo sua proeminência até, mais ou menos, 1976.

O preço supramencionado mudou de cifra em 1978; aí o movimento operário remarcou-o com o — público e nacional — anúncio do ajuste das contas pendentes no chão da fábrica, prometendo (e cumprindo) jornadas de luta para todos os anos 80, ofensiva esgotada vários anos depois, em 1991, com a greve dos golas vermelhas. Pois o avanço por sobre as linhas adversárias, finalmente empurradas para trás, conquistador de um território além da sobrevivência ameaçada pela asfixia, não aconteceu do mesmo modo em todo local.

Mais uma vez, os trabalhadores do parque industrial de Taboão, ex-Willys, atual Ford, tiveram papel destacado. Egressos da arriscada experiência de 1968, pequenos grupos de ativistas na Ford não deixaram a fábrica sem um experimento de representação sindical durante todos os anos 70.[939] Por isso, em 1978, não só garantiram ao movimento grevista o melhor aumento salarial como estiveram, subseqüentemente, tanto na ponta de lança das greves gerais dos metalúrgicos de 1979 e 1980 quanto na resistência às demissões da recessão de 1981. Esse antagonismo lhes valeu uma notável energia para o enfrentamento: greve "branca" em 1978, ponta de lança em 1979 e 1980, retorno da greve fabril em 1981, resultando no apontamento da segunda comissão de fábrica oficial em Taboão, sucedânea da CRT.[940] Na seqüência, as "operações": pipoca (1982), tartaruga (1984), vaca brava (1985), cambalacho (1986) e golas vermelhas.

Do Maio de 1978, fábrica por fábrica, há uma história para se contar. Em São Bernardo, os lugares onde os trabalhadores conseguiram ir mais longe ao penetrarem o território adversário foram Saab-Scania (ex-Scania-Vabis) e Ford. Na Volkswagen e na

---

[939] Negro, Antonio, "Nas Origens do 'Novo Sindicalismo': O Maio de 59, 68 e 78 na Indústria Automobilística". In: Rodrigues, Iram Jácome (organizador), *O Novo Sindicalismo. Vinte Anos Depois*. Petrópolis, Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999.

[940] Como observou Iram J. Rodrigues, a constituição do comitê de fábrica na Ford São Bernardo logo se ramificou pela Ford Ipiranga. *Comissão de*, op. cit., pp. 60. 65.

Mercedes, as baixas foram instantaneamente pesadas, impondo o abandono das ações ofensivas, logo substituídas pela necessidade de apenas manterem um insatisfatório ganha-pão.

Noutras cidades-sede de parques industriais automobilísticos, São Paulo, Santo André, São Caetano, São José dos Campos, Osasco, Xerém, a análise das experiências não coube aqui. Apesar disso, o novo lugar do movimento operário o reconduziu a uma situação similar àquela da euforia antinazi-fascista do pós-guerra, do seu reaparecimento de massas nos anos 50 ou do reformismo de base nos 60.

Diminuída a densidade da poeira levantada com a onda grevista entre 1978 e 1980, a classe trabalhadora ficou frente a frente com a aliança empresarial-policial e deliberou a sua resolução de reformatar o sistema político democrático, fora do ar desde 1964. De ponta a ponta, a nação estava por ser mudada. Do associativismo nos locais de trabalho e moradia, passando pelo anúncio de um novo contratualismo entre capital e trabalho (com a recuperação tanto da negociação direta quanto da pressão sobre a velha institucionalidade trabalhista, misturando-a ao seu simples abandono), novas instituições operárias nacionais foram reorganizadas ou criadas.

Essa nova posição do movimento operário custou o risco do desemprego a milhares de trabalhadores indignados e insurgidos contra as diferenças sociais. Muitos perderam seu ganha-pão ou a paz de suas casas, outros tantos, a saúde, outros menos, a vida. Quando aquela poeira baixou de densidade, permitindo divisar além do conflito grevista irresoluto, patrões e trabalhadores da indústria automobilística pensaram o Brasil e pactuaram o reconhecimento das comissões de fábrica, agora Comissões de Fábrica. Para os primeiros — e também para o MTPS —, esses comitês eram amortecedores dos choques; deveriam restabelecer a paz da produção. Finalmente conquistadas, as Comissões de Fábrica revestiram-se com outro significado para os trabalhadores: democracia. Por isso, à sua disseminação por todo o estado seguiu-se a sua cassação, contragolpe que atingiu a Comissão de Fábrica da Ford em 1986, ano I da Nova República.

5

Um dos eixos para a aparição dos "autênticos", Laís Abramo sintetizou com propriedade, foi o "resgate da dignidade". Nos anos 70, essa reconquista, além de fazer parte do movimento sindical, não era mais o ponto de honra recorrente do discurso e prática patronais. Por que os patrões, anteriormente os senhores da defesa da dignidade, passaram a ter no SMSBD um adversário?

As políticas de estabilização econômicas e as perdas salariais e de postos de trabalho marcaram os anos entre 1962 e 1968. Os lucros foram deprimidos, os investimentos, ameaçados. Vendas caíram e demissões aconteceram. Na política, o Golpe de 64 foi recebido com esperanças de limpeza dos "subversivos" e de rápida arrumação nas contas da economia. No *Relatório Anual* de 1965 de Willys, podemos ver o sinal dos tempos. Confiante no futuro (devido à sua identidade com a queda de Goulart e com a vitória da aliança golpista), a foto da capa traz operários de cabeça baixa aprontando motores sob um chefe supervisor. A legenda explica do que se trata: de "trabalho, ordem e progresso".[941]

A esquerda foi abatida, mas o remédio da recessão para "tirar" o país da crise estrangulou a saúde das empresas. No setor automotriz, a conseqüência foi a desnacionalização. Willys, Vemag, Simca e International Harvester foram vendidas para Ford, Volkswagen e Chrysler as quais, ao lado de GM e Mercedes-Benz, queriam voltar a crescer sem as anteriores parcerias com o capital local. No chão da fábrica, em acréscimo às demissões, aos baixos salários, ao fim da estabilidade e ao clima despótico, isso significou intensificar os ataques à dignidade do trabalhador. Em contraste com os governos de Vargas (o segundo), de JK e Jango, a paz social era matéria do autoritarismo político.

Nos anos 50 e 60, os industriais eram opostos aos sindicatos, mas não eram cúmplices e beneficiários de uma política econômica antioperária. Como foi visto, sabendo que bons salários não eram tudo, vendiam caro o ingresso do trabalhador na firma "moderna", inserindo-o numa relação de reciprocidade que, a um só tempo, o colocava em dívida com a "companhia" e lhe oferecia a conquista da dignidade. Nesse sentido, no lugar de apenas controlar e cobrar, também positivaram aspectos da cultura operária, como a afirmação do jovem solteiro ou a estabilidade do pai-provedor, o valor dado à família e à

---

[941] *Annual Report, 1965*. Pasta 23, caixa 295, HKP, BANC MSS 83/42 c, TBL, UCB.

casa própria, a diversidade das origens étnicas, a fé de sua religiosidade (católica, claro) e a suposta "cordialidade" de seus modos. Enalteceram, ainda mais, tanto o trabalho braçal como as trajetórias de vida dos seus empregados, deitando elogios sobre sua vontade de aprender, versatilidade e disposição para trabalhar "no duro".

Essa estratégia funcionou no pequeno milagre. Por isto mesmo, foi objeto de apropriação dos operários não-qualificados, que a ela eram submetidos, e que acabaram se vendo como dignos (embora não possuíssem uma função que lhes conferisse orgulho profissional desde logo). Nos anos 70, os patrões não deixaram de prezar a força de trabalho mas passaram a atacá-la quando tornaram insano o trabalho numa fábrica automobilística ou, em nível mais geral, quando tornaram insano o trabalho na fábrica com linha de montagem.

Um dos primeiros a entrar na Fiat de Betim (MG), o operário José chegou com o sonho de "'melhorar de vida'", mas ele declarou concordar com um grafite de protesto escrito no banheiro da fábrica — "brasileiros foram à Itália, deram sangue e luta", "italianos vieram para o Brasil, apenas para explorar". "'A linha de produção é o mesmo que doença lenta", comparou. "A segurança industrial olha muito o equipamento auxiliar do operário — luvas, óculos, botinas". Porém, "o mais grave não é visto: ritmo de trabalho, que é muito forçado. Dá muito acidente. (...) O único objetivo dos chefes é a produção'".[942]

Esses trabalhadores, além do mais, não eram empregados de uma firma qualquer. Eram "peões" de poderosas empresas dispostas a industrializar o país; lhes diziam que faziam palpitar o *coração* da *queima de etapas*. Quando esse "patriotismo de fábrica" foi revestido também de tons sindicais,[943] fato capitalizado pela defesa da dignidade, a balança do equilíbrio de forças oscilou, pendendo para o lado do movimento operário.

Enfrentando estranhamentos inclusive dentro do operariado, mas favorecidos pela abertura de emprego a milhares e milhares de peões nas indústrias dos anos 50, 60 e 70, os trabalhadores sem especialização profissional foram, afinal, uma *nova personagem* que forçaram sua inclusão no palco do próprio movimento operário, rompendo divisões ao reelaborarem sua linguagem de classe. Para tal, trouxeram uma identidade mais abrangente

---

[942] *Movimento*, 7/3/77. In: *Conjuntura Brasileira*, nº 16, 1977. Aperj, fundo CJMDW, série Documentos Impressos, pasta 10, doc. 12.

[943] Sobre a relação entre consciência operária e local de trabalho, ver: Smith, Steve, "Craft Consciousness, Class Consciousness: Petrograd, 1917". In: *History Workshop Journal*, nº 11, 1981.

— marcada pela idéia de povo (noção deplorada como antioperária pela universidade) — e afirmativa quanto à defesa da dignidade do trabalho manual, ciosidade que foi, no processo, encontrar respaldo na luta sindical.

Acabaram se somando à tradição subpolítica de organização no local de trabalho. Sem receitas fechadas, com silêncios, sob o impacto de grandes eventos históricos (a industrialização nacional-desenvolvimentista — o pequeno e grande "milagres" —, as políticas dos governos, o Golpe de 64), se comportaram enquanto sujeito, sentindo e pensando o mundo à sua volta, tomando decisões. Por conseguinte, como migrantes, como candidatos ao emprego, como empregados, pressionaram pelo direito de serem contemplados com a industrialização em curso. Uma vez na fábrica automobilística, se socializaram na cultura fabril e se manifestaram contra e a favor dos patrões e dos sindicatos, acreditando em lutar por seus direitos, disputando entre si as noções sobre esses direitos.

6

Não só o "velho sindicalismo" dispunha de representação no chão da fábrica como também o "novo sindicalismo" não dispensaria o uso de piquetes, reintroduzidos pelas mulheres grevistas da Resil.[944]

Reaproveitando a iniciativa da Volkswagen de não permitir a ocorrência da mobilização grevista dentro das suas instalações — exitoso contragolpe usado em maio de 1978 —, a Fiesp circulou um ofício com instruções antigreve. O parágrafo de abertura formaliza a medida (que vimos acontecer em 1957) de apurar informações sobre as usinas em greve. O terceiro instrui os industriais a colocarem "os grevistas na via pública" com vistas a "envolver o poder público". Além de se isentar do zelo pelas pessoas, garantindo o seu patrimônio, o empresariado visava a oferecer condições aos fura-greves para "permanecer produzindo" e esvaziar a unidade dos trabalhadores. E como isso tudo aconteceria? Com a polícia nas ruas abatendo-se sobre os grevistas, separando-os em uns e

---

[944] Rainho, Luís F.; Bargas, Osvaldo M., *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo*. São Bernardo do Campo, Fundo de Greve, 1983, pp. 112-116, 213. As informações dos dois parágrafos seguintes foram retiradas desta fonte.

outros.

Depois do "fracasso" da Villares, o ímpeto paredista do Maio de 78 parecia estar nos seus estertores. E, com efeito, estava. Pois a tática dos Braços Cruzados Máquinas Paradas (a mesma da "greve branca" e da "Vem Vamos Embora") já não conseguia mais se fincar dentro das usinas. Enxotadas para as ruas, cerca de 300 operárias da Resil se deram as mãos e, no seu nono dia de greve, impediram "qualquer pessoa de entrar na fábrica", atitude tomada sob as ameaças "dos agentes do Deops", que prometiam chamar o batalhão de choque da Polícia Militar. Muito ciosos, os dirigentes logo endossaram e vocalizaram o termo "corrente", eufemismo das grevistas para evitar sua associação com o subversivo piquete.

A grande diferença entre o SMSBD do final dos anos 70 com o SMSBD do início dos anos 60 era sua surpreendente força mobilizadora. Consistia não só em novo fortim para os trabalhadores em São Paulo, equiparando-se ao veterano SMSP do pré-64, como também sua diretoria "autêntica" ia sintetizando a pacificação de suas lutas internas na figura carismática e extraordinária de Luiz Inácio Lula da Silva.

Conseqüentemente, antes mesmo de ingressar em 1979, a classe trabalhadora estava novamente municiada do somatório *rodinhas, comissões, bairros, piquetes e sindicatos*, equação imprescindível às greves gerais dos metalúrgicos do ABC em 1979 e 1980. À sua recomposição "orgânica" (predomínio do sistema de fábrica com linha de montagem) correspondia uma redefinição "política".

Ao desejarem representar suas bases com autenticidade, as novas organizações de caráter sindical e partidário sancionaram a indiferença com que os movimentos grevistas do pré-64 recebiam a linha nacionalista de proteção da indústria e burguesia brasileiras. Se o nacional-desenvolvimentismo de Vargas e JK trouxera empregos, inflação e direitos, no pós-64, sua vertente autoritária atacou direitos, deprimiu salários e promoveu uma nova onda de crescimento dependente.

Além do abandono da oferta de aliança a uma classe industrial patriótica, a luta pelo direito de greve não reconheceria o território nacional do chão da fábrica. De um lado, o empregado brasileiro, que era notório por sua burla da CLT, atacara a dignidade operária

tal qual as multinacionais, motivo pelo qual os trabalhadores, mesmo apontando ser melhor trabalhar numa Ford, não se detiveram por aí. De outro, a grande embaixada realmente existente do nacional-desenvolvimentismo não existia mais. Willys era Ford.

Prosseguindo nas comparações, o papel antes encarnado por Alpargatas era de Volkswagen. Empregadora de cerca de 35 mil funcionários, a VW era militantemente refratária ao sindicalismo fabril. Repetindo o duelo de 1978, em março de 1979, era a grande incógnita da greve geral dos metalúrgicos do ABC. Maior automobilística brasileira, talvez da América Latina, maior parque industrial da VW mundial, sozinha valia por uma boa parede.

Determinado, o líder do movimento afirmava que o respaldo da base se confirmaria, mas todos sabiam que a adesão só seria verificada nas horas iniciais do primeiro dia de paralisação. Às 4h00, quatro lideranças e um pequeno número de profissionais de imprensa já estavam na "Cidade Volkswagen". Uma hora depois, cerca de 10 mil trabalhadores desceram dos coletivos. Insensíveis, a greve estava para soçobrar. "Foi quando um piquete se formou à frente daquele formigueiro humano. Eram basicamente jornalistas e alguns ativistas". Dois dirigentes interpelaram os presente e criticaram sua conduta dependente dos jornalistas. "Rapidamente", para a satisfação dos que apostavam desta manobra, "os peões da frente assumiram o lugar dos repórteres".[945]

7

Irradiada a partir da greve dos trabalhadores da Scania em maio de 1978, a nova fase das lutas sociais contra a ditadura militar encontrou no PCB um partido destroçado pela repressão política e arruinado por cismas e críticas. Vários setores da sociedade civil se aproximaram ao "novo sindicalismo" e, na pauta das diferenças e contas a acertar, constavam, lado a lado, a formação de sua identidade (definindo rumos) e a memória a ser construída sobre o passado recente, discutindo datas como 1964 e 1968.

---

[945] Grammont, Júlio de, "Os Subversivos de 1978". In: *Teoria & Debate*, nº 37, 1998, pp. 24-31. A descrição de Rita Torreão sobre os piquetes na greve dos metalúrgicos do Rio em 1979 é similar aos piquetes das greves estudadas aqui no período do pré-64. Ver: *A Greve Nasce na Fábrica. Metalúrgicos do Rio de Janeiro, 1979*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado apresentada ao Ifcs-UFRJ, 1986, p. 51 e ss.

Enquanto 1964 demandou toda uma leitura histórica do Brasil desde, pelo menos, a Revolução de 30, 1968 era abordado para o passado inspirar o futuro.

Quanto à identidade, afora o repúdio ao controle estatal, à intimidade com políticos de carreira, à cooptação patronal e aos chamados "pelegos", o "novo sindicalismo" afirmava ser construído "de baixo para cima" — uma resposta ao "vanguardismo" das esquerdas, ao "cupulismo" do pacto populista e, ainda mais, uma aposta na autonomia dos movimentos populares. Quanto à memória, fizeram uma leitura do período 1930-1974 de trás para a frente, partindo da vitória do Golpe de 64 e da derrota da esquerda armada. Portanto, não é de se estranhar que não tenha havido uma corrida dos estudiosos ao período 1930-1964. Em várias passagens da literatura existente, é fácil associar o tom de seus juízos ao seguinte trecho: "não é apenas o fato de que ninguém jamais acertou, ninguém jamais esteve errado sequer de modo interessante ou respeitável".[946]

Hoje em dia — época não-temente ao socialismo real —, o intervalo 1945-1964 é invocado para nos lavarmos de nosso deplorável passado "populista". Das vozes mais ouvidas sobre o que faz o Brasil Brasil, o antropólogo Roberto DaMatta expressou em termos sofisticados o que outros apenas exprimem com indisfarçáveis preconceito e ignorância. Prefaciando um livro sobre um quebra-quebra das Barcas (Rio de Janeiro, 1959), assegura ao leitor que o populismo instaura uma barganha na qual os *excluídos* da representação sindical são usados como bucha de canhão para o alcance de ganhos deletérios ao bem-estar coletivo, à Coisa Pública.[947]

Para DaMatta, os sindicatos atuam como corporações que *aprisionam* os recursos públicos do Estado, simultaneamente atracado por um empresariado (só o brasileiro?) voraz e egocêntrico. Entrementes, a cidadania é agredida por essa "perda de dignidade política e moral". Conseqüência disto, o eminente antropólogo passa o atestado do "fracasso do estilo populista de resolver demandas trabalhistas". Ao falar especificamente dos choques e das depredações, ele (citando Darnton, Thompson e Rudé) indaga o porquê de serem sempre dirigidos "contra os comerciantes, os representantes dos patrões (...) e os intermediários em geral, deixando de lado os produtores".

---

[946] Thompson, "As Peculiaridades", op. cit., p. 85.
Ver também: Garcia, Marco A., "Tradição, Memória e História dos Trabalhadores". In: Cunha, Maria C. P. (org.), *O Direito à Memória*. São Paulo, DPH, 1992, p. 171.

[947] Prefácio de Roberto DaMatta. In: Nunes, *A Revolta*, op. cit., pp. 10-13.

Vimos os piquetes grevistas surgirem como uma resposta à estratégia de partir o operariado entre trabalhadores ordeiros e grevistas criminosos. No dia-a-dia, ao chegarem a uma respeitável força unitária, os trabalhadores vinham enxotados para a via pública — um espaço sempre bem conhecido pelas classes subalternas —, mas onde, propositadamente, a mercê da cavalaria, os paredistas recebiam um tratamento aqui exposto nos seus meandros e detalhes. Em situações corriqueiras ou fora de série, as polícias ou o exército eram acionados para salvarem a fábrica da onda paralisante.

Esgotada a tática do pós-guerra, a "greve branca" (mais igual do que diferente das táticas "Vem, Vamos Embora", de 1968, e "Braços Cruzados Máquinas Paradas", de 1978), o movimento operário reanimou a tática da greve de massas com piquete durante o segundo governo Vargas, chegando ao grande êxito de 1957. Quando somava rua, bairro, fábrica e sindicato (espaços por vezes contíguos, isto é, comunitários) não só conseguia oferecer um escudo unitário para os trabalhadores propensos a permanecerem nas ruas como trabalhadores em greve como também era um canal para a multidão mirar seus alvos — claro, *inclusive os produtores*. Com isso, expuseram rasgos no nosso auto-retrato de povo prestativo e cordial, que resolve tudo em casa, gerando o dissabor do explícito confronto das classes, o que força o delineamento de classes com nítidos perfis de classe.

Na verdade, inúmeros episódios históricos além do quebra-quebra das barcas Rio-Niterói apontam para a falência não só de certas abordagens mas também para a falibilidade da política populista. O duplo jogo de acender uma vela para o trabalho e outra para o capital, ou ziguezaguear entre a esquerda e a direita, revelava-se muito mais acidentado quando o político que o manejava não tinha pleno domínio da máquina estatal de produzir medo e consenso e também não se fizera munir de um plano estratégico de desenvolvimento socioeconômico, elevando o jogo acima de sua ambição privada e de seu apego ao poder.

Visto de cima, o estilo populista certamente se mostrava falacioso; mas isto ocorria por causa de pressões vindas de baixo, as quais eram expressivamente marcadas pela aparição de uma classe operária desejosa de sua respeitabilidade e independência. Visto de baixo, a barganha populista não servia apenas à graça do apadrinhamento, da clientela ou do favoritismo. Podia ser usada como um canal de acesso à Coisa Pública para fazer direitos que os patrões se negavam a reconhecer ou aplicar. Na verdade, os sindicatos da aliança PTB-PCB eram os melhores canais existentes para os trabalhadores imporem ao

empregado o domínio da lei trabalhista, para fazerem justiça. Greves setoriais ou generalizadas, em adição, multiplicavam o alcance desses dissídios individuais. E ambas as coisas garantiam a inclusão de outras forças, que em geral eram segregadas de um sistema político cujos caciques sempre se declararam de centro ou centro-esquerda.

Decerto, o historiador deve se interessar pelas décadas dos fatos inconvenientes. Inegavelmente, o plenipotenciário assessor trabalhista Crockatt de Sá influía direto nos rumos das assembléias dos trabalhadores, parlamentando antes com lideranças influentes e dando a estas a diretrizes do Ministério do Trabalho ou do presidente Jango. Consoante certas fontes e análises (já abordadas), teleguiados por tapinhas nas costas, esses homens eram a correia de transmissão do populismo até as massas.

Mas ainda dependemos de saber quanto o sistema político populista era permeável a pressões vindas de baixo e até onde os de baixo foram (ou pretenderam ir). De fato, as fontes da Greve dos 400 Mil não nos deixaram saber, em todos as minúcias, todas as motivações da multidão em marcha contra as fábricas do Brasil moderno, urbano e industrial. Mas ficamos sabendo — e de uma vez por todas — que os trabalhadores tinham seus próprios caminhos para se levantar contra seus patrões.

Por quê o movimento operário brasileiro não reproduziu as experiências italiana, portuguesa e espanhola, de desmantelamento do estatismo sindical, quando morreram os ditadores que o impuseram? Não fossem os "liberais" do PSD e da UDN — na realidade políticos golpistas e privatistas da Coisa Pública —, o alcance civilizatório dos movimentos sociais seria muito mais recorrente, amplo e profundo.

Ainda mais, fomos inteirados da conflituosidade de classes vigente dentro das usinas as mais várias, de como os conflitos no chão da fábrica tinham de afirmar e reafirmar direitos (vários já reconhecidos em lei), de como os trabalhadores tinham de ir à rua para fazer frente à aliança empresarial-policial e de como esta se esmerou em queimar as etapas da democratização das relações entre capital e trabalho, simplesmente liquidando com elas e as mantendo dentro dos mais estreitos contornos do corporativismo (como aconteceu com 13º, o direito de greve, a negociação coletiva, o direito de representação sindical de base e a organização intersindical horizontal, elementos fundamentais para a edificação de uma sociedade de bem-estar).

Se o populismo foi um bloco do poder tecido nas classes dominantes para, por intermédio das alianças do PSD e do PTB, conduzir a política, a cultura e a economia

nacionais com ênfase no engrandecimento da máquina estatal, no estímulo ao capital privado e na subordinação das demandas populares (ou republicanas) à agenda de quem disputava o controle dessa mesma máquina, esse bloco também foi dependente da participação popular, algo passível de ser feito com autonomia e diretamente contra a burguesia industrial (nacional, associada ou estrangeira).

Pois, se existiu uma Frente Populista entre o PTB e o PSP em 1955 (apoiada pelo PCB) também existiu o trabalhismo sindical preconizado por Vargas, um movimento nacionalista de exaltação à sua figura e às leis do trabalho e partidário da justiça social. Numa sociedade tão habituada a mascarar e defender diferenças sociais de etnia, gênero e classe no espaço público e na intimidade doméstica, a invenção do trabalhismo serviu aos debaixo para ampliarem sua interferência na vida do país, abrindo-lhes brechas para acertarem contas penduradas pelas classes dominantes.

Mudando de águas, mas sem fugir da polêmica, aportemos nas assembléias dos doqueiros de Santos para ver quanto os empregados de uma das mais importantes indústrias do transporte se valeram de canais próprios para sintetizar um projeto republicano civilizatório, de igualdade social e universalização dos direitos.[948]

O trabalhismo foi também a ideologia de Alcides Borsoi (ferramenteiro na Mercedes) que, embora pecebista, vimos se apresentar como seu "combatente" de primeira hora. Este envolvimento de pessoas comuns com sindicatos era freqüentemente encarado, no campo e na cidade, como um ato de ruptura numa relação de lealdade e respeito para com os patrões, invariavelmente apreciadores da figura do brasileiro humilde, dócil e cordial, geralmente um braçal adulto, migrante e sem especialização de ofício.

Nos sindicatos, os líderes escolados em experiências de organização de base e de campanhas de massa sabiam e acreditavam. Abraçados numa utopia ou a uma ideologia reformista, acreditavam na necessidade da classe trabalhadora ser forte, desde o local de trabalho, para sua própria defesa e bem-estar. Mas não só. Tinham ciência, por causa de sua trajetória, que os trabalhadores, agrupados em rodinhas, comitês ou delegações, podiam pautar a dinâmica das lutas sindicais fabris (ou ainda mais além). Por outro lado, sabiam que não teriam condições de influir no bloco populista se não possuíssem respaldo. Para tal, não era difícil constatar, era insuficiente viver da unicidade e do imposto sindicais. Era

---

[948] Silva, *A Carga*, op. cit., pp. 3, 8, 142-144, 210-214.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

preciso um projeto próprio. Sem este, e isso era fácil perceber, as condições para sua participação seriam ditadas pelos sócios majoritários, aqueles que escreviam as leis. Melhor se munir do viço da base social.

Adicionalmente, enquanto se apoderavam do acesso aos programas habitacionais, de pensão e assistência do Ministério do Trabalho, trabalhistas e pecebistas incrementaram suas redes de influência. Outrossim, para retornarem às bases com resultados em mãos, fechavam acordos e alianças nos parlamentos e gabinetes governamentais. Não eram, óbvio, as virgens vestais do puro exército proletário.

Tampouco se deixaram iludir.

Designado pelo "Partido" para angariar fundos para a campanha presidencial do marechal Lott (1960), Armando Mazzo desgostava das "posições retrógradas" do militar nacionalista. Em viagem ao Rio de Janeiro, recebeu do comitê central uma lista de exigências do PCB para entregar ao vice-presidente Goulart. "O senhor não precisa ofender minha mãe", retrucou Mazzo logo depois de Jango passar os olhos pela dita lista. "O que vocês estão pensando?", perguntou-lhe Goulart, "vocês devem saber que eu pertenço a uma classe e vocês a outra. Não vou fazer nada disso". Lista no bolso, Mazzo voltou para o ABC.[949]

A recusa do sindicalismo populista não leva, portanto, à recusa do reconhecimento de uma política populista no Brasil. Ao mesmo tempo, talvez seja um equívoco referir-se ao período 1945-1964 como uma democracia populista pois o resultado pode atribuir ao populismo um perfil democrático e um peso hegemônico jamais alcançados. Então, para pensarmos o lugar do sindicalismo nacional-reformista na política brasileira, seria o caso de descartá-la como "populista" se em populista naufragarmos qualquer coisa no maquiavelismo de Vargas, Ademar, Jânio ou Jango, não existindo mais nada em jogo além da figura de JK.

Mas havia. O PTB, por exemplo, não era apenas a mão esquerda de Vargas na política brasileira, pois a direita não se servia só do PSD, manipulando o PTB idem. Além disso, diferenciar o trabalhismo do populismo significa reconhecer que o PCB não se dissolveu no primeiro. Ao preferir seus próprios cultos às personalidades de Stalin ou Prestes (no lugar de louvar Getúlio), a política sindical do PC não se compôs somente com

---

[949] Mazzo, *Memórias de*, op. cit., p. 137.

chamamentos à ordem e tranqüilidade, à unidade com a burguesia, ao nacionalismo ou ao combate ao imperialismo ianque.

Sindicalistas que haviam sobrevivido à ditadura do Estado Novo eram experimentados e perspicazes o bastante para saberem que a mão esquerda do populismo varguista servia para abraçar o povo e conter o avanço das forças anticapitalistas. (Enquanto isso, a mão direita estreitava transações com o capital estrangeiro, como acontecido com Henry Kaiser no Catete, negócio, desde o início, associado ao capital nativo.)[950] Menos experimentados, mas não menos calejados, outros sindicalistas conheciam a CLT e a aliança empresarial-policial tão de perto que não abandonaram sua própria visão — independente e crítica — da aliança com partidos e políticos defensores do trabalhismo varguista.

"Meu jovem", meneou o senador Amaral Peixoto (PSD), "as boas idéias o PCB formula, o PTB agita e o PSD realiza". "Ali mesmo", o dirigente cegetista do PCB Hércules Corrêa compreendeu os "cuidados" exigidos pelo seu interlocutor. A raposa "determinara o lugar que *poderia* ser ocupado pelos comunistas, na política, e não deixaria o PCB jamais entrar efetivamente no governo".[951]

De um lado, considerando sua fidelidade ideológica e partidária, o prestígio de Vargas (responsável, entre outras coisas, pelo queremismo e pelo seu retorno à Presidência em 1950), a efetivação da Justiça do Trabalho, as garantias da lei aos direitos de funcionamento dos sindicatos, bem como sua importância para as eleições político-partidárias, a máquina política do MTIC, a aliança com o PTB e outras agremiações, o registro cassado em 1947 (quando os sindicatos também caíram nas mãos da direita), os revezes propiciados pela espionagem e pela repressão política e, por fim, a potencialidade de sua relação direta com Jango, é claro que os sindicalistas do PCB (bem como seus dissidentes) não recuaram da idéia de ocupar o Estado para promover as políticas de transformação que almejavam. Não apostavam, incessantemente, na autonomia dos movimentos sociais ou na organização da sociedade civil. Com freqüência, o poder central foi o norte de sua atuação.

---

[950] Para Maria Celina D'Araújo, Vargas fechou acordos com o capital estrangeiro admitindo concessões desfavoráveis à sua linha programática de independência e nacionalismo. Ver: *O Segundo Governo Vargas*. São Paulo, Ática, 1992, p. 157.

[951] Corrêa, *Memórias de*, op. cit., p. 83.

Doutro lado, até mesmo para seus fins políticos particulares, pecebistas, e, em menor quantidade, socialistas, trotskistas, "renovadores" e cristãos nada tinham a fazer a não ser encampar a conflituosidade de classes vigente na sociedade brasileira. Além de virem das fábricas, de possuírem uma identidade de classe, esses trabalhadores militantes tinham de dar respostas à própria auto-ativação das bases que, nas suas rodinhas, discutiam e decidiam coisas autonomamente, isto é, sem consultar o sindicato — isto não significando que o desconhecessem. Nesse sentido, em maior escala, e com experiências mais diversificadas, as esquerdas foram a força mais decididamente constante na edição de greves e na organização de associações populares de base.

Fizeram-no, a propósito, lidando com grandes dificuldades inerentes a elas mesmas. Pois acreditavam tanto no enquadramento das lutas nos níveis "econômico" e "político" que, fato corriqueiro, ignoraram estarem lidando com pessoas comuns — e não com "o" proletário fabril. Donos de pecadilhos diversos, o trabalhismo não sentia dificuldades em acolher as culturas do trabalhador pobre ou de rua e em promover sua dignidade braçal. O "povão" e o trabalhador associado não são excludentes entre si.

Em parte, a diferença entre as esquerdas socialistas e trabalhistas explica o crescimento das primeiras nas eleições sindicais e as votações dos segundos em pleitos partidários. Em ambas as situações, a deplorada identidade de popular, que uma certa desconfiança sempre provocou, também podia operar no sentido de acolher "noções elementares de solidariedade e conduta humanas", repercutindo uma "particular ressonância moral".[952] Recorrentemente explicitado nas fontes, aquele sentimento de ver-se implicado com a prestação de solidariedade a colegas que assumiam o risco de lutar por uma demanda justa estava na base deste fenômeno.

Enfim, ao se falar do Brasil no pré-64, esta tese propõe que não se pense exclusivamente em mandonismo ou patronagem. Aceito o convite de ir às fontes, demonstra que a disparidade das diferenças sociais não impede a universalização das demandas populares num movimento classista republicano. Houve experiências e práticas de mobilização e organização democráticas. Logo, quando se fala em comissões de fábrica, vale olhar para as rodinhas e tentar entender o que os trabalhadores estão pensando e fazendo com o mundo à sua volta. Seguramente, sairemos convencidos da politização do

---

[952] Thompson, *A Formação*, vol. II, op. cit., p. 152.

cotidiano das classes subalternas, pois estas, divididas ou unidas, disputam o rumo de suas próprias vidas.

FONTES

ARQUIVO DA SECRETARIA-GERAL DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC

Pastas Ford I-VII, Multibrás I, Scania I, MBB I, VW I. Pasta Fundação do Sindicato. Pasta Eleição, 1965, 1967, 1969, 1972, 1975. Pasta Campanha Salarial, 1970-71, 1972, 1974, 1975, 1976, 1977-78. Pasta Atas Diretoria, 1962-68, 1962-75. Pasta Congressos I e II

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP)

Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (Asmob)

Arquivo Privado Cunha Bueno

Biblioteca

Jornais

Setor Deops

ARQUIVO DO SETOR DE IMPRENSA DA AUTOLATINA

Ford, *Noticias Ford-Willys*

WOB, Divisão de Relações Públicas, *Noticiário Willys*

WOB, Divisão de Relações Públicas, *Serviço de Imprensa*

ARQUIVO EDGAR LEUENROTH (AEL)

Coleção Gilberto Mathias

Fundo Brasil Nunca Mais

Jornais

ARQUIVO NACIONAL (AN)

Arquivo Particular Paulo de Assis Ribeiro

Fundo Agência Nacional

Fundo Camde

Fundo Conselho de Desenvolvimento

Fundo Correio da Manhã

Fundo Ipes

Processo de expulsão de Ristori, Cerchiari e Sorelli

ARQUIVOS PESSOAIS

Celso Frederico

Entrevistados

John French

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ)

A Contradita. Polícia Política e Comunismo no Brasil 1945-1964. Entrevistas com Cecil Borer, Hércules Corrêa dos Reis, José de Moraes e Nilson Venâncio. Rio de Janeiro, Aperj, (no prelo)

Biblioteca

Coleções Particulares: Daniel A. Reis Fº, Jair Ferreira de Sá e Jean Marc Van der Weid

Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS)

Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro (PPRJ)

ARQUIVO ROBERT ALEXANDER

Entrevistas

BIBLIOTECA ADELÇO DE ALMEIDA (SINDICATO DOS QUÍMICOS E PLÁSTICOS DE SÃO PAULO)

BIBLIOTECA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (RJ)

BIBLIOTECA DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BBNDES)

BIBLIOTECA DO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL

BIBLIOTECA DO CONSULADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (RJ)

BIBLIOTECA MARCOS ANDREOTTI (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTO ANDRÉ)

BIBLIOTECA NACIONAL (BN)
Setor de Obras Gerais
Setor Periódicos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP (CEDEM)
Fundo Fábio Munhoz

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA LAUDELINO BUENO DA SILVA (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC)
Atas de assembléias
Biblioteca
Entrevistas
Jornais

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO CONTEMPORÂNEA (CPDOC)
Arquivo Edmundo de Macedo Soares
Arquivo Juraci Magalhães
Entrevistas

COLEÇÃO ROBERTO SIMONSEN (BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNICAMP)

ENTREVISTAS

FORD INDUSTRIAL ARCHIVES (FIA)
Série Brazil, São Paulo, Ford Motor do Brasil, Willys-Overland do Brasil

GEORGE MEANY MEMORIAL ARCHIVES (GMMA)
Country Files, Brazil

HENRY FORD MUSEUM
Mostra *Made in America*

HENRY FORD RESEARCH CENTER
Biblioteca

LIBRARY OF CONGRESS (LC)
Declassified Documents Reference System

MUSEU DA PESSOA & CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS
Entrevistas do projeto História das Profissões em Extinção
Memória do Trabalho: Depoimentos sobre Profissões em Extinção. São Paulo, Confederação Nacional dos Metalúrgicos, 1999

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION II (NARA II)
Biblioteca
General Records of the Department of State, RG 59, Central Decimal File, 1955-59 (caixas 4308, 4309, 4310), 1960-63 (caixas 2416, 2417, 2425).
General Records of the Department of State, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1963 (caixas 3498, 3575, 3576, 3834-3837), 1964-66 (caixas1066, 1281-1283, 1582, 1926, 1928-1935, 1937, 1938, 1940-1944), 1967-69 (caixas 1219-1221, 1781).
General Records of the Department of State, RG 174, Office of the Secretary of Labor, Records of Secretary of Labor A. J. Goldberg, 1961-62. Country Programs, Box 58.
General Records of the Department of State, RG 174, Office of the Secretary of Labor, Records of Secretary of Labor W. W. Wirtz, 1962-69. Country Programs, Box 603.

PROGRAMA MEMÓRIA E ACOMPANHAMENTO DO MOVIMENTO OPERÁRIO (PMO-CEDI)
Arquivo
Biblioteca

PUBLIC RECORD OFFICE
Foreign Office 371
Foreign and Commonwealth Office 7 286
Foreign and Commonwealth Office 7 163

THE BANCROFT LIBRARY (TBL)
Arquivo Edgar Kaiser
Arquivo Henry Kaiser
Biblioteca

OUTRAS FONTES

A Classe Operária Vai ao Paraíso, de Elio Petri.

Arquitetura da Destruição (*Architecture of Doom*), de Peter Cohen. Suécia, 1989.

Cabra Marcado para Morrer, de Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro, 1984.

Clóvis Graciano, *Operários*, pintura mural na Avenida Rubem Berta.

Diego Rivera, a Retrospective. Detroit, Founder's Society Detroit Institute of Arts, 1986.

Carlos Prado, *Garis*, 1935.

Carlos Prado, *Varredores de Rua*, 1935.

Carlos Prado, *Paisagem Urbana*, 1955.

"Homens Bordadeiros", *Jornal Nacional*, 12/2/2000. Centro de Documentação (Cedoc), Rede Globo de Televisão.

http://www.angelfire.com/wi/willysbr/willys1.html

http://www.dkw.com.br/

http://www.itaucultural.org.br/

Lasar Segall, *Greve*, 1956.

Linha de Montagem, de Renato Tapajós. São Paulo, 1982.

Raymond Neilson, *Segunda Visita de Roosevelt ao Brasil*.

São Paulo S.A, de Luís Person. São Paulo, 1965.

Seção The Mill Workers World. Museu Quarry Bank Mill (Manchester).

Sindicato de Ladrões (*On the Waterfront*), de Elia Kazan, 1954.

Tarsila do Amaral, *Operários*.

Tucker, a Man and his Dream.

Viramundo, de Geraldo Sarno. São Paulo, 1965.

Fontes Impressas e Obras Específicas

Arquivo em Imagens. Série Última Hora, nº 1. São Paulo, Aesp, 1997.

Bilhetes do João Ferrador. São Paulo, Editora Grafite, 1980.

Balcão, Nilde, *História dos Metalúrgicos de São Caetano*. São Paulo, Cedi, 1987.

Brito, José C., *A Tomada da Ford. O Nascimento de um Sindicato Livre*. Petrópolis, Vozes, 1983.

Campos, Roberto, *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994.

Cardoso, Fernando H., "Procópio. Um Depoimento". In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 17, 1987.

Carneiro, Glauco, *Cunha Bueno*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1982.

Che Guevara, Ernesto, *Créer Deux, Trois... de Nombreux Vietnam*. Paris, François Maspero, 1967.

Coelho, Marco A. Tavares, *Herança de um Sonho*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

Corrêa, Hércules, *Memórias de um Stalinista*. Rio de Janeiro, Opera Nostra, 1994.

Costa Neto, Carlos Renato, "O Que É o Movimento de Renovação Sindical". In: *Revista Brasiliense*, nº 32, 1960.

Couto, Adolpho, *Revolução de 1964. A Versão e o Fato*. Porto Alegre, Gente do Livro, 1999.

Denfeld, D.; Fry, M., *Jipe o Indestrutível*. Rio de Janeiro, Renes, 1976.

Etchenique, H. Miguel, *Entrevistas, Cartas, Mensagens e Discursos: 1994-1997*. São Paulo, Brasmotor, 1997.

Ferraz, Marcelo (coord.), *Vilanova Artigas*. São Paulo, Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, Fundação Vilanova Artigas, 1997.

Filme Cultura, nº 46, 1986.

Fonseca, Rubem, *Agosto*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

Ford, Henry, *Today and Tomorrow*. Londres, Heineman, 1926.

Ford, Henry, *Os Princípios da Prosperidade*. Rio de Janeiro, Editora Brand, 1954.

Fundação Getúlio Vargas, Cpdoc. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1984.

Gattás, Ramiz, *A Indústria Automobilística e a Segunda Revolução Industrial no Brasil*. São Paulo, Prelo, 1981.

Geiger, Theodore, *US Business Performance Abroad. The Case Study of General Electric Company in Brazil*. Washington, National Planning Association, 1961.

Grammont, Júlio de, "Os Subversivos de 1978". In: *Teoria & Debate*, nº 37, 1998.

Hernandez, Inácio, *Memória Operária (Cidade Industrial: Contagem, BH, 1968/1978)*. Belo Horizonte, Vega, 1979.

Hodgson, Godfrey, *People's Century. From the Dawn of the Century to the Start of the Cold War*. Londres, BBC Books, 1995.

Hogle, Allen, "Kaiser's Automotive 'Onslaught' on Brazil". In: *Kaiser-Frazer Owners Club Quarterly Magazine*, vol. 30, nº 1, s.d.

Instituto Cultura do Trabalho, *Primeiras Atividades*. São Paulo, 1964.

Jatobá, Roniwalter, *Crônicas da Vida Operária*. São Paulo, Global, 1988.

Johnson, John, *Latin America in Caricature*. Austin, University of Texas Press, 1997.

"José Barbosa Monteiro". In: Cavalcanti, Pedro; Ramos, Jovelino (coord.), *Memórias do Exílio*. São Paulo, Livramento, 1978.

Kaiser, Henry J., *Management Looks at the Post-War World*. Nova Iorque, Newcomen Society, 1943.

Kubitschek, Juscelino. *Discursos, 1958*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1959.

Kubitschek, Juscelino, *A Marcha do Amanhecer*. São Paulo, Bestseller, 1962.

Leite, José, *Dicionário Critico da Pintura Brasileira. Arte do Brasil e Demais Coleções*. Rio de Janeiro, Artlivre, 1988.

Lima, Pedro M., "Marxism-Leninism and its Influence on Cultural Life in Brazil". In: *Word Marxist Review*, vol.5, nº 10, 1962.

Linhart, Robert, *Greve na Fábrica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

Lloyd, Reginald, *Impressões do Brasil no Século Vinte. Sua História, seu Povo, Comércio, Indústrias e Recursos*. Londres, Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913.

Marques, Luiz (coord.), *Catálogo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand*. São Paulo, Masp, 1998.

Martins, Milton, *Sindicalismo e Relações Trabalhistas*. São Paulo, LTr, 1995.

Mason, David, *Salerno, A Invasão da Itália*. Rio de Janeiro, Renes, 1977.

Mazzo, Armando, *Memórias de um Militante Político e Sindical no ABC*. São Bernardo, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1991.

McCloud, James, *The IKA Story*. S.l., s.ed., 1995.

Medici, Ademir; Pinheiro, Sueli, *Primeiro de Maio e os Principais Momentos da Luta Sindical em São Bernardo: 1902-1990*. São Bernardo do Campo, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, 1990.

Medici, Ademir, *Migração e Urbanização*. São Paulo, Hucitec, 1993.

Medici, Ademir, *Nove de Novembro de 1947: A Vitória dos Candidatos de Prestes*. Santo André, Fundo de Cultura de Santo André, 1999.

Mello e Souza, Roberto, *Administração Integrada*. São Paulo, Duas Cidades, 1983.

Monteiro Lobato. *Mr. Slang e o Brasil*. Obras Completas, vol. 8. São Paulo, Brasiliense, 1946.

Monteiro Lobato. *Zé Brasil*. Rio de Janeiro, Vitória, 1947.

Moraes Neto, Geneton de, *Dossiê Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 1997.

O Giz e a Graxa. São Paulo, Senai, 1992.

Oliva, Aloizio Mercadante (coord.), *Imagens da Luta*. São Bernardo, SMSBD, 1987.

"O 1º de Maio de 1968". In: *Cadernos do Presente*, nº 2, 1978.

Paraná, Denise, *O Filho do Brasil. De Luiz Inácio a Lula*. São Paulo, Xamã, 1996.

Passarinho, Jarbas, *O Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo*. Rio de Janeiro, Ministério do Trabalho e Previdência Social, 1968.

Rainho, Luís F.; Bargas, Osvaldo M., *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo*. São Bernardo do Campo, Fundo de Greve, 1983.

Sá Corrêa, Marcos de, *1964 Visto e Comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L & PM, 1977.

Sampaio, Antônio Possidônio, *A Capital do Automóvel na Voz dos Operários*. São Paulo, Edições Populares, 1979.

Simões, Inimá, *Salas de Cinema em São Paulo*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

Tendler, Sílvio; Dias, Maurício, *Jango*. Porto Alegre, L&PM, 1984.

The Kaiser Story. Oakland, Kaiser Industries Corporation.

Torres, Paulo, *Uma Experiência junto ao Proletariado*. Chile, mimeografado, 1972.

Valim, Ana, *50 Anos de Luta*. Santo André, Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, 1983.

Vannucchi, Paulo, *História da Greve de 89*. São Bernardo, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, 1989.

Viana Moog, Clodomir, *Bandeirantes e Pioneiros*. Editora Globo, Porto Alegre, 1957.

Vinhas, Moisés, *Estudos sobre o Proletariado Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

Vinhas, Moisés, *O Partidão*. São Paulo, Hucitec, 1982.

VVAA, *A Revolução de 31 de Março*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966.

VVAA, *Vox Populi, Vox... Wagen*. São Paulo, Editora das Américas, 1970.

Wainer, Samuel, *Minha Razão de Viver*. Rio de Janeiro, Record, 1988.

Walters, Vernon, *Silent Missions*. Nova Iorque, Doubleday, 1978.

Wells, Albert, *Hail to the Jeep. A Factual and Pictorial History of the Jeep*. Nova Iorque, Harper & Brothers, 1946.

Wilkins, M.; Hill, E., *American Business Abroad*. Detroit, Wayne State University Press, 1964.

BIBLIOGRAFIA

Abramo, Laís, *O Resgate da Dignidade. Greve Metalúrgica e Subjetividade Operária.* Campinas, Edunicamp, 2000.

Adams, Stephen, *Mr. Kaiser Goes to Washington.* Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1997.

Alem, Silvio, F., *Os Trabalhadores e a 'Redemocratização' (Estudo sobre o Estado, partidos e a Participação dos Trabalhadores Assalariados Urbanos na Conjuntura da Guerra e Pós-Guerra Imediato).* Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 1981.

Alexander, Robert, *Labor Relations in Argentina, Brazil and Chile.* Nova Iorque, McGraw Hill, 1962.

Alexander, Robert, *A Organização do Trabalho na América Latina.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

Almeida Jr., Antônio M. de, "Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas". In: Fausto, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 3, vol. 3. São Paulo, Difel, 1981.

Almeida, Antônio de, *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: Cultura e Política dos Trabalhadores no ABC Paulista - 1930/1980.* São Paulo, tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP, 1996.

Almeida, Antônio de, "Novas Leituras para Antigas Lutas: Representatividade e Organização Coletiva entre Trabalhadores do ABC Paulista - 1964/1990". In: *Revista Brasileira de História*, v. 19, nº 37, 1999.

Almeida, José, *A Implantação da Indústria Automobilística no Brasil.* Rio de Janeiro, FGV, 1972.

Almeida, Maria H. T. de, "O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas". In: *Debate & Crítica*, nº 6, 1975.

Almeida, Maria H. T. de, *Crise Econômica & Interesses Organizados.* São Paulo, Edusp, 1996.

Alves, Márcio M., *68 Mudou o Mundo.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

Alves, Vânia, *Vanguarda Operária: Elite de Classe?.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

Alvim, Rosilene, *Constituição da Família e Trabalho Industrial. Um Estudo sobre Trabalhadores Têxteis numa Fábrica com Vila Operária.* Rio de Janeiro, tese de doutorado apresentada ao PPGAS/MN-UFRJ, 1985.

Alvim, Rosilene, *A Sedução da Cidade. Os Operários-Camponeses e a Fábrica dos Lundgren.* Rio de Janeiro, Graphia, 1997.

Antunes, Ricardo, *A Rebeldia do Trabalho.* São Paulo, Cortez, 1988.

Antunes, Ricardo, *Os Sentidos do Trabalho.* São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

Araújo, Angela, *A Construção do Consentimento. Corporativismo e Trabalhadores nos Anos 30.* São Paulo, Scritta, 1998.

Azevedo, Carmem, Camargos, Márcia, Sacchetta, Vladimir, *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. São Paulo, Editora Senac, 1998.

Barreira, Irlys, *Autonomia da Classe Operária? A Greve de 1953 em São Paulo*. Brasília, dissertação de mestrado apresentada à UnB, 1977.

Barsted, Dennis, *Medição de Forças: O Movimento Grevista de 1953 e a Época dos Operários Navais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Batalha, Cláudio, *Le Syndicalisme «Amarelo» à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris, tese de doutorado apresentada à Universidade de Paris I, 1986.

Batalha, Cláudio, "A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências". In: Freitas, Marcos, *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998.

Benevides, Maria V., *O Governo Kubitschek*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Benevides, Maria V., *A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro, 1945-1965*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

Benevides, Maria V., *O PTB e o Trabalhismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

Bennett, Douglas; Sharpe, Kenneth, *Transnational Corporations versus the State. The Political Economy of the Mexican Auto Industry*. Princeton, Princeton University Press, 1985.

Bertonha, João F., "Comendatori, Cavallieri e Grand'ufficiali a Serviço do Fascio: A Burguesia Industrial Italiana em São Paulo e o Fascismo". In: *Pós-História*, nº 7, 1999.

Beynon, Huw, "A Destruição da Classe Operária Inglesa?". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 27, 1995.

Beynon, Huw, *Trabalhando para Ford*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

Beynon, Huw, "As Práticas do Trabalho em Mutação". In: Antunes, Ricardo (org.), *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1997.

Black, Jan, *US Penetration of Brazil*. Filadélfia, Pennsylvania University Press, 1977.

Bourdieu, Pierre, "Marginalia. Algumas Notas Adicionais sobre o Dom". In: *Mana*, vol. 2, nº 2, 1996.

Brandes, Stuart, *American Welfare Capitalism, 1880-1940*. Chicago, University of Chicago Press, 1970.

Braz de Araújo, José, *Operários em Luta. Metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983)*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1985.

Brennan, James, *The Labor Wars in Córdoba*. Cambridge, Harvard University Press, 1994.

Buonicore, Augusto, *Os Comunistas e a Estrutura Sindical Corporativa (1948-1952)*. Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 1996.

Camargo, José M., "A Relação entre Capital e Trabalho: Do Paternalismo à Negociação". In: Raposo, Eduardo (org.), *1964 – 30 Anos Depois*. Rio de Janeiro, Agir, 1994.

Canosa, Lourdes, *No Calor do Fogo. A Trajetória de uma Usina Siderúrgica Paulista*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado apresentada ao Ifcs-UFRJ, 1991.

Cardoso, Fernando H.; Ianni, Otávio, "As Exigências Educacionais do Processo de Industrialização". In: *Revista Brasiliense*, nº 26, 1959.

Cardoso, Fernando H., "Situação e Composição Social do Proletariado Brasileiro". In: *Sociologie du Travail*, nº 4, 1961.

Cardoso, Fernando H., "Condições e Fatores Sociais da Industrialização de São Paulo". In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 1, 1961.

Cardoso, Fernando H., "Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento social". In: *Revista Brasiliense*, nº 42, 1962.

Cardoso, Fernando H., *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Difel, 1964.

Cardoso, Fernando H., "Populismo: Uma Crise no Estado". In: *Cadernos de Debate*, nº 1. São Paulo, Brasiliense, 1976.

Castoriadis, Cornelius, "Introdução: A Questão da História do Movimento Operário". In: *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Chalhoub, Sidney, "Classes Perigosas". In: *Trabalhadores*, nº 6, 1990.

Cobbs, Elizabeth, *The Rich Neighbor Policy*. New Haven, Yale University Press, 1992.

Costa, Francisco de Assis, *Grande Capital e Agricultura na Amazônia: A Experiência Ford no Tapajós*. Belém, Editora da Universidade Federal do Pará, 1993.

Costa, Hélio da, *Em Busca da Memória. Organização no Local de Trabalho, Partido e Sindicato m São Paulo*. São Paulo, Scritta, 1995.

Costa, Hélio da, "Trabalhadores, Sindicatos e suas Lutas em São Paulo (1943-1953)". In: Fortes, A. et al., *Na Luta por Direitos*. Campinas, Edunicamp, 1999.

Costa, Sérgio Amad, *Estado e Controle Sindical no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1986.

DaMatta, Roberto, Prefácio. In: Nunes, Edson, *A Revolta das Barcas. Populismo, Violência e Conflito Político*. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

Danese, Sérgio, *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.

D'Araújo, Maria Celina; Gomes, Ângela de C., *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo, Ática, 1989.

D'Araújo, Maria Celina, *O Segundo Governo Vargas*. São Paulo, Ática, 1992.

D'Araújo, Maria Celina, *Sindicatos, Carisma e Poder*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

Davis, Natalie, *Storie d'Archivio*. Turim, Einaudi, 1992.

Delgado, Lucília de A. Neves, *CGT no Brasil*. Belo Horizonte, Vega, 1981.

Delgado, Lucília de A. Neves, *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-1964*. Petrópolis, Vozes, 1986.

Delgado, Lucília de A. Neves, *PTB: Do Getulismo ao Trabalhismo*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

Dinius, Oliver, "For the Sake of Production: Building Loyalty and Ensuring Peace in Volta Redonda's Early Years (1946-1952)". Comunicação apresentada no seminário History of Industrial Relations in Twentieth-Century Latin America, Harvard University, 5 de novembro de 1999.

Downes, Richard, "Autos over Rails: How US Business Supplanted the British in Brazil, 1910-1928". In: *Journal of Latin American Studies*, vol. 24, nº 3, 1992.

Dreifuss, René, *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.

Dreifuss, René, *A Internacional Capitalista. Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional, 1918-1986*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, 1986.

Dulles, John, *Unrest in Brazil*. Austin, University of Texas Press, 1970.

Dulles, John, *Carlos Lacerda*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

Erickson, Kenneth, *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

Faria, Hamilton, *A Experiência Operária nos Anos de Resistência. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário*. São Paulo, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da PUC, 1986.

Faria, Paulo de T. B. de, "Considerações sobre o Movimento Renovador Sindical". In: *História: Questões & Debates*, nº 3, 1981.

Ferraz, Ana Lúcia Marques, *O Velho e o Novo Sindicalismo.* São Paulo, dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP, 1999.

Ferreira, Jorge, "O Carnaval da Tristeza". In: Gomes, Ângela de C. (org.), *Vargas e a Crise dos Anos 50.* Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

Ferreira, Jorge, *Trabalhadores do Brasil.* Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1997.

Ferreira, Jorge, "A Legalidade Traída: Os Dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961". In: *Tempo*, nº 3, 1997.

Ferreira, Jorge, "Propaganda Política Estatal: Comparando Ditaduras". In: *Tempo*, nº 9, 2000.

Ferreira, Jorge (org.). *O Populismo e sua História. Debate e Crítica.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

Ferreras, Norberto, resenha de *Resistencia e Integración. El Peronismo y la Clase Trabajadora Argentina, 1946-1976*, de Daniel James. In: *História Social*, nº 4/5. Campinas, 1998.

Figueiredo, Argelina, "Intervenções Sindicais e o 'Novo Sindicalismo'". In: *Dados*, nº 17, 1978.

Filippi, Ronald L., *American Labor and Postwar Italy, 1943-1953: A Study of Cold War Politics.* Stanford, Stanford University Press, 1989.

Fontes, Paulo, *Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: A Fábrica e as Lutas Operárias nos Anos 50.* São Paulo, Annablume, 1997.

Fontes, Paulo, "'Centenas de Estopins Acesos ao mesmo Tempo': A Greve dos 400 mil, Piquetes e a Organização dos Trabalhadores em São Paulo (1957)". In: Fortes et al., *Na Luta por Direitos.* Campinas, Edunicamp, 1999.

Fortes, Alexandre, "Revendo a Legalização dos Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)". In: Fortes et al., *Na Luta por Direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho.* Campinas, Edunicamp, 1999.

Fortes et al., *Na Luta por Direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho.* Campinas, Edunicamp, 1999.

Fortes, Alexandre, *"Nós do Quarto Distrito". A Classe Trabalhadora Porto-Alegrense e a Era Vargas.* Campinas, tese de doutorado apresentada ao Ifch-Unicamp, 2001.

Foster, Mark, *Henry J. Kaiser: Builder in the Modern American West.* Austin, University of Texas Press, 1989.

Foster, Mark, "Giant of the West: Henry J. Kaiser and Regional Industrialization". In: *Business History Review*, primavera, 1985.

Frederico, Celso, *Consciência Operária no Brasil.* São Paulo, Ática, 1978.

Frederico, Celso, *A Vanguarda Operária.* São Paulo, Símbolo, 1979.

Frederico, Celso (org.), *A Esquerda e o Movimento Operário, 1964/1984.* São Paulo, Novos Rumos, 1987.

French, John, "Social Origins of Resistance in the Factory Workplace: The not so Powerless Prevail". Comunicação apresentada em seminário de pesquisa interdisciplinar, Universidade de Washington, 25/2/1991, pp. 3, 4, 7.

French, John, "The Origin of Corporatist Intervention in Brazilian Industrial Relations, 1930-34: A Critique of the Literature". In: *Luso-Brazilian Review*, vol. 28, nº 2, 1991.

French, John, *The Brazilian Workers' ABC.* Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1992.

French, John, *O ABC dos Operários*. São Paulo, Hucitec, 1995.

French, John; Cluff, Mary, "Women and Working-Class Mobilization in Postwar São Paulo". In: French, J.; James, D. (org.), *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers*. Duke, Duke University Press, 1997.

French, John, Fortes, Alexandre, *Urban Labor History in Twentieth Century Brazil*. Albuquerque, The Latin American Institute, The University of New Mexico, 1998.

French, John; James, Daniel, "Pensar a América Latina". In: Fortes, A. et alli, *Na Luta por Direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Edunicamp, 1999.

French, John, *Afogados em Leis. A CLT e a Cultura Política dos Trabalhadores Brasileiros*. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

Fridenson, Patrick, "Automobile Workers in France and their Work, 1914-1983". In: Kaplan, Steven; Koepp, Cynthia (orgs.), *Work in France*. Ithaca, Cornell University Press, 1986.

Füchtner, Hans, *Os Sindicatos Brasileiros de Trabalhadores*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

Gambino, Ferruccio, "Ford Britannica. Formazione di una Classe Operaia". In: Bologna, S.; Negri, A., *Operai e Stato*. Milano, Feltrinelli, 1975.

Garcia, Marco A., "Os Desafios da Autonomia Operária: São Bernardo a (Auto)construção de um Movimento Operário". In: *Desvios*, nº 1, 1982.

Garcia, Marco A., "Notas sobre o PCB nos Anos 40". Campinas, datilografado, 1987.

Garcia, Marco A., "Tradição, Memória e História dos Trabalhadores". In: Cunha, Maria C. P. (org.), *O Direito à Memória*. São Paulo, DPH, 1992.

Gartman, David, *Auto Slavery*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1986.

Gleijeses, Piero, *Shattered Hope. The Guatemalan Revolution and the United States, 1944-1954*. Princeton, Princeton University Press, 1991.

Gomes, Ângela de C., *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1981.

Gomes, Ângela de C., "A Construção do Homem Novo: O Trabalhador Brasileiro". In: Oliveira, L., Velloso, M., Gomes, A. (org.), *Estado Novo. Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. Republicado em Pandolfi, Dulce (org.), *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

Gomes, Ângela de C., *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988.

Gomes, Ângela de C.; Araújo, Maria Celina D', *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo, Ática, 1989.

Gomes, Ângela de C., "O Populismo e as Ciências Sociais". In: *Tempo*, nº 2, 1996.

Gordillo, Mónica, *Córdoba en los '60*. Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, 1996.

Gordillo, Mónica, "Movimientos Sociales e Identidades Colectivas: Repensando el Ciclo de Protesta Obrera Cordobés de 1969-1971". In: *Desarollo Económico*, nº 155, 1999.

Gordon, Lincoln, "Private Enterprise and International Development". In: *Harvard Business Review* 38, nº 4, 1960, 134-138.

Gordon, Lincoln, Grommers, Engelbert, *US Manufacturing in Brazil. The Impact of Brazilian Government Policies, 1946-1960*. Boston, Harvard U. P., 1962.

Gorender, Jacob, *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 1987.

Greenfield, G., Maram, S. (org.), *Latin American Labor Organizations*. Nova Iorque, Greenwood Press, 1987.

Gribaudi, Maurizio, *Mondo Operaio e Mito Operaio*. Turim, Einaudi, 1987.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Grinberg, Lucia, *A Aliança Renovadora Nacional (Arena): A Criação do Bipartidarismo e do Partido do Governo (1965-1979)*. Niterói, dissertação de mestrado apresentada ao Ichf-UFF, 1998.

Hall, Michael; Pinheiro, Paulo S., "Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle". In: Prado, A., *Libertários & Militantes*. Coleção Remate de males, nº 5. Campinas, Unicamp, 1985.

Hall, Michael, "Trabalhadores Imigrantes". In: *Trabalhadores*, nº 3, 1989.

Hall, Michael, "Corporatism, Fascism, and the Origins of Brazilian Labor Law". Comunicação apresentada na III Brasa Conference, 7 a 10 de setembro de 1996, King's College, Cambridge.

Hall, Michael, resenha de *Father of the Poor? Vargas and his Era*, de Robert Levine. In: *International Review of Social History*, vol. 44, parte 3, 1999.

Hamper, Ben, *Rivethead. Tales from the Assembly Line*. Nova Iorque, Warner Books, 1986.

Harding, Timothy, *The Political History of Organized Labor in Brazil*. Stanford, tese de doutorado submetida à Stanford University, 1976.

Harris, Howell; Lichtenstein, Nelson, *Industrial Democracy in America*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

Harrison, Glennon, *The Trade Union and Labor-Management Relations: A Brazilian Case Study*. Manchester, tese de doutorado apresentada à Faculdade de Economia e Estudos Sociais da Universidade de Manchester, 1986.

Hernandez, Ignácio, *Memória Operária (Cidade Industrial: Contagem, BH, 1968/1978)*. Belo Horizonte, Vega, 1979.

Hobsbawm, Eric, "História Operária e Ideologia". In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Hobsbawm, Eric, "Trajetória do Movimento Operário". In: *Trabalhadores*, nº 2, 1989.

Hobsbawm, Eric, *A Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Hoggart, Richard, *As Utilizações da Cultura*. Lisboa, Presença, 1973.

Humphrey, John, *Fazendo o Milagre: Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira*. Petrópolis, Vozes\Cebrap, 1982.

Ianni, Otávio, *A Formação do Estado Populista na América Latina*. São Paulo, Ática, 1989.

James, Daniel, *Resistance and Integration. Peronism and the Argentine Working Class, 1946-1976*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

James, Daniel, "O que Há de Novo, o que Há de Velho? Os Parâmetros Emergentes da História do Trabalho Latino-americana". In: Araújo, Angela (org.), *Trabalho, Cultura e Cidadania*. S.Paulo, Scritta, 1997.

Jenkins, Rhys, *Transnational Corporations and the Latin American Automobile Industry*. Londres, MacMillan, 1987.

Jesus, Mário Carvalho de (org.), *Cimento Perus. Quarenta Anos de Ação Sindical Transformam Velha Fábrica em Centro Cultural Municipal*. Coleção Cadernos para Mudar, nº 2. São Paulo, JMJ, 1992.

Jordan, Thomas, *Contesting the Terms of Incorporation. Labor and the Sate in Rio de Janeiro; 1930-1964*. Urbana, tese de doutorado apresentada à University of Illinois at Urbana-Champaign, 2000.

Katz, Friedrich, *The Secret War in Mexico*. Chicago, Chicago University Press, 1983.

Lajolo, Marisa, *Monteiro Lobato*. Coleção Encanto Radical. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Langworth, Richard, *Last Onslaught on Detroit*. Nova Iorque, Automobile Quarterly Publications, 1975.

Leite Lopes, José S., *O Vapor do Diabo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Leite Lopes, José S., Alvim, Rosilene, "Metalúrgicos do Rio e Niterói: Ligações entre os Conflitos de 1980 e as Lutas do Passado". In: *Trabalhadores Urbanos no Brasil/1980*. Coleção *Aconteceu*, especial nº 7, 1981.

Leite Lopes, José S., *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'*. Rio, tese de doutorado apresentada ao PPGAS/MN-UFRJ, 1986.

Leite Lopes, José S., "A Formação de uma Cultura Operária". In: *Tempo &Presença*, nº 220, 1987.

Leite Lopes, José S., "Sobre o Trabalhador na Grande Indústria na Pequena Cidade". In: *Cultura e Identidade Operária*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987.

Leite Lopes, José S., *A Tecelagem dos Conflitos de Classe*. São Paulo, Marco Zero, 1988.

Leite Lopes, José S., "História e Antropologia". In: *Revista do Departamento de História*, nº 11, Belo Horizonte, 1992.

Leite Lopes, José S., "Uma Teatralização Tradicional da Dominação Industrial". In: Araújo, Angela (org.), *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo, Scritta, 1997.

Leite, Márcia de P.; Sólis, Sidney. "O Último Vendaval: A Greve dos 700 Mil". In: *Cara a Cara*, nº 2, 1978.

Leite, Márcia de P., *Sindicatos e Trabalhadores na Crise do Populismo*. Campinas, Dissertação de mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 1983.

Leite, Márcia de P., "Sindicatos e Partidos. A Greve de 57 em São Paulo". In: *El Sindicalismo Latinoamericano en los Años Ochenta*. Santiago, Clacso, 1986.

Leopoldi, Maria A. P., "O Difícil Caminho do Meio", In: Gomes, Ângela de C. (org.), *Vargas e a Crise dos Anos 50*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

Lima Fº, Henrique Espada, *Microstoria. Escalas, Indícios e Singularidades*. Campinas, tese de doutorado apresentada ao Ifch-Unicamp, 1999.

Limoncic, Flávio, *A Civilização do Automóvel*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado apresentada ao Ifcs-UFRJ, 1997.

Lopes, Juarez B., "O Ajustamento do Trabalhador à Indústria: Mobilidade Social e Motivação". In: *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel, 1964.

Lopes, Juarez B., *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difel, 1967.

Lourenço, Maria, *Operários da Modernidade*. São Paulo, Edusp, Hucitec, 1995.

Loyola, Maria A., *Os Sindicatos e o PTB*. Petrópolis, Vozes, 1980.

Maranhão, Ricardo, *Sindicatos e Democratização*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

Maroni, Amnéris, *A Estratégia da Recusa*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Martinho, Francisco, "Populismo Sindical: Um Conceito em Questão". In: Reis, E.; Almeida, M. H. T. de; Fry, P. (orgs.), *Política e Cultura*. São Paulo, Hucitec, 1996.

Martins, Heloísa H. T. de S., *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1989.

Martins, Heloísa, *Igreja e Movimento Operário no ABC*. São Paulo, Hucitec, 1994.

Mattos, Marcelo Badaró, *Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

Medeiros, Leonilde, "Luta por Terra e Organização dos Trabalhadores Rurais: A Esquerda no Campo nos Anos 50/60". In: Moraes, João Q., Del Roio, Marcos (org.), *História do Marxismo no Brasil.* Campinas, Edunicamp, 2000.

Melo, Maria C. P. de, *Bater dos Panos. Um Estudo das Relações de Trabalho na Indústria Têxtil do Maranhão (1940-1960).* São Luís, SIOGE, 1990.

Mericle, Kenneth, *Conflict Regulation in Brazilian Industrial Relations System.* Wisconsin, tese de doutorado apresentada à Universidade de Wisconsin, 1974.

Mericle, K., Kronish, R., *The Political Economy of the Latin American Motor Vehicle Industry.* Cambridge, The MIT Press, 1984.

Moisés, José A., *Greve de Massa e Crise Política.* São Paulo, Pólis, 1978.

Montgomery, David, *The Fall of the House of Labor.* Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

Morel, Regina, *A Ferro e Fogo. Construção e Crise da Família Siderúrgica — O Caso de Volta Redonda (1941-1968).* São Paulo, tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP, 1989.

Morel, Regina, "A Construção da Família Siderúrgica. Gestão Paternalista e Empresa Estatal". In: Ramalho, J. R.; Santana, M. A. (org.), *Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, DP & A, 2001.

Morris, J., Córdova, E., *Bibliography of Industrial Relations in Latin America.* Nova Iorque, The New York State School of Industrial and Labor Relations, 1967.

Morrison, deLesseps, *Latin American Mission.* Nova Iorque, Simon and Schuster, 1965.

Munhoz, Fábio. "Sindicatos e Democracia Populista e a Greve de 57". In: *Cadernos Cedec*, nº 2, 1978.

Nascimento, Benedito, *Formação da Indústria Automobilística Brasileira.* São Paulo, USP, 1976.

Nascimento, Regina, *Peões e Trabalhadores do Brasil. Novos e Velhos Militantes no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, dissertação de mestrado apresentada ao Ifcs-UFRJ, 1993.

Negro, Antonio L., "História das Táticas de Greve dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (1977-1990)". São Paulo, Cedi (datilografado), 1992.

Negro, Antonio L., "Raízes do Novo: Comunistas e Metalúrgicos nas Origens do 'Sindicalismo Autêntico". In: *História & Perspectivas*, nº 12/13, 1995.

Negro, Antonio L., "Imperfeita ou Refeita? O Debate sobre o Fazer-se da Classe Trabalhadora Inglesa". In: *Revista Brasileira de História*, vol. 16, nº 31/32, 1996.

Negro, Antonio L., "O Fragmento como Via de Acesso à História Social". In: *Diálogos*, vol. 1, nº 1, 1997.

Negro, Antonio L., "Servos do Tempo". In: Arbix, Glauco; Zilbovicius, Mauro (org.), *De JK a FHC. A Reinvenção dos Carros.* São Paulo, Scritta, 1997.

Negro, Antonio L.; Fortes, Alexandre, "Historiografía, Trabajo e Ciudadanía en Brasil". In: *Entrepasados*, nº 15, 1998.

Negro, Antonio L.; Fortes, Alexandre; Fontes, Paulo, "Peculiaridades de E. P. Thompson". In: Thompson, E. P., *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos.* Campinas, Ifch-Unicamp, 1998.

Negro, Antonio L., "A 'Via Willyana'. Industrialização e Trabalhadores do Setor Automobilístico". In: *Tempo*, vol. 4, nº 7, 1999.

Negro, Antonio L., "Nas Origens do 'Novo Sindicalismo': O Maio de 59, 68 e 78 na Indústria Automobilística". In: Rodrigues, Iram Jácome (org.), *O Novo Sindicalismo. Vinte Anos Depois*. Petrópolis, Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999.

Neves, Magda, *Trabalho e Cidadania: As Trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis, Vozes, 1995.

Nogueira, Arnaldo, *A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*. Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 1990.

Nunes, Edson, *A Revolta das Barcas. Populismo, Violência e Conflito Político*. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

Oliva, Aloizio Mercadante, *Estado Autoritário e Desobediência Operária. Os Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema*. Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao IE-Unicamp, 1988.

Paoli, Maria C., "Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros". In: Leite Lopes, J. S. (org.), *Cultura & Identidade Operária*. São Paulo, Marco Zero, 1987.

Paoli, Maria C., *Labour, Law, and the State in Brazil: 1930-1950*. Londres, tese de doutorado apresentada ao Birbeck College, 1988.

Payne, Leigh, *Brazilian Industrialists and Democratic Change*. Baltimore, The John Hopkins University Press, 1994.

Pereira, Anthony, *The End of the Peasantry. The Rural Labor Movement in Northeast Brazil (1961-1984)*. Pittsburgh, Pittsburgh University Press, 1996.

Pereira, Leonardo, *Footballmania. Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

Pereira, Luiz, *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel, 1965.

Pereira, Vera, *O Coração da Fábrica*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

Perrot, Michelle, "Os Operários e as Máquinas na França durante a Primeira Metade do Século XIX". In: *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Perrot, Michelle, "A História Feita de Greves, Excluídos & Mulheres". In: *Tempo Social*, vol. 8, nº 2, 1996.

Pessanha, Elina, *Vida Operária e Política. Os Trabalhadores da Construção Naval de Niterói*. São Paulo, tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP, 1986.

Pessanha, Elina, "De Operários Navais a Metalúrgicos. Experiência de Classe e Identidade Política entre Trabalhadores da Indústria Naval do Rio de Janeiro". In: Abreu, Alice; Pessanha, Elina (orgs.), *O Trabalhador Carioca*. Rio de Janeiro, JC Editora, 1994.

Petrini, Giancarlo, *Religião e Modernidade Através da Obra de Cândido Procópio Ferreira de Camargo*. São Paulo, tese de doutorado apresentada à sociologia da PUC, 1992.

Phelps, Dudley, *Migration of Industry to South America*. Nova Iorque, McGraw-Hill, 1936.

Pimenta, João P. G., "Os arquivos do Deops-SP". In: *Revista de História*, nº 132, 1995.

Rainho, Luís F., *Os Peões do Grande ABC*. Petrópolis, Vozes, 1980.

Rainho, Luís F.; Bargas, Osvaldo M., *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo*. São Bernardo do Campo, Fundo de Greve, 1983.

Ramalho, José R., *Estado-Patrão e Luta Operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

Ramalho, José R.; Santana, Marco A. (org.), *Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro. A Trajetória dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, DP&A/Faperj, 2001.

Rangel, Maria do Socorro, *Medo da Morte; Esperança de Vida. A História das Ligas Camponesas na Paraíba.* Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 2000.

Reis Fº, Daniel A., "A Maldição do Populismo". In: *Linha Direta*, nº 6, 12/9/97.

Ridenti, Marcelo, *O Fantasma da Revolução Brasileira.* São Paulo, Editora da Unesp, 1993.

Ridenti, Marcelo, *Em Busca do Povo Brasileiro.* Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

Rizeck, Cibele, *Osasco: 1968, a Experiência de um Movimento.* São Paulo, dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP, 1988.

Rodrigues, Iram, *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria.* São Paulo, Cortez/Fase, 1990.

Rodrigues, José A., *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil.* São Paulo, Difel, 1968.

Rodrigues, José A., "Movimento Sindical e Situação da Classe Operária". In: *Revista Debate e Crítica*, nº 2, 1974.

Rodrigues, Leôncio M., "Considerações Preliminares sobre Greves Operárias em São Paulo". In: *Sociologia*, nº 3, 1965.

Rodrigues, Leôncio M., "Greves Operárias em São Paulo". In: *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil.* São Paulo, Difel, 1966.

Rodrigues, Leôncio M., *Sindicalismo e Sociedade.* São Paulo, Difel, 1968.

Rodrigues, Leôncio M., *Industrialização e Atitudes Operárias.* São Paulo, Brasiliense, 1970.

Rodrigues, Leôncio M., "Trabalhadores de uma Indústria Automobilística: Perfil Social e Participação Sindical". In: *Partidos & Sindicatos.* São Paulo, Ática, 1990.

Sader, Eder, "Conflito Industrial e Luta de Classes". In: *Teoria e Prática*, nº 2, 1967.

Sader, Eder; Telles, Vera, "Entre a Fábrica e o Sindicato: Os Desafios da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo". In: *Desvios*, nº 1, 1982.

Sader, Eder, *Quando Novos Personagens Entraram em Cena.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Samuels, Barbara, *Managing Risk in Developing Countries.* Princeton, Princeton University Press, 1990.

Santana, Marco Aurélio, *Partido e Militância Sindical: Atuação Comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947- 1964).* Rio de Janeiro, dissertação de mestrado apresentada ao Ifcs-UFRJ, 1992.

Santana, Marco Aurélio, *Homens Partidos. Comunistas e Sindicalistas no Brasil.* São Paulo, Boitempo Editorial – Unirio, 2001.

Schvarzman, Sheila, *Como o Cinema Escreve a História: Elia Kazan e a América.* Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 1994.

Schwarz, Roberto, "Do Lado da Viravolta". In: Haddad, Fernando (org.), *Desorganizando o Consenso.* Petrópolis, Vozes, 1998.

Sedgwick, Michael, *L'Automobile negli Anni 30-40.* Milano, Garzanti Vallardi, 1979.

Seidman, Gay, *Manufacturing Militance: Worker's Movements in Brazil and South Africa, 1970-1985.* Berkeley, University of California Press, 1994.

Serra, Bianca, *Le Schedature Fiat.* Turim, Rosenberg & Sellier, 1984.

Shapiro, Helen, *Engines of Growth.* Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

Shapiro, Helen, "A Primeira Migração das Montadoras". In: Arbix, G., Zilbovicius, M. (org.), *De JK a FHC. A Reinvenção dos Carros.* São Paulo, Scritta, 1997.

Sigaud, Lygia, "As Vicissitudes do 'Ensaio sobre o Dom'". In: *Mana*, vol. 5, nº 2, 1999.

Silva, Elizabeth, *Refazendo a Fábrica Fordista.* São Paulo, Hucitec, 1991.

Silva, Fernando T. da, *A Carga e a Culpa. Os Operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade, 1937-1968.* São Paulo, Hucitec, 1995.

Silva, Fernando T. da; Costa, Hélio da, "Trabalhadores Urbanos e Populismo: Um Balanço dos Estudos Recentes". In: Ferreira, Jorge (org.). *O Populismo e sua História. Debate e Crítica.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

Simão, Azis, "O Voto Operário em São Paulo". In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, 1955.

Simão, Azis, "As Funções do Sindicato na Sociedade Moderna Brasileira". In: *Revista de Estudos Sócio-Econômicos*, nº 1, 1961.

Simão, Azis, "Industrialisation et Syndicalisme au Brésil". In: *Sociologie du Travail*, nº 4, 1961.

Simão, Azis, *Sindicato e Estado.* São Paulo, Dominus, 1966.

Simão, Azis, *Sindicato e Estado.* São Paulo, Ática, 1981.

Simão, Azis, "Intelectual e Militante" (entrevista a José A. Rodrigues e Vera R. da Costa). In: *Ciência Hoje*, nº 53, 1989.

Smith, Steve, "Craft Consciousness, Class Consciousness: Petrograd, 1917". In: *History Workshop Journal*, nº 11, 1981.

Souza, Eliana Melo, *Mouvement Intersyndical a São Paulo.* Paris, tese de terceiro ciclo apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1986.

Springer, Joseph, *A Brazilian Factory Study 1966.* Cuernavaca, Cidoc, 1969.

Stedman Jones, Gareth, "Working-Class Culture and Working-Class Politics in London, 1870-1900: Notes on the Remaking of a Working Class". In: *Journal of Social History*, vol. 7, nº 4, 1974.

Stotz, Eduardo, *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio de Janeiro na Construção do Sindicato Corporativista.* Niterói, dissertação de mestrado apresentada ao Ichf-UFF, 1986.

Stuart, Lisa, *A Atuação dos Conselhos Sindicais na Indústria Metalúrgica do Rio de Janeiro de 1953 a 1964.* Rio de Janeiro, dissertação de mestrado apresentada ao Ifcs-UFRJ, 1992.

Sznelwar, Laerte; Mascia, Leopoldo, "A Inteligência (Não Reconhecida) do Trabalho". In: Arbix, G., Zilbovicius, M. (org.), *De JK a FHC. A Reinvenção dos Carros.* São Paulo, Scritta, 1997.

Thompson, E. P., "Folklore, Anthropology and Social History". In: *The Indian Historical Review*, vol. III, nº 2, 1977. (Republicado em *Making History.* Nova Iorque, The New Press, 1994.)

Thompson, E. P., *A Formação da Classe Operária Inglesa* (vol. I, vol. II, vol. III). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Thompson, E. P., "As Peculiaridades dos Ingleses". *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos.* Col. Textos Didáticos, nº 10. Campinas, Ifch-Unicamp, 1998.

Thompson, E. P., "Patrícios e Plebeus". In: *Costumes em Comum.* São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Torreão, Rita, *A Greve Nasce na Fábrica. Metalúrgicos do Rio de Janeiro, 1979.* Rio de Janeiro, dissertação de mestrado apresentada ao Ifcs-UFRJ, 1986.

Tota, Antonio, *O Imperialismo Sedutor. A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra.* São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

Trempé, Rolande, *Les Mineurs de Carmaux.* Paris, Editions Ouvrières, 1971.

Verona, Antônio, *"O Mundo É Nossa Pátria" (a Trajetória dos Imigrantes Operários Têxteis de Schio que Fizeram de São Paulo e do Bairro do Brás sua Temporária Morada, de 1891 a 1895)*. São Paulo, tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP, 1999.

Vieitez, Cândido, *Reforma Nacional-Democrática e Contra-Reforma: A Política do PCB no Coração do ABC Paulista, 1955-1964*. Santo André, Fundo de Cultura de Santo André, 1999.

Weffort, Francisco, *Participação e Conflito Industrial: Osasco e Contagem, 1968*. Col. Cadernos Cebrap, nº 5, 1972.

Weffort, Francisco, "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil". In: *Estudos Cebrap*, nº 4, 1973.

Weffort, Francisco, *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Weffort, Francisco, "Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões para a História do Período 1945-1964". In. *Revista de Cultura Contemporânea*, nºs 1 e 2, 1978, 1979. *Revista de Cultura e Política*, nº 1, 1979.

Weinstein, Barbara, *(Re)formação da Classe Trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo, Cortez/USF, 2000.

Welch, Cliff, *United States Labor Policy and the Politics of 'Ordem e Progresso' in Brazil, 1945-1950*. Maryland, dissertação de mestrado apresentada à University of Maryland, 1987.

Welch, Cliff, *The Seed Was Planted. The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1984*. Pennsylvania, Pennsylvania University Press, 1999.

Werneck Vianna, Luiz, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Wolfe, Joel, *Working Women, Working Men. São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955*. Durham, Duke University Press, 1993.

Wolfe, Joel, "There Should Be Dignity. São Paulo's Women Textile Workers and Strike of 300,000". In: Brown, Jonathan (org.), *Workers' Control in Latin America*. Chapel Hill, The North Carolina University Press, 1997.

Young, Jordan, *Brasil 1954/1964*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1974.

SIGLAS

AAGE – Ata de Assembléia Geral Extraordinária
ABC – Municípios do Grande ABC
ACC – American Chamber of Commerce
ACO – Ação Católica Operária
ADB – Associação Democrática Brasileira
AEL – Arquivo Edgar Leuenroth
Aesp – Arquivo do Estado de São Paulo
AFL-CIO – American Federation of Labor - Congress of Industrial Organizations
AGO – Ata de Assembléia Geral Ordinária
ALN – Aliança Libertadora Nacional
AMA – Automobile Manufacturers Association
Anfavea – Associação Nacional dos Fabricantes de Automotores
AID – Agency for International Development
Anfavea – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
AP – Ação Popular
Aperj – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
AP-ML – Ação Popular Marxista Leninista
APMSBD – Associação Profissional dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema
ASG, SMABC – Arquivo da Secretaria Geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
BGLA – Business Group of Latin America
BN – Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
BIFCH – Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp
BBNDES – Biblioteca do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Camde – Campanha da Mulher pela Democracia
CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos
CBMM – Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia, apelidada "Mecânica"
CDI – Comissão de Desenvolvimento Industrial (segundo governo Vargas) ou Conselho de Desenvolvimento Industrial (governo JK)
CF – Comissão de Fábrica
CGEUA – Consulado Geral dos Estados Unidos da América
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIA – Central Intelligence Agency
Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
Cima – Companhia Industrial de Material Automobilístico
Ciosl – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (tradução de ICTFU, International Confederation of Free Trade Unions)
Cipa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
Conclap – Conferência das Classes Produtoras
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
Contec – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
Cpdoc – Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea
CRT – Comissão de Relações no Trabalho
CZBC – Comitê de Zona da Borda do Campo do PCB
CST – Conselho Sindical dos Trabalhadores
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Deops – Departamento Estadual de Ordem Política e Social (SP), Delegacia Especializada de Ordem Política e Social
DGABC – Diário do Grande ABC
Dieese – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos
Dops – Departamento de Ordem Política e Social ou Delegacia de Ordem Política e Social
DPSC – Delegacia de Polícia de São Caetano
DSPABCD – Delegacia Seccional de Polícia do ABCD
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
DNT – Departamento Nacional do Trabalho
EEUU – Estados Unidos
EMC – Estado-Maior Conjunto
Estadão – O Estado de S.Paulo
EUA – Estados Unidos da América
FCME – Ford Motor Company Exports
FFAA – Forças Armadas
FIA – Ford Industrial Archives
Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Fitim – Federação Internacional dos

Trabalhadores na Indústria Metalúrgica
FMSP – Federação dos Metalúrgicos de São Paulo
Fosp – Federação Operária de São Paulo
FSM – Federação Sindical Mundial
GE – General Electric
Geia – Grupo Executivo da Indústria Automobilística
Geimec – Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas
GM – General Motors
GMB – General Motors do Brasil
GRDS – General Records of the Department of State
Iadesil – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (tradução de AIFLD, American Institute for Free Labor Development)
Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICA – International Cooperation Administration
ICT – Instituto Cultural do Trabalho
INA – Indústria Nacional de Armas
Ipes – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IRFM – Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo
Isam – Indústria Sul Americana de Máquinas
JOC – Juventude Operária Católica
JK – Juscelino Kubitschek
KFC – Kaiser-Frazer Corporation
KJC – Kaiser Jeep Corporation
KMC – Kaiser Motors Corporation
LC – Library of Congress
LNM – Laminação Nacional de Metais
MBB – Mercedes-Benz do Brasil
MGB – Mineração Geral do Brasil
MIC – Ministério da Indústria e Comércio
MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
MIA – Movimento Intersindical Antiarrocho
MIC – Ministério da Indústria e Comércio
MRS – Movimento de Renovação Sindical
MSD – Movimento Sindical Democrático
MVOP – Ministério da Viação e Obras Públicas
Nara II – National Archives and Records Administration II (College Park, MD)
OESP – O Estado de S.Paulo
OIT – Organização Internacional do Trabalho
Orit – Organização Regional Interamericana do Trabalho
OSM-SP – Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
PAC – Pacto de Ação Conjunta
Paeg – Plano de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUA – Pacto de Unidade e Ação
PUI – Pacto de Unidade Intersindical
RH – Recursos Humanos
RI – Relações Industriais
RT – Relações Trabalhistas
Sesi – Serviço Social da Indústria
Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sindipeças – Sindicato Nacional da Indústria de Peças para Automóveis e Similares (atual Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores)
Sinfavea – Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
SMABC – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
SMC – Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem
SMG – Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara
SMO – Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco
SMSA – Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André
SMSBD – Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema
SMSC – Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano
SMS – Sindicato dos Metalúrgicos de Santos
SMSP – Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo
Scania – Scania-Vabis ou Saab-Scania
SS – Serviço Secreto (polícia política paulista)
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TST – Tribunal Superior do Trabalho
TWI – Training Within Industry
UAW – United Auto Workers
UDN – União Democrática Nacional
Usaid – United States Agency for International Development
UST – União Sindical dos Trabalhadores
UTM – União dos Trabalhadores Metalúrgicos
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária
VW – Volkswagen do Brasil
WOB – Willys-Overland do Brasil
WOEC – Willys-Overland Esporte Clube
WOEC – Willys-Overland Exports Corporation
WMI, Willys Motors Incorporated

Fim

Parada dura.

Não pensei que ia ser difícil fazer estes agradecimentos, mas após imprimir os urgentes exemplares da banca, a inspiração ameaça de escassez, idéias vão a caducar; e parece um golpe errado.

Comecemos de onde pararam os agradecimentos do "lado A": no Cemi, sempre ao lado — e também do mesmo lado — Verónica e Norberto foram amigos em todas as horas. O mesmo se diga de Henrique, extremado o suficiente para pedalar e correr na chuva e no frio.

Nas várias linhas onde achei o fio da meada, recebi a amizade de muita gente. Vamos a elas. Na primeira hora campineira, a formação carioca contou com Flávio, Eugênio e Zé Roberto. Depois apareceram Liberac, Álvaro, Robson, Bia, Simone, Camila. Uma turma de Brasília — Fla ou Flu — cai bem aqui: Leo, Balaban, Cris, Fabi, Cláudia, Thiago, valeu! Das bandas do Norte, vieram Raimundo, Socorro, Walter, Isabel, Wlamyra, Alírio, Fábio, Almir.

Nos arquivos, bibliotecas ou salas de aula, Gabriela, El Far, Marcão, Tristan, Artur, Paulo P. Machado, Adriano, João Marcelo, Diorge, Gláucia, Leônia, Edilene, Jefferson, Magda, Aldrin, Lúcia, Regina, Sandra, Cláudia, Marco Cícero, Elci, Ana, Geisa, Paula, Amy, Tom Jordan, Colistete.

Quando cruzava a baía diretamente, Renato, Ricardo, Quico, Mergulhão, Mauro, Cyro, Bitelo, Limoncic eram a grande companhia do Valonguinho. Nessa época, se por lá estivesse, Lúcia Grinberg também seria. Na maestria da UFF, Márcio Goldman, somando aulas com amizade, e Maria Celina Soares D'Araújo, minha orientadora, foram fundamentais. Na Unicamp, uma parceria de dez anos, com Sergio Silva, redundou em ensinamentos mediante convívio sempre bem-humorado. Salve Neném Prancha!

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

No Rio, Tutu, Lu e Pedro, André, Sô, Juca e quem virá, o genial e impagável Juliano Guilherme, de pincéis e cervejas armado, César, Gláucia, Bernardo e Lívia, assim como o Bronstein, foram amigos que abriram as portas da percepção para — sim! de novo — o melhor *jazz*, o fino da bossa (choro e samba, claro), a pegada do *blues*, e a básica batida do *rock'n roll*.

Em São Paulo, a hospitalidade e o amor da família Simão, Vítor em especial, foram um desdobramento de uma experiência formativa, Cordeiro, centro-norte fluminense.

Em Manchester, Ângela e Paulinho me levaram numa viagem ao "centro da terra", Quarry Bank Mill, só comparável em interesse e fascinação à mostra Made in America, no Henry Ford Museum.

No Internacional, peladeiros que jogam sem medo de perder (pois sempre perderam), pontificaram João Paulo, Marcão, Romani, Gigi Biondi, Battifora, entre outros artistas da pelota.

Batalhando pela *História Social*, tive o prazer de estar lado a lado de Cândido, Cris Meneguello, Fernanda, Bertonha, Moacir, Ana Cláudia.

Os alunos e alunas de História Contemporânea I (turma do primeiro semestre de 2001), que me deram a oportunidade de ensinar tanto quanto aprender, enquanto acabava (ainda não acabou!) a tese, não podem ficar de fora. Sou feliz por me fazerem ver que o ensino vale a pena e faz sentido.

Luciana Gama, encontro em Campinas, presença no sentimento.

Daniela, ao me ensinar o sentido de enrodilhado, foi reencontrada no retorno da ciclovia.

Há vida depois dessa linha.